



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

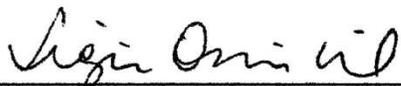
GUSTAVO PEREIRA DA SILVA

**UMA DINASTIA DO CAPITAL NACIONAL: A FORMAÇÃO DA
RIQUEZA DOS LACERDA FRANCO E A DIVERSIFICAÇÃO NA
ECONOMIA CAFEIRA PAULISTA (1803-1897)**

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA ÁREA DE
HISTÓRIA ECONÔMICA.

PROF. DR. LIGIA MARIA OSÓRIO SILVA – ORIENTADORA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA POR GUSTAVO PEREIRA DA SILVA E
ORIENTADA PELA PROFª DRª LIGIA MARIA OSÓRIO
SILVA.



CAMPINAS, 2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Ademir Giacomo Pietrosanto – CRB8/1766
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA/UNICAMP**

Si38u

Silva, Gustavo Pereira da, 1982-.

Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)/ Gustavo Pereira da Silva. - Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Lígia Maria Osório Silva.

Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

1. Economia cafeeira. 2. Fazendas de café – São Paulo (Estado) – História. I. Silva, Lígia Maria Osório, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

12-001-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: A dynasty of the national capital: the enrichment of Lacerda Franco family and the diversification in Sao Paulo coffee economy.

Palavras chaves em inglês:

Coffee economy

Coffee farms – Sao Paulo (State) - History

Área de concentração:

História econômica.

Titulação:

Doutor em Desenvolvimento econômico.

Banca examinadora:

Lígia Maria Osório Silva (orientador)

Maria Alice Rosa Ribeiro

Pedro Geraldo Tosi

Flávio Azevedo Marques de Saes

Renato Leite Marcondes

Data da defesa: 07/12/2011

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento econômico.

Tese de Doutorado

Aluno: GUSTAVO PEREIRA DA SILVA

**“Uma Dinastia do Capital Nacional: a formação da
riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na
economia cafeeira paulista (1803-1897)“**

Defendida em 07 / 12 / 2011

COMISSÃO JULGADORA



Profa. Dra. LIGIA MARIA OSORIO SILVA
Orientadora – IE / UNICAMP



Profa. Dra. MARIA ALICE ROSA RIBEIRO
CMU / UNICAMP



Prof. Dr. PEDRO GERALDO TOSI
UNESP / Franca



Prof. Dr. FLÁVIO AZEVEDO MARQUES DE SAES
FEA / USP



Prof. Dr. RENATO LEITE MARCONDES
FEA-RP / USP

**Esta pesquisa foi financiada pela FAPESP.
Processo: 2008/50917-0**

Dedico este trabalho aos meus pais, meu irmão
e à minha Carol.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora nestes anos de mestrado e doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP, a professora Ligia Maria Osório Silva. Fica difícil expressar toda minha admiração e gratidão a uma pessoa que acreditou sempre em meu trabalho, dando total liberdade na condução da pesquisa, confiando em mim quanto até mesmo quando eu me questionava. Com seus conselhos aprendi muito mais do que História Econômica. Entendi como proceder na vida acadêmica. Muito obrigado!

Agradeço ao professor Flávio Saes e à professora Maria Alice Rosa Ribeiro por suas vitais colocações quando da qualificação do trabalho.

Agradeço às sugestões dos professores Luiz Fernando Saraiva, Renato Marcondes, José Jobson de Andrade Arruda, Rita Almico e Luiz Paulo Nogueiról.

Agradeço aos professores do Instituto de Economia da UNICAMP: Pedro Paulo Zahluth Bastos, Hernani Maia, Eduardo Mariutti, Plínio de Arruda e José Carlos Braga.

Agradeço ao corpo de funcionários do Instituto de Economia da Unicamp, sobretudo à Cida, Marinete, Alex, Fátima, Rosário, Regina, Lorenza, Maria de Lourdes, Ademir, Alemão e Regis.

Agradeço à simpatia, disponibilidade e zelo com a História do casal Durval Bacellar e Beatriz Franco de Lacerda Bacellar, ao me receberem na fazenda Paraizo em São Carlos (SP) e confiarem na seriedade do trabalho.

Agradeço ao senhor Klaus Peter Hamann por disponibilizar os documentos da fazenda Montevideo em Araras (SP). Espero que o trabalho tenha ficado à altura da confiança em mim depositada e que me possibilitou ter acesso ao acervo da fazenda, sem o qual esta tese não existiria.

Agradeço ao amigo Armando Akio, da Associação Comercial de Santos, pela total atenção que me dispensou quando lá pesquisei. Da mesma forma, agradeço à Regina, do Arquivo

Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo, e espero que ela continue com seu valioso trabalho de preservação da História.

Agradeço aos amigos Rogério Naques Faleiros, Rodrigo Fontanari, Ualace Moreira, Diogo Magalhães, Claudia Tessari, Michel Marson, Erika Ferreira Bruno Aidar, Edinho, Tatiana Belanga, Armando Dalla Costa, Ema Camillo e Fernando Abrahão.

Agradeço em especial ao amigo Fábio Cressoni, historiador e interlocutor que fez a ponte até o senhor Klaus. Sem este contato, o trabalho não se iniciaria.

Agradeço ao amigo Guilherme Pontes Stefarolli, que com sua consultoria contábil e a grande paciência com minhas dúvidas, ajudou na formulação de um trabalho de contabilidade do século XIX.

Por fim, agradeço àqueles que sempre foram minha base de sustentação, meu porto seguro e o estofó que impediu que qualquer contratempo afetasse meu trabalho: meu pai João, minha mãe Lourdes e meu irmão Rodrigo e minha noiva e futura esposa Carol. Só cheguei até aqui em função de vocês!

Não é difícil imaginar. Criar mentalmente uma pessoa, um gesto ou qualquer coisa que não existe, não é difícil. Também não é difícil imaginar a própria morte. Difícil realmente é imaginar a economia em todas as suas dimensões. Os fluxos financeiros, os percentuais de lucro, as contratações, os débitos, os investimentos. Não há fisionomias a visualizar, coisas precisas a reter na mente. Podem-se imaginar as diversas regras da economia, mas não os fluxos, as contas bancárias, cada operação singular. Se se tenta imaginar a economia, corre-se o risco de ficar com os olhos fechados para concentrar-se e apertá-los até ver aquelas psicodélicas deformações coloridas na tela da pálpebra (ROBERTO SAVIANO, *Gomorra: a história real de um jornalista infiltrado na violenta máfia napolitana*).

“... a Economia é um saber que está obrigado a formular suas hipóteses levando em consideração o tempo histórico, dimensão em que se desenvolve a ação humana. Ela deve se entregar ao estudo do comportamento dos agentes privados em busca da riqueza, no marco de instituições sociais e políticas construídas pelas ações e decisões coletivas do passado, ou seja, pela História” (LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO).

RESUMO

O presente trabalho busca elucidar a formação da riqueza na economia paulista durante o século XIX através dos negócios de uma de suas mais importantes famílias, os Lacerda Franco. Para tanto, iniciamos com a reconstituição da origem sócio-econômico familiar no início do século XIX, nas vilas paulistas de Atibaia e Jundiá cultivando mantimentos, produzindo aguardente e criando animais – atividades voltadas ao mercado interno. O capital amealhado será posteriormente transformado em canaviais e cafeeiros, ingressando nos grandes circuitos de acumulação da economia imperial, entre 1830-1850. Na segunda metade do XIX, veremos a redistribuição do cabedal entre os membros da família Lacerda Franco e a formação de empresas constituídas essencialmente por familiares. Estas firmas – sociedades agrícolas, casa comissária e exportadora, indústria e banco – formaram-se, na maior parte, prescindindo dos capitais de terceiros. Elas fortaleceram-se no complexo exportador cafeeiro paulista, chegando mesmo a dominar alguns setores, como a exportação de café pelo Porto de Santos em 1885-1886. A pujança e diversificação dos investimentos da família Lacerda Franco dão mostras da força do capital nacional no século XIX, na figura dos representantes do grande capital cafeeiro, indivíduos que, apesar de originarem seus capitais na lavoura, embrenharam-se nos mais difusos empreendimentos ligados à produção e comércio no século XIX, possibilitando a formação de uma riqueza portentosa e diversificada, como a análise dos vários documentos da fazenda Montevidéo (Araras-SP) e da fazenda Paraizo (São Carlos-SP) nos permitiram apreender.

PALAVRAS-CHAVE: Lacerda; Família; Riqueza; Café; Diversificação.

ABSTRACT

The present work elucidates the formation of wealth in the Paulista economy during the nineteenth century through the business of one of its most important families, the Lacerda Franco. To this end, we begin with the reconstruction of socio-economic origin of family in the early nineteenth century, in the paulista villages Jundiaí and Atibaia growing food, producing spirits and raising livestock - activities aimed at the domestic market. The capital earned will then be transformed into sugar cane and coffee, joining the great circuits of accumulation of the imperial economy between 1830-1850. In the second half of the nineteenth century, we see the redistribution of patrimony between the family members of the Lacerda Franco and the formation of companies which were mainly family members. These companies - agricultural societies, commissioners and export firm, industry and bank - formed in most, regardless of third party capital. They were strengthened in the coffee exporter complex of São Paulo, and even dominate some sectors such as coffee exports through the Port of Santos in 1885-1886. The strength and diversification of investments of the family Lacerda Franco show the strength of the native capital in the nineteenth century, the figure of the representatives of big coffee capital, individuals who, despite their capital origins in the field are embroiled in enterprises related to the more diffuse production and trade in the nineteenth century, allowing the formation of a diversified and portentous wealth, as the analysis of various documents from the farm Montevideo (Araras-SP) and the farm Paraizo (São Carlos-SP) allow us to grasp.

KEY-WORDS: Lacerda; Family; Wealth; Coffee; Diversification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 – A ECONOMIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO IMPÉRIO: a ascensão do café na economia nacional.....	7
2 – SÃO PAULO: DO ISOLAMENTO À INTEGRAÇÃO	11
2.1 – Primeira metade do século XIX: São Paulo e sua inserção na economia mercantil-escravista nacional.....	15
2.2 – O açúcar e a mudança econômico-social de São Paulo.....	22
2.3 – Os serviços de transporte/tropeirismo	28
2.4 – O duplo viés da produção paulista de mantimentos: interno e externo.....	38
3 – RUMO À FRONTEIRA: VILAS PAULISTAS E MIGRAÇÃO	47
3.1 – Jundiá (SP): terra de tropas e tropeiros	47
3.1.1 – Jundiá (SP) e a hipótese de uma menor concentração fundiária	52
3.2 – Atibaia (SP) e o comércio de mantimentos	63
3.3 – Casamento e a consolidação da nova família	66
3.4 – Jundiá (SP): retorno às origens.....	70
4 – LIMEIRA (SP): FRONTEIRA, FAMÍLIA E A BUSCA DO CÔNJUGE	85
4.1 – Joaquim Franco de Camargo e a formação da localidade limeirense.....	85
4.2 – Alferes Franco e a busca do cônjuge na fronteira	96

5 – CAFÉ, FAMÍLIA E NEGÓCIOS: A ASCENSÃO DOS LACERDA FRANCO NO COMPLEXO CAFEEIRO PAULISTA	105
5.1 – O Brasil e o mundo na metade do XIX	105
5.2 – Fim do tráfico negreiro e os dilemas da economia nacional: as respostas ao problema da mão-de-obra e a consolidação do café em São Paulo.....	115
6 – O AVANÇO DO CAFÉ NO INTERIOR PAULISTA: OS LACERDA FRANCO E A DICOTOMIA ENTRE SÃO CARLOS E ARARAS	131
6.1 – São Carlos (SP): uma vila alijada do complexo cafeeiro paulista.....	131
6.2 – Araras (SP): Formação do município sob o jugo dos irmãos Lacerda Guimarães	147
7 – OS LACERDA FRANCO E A FORMAÇÃO DO COMPLEXO CAFEEIRO PAULISTA (1870-1880)	161
7.1 – O arcabouço teórico: o conceito de complexo econômico e o grande capital cafeeiro.....	161
7.2 – Araras e a Ferrovia: a entrada no complexo cafeeiro paulista.....	166
8 – DENTRO DO COMPLEXO: OS LACERDA FRANCO E SEUS INVESTIMENTOS NA ECONOMIA CAFEEIRA PAULISTA.....	179
8.1 – O comissariado e a J. F. de Lacerda & Cia	179
8.2 – J. F. de Lacerda & Cia. (1885-1893): os negócios de uma grande casa comissária exportadora na transição do complexo cafeeiro paulista.....	203
8.2.1 – O Barão de Arary e a atuação de uma casa comissária e exportadora no ocaso da economia escravista.....	207
8.2.2 – O Barão de Arary e a diversificação de sua riqueza no complexo exportador capitalista	225
8.3 – Lacerda, Camargo & Cia (1884-1892): o grande capital cafeeiro no nascimento da indústria paulista.....	239

9 – FALÊNCIA E PASSAMENTO (1893-1897): A DERROCADA DA CASA COMISSÁRIA J. F. DE LACERDA & CIA. E A MORTE DO BARÃO DE ARARY	273
CONCLUSÕES	307
FONTES DOCUMENTAIS	313
BIBLIOGRAFIA CITADA	319

TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS, MAPAS E ANEXOS

Tabela 1: Brasil e seus principais produtos de exportação (1821-1860).....	7
Tabela 2: Muares registrados na Barreira de Sorocaba (1820-1829) e muares conduzidos pelo Registro do Rio Negro e pela Barreira de Itapetininga (1830-1869)	34
Tabela 3: Receita total da capitania/província de São Paulo entre 1788 e 1836 (valores em mil-réis).....	35
Tabela 4: Receita da Província de São Paulo em 1836-1837 e os maiores impostos (valores em mil-réis)	36
Tabela 5: Receita da Província de São Paulo em 1841 (de acordo com o artigo 1º da Lei n. 25 de 23 de março de 1841) – valores em mil-réis	38
Tabela 6: Valor da produção e importância relativa dos produtos agrícolas da província de São Paulo em 1836	39
Tabela 7: Valor e percentagem da produção da província de São Paulo por região – em 1836	40
Tabela 8: Importância Relativa das regiões paulistas referente aos principais produtos agrícolas na província de São Paulo em 1836.....	42
Tabela 9: População, número de escravos e percentual de cativos na vila de Jundiaí (1798-1836	47
Tabela 10: quantidade dos gêneros produzidos na Vila de Jundiaí, 1798-1836	49
Tabela 11: valor (em mil réis) dos gêneros produzidos na vila de Jundiaí, 1798-1836.....	49
Tabela 12: valor percentual/participação (%) dos gêneros produzidos na economia da vila de Jundiaí (1798-1836.....	50
Tabela 13: A distribuição da terra na vila de Jundiaí em 1818: número de proprietários; área média das propriedades (alqueires); superfície relativa ao tamanho das propriedades e índice de Gini	55
Tabela 14: Utilização das Terras em Jundiaí (1818) – número e percentagem das propriedades em relação à percentagem das terras	57
Tabela 15: Classificação dos proprietários em Jundiaí (1818) – número absoluto e percentual de proprietários e área ocupada (em hectares.....	57
Tabela 16: Características da produção de açúcar na vila de Jundiaí (1798-1836.....	58

Tabela 17: Proprietários de escravos e utilização de cativos na vila de Jundiá (1798-1836) ...	60
Tabela 18: Produção de propriedades com e sem escravos na vila de Atibaia (1816/1818).....	65
Tabela 19: Atividades agrícolas, produtos, maior plantel de cativos e cargos militares dos membros da família Franco de Camargo-Lacerda Guimarães nas vilas de Atibaia e Jundiá (1803-1842)	74
Tabela 20: Grau de parentesco entre os principais membros da família Franco de Camargo e Lacerda Guimarães	74
Tabela 21: INVENTÁRIO DE MARIA FRANCO DE LACERDA AOS 22 DE FEVEREIRO DE 1861 – valores em mil réis.....	84
Tabela 22: Rendas alfandegárias e o total da receita do Brasil (1830-1850)	109
Tabela 23: Direitos de Importação e Exportação na Receita Geral do Império (1845-1855) – em mil réis	109
Tabela 24: Dívida Externa no Império (1824-1889) – em cruzeiros-ouro	112
Tabela 25: Produção de café e população de São Paulo, 1836 e 1854.....	122
Tabela 26: valores envolvidos na formação e cultivo de um cafezal em limeira, 1856.....	124
Tabela 27: RELAÇÃO DAS COLÔNIAS PAULISTAS EM 1857	129
Tabela 28: Brasil e seus principais produtos de exportação (1851-1910).....	143
Tabela 29: Preço de importação do café nos Estados Unidos entre 1860-1879 (em cents/libra-peso)	143
Tabela 30: Taxas médias do câmbio brasileiro, 1863-1882 – em dinheiros por mil-réis.....	145
Tabela 31: lista dos habitantes com maior renda do município de Araras e suas respectivas ocupações, em 1876.....	159
Tabela 32: População livre e escrava de algumas vilas do Oeste Paulista, 1872.....	162
Tabela 33: Transporte de café pela Companhia Paulista, 1872-1900 (valores em mil-réis; quantidades em toneladas; médias anuais para os períodos indicados).....	170
Tabela 34: Desenvolvimento da rede ferroviária da Companhia Paulista, 1875-1900 (extensão dos trilhos em quilômetros); População e produção de café da região de Araras e São Carlos, 1854-1905 (café em arrobas)	171

Tabela 35: Preço de importação do café nos Estados Unidos entre 1880-1899 (em cents/libra- peso)	172
Tabela 36: Taxas médias do câmbio brasileiro, 1881-1898 – em dinheiros por mil-réis.....	174
Tabela 37: Fazendas da metade do século XIX situadas no território atual do município de Araras	176
Tabela 38: Distribuição geográfica aproximada e exportações de café da Região Cafeeira, 1869- 1899 – valores em milhares de arrobas; números entre parênteses correspondem às participações percentuais sobre o total da exportação da região	177
Tabela 39: Demonstração de Lucros e Perdas da casa comissária J. F. de LACERDA & Cia. em 1879-1880 e 1880-1881 – em mil réis.....	186
Tabela 40: Destinos do café exportado por Santos entre 01/07/1886 a 31/12/1886 – valores em sacas de 60 kg.....	195
Tabela 41: Exportadores de café durante o ano financeiro 1885-1886 – valores café em sacas de 60 kg	197
Tabela 42: Balanço Patrimonial da Casa Comissária J. F. de LACERDA & Cia. em 1879-1880 e 1880-1881 – valores em mil réis	200
Tabela 43: Discriminação das contas dos sócios no balanço de dissolução da J. F. de LACERDA & Cia. em 31/08/1881 – valores em mil-réis.....	202
Tabela 44: Correntistas da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. e os juros por ela cobrados, 1883-1893 – em % ao ano	209
Tabela 45: Resumo da Conta Corrente de José de Lacerda Guimarães na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., julho de 1885 a junho de 1886 – valores nominais em réis (Rs.)	210
Tabela 46: Distribuição do Lucro Líquido da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., em 30/06/1886 – valores em réis (Rs.)	217
Tabela 47: Rede de parentesco dos sócios da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. em 1886.....	217
Tabela 48: compra de ações de sociedades anônimas por parte de José de Lacerda Guimarães através da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1885-1888 – valores em réis (Rs.)	223

Tabela 49: Demonstração de Lucros e Perdas da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. em 30/06/1886, reunidos os saldos da filial do Rio de Janeiro e do Hâvre (França) – valores em réis (Rs.).....	225
Tabela 50: Bancos Paulistas e o tamanho de seus ativos, 1890-1892 – valor nominal dos ativos em contos de réis	236
Tabela 51: compra de ações de sociedades anônimas por parte de José de Lacerda Guimarães através da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1889-1893 – valores em réis (Rs.)	238
Tabela 52: Rede de parentesco dos sócios da fundição Lacerda, Camargo & Cia. em 1887.....	248
Tabela 53: Amostra da capitalização de algumas firmas de São Paulo em 1887 – capital em contos de réis, valor de cada ação em mil réis.....	251
Tabela 54: Conta de liquidação da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de janeiro de 1892 – valores em réis (Rs)	264
Tabela 55: Empresas do setor de bens de capital no estado de São Paulo, 1891	266
Tabela 56: Balanço Patrimonial da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de dezembro de 1887 – valores em réis (Rs.)	267
Tabela 57: Demonstração de lucros e perdas da Lacerda, Camargo & Cia. em 31/12/1889	269
Tabela 58: Balanço Patrimonial da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de janeiro de 1892 – valores em réis (Rs.).....	270
Tabela 59: Demonstração da conta de lucros e perdas da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de janeiro de 1892 – valores em réis (Rs.)	271
Tabela 60: Saldos apurados e saldos esperados da conta corrente de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary) na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1886-1893 – valores em réis (Rs.).....	278
Tabela 61: Produção mundial de café, quantidades compradas no mercado (consumo) e suprimento visível (estoque), 1889-1900 – em milhares de sacas de 60 kg.....	292
Tabela 62: Riqueza inventariada do Barão de Arary e sua distribuição percentual, 1897 – valores em réis (Rs.) e percentuais (%).....	294
Tabela 63: Ações de empresas que constam entre os ativos no inventário do Barão de Arary, 1897 – valores em réis (Rs.)	298

Tabela 64: Riqueza de alguns dos maiores proprietários falecidos na cidade de São Paulo, 1889-1897 – valores em réis	301
Tabela 65: Balanço patrimonial da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., em 30 de junho de 1891 – valores em réis (Rs.)	304
Tabela 66: Resumo da Conta Corrente de José de Lacerda Guimarães na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., julho de 1892 a maio de 1893 – valores nominais em réis (Rs.)	305
Gráfico 1: Produção e exportação do açúcar paulista (1797-1855).....	23
Gráfico 2: Evolução da população paulista (1798-1837)	24
Gráfico 3: Número de escravos na capitania/província de São Paulo (1798-1836).....	25
Gráfico 4: População livre na capitania/província de São Paulo (1798-1836).....	25
Gráfico 5: Valores dos produtos paulistas exportados por Santos no ano financeiro 1835-1836 – em contos de réis	27
Gráfico 6: Produção Açucareira Paulista e de algumas vilas em 1846-1847 – valores em arrobas	40
Gráfico 7: porcentagem de cada ativo na riqueza de Antonio de Lacerda Guimarães (1850) ..	77
Gráfico 8: porcentagem de cada ativo na riqueza de Maria Franco, 1861 – valores em mil-réis	81
Gráfico 9: Comparação dos valores legados aos herdeiros por Antonio de Lacerda Guimarães (1850) e Maria Franco (1861) – valores em mil réis	82
Gráfico 10: Preços dos cativos de Antonio de Lacerda Guimarães (1850) e sua esposa Maria Franco (1861) – valores em mil-réis.....	82
Gráfico 11: Desembarque estimado de africanos no Brasil, 1781-1855	116
Gráfico 12: Preço da mão-de-obra escrava nos cafezais do Rio de Janeiro (1861) e Oeste Paulista (1861-1869) e da mão-de-obra assalariada no Oeste Paulista (1856) – valores em mil-réis	126
Gráfico 13: Preços do café (por arroba), milho (alqueire), arroz (arroba) e feijão (alqueire) no Rio de Janeiro e no Oeste Paulista (Limeira), – valores em réis.....	127
Gráfico 14: Importação norte-americana de café, 1859-1881 (em milhares de toneladas métricas)	142

Gráfico 15: Produção, exportação e importação mundial de café, 1856-1900 – em milhares de toneladas métricas.....	144
Gráfico 16: Trajetória da população do município de Araras (SP) na segunda metade do século XIX.....	163
Gráfico 17: Produção, exportação e importação mundial de café, 1881-1900 – em milhares de toneladas métricas.....	173
Gráfico 18: Investimento inicial e saldo dos sócios da J. F. de Lacerda & Cia (1881) em relação à soma dos dividendos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1875-1885) – valores em contos de réis	188
Gráfico 19: Distribuição da riqueza na cidade de São Paulo, 1845-1895 – valores percentuais em relação ao total (%)......	222
Gráfico 20: Saldos da conta corrente de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary) na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1886-1893 – valores em réis (Rs.).....	277
Gráfico 21: Saldos apurados e saldos esperados e da conta corrente de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary) na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1886-1893 – valores em réis (Rs.).....	279
Gráfico 22: Participação dos bancos nos débitos do Barão de Arary junto à casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia, em especial do Banco União de São Paulo, 1885-1893 – valores em contos de réis.....	281
Gráfico 23: Distribuição da riqueza de grandes proprietários da cidade de São Paulo (1888-1895) e do Barão de Arary (1897) – valores percentuais (%).	299
Mapa 1: O caminho percorrido pelos irmãos Lacerda Guimarães no Oeste Paulista, de Jundiá a Araras	160
Mapa 2: Cidade de Havre (França) no continente europeu	203
Quadro 1: GENEALOGIA DOS FRANCO DE CAMARGO-CORRÊA DE LACERDA E FORMAÇÃO DA NOVA FAMÍLIA DOS LACERDA FRANCO: casamento de Ignacio Franco de Camargo com Anna Maria da Conceição (1803)	70
Quadro 2: GENEALOGIA DOS FRANCO DE CAMARGO-LACERDA GUIMARÃES E A CONSOLIDAÇÃO DA FAMÍLIA LACERDA FRANCO: casamento de Antonio Corrêa de Lacerda/Lacerda Guimarães com Maria Franco e o casamento dos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães com suas primas Manoela de Cássia e Clara Miquelina de Franco de Camargo	103

Quadro 3: GENEALOGIA da FAMÍLIA LACERDA FRANCO.....	330
Anexo 1: Nota de Venda de produtos pela J. F. de Lacerda & Cia. destinados a José de Lacerda Guimarães, residente na fazenda Montevideó em Araras (SP), no dia 22 de abril de 1880	331

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve início em 2007, quando nos deparamos com o vasto o corpo documental da centenária fazenda Montevidéo, localizada no município paulista de Araras. O volume da documentação era grande, mesmo sendo apenas uma parte dos papéis arquivados na sede da propriedade. Todavia, faltava uma pergunta, um tema que articulasse todo aquele acervo e que possibilitasse a elaboração de um projeto de pesquisa. A priori, sabíamos que a Montevidéo havia sido uma unidade produtora de café em Araras que pertenceu ao Barão de Arary, como outras fazendas da cidade e, a exemplo de tantas que existiram no Oeste Paulista no século XIX. Porém, da documentação sobressaltou-nos as referências à uma casa comissária de café chamada J. F. de Lacerda & Cia. Eram muitas as indicações a esta firma, constando as demonstrações contábeis, contratos, contas-correntes, notas de venda de café e outros documentos que suscitaram algumas questões: o que era uma casa comissária? Quem eram seus proprietários? Qual a relação entre a fazenda e a firma? Haveria outros negócios do Barão de Arary na economia cafeeira paulista?

De tais questionamentos, e alicerçado na ampla documentação, é que empreendemos o projeto, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulado *Negócios do Café e Diversificação Econômica Paulista: Araras (1847-1897)*. A intenção era buscar a compreensão do processo de diferenciação da riqueza paulista e os investimentos em diversos ativos econômicos, característica do complexo exportador cafeeiro que se formou em São Paulo, ressaltando as fontes empresariais calcadas principalmente nos documentos da casa comissária de café J. F. de Lacerda & Cia (1879-1894), firma da família Lacerda Franco com sede em Santos, Rio de Janeiro e Havre (França).

Todavia, iniciar o trabalho pelo ano de 1847, quando os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães casaram-se com suas primas Manoela e Clara Franco de Camargo, na vila paulista de Limeira, não seria indicado. Este recorte histórico impossibilitava apreender a origem da riqueza dos Lacerda Franco até chegarem àquela localidade paulista e os elos de parentesco que faziam dos cônjuges ser primos.

Dessa forma, iniciamos a pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo, priorizando os Maços de População – espécie de censo da população paulista entre a segunda

metade do século XVIII e a primeira metade do XIX – buscando nas vilas de Atibaia e Jundiá as origens dos Franco de Camargo e dos Corrêa de Lacerda/Lacerda Guimarães, que se uniram através de matrimônios para formar a família Lacerda Franco.

Nesta fase inicial, os membros de ambas as famílias habitavam vilas próximas à cidade de São Paulo, caracterizadas pela produção de mantimentos a serem vendidos no mercado da capital da Província, e também, pela criação e comércio de animais – bovinos, eqüinos e bestas muares – demandados pelas fazendas do Oeste Paulista e, após 1808, pela Corte. Estas atividades econômicas voltadas ao mercado interno faziam parte do cotidiano das duas famílias em questão, estando o mercado interno na origem dos capitais da família Lacerda Franco.

Este capital acumulado em atividades de cunho interno vai migrar rumo o que e tornaria o Oeste Paulista e, sobretudo na vila de Limeira por volta de 1830, metamorfosear-se em canaviais, através da figura de Joaquim Franco de Camargo, que se tornaria rico senhor de engenho e potentado político-judicial limeirense, sendo alcunhado de Alferes Franco. Aquele era um período em que a economia paulista tinha na exportação o açúcar seu principal gerador de divisas e no topo da elite provincial situavam-se, dentre outros atores, os senhores de engenho de São Paulo.

Porém, refletindo a ascensão do café na pauta de exportação do Império, a rubiácea passaria a dominar as lavouras paulistas por volta de 1850, mudança que em grande parte foi conduzida pelos antigos produtores de açúcar, atraídos por um produto com demanda em franca expansão no mercado internacional. O Alferes Franco formou seus cafezais nas cinco propriedades que possuía nas vilas de Limeira e Rio Claro. Mas, ao mesmo tempo em que embrenhar-se nas terras da fronteira significava maiores oportunidades de êxito econômico, implicava em um problema: onde conseguir cônjuges aptos a, mais do que se juntar à família, manter e expandir o cabedal até então amealhado? Em boa parte das grandes famílias paulistas, a resposta a este questionamento estava em recorrer aos familiares que não haviam migrado, uma vez que, atrativos não faltariam, consubstanciados na figura de polpudos dotes, constituídos de dinheiro, escravos e até mesmo propriedades inteiras.

Dessa forma, em 1847, na vila de Limeira, houve o matrimônio de Bento e José de Lacerda Guimarães com suas primas, filhas do Alferes Franco, Manoela e Clara. O que ocorreu depois com os Lacerda Franco nesta parte do Oeste Paulista será o mote de nosso trabalho.

Cronologicamente, na segunda metade do século XIX, formou-se o complexo exportador cafeeiro paulista em suas duas fases: escravista (1850-1888) e capitalista (a partir de 1888, após a Abolição). A idéia clássica de um complexo econômico cafeeiro em que atividades paralelas estão intrinsecamente ligadas, por efeitos de encadeamento, à atividade central foi desenvolvida por Wilson Cano (1981). No complexo cafeeiro, a expansão dos cafezais e de sua produção foi viabilizada, ao mesmo tempo em que induziu a formação de novas atividades que se mostraram excelentes oportunidades para se obter e diversificar o capital. Ferrovia, indústria, bancos, empresas de serviços públicos e comércio de importação e exportação eram essenciais à continuação dos negócios cafeeiros, mas, além disso, eram subterfúgios para que os proprietários paulistas não ficassem atrelados à instabilidade de um mercado que se baseava em um produto sujeito às mais variadas intervenções: chuvas, geadas, pragas e a própria superprodução afetavam o desempenho das safras e, conseqüentemente, o preço do café no mercado interno e externo.

A diversificação dos negócios no complexo exportador cafeeiro de São Paulo, na segunda metade do XIX, foi deflagrada pela formação de um grande número de sociedades anônimas. A maioria delas constituídas pelos representantes do grande capital cafeeiro, indivíduos que não se prendiam unicamente às lavouras, mas que transitavam pela economia paulista inserindo nas diretorias das firmas, formando novas indústrias, bancos, casas comissárias, ferrovias e outros empreendimentos, exibindo o caráter empresarial do paulista realçado por Kugelmas (1986). Este capital diversificado, ao mesmo tempo agrário, industrial, bancário, etc., foi definido por Sérgio Silva (1995), que demonstrou as várias funções exercidas pelo capital cafeeiro de forma simultânea. Por sua vez, Renato Perissinotto (1994) mostrou os conflitos existentes entre as frações da elite paulista, realçando a dicotomia entre lavoura e o grande capital cafeeiro, sendo o último grupo por nós privilegiado na análise do trabalho.

Os membros do grande capital cafeeiro destacavam-se pela pujança econômica em virtude das multifacetadas fontes de acumulação. Nomes como Vergueiro, Souza Queiroz, Souza Aranha, Paes de Barros, Silva Prado, dentre outros, bem representavam esta poderosa fração da economia paulista, marcada por seus nomes constantemente figurarem a frente das diretorias das

empresas envolvidas no complexo cafeeiro, como o expõe Flávio Saes (1986a). Indo além, vemos que, por exemplo, no caso dos bancos formados em São Paulo na década de 1880 e 1890, o papel do capital nacional foi preponderante, pois a maioria dos bancos criados então se fez com representantes do grande capital cafeeiro associando capitais para formar sociedades anônimas que, em muitos casos, sobrepujavam as casas bancárias estrangeiras no volume de empréstimos concedidos na economia paulista, como mostrado por Anne Hanley (2005).

Com isto, temos o quadro em que se dará a análise dos negócios da família Lacerda Franco na segunda metade do século XIX: uma economia nacional baseada na exportação de um bem com elevada demanda externa que, por sua vez, encetou atividades paralelas que se tornavam atraentes às massas de capitais acumulados na produção e comercialização da rubiácea. No caso de São Paulo, este conjunto se valeu de um capital nacional que se acumulara preteritamente e que, no momento de vicissitudes econômicas, como no dilema dos elevados custos de transportes ao se interiorizar a produção, transformou os óbices à expansão do café em rendosas oportunidades, com a criação das empresas ferroviárias pelos próprios cafeicultores.

Os Lacerda Franco são mais um exemplo de famílias representantes do grande capital cafeeiro. Dentre as similaridades com os outros clãs paulistas, vemos a origem de seus capitais, que da cana se converteram em cafezais; a consolidação como grandes cafeicultores e; a posterior dinamização das atividades, com sociedade agrícola, casa comissária, banco, participação acionária em ferrovias, empresas de serviços públicos, etc. Todavia, são as diferenças que nos fizeram perceber a magnitude desta família e de seus investimentos, afinal, poucos fazendeiros constituíram indústrias e, em menor número ainda foram os comissários de café nacionais que romperam a barreira criada pelos exportadores, na imensa maioria estrangeiros, no controle dos lucros da comercialização do café no exterior, conseguindo fazer de suas casas exportadoras, inclusive, com uma sede na França.

A trajetória dos Lacerda Franco no século XIX, da origem de seus capitais em atividades internas à internacionalização dos negócios com a casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. reforça a idéia de um pujante complexo exportador cafeeiro em São Paulo. Os trabalhos anteriormente citados convergem na relevância do complexo exportador cafeeiro como destino de um capital acumulado, como gerador de riqueza e como diversificador dos lucros. Talvez, estes trabalhos careçam de uma família que exemplifique todas as faces deste processo.

Se assim é, os Lacerda Franco podem responder várias das questões que ainda permeiam o estudo do papel das grandes famílias paulistas no complexo exportador cafeeiro: origem de seus capitais, mecanismos de financiamento, formação de empresas familiares, organização de grandes companhias comerciais, indústrias e bancos. Este é o objetivo do presente trabalho¹.

¹ ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS: algumas tabelas, gráficos, mapas e quadros foram colocados ao final do respectivo capítulo ou tópico em virtude de terem grandes proporções. Isto se deu, sobretudo, com a documentação contábil das empresas da família Lacerda Franco. Agimos desta forma para privilegiar a fluidez do texto e, simultaneamente, evitar grandes interrupções (espaços em branco) nas páginas.

1 – A ECONOMIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO IMPÉRIO: A ASCENSÃO DO CAFÉ NA ECONOMIA NACIONAL

Desenvolver uma análise teleológica da economia brasileira permitiria ao observador valer-se dos fins para analisar os meios. Nesse caso, comparar o volume da economia cafeeira e seus efeitos no âmbito nacional seria negligenciar a importância que tiveram outros produtos no correr dos séculos do Brasil Colônia. Entretanto, o Império brasileiro da segunda metade do XIX será o território dos negócios cafeeiros e dos que a eles se ligavam. O desafio que resta é tentar compreender a origem dessa opulência cafeeira, origem que há de ser buscada em uma economia que será, ao mesmo tempo, extrovertida e introvertida: segmentos ligados à exportação tendo laços com representantes de atividades voltadas ao mercado interno.

Tabela 1: Brasil e seus principais produtos de exportação (1821-1860)

Participação (em %) na Receita das Exportações							
Datas	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e peles	Outros	Total
1821-1830	18,4	30,1	20,6	0,1	13,6	17,2	100,0
1831-1840	43,8	24,0	10,8	0,3	7,9	13,2	100,0
1841-1850	41,4	26,7	7,5	0,4	8,5	15,5	100,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3	100,0

Fonte: Singer, (2006, p. 387).

No período de 1821-1830, o açúcar era a principal fonte de receita advinda das exportações, sendo que a receita do Império, no quinquênio 1825-1826 a 1829-1830 totalizava, em mil réis, 14.545.257. Como visto na tabela 1, o açúcar e os outros produtos vão perdendo espaço na pauta de exportação nacional, representando o café na virada do século quase 42% da receita gerada pelas exportações. Este crescimento do café teve repercussões na receita do Império, que chegou a 26.584.486 mil-réis no quinquênio 1845-1846 a 1849-1850. Todavia, esta ascensão na receita ainda estava muito aquém do que se veria 25 anos depois, no quinquênio 1870-1871 a 1874-1875, quando a receita do governo central² atingiu, em mil-réis, 105.300.651.

² Valores da receita do Império encontrados em CASTRO CARREIRA (1889, p. 608-609) *apud* CARVALHO (2007, p. 425).

O Brasil da Independência até a metade do século XIX era uma nação em construção, com diversos problemas internos que ameaçavam sua estabilidade territorial. Abdicação, regentes, problemas com a maioria do monarca e contestações nas províncias tiveram um efeito deletério às atividades econômicas, uma vez que criavam um cenário de instabilidade. No campo externo, consolidar a nova monarquia perante as outras nações implicou em endividamento e no compromisso, mesmo que negligenciado, de combater o amálgama do Brasil, ou seja, a promessa de debelar o tráfico de escravos diante de uma ofensiva da industrial e comercial Inglaterra, ávida por mercados consumidores e insatisfeita com a manutenção de um comércio que fugia de suas rédeas.

As incertezas da primeira metade do XIX também se revelavam na conjuntura econômica mundial e tinham fortes repercussões em nossos negócios. O século que se iniciara com as revoluções napoleônicas e o posterior bloqueio continental marcou um período de rearranjo dos produtores mundiais de café, com os tradicionais – como a ex-colônia francesa de São Domingo, que se tornou o Haiti da revolução – sendo eliminados por novas áreas produtoras, como Cuba e Brasil, além de Java. Esta fase de ajuste do mercado mundial do café seguiu do início do século até 1830 e foi marcada por flutuações nos preços do café, até que se encontrasse certo compasso entre a oferta e demanda. Aliás, uma demanda que se expandia cada vez mais em virtude do consumo de café pelos operários das novas indústrias e por toda uma população mundial que sentia o acelerar da História no século XIX, um tempo permeado por mudanças industriais e tecnológicas (MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 349).

O Brasil se tornou o maior produtor de café mundial já no início da década de 1830, com uma produção calcada nos cafezais situados no Vale do Paraíba, na divisa do Rio de Janeiro e São Paulo. A importância do café à economia brasileira pode ser medida pela de D. Pedro I que inscreveu o ramo da rubiácea no escudo de armas do Império recém-fundado. Esta deferência em relação ao café explicita um traço de sua produção em grande parte do século XIX: unidades produtoras e exportação se concentravam na capital do Império. Os dividendos desta atividade também não de se fixar por lá. Também a resolução de grande parte dos entraves à condução do negócio cafeeiro (MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 356).

Porém, as lavouras do Vale do Paraíba sucumbiram frente aos óbices à manutenção dos cafezais, sendo abandonadas pela onda cafeeira que buscou as terras do Oeste Paulista. Tem

fundamental importância compreender como era o cenário econômico da província de São Paulo quando da escalada cafeeira por seu interior. Afinal, o café, com seu caráter desbravador protagonizou-se pela invasão de áreas desconhecidas e, muitas vezes, pela formação de cafezais antes mesmo de vilas e cidades. Mas, como isto ocorreu? De onde vieram os capitais? Qual era a lavoura anterior?

Obviamente inviável obter respostas que se encaixem de forma hermética ao desenvolvimento de todas as áreas cafeeiras de São Paulo. Dessa forma, nosso estudo tentará elucidar a formação de cafezais em 4 localidades paulistas: Jundiaí, Limeira, São Carlos e Araras. Para tanto, seguiremos os passos dos representantes de duas famílias: os Franco de Camargo e os Lacerda Guimarães, que darão origem à família Lacerda Franco. A trajetória de alguns membros desta última família no decorrer do século XIX permite-nos acompanhar a origem dos cafezais no século XIX e dos capitais para tanto. As migrações destes indivíduos rumo à fronteira do café no interior paulista e a formação de seus investimentos evidenciam o vulto alcançado pela economia cafeeira paulista, culminando no complexo exportador cafeeiro. Sobretudo, o intento é demonstrar que a evolução do café em São Paulo foi ao mesmo tempo política e econômica: paulistas tomaram as rédeas da economia nacional e, posteriormente, passaram a ditar regras políticas tornando-se elite. E, os Lacerda Franco foram parte importante dessa elite cafeeira paulista.

2 – SÃO PAULO: DO ISOLAMENTO À INTEGRAÇÃO

A fundação da vila de São Paulo ocorreu em 1554, tendo ela se tornado sede da capitania de São Vicente em 1681. Em 1710, com a junção das capitanias de Santo Amaro e São Vicente nascia a capitania de São Paulo, com sede na vila de São Paulo. Territorialmente, a capitania de São Paulo chegou a ocupar grande parte do Brasil, mas ela foi desmembrada com o passar do tempo pelo governo metropolitano e, posteriormente, pelo imperial³.

O isolamento foi traço característico da região paulista até o século XVIII. Era uma região de fronteira que indicava o limite meridional do Império Português nas Américas. As dificuldades de acesso ao seu planalto, aliado ao poderio econômico de outras regiões do Brasil, como o Nordeste açucareiro, fazia diminuir o interesse da Metrópole sobre este território.

Vencida porém a escabrosidade da serra do Mar, sobretudo na região de Piratininga, a paisagem colonial já toma colorido diferente. Não existe aqui a coesão externa, o equilíbrio aparente, embora muitas vezes fictício, dos núcleos formados no litoral nordestino, nas terras do massapé gordo onde a riqueza agrária pode exprimir-se na sólida habitação do senhor de engenho. A sociedade constituída no planalto da capitania de Martim Afonso mantém-se, por longo tempo ainda, numa situação de instabilidade ou imaturidade, que deixa margem ao maior intercuro dos adventícios com a população nativa. Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento; não na grande propriedade rural que forma indivíduos sedentários (HOLANDA, 1945, p. 11-12).

Em suas densas florestas habitavam índios, mestiços e brancos, sendo pequena a presença do negro africano até o século XVIII e tendo no índio a base de sua mão-de-obra e de boa parte de sua economia, com a caça, apresamento e venda de silvícolas às outras regiões brasileiras⁴. Além disso, os paulistas praticaram durante boa parte do período colonial uma agricultura de subsistência: cultivava-se milho, feijão, arroz, mandioca, trigo, produzia-se açúcar e aguardente, criava-se porcos, cavalos, vacas, bois e mulas, além da pesca no litoral. A estes ofícios deve ser acrescida, como em boa parte da Colônia, uma atividade artesanal familiar que produzia têxteis de algodão, roupas, ferramentas e cerâmica. O comércio gravitava em torno dos

³ Em 1711, a capitania de São Paulo correspondia ao atual estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. Em 1720, a administração portuguesa criou a capitania das Minas de Ouro e São Paulo perdeu quase 600.000 km². Em 1738 houve nova cisão, quando São Paulo perdeu Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Até que, em 1748, a área da capitania de São Paulo se restringiria ao atual estado do Paraná e de São Paulo, o que só mudaria em 1853, quando seria criada a província do Paraná e São Paulo ficaria então como uma área de aproximadamente 250.000 km², como é atualmente (MARCÍLIO, 2000, p. 20-22).

⁴ Segundo Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 42), o grosso do tráfico negreiro com destino à América Portuguesa ocorreu entre o final do XVIII até a metade do XIX.

centros urbanos mais próximos e entre as cidades do interior e litoral, uma vez que os poucos recursos financeiros dificultavam a aquisição de produtos importados (LUNA; KLEIN, 2005, p. 33 e 36).

Entretanto, o cenário mudaria para São Paulo com a decadência do açúcar no Nordeste e os estímulos da Coroa à busca de metais preciosos em terras brasileiras. Os paulistas e seus vastos conhecimentos sobre o interior brasileiro se mostraram valorosos já ao final século XVII, quando se espalhou a notícia da descoberta do ouro ao norte e oeste da Província. As grandes levadas populacionais que se dirigiam às Minas com vistas ao rápido enriquecimento nas jazidas de ouro de aluvião fomentaram uma demanda por gêneros de subsistência que os paulistas passaram a atender, em um primeiro momento, com as sobras de sua incipiente produção. Mas, depois, intensificando e transformando sua agricultura de autoconsumo em agricultura para o comércio interno (ZEMELLA, 1990, p. 60)⁵. Esta atividade era desempenhada por pequenas famílias pobres de roceiros de subsistência que se espalhavam em torno de algumas pequenas vilas do planalto paulista e litoral: por exemplo, em torno do caminho que saía de Santos, passava pela vila de São Paulo, Jundiaí, Campinas e Mogi Mirim – que ainda não eram vilas⁶ - e seguia rumo às Minas, conhecido como o Caminho dos Goíases (MARCÍLIO, 2000, p. 18).

Porém, a primeira metade do século XVIII não significou uma reviravolta na condição econômica de São Paulo. A abertura do “Caminho Novo”, que ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais, em 1707, alijou os paulistas de grande parte dos capitais gerados pela mineração, pois esta rota ligava as duas regiões sem passar por São Paulo. O ouro seguia diretamente ao porto do Rio de Janeiro que, por sua vez, enviava às Gerais artigos importados e gêneros de subsistência (ELLIS, 1979, p. 194). Com a dinamização do fluxo comercial entre Minas e Rio de Janeiro, São Paulo continuou sua trajetória de ostracismo na economia colonial, fato corroborado pela perda de sua autonomia administrativa em 1748, passando a estar subordinada à capitania do Rio de Janeiro⁷. Para agravar o quadro complicado dos paulistas, ao atenderem a demanda de gêneros alimentícios que vinha das Minas, as vilas paulistas para lá

⁵ Segundo Zemella (1990, p. 60), a sanha dos paulistas pelos lucros advindos da mineração fez com que eles buscassem prover os mineiros de tudo o que eles carecessem, independentemente do artigo ser produzido em São Paulo, ou não, como foi o caso das bestas muas sulinas.

⁶ Campinas e Mogi Mirim foram elevadas à categoria de vila no ano de 1797 e 1769, respectivamente, sendo que Campinas chamava-se vila de São Carlos.

⁷ A decadência de São Paulo só não foi completa porque a região teve o ânimo renovado com a descoberta das minas de Goiás e Mato Grosso e, também, por ser região de passagem das tropas que vinham do Sul (ZEMELLA, 1990, p. 63).

enviavam grande parte de sua produção, o que redundou na elevação e mesmo carestia de alimentos em São Paulo.

As vilas paulistas sacrificaram seu próprio abastecimento, para mandar às minas boiadas, toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados, drogas e remédios, trigo, algodão, enxadas, almocafres e artigos importados como o sal, armas, azeite, vinagre, vinho, aguardente do reino, etc... (ZEMELLA, 1990, p. 59)

Mas, o declínio do ouro nas Gerais na segunda metade do XVIII selaria um novo momento no Império Português e abriria novos horizontes à capitania de São Paulo. A Metrópole tinha duas preocupações à época que redundaram em um novo olhar para a região paulista: buscar novas atividades econômicas na Colônia a fim de suprir a queda de capitais gerados pelo ouro em decadência; e, também, evitar que a Espanha se apossasse da porção meridional do Império Português na América e de suas pradarias excelentes às atividades pecuárias. Dessa forma, foi sob inspiração iluminista das ações de Pombal que, Dom Luís Antonio de Sousa, o Morgado de Mateus, foi nomeado governador da novamente autônoma capitania de São Paulo em 1765, com o intuito de aumentar seu número de habitantes e a produção regional, para que sua agricultura e comércio se modernizassem, além de contar com efetivos militares necessários às campanhas no Sul (LUNA; KLEIN, 2005, p. 41).

Os esforços do Morgado e dos governadores posteriores⁸ serviram para alterar o quadro demográfico e econômico da capitania de São Paulo. Entre 1532 e 1749, haviam sido criadas 19 vilas em São Paulo; já no período 1750-1799 foram criadas 14 vilas, o que se seguiu no período 1800-1849, quando 26 vilas surgiram. A população de São Paulo que, em 1776 era de 100.573 habitantes, aumentou para 169.544 em 1800 e chegou a 244.405 pessoas em 1822 (MARCÍLIO, 2000, p. 144 e 214).

De outra parte, iniciativas governamentais foram tomadas para incentivar a exportação dos produtos paulistas. Em 1789, o governador Bernardo José de Lorena determinou a centralização de todo o comércio da capitania de São Paulo no porto de Santos, visto que grande

⁸ Após 1765, com a restauração da autonomia, a capitania de São Paulo teve os seguintes governadores: Morgado de Mateus (1765-1775), Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), Francisco da Cunha Meneses (1782-1786), Raimundo José Chichorro da Gama Lobo (1786-1788), Bernardo José de Lorena (1789-1797), Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802), Antonio José de Franca e Horta (1802-1811), o Marquês de Alegrete (1811-1814), o Conde da Palma (1814-1817) e João Carlos Oyenhausen, Marquês de Aracati, que governou até a Independência.

parte produção paulista era escoada pelo Rio de Janeiro. Para tanto, concluiu, em 1791, a construção de uma estrada pavimentada ligando São Paulo a Santos através da Serra do Mar – a Calçada do Lorena – que facilitou a circulação das tropas de muares e baixou os custos de transporte do interior ao litoral (LUNA; KLEIN, 2005, p. 42).

A decadência da exportação aurífera não determinou o fim da demanda por gêneros de subsistência paulistas pelos mineiros. Pelo contrário, a agricultura de São Paulo continuará “exportando” às Gerais milho, feijão e outros gêneros, mas também verá florescer a cultura que possibilitou a São Paulo passar de zona de fronteira peculiar à uma sociedade agrícola e comercial baseada na grande lavoura: o açúcar.

As ligações entre o ouro das Minas Gerais e o açúcar paulista são significativas. Com a demanda pela produção de açúcar brasileiro em alta⁹, estimulada devido às agitações no Haiti, os capitais acumulados na mineração e na agricultura regional viabilizaram a importação de negros africanos para ser a mão-de-obra nos engenhos paulistas. Em São Paulo, diferentemente do Nordeste e do Rio de Janeiro, o açúcar dividia espaço com outras culturas, como o milho e outros alimentos, dessa forma, junto ao desenvolvimento da lavoura canvieira na capitania de São Paulo, ocorreu também a evolução de uma agricultura comercial de gêneros alimentícios, demonstrando que o açúcar paulista não tinha um caráter monocultor – como atualmente (LUNA; KLEIN, 2005, p. 55 e 56).

Para a formação de uma economia exportadora açucareira em São Paulo, o que se viu foi a passagem das pequenas unidades produtoras baseadas no trabalho familiar para os engenhos que se valiam de mão-de-obra escrava. Isto não implicou o fim da agricultura familiar, mas ela cada vez mais foi deslocada da produção açucareira e voltou-se à produção de alimentos. Esta preferência pelas grandes unidades era corroborada pela necessidade de uma elevada produção e exportação de açúcar que recuperasse o capital investido na aquisição dos engenhos. Dessa forma, adentrar na produção de açúcar não era tarefa facultada a qualquer um, mas restringida àqueles que já tinham um capital acumulado previamente em outras atividades, por exemplo, aos ricos negociantes da vila de São Paulo, que tinham mais de 50 contos de réis – sendo o grupo

⁹ Este aumento da demanda era atendido em menor parte pela produção paulista, uma vez que, entre 1796-1811, o maior exportador de açúcar branco no Brasil foi a capitania do Rio de Janeiro (6.608.097 arrobas), seguido de Pernambuco (6.116.182 arrobas), da Bahia (5.636.858 arrobas) e São Paulo (98.556 arrobas) (ARRUDA, 1980, p. 361).

mais rico desta vila – e, assim, puderam se deslocar da capital ao interior para formar engenhos e investir na atividade que se mostrava promissora (ARAÚJO, 2006, p. 208).

O açúcar exportado pelo porto de Santos provinha em sua maioria do Oeste Paulista. Em 1799, havia nesta região 260 engenhos e 4.621 escravos produzindo 1.929 toneladas de açúcar, com uma produtividade média de 7,4 toneladas por engenho, produzidas em média por 18 escravos em cada unidade – o equivalente a 66% da produção de toda a capitania de São Paulo, que era de 2.918 toneladas (LUNA; KLEIN, 2005, p. 61)¹⁰. A importância do açúcar para São Paulo já era evidente no período:

O açúcar constituía, sem dúvida, o esteio econômico da capitania. Grande parte da população tinha suas atividades ligadas à produção e ao comércio açucareiros. A recuperação econômica de São Paulo se deve, em grande parte, ao açúcar. A prova é o valor que tinha sua exportação. Em 1807, o valor dessa exportação era de 248:095\$100 réis, sendo o valor de todos os produtos exportados 496:109\$420 réis. Quanto ao valor, o açúcar correspondia à metade de todas as exportações paulistas. Em 1813, a sua produção valia 177:169\$920 réis, enquanto o valor total da produção paulista era de 1.005:764\$440 réis (PETRONE, 1968, p. 155).

Contudo, qual foi a dimensão desta São Paulo açucareira? Será que ela apresentou um dinamismo que tão somente seria repetido com o café na segunda metade do século XIX? Ou havia limites ao desenvolvimento do açúcar?

2.1 – Primeira metade do século XIX: São Paulo e sua inserção na economia mercantil-escravista nacional

De região inóspita e temida no Império Português, São Paulo passará, na segunda metade do século XIX, a centro de forte imigração européia que buscava novas oportunidades nas propaladas terras paulistas. A ocupação deste território exibirá como traço definidor o *movimento*, sempre com uma boa parcela dos paulistas se embrenhando rumo à fronteira agrícola recém-aberta.

¹⁰ A segunda região que mais produzia açúcar na capitania de São Paulo, o Vale do Paraíba, contava com 206 engenhos movidos por 1.639 escravos, que produziam 244 toneladas de açúcar, com uma produtividade média de 1,2 toneladas por engenho e um número de 8 escravos por unidade produtiva.

[...] em São Paulo não havia ouro, ou se havia era raro. Os primeiros colonos que ali chegaram pelo mar estabeleceram-se onde haviam desembarcado e se dedicaram a atividades agrícolas. Pouco a pouco o litoral povoou-se e foi ocupada uma longa faixa de terra, separada do planalto por uma cadeia de montanhas. Essa cadeia, que constituía um formidável obstáculo, continuou despovoada. Não tardou, porém, que fosse transposta e se lançassem os fundamentos da cidade de São Paulo. Estabeleceram-se engenhos de açúcar nas redondezas, formaram-se povoados e depois cidades. O vale do Paraíba foi usado como via de acesso para o nordeste, e os trechos de matas menos densas permitiram o avanço na direção do sudoeste. Uma segunda linha de terra, paralela ao litoral, povoou-se de agricultores e criadores de gado, e podemos dizer que, salvo algumas exceções devidas a circunstâncias particulares, a população específica dos diferentes distritos da Província de São Paulo é diretamente proporcional à antiguidade de cada um deles (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 65).

No início, a região sobreviveu baseada no apresamento de índios para servirem de mão-de-obra aos próprios paulistas na lavoura de mantimentos e às demais regiões do Brasil na cultura da cana. Esta trajetória seguiu-se até o século XVIII, quando veio a proibição metropolitana ao apresamento do gentio e, com os estímulos à cana-de-açúcar e demais culturas agrícolas, se fez presente a necessidade de aumentar a escala de produção, o que foi alcançado através da coerção do trabalho do negro africano, que fez do cativo presença comum nas vilas paulistas a partir da segunda metade do século XVIII.

Os passos iniciais à ascensão da cultura canavieira em São Paulo foram dados na segunda metade do século XVIII¹¹. Os estímulos metropolitanos à agricultura na Colônia se materializaram em São Paulo – que tivera reconstituída sua autonomia em 1765 – pelas ações do governador da capitania Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Vendo na exportação uma saída à posição obscura do comércio paulista frente às dificuldades enfrentadas com o declínio da mineração, o Morgado de Mateus passou a fomentar as atividades agrícolas que visassem os mercados externos – como o açúcar e o arroz – e “[...] datam de seu governo as primeiras notícias de exportação de algodão e açúcar” (PETRONE, 1968, p. 16). Além destes produtos, promoveu também o cultivo do milho e feijão, que se enquadravam como mantimentos.

O aumento nas exportações dos produtos paulistas passava necessariamente pela viabilização do escoamento da produção. No governo de Bernardo José de Lorena foi tomada a

¹¹ A segunda metade do século XVIII não representa o início da cultura da cana-de-açúcar na capitania de São Paulo, que datava dos primórdios de sua colonização ainda no século XVI (PETRONE, 1968, p. 12).

medida que modelaria o futuro das exportações paulistas: em 1789, ele proibiu que o comércio de toda a capitania de São Paulo fosse feito por outros portos que não o de Santos. Esta ação visava concentrar o comércio em Santos e a este porto trazer os navios estrangeiros e seus produtos, tornando vantajosos os termos de intercâmbio na aquisição das manufaturas estrangeiras e na exportação dos produtos paulistas, principalmente o açúcar. Contudo, o que se viu foi a desarticulação dos portos do Litoral Norte, ligados em sua maioria à praça comercial do Rio de Janeiro, e o fortalecimento da agricultura da região de Serra Acima, principalmente dos produtores de açúcar que fizeram de Santos a via preferencial de escoamento da produção açucareira do interior paulista (PETRONE, 1968, p. 17).

Entretanto, seria inútil forçar a exportação dos produtos paulistas pelo porto de Santos se não houvesse melhoramentos no caminho que conduzia até ele. O açúcar sofria com as más condições das estradas paulistas e de sua conservação por estes caminhos.

O primeiro produto paulista, que se dirigiu de “serra acima” para o exterior, encontrou o sistema viário pouco desenvolvido, herança dos tempos em que o planalto de São Paulo mostrava uma nítida vocação interiorizante, dispondo de precários contatos com o litoral, reduzindo-se às necessidades administrativas e ao comércio de poucos produtos necessários, como o sal. O açúcar produzido em “serra acima” necessitava de transporte, às vezes, bastante longos até o porto de embarque (PETRONE, 1968, p. 187).

O grande aprimoramento viário que se realizou na estrada que levava até Santos ocorreu entre fins de 1791 e início de 1792, com o calçamento do percurso que ligava a vila de São Paulo até o Cubatão, que passou a ser conhecido como a Calçada do Lorena. Este calçamento, ainda que a estrada fosse a ziguezague, em muito facilitou o trafegar das bestas muars, afinal, “A calçada era um caminho de tropas; [o governador] Lorena ainda mandou formar um pasto no porto de Cubatão para alimentar os animais” (PETRONE, 1968, p. 193).

A Calçada do Lorena não representou o fim dos problemas no transporte do açúcar de Serra Acima até o Litoral. Restava a questão do trajeto entre o Cubatão, onde terminava o calçamento, e Santos, percurso efetuado por canoas. Este meio de transporte em muito comprometia a qualidade do açúcar paulista devido às pequenas embarcações que lidavam neste trecho, naus que muitas vezes se enchiam de água e estragavam as cargas (PETRONE, 1968, p. 194).

Em que pese estes contratemplos, o calçamento executado no governo de Bernardo José de Lorena durante bom tempo foi a principal obra viária no caminho até Santos, possibilitando a ligação entre a vila de São Paulo e o Litoral pelas tropas em apenas dois dias (PETRONE, 1968, p. 202). Uma estrada que permitisse o trânsito de carroças ao invés de somente tropas de muares foi inovação que não contemplou o auge do açúcar paulista no século XIX.

O caminho do mar que antes fora estrada de pedestres e, depois, com o advento da economia canavieira no planalto, de tropas, só se transforma em via carroçável com a decadência da cultura da cana. A estrada do açúcar foi uma estrada de tropas. É com a estrada do café que aparecem os carros. O açúcar contou, pois, essencialmente, com um transporte em tropas, numa estrada para o porto exportador adaptada a tal fim. Foi o açúcar, mercadoria de difícil transporte e facilmente deteriorável, que sugeriu a estrada de rodagem. Foi também o açúcar que financiou as pesquisas para tal fim e sua execução. Mas o certo é que a estrada carroçável só se torna realidade na fase do café. Sonhada desde os tempos do Morgado de Mateus, a rodovia não chegou a desempenhar, entretanto, papel de relevância. Em 1867, começa a sofrer a concorrência da estrada de ferro (PETRONE, 1968, p. 203).

O fato das estradas paulistas não serem extremamente qualificadas realmente levou à reclamação de produtores e consumidores. Entretanto, para o ano financeiro de 1835-1836, pelo porto de Santos foram exportadas 996.730 arrobas de açúcar, que geraram uma renda de Rs. 1.180:115\$514, sendo que a soma das exportações santistas foi de Rs. 1.714:300\$460, ou seja, o açúcar foi o principal gênero exportado no maior escoadouro paulista, equivalendo a quase 70% dos produtos exportados através de Santos (MÜLLER, 1923, p. 226 e 227).

A economia colonial açucareira se consolidara em São Paulo. A capitania de terras, na maioria, inexploradas possibilitou a abertura de extensas fazendas¹² concedidas aos bem relacionados com a metrópole através de sesmarias.

No início do século XIX, os procedimentos para a obtenção de uma sesmaria continuavam os mesmos. Saint-Hilaire descreveu as etapas do processo: fazia-se uma petição ao capitão-mor, este remetia o pedido à Câmara Municipal do distrito para que investigasse se a área solicitada era devoluta ou não; em caso afirmativo, o juiz de sesmarias mandava medir e demarcar a terra e entregava a carta de sesmaria. Depois disso, faltavam apenas o registro e a confirmação por el-Rei. Na realidade a medição e a demarcação eram retóricas porque dificilmente se encontrava gente capacitada para fazê-las (SILVA, 1996, p. 67).

¹² As sesmarias poderiam ter uma légua de testada por três de fundo, ou, uma légua e meia em quadra (PETRONE, 1968, p. 54).

As sesmarias eram a alegoria da agricultura paulista e colonial como um todo. Nela se inseriam a grande propriedade laborada por cativos e seu trabalho compulsório, que se utilizava de técnicas rudimentares ao lidar com o solo. Esta conjugação de fatores não era aleatória.

Esses motivos se resumiam no padrão de ocupação estabelecido na colônia desde o início, e que consistia na prática de uma agricultura primitiva que extenuava rapidamente o solo. Isso obrigava a contínua incorporação de novas terras e marcava o crescimento meramente extensivo das atividades produtoras, sem a introdução de novas técnicas agrícolas ou de tratamento do solo. Tudo isso era possível graças ao trabalho escravo e à disponibilidade de terras por apropriar [...] Ademais, cientes do rápido esgotamento das terras, os fazendeiros tinham o hábito de constituir “reservas” de terras, isto é, se “apropriavam” de muito mais terras do que cultivavam para garantir o futuro. Não tinham interesse, portanto em informar às autoridades os limites exatos das suas terras ou das terras que pretendiam que fossem suas (SILVA, 1996, p. 69).

O regime de sesmarias no Brasil foi abolido pouco antes da Independência, pela resolução de 17 de julho de 1822, pelo futuro imperador D. Pedro I. No interregno que se passou entre o fim do regime sesmarial e a promulgação da Lei de Terras, entre os anos de 1822 e 1850, a posse, que sempre existira, constituiu-se na forma primordial de aquisição de domínio sobre as terras, fazendo deste período a “fase áurea do posseiro” (SILVA, 1996, p. 81). Contudo, as atitudes dos posseiros na aquisição de terras não diferiam das grandes formações territoriais encontradas nas sesmarias.

[...] a posse também assumiu na área da agricultura a feição de grandes latifúndios. As mesmas condições que levaram à falta de controle no tamanho das sesmarias fizeram com que o limite da posse fosse dado pelo próprio posseiro [...] As condições imperantes na colônia levaram os moradores a estender suas posses, no intuito de se apropriarem das terras sem necessariamente cultivá-las (SILVA, 1996, p. 60).

Posse e sesmaria guiaram a ocupação territorial e a formação das propriedades açucareiras paulistas. Apossando-se de terras ou recebendo-as através de cartas advindas da Metrópole, o fato é que o montante de capital a ser empregado no início da economia açucareira paulista, entre fins do século XVIII e início do XIX, não seria dos mais elevados.

Para se ter uma unidade agrícola canavieira era necessário três fatores de produção: terra, mão-de-obra e maquinário. A terra era adquirida quase que sem dispêndio de capital. Os engenhos paulistas, mais conhecidos como engenhocas, sem grandes avanços técnicos, eram relativamente mais baratos que os grandes engenhos encontrados, por exemplo, nas unidades

agrícolas nordestinas¹³. Ademais, os plantéis de escravos na capitania de São Paulo, com 20 cativos em média, não se comparavam aos dos grandes escravistas baianos ou pernambucanos, onde facilmente se encontravam mais de 100 cativos por fazenda¹⁴.

Dessa forma, terra, engenho e escravos não formavam uma combinação inacessível aos agricultores de mantimentos paulistas e suas pequenas economias, nem àqueles ligados ao comércio, por exemplo, a um arrematador da cobrança de rendas públicas como Antonio da Silva Prado¹⁵ (PETRONE, 1968, p. 58 e 59).

Estes indivíduos enriquecidos com a faina açucareira ascenderão dentro de uma sociedade marcadamente escravocrata. Se o café verá desde seu início experiências de trabalho assalariado com imigrantes europeus – caso da fazenda Ibicaba, em Limeira – o açúcar, por sua vez, terá nos braços do negro africano a mão-de-obra prioritária e, mais do que isso, fará a estrutura demográfica das vilas paulistas mudar, pois crescerá vertiginosamente a parcela de cativos no cômputo da população. Nesta sociedade escravocrata paulista havia uma nítida distinção entre proprietários e os despossuídos.

Com o desenvolvimento da lavoura canavieira, há em São Paulo uma modificação completa de valores econômicos e sociais. A agricultura, que antes do ciclo do açúcar, não raro, era considerada degradante, deixa de sê-lo. Ser proprietário de uma fazenda de cana, torna-se um fator importante para distinguir um indivíduo, dando-lhe projeção considerável no cenário político, econômico e social paulista. O ser senhor de engenho, como mais tarde, o ser fazendeiro de café, eleva uma pessoa à mais alta classe, à classe dominante, da qual dependem todas as outras e de cuja influência escapam apenas alguns elementos, tais como os fazendeiros de gado (PETRONE, 1968, p. 129).

As facilidades encontradas no início da formação da economia açucareira ocasionaram uma mudança na capitania de São Paulo. De área fornecedora de gêneros de primeira necessidade às Minas Gerais, a região passaria à zona de exportação, com o açúcar dominando o quantum dos produtos comercializados com o exterior. Entretanto, os benefícios da ascensão açucareira não foram captados apenas pelas vilas com predominância produtiva da cana.

¹³ Em São Paulo, como no resto do País, predominaram os engenhos movidos por animais, devido à sua instalação mais fácil e barata. As moendas movidas à água requeriam encanamento até o engenho e outras instalações custosas e trabalhosas (PETRONE, 1968, p. 95)

¹⁴ Os plantéis de cativos dos engenhos paulistas contavam em média com 22 escravos em 1809, número que se elevou a 30 para o ano de 1829. No entanto, distavam muito, por exemplo, dos plantéis encontrados nas fazendas dos beneditinos em Pernambuco, entre 1783 e 1793, que variavam de 105 a 138 cativos, ou até mesmo da situação vista na Bahia em 1816-17, onde os engenhos de cana utilizavam uma média de 66 cativos (EISENBERG, 1989, p. 344).

¹⁵ Segundo Petrone (1968, p. 59) “Antonio da Silva Prado, por exemplo, enriquecido com o comércio em Goiás, na Bahia e na própria Capitania de São Paulo, e com a arrematação de contratos de cobrança de taxas, empregou uma parte do seu capital na organização de um engenho em Jundiá?”.

O transporte da produção das fazendas do interior paulista e, na volta, o abastecimento destas com gêneros importados, era atividade executada pelos tropeiros. Sendo o empresário de transporte no século XIX, que alugava suas mulas¹⁶, o tropeiro tinha elevada importância em uma sociedade caracterizada pela difícil comunicação entre as diversas regiões. Desta forma, o tropeiro acumulava as funções de transportador, emissário oficial, correio e transmissor de notícias, intermediário de negócios, portador de bilhetes e recados. Toda esta gama de atribuições era apoiada na elevada confiança que lhe depositavam ricos e pobres. Nesta economia mercantil-escravista, o tropeiro era homem abastado que muito lucrava nas negociações que realizava, pois comprava gêneros e utensílios no litoral, para revendê-los, com valor acrescido, no interior. As grandes somas que acumulavam os tornavam até mesmo credores (GOULART, 1961, p. 107 a 113).

O tropeirismo permitiu aos que desempenhavam esta atividade, uma acumulação de capital e a ampliação de horizontes dentro da economia açucareira e, posteriormente, cafeeira. Franco (1983, p. 67) diz “Fixadas na educação do filho [ela relata sobre um filho de tropeiro que cursava Direito], surgem as intenções do tropeiro, homem já de algumas posses e que não aspira senão entrar definitivamente para os grupos mais favorecidos da sociedade em que vive”. Os mais favorecidos significavam os proprietários de terra, assim, o capital acumulado pelos tropeiros, quando possível, redundava na aquisição de terras para formação de uma unidade produtora de gêneros para exportação – açúcar ou café (MELLO, 2009, p. 46).

A São Paulo que se revela na primeira metade do século XIX tinha uma elite e no topo desta sociedade se situavam os elementos ligados às principais atividades do período: as culturas agrícolas de exportação – açúcar e café – e os serviços por elas demandados.

É inquestionável que a agricultura foi a principal força propulsora da economia e sociedade paulista nos séculos XVIII e XIX. Ainda assim [...] não foi essa a única área de atividade existente. Uma significativa minoria da população não se dedicava à lide agrícola, e essa minoria aumentou no decorrer do tempo, conforme a economia e a sociedade foram se tornando mais complexas e mais urbanas. Mas esse grupo era complexo, abrangendo alguns elementos mais abastados, de profissionais liberais e comerciantes com negócios internacionais a tropeiros com grandes tropas de mulas e escravos. Essa parte da elite não-agrícola provavelmente tinha laços familiares e financeiros com a elite dos proprietários de terras e formava, juntamente com os

¹⁶ O comércio de mulas criadas nas pradarias do Sul foi dinamizado na década de 1730, com a conclusão do Caminho do Sul, que estabeleceu uma divisão regional do trabalho: muarenses eram criados no Sul, faziam invernações nos Campos Gerais (Paraná) e eram comercializadas na feira de Sorocaba (STRAFORINI, 2001, p. 24).

agricultores mais ricos, os produtores de açúcar e café, a classe dominante da sociedade provincial (LUNA; KLEIN, 2005, p. 239).

A ascensão da economia cafeeira paulista se dará na segunda metade do século XIX. Mas, a economia da província era preteritamente vinculada a outro produto de exportação: a cana-de-açúcar.

2.2 – O açúcar e a mudança econômico-social de São Paulo

O açúcar era um produto muito apreciado nas abastadas mesas da realeza européia. Sua produção se alinhava ao caráter exportador buscado pela Metrópole dentro do projeto estabelecido na Colônia: produtos agrícolas cultivados em grandes extensões de terra, com baixo nível de técnica e empregando trabalho compulsório. Com elevada procura nos mercados externos, o açúcar atendia estes requisitos.

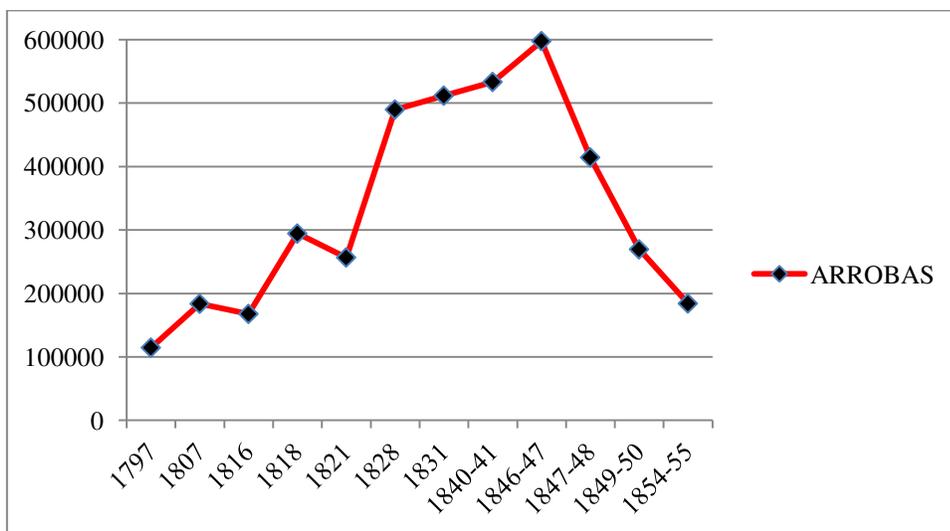
A exportação do açúcar paulista se viu dinamizada após 1808, com a abertura dos portos¹⁷ brasileiros por D. João VI. As querelas e medidas que no passado haviam deslocado e favorecido o porto de Santos e a produção açucareira de Serra Acima não mais se justificavam após a medida do soberano. Nem eram mais necessárias, afinal, “A lavoura canavieira de ‘serra acima’ progrediu de tal maneira, que garantia o sucesso do único escoadouro possível para o seu açúcar” (PETRONE, 1968, p. 151).

A vinda da família real ao Brasil e sua instalação na cidade do Rio de Janeiro aumentaram as possibilidades e necessidades dos gêneros alimentícios produzidos nas outras regiões da Colônia. O consumo de gêneros de primeira necessidade e alimentos mais finos, como o açúcar, teve acréscimo considerável com a fixação da corte portuguesa em terras brasileiras. O Rio de Janeiro consolidou ainda mais sua posição de destino preferencial do açúcar e da aguardente paulista, tanto para consumo interno quanto para sua reexportação à Europa. Esta situação se manteve até a Independência. Após 1822, a exportação direta aos mercados estrangeiros elevou-se, tendo como destinos os portos europeus de Gotemburgo, Trieste,

¹⁷ Algumas das medidas adotadas por D. João VI que afetaram diretamente a economia foram: revogação da lei que proibia as manufaturas, construção de estradas, melhoria nos portos, introdução de novas espécies vegetais, promoção da imigração européia e tentativa de aperfeiçoar a mineração do ouro (PRADO JUNIOR, 1969, p. 129).

Antuérpia, Lisboa, Porto, Hamburgo; os norte-americanos de Boston e Nova Iorque; e os sul-americanos de Montevidéu, Valparaíso e Buenos Aires (PETRONE, 1968, p. 177 e 176).

Gráfico 1: Produção e exportação¹⁸ do açúcar paulista (1797-1855)

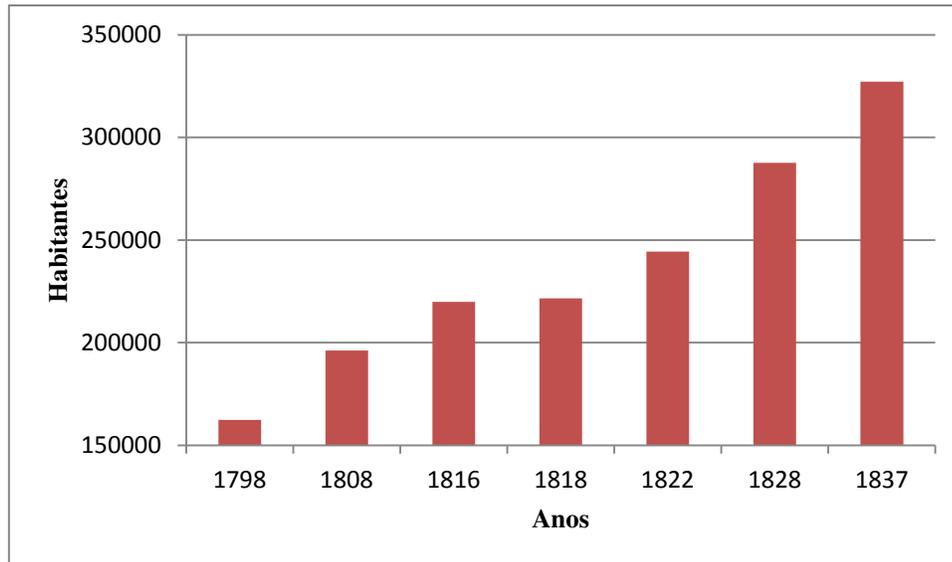


Fonte: Petrone (1968, p. 152 a 159).

No período de meio século entre 1797 a 1847, o índice de exportação do açúcar paulista cresceu aproximadamente 500%. Este período configura a passagem de São Paulo de uma economia de abastecimento para uma região exportadora de um produto com amplo mercado mundial. Nesta transformação talvez esteja a chave para o início de uma mudança sócio-econômica da capitania, posteriormente província, de São Paulo.

¹⁸ Os dados relativos ao ano de 1797 se referem à produção de açúcar na capitania de São Paulo. Quanto aos outros anos, as estatísticas se referem às exportações de açúcar pelo porto de Santos.

Gráfico 2: Evolução da população paulista (1798-1837)

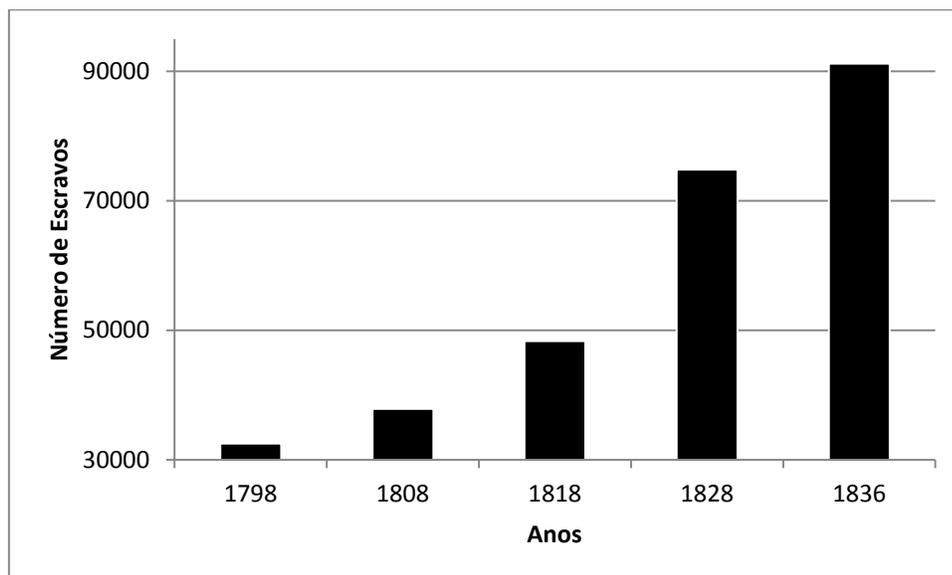


Fonte: Marcílio (2000, p. 213 e 214).

O crescimento demográfico de São Paulo é notório. Em 1798, a capitania tinha 162.345 habitantes, número que se elevou, em 1837, para 326.902 habitantes¹⁹. Esta massa populacional passou a ser composta cada vez mais por cativos de origem africana, que fazia da população paulista uma sociedade dicotômica, formada por livres e escravos.

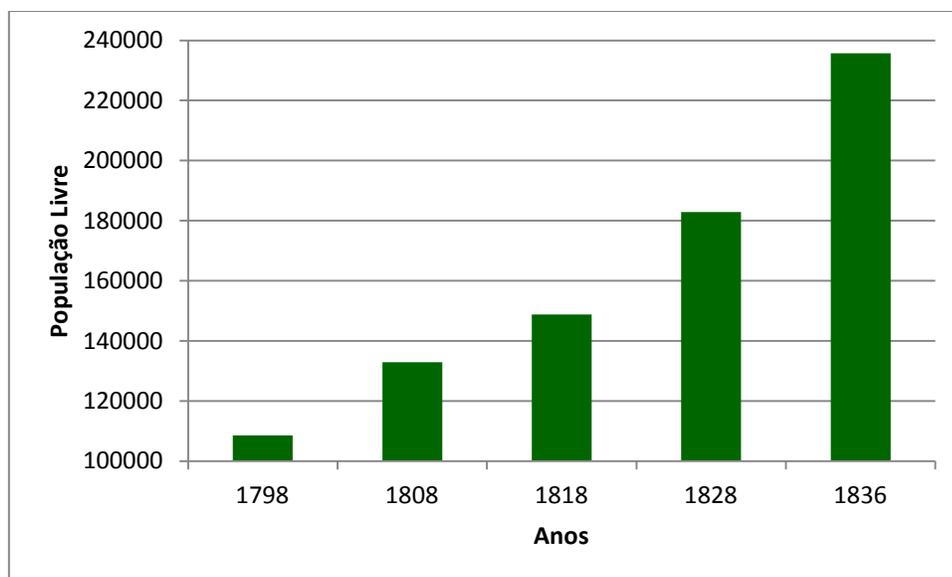
¹⁹ (MARCÍLIO, 2000, p. 213-214).

Gráfico 3: Número de escravos²⁰ na capitania/província de São Paulo (1798-1836)



Fonte: Marcílio (2000, p. 215 e 216) e Müller (1923, p. 154).

Gráfico 4: População livre²¹ na capitania/província de São Paulo (1798-1836)



Fonte: Marcílio (2000, p. 215 e 216) e Müller (1923, p. 154).

²⁰ Nos anos de 1798, 1808, 1818 e 1828 foi excluída a população da vila de São Paulo.

²¹ Nos anos de 1798, 1808, 1818 e 1828 foi excluída a população da vila de São Paulo.

Em 1836, aproximadamente 28% da população paulista compunha-se de escravos. A região de São Paulo caracterizou-se por uma escravidão africana tardia, tendo como braço prioritário nos primeiros séculos o indígena. Entretanto, no século XIX o gentio – que em grande parte morrera pela ação dos paulistas – se verá substituído pelo negro africano na função de mão-de-obra dos afazeres paulistas.

As fazendas, tanto açucareiras quanto cafeicultoras, tinham no escravo sua mão-de-obra prioritária. O trabalho assalariado não era compatível à escala de produção e à disponibilidade de terras no Brasil de então.

No escravismo colonial [...] não obstante se assente numa produção mercantil de sobretrabalho – não tem como eixo a produção da mais-valia. A produção e a apropriação do trabalho não-remunerado, ao contrário do capitalismo, não são as únicas condições para a reiteração do sistema considerado, de suas relações sociais. Isso fica mais claro quando nos apercebemos de que o funcionamento do escravismo não pressupõe a compra e venda da força de trabalho, mas sim a usurpação; ou melhor, ele tem por pré-requisito o ato de apropriar-se da força de trabalho alheia. Mas [...] não é o bastante. Para que o escravismo se transforme em produção escravista, impõe-se uma organização social, onde escravo e senhor se vejam enquanto tais, ou seja, é necessário um mundo hierarquizado. Somente a partir da consecução desses dois atos, temos a possibilidade de produção e apropriação do sobretrabalho. Na verdade, são esses dois atos que concretizam as relações sociais do escravismo. É neles, portanto, que temos as suas relações de produção (FRAGOSO, 1998, p. 32).

A produção agrícola paulista com vista à exportação significava a continuação do traço colonial no tripé: terra, escravo e produto de aceitação no mercado externo. A diferença em relação ao período português estava justamente na quebra formal do exclusivo metropolitano e, conseqüentemente, na formação da *economia mercantil-escravista nacional*²². Em São Paulo, a

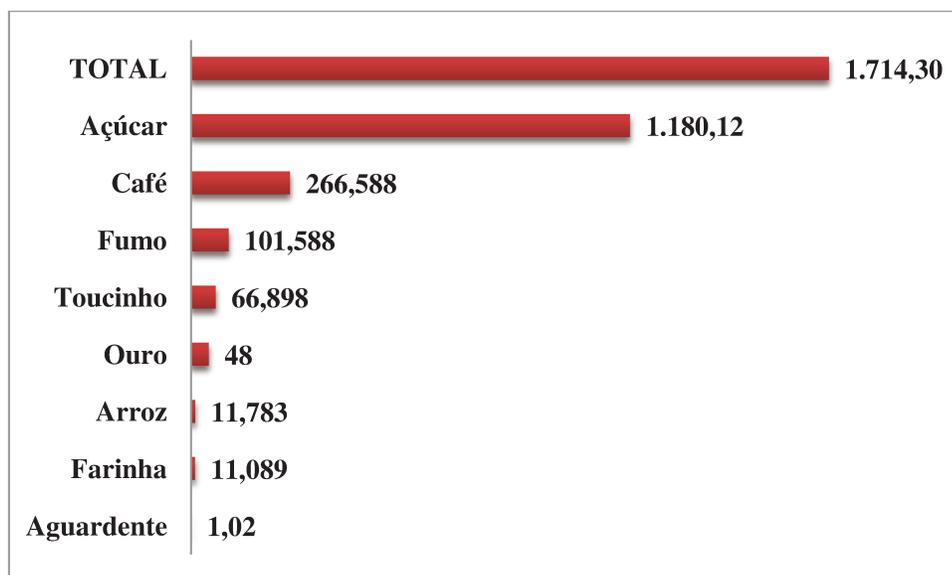
²² A idéia de que o desenvolvimento do Brasil é uma forma específica de desenvolvimento capitalista nasce da crítica à visão da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) do processo de industrialização da América Latina. Esta afirmava que as economias latinas tinham um caráter reflexo e dependente, cujo centro de decisão se localizava no exterior, ou seja, nos países centrais. A divisão internacional do trabalho configuraria esta separação; os países da periferia exportando produtos primários aos centrais, que tinham um setor industrial já maduro, e recebendo destes artigos manufaturados – processo que marcaria a especialização das economias periféricas e a diversificação das centrais. Segundo esta interpretação, o desenvolvimento da América Latina só se daria em momentos de interrupção dos fluxos normais do comércio exterior – os choques adversos – via substituição de importações (SUZIGAN, 2000, p. 26-35). A crítica à visão cepalina analisa a história brasileira e latino-americana afirmando que ambas fazem parte da história do capitalismo, originando aqui um capitalismo específico, o tardio, em que, ao contrário da visão cepalina, “[...] a direção do movimento da economia está complexamente determinada. Quer dizer, está determinada em primeira instância por ‘fatores’ internos e, em última instância, por ‘fatores’ externos” (MELLO, 2009, p. 25). A *ótica do capitalismo tardio* atenta-se aos fatos históricos – independência nacional, transição do trabalho escravo para o livre – enquanto fatores que dinamizaram a acumulação, mostrando que o caráter nacional de nossa economia se dá bem antes de 1930. As análises – João Manuel Cardoso de Mello, Wilson Cano e Sérgio Silva estão entre estes autores – partem para a compreensão do setor exportador, o lócus por excelência da acumulação até a década de 1930, e as contradições que este coloca ao desenvolvimento industrial, em que pese no início haver estímulo às inversões industriais – relação contraditória café-indústria.

entrada maciça de escravos e uma fronteira agrícola aberta corroboram na formação de canaviais e cafezais na acumulação de capitais por parte dos envolvidos nesta atividade, capitais que muitas vezes replicavam em investimentos na produção, impulsionando o capital mercantil nacional e seu domínio sobre o setor produtivo.

O processo de produção em qualquer economia mercantil escravista principia-se com a existência de um “quantum” de capital-dinheiro, que se metamorfoseia, em seguida, em terras, meios de produção e escravos os quais, combinados de um certo modo, se transformam em mercadorias. As mercadorias, ao serem realizadas, assumem novamente a forma de capital-dinheiro, agora acrescido de um *plus*, o lucro (MELLO, 2009, p. 45).

São Paulo integrava-se à economia mercantil-escravista nacional através, sobretudo, de sua produção açucareira. As vilas paulistas fizeram do plantio da cana e da venda de açúcar e aguardente, as atividades indutoras do avanço financeiro e fiscal de São Paulo na primeira metade do século XIX.

Gráfico 5: Valores dos produtos paulistas exportados por Santos no ano financeiro 1835-1836 – em contos de réis



Fonte: Müller (1923, p. 226 e 227).

O açúcar era o principal gênero de exportação da província de São Paulo em 1836. O café já despontava como uma cultura de boa aceitação externa, alcançando rentáveis preços, mas o *turning point* nas lavouras paulistas da cana ao café se daria uma década depois – em 1846/1847. Neste meio século, foi o açúcar que gerou os dividendos aos fazendeiros paulistas, sendo a aquisição de um engenho e a formação de uma unidade produtiva açucareira atividades empreendidas pelos detentores de um bom cabedal. Contudo, os senhores de engenho paulistas não eram os únicos que haviam prosperado com a ascensão do açúcar. A economia de São Paulo também tinha nos negócios de transporte, ou tropeirismo, uma grande fonte de renda.

2.3 – Os serviços de transporte/tropeirismo

As origens do termo “tropa” remontam aos colonizadores castelhanos do Rio da Prata e do Peru, e de suas necessidades em comunicar a região do litoral com os Andes, que implicaram no uso de grandes filas de cargueiros, preferencialmente muares, devido à resistência do animal nas montanhas. Os paulistas, com seu nomadismo²³ que os levavam a se embrenharem nas matas desconhecidas do interior do Império Português nas Américas, foram os que traduziram o sentido de tropa – multidão de animais – à realidade brasileira: a tropa arriada formada por muares cargueiros²⁴. Entretanto, entre o início da criação de muares nas pradarias do Sul da América ainda no século XVI e àquilo que Alfredo Ellis Junior (1979) denominou como “ciclo do luar” entre 1724 e 1870, passou-se um longo tempo em que o transporte no lombo de muares era de menor monta.

Com o surto da mineração no século XVIII, grandes levas populacionais da Colônia e da Metrópole se dirigiram às Gerais. Os que lá chegavam, na sanha de fazer o eldorado, dedicavam-se exclusivamente à busca do ouro de aluvião. Em virtude do abandono das atividades agrícolas, do grande fluxo de pessoas e da falta de redes de abastecimento, rapidamente colocaram-se crises de subsistência (1697-1698, 1700-1701, 1713), circunstância agravada pela

²³ A tendência ao movimento expressa pelos paulistas vinculava-se à carestia de seu território, que impelia a constituição de um elo com a agricultura exportadora colonial apenas na base do fornecimento de negros da terra, por exemplo, às lavouras açucareiras do nordeste. Esta atividade levava à busca do cativo no interior do Brasil e adjacências, justificando a aversão dos jesuítas aos paulistas apesadores de cativos de suas missões (HOLANDA, 1945, p. 11 a 14).

²⁴ Tropa xucra: formada por muares não preparados ou treinados ao transporte de mercadorias. Tropa arriada ou de carga: composta de animais já treinados para transportar mercadorias (STRAFORINI, 2001, p. 24).

distância entre Minas e o litoral fornecedor de alimentos (ZEMELLA, 1990, p. 199 e 200)²⁵. A solução apontava para a busca de um sistema de transporte eficiente que servisse para os mineiros escoarem sua produção aurífera ao litoral e de lá, ou de outras regiões, trazer os gêneros de subsistência, mesmo porque, as crises de abastecimento não implicaram no abandono da opção pelas atividades mineratórias (GOULART, 1961, p. 22 a 28).

Sistema de transporte viável excluía o modo de se transportar as mercadorias utilizado até a primeira metade do século XVIII: bestas humanas, ou seja, índios e negros²⁶. A solução veio daqueles que antes fomentavam este tipo de transporte: os paulistas. Em seus contatos com a região Sul do Império Português, os paulistas sempre haviam visado ao apresamento de indígenas que eram utilizados como mão-de-obra em São Paulo ou vendidos às outras regiões da Colônia. Contudo, com a pressão dos jesuítas – que viam suas “missões” como alvo dos paulistas – e da Coroa para o fim do apresamento dos gentios no século XVIII – o fim da escravidão indígena só viria em meados do século XIX – e os estímulos imperiais à importação do negro africano como mão-de-obra às Gerais²⁷, os negócios dos paulistas no Sul mudariam. Agora, ao invés de braços indígenas às Minas, os muares do Sul se transformariam no esteio do comércio de São Paulo com a nova região mineradora (LUNA; KLEIN, 2005, p. 28)²⁸.

É possível dizer-se que aqui, como no resto do Brasil, e em quase todo o continente, a América do Norte inclusive, o primeiro progresso real sobre as velhas trilhas indígenas só foi definitivamente alcançado com a introdução em grande escala dos animais de transporte. Em São Paulo, particularmente, com as primeiras tropas de muares (HOLANDA, 1994, p. 26).

Os muares mostravam-se vantajosos aos vendedores e compradores. Uma besta xucra comprada pelo valor de 4 a 6 mil réis nos campos do Sul poderia atingir um valor final de venda nos mercados das Minas Gerais e Rio de Janeiro de até 14 a 20 mil réis. Este valor elevado estava na proporção do trabalho oferecido pelo muar: um bom animal suportava nas Minas

²⁵ “Era o morrer de fome com os bolsos peçados de ouro, como reverberou Montalvão ao defender a agricultura e a indústria tão repentinamente abandonadas” (GOULART, 1961, p. 65).

²⁶ O relevo acidentado da região de Minas e do litoral brasileiro impossibilitava a utilização do carro de boi e do cavalo, sendo que este último não tem a grande resistência às cargas mais pesadas. Aliás, segundo Holanda (1994, p. 130-131), os cavalos não eram de uso comum em São Paulo até meados do século XVIII, sendo que sua introdução ajudou a difundir também os muares nas terras paulistas.

²⁷ Como diz Novais (2006, p. 105) “[...] o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia”.

²⁸ O muar não significou a exclusão do uso de outros tipos de transporte. Os cavalos eram empregados nos transportes pessoais; aos escravos negros e índios cabia a tarefa de transportar as mercadorias mais frágeis, como cadinhos de barro, louças, vidros, espelhos (ZEMELLA, 1990, p. 136).

Gerias em torno 8 e 10 arrobas, podendo chegar a 12, sendo que a viagem de Ouro Preto ao Rio de Janeiro²⁹, em um percurso de mais de 300 quilômetros, era feito em mais de 30 dias, enquanto que de São Paulo às Gerais gastavam-se 2 meses (GOULART, 1961, p. 38 e p. 97 a 101). A viagem era realizada, no caso dos paulistas – por exemplo, pelos tropeiros da vila de Jundiá – em média por 3, 4 ou mais lotes de até 12 bestas cada um (ALMEIDA, 1981, p. 74).

A viagem São Paulo-Minas era apenas o trecho final de uma jornada que se iniciava no Sul. A dinamização do comércio do luar veio com a abertura total do Caminho do Sul em 1729, que ligava os campos criatórios de muares do Rio Grande do Sul ao grande centro comercial das bestas sulinas, a vila de Sorocaba (ELLIS, 1979, p. 195). Aliás, é possível indicar uma divisão territorial do trabalho, pois, o Sul era o lugar de criação dos muares, que no Paraná faziam sua invernada, ou seja, a mula era alimentada e engordava na região de pastos dos Campos Gerais, para então serem comercializadas na Feira de Sorocaba.

Além da divisão territorial, as tropas apresentavam uma divisão social do trabalho. No topo hierárquico da tropa se encontrava o *tropeiro*, que era o dono da tropa e grande negociante, ao qual cabiam os maiores lucros. Ao tropeiro cabia a contratação de um *cozinheiro*, geralmente o mais humilde na escala, para alimentar a tropeirada nas viagens. Cada lote da tropa tinha um *camarada*, para controlar e arrumar as bestas animais e humanas do lote. Havia também um *arriero* para todos os lotes, que seria um superintendente dos lotes. Podendo ainda existir na tropa o *capataz*, que marchava atrás de todos os lotes, sendo o responsável por tudo e se confundindo com o tropeiro, pois este geralmente ia atrás da tropa (ALMEIDA, 1981, p. 74).

Em 1733, foi registrada a passagem das primeiras tropas de muares em Sorocaba, logo após a abertura do Caminho do Sul. Mas, as feiras de Sorocaba datam de aproximadamente 1750, com a criação dos Registros para o recolhimento de impostos sobre a circulação de animais³⁰. O Registro de Sorocaba localizava-se no rio homônimo e foi criado em 1750. Valia-se do fato de Sorocaba ser a vila mais próxima do Sul, antes dos campos de Curitiba, cujo Registro

²⁹ O fluxo comercial entre o litoral e a região mineradora visava atender a demanda daqueles que haviam enriquecido com a extração do ouro nas Gerais. Para tanto, os tropeiros traziam às Minas diversos gêneros importados e adquiridos na zona litorânea: louças e porcelanas, damascos e tapeçarias da Índia e da China; veludos, brocados, linhos, bretanhas, pelúcias, cabeleiras empoadas, vinhos, queijos, presuntos e outros artigos europeus (ZEMELLA, 1990, p. 170).

³⁰ A Coroa, a par do grande tráfego de animais que passavam por Sorocaba, solicitou à Câmara desta vila, e também à província de São Pedro (Rio Grande do Sul), a criação de um imposto que ajudasse na reconstrução de Lisboa, arrasada por um terremoto em 1755. Este imposto veio a ser chamado “Novo Imposto” e data de 1756, taxando todos os animais vindos do Sul e adquiridos em Sorocaba pelos negociantes vindos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (STRAFORINI, 2001, p. 55).

fora criado em 1730; ao mesmo tempo, era próxima do centro administrativo que era a vila de São Paulo e rota quase que obrigatória ao luar sulino que se encaminhava às Minas e Cuiabá. As feiras de Sorocaba se realizavam no primeiro semestre, tendo fevereiro e junho como limites, e só adentravam à vila de São Paulo ou às Minas Gerais, muares, eqüinos e bovinos que tivessem recolhido a taxa em Sorocaba: 100 réis por cabeça de gado, 200 réis por cabeça de cavalo e 320 réis por cabeça de luar (ALMEIDA, 1981, p. 53)³¹.

De um lado, se a demanda gerada pelo ouro das Gerais explica o florescimento do comércio do luar sulino, de outro, o declínio do ouro no terceiro quartel do século XVIII não significou semelhante queda à atividade comercial fomentada. Pelo contrário, a cana-de-açúcar do Oeste Paulista, o mercado consumidor do Rio de Janeiro – impulsionado pela vinda da Família Real em 1808 – e, posteriormente, o café, não somente mantiveram a procura pelas bestas sulinas, bem como ela cresceu ainda mais. Além disso, as Minas, com sua grande massa populacional remanescente do ouro, ainda possuíam um bom mercado consumidor que estimulava o comércio interno, bem como os negócios entre esta região e as demais da Colônia (SUPRINYAK; RESTITUTTI, 2006, p. 3). Comprovam esta afirmação os números de Straforini (2001, p. 64 a 67): em 1798 foram registradas na feira de Sorocaba 11.498 bestas; em 1822 esta cifra elevou-se a pouco mais de 20.761 bestas; e, nos períodos 1850-1859 e 1860-1869, a média de muares chegados à Sorocaba ficou bem próxima aos 50.000 animais³².

A elevação da demanda por muares no século XIX, quando o usual seria um declive, nos permite revisar a idéia da decadência mineira após o período aurífero dos setecentos. Prado Junior (2000, p. 162) afirmara que “A maioria da população dos distritos mineradores, e é ainda assim no alvorecer do século XIX apesar da decadência da mineração, ocupa-se aí na extração do ouro e diamantes [...]”. A mineração não cessara e um setor que surgira em decorrência dela teve suas atividades dinamizadas no início dos oitocentos: a agricultura de subsistência. Esta, em que

³¹ Segundo Suprinyak e Restitutti (2006, p. 3 e 6), retratando a relevância fiscal do tropeirismo às Províncias, dentre as taxas cobradas estariam os direitos sobre animais soltos vindos do Sul com destino à região central, cujo valor era, no caso dos muares, de Rs. 3\$500, dos quais Rs. 1\$000 ficaria à província de São Pedro do Rio Grande e Rs. 2\$500 à de São Paulo. E, o direito sobre bestas novas, que a província das Minas Gerais cobrava Rs. 5\$000 referente a cada luar solto que ingressado em seu território. Para se ter uma idéia, este tributo constituiu 12% da receita de São Paulo no ano financeiro de 1860-61 *apud* (COSTA, 1984, p. 94).

³² Suprinyak e Restitutti (2006, p. 11) apontam que o número de muares entrados em São Paulo nos anos 1856-1857 foi de 61.097. Esta elevada demanda por muares no século XIX é corroborada pelos números de Minas Gerais, pois, se em 1856-1857 lá entraram 16.333 mulas, este número elevou-se a 24.592 muares entre 1867-1868, sempre levando em conta que a defasagem entre as bestas muares entradas em São Paulo e Minas Gerais pode ter duas explicações: o aumento da demanda agrícola paulista – cana e café – e o desenvolvimento da criação de muares nos territórios mineiros.

pese a subtração aurífera nas Gerais, se viu estimulada a ampliar sua abrangência, constituindo-se em setor abastecedor da capital colonial. A região do Sul de Minas produzia e “exportava” à Corte: gado em pé, porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos, cereais, produção que era complementada por regiões paulistas³³. A tese de Minas Gerais como região “exportadora” às outras províncias na primeira metade do século XIX é também defendida por Slenes, ao mostrar que o aumento da escravaria mineira no XIX – de aproximadamente 169.000 cativos em 1819 para 382.000 em 1873 – em sua maioria de origem africana, redundava dos capitais gerados no setor “exportador” da economia mineira, somente compreendido através da exportação de diamantes e porcos, pois “[...] a criação de porcos gerava uma atividade agrícola ‘paralela’ (a palavra é de Caio Prado), cuja importância em Minas como empregadora de mão-de-obra e como parte da economia monetarizada não é perceptível nos dados sobre exportação” (SLENES, 1985, p. 53)³⁴. Esta economia de subsistência sul-mineira não só gerava os capitais à aquisição de cativos, bem como os empregava em suas terras, pois

Trata-se de grandes propriedades escravistas voltadas ao abastecimento interno. Criada para o abastecimento das Gerais no século XVIII, a economia regional mineira manteria a mesma natureza através do direcionamento do fluxo do seu excedente para o mercado do Rio de Janeiro (LENHARO, 1993, p. 29).

A criação de suínos não ocorria apenas nas Gerais. Os fluxos comerciais entre o Sul de Minas e regiões paulistas eram correntes devido ao setor *exportador* que se formara nas Gerais – afastada do litoral e ligada a este por péssimas estradas – e, também, às facilidades encontradas pelos paulistas na obtenção de gêneros importados, mesmo que importar significasse buscar produtos dentro da colônia. Este elevado fluxo comercial promoveu o desenvolvimento de

³³ (LENHARO, 1993, p. 20). Segundo Lenharo (1993, p. 23), a Coroa, ao se instalar no Brasil em 1808, percebeu que era necessário regularizar o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, que passou a sofrer com as crises de abastecimento decorrentes do aumento populacional pós-1808 e também em virtude da monopolização de braços nas atividades exportadoras. A solução deste problema veio no bojo de um projeto maior, que era a integração do Centro-Sul do Brasil. Entre outras ações, foram abertas estradas e distribuídas terras nas zonas em que florescera a economia cafeeira, visando, a priori, regularizar o fluxo de mantimentos ao mercado carioca, mas também formar as bases estruturais do Estado nacional.

³⁴ Em *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Slenes (1985, p. 6 e 7) contesta a argumentação desenvolvida por Amílcar Martins Filho e Roberto Borges Martins em um trabalho publicado na *Hispanic American Historical Review* – agosto de 1983 – intitulado *Slavery in a Nonexport Economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited*. Neste trabalho, os Martins argumentam que Minas Gerais no século XIX teria uma economia “vicinal”, o que não excluía a importância dos mercados locais em Minas, mas que esta província não teria caráter exportador e que o grande número de escravos se devia ao grande volume de terras em relação à população, impossibilitando a formação de um mercado de mão-de-obra – hipótese de Wakefield. No entanto, Slenes aponta os capitais gerados no setor exportador como fator que possibilitou a aquisição de cativos. Contudo, os trabalhos convergem em um ponto: contestam a tese da decadência mineira no século XIX.

regiões e localidades, além de ter fomentado riqueza e ascensão social a um grupo de pessoas que lidavam diretamente com os transportes no lombo de mulas: os tropeiros.

A entrada de animais – muares criados no Rio Grande do Sul, bovinos provenientes dos Campos Gerais e eqüinos – nas terras paulistas era taxada pelo sistema de registros e barreiras. A posição geográfica estratégica fez da vila de Sorocaba o lugar ideal para a instalação do Registro, em 3 de setembro de 1750. Esta vila, originada em 1661, representava aos tangedores de boiadas e tropas de muares o ponto final de uma região formada por extensos campos naturais, onde os animais faziam a invernada. Com a instalação do Registro, pronto se formou a famosa Feira de Sorocaba, que facilitou o manejo e a aquisição de animais, pois à feira se dirigiam vendedores e compradores de gado bovino, muar ou cavalariço, fazendo de Sorocaba uma intermediadora e distribuidora do gado sulista, transformando a vila em centro comercializador das tropas (BACELLAR, 2001, p. 26)³⁵. Se, em um primeiro momento, a demanda dos animais comercializados na feira de Sorocaba foi liderada pela região das Minas Gerais, por outro lado, o declínio do ouro por volta de 1780 foi compensado pelo aumento da demanda das lavouras paulistas e da cidade do Rio de Janeiro, principalmente após a chegada da Família Real em 1808. Desta forma, a entrada de muares sulistas em São Paulo foi dinamizada na primeira metade do século XIX.

³⁵ A cobrança de taxas sobre os animais entrados em São Paulo era muitas vezes efetuada pelo sistema de guias. Em um contexto marcado pela escassez de numerário e dificuldades de se transportarem elevadas somas em moeda, as guias emitidas em Curitiba, Rio Negro e Itapetininga eram fiscalizadas e compensadas em Sorocaba, centro com maior circulação monetária. Geralmente, quando o valor era de até Rs. 50\$000, os direitos eram pagos à vista; quando excediam este montante gerava-se a guia (SUPRINYAK, 2008, p. 322).

Tabela 2: Muares registrados na Barreira de Sorocaba (1820-1829) e muares conduzidos pelo Registro do Rio Negro e pela Barreira de Itapetininga (1830-1869)

ANOS	MUARES	ANOS	MUARES	ANOS	MUARES
1820	16.051	1838/39	18.013	1853/54	51.102
1821	13.981	1839/40	24.984	1854/55	56.645
1822	20.761	1840/41	29.027	1855/56	61.097
1826	14.409	1841/42	35.102	1856/57	32.549
1827	12.268	1842/43	36.256	1857/58	50.184
1828	10.014	1843/44	31.924	1858/59	48.720
1829	8.663	1844/45	33.995	1859/60	57.043
1830/31	10.290	1845/46	25.457	1860/61	54.001
1831/32	10.159	1846/47	27.546	1861/62	19.986
1832/33	17.011	1847/48	38.207	1862/63	28.285
1833/34	15.267	1848/49	38.607	1863/64	28.380
1834/35	19.836	1849/50	22.223	1864/65	22.254
1835/36	38.326	1850/51	24.632	1865/66	29.790
1836/37	46.597	1851/52	31.972	1866/67	40.464
1837/38	28.847	1852/53	43.325	1867/68	50.402

Fonte: Petrone (1976, p. 21 a 25) e Suprinyak (2008, p. 324).

A importância do comércio de animais à província de São Paulo expressava-se na arrecadação de impostos gerados pela taxação de muares, bovinos e eqüinos. Sendo uma atividade relacionada primordialmente ao mercado colonial e, posteriormente, imperial, as cobranças eram revertidas ao Tesouro Paulista, diferente, por exemplo, da exportação açucareira, que era de cunho do Tesouro Imperial, sendo considerada Renda Geral no momento em que o açúcar era exportado para fora do Império.

No final do século XVIII, a capitania de São Paulo tinha como principal constituinte de sua Receita os contratos de arrematação de impostos³⁶. No ano de 1795, a venda dos contratos

³⁶ Os leilões para arrematação da cobrança de impostos eram prática comum na São Paulo colonial. Um dos que se valeram deste expediente para enriquecer-se foi o comerciante Antonio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape. Após permanecer entre 1810 e 1816 na Bahia negociando algodão, armarinhos e outros gêneros, voltou a São Paulo, mas alegava que a capitania paulista era terra de poucas oportunidades. Dessa forma, tratou de inserir-se em um dos ramos que pensava ser promissor: a arrematação dos impostos. Junto a seus sócios, Antonio da Silva Prado arrematou em 1817 a arrecadação do “novo imposto” (que incidia sobre vendas de molhados ou botequins, gêneros de importação nas vilas da marinha e, sobretudo, nos animais vindos do Sul, que passavam por Sorocaba); em 1820, eles arremataram também a cobrança do imposto de Guarapuava (também incidia sobre os animais que passavam por Sorocaba). Prado arrematou o contrato do “novo imposto”, no intervalo de 3 triênios, entre 1817 e 1825; para se ter uma idéia da lucratividade, para o triênio 1820-1822, Prado e seus sócios pagaram Rs. 37:173\$000 à Junta da Fazenda de São Paulo para arrematar o “novo imposto”; por sua vez, eles obtiveram um rendimento líquido de Rs. 18:363\$269, ou seja, 49,3% (PETRONE, 1976, p. 6-7 e p. 126-138).

de arrematação dos dízimos rendeu Rs. 18:924\$130, 55% do total da receita, seguida pelos contratos de arrematação de passagens dos rios (Rs. 4:086\$565, 12% do total) e da consignação do contrato das baleias (Rs. 3:000\$000, cerca de 9% do total). Com um aparelho colonial incipiente frente a um vasto território, era mais garantido à capitania de São Paulo ceder a cobrança de impostos a particulares em troca de uma renda fixa, do que se valer da honestidade de seus funcionários nas barreiras, registros e portos paulistas. A cessão da cobrança de impostos se mostrava auspiciosa ao Tesouro paulista, afinal, a Receita passara de Rs. 2:647\$395 em 1793, e Rs. 10:017\$301 em 1794, para Rs. 34:186\$491 em 1795 e Rs. 33:086\$267 em 1796.

Até 1793, a maior parte da receita é constituída pelos donativos de ofícios, as passagens dos rios, o rendimento do “novo imposto”, receitas extraordinárias e os meios direitos cobrados em Curitiba. Em 1794, o registro de Curitiba arrecadou 8:027\$981 réis, 80% do total da receita da capitania daquele ano [...] Em 1796, seriam os cruzados do sal que formariam a maior parte da receita fiscal (10:340\$350, 31% do total), seguido pelos contratos dos dízimos (6:333\$335, 19% do total) e do ouro do quinto da fundição de São Paulo (4:183\$875, cerca de 13% do total). Portanto, vemos que ao menos para esse período, a receita fiscal da capitania dependia em grande medida da venda dos contratos de arrematação dos impostos, especialmente dos dízimos cujo rendimento dos contratos era “o mais avultado desta capitania”, conforme dizia o capitão-general Mello Castro e Mendonça a Souza Coutinho ao final de 1797 (AIDAR, 2007, p. 112).

Tabela 3: Receita total da capitania/província de São Paulo entre 1788 e 1836 (valores em mil-réis)

ANOS	RECEITA	ANOS	RECEITA
1788	15.667	1794	10.017.301
1789	348.077	1795	34.186.491
1790	171.663	1796	33.086.267
1791	453.856	1813	182.754.054
1792	1.682.038	1836	292.701.359
1793	2.647.395	1841	351.260.000

Fonte: Aidar (2007, p. 112); Saint-Hilaire (1976, p. 81); Müller (1923, p. 215) e Lopes (2009, p. 15).

Com uma Receita que se elevava demasiadamente em 45 anos, entre 1796 e 1841, a província de São Paulo teve um robustecimento de sua economia naquele período. Há de se ponderar esta evolução, pois, algumas regiões brasileiras tinham receitas maiores que a paulista no final do século XVIII e a arrecadação da São Paulo açucareira de 1836 estava aquém dos impostos levantados pela taxaço à exportação do café³⁷.

³⁷ Segundo Bruno Aidar (2007, p. 112) “Considerando-se as médias dos rendimentos próprios de cada capitania para os anos de 1795 e 1796, as receitas do Rio de Janeiro são 14 vezes maiores (458 mil contos de réis) frente às receitas de São Paulo (33 mil),

No entanto, a Receita Provincial de São Paulo no ano financeiro de 1836-1837 baseava-se sobremaneira nas rendas geradas pela taxaço dos animais entrados na Província, tendo como principal imposto os Direitos sobre os Animais no Rio Negro, que consistia na cobrança de Rs. 2\$500 por cada besta, Rs. 2\$000 por cada cavalo e Rs. \$960 por cada égua que se criava aquém dos limites desta Província até o Registro (MÜLLER, 1923, 209-211).

Tabela 4: Receita da Província de São Paulo em 1836-1837 e os maiores impostos³⁸ (valores em mil-réis)

IMPOSTOS	VALORES
Meia Sisa dos Escravos	16:475\$977
Décima dos Prédios Urbanos	19:053\$703
Carne Verde e Subsídio Literário	19:170\$442
Novo Imposto e dos Animais em Sorocaba	22:047\$216
Dízimos	31:351\$648
Receita Eventual	38:898\$731
Animais no Rio Negro	81:869\$950
RECEITA PROVINCIAL TOTAL	292:701\$359

Fonte: Müller (1923, p. 215).

Tendo no açúcar seu principal gênero de exportação no ano de 1836 e na taxaço dos serviços de transporte a maior fonte de arrecadação de impostos, seria difícil pensar no espaço restante nesta economia à lavoura de mantimentos. Entretanto, em muitas vilas paulistas, como

as de Bahia e Minas Gerais 12 vezes (cerca de 410 mil) e a de Pernambuco 8 vezes (260 mil)”. Por outro lado, no ano financeiro 1873-1874, as rendas da província de São Paulo somaram Rs. 1.954:963\$041 (GODOY, 2007, p. 115).

³⁸ Meia Sisa dos Escravos: 5% do valor pago por um cativo. Décima dos Prédios Urbanos: cobrada nas povoações que tinham mais de 100 casas. Carne Verde: Rs. 1\$600 de toda rês abatida para venda. Subsídio Literário: Rs. \$820 de toda rês abatida para a venda. Novo Imposto e dos Animais em Sorocaba: Rs. 6\$400 que pagavam os armazéns e tabernas da Capital e das vilas de Serra Acima sobre os gêneros miúdos que passavam no Cubatão para a vila de Santos; Rs. 4\$000 das tabernas da mesma vila; e Rs. \$320 por cada besta, Rs. \$200 por cada cavalo e Rs. \$100 por cada cabeça de gado vacuum que passava pelo Registro de Sorocaba. Dízimos: 10% sobre os gêneros não manufaturados exportados e 5% pelos manufaturados, cobrados em Santos e Paranaguá. Receita Eventual: lei provincial de 11/04/1835. Animais no Rio Negro: Rs. 2\$500 por cada besta, Rs. 2\$000 por cada cavalo e Rs. \$960 por cada égua que se criava aquém dos limites desta Província até o Registro (MÜLLER, 1923, 209 a 211).

Jundiaí³⁹, a ascensão do açúcar não significou a exclusão da cultura dos gêneros alimentícios; pelo contrário, o cenário da primeira metade do século XIX mostraria uma Jundiaí com 27 engenhos em 1836, tendo em média 41 escravos por engenho, empregando um total de 1.108 cativos na faina açucareira, o equivalente a 50,2% dos cativos desta vila. Por outro lado, 41,8% dos escravos jundiaenses (923 cativos) laboravam em outras atividades agrícolas, como a produção de milho e cereais, sendo que no ano de 1836 foram produzidas nesta vila 2.420 toneladas de milho, equivalente a 26,62% (Rs. 51:247\$000) do montante gerado pela produção de gêneros agrícolas naquele ano – o açúcar respondeu por 22,34% (Rs. 43:000\$000) da renda agrícola de Jundiaí, com uma colheita de 316 toneladas (LUNA; KLEIN, 2005, p. 79).

A situação fiscal da província de São Paulo, no que tangia às fontes de receita, viu poucas mudanças nos anos posteriores a 1836. No ano fiscal de 1837-1838, surge pela primeira vez o imposto sobre armazéns, tabernas e botequins, além da cobrança da dívida ativa. Por sua vez, no ano fiscal 1838-1839, veio o imposto sobre casas de leilão e modas, que, apesar de previsto, não havia sido contabilizado anteriormente. Ausentes eram os *novos impostos ou subsidio voluntario*, continuando a taxação dos novos impostos sobre os animais de Sorocaba. No ano fiscal de 1839-1840, sobreveio outra rubrica, a da receita eventual. No ano fiscal de 1840-1841, a receita provincial se manteve semelhante, tendo como novidade a rubrica *juros das apólices compradas por conta do cofre provincial vencidos no corrente anno*, evidenciando ter o governo provincial emitido algum tipo de título como forma de aumentar a receita da província (LOPES, 2009, p. 13).

³⁹ Das terras pertencentes a Jundiaí seria constituída a vila com a maior produção de açúcar em 1846-1847, a vila de São Carlos, formada no ano de 1797, futura Campinas. Jundiaí, Campinas, Itu, Constituição (Piracicaba), Tatuí (Limeira), Mogi Mirim, Rio Claro e outras vilas integrariam a região posteriormente nomeada de Oeste Paulista.

Tabela 5: Receita da Província de São Paulo em 1841 (de acordo com o artigo 1º da Lei n. 25 de 23 de março de 1841) – valores em mil-réis

IMPOSTOS	VALORES
Direitos de saída da província (a)	140:000\$000
Imposto sobre aguardente, nacional ou estrangeira	16:000\$000
Imposto sobre armazens, tabernas e botequins serra acima, denominado Novo Imposto	10:000\$000
Novo imposto sobre os animaes no registro de Sorocaba	8:000\$000
Contribuição para Guarapuava	6:000\$000
Imposto de 1\$600 das rezes que se cortam e 320 rs de subsidio literário	18:000\$000
Meia siza da venda de escravos	20:000\$000
Decima de legados e heranças	12:000\$000
Novos e velhos direitos provinciaes	2:000\$000
Direito dos animaes no registro do Rio Negro	80:000\$000
Emolumentos do lugar de secretario do governo	200\$000
Despacho das embarcações	500\$000
Imposto sobre casas de leilão e modas	200\$000
Cobrança da divida activa provincial anterior ao 1º de julho de 1836 e toda a divida dessa data em diante	20:000\$000
Typographia provincial	160\$000
Juro das apólices	18:000\$000
Receita eventual	200\$000
TOTAL	351:260\$000

Fonte: Leis Orçamentárias Paulistas *apud* Lopes (2009, p. 15).

(a) Equivalem aos dízimos anteriormente cobrados.

Sobressalta-nos o fato da maior fonte da receita provincial paulista vir da taxaço de 10% sobre os gêneros não manufaturados exportados e 5% pelos manufaturados, cobrados em Santos e Paranaguá, rubrica agora denominada *direitos de saída da província* – conhecida antes como *dízimos*. As cifras elevadas deste imposto no cômputo da receita paulista demonstram o crescimento da atividade exportadora açucareira, aliada à produção cafeeira no Vale do Paraíba, e o robustecimento de São Paulo apoiado na simbiose entre a cultura da cana-de-açúcar, o comércio de animais e a produção de gêneros alimentícios.

2.4 – O duplo viés da produção paulista de mantimentos: interno e externo

O milho era o gênero agrícola mais produzido na província de São Paulo em 1836. Atividade essencialmente voltada ao mercado interno, o milho tinha duas funções: constava na

dieta dos paulistas – quando moído se tornava uma farinha – e de seus animais, pois dado aos porcos, entrando indiretamente na produção do toucinho e, sobretudo, na alimentação das mulas que constituíam as tropas paulistas. Segundo Luna e Klein (2005, p. 122) “[...] o milho era produzido tanto em unidades agrícolas dedicadas exclusivamente a essa cultura quanto na condição de subproduto em muitas lavouras de exportação de açúcar e café”.

Tabela 6: Valor da produção e importância relativa dos produtos agrícolas da província de São Paulo em 1836

PRODUTOS	QUANTIDADE	PREÇO MÍNIMO	VALOR EM MIL RÉIS	PERCENTAGEM DO VALOR DO PRODUTO
Café (ton.)	8.638	1.600	940.858	16,3
Açúcar (ton.)	8.287	1.180	665.647	11,6
Tabaco (ton.)	166	1.280	14.481	0,3
Algodão (ton.)	136	960	8.911	0,2
Chá (libras)	788	1.600	1.261	0,02
Erva-Mate (ton.)	7.138	400	194.352	3,4
Aguardente (can.)	46.727	3.400	158.872	2,8
Rapadura (unid.)	46.300			
Arroz (ton.)	7.982	1.600	528.178	9,2
Feijão (ton.)	7.580	720	180.573	3,1
Milho (ton.)	93.238	640	1.974.277	34,3
Farinha de Mandioca (alq.)	89.765	640	57.450	1
Farinha de Milho (alq.)	2.451	720	1.765	0,03
Toucinho (ton.)	191	3.200	41.568	0,7
Suínos	69.155	5.000	345.775	6
Cavalos	11.399	16.000	182.384	3,2
Mulas	2.268	40.000	90.720	1,6
Bovinos	35.573	10.000	355.730	6,2
Ovinos	5.799	640	3.711	0,06
Peixe Seco (ton.)	60	3.200	12.992	0,2
Óleo de Amendoim (med.)	666	320	213	0,004
VALOR TOTAL			5.759.717	100

Fonte: Luna; Klein (2005, p. 112).

Obs: Termos abreviados foram: toneladas (ton.); canadas (can.); alqueires (alq.) e medidas (med.).

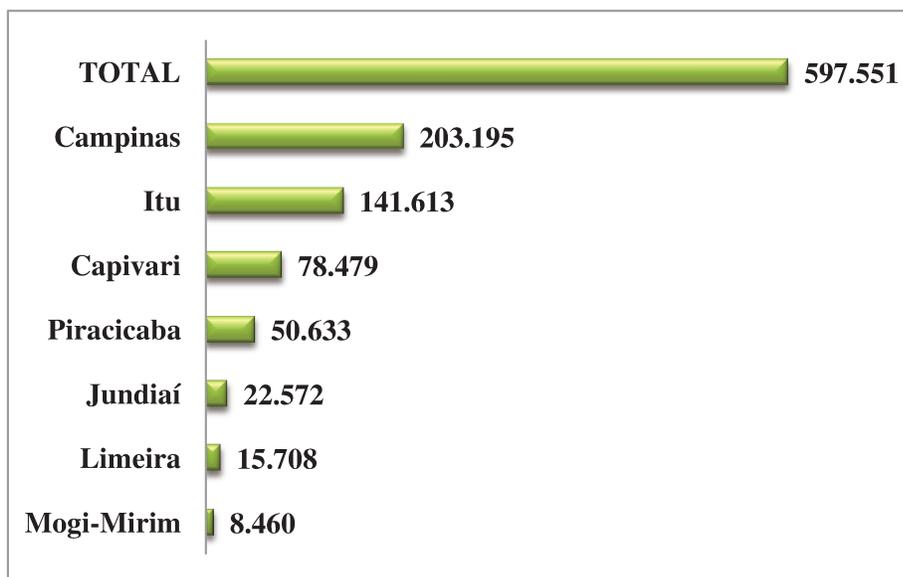
Tabela 7: Valor e percentagem da produção da província de São Paulo por região – em 1836

REGIÃO	VALOR EM MIL RÉIS	PERCENTAGEM DO VALOR DO PRODUTO
Vale do Paraíba	1.351.021	23
Região da Capital	670.329	12
Oeste Paulista	2.192.038	38
Caminho do Sul	1.160.435	20
Litoral	385.893	7
TOTAL	5.759.717	100

Fonte: Luna; Klein (2005, p. 112).

A região do Oeste Paulista respondia por 38% da renda agrícola paulista em 1836, sendo a área com maior participação na renda agrícola provincial naquele ano. Porém, interessante é perceber que na bibliografia esta região se notabilizou por ser uma região tipicamente açucareira. As vilas paulistas com maiores produções de açúcar no século XIX aí se concentraram, destacando-se Campinas e Itu.

Gráfico 6: Produção Açucareira Paulista e de algumas vilas em 1846-1847 – valores em arrobas



Fonte: Petrone (1968, p. 166).

Ao mesmo tempo detentoras de uma elevada produtividade açucareira, as vilas do Oeste Paulista parecem se assemelham à idéia de Luna e Klein (2005, p. 79) quando eles abordam a vila de Jundiaí: a simbiose entre a lavoura açucareira e a cultura de mantimentos. O milho era a cultura mais produzida na província de São Paulo em 1836, e do Oeste Paulista eram oriundos 45,8% desta produção. Concomitantemente, o açúcar estava no topo das exportações efetuadas pelo porto de Santos, e 96,8% vinha das fazendas do Oeste Paulista.

Tabela 8: Importância Relativa das regiões paulistas referente aos principais produtos agrícolas na província de São Paulo em 1836

REGIÃO	MILHO	CAFÉ	AÇÚCAR	ARROZ	BOVINOS
Vale do Paraíba	11	70,2	0,7	41,2	6,1
Região da Capital	16,7	12,3	0,1	3,9	6
Oeste Paulista	45,8	2,9	96,8	9,3	35,2
Caminho do Sul	26,5	0,2	1,5	5,2	52,7
Litoral		14,4	1	40,3	
TOTAL	100	100	100	100	100
	SUÍNOS	CAVALOS	FEIJÃO	AGUARDENTE	MULAS
Vale do Paraíba	16,1	4,6	35,5	20,5	12,5
Região da Capital	16,5	16,4	18,1	11,7	25,4
Oeste Paulista	63,2	34,8	31,5	42,6	26,4
Caminho do Sul	4,3	44,2	14,6	15,3	35,8
Litoral			0,4	9,9	
TOTAL	100	100	100	100	100
	FAR. DE MANDIOCA	TOUCINHO	TABACO	ALGODÃO	OVINOS
Vale do Paraíba	34,1	73,2	43,7	13,4	11,1
Região da Capital	20,4		3,8	56,1	8,8
Oeste Paulista	5,5		33,1	20,8	35,6
Caminho do Sul	21,7	26,8	14,9	9,7	44,5
Litoral	18,2		4,4		
TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: Luna; Klein (2005, p. 113).

Na economia açucareira paulista da primeira metade do século XIX, a produção de gêneros alimentícios teve grande destaque. Podemos aferir o crescimento da produção de alimentos em função de uma maior demanda originada pelo aumento da população da Província, sendo que esta elevação demográfica tinha raízes também na elevação do nível de vida de uma

sociedade apoiada na exportação de um gênero de boa aceitação externa, o açúcar, nos dividendos por ele gerados através de sua exportação e nas condições exigidas ao seu comércio: muelles para transportar o açúcar até Santos, milho para alimentar as tropas e seus condutores, além dos que trabalhavam nas lavouras.

Na análise da produção de milho pela província de São Paulo fica evidente uma relação positiva entre a agricultura de alimentos e as culturas de exportação. Açúcar e café não tiveram suas expansões apoiadas na exclusão do cultivo de milho, arroz ou feijão. Pelo contrário, o modo de produção das culturas de exportação foi adentrando às lavouras de alimentos: o uso de mão-de-obra escrava também passou a ser comum nas unidades agrícolas paulistas voltadas ao abastecimento do mercado interno (LUNA; KLEIN, 2005, p. 107 e 108).

Em que pese a historiografia consagrar a idéia do latifúndio monocultor, em São Paulo regiões como Oeste Paulista e Vale do Paraíba, que tinham as maiores produções de açúcar e café respectivamente em 1836, também tinham importante produção de gêneros alimentícios. Estas unidades agrícolas açucareiras e cafeicultoras se valiam da mão-de-obra escrava no trato da principal atividade que visava à exportação, mas também impeliam seus cativos à cultura de mantimentos.

Entretanto, havia exceções ao modelo apontado acima. A vila paulista de Cunha, situada no Vale do Paraíba, tinha forte produção de milho, entre 1804 e 1835, apoiada, em sua maioria, na utilização do trabalho escravo. No período em questão não se registrou produção de açúcar e café, sendo que veio da cultura de alimentos a base para o incremento do número de escravos em Cunha, pois no ano de 1829, dentre os 3.375 habitantes havia 1.549 cativos. Mais de 80% dos cativos eram empregados na agricultura, sendo que, em 1835, 47% em plantéis de 11 a 20 cativos – plantéis médios. Cunha exemplifica uma especificação dentro de uma economia exportadora: uma vila voltada à produção de alimentos ao mercado interno e que retirou desta atividade os capitais necessários à aquisição de sua mão-de-obra (LUNA; KLEIN, 2005, p. 110 a 117).

O exemplo da vila Paulista de Cunha pode ser considerado excepcional sob o prisma de uma localidade voltada exclusivamente ao atendimento de uma demanda interna que se valia do trabalho escravo. Entretanto, a realidade desta vila se alia ao quadro da produção de alimentos

das áreas do Rio de Janeiro. Com uma forte produção de açúcar baseada no intenso uso do trabalho escravo⁴⁰, as unidades agrícolas fluminenses demonstravam uma característica: a produção de alimentos vinha prioritariamente de áreas que não eram voltadas aos produtos de exportação. Por exemplo, Campos, com seus 168 engenhos e 5.066 escravos em 1788, era o maior produtor de açúcar fluminense, mas, ao mesmo tempo, produzia 46.067 alqueires de alimentos – arroz, farinha, milho e feijão – o que se traduzia em uma produção *per capita* de somente 9,1 alqueires de alimentos. Em contrapartida, no mesmo ano, Inhomirim, com seus 6 engenhos e 2.760 cativos, teve a menor produção de açúcar entre as áreas fluminenses, ao passo que produziu 43.560 alqueires de alimentos, o equivalente a uma produção *per capita* de 203,6 alqueires de alimentos (FRAGOSO, 1998, p. 100 a 102).

O modelo apresentado pelas fazendas fluminenses dista do exibido por oito importantes vilas de São Paulo entre 1816 e 1836⁴¹. Devido ao fácil cultivo, baixos investimentos e safras anuais, o milho era plantado em toda a província de São Paulo. As grandes fazendas, por exemplo, açucareiras o cultivavam para a subsistência de seus trabalhadores e do gado. Ademais, sua ampla procura tornava simples a comercialização, o que pode ter gerado os capitais que sustentaram a implantação dos cafezais em algumas vilas paulistas enquanto os cafeeiros não começavam sua produção (LUNA; KLEIN, 2005, p. 125).

Na amostra da produção de milho nestas oito vilas paulistas, nelas havia mais de 2.000 agricultores que produziram 12.500 toneladas de milho. Destes produtores, cerca de 40% eram escravistas e responderam por 80% da produção total. Em 1836, os escravistas – 916 agricultores – produziram 10.184 toneladas de milho (81%), enquanto aos agricultores sem escravos – 1.341 agricultores – couberam 2.375 toneladas (19%). Os plantéis com média de 12 cativos predominavam, mas colocava-se a razão entre o número de escravos e o tamanho da produção, pois 20% (453) dos escravistas possuíam plantéis de 1 a 5 cativos que produziram 2.046 (16%) toneladas de milho, ao mesmo tempo em que 2,2% (50) de grandes escravistas

⁴⁰ Em 1796, os principais portos brasileiros exportaram um total de 1.688.431 arrobas de açúcar, sendo que do porto do Rio de Janeiro saíram 475.672 arrobas (28% do total), ficando atrás somente da Bahia que exportou 676.163 arrobas (40% do total) e de Pernambuco que exportou 502.538 arrobas de açúcar (30% do total). O açúcar paulista saído de Santos totalizou 11.817 arrobas (0,7% do total) (ARRUDA, 1980, p. 360). Na produção de açúcar fluminense no ano de 1778, enquanto 145 engenhos possuíam plantéis com até 20 cativos e concentravam 1.651 cativos (14,1% do total), no outro extremo estavam os 178 engenhos com plantéis maiores que 20 cativos e que concentravam 9.972 cativos (85,9% do total). Quanto aos 10 maiores engenhos, estes tinham 26,8% dos cativos em plantéis com mais de 100 cativos (FRAGOSO, 1998, p. 95).

⁴¹ Areias, Campinas, Capivari, Cunha, Itu, Jacareí, Jundiá e Mogi Mirim.

detentores de plantéis acima de 41 cativos responderam por 2.449 (19%) toneladas do milho nas oito localidades (LUNA; KLEIN, 2005, p. 131 a 133).

A produção de gêneros alimentícios na província de São Paulo da primeira metade do XIX mostrou um inter-relacionamento fundamental na associação com a principal atividade de então, a produção de açúcar. Os escravos trazidos para laborar nos engenhos passaram a fazer parte das lavouras paulistas de mantimentos, sendo que estes produtores de alimentos escravistas produziam em média 11 toneladas por unidade agrícola, produtividade 6 vezes maior do que a encontrada nas lavouras que não utilizavam escravos. Esta realidade do trabalho escravo na produção de alimentos também foi verificada na lavoura do arroz paulista (LUNA; KLEIN, 2005, p. 123).

Portanto, é possível assertar que há uma relação cronológica na economia paulista da primeira metade do século XIX. A passagem de São Paulo de uma região fornecedora de gêneros alimentícios às Gerais a uma economia com viés exportador assentou-se em três pontos fundamentais: 1) a ascensão do cultivo de um gênero de exportação com amplo mercado mundial, o açúcar; 2) a expansão do comércio de animais e dos serviços de transporte; e 3) o fortalecimento da lavoura de mantimentos. Esta passagem pode ser melhor detalhada pela análise da trajetória das localidades e de seus indivíduos.

3 – RUMO À FRONTEIRA: VILAS PAULISTAS E MIGRAÇÃO

3.1 – Jundiáí (SP): terra de tropas e tropeiros

A vila de Jundiáí data de 1655 e, junto com a vila de Itu, que é de 1654, eram as duas vilas principais e que ao longo do tempo foram desmembradas para darem origem aos municípios da região que veio a ser conhecida como Oeste Paulista, mas também abordada como Planalto Paulista (MARCÍLIO, 2000, p. 140).

Tabela 9: População, número de escravos e percentual de cativos na vila de Jundiáí⁴² (1798-1836)

Anos	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
População Total	3.784	4.467	4.419	5.105	4.603	5.849	5.749
Total de Escravos	625	797	946	1.253	1.249	2.084	2.206
Percentagem de Escravos	17	18	21	25	27	36	38

Fonte: LUNA; KLEIN (2005, p. 78).

A evolução demográfica de Jundiáí seguia a mesma direção do movimento populacional da capitania de São Paulo no passar do século XVIII ao XIX. De uma população de 3.784 pessoas em 1798, a vila atingiu a marca de 5.849 no ano de 1829, contando uma ampliação do número de cativos no todo de seus moradores, uma vez que no término da terceira década do XIX havia em Jundiáí 2.084 escravos que representavam 36% da população desta vila. Entretanto, apesar de Luna e Klein (2005) a situarem na região açucareira, a comparação dos números relativos à participação de cativos entre as vilas de Jundiáí e São Carlos – que se tornaria Campinas – invalidam esta qualificação. Esta última localidade possuía em 1829 uma

⁴² Pensamos haver um problema nos dados apresentados por Luna e Klein (2005, p. 79) no que se refere ao número total de escravos na vila de Jundiáí no ano de 1822, que foi de 1.249 cativos. Afinal, se somarmos o número de cativos na agricultura, que era 1.279, ao número de cativos em outras atividades, que era 111, o número total de escravos em Jundiáí para o ano de 1822 seria 1.390. Isto acontece também em relação ao ano de 1804.

população de 8.543 pessoas, sendo que 4.323 eram escravos, o equivalente a 50,60% da população (EISENBERG, 1989, p. 329 e 358). Talvez a proximidade entre as vilas permita o enquadramento de ambas em uma mesma classificação, mas considerando que a lavoura da cana-de-açúcar demanda elevada mão-de-obra⁴³, faz-se necessário um olhar mais atento às especificidades jundiaíenses.

A penetração do açúcar na economia local não se deu com a exclusão das atividades pretéritas. Jundiaí era uma pobre vila que se caracterizava pelas pequenas unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar e de alguns escravos. O crescimento de sua economia está ligado aos estímulos que a agricultura paulista recebeu na segunda metade do século XVIII. Com a decadência do ouro das Gerais, Jundiaí viu sua agricultura de alimentos, sobretudo o milho⁴⁴, e a modernização da lavoura canavieira ganhar destaque, o que se traduziu no aumento de tamanho das unidades produtivas, pois o açúcar e seus engenhos assim pediam, e do número de escravos na vila. Contudo, deve ser ressaltado que na região do Planalto Paulista, Jundiaí não era a principal vila produtora de açúcar⁴⁵, apesar da produção de gêneros alimentícios ter concentrado entre 60% e 80% dos *fogos*⁴⁶ nos anos 1800-1830.

⁴³ Segundo Alice Canabrava (1972, p. 209) “Engenhos de 50 escravos são reputados mediocres no final do século XVIII, mas considerava-se o mínimo de 40 escravos indispensáveis para que o engenho pudesse moer ‘redondamente’ durante as 24 horas do dia”.

⁴⁴ Era grande o consumo de milho pelas bestas muaras, e o costume de haverem roças de milho nos caminhos freqüentados pelas tropas. Se considerarmos, por exemplo, o Caminho Geral do Sertão, desde o século XVII, ligava os paulistas às Minas, ou que o caminho que seguia por Atibaia e Bragança, próximos à Jundiaí, levava também às Minas, logo vemos o caráter da vila: produção de gêneros alimentícios transportados por tropeiros que rumavam às Gerais (ZEMELLA, 1990, p. 116 e 138).

⁴⁵ Em 1797, do desmembramento de Jundiaí, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas foi elevada a vila de São Carlos, atual Campinas. A produção de açúcar desta vila, em 1798, chegou a 118,863 toneladas (CELIA, 2000, p. 67); enquanto Jundiaí produziu 66 toneladas (LUNA; KLEIN, 2005, p. 79). Sobre as unidades de medida utilizadas ver Luna e Klein (2001).

⁴⁶ “O grupo doméstico, ou *fogo*, como se chamava, era a base da ocupação das terras. Normalmente, quando se constituía um novo casal, novo fogo aparecia na paisagem agrícola” (MARCÍLIO, 2000, p. 132).

Tabela 10: quantidade dos gêneros⁴⁷ produzidos na Vila de Jundiaí, 1798-1836

ANOS	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
AÇÚCAR (ton.)	45	66	53	141	279	274	316
MILHO (ton.)	150	484	260	1.647	1.123	1.732	2.420
FEIJÃO (ton.)	16	48	15	127	130	154	167
AGUARDENTE*	156	372	373	706	714	1.176	2.196

Fonte: LUNA; KLEIN (2005, p. 79).

*Aguardente medido em canadas.

Tabela 11: valor (em mil réis) dos gêneros produzidos na vila de Jundiaí, 1798-1836

ANOS	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
AÇÚCAR	6.545	4.893	4.329	16.922	21.043	21.987	43.000
MILHO	1.400	4.835	1.779	16.392	11.742	18.562	51.247
CEREAIS	1.706	6.021	2.211	19.756	16.392	23.101	57.171
AGUARDENTE	216	744	548	1.229	1.289	1.930	3.953
SUÍNOS*	2.065	1.161	527	7.077	3.197	13.299	35.057
OUTROS	136	203	25	434	224	860	2.084
TOTAL	12.068	17.857	9.419	62.315	53.887	79.739	192.512

Fonte: LUNA; KLEIN (2005, p. 79).

*No grupo dos Suínos devem ser acrescidos os Bovinos.

⁴⁷ Açúcar, milho e feijão quantificados em toneladas. Aguardente em canadas. Segundo a lei imperial nº 1.157 de 1862, que implantou o sistema métrico no Brasil, 1 canada equivaleria a 2,662 litros (LUNA; KLEIN, 2001, p. 9).

Tabela 12: valor percentual/participação (%) dos gêneros produzidos na economia da vila de Jundiá (1798-1836)

ANOS	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
AÇÚCAR	54,23	27,4	45,96	27,16	39,05	27,57	22,34
MILHO	11,6	27,08	18,89	26,31	21,79	23,28	26,62
FEIJÃO	14,14	33,72	23,47	31,7	30,42	28,97	29,7
AGUARDENTE	1,79	4,17	5,82	1,97	2,39	2,42	2,05
SUÍNOS*	17,11	6,5	5,6	11,35	5,93	16,68	18,21
OUTROS	1,13	1,14	0,27	0,7	0,42	1,08	1,08
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: LUNA; KLEIN (2005, p. 79).

Pela análise das tabelas, fica nítido que a agricultura produtora de alimentos tinha maior destaque na economia de Jundiá no final do século XVIII e décadas iniciais do XIX. Mesmo com a ascensão do açúcar no Oeste Paulista, nesta vila preponderava o cultivo do milho, situação que se conservará até 1836, quando se produziu 316 toneladas de açúcar e 2.420 de milho, acompanhadas de 167 toneladas de feijão – não se devem ignorar as 2.196 canadas de aguardente. Além disso, o valor destes gêneros produzidos melhor define a importância de cada um na economia jundiáense. Dessa forma, em 1836 a produção de açúcar teve um valor de 43.000 réis, enquanto o milho atingiu 51.247 réis, os cereais 57.171 réis, suínos e bovinos 35.057 réis, sendo que a produção total da vila naquele ano foi 141.266 réis. Se levarmos em conta que o açúcar tinha uma elevada demanda externa e, conseqüentemente, atingia maiores preços, torna-se mais notório ainda que o valor de sua produção em Jundiá tenha sido menor que o do milho⁴⁸.

A economia jundiáense não mais gravitava em torno do açúcar, como ocorrera no final do século XVIII em que 54,23% dos valores monetários originaram-se na lavoura da cana. Em 1836, a participação do açúcar restringiu-se a 22,34%, enquanto o grupo dos suínos e bovinos representou 18,21%, a produção de milho foi responsável por 26,62% e a de feijão por 29,70%.

⁴⁸ Segundo Luna e Klein (2001, p. 4 e p. 10), o preço médio do açúcar paulista – em arrobas – teve uma tendência declinante entre 1798 e 1808, quando caiu de 2.150 réis para 501 réis; contudo, de 1808 a 1816 houve recuperação, tendo neste último ano ficado em 1.760 réis e, até 1830, sofrendo variações que chegaram a 1.832 réis em 1821, declinando para 620 réis em 1824. Por outro lado, o milho paulista – em alqueires –, destinado ao abastecimento interno, teve preços estáveis entre 1798 e 1811, ficando em torno 250-300 réis; a partir de 1813, o milho teve alta que chegou a 392 em 1827. Quer dizer, o menor preço atingido pelo açúcar era superior ao maior alcançado pelo milho.

Se acrescentarmos os números da produção de aguardente aos do açúcar ambos totalizariam 24,39%, ainda inferior aos índices do milho e do feijão.

Estes dados apontam para outra configuração de Jundiaí. Sua grande produção de gêneros de subsistência, sobretudo o milho, ligava-se a outra atividade vital e que caracterizava aquela vila no século XVIII e XIX: o tropeirismo⁴⁹.

A indústria de transportes, representada pelas tropas, exerce grande papel na vida da colônia, particularmente de algumas de suas regiões. Vimo-lo já a respeito de Sorocaba e do Sul, onde o comércio de bestas que a ela se destinam resume, pode-se dizer, a vida local. Mas não é só aí. Noutra região de São Paulo, que compreende Mojimirim, Campinas e Jundiaí, é ele um dos principais recursos da população, pois aí se recruta o pessoal das tropas numerosas que estabelecem as ligações com Goiás e Mato Grosso. *Jundiaí, em particular, está intimamente ligada a tal atividade. É aí que se formam as tropas que se destinam não só aquelas capitânicas, mas que se encaminham para a cidade de São Paulo, e daí para Santos, transportando os produtos da região que fica além de Jundiaí, e que [...] começava a se tornar um centro exportador de certa importância. Daí um movimento ativo de negócios: revenda aos tropeiros de bestas adquiridas em Sorocaba e que se reúnem e preparam nas invernadas dos arredores da vila, organização das tropas e recrutamento do pessoal necessário* (PRADO JUNIOR, 2000, p. 268, grifos do autor).

Jundiaí tinha grande número de famílias envolvidas no negócio de tropas, o que fazia da região importante centro de abastecimento, manutenção e aparelhamento das tropas que por lá passavam ou se formavam. Vila produtora de alimentos, assim como Campinas⁵⁰, por suas terras passava a antiga “rota do Goiás”, que saía de São Paulo, atravessava Jundiaí, Campinas, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, rumando para Franca e daí para Goiás⁵¹. Dessa forma, a economia jundiaense articulava-se na aquisição de muares em Sorocaba para formar e vender tropas que seriam empregadas no transporte em outras regiões, mas também para comercializar sua

⁴⁹ A importância do milho na alimentação dos animais de carga era vital, afinal “O consumo de milho pelas bestas, em particular, é tão volumoso e constitui negócio lucrativo para os fornecedores [...]” (PRADO JUNIOR, 2000, p. 163). Além disso, o milho era base da alimentação dos suínos, tendo o porco grande papel na alimentação colonial, pois “o porco tem na economia colonial um grande papel, particularmente nas capitânicas do Centro-Sul, incluindo o Rio de Janeiro e São Paulo. A sua carne, neste setor da colônia, entra em grande proporção para a dieta dos habitantes. Mas a principal utilidade do suíno é o toucinho com que se condimentam os alimentos, sobretudo o feijão; e do qual se extrai a banha, a universal matéria graxa da cozinha brasileira” (PRADO JUNIOR, 2000, p. 203).

⁵⁰ Campinas, segundo Costa (1982, p. 6), na primeira metade do século XIX, tornou-se importante centro comercial de vilas distantes – como Franca – que lhes remetiam seus produtos: algodão, toucinho, feijão, queijo, etc, sendo então redistribuídos.

⁵¹ (CELIA, 2000, p. 75).

produção com outras áreas⁵², fazendo o intercâmbio entre, por exemplo, a zona importadora de Santos e os mercados consumidores do interior brasileiro, tendo como base a rota do Goiás.

Nesta vila [Jundiaí], nascida em 1655 e boca de sertão, a especialidade eram justamente os tropeiros de tropa arreada, alugadores e vendedores de bestas que anualmente domavam, mal chegada a época da feira sorocabana. De então para diante era a estrada de Goiás, que Bartolomeu Bueno picara em 1725 e que os tropeiros terminaram aos poucos. Mogi-Mirim foi por muito tempo o derradeiro povoado, enquanto não nasciam os vilarejos da banda do Rio Grande. À direita de Jundiaí um ramal levava ao sul de Minas, pelo Registro do Jaguari. E os tropeiros caminhavam pela mata (ALMEIDA, 1981, p. 110 e p. 111).

A rota do Goiás servia para Jundiaí enviar seus produtos às diversas regiões, por exemplo, aos mineiros⁵³. Contudo, das Gerais vinha a contrapartida: o fluxo populacional ao Oeste Paulista. Ao chegar à vila, esta gama demográfica se deparava com um cenário diverso do esperado para as localidades paulistas nas décadas iniciais do século XIX, afinal, grandes extensões territoriais dominadas pela monocultura açucareira haveriam de disputar espaço com outras atividades no solo jundiaiense.

3.1.1 – Jundiaí (SP) e a hipótese de uma menor concentração fundiária

Na segunda década do século XIX, a capitania de São Paulo tinha sua economia já apoiada fortemente na agricultura comercial da cana-de-açúcar, no período em que o café iniciava sua trajetória ascendente ainda pelas terras do Rio de Janeiro. O retrato que Alice Canabrava (1972) mostra, apoiada na pesquisa do Inventário dos Bens Rústicos⁵⁴, permite-nos algumas constatações sobre a sociedade jundiaiense no ano de 1818.

⁵² “Ao que parece, era fácil para os produtores de Jundiaí levar seus animais vivos [suínos] para o mercado na cidade de São Paulo” (LUNA; KLEIN, 2005, p. 128).

⁵³ Comprovando a ligação entre a região de Jundiaí e as rotas tropeiras, Suprinyak e Restitutti (2006, p. 13) apontam que dentre as recebedorias encarregadas pela cobrança de tributos na estrada de São Paulo à Goiás, constava a recebedoria do Jaguari – junto ao rio homônimo.

⁵⁴ Este documento consiste de um cadastramento das propriedades rurais da capitania de São Paulo – exceto a região que corresponderia hoje ao Paraná – realizado em 1818 e composto das declarações referentes às propriedades rurais em 40 localidades que abrangiam 27 vilas, 9 freguesias, 3 povoados e 1 arraial. Este levantamento se insere no âmbito das medidas joaninas que visavam o conhecimento das terras particulares a fim de estabelecer quais seriam as devolutas. No levantamento foram arroladas 9.343 declarações à autoridade correspondentes a 9.169 proprietários e 9.435 propriedades rurais. Contudo, Alice Canabrava se ateu às propriedades com área definida, que somavam 8.576 propriedades pertencentes a 8.424 proprietários a abrangendo 1.565.505,9764 alqueires paulistas – um alqueire paulista mede 24.200 m² (CANABRAVA, 1972, p. 81).

Jundiaí foi classificada pela autora como uma vila pertencente à região da Periferia da Grande São Paulo – as outras regiões eram a Açucareira, Pecuária, Vale do Paraíba, Litoral Centro-Norte e Litoral Sul. Seguindo uma tendência demonstrada pela capitania de São Paulo, que em 1805 tinha uma população de 166.111 habitantes e crescerá 20,42% em 1818 chegando a 200.034 pessoas, a região da Periferia da Grande São Paulo passou de 26.861 habitantes em 1805 para 28.710 em 1818, com um crescimento de 6,88%, o que a situaria como uma área de lento crescimento populacional em relação às outras regiões paulistas, ou mesmo de decréscimo, pois a região que representava 16,17% da população da Capitania em 1805 teve sua participação diminuída para 14,35% em 1818⁵⁵. Na região da Periferia da Grande São Paulo, entre as 1.282 propriedades com área definida, havia 1.313 proprietários, equivalente a 15,59% do total de proprietários paulistas e possuindo uma área de 158.910,0430 alqueires (10,15% da área paulista levantada).

A terceira zona mais povoada da Capitania em 1818, formada por vilas como Atibaia, Nova Bragança e Jundiaí, caracterizava-se por uma típica economia da subsistência: feijão, milho – vendidos diariamente no mercado da capital – acrescidos do toucinho, aguardente, tecido de algodão produzido domesticamente e da farinha de mandioca. Contrastando com esta realidade estava a vila de Jundiaí, com a vocação tropeira, em que a reexportação de muares adquiridos na feira de Sorocaba consistia em 49,00% do valor exportado da área, seguida da produção açucareira (21,91%) (CANABRAVA, 1972, p. 85).

A capitania de São Paulo nas décadas iniciais do século XIX tinha um traço específico no que concernia à questão fundiária: o elevado índice de concentração da terra (índice de Gini de 0,86)⁵⁶, uma vez que os 5% dos menores proprietários tinham, no ano de 1818, possuíam 0,0072% das terras, enquanto os 5% dos maiores proprietários acumulavam 70,23%

⁵⁵ A região Açucareira (Itu, Campinas, Porto Feliz entre outras vilas) aumentou sua população em 51,94%, entre 1805 e 1818, equivalendo a 19,51% da população da Capitania. O Vale do Paraíba (Lorena, Taubaté, Guaratinguetá entre outras vilas) aumentou sua população em 25,91%, equivalendo a 30,83% da população paulista. O Litoral Sul (Iguape entre outras vilas) aumentou sua população em 12,58% representando 4,17% da população de São Paulo. O Litoral Centro-Norte (Ubatuba, Santos e demais vilas) aumentou sua população em 20,94%, representando 8,58% da população de São Paulo. E a região da Pecuária (Sorocaba, Itapetininga e demais vilas) aumentou sua população em 17,51%, equivalendo a 10,30% da população paulista. Apenas a região do Grande São Paulo (capital e suas adjacências) teve déficit populacional de 3,66%, com uma participação de 12,26% da população paulista (CANABRAVA, 1972, p. 80).

⁵⁶ Medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

das propriedades. Esta tendência à concentração de terras nas mãos de grandes proprietários se repetia regionalmente, por exemplo, na área Açucareira (Gini de 0,82), em que os 5% dos menores proprietários tinham somente 0,025% das propriedades rurais, enquanto os 5% maiores possuíam 60,47%. Na região que logo se tornaria berço da expansão cafeeira, o Vale do Paraíba (Gini de 0,82), os números são idênticos: aos 5% dos menores proprietários cabia 0,0067% das propriedades rurais, ao passo que aos 5% dos maiores proprietários eram pertencentes 58,92%. Divergindo desta tendência paulista à concentração fundiária estava a região da Periferia da Grande São Paulo (Gini de 0,69, o mais baixo das regiões paulistas), em que os 5% dos menores proprietários tinham 0,019% das propriedades rurais, mas também a região em que os 5% dos maiores proprietários possuíam a menor área (42,72% das terras) (CANABRAVA, 1972, p. 91).

Na Periferia da Grande São Paulo, 35,28% das propriedades rurais eram pertencentes a 29,16% dos proprietários, situando-se em uma faixa de propriedades entre 70 e 310 alqueires, com área média de 146,73 alqueires. Já na região Açucareira, a maior porcentagem da área ocupada (64,50%) estava nas mãos de 5,58% dos proprietários que tinham propriedades com área média, situadas acima a partir de 630 alqueires, de 2.557,95 alqueires. O Vale do Paraíba apresentava situação semelhante: na região, a maior porcentagem da área ocupada (52,31%) era formada por propriedades, situadas a partir de 630 alqueires, com área média de 1.612,02 alqueires e pertencendo a 3,57% dos proprietários. Tanto a região Açucareira quanto o Vale do Paraíba ratificavam os dados referentes às grandes propriedades na capitania de São Paulo como um todo: 67,66% da área ocupada pelas propriedades rurais paulistas pertenciam a 4,12% dos proprietários, que tinham propriedades, situadas acima de 630 alqueires, com área média de 3.052,88 alqueires (CANABRAVA, 1972, p. 91).

Os números acima indicam uma relação entre economia produtora de alimentos/subsistência, acrescida dos negócios de carga/tropeirismo, e uma menor concentração fundiária na região da Periferia da Grande São Paulo. Esta tendência apresentada pela região da Periferia da Grande São Paulo é corroborada pela análise de uma das vilas que a integram, a vila de Jundiá.

Tabela 13: A distribuição da terra na vila de Jundiá em 1818: número de proprietários; área média das propriedades (alqueires); superfície relativa ao tamanho das propriedades e índice de Gini

TAMANHO DAS PROPRIEDADES (alqueires)	0 a 30	30 a 70	70-310	310-630	630 ou mais	
% SOBRE O TOTAL DOS PROPRIETÁRIOS	48,77	19,08	15,76	5,65	3,18	
ÁREA MÉDIA (alqueires)	13,69	50,32	137,98	408,4	995,83	
% DA SUPERFÍCIE DA VILA	6,46	9,3	31,18	22,37	30,69	
TOTAL DE PROPRIETÁRIOS						283
ÁREA TOTAL (alqueires)						29.210,92
ÍNDICE DE GINI						0,68

Fonte: CANABRAVA (1972, p. 92, 116 e 117).

Uma condensação dos números acima indica que 31,18% das propriedades rurais jundiaienses em 1818 situavam-se entre 70 e 310 alqueires e tinham área média de 137,98 alqueires, sendo pertencentes a 15,76% dos proprietários. Esta faixa de propriedades é maior do que a do que as situadas a partir de 630 alqueires, que representavam 30,69% das terras jundiaienses e pertenciam a 3,18% dos proprietários. O cotejo dos números de Jundiá com a vizinha vila de São Carlos – futura Campinas – nos permite uma melhor noção acerca das distintas realidades locais. Em Jundiá, 67,85% dos proprietários possuíam terras de até 70 alqueires que somavam 15,76% das propriedades rurais, sendo que a área média de uma propriedade de até 30 alqueires era 13,69 alqueires, e de uma propriedade de até 70 alqueires era 50,32 alqueires. Por sua vez, na vila de São Carlos (Campinas) 54,61% dos proprietários tinham propriedades de até 70 alqueires que representavam 7,05% do total naquela localidade, sendo que a área média das propriedades de até 30 alqueires era de 14,35 alqueires, e de uma propriedade de até 70 alqueires era de 46,44 alqueires. Os dados apontam que os pequenos proprietários tinham uma participação maior no universo dos detentores de terra na vila de Jundiá em comparação aos seus congêneres da vila de São Carlos, sendo que os pequenos proprietários jundiaienses tinham uma porcentagem maior das terras nesta vila do que na futura Campinas.

De mais a mais, o confronto também pode ser feito em relação aos grandes proprietários e suas vastas propriedades – a partir de 630 alqueires. Na vila de São Carlos, com índice de Gini 0,71, 5,32% dos proprietários usufruíam de 46,66% das propriedades rurais, sendo a área média de cada uma 1.557,28 alqueires. Como visto na vila de Jundiáí os grandes proprietários representavam 3,18% dos senhores da terra e possuíam 30,69% do total das propriedades rurais com área média de 995,83 alqueires (CANABRAVA, 1972, p. 93).

A hipótese de uma menor desigualdade na distribuição de terras nas áreas de economia de mantimentos/subsistência, somadas ao tropeirismo, parece se sustentar no cotejo dos dados referentes às vilas de Jundiáí e São Carlos (CANABRAVA, 1972, p. 105). Na futura Campinas, a preponderância da lavoura canavieira acentuou a tendência ao latifúndio, uma vez que a agricultura comercial demandava elevada produtividade a fim de cobrir os custos iniciais na formação de engenhos e aquisição de escravos. Sesmeiros e posseiros formavam grandes propriedades na região Açucareira paulista⁵⁷, a semelhança do ocorrido no Nordeste⁵⁸.

Pelas razões inerentes ao sistema colonial, que deram ênfase à grande lavoura, e identificaram o estrato social, econômico e político com a posse da terra, fundamentando o desenvolvimento de um estamento senhoril agrário, a apropriação da terra pelo particular tendeu historicamente ao latifúndio. O processo de repartição da terra foi condicionado por este aspecto da mentalidade do colonizador (CANABRAVA, 1972, p. 109).

Jundiáí se mostrava diferente do arquétipo da vila paulista com alta concentração fundiária e monocultora. Freitas (1986, p. 206 e 207), também se valendo da análise do Inventário dos Bens Rústicos, mostra que no ano de 1818, em Jundiáí havia 301 propriedades que totalizavam uma área de 29.210,92 alqueires resultando em área média de 97,046245 alqueires por propriedade. Estas propriedades estavam na posse de 283 proprietários ou grupos, elevando a média a 103,21879 alqueires por propriedade. Dos 282 proprietários, 269 residiam em Jundiáí e destes, 25 declararam no levantamento ter outra atividade que não a de agricultor, sendo que

⁵⁷ Na vila de Itu (índice de Gini 0,80), pertencente à região Açucareira, 7,15% dos proprietários possuía terras com extensão média de 2.019,76 alqueires e que representavam 61,73% das propriedades desta vila. Na também açucareira vila de Constituição (índice de Gini 0,85) – futura Piracicaba – 14,47% dos grandes proprietários tinham 88,83% das propriedades rurais, com área média de 4.176,12 alqueires (CANABRAVA, 1972, p. 93).

⁵⁸ Segundo Alice Canabrava (1972, p. 204 -205) “Nenhuma outra forma de exploração agrária no Brasil colonial resume tão bem as características básicas da grande lavoura como o engenho do açúcar. Assim aconteceu, dado o seu nível de capitalização, pois requeria, além dos trabalhos de cultivo do solo, uma série de outras operações demoradas e exaustivas para a manufatura do açúcar, o que implica em aparelhamento caro e mão-de-obra abundante. Por essa mesma razão, nenhuma outra forma de exploração agrícola da época colonial foi tão complexa no seu funcionamento”.

foram arrolados 506 agricultores em Jundiá para o ano de 1818. Dentre os agricultores, 262 não eram donos das terras que cultivavam, sendo pessoas que laboravam “terras a favor” em terrenos alheios.

Tabela 14: Utilização das terras em Jundiá (1818) – número e porcentagem das propriedades em relação à porcentagem das terras

TIPO DE USO	Nº ABSOLUTO	% DAS PROPRIEDADES	% DAS TERRAS
Mantimentos	240	79,8	64,17
Cana-de-açúcar	37	12,3	30,85
Criação	17	5,7	4,48
Inculto	4	1,3	0,45
Outros ⁵⁹	3	0,9	0,05
TOTAL	301	100	100

Fonte: Freitas (1986, p. 208).

Tabela 15: Classificação dos proprietários em Jundiá (1818) – número absoluto e percentual de proprietários e área ocupada (em hectares)⁶⁰

TIPO ⁶¹	Nº ABSOLUTO	%	ÁREA OCUPADA	%
Pequeno	69	24,5	765,446	1,1
Médio	114	40,4	9.408,82	12,9
Grande	56	19,9	17.009,58	23,3
Latifundiário	43	15,2	45.671,81	62,7
TOTAL	282	100	72.855,65	100

Fonte: Freitas (1986, p. 209).

Na classificação empreendida por Freitas (1986, p. 208 e 209), os pequenos proprietários – detentores de até 30 hectares – produziam em suas terras apenas os gêneros necessários à subsistência dos membros do domicílio/fogo, sendo que em 68,9% (40 domicílios) esta era a atividade principal, sendo rara a presença de escravos – apareceram somente em 6 fogos (10,3%) – e tendo a área média do grupo por volta de 10 hectares por proprietário. Por sua

⁵⁹ Um proprietário vivia do aluguel de sua terra, outro plantava fumo e o terceiro plantava algodão. O primeiro proprietário possuía 33,88 hectares, e os demais 1,21 hectares e 2,904 hectares, respectivamente (FREITAS, 1986, p. 220).

⁶⁰ Além da diferença quanto à utilização do hectare como unidade de medida, enquanto Alice Canabrava (1972) se valeu do alqueire paulista, Freitas (1986) apontou uma discordância quanto ao número de proprietários que havia na vila de Jundiá no ano de 1818: para ele o número seria de 282 e para a autora seria de 283, o que pensamos não invalidar as conclusões de ambos.

⁶¹ Freitas (1986, p. 208) classificou como pequenos proprietários os que possuíam uma área de até 30 hectares; os médios possuíam entre 30 e 150 hectares; os grandes possuíam entre 150 e 500 ha; e os latifundiários seriam os proprietários de áreas com mais de 500 ha.

vez, os médios proprietários possuíam em média 81 hectares, que contavam com maior participação da mão-de-obra escrava – 33 fogos (33,7%) – apesar da pequena média de apenas 1,1 escravos por proprietário, que laboravam na produção de mantimentos, atividade que ocupava 89,8% (89 fogos) dos médios proprietários, tendo em conta que alguns domicílios aliavam a esta atividade a produção de aguardente e rapadura, devido a presença de pequenas plantações de cana-de-açúcar e engenhocas.

Os grandes proprietários jundienses no ano de 1818 caracterizavam-se pela predominância da mão-de-obra escrava – 64% dos domicílios e média de 8,7 escravos por fogo – em propriedades com áreas médias de 306 hectares e das quais 26% (13 fogos) se dedicavam à produção de açúcar e 72% (36 fogos) à lavoura de mantimentos. Acima destes se situavam os latifundiários, com suas propriedades tendo em média uma área de 1.003 hectares em que o escravo era a mão-de-obra por excelência, estando presentes em 78,4% dos domicílios, resultando em uma média de 11 cativos por proprietário; 12 propriedades (32,4%) se dedicavam à cana-de-açúcar e 23 a cultura de mantimentos (FREITAS, 1986, p. 209 e 210).

Tabela 16: Características da produção de açúcar na vila de Jundiá (1798-1836)

Anos	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
Engenhos	18	15	11	23	33	35	27
Número de Escravos	225	287	243	598	724	1.170	1.108
Média de escravos por engenho	13	19	22	26	22	33	41
Porcentagem de cativos na produção de açúcar	36	36	26	48	58	56	50

Fonte: LUNA; KLEIN (2005, p. 79).

O açúcar era o lócus dos grandes proprietários na vila de Jundiá. O número de engenhos saltou de 18 para 35 entre o ano de 1798 e 1829. Ao mesmo tempo, avolumou-se o número de cativos nas unidades produtivas – de 225 para 1.170 - posto que negros africanos

formassem a base da mão-de-obra nos engenhos – sua média subiu de 13 para 33 em cada engenho e neles laboravam 56% dos cativos da vila. Porém, tais constatações não possibilitam inserirmos os grandes proprietários jundiaenses no rol dos senhores de engenho, por exemplo, da vila de São Carlos. Na futura Campinas havia, no ano de 1829, 82 engenhos, número bem superior aos 35 encontrados em Jundiá (EISENBERG, 1989, p. 329).

Tabela 17: Proprietários de escravos e utilização de cativos na vila de Jundiá (1798-1836)

Anos	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
Proprietários de							
Escravos	131	161	158	189	183	251	244
Média de Escravos por							
Proprietário	5	5	6	7	7	8	9
Percentagem de <i>fogos</i>							
com Escravos	18	21	21	22	24	28	26
Escravos na							
Agricultura	520	646	827	1.062	1.279	1.874	2.035
Proprietários de escravos							
na Agricultura	97	100	116	138	127	177	175
Média de escravos							
na Agricultura	5	6	7	8	10	11	12
Percentagem de escravos							
na Agricultura	83,2	–	87,4	84,8	–	89,9	92,2
Escravos em outras							
Atividades ⁶²	87	307	84	187	111	200	145
Proprietários em outras							
Atividades	25	42	31	44	53	71	42
Média de escravos em							
outras Atividades	3	7	3	4	2	3	3
Percentagem de escravos em							
outras atividades	13,9	–	8,9	14,9	–	9,6	6,6

Fonte: LUNA; KLEIN (2005, p. 78).

⁶² Outras atividades eram: artesãos, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, rentistas e profissionais relacionados com transportes.

Em 1818, 35% da população da vila de Jundiá compunham-se de grandes proprietários de terra e latifundiários, grupo que reunia as maiores condições de ingresso na faina açucareira. Além de grandes extensões territoriais a fim de elevarem a produção e cobrirem os custos arcados com a instalação dos engenhos, fazia-se necessária a aquisição de mão-de-obra que, no Brasil Colônia e Império atendia pelo nome de escravos africanos: em 1829, havia 251 proprietários de escravos na vila de Jundiá, que possuíam em média 8 escravos. Os cativos eram utilizados prioritariamente na agricultura, que em 1829 demandou 1.824 cativos às suas lavouras, o equivalente a 89,9% dos cativos jundienses. Avaliando que era escassa a participação de escravos nas pequenas e médias propriedades desta vila, propriedades estas que baseavam seu sustento na cultura de mantimentos para consumo próprio e venda nos mercados próximos, podemos considerar que nas lavouras canavieiras era empregada a maior parte da mão-de-obra cativa, sendo que aos outros ofícios restava cerca de 9,6% dos escravos, em uma média de 3 cativos por proprietário, que totalizavam 71 proprietários e 200 cativos em 1829.

Os negócios do açúcar em Jundiá eram restritos a uma pequena e abastada parcela da população, que reunia condições financeiras para suportar os custos iniciais da atividade vislumbrando lucros. Valendo-se da comparação entre as vilas de Jundiá e São Carlos temos a noção da menor escala dos negócios açucareiros na primeira vila em relação à futura Campinas. Em Jundiá, no ano de 1829, os 251 proprietários de escravos representavam 4,3% do total da população, número bem inferior aos 56,2%, em torno de 4.257 pessoas, que formavam a gama dos senhores de engenho na vila de São Carlos, uma vila tipicamente açucareira. Nesta vila, os senhores de engenho tinham em média 38,8 escravos, enquanto em Jundiá os proprietários agrícolas contabilizavam 11 cativos cada um (EISENBERG, 1989, p. 362).

O exame das análises empreendidas pelos autores subsidia algumas colocações acerca da realidade local da vila de Jundiá nas décadas iniciais do século XIX e como ela se inseria em relação às outras localidades paulistas. Luna e Klein (2005, p. 70 a 72) estabeleceram Jundiá como uma localidade fortemente influenciada pela economia açucareira e se valeram do bom acervo de dados referentes à vila – dentre as localidades do Oeste Paulista – para exemplificá-la como uma vila açucareira. Ademais, argumentam que o fato da vila de São Carlos (Campinas) surgir do desmembramento das terras de Jundiá embasaria a qualificação da vila jundiense como modelo de localidade açucareira. Para tanto, acrescentam que grande parte da produção de

alimentos da vila de Jundiaí se realizava nos engenhos, por pequenos produtores que tinham suas terras próximas às unidades produtoras de açúcar⁶³.

Todavia, uma visão mais acurada dos próprios dados expostos pelos autores nos permite divergir de suas opiniões. Em que pese a questão geográfica, a riqueza das fontes e a possível ligação entre a cultura de alimentos e os engenhos, pensamos que estes argumentos são insuficientes para situar a vila de Jundiaí como a representação da típica vila açucareira paulista da primeira metade do século XIX. Os números que Luna e Klein (2005, p. 79) expõem demonstram que a cultura açucareira tinha sua importância na economia de Jundiaí, afinal, no ano de 1836 ela foi responsável por 22,34% dos valores produzidos na vila que, chegaria a 24,39%, uma vez acrescidos aos dados da produção de aguardente (2,05%). Apesar disso, a lavoura da cana-de-açúcar teria apenas o terceiro posto entre as atividades que mais geraram valor à economia jundiaiense, abaixo da produção de milho (26,62%) e feijão (29,70%) que, somadas à criação de suínos e bovinos (18,21%), daria à cultura de mantimentos e à criação de animais a marca de 74,53% dos valores produzidos na vila em 1836. Dessa forma, imputar a Jundiaí a alcunha de vila açucareira seria exagerar o papel de uma atividade que já não tinha a preponderância na economia local, que se baseava fortemente na cultura de mantimentos e criação de animais. A assertiva de que a produção de gêneros alimentícios jundiaienses tinha fortes laços com os engenhos não pode ocultar que a participação do açúcar na economia local era superada por outras atividades, independente da origem de sua produção. De maior relevância é realçar os nexos que unem a produção de milho, feijão, suínos e bovinos, atividades que ganhavam cada vez mais destaque em Jundiaí e que comprovavam a idéia de uma Jundiaí dos serviços de transportes, dos tropeiros e suas mulas – alimentadas pelo milho – que formavam as tropas para comercializar a produção de feijão, carne e toucinho nos mercados próximos, como o da vila de São Paulo.

O retrato mais fiel à realidade vivida pela vila de Jundiaí nas décadas iniciais do século XIX pode ser obtido através dos números exibidos por Freitas (1986) e Canabrava (1972). A cultura de mantimentos era executada em 240 (79,8%) das propriedades, o equivalente a 64,7%

⁶³ Segundo Luna e Klein (2005, p. 71) “Isso foi típico em todo o Brasil nos lugares onde as fazendas de açúcar eram rodeadas por pequenas unidades agrícolas ocupadas por posseiros, arrendatários e proprietários de terras que produziam gêneros alimentícios básicos [...] Em 1829, por exemplo, 28% do milho, metade do arroz e feijão e uma significativa proporção dos porcos foram produzidos nos engenhos de açúcar”.

das terras; se somarmos ainda a parte referente à criação de animais – 17 propriedades (5,7%) e 4,48% das terras – vemos que a cultura de mantimentos e criação estava presente em 257 propriedades (85,5%) e 68,65% das terras. Estas duas atividades eram desempenhadas em 68,9% dos domicílios de pequenos proprietários – 40 domicílios – e em 89,8% dos médios proprietários – 89 domicílios. Mas, o que surpreende é constatar que a cultura de mantimentos também envolvia 36 grandes proprietários (72%) e 23 domicílios (62,2%) dos latifundiários (FREITAS, 1986, p. 209 e 210)⁶⁴. A hipótese de a cultura açucareira ser uma atividade restrita a uma parcela dos latifundiários jundiaenses se comprova, uma vez que se fazia presente em apenas 37 (12,3%) das propriedades, equivalente a 30,85 das terras. Os capitais necessários ao início da faina açucareira parecem tê-la restringido, na Jundiaí de 1818, a uma camada privilegiada dos proprietários de terras, sendo estes detentores de elevadas extensões territoriais para a plantação em larga escala e dos haveres financeiros para a aquisição de engenhos e escravos. Todavia, estes “senhores de engenho” jundiaenses não refletiam a realidade de uma vila que se apoiava fortemente na cultura de mantimentos e criação de animais, atividades que denotam uma Jundiaí da economia de alimentos e dos serviços de transporte/tropeirismo.

A vila de Jundiaí dá subsídios à hipótese levantada por Alice Canabrava (1972), ou seja, a economia jundiaense gravitava em torno da produção de gêneros alimentícios comercializados internamente e dos serviços de transporte, e não em função de uma cultura de exportação como o açúcar. A concentração fundiária na vila de Jundiaí se mostrava menor do que nas congêneres açucareiras, o que valida a classificação feita por Alice Canabrava desta vila como pertencente à Periferia do Grande São Paulo, o que expressa melhor seus elos econômicos com a capital da província e dissipa as dúvidas que se colocam no momento em que Jundiaí é situada na região Açucareira. Ademais, outras vilas desta região paulista estavam atreladas à cultura de mantimentos, dentre elas Atibaia.

⁶⁴ Na análise empreendida por Freitas (1986, p. 206), baseada no Inventário dos Bens Rústicos, o pesquisador optou por excluir 10 proprietários que residiam fora de Jundiaí e mais 29 que não puderam ser localizados no censo de 1818, o que resultou em um número de 243 domicílios analisados em seu trabalho, cifra diferente do total de 282 proprietários apontados pelo autor e pelos 283 assinalados por Alice Canabrava (1972). O cálculo do percentual de proprietários feito acima tomou como base o número de 243 proprietários.

3.2 – Atibaia (SP) e o comércio de mantimentos

A proximidade em relação à vila de São Paulo – cerca de 60 km – fez com que para se erigir a vila de São João de Atibaia, em junho de 1769, houvesse seu desmembramento em relação à sede da Capitania. Atibaia tinha sua existência, a exemplo de Jundiaí, atrelada a uma estrada, neste caso, o caminho que seguia por Atibaia, Bragança, Extrema, Serra da Mantiqueira e Vale do Camanducaia, um dos caminhos paulistas que conduzia às Gerais. (ZEMELLA, 1990, p. 115 e 116).

Situada na região denominada por Alice Canabrava (1972) como Periferia da Grande São Paulo – assim como Jundiaí – a vila de Atibaia também apresentava uma menor concentração fundiária em relação, por exemplo, à Região Açucareira. O Índice de Gini de Atibaia para o ano de 1818 foi de 0,61 e o de Jundiaí de 0,68; já a vila de São Carlos – futura Campinas – teve um Gini de 0,71, a vila de Itu alcançou 0,68 e Piracicaba teve a marca de 0,85, sendo as 3 últimas localidades tipicamente açucareiras. A menor concentração fundiária de Atibaia expressava uma divisão mais igualitária da terra, uma vez que em Atibaia 29,46% dos proprietários de terras tinham 45,11% da área rural da vila, com terrenos de 149,20 alqueires em média; quadro que muito distava do visto na açucareira Itu, em que 7,15% dos proprietários de terras tinham 61,73% da área rural, com terrenos que tinham em média 2.019,76 alqueires (CANABRAVA, 1972, p. 92 e 93).

As disparidades territoriais em relação à zona açucareira e suas necessidades de grandes propriedades escravistas e monocultoras abriram novas perspectivas à vila de Atibaia. O esteio de sua economia estava nas possibilidades de suprir o mercado da vila de São Paulo com mantimentos que lá muitas vezes eram escassos.

Encontramos na periferia do Grande São Paulo uma área típica de economia de subsistência; suas colheitas de feijão, de milho vendiam-se diariamente no mercado paulistano, complementadas com o toucinho, a aguardente, o tecido de algodão feito no recinto doméstico, a farinha de mandioca. Estes produtos constituíam cerca de 95% do valor da exportação global das vilas de Atibaia e Bragança (com sua freguesia de Nazaré), no conjunto do termo 24,55% (CANABRAVA, 1972, p. 85).

Com uma população de 4.233 habitantes em 1816 distribuídos em 667 fogos, Atibaia possuía 1.025 cativos. A maioria dos escravistas (64%) tinha em seus plantéis de 1 a 5 escravos.

A maior parte dos escravos (31,3%) se concentrava nos plantéis de 11 a 20 cativos, que estavam nas mãos de 12,6% dos escravistas considerados médios. Os maiores escravistas atibaïenses (2,9% do total), com plantéis acima de 20 cativos, tinham 14,9% dos escravos (REIS, 2009, p. 5 e 6).

Tabela 18: Produção de propriedades com e sem escravos na vila de Atibaia (1816/1818)

Propriedades	Com Escravos*		Sem Escravos		TODAS	
	Fogos	Produção	Fogos	Produção	Fogos	Produção
	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média
Milho (alqueires)	35	361	29	98,6	65	249,1
Feijão (alqueires)	35	20,1	22	10,7	58	16,6
Algodão (arrobas)	1	1	1	8	2	4,5
Capados (unidades)	14	24,1	6	6,8	20	19,4

Fonte: Reis (2009, p. 19).

* Exclusive 8 propriedades sem escravos cujos proprietários apareciam como escravistas em 1816.

No ano de 1803, os *Maços de População de Atibaia* (MP ATIBAIA, 1803) mostram que o capitão de ordenanças do bairro do Rio Abaixo, morador do fogo 1, era Chispim da Silva Franco (62 anos), casado com Gertrudes Maria (27 anos) e tendo 3 filhos, além de 7 escravos e 1 agregado⁶⁵. Ele colhera 100 alqueires de milho, vendera 34 capados na cidade por Rs. 68\$000, vendera 14 alqueires de feijão por Rs. 7\$700; e, constava o acréscimo de sua filha Anna Franco e da escrava Manoela.

Contudo, é a situação do filho do capitão Chispim que maior surpresa causa. Morador do mesmo bairro do pai, mas no fogo 3, o soldado da cavalaria Ignacio Franco de Camargo (39 anos) apareceria casado com a terceira esposa diferente⁶⁶. Seu cônjuge era Anna

⁶⁵ Os filhos eram: Ignacio (11 anos), Maria (3 anos) e Anna (6 meses).

⁶⁶ Em primeiras núpcias, no ano de 1783, Ignacio Franco de Camargo casara com Gertrudes Pires e tiveram 7 filhos: Ana Pires Pimentel, João Franco de Camargo, José Pires Pimentel, Antonio Pires de Godoy, Maria Franco, Joaquim Franco de Camargo e Izabel Franco de Camargo.

Maria da Conceição (48 anos), que no documento consta ser natural de Jundiáhy. Os 10 filhos do casal seriam: o sargento da infantaria Joaquim (19 anos), o soldado da cavalaria Joze (17 anos), Antonio (15 anos), João (13 anos), Anna (9 anos), Maria (7 anos), Izabel (5 anos), Antonio (9 anos), Ignacio (7 anos) e Joaquim (3 anos). Os 9 escravos do casal eram: Francisco, João, Gabriel, Antonio, Francisco, João, Francisco, Rita e Vitoria. No quadro das ocupações se encontra a resposta às indagações deste novo matrimônio: o lavrador Ignacio Franco de Camargo, em 1803, colheu 1.200 alqueires de milho e 25 alqueires de feijão; vendeu 113 capados por Rs. 266\$000 na terra; *teve diminuição de sua esposa Escolástica e se casou de novo no mesmo bairro.*

Analisando os filhos do casal Ignácio Franco de Camargo e Anna Maria da Conceição é possível depreender que os 3 últimos nomes – Antonio, Ignacio e Joaquim – representariam os herdeiros do casal Francisco Corrêa de Lacerda e Anna Maria da Conceição⁶⁷. Com o desaparecimento de Francisco a partir de 1799, restaria ainda os nomes das filhas Francisca e Escolástica, que possuíam 11 anos e 8 anos respectivamente àquela altura. Em 1803, elas teriam 14 e 12 anos, portanto, poderiam a esta altura ter contraído matrimônio, saído de casa e formado novo fogo, pois a idade mínima no Brasil Colonial para as mulheres se casarem era de 12 anos e os homens 14 anos⁶⁸. Mas, em que pese Anna Maria da Conceição não constar como viúva⁶⁹, pensamos que esta hipótese é a mais palpável, pois na São Paulo Colonial havia:

[...] interdição da mulher se casar com outro marido, estando o seu ausente, vigorando a pena de serem entregues ambos ao poder do marido retornado, podendo este vendê-los [caso ela casasse com um servo] ou fazer deles o que quiser [podendo matar mulher e adúlterador sem receber pena de homicídio] (CAMPOS, 2003, p. 51 e 52).

Anna Maria da Conceição respeitou esta norma. Aliás, a união entre Ignacio Franco de Camargo e Anna Maria da Conceição contrariava muitas normas da prática matrimonial paulista colonial. Em 1803, ele possuía 39 anos e ela tinha 48 anos. Esta diferença de idade entre os cônjuges – 9 anos – não seria grande empecilho a esta união de viúvos⁷⁰. A questão estava no fato de geralmente ser o cônjuge masculino mais velho que o feminino. Ao que parece, isto não

⁶⁷ Os enteados eram colocados na situação de filhos segundo as leis coloniais (CAMPOS, 2003, p. 248).

⁶⁸ (CAMPOS, 2003, p. 100).

⁶⁹ Os viúvos paulistas deviam respeitar o prazo de um ano antes de se casarem novamente (CAMPOS, 2003, p. 74).

⁷⁰ Em 1813, 29,3% dos casais paulistanos tinham uma diferença de idade de 6 a 10 anos, ficando abaixo apenas do grupo com diferença de 1 a 5 anos que representava 37,5% dos cônjuges paulistanos (CAMPOS, 203, p. 110).

impediu esta união de prosperar e nem aos Franco de Camargo continuarem como importante família na vila de Atibaia.

3.3 – Casamento e a consolidação da nova família

O conceito de “família” aqui abordado faz uma clivagem em relação à idéia de família extensa e patriarcal⁷¹. As unidades populacionais/residenciais paulistas, os fogos, continham ao mesmo tempo uma diversidade de pessoas e status que nos implicam uma melhor reflexão antes de colocarmos senhores, agregados e escravos no mesmo bojo. De tal modo, pensamos que família liga-se a uma descendência comum e à consangüinidade, ou seja, o casal e sua prole descendente direta do lado paterno – a família nuclear (CAMPOS, 2003, p. 241)⁷².

Destarte, os *Maços de População* da vila de Atibaia em 1813 demonstram que, no bairro do Rio Abaixo, o morador do fogo nº 1 era Ignacio Franco de Camargo – o capitão da companhia – e sua esposa Anna Maria da Conceição. Seus 3 filhos eram: Ignacio (16 anos), Joaquim (13 anos) e Izabel (15 anos). No fogo havia 16 escravos. Ocupado como lavrador, Ignacio colheu 1.000 alqueires de milho e 25 de feijão; vendeu 120 capados a Rs. 1\$600 na cidade; e tem seu engenho de cana para 50 canadadas de aguardente a Rs. 1\$820 para vender na terra. Além disso, consta que *teve diminuição de sua filha Maria e do enteado Antonio Corrêa, que se casaram no mesmo bairro, e mais a escrava Thereza que deu de dote* (MP ATIBAIA, 1813).

Os documentos de Atibaia para o ano de 1815 atestam o matrimônio (MP ATIBAIA, 1815). No bairro do Rio Abaixo, em que o sogro Ignacio Franco de Camargo ainda era o capitão de ordenanças, residia, no fogo 87, o soldado auxiliar Antonio Corrêa de Lacerda (23 anos) e sua mulher Maria Pires (19 anos), além da filha recém-nascida (1 mês) chamada Anna. Possuíam 2

⁷¹ O conceito de família patriarcal de Gilberto Freyre e as apropriações indevidas que dele se fizeram é criticado por Samara (1981, p. 190).

⁷² Segundo Queiroz (2006, p. 184), há também o conceito de “parentela”, que passaria pela formação de alianças entre famílias nucleares. Estas relações de sentido horizontal serviriam para constituição de grupos de interesse e apoio mútuo, a fim de prestar auxílio em questões econômicas, sociais e políticas. Entretanto, preferimos em nosso trabalho nos valer da idéia de “família”, por entender a união dos Franco de Camargo com Corrêa de Lacerda/Lacerda Guimarães levará a constituição de uma nova e única família, que será a dos Lacerda Franco.

escravos: João (18 anos) e Thereza (16 anos) que fora recebida como dote. Nas ocupações, o lavrador Antonio colheu 100 alqueires de milho e 10 alqueires de feijão.

Teve papel fundamental a união entre Antonio Corrêa de Lacerda e Maria Pires. Antonio, em que pese os enteados serem considerados filhos, não tinha o traço da consangüinidade com os Franco de Camargo, uma das grandes famílias atibaïenses. Considerando que no Inventário dos Bens Rústicos de Atibaia para o ano de 1818, a propriedade rural declarada por Antonio advinha de herança e fazia divisa com a de seu sogro Ignacio Franco de Camargo – portanto, fazendo parte do dote que recebeu – é de se admitir o interesse do Corrêa de Lacerda em se unir à Maria Pires.

De outra parte, a endogamia⁷³ exercia papel-chave na seleção dos cônjuges na sociedade colonial paulista. Era fundamental garantir que os herdeiros só se unissem a pessoas do mesmo nível social, pois a manutenção da riqueza adquirida até o momento e o evolver dela no futuro dependeriam de bons genros que administrassem este capital. Neste ponto, o enteado Antonio Corrêa de Lacerda descendia de uma família de tropeiros e conhecia as conexões do comércio paulista. Sobretudo, chegara à casa de Ignacio há 10 anos, vindo com a mãe, tempo que pensamos suficiente para conquistar a confiança do capitão de ordenanças. O casamento de sua filha Maria com o enteado/filho Antonio significava a amalgamação do relacionamento advindo com seu terceiro matrimônio e, ademais, consolidaria a formação de uma nova família: os Franco de Camargo unidos aos Corrêa de Lacerda, o que fortaleceria ambos.

O casamento em São Paulo colonial significava alianças entre famílias e agia como um instrumento essencial à reprodução da sociedade. O funcionamento das regras de aliança – confiança, lealdade, solidariedade – deixa entrever o papel das manipulações sociais sobre a organização do sistema de parentesco. A escolha do cônjuge dentro do mesmo grupo deve ser vista como uma manifestação do sistema social, buscando coerência entre as tensões que nele se produziam (CAMPOS, 2003, p. 152).

Dentre as 246 propriedades atibaïenses arroladas no Inventário dos Bens Rústicos (INVENTÁRIO TERRAS ATIBAIA, 1818) em 1818, no bairro do Rio Abaixo constava um terreno de 270 alqueires que era morada do capitão do bairro, o capitão Ignacio Franco de Camargo – que ele possuía por escritura pública – e onde eram empregados 12 escravos de serviço e 9 menores. Contrastando esta fonte com os Maços de População (MP ATIBAIA, 1818) da vila de Atibaia para o mesmo ano, é possível identificar este proprietário como um lavrador

⁷³ Endogamia: casamento entre indivíduos do mesmo grupo social.

que colheu 1.000 alqueires de milho; vendeu 600 capados a Rs. 3\$000 na cidade; tinha engenho e vendera 50 canadas de aguardente; além de ter negociado 20 crias de sua tropa. Os 21 cativos eram compatíveis à média paulista em 1809; os 270 alqueires ou 1.350.000 braças quadradas situariam o terreno como uma média propriedade e, não havendo uma correlação direta entre o tamanho e a produção nas propriedades açucareiras paulistas, sua produção de apenas 50 canadas de aguardente se explicaria⁷⁴. O fato de ter tropa se ligava à necessidade de comercializar sua produção de mantimentos e de aguardente na própria vila ou no mercado da vila de São Paulo.

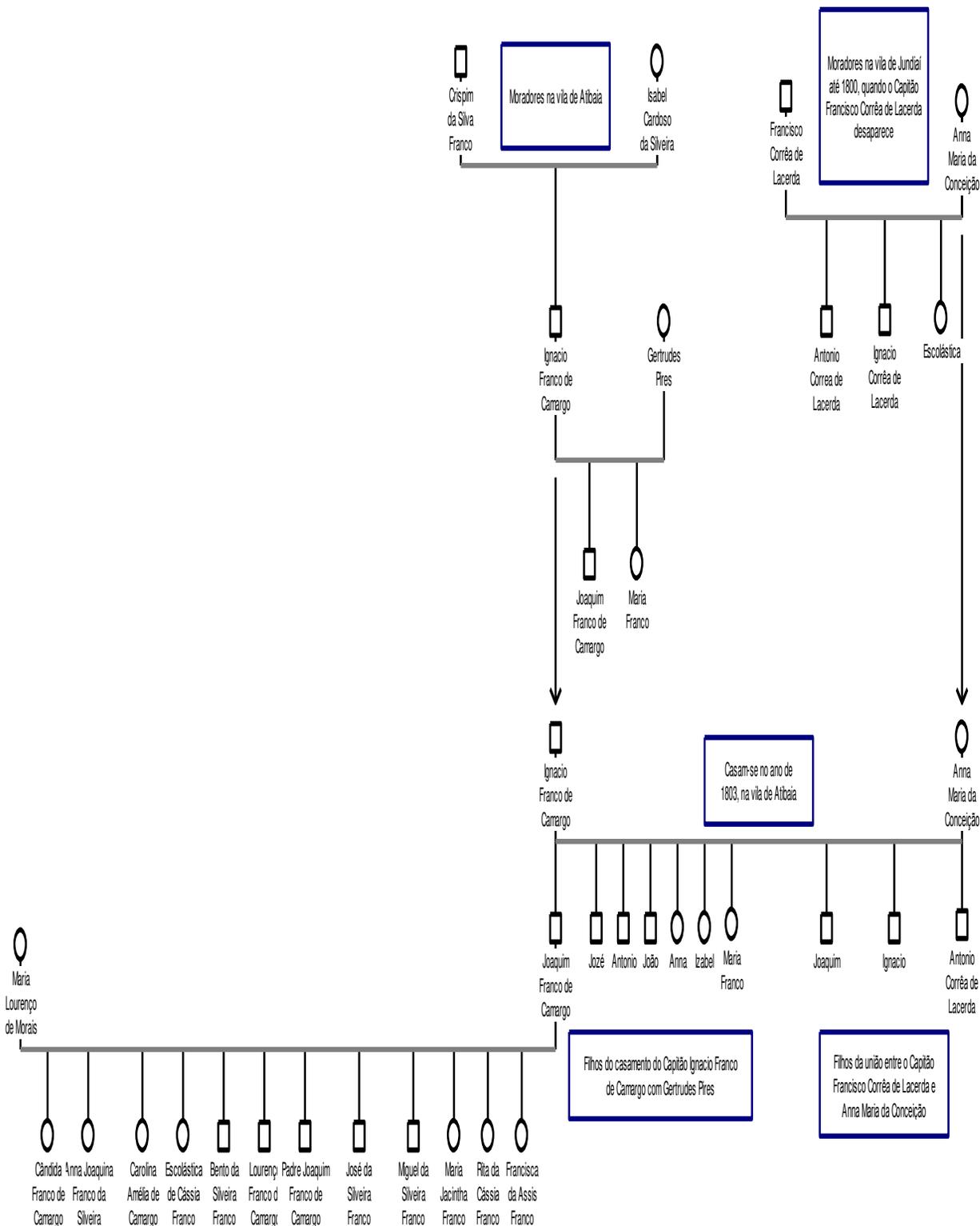
No bairro do Rio Abaixo em 1818, residia também Chrispim da Silva Franco, capitão de ordenanças reformado e lavrador, que com seus 10 escravos colheu 1.000 alqueires de milho e deles vendeu 350 a Rs. \$160 na terra; vendeu também 30 capados a Rs. 2\$500.

Ainda no mesmo bairro, residia Antonio Corrêa de Lacerda um auxiliar da infantaria, que possuía um terreno de 22,5 alqueires e que era cultivado por 2 escravos. Este terreno divisava para o nascente com o do Capitão Ignacio Franco e nele o lavrador Antonio colhera 500 alqueires de milho e 22 de feijão; e vendera 30 capados a Rs. 2\$000 na cidade. A propriedade de Antonio era fruto de herança.

Na vila de Atibaia, mas no bairro do Campo Largo, Joaquim Franco de Camargo (34 anos e natural de Atibaia) possuía um sítio com 72 alqueires. Estas terras não possuíam cultura, sendo campos aonde ele tinha animais, não constando o nome de Joaquim entre os habitantes de Atibaia no ano de 1818. Este ano de 1816 marcou a última vez em que foram encontrados simultaneamente os nomes de Chrispim da Silva Franco, Ignacio Franco de Camargo, Joaquim Franco de Camargo e Antonio Corrêa de Lacerda na lista de habitantes da vila de Atibaia. Ignacio Franco de Camargo e seu pai Chrispim da Silva Franco permaneceriam na vila de Atibaia. Joaquim, na condição de tropeiro, migraria para as terras açucareiras de Mogi Mirim em 1820 e, posteriormente, em 1828, para Limeira, lá levantando grande cabedal baseado na cultura da cana (CRESSONI, 2007, p. 35).

⁷⁴ Petrone (1968, p. 63 e 72) classifica uma grande propriedade açucareira como possuindo mais de 2.000.000 de braças quadradas, a média propriedade tendo entre 1.00000 e 2.000.000, e as pequenas com menos de 1.00000 de braças quadradas. Ao tratar de Jundiá, vila vizinha à Atibaia, a autora encontrou apenas 8 engenhos em grandes propriedades, enquanto havia 18 nas médias propriedades, sendo que a maior produção vinha de uma média propriedade, que nas suas 571.000 braças quadradas produziu 1.760 arrobas de açúcar em 1818. Segundo Petrone (1968, p. 76 e 77) “Para as condições de São Paulo, acreditamos que o tamanho da propriedade média, de 100.000 a 2.000.000 de braças quadradas, devia ser suficiente para a lavoura da cana estabelecida em bases comerciais”.

Quadro 1: GENEALOGIA DOS FRANCO DE CAMARGO-CORRÊA DE LACERDA E FORMAÇÃO DA NOVA FAMÍLIA DOS LACERDA FRANCO: casamento de Ignacio Franco de Camargo com Anna Maria da Conceição (1803)



Em 1822, na vila de Atibaia aparecia como morador do bairro do Rio Abaixo, no fogo 1, o capitão de ordenanças Ignacio Franco de Camargo e sua esposa Anna Maria da Conceição. Não mais havia filhos do casal no fogo, mas constava um afilhado, no caso o neto Bento (4 anos), filho do casal Antonio Corrêa Guimarães (genro) e Maria Pires (filha) (MP ATIBAIA, 1822).

A ausência dos pais de Bento indicava que o ciclo deles em Atibaia findara e que a família se movia. Mas, não para muito longe.

3.4 – Jundiá (SP): retorno às origens

De acordo com o *Dicionário das Famílias Brasileiras* (BARATA; BUENO, 2001, p. 777), os Corrêa de Lacerda eram uma “Antiga e importante família estabelecida em São Paulo, que teve princípio no cap. Francisco Corrêa de Lacerda, que deixou numerosa descendência, em Jundiá (SP), de seu casamento [1785], com Ana Maria da Conceição”. Para o ano de 1798, os *Maços de População* de Jundiá (MP JUNDIAÍ, 1798) passaram a descrever as ocupações dos chefes dos fogos. No fogo nº 155, do bairro da Atibaya, residia o casal formado pelo capitão Francisco Corrêa de Lacerda (60 anos) e por Anna Maria da Conceição (43 anos), além de seus 7 filhos e 9 escravos⁷⁵. No tocante à sua ocupação, Francisco teria plantado apenas para o gasto e não vendera a produção, mas possuía tropa. Esta foi a última descrição sobre o capitão Francisco Corrêa de Lacerda⁷⁶. A documentação aponta sua esposa, Anna Maria da Conceição (43 anos), em 1799, como moradora da vila de Jundiá, tendo em seu fogo os 5 filhos: Francisca (11 anos), Escolástica (8 anos), Antonio (5 anos), Ignacio (3 anos) e Joaquim (1 ano); além de 10 escravos⁷⁷. Temos o ano de 1798 como o último em que constará o nome de Francisco Corrêa de Lacerda na documentação relativa à vila de Jundiá. Há algumas hipóteses para este fato: viagem distante com sua tropa, migração à outra vila, funções militares em outras capitanias.

⁷⁵ Os filhos eram: Antonio (3 anos), Ignacio (3 anos), Francisco (7 anos), Jozefa (18 anos), Joaquina (16 anos), Escolástica (8 anos) e Francisco (7 anos).

⁷⁶ O nome de Francisco Correa de Lacerda não consta a partir de 1798 nos Maços de População de Jundiá ou Atibaia e também não constará no Inventário dos Bens Rústicos de Jundiá para o ano de 1818.

⁷⁷ Joaquim (50 anos), João (60 anos), Francisco (45 anos), Manoel (50 anos), Gabriel (30 anos), Marcelino (15 anos), Joana (55 anos), Rita (26 anos), Jozefa (3 anos) e Adriano (1 ano).

Quando, em 1803, migrou de Jundiáí à Atibaia acompanhando a mãe em novas núpcias para se tornar enteado de Ignacio Franco de Camargo, nada indicava que a condição de vida de Antonio Corrêa de Lacerda, e seus irmãos, em Jundiáí fosse portentosa. Mas, em 1824, o retorno do agora casado e membro da família Franco de Camargo se deu em um novo cenário (MP JUNDIAÍ, 1824, 1825, 1827, 1828, 1829, 1830, 1832, 1835, 1836, 1842).

No fogo nº 57 do bairro jundiáense de Atibaya residia o casal Antonio de Lacerda e sua esposa Maria, juntamente com os filhos Joaquim (2 anos), José (3 anos), Anna (7 anos) e Escolástica (9 anos). Tinham 6 cativos, dentre eles Vicencia, escrava enviada à Antonio pelo sogro Ignacio Franco de Camargo, que ainda cuidava em Atibaia do neto Bento (5 anos) na condição de afilhado⁷⁸. Antonio, que constou no censo como agricultor, colheu 800 alqueires de milho, 16 alqueires de feijão e 10 alqueires de arroz.

Com o desenrolar dos anos, a parentela perdeu os laços em Atibaia para se concentrar em Jundiáí. Chrispim da Silva Franco morreu em 1828 e, no ano seguinte faleceu Anna Maria da Conceição, a mãe de Antonio e esposa de Ignacio Franco de Camargo (MP ATIBAIA, 1829). Ignacio Franco de Camargo faleceria em 1833. Estes fatos encerram a fase daqueles que foram os artífices da união entre os Franco de Camargo com os Corrêa de Lacerda/Lacerda Guimarães.

O casal que formalizou esta união continuou em Jundiáí e no ano de 1836, os Maços de População indicavam que eles residiam na freguesia de Nossa Senhora do Belém – futura Itatiba – pertencente ao termo de Jundiáí⁷⁹. A esta altura, Antonio de Lacerda Guimarães era o juiz de paz da freguesia e residia no fogo nº 32 com sua esposa Maria Franco, e seus 5 filhos: Bento, José, Joaquim, Anna e Escolástica. Além disso, nas observações era citado que *Antonio sabia ler e podia ocupar cargo público*.

⁷⁸ Os Maços de População de Atibaia de 1824 comprovam o vigor econômico do casal formado pelo capitão de ordenanças do bairro do Rio Abaixo, morador do fogo nº 1, Ignacio Franco de Camargo (60 anos) e sua esposa Anna Maria da Conceição (64 anos). Com os filhos já emancipados, no fogo só havia o afilhado Bento convivendo com o casal. O casal tinha um plantel de 23 cativos que colheu 1.000 alqueires de milho e 46 alqueires de feijão; vendeu 100 arrobas de toucinho a Rs. 1\$000 na cidade; vendeu 5 potros a Rs. 100\$000 (ATIBAIA, 1824).

⁷⁹ Localizada entre os rios Atibaia e Jaguari, a povoação de Nossa Senhora do Belém de Jundiáí deu-se nas terras que pertenciam às vilas de Atibaia, Bragança e Campinas. Os primeiros habitantes que formaram o bairro rural datam de 1786. Eram famílias originárias de Atibaia e Bragança, e que comercializavam mercadorias com Campinas, tendo chegado às terras da futura vila de Nossa Senhora do Belém de Jundiáí (20/02/1857), que devido à semelhança com o nome de outras vilas da Província, teria o seu mudado para Itatiba (03/04/1877) – em tupi-guarani significa Pedra Grande. A formação geológica de Itatiba é de terrenos porfiróides, de granulites e pigmatites, que constituem a terra massapé e salmourão, apropriadas ao café, cereais e pomares (ITATIBA, 1916).

A descrição de Antonio de Lacerda Guimarães como cidadão alfabetizado e apto a cargo público indica sua boa condição dentro da sociedade paulista da metade do XIX, pois, no ano de 1872, somente 15,75% da população brasileira era alfabetizada (BRASIL, 1872). Por sua vez, como juiz de paz, ele atuava na condução do poder local. Os juízes de paz foram instituídos em cada freguesia em 1827; eles eram magistrados locais eleitos e que tinham funções administrativas, judiciais e de polícia, retirando este papel dos juízes de fora, que eram indicados pelo governo central. Em 1832, com o Código de Processo Criminal, fortaleceu-se o poder judicial e de polícia dos juízes de paz, podendo agora prender e julgar em causas menores. Entre outras funções, eles também propunham às câmaras municipais os nomes dos cidadãos que deveriam ser indicados como inspetores de quarteirão e participavam da elaboração da lista de jurados (BETHELL, 2001, p. 716)⁸⁰.

Na descrição econômica, Antonio era classificado como lavrador⁸¹, contava com 16 escravos; em seus rendimentos era indicado que *sobra de seu passar*; os gêneros colhidos foram: 100 alqueires de milho, 50 alqueires de feijão, 50 alqueires de arroz, 30 capados e 40 burros de carga que renderam Rs. 800\$000. Dessa forma, nota-se que a produção de gêneros de subsistência e a criação de animais foram as atividades principais de Antônio de Lacerda Guimarães, Joaquim Franco de Camargo (cunhado de Antonio), Ignacio Franco de Camargo (sogro de Antonio) e Chrispim da Silva Franco (pai de Ignacio Franco).

⁸⁰ O era juiz de paz perderia grande parte de seu poder com a reforma do Código de Processo Criminal em 1841, mas os juízes ainda exerceriam grande influência local no Brasil Império, atestada inclusive pela imprensa e suas queixas em relação ao poder político da magistratura (CARVALHO, 2007, p. 174 e 175).

⁸¹ A classificação das ocupações nos Maços de População peca pela generalização. A categoria *lavrador* abrangia desde o pequeno sitiante até grandes fazendeiros, o que implica em uma relativização no momento de analisar a condição econômica do indivíduo em questão.

Tabela 19: Atividades agrícolas, produtos, maior plantel de cativos e cargos militares dos membros da família Franco de Camargo-Lacerda Guimarães nas vilas de Atibaia e Jundiá (1803-1842)

NOMES	ATIVIDADE	PRODUTOS	MAIOR PLANTEL (ANO)	PATENTE MILITAR E OUTROS CARGOS
1 - Chrispim da Silva Franco	lavrador com tropa	milho, capados, feijão, arroz, algodão	13 escravos (1810)	capitão de ordenanças
2 - Ignacio Franco de Camargo	lavrador com engenho e tropa	milho, capados, feijão, aguardente, bois, éguas, toucinho, bestas	23 escravos (1824)	soldado da cavalaria/ capitão de ordenanças
3 - Joaquim Franco de Camargo	Negociante de animais e lavrador	milho, feijão, tropa solta	4 escravos (1816)	sargento de milícias
4 - Antonio Lacerda Guimarães	Lavrador	milho, feijão, capados, arroz, algodão, capados, gado, bestas	16 escravos (1836)	soldado auxiliar/ juiz de paz

Fonte: Maços de População das vilas de Atibaia e Jundiá (1803-1842).

Tabela 20: Grau de parentesco entre os principais membros da família Franco de Camargo e Lacerda Guimarães

	GRAU DE PARENTESCO 1/2	GRAU DE PARENTESCO 1/3	GRAU DE PARENTESCO 2/3	GRAU DE PARENTESCO 2/4	GRAU DE PARENTESCO 3/4
1 - Chrispim da Silva Franco	pai/filho	avô/neto			
2 - Ignacio Franco de Camargo			pai/filho	sogro/genro	
3 - Joaquim Franco de Camargo					cunhados
4 - Antonio Corrêa de Lacerda					

Fonte: Maços de População das vilas de Atibaia e Jundiá (1803-1842).

A trajetória ascendente da família Franco de Camargo na vila de Atibaia iniciou-se com o capitão de ordenanças⁸² Chrispim da Silva Franco. Nesta localidade tipicamente abastecedora de gêneros alimentícios ao mercado da vila de São Paulo, Chrispim, que em 1810 tinha 70 anos de idade, contava com um plantel de 13 cativos, sendo considerado um médio escravista atibaense. De outra parte, seu filho Ignacio, valendo-se do cabedal herdado de seu pai na sociedade daquela vila, o substituiu no cargo de capitão de ordenanças e, com seus 23 escravos no ano de 1824, quando tinha 60 anos de idade, estava no rol dos maiores escravistas atibaenses com plantéis acima de 20 cativos, um seletivo grupo que representava 2,9% da população total da vila no ano de 1816, mas que tinha 14,9% dos escravos da localidade. Sobretudo, Ignacio foi proprietário de um engenho para produção de aguardente, sendo que, em 1809, a média de escravos nos engenhos paulistas era de 22 cativos, o que demonstra Ignacio estar apto à condição de senhor de engenho paulista.

A ascensão de Ignacio nos quadros militares – passando de soldado de cavalaria a capitão de ordenanças – corrobora sua ascensão econômica, contando agora com um engenho de cana⁸³. Os capitais acumulados na cultura de mantimentos e criações possibilitaram a aquisição do engenho e de uma escravaria suficiente ao seu funcionamento, uma vez que terras ele já possuía. Considerando que os engenhos paulistas, em virtude da baixa tecnologia, não tinham custos proibitivos na fase de consolidação da economia açucareira na região, e que os plantéis de cativos também eram menores em relação às outras zonas açucareiras do Brasil e do mundo.

O suporte financeiro proporcionado pelo sogro Ignacio – que concedera ao genro a escrava Thereza e uma propriedade com 50 braças de testada e três quartos de comprido na vila de Atibaia – foi de grande importância à escalada de Antonio de Lacerda Guimarães na sociedade da vila vizinha de Jundiá (INVENTÁRIO TERRAS ATIBAIA, 1818). A trajetória que o levou

⁸² Os Corpos de Ordenanças foram criados, por lei do ano de 1549 de D. João III, e organizados conforme o Regimento das Ordenanças de 1570 e da provisão de 1574. Seu sistema de recrutamento deveria abranger toda a população masculina entre 18 e 60 anos que ainda não tivesse sido recrutada pelas duas outras forças militares do período – a Tropa Paga e as Milícias – excetuando-se os privilegiados. Conhecidos também por “*paisanos armados*” possuíam um forte caráter local e procuravam efetuar um arrolamento de toda a população para as situações de necessidade militar. Os componentes das Ordenanças não recebiam soldo, permaneciam em seus serviços particulares e, somente em caso de grave perturbação da ordem pública, abandonavam suas atividades. O termo “*paisanos armados*” carrega em si a essência do que seria a qualidade militar dos integrantes das Ordenanças, isto é, um grupo de homens que não possuía instrução militar sistemática, mas que, de forma paradoxal, eram utilizados em missões de caráter militar e em atividades de controle interno e organizavam em terços que se subdividiam em companhias. Os postos de Ordenanças de mais alta patente eram: capitão-mor, sargento-mor, capitão. Os oficiais inferiores eram os alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor (COSTA, 2007, [s.n.]).

⁸³ A ascensão nos quadros militares do Reino estava ligada à experiência militar obtida em campanhas bélicas ou cargos menores, mas também à abundância de bens do indivíduo e, no caso da Metrópole, à hereditariedade (COSTA, 2007, [s.n.]).

de pequeno agricultor a proprietário de escravos, com um plantel de 16 cativos no ano de 1836, quando tinha 38 anos⁸⁴, e ainda a ser um alfabetizado juiz de paz foi determinada, inicialmente, pelo casamento de sua mãe com Ignacio Franco de Camargo em 1803 e; em 1813, através de seu casamento com a filha de Ignacio, dona Maria Franco – passando de enteado a genro dos Franco de Camargo.

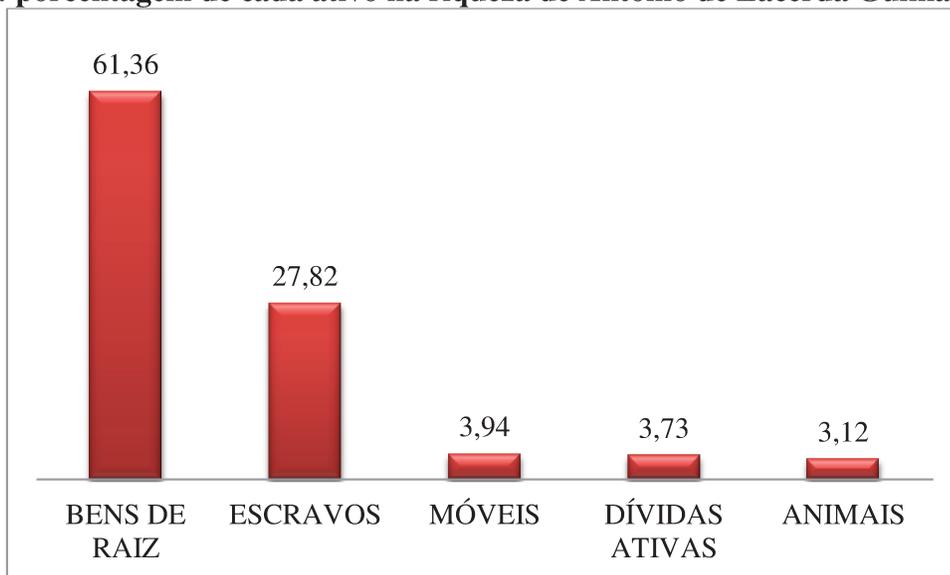
Antonio de Lacerda Guimarães e sua esposa Maria Franco seguiram na vila paulista de Jundiá, mais exatamente na freguesia de Belém – futura Itatiba. No entanto, em 1850, Antonio morreria naquela localidade.

Antonio de Lacerda Guimarães havia ascendido socialmente. Seu inventário mostra o ponto final de uma trajetória de acumulação de riqueza que perdurou durante toda uma vida. Segundo Araújo (2006, p. 210), que se valeu da classificação feita por João Luís Fragoso em *Homens de Grossa Aventura*, os paulistanos da primeira metade do século XIX, com base em seus inventários, foram divididos em 3 faixas de riqueza: A) os muito ricos, com riqueza superior a 50 contos de réis, categoria que era composta por negociantes-engenheiros, ou seja, pessoas que haviam acumulado grandes fortunas em atividades comerciais e passaram a reinvestir em engenhos no interior paulista – como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o Senador Vergueiro; B) os ricos, com riqueza entre 10 e 50 contos de réis, grupo que englobava negociantes, agricultores e funcionários bem-sucedidos que formavam uma elite econômica e cultural; C) camada média, com riqueza de até 10 contos de réis, formada por médios negociantes de atacado.

A par desta classificação, Antonio de Lacerda Guimarães, com uma riqueza de mais de 34 contos de réis (Rs. 34:138\$436) declarada em seu inventário, poderia ser considerado um rico na sociedade da vila de São Paulo na primeira metade do século XIX.

⁸⁴ A idade de Antonio de Lacerda Guimarães aqui citada se baseia nos Maços de População do respectivo ano, neste caso 1836. Contudo, devemos ter em mente que no decorrer do trabalho pode haver pequenas discordâncias em relação às idades dos personagens, uma vez que, a própria documentação caracterizava-se por dados que parecem estar incorretos, por exemplo, quando a idade da pessoa não se alterava de um ano a outro.

Gráfico 7: porcentagem de cada ativo na riqueza de Antonio de Lacerda Guimarães (1850)



Fonte: Inventário de Antonio de Lacerda Guimarães (JUNDIAÍ, 1853).

Dentre seus bens *semoventes*⁸⁵ constavam 16 animais mansos, 14 bestas arreadas e 11 cabeças de boi, além de 19 escravos. A resposta quanto à atuação profissional de Antonio de Lacerda Guimarães está na descrição de seus *bens de raiz* (Rs. 20:950\$000). Neste constavam seus sítios e terras; cafezais; casa do sítio, benfeitorias e o mato do quintal; casas do pátio da Freguesia; casas da Rua de Baixo⁸⁶. O valor destes bens, quase 21 contos de réis, indica a importância elevada de suas culturas e propriedades, afinal, só os valores dos bens de raiz o colocariam na condição de rico dentro da sociedade paulistana – que englobava montantes entre 10 e 50 contos de réis. Mas, relevante é apreender a mudança que estava em curso na economia paulista da primeira metade do século XIX e que fica evidente no inventário de Lacerda Guimarães.

Os 19 escravos que Antonio de Lacerda Guimarães possuía em 1850, em suas terras e cafezais, dão prova de sua inserção na atividade que seria o esteio da economia nacional durante as décadas posteriores. Contudo, considerando que os cafezais têm um tempo médio de maturação entre 4 e 5 anos e que o financiamento agrícola era escasso, fazia-se necessária outra atividade que gerasse os meios para a subsistência enquanto os lucros do café não pudessem ser

⁸⁵ No gráfico, o ativo *semoventes* não aparece em virtude de ter sido desmembrado no ativo *escravos* e *animais*.

⁸⁶ Estas residências urbanas e rurais localizavam-se na freguesia de Nossa Senhora do Belém de Jundiaí.

colhidos. Neste caso, provavelmente os capitais teriam sido gerados pela produção de alimentos e criação de animais (MP JUNDIAÍ, 1836).

Além dos cafezais, parte da soma que acumulou permitiu Antonio de Lacerda Guimarães se tornar até mesmo credor, como mostra o item *dívidas ativas* (Rs. 1:275\$598) de seu inventário, em que ele tinha a receber Rs. 980\$698 de Manoel Pedro Ferreira da Silva e, Rs. 294\$900 de José Inacio Maciel. Aliás, a ausência de um sistema de crédito rural fazia do endividamento uma ferramenta essencial na obtenção do crédito, levando muitas vezes o produtor rural a acumular débitos junto ao comerciante, este na função de prestamista e de comprador da produção, em uma cadeia de dependência que financiava tanto a produção voltada à exportação quanto a de abastecimento.

Antonio de Lacerda Guimarães se inseria nesta sociedade de apreciadores do luxo europeizado, como mostra o item *móveis* de seu inventário no valor de Rs. 1:347\$140, constando da mobília da casa toda, o taboado existente, os patações, além do doutor e das oitavas de prata. Como demonstra Araújo (2006, p. 193) para os inventários dos habitantes da cidade de São Paulo na primeira metade do século XIX que tinham riqueza entre 10 e 50 contos de réis, 3% da riqueza deste grupo era composta por metais preciosos e 2% por objetos pessoais e domésticos. No inventário de Antonio, quase 4% da riqueza se encontrava nestes itens.

Ter uma riqueza concentrada em terras, cafezais e escravos aliava-se à lógica de acumulação e investimentos na província de São Paulo da metade do século XIX. Na análise de cada vila ou região há de se tomar a devida cautela em relação às particularidades. Jundiaí, por volta de 1850, iniciava a transição rumo à cafeicultura, o que explica o grau de inversões em terras para o plantio de cafezais e escravos para serem utilizados como mão-de-obra.

Por exemplo, quando Araújo (2006, p. 97) sintetiza os dados de sua amostra de inventários⁸⁷ das cinco primeiras décadas do século XIX na vila de São Paulo, ela constata que as inversões mais importantes eram em imóveis (25,7%), dívidas ativas (23,4%), escravos (23,3%) e bens profissionais (13,4%). Esta distribuição da riqueza na capital da Província se explicava pelo fato de ser uma localidade sem grandes propriedades agrárias, baseada, sobretudo, no comércio e

⁸⁷ A autora selecionou 146 inventários de famílias que constavam nas listas nominativas de São Paulo em 1798 referentes às três companhias da paróquia da Sé, separadas em 1818 em nove companhias e, em 1836, desmembradas nas paróquias da Sé, Santa Ifigênia e Brás (ARAÚJO, 2006, p. 64).

na dependência do crédito – representado pelas dívidas ativas – mas com um núcleo urbano em formação que em muito dependia do braço escravo, tido não só como mão-de-obra, mas também como forma de investimento e de securitização da riqueza⁸⁸.

Por sua vez, na cafeeira vila paulista de Lorena, Marcondes (1998, p. 172 a 173) se debruça na apuração da trajetória de indivíduos que tiveram seus nomes constando na lista nominativa de 1829 e que morreram em 1879, expondo onde se alocava a riqueza destas pessoas. Esta era composta principalmente por dívidas ativas (62,7%), o que indica que grande parte do financiamento local, não só ao café, era feito por capitalistas que concediam empréstimos, geralmente, com prazos curtos e elevadas taxas de juros – os bancos ainda não predominavam. Em seguida vêm os imóveis – basicamente terras e casas – com 14,7%; depois os escravos, que representavam 13,8% da riqueza. Constando ainda as dívidas passivas (4,8%), que eram os empréstimos tomados; os bens móveis (2,0%); animais (1,3%); dinheiro (0,6%); e o item *outros* (0,1%). Pensamos que esta concentração da riqueza em dívidas ativas se deve à precedência de Lorena e outras vilas do Vale do Paraíba na faina cafeeira, que demandava capitais para formação das lavouras, aquisição de escravos e de gêneros alimentícios⁸⁹.

O café foi tomando o espaço da cana-de-açúcar nas terras do Oeste Paulista. As razões para tanto estavam no menor capital exigido pelo café para o início de uma atividade que tinha margem de lucro maior, além do café prescindir de grandes cuidados e resistir melhor às péssimas condições das estradas quando comparado ao açúcar (COSTA, 1982, p. 6-7). Em que pese esta mudança na agricultura do Oeste Paulista ter sido iniciada, vilas tradicionalmente açucareiras como Limeira, Rio Claro, Moji-Mirim e Jundiá levaram mais tempo até que o café tomasse a frente nas lavouras – o que só ocorreria após 1840, com o declínio do preço do açúcar (DEAN, 1977, p. 45). Localizada na vila de Jundiá, a freguesia de Nossa Senhora do Belém de

⁸⁸ Mello (1990, p. 102), baseada no estudo de inventários do Cartório do 1º Ofício da Família da Cidade de São Paulo, também tenta captar as transformações da riqueza pessoal de indivíduos que, chegaram à maioridade na década de 1820 e faleceram na segunda metade do XIX, e o quanto ela estava ligada às mudanças na sociedade paulista, basicamente, a passagem da economia mercantil escravista-nacional à economia exportadora capitalista (MELLO, 1990, p. 66). O item *escravos*, entre 1845-50, chegou a constituir 32,30% da riqueza encontrada nos inventários. As *dívidas ativas*, outra forma de riqueza tradicional, representavam 31,65% da mesma nos inventários – indicando a importância do crédito pessoal (empréstimos) aos fazendeiros. Os *imóveis* – terras, casas e terrenos – já representavam uma boa parte da riqueza entre 1845-50 (27,44%). Os *valores mobiliários* representavam 4,69% da riqueza e os *animais* tinham participação diminuta entre 1845-50 (3,05%).

⁸⁹ Em 1836, as seis vilas que mais produziram café na província de São Paulo foram: Areias (102.797 arrobas), Bananal (64.822 arrobas), Pindamonhangaba (62.628 arrobas), Parnaíba (55.000 arrobas), Jacareí (54.004 arrobas) e Lorena (33.649 arrobas). Por sua vez, no futuro Oeste Paulista, Jundiá naquele ano produziu 1.276 arrobas (MÜLLER, 1923, p. 124 a 129).

Jundiaí, futura Itatiba, teve o café introduzido nos anos anteriores a 1850 – período em que se formavam as grandes plantações no Oeste Paulista. Os negociantes de animais Antonio da Silva Franco e Ignácio Corrêa de Lacerda – irmão de Antonio de Lacerda Guimarães – em virtude das viagens que ambos realizavam ao norte da província de São Paulo, depararam-se com a florescente cultura da rubiácea naquela região e estimularam o plantio na vila de Jundiaí.

Com seus solos propícios, acrescidos de boas águas⁹⁰, Belém de Jundiaí rapidamente viu a produção de café prosperar, chegando a 200.000 arrobas (ITATIBA, 1916). A introdução do café na freguesia e a ascensão do cultivo fez aumentar a arrecadação de impostos, os quais eram enviados à Jundiaí e não se transformavam em benfeitorias à freguesia de Belém, o que gerou atritos entre freguesia e vila que culminaram em um abaixo-assinado, em 1856, pelos habitantes da freguesia, que foi base para a lei provincial nº 553 de 20 de fevereiro de 1857, que criou a vila de Nossa Senhora do Belém de Jundiaí (CAMARGO, 2009).

Antonio de Lacerda Guimarães morreu em 1850, portanto, quando se formavam os cafezais na região de Jundiaí. Com uma riqueza que não era das maiores e, visto que o capital necessário à aquisição de um engenho era elevado⁹¹, ele optou por investir seus capitais em uma nova, lucrativa e menos dispendiosa atividade: o café. Se pensarmos que a mão-de-obra das unidades produtivas era o escravo africano, vemos que na vila de Jundiaí, em 1836, havia 27 engenhos com uma média de 41 escravos cada. De outra parte, em toda a província de São Paulo, em 1829, os cafeicultores tinham um plantel médio de 10 escravos, número que se elevou a 21 escravos no ano de 1854, sendo que mesmo neste último ano, quando o açúcar já havia sido superado pelo café na pauta de exportações do Brasil, a média de escravos por engenho era de 24 cativos (LUNA; KLEIN, 2005, p. 79, 86 e 90).

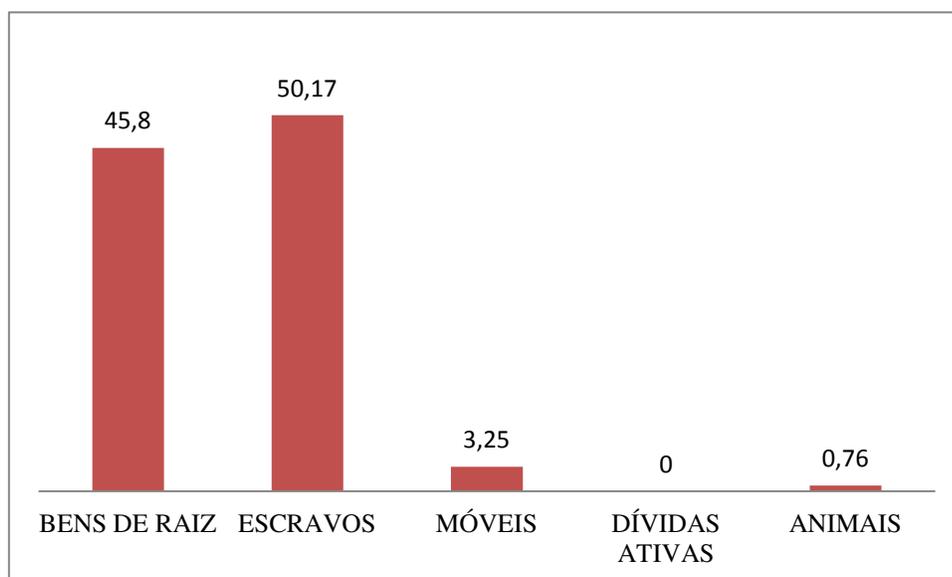
Com a morte de Antonio, a viúva Maria Franco recebera por sua meação na herança a quantia de Rs. 17:069\$218. Ela continuou na freguesia de Belém do Jundiaí até 1861, ano em que faleceu. Em que pese faltar elementos para uma melhor caracterização de Maria Franco entre

⁹⁰ A formação de vilas e povoações em São Paulo foi fortemente influenciada pela localização dos rios. Esta predileção era fundamentada na necessidade de água às pessoas, às utilidades caseiras e ao monjolo, mas também, a uma crença de que a qualidade da água e do ar determinaria o sucesso da nova povoação (HOLANDA, 1994, p. 41). Assim, Itatiba, com seus 2 rios – Jaguari e Atibaia – tinha predicados para constituir terras fecundas à agricultura.

⁹¹ Segundo Dean (1977, p. 40), a instalação de um engenho movido por animais, com o equipamento necessário, era mais cara que a legalização da sesmaria, sendo que um engenho movido à água chegava a custar 10 vezes mais. Tais condições implicavam em que a produção de cana fosse em larga escala, a fim de cobrir os custos iniciais, o que só era viável utilizando-se trabalho compulsório, fazendo da economia açucareira uma combinação de elevados capitais, escravos e terras.

1850 e 1861, seu inventário demonstra, como indicado na tabela 21 (página 78), que ela perpetuou a subida dos Lacerda Guimarães na sociedade paulista e manteve a escolha pela inversão da riqueza preferencialmente nos ativos: terras, cafezais e escravos⁹².

Gráfico 8: porcentagem de cada ativo na riqueza de Maria Franco, 1861 – valores em mil-réis

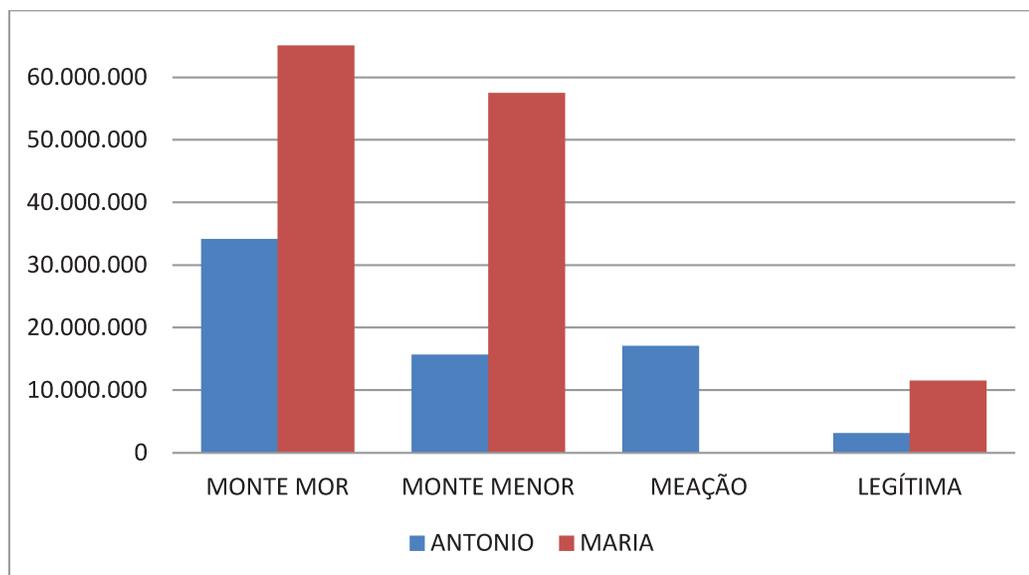


Fonte: Inventário de Dona Maria Franco (JUNDIAÍ, 1861).

A esposa de Antonio de Lacerda Guimarães parece ter seguido a trajetória de ampliação do patrimônio do marido falecido. Esta acumulação corrobora os dados de Araújo (2006, p. 136) sobre as viúvas da vila de São Paulo que mantinham as finanças familiares em bom estado tal como no tempo de seus maridos e aproveitavam a efervescência econômica de uma localidade em expansão para reproduzir suas riquezas.

⁹² Decidimos colocar a tabela 21 (Inventário de Dona Maria Franco, 1861) no final no capítulo 3 em virtude de seu grande tamanho. Pensamos que esse procedimento melhore a leitura do trabalho, uma vez que ele não terá grandes interrupções. Sendo assim, utilizaremos este expediente sempre que necessário por toda a tese.

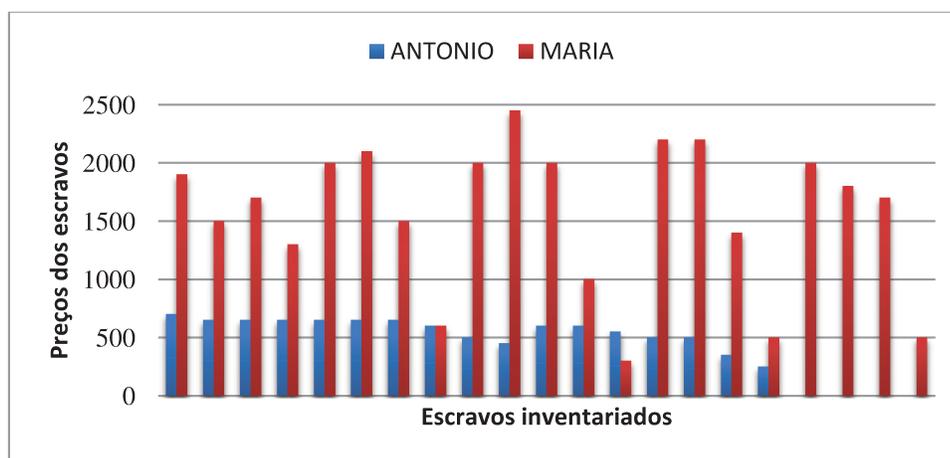
Gráfico 9: Comparação dos valores legados aos herdeiros por Antonio de Lacerda Guimarães (1850) e Maria Franco (1861) – valores em réis



Fonte: Inventário de Antonio de Lacerda Guimarães (JUNDIAÍ, 1850) e de Maria Franco (JUNDIAÍ, 1861).

Tal caminho explica a aquisição de mais escravos – Antonio tinha 19 no inventário e sua esposa tinha 22 cativos – para laborar em suas valorizadas terras, por sinal, cativos com preços majorados em relação ao ano de 1850, em virtude da dificuldade em se obter escravos com o fim do tráfico.

Gráfico 10: Preços dos cativos de Antonio de Lacerda Guimarães (1850) e sua esposa Maria Franco (1861) – valores em mil-réis



Fonte: Inventário de Antonio de Lacerda Guimarães (JUNDIAÍ, 1850) e de Maria Franco (JUNDIAÍ, 1861)

Cronologicamente, pouco antes de se iniciar a segunda metade do século XIX, alcançou-se o pico da produção açucareira paulista, com a exportação de 597.551 arrobas de açúcar através do porto de Santos na safra 1846-1847. Coincidentemente, aquele ano marcou também a transição do Oeste Paulista de uma zona açucareira à cafeeira, com a formação de grandes cafezais na região e a exportação paulista da rubiácea que, depois de 1850-1851, seria sempre maior que a do açúcar. O fato de vermos no inventário de Antonio de Lacerda Guimarães a presença de cafezais corrobora a idéia do café tomando o espaço da cana no Oeste Paulista, uma vez que “O quadrilátero do açúcar” deixou de sê-lo, para se dedicar com verdadeira obsessão à cultura do café” (PETRONE, 1968, p. 163).

No ano de 1844, Bento de Lacerda Guimarães e José de Lacerda Guimarães, respectivamente com idades de 26 e 23 anos, constavam na lista dos votantes da freguesia de Belém de Jundiáí, juntamente com seu pai Antonio de Lacerda Guimarães e o tio – irmão de Antonio – Ignacio Joze Corrêa de Lacerda⁹³ (MP JUNDIAÍ, 1844)⁹⁴. Os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães tinham laços de parentesco com os Franco de Camargo e estes laços abriram novas e grandes oportunidades a ambos. O custo da formação de um cafezal por volta de 1850 na vila de Rio Claro era, somente para adquirir e limpar a terra, da quantia de Rs. 4:350\$000 – referente ao plantio de 100 mil pés de café (DEAN, 1977, p. 41). Apesar da riqueza de Antonio de Lacerda Guimarães, que o situava entre os ricos na sociedade paulista de meados do século XIX, os valores recebidos por seus filhos Bento e José – além dos outros 3 herdeiros – referentes às legítimas paternas não se mostravam alentadores frente aos haveres necessários à formação de novos cafezais⁹⁵. Porém, como seu inventário demonstra, em vilas como Jundiáí, bem povoadas por volta de 1850, o mecanismo de compra e venda tornara inexistentes as terras livres, sendo que migrar seria uma opção.

⁹³ Ignacio Joze Corrêa de Lacerda, negociante de animais/tropeiro, foi o terceiro mais votado na freguesia (53 votos), sendo eleito para eleitor de paróquia.

⁹⁴ A Lei de 1º de outubro de 1828 estabeleceu o processo de eleição das Câmaras Municipais e dos Juizes de Paz. A eleição ocorria a cada 4 anos, não alterava os requisitos para os votantes (que aqui eram eleitores: a eleição é direta). As condições de elegibilidade para Vereador são direito de voto – neste caso, a renda – e dois anos de domicílio no termo (vila ou cidade). A lista dos aptos a votar é feita pelo juiz de paz (ou Pároco, onde aquele não existir), com recurso para a assembléia eleitoral. O alistamento é compulsório e independe de manifestação do eleitor. É imposta multa ao votante que não comparecer sem apresentação de legítimo impedimento. É possível a reeleição e não podem servir como vereadores conjuntamente pai, filho, irmãos ou cunhados. O vereador mais votado é o presidente da Câmara (SALGADO, 2003).

⁹⁵ Bento recebeu o valor de Rs. 3:131\$843 na forma de parte nas terras, parte nos cafezais, o cativo Antonio, 14 bestas e dívidas ativas. A legítima de José se exprimiu em parte nas terras, parte nos cafezais, o escravo Estevam, a escrava Rita com filho de peito, e dívidas ativas.

Tabela 21: INVENTÁRIO DE MARIA FRANCO DE LACERDA AOS 22 DE FEVEREIRO DE 1861 – valores em mil réis

MÓVEIS		
1	Faqueiro	320\$000
1	Salva de Prata	100\$000
1	Pal de Castiçal	80\$000
8	Casais de Colheres e Garfos	69\$000
1	Copa com Salva	50\$000
1	Mobília das Casas da Villa	200\$000
	Dinheiro existente	1:300\$000
		Somam os móveis a quantia de 2:119\$000

SEMOVENTES

21	ESCRAVOS	32:645\$000
4	Cabeças de Rezes	130\$000
1	Cavalo ruço	80\$000
1	Besta Zaino	110\$000
1	Burro novo	90\$000
1	Maxo velho	45\$000
1	Dúzia de Cadeira	40\$000
		Somam os Semoventes a quantia de 33:140\$000

BENS DE RAIZ		
Terras		15:000\$000
12.000 pés de Café Velho	\$250	3:000\$000
4.000 dito melhor	\$500	2:000\$000
2.500 novos	\$400	1:000\$000
Casas e suas benfeitorias		5:000\$000
1 Casa na Villa		3:800\$000
		Somam os Bens de Raiz a quantia de 29:800\$000

SOMAM TODOS OS BENS A QUANTIA DE Rs. 65:059\$000 (sessenta e cinco contos e cinquenta e nove mil réis) = MONTE MOR

MONTE MOR	65:059\$000
DISPOSIÇÕES DO TESTAMENTO	7:550\$000
Fica restando (MONTE MENOR) a quantia de	57:509\$000
<u>Partida esta quantia em cinco partes iguais para cinco herdeiros cabe a cada um (LEGÍTIMA MATERNA) a quantia de</u>	<u>11:501\$800</u>

Fonte: Inventário de Dona Maria Franco (JUNDIAÍ, 1861).

4 – LIMEIRA (SP): FRONTEIRA, FAMÍLIA E A BUSCA DO CÔNJUGE

4.1 – Joaquim Franco de Camargo e a formação da localidade limeirense

Quando migrou de Atibaia, em 1816, deixando seu nome de constar nos Maços de População daquela vila, Joaquim Franco de Camargo iniciou a construção de um patrimônio nas terras paulistas da fronteira do açúcar. Tropeiro, por pelo menos 14 anos, seu nome apareceu como morador da vila de Mogi-Mirim, em 1820. Com o capital acumulado no tropeirismo, ele passou a se dedicar à lavoura canavieira, tendo um engenho naquela vila em 1820. Em 1828, já instalado em terras que pertenceriam à freguesia de Tatuibi – futura vila de Limeira – ele produziu 500 arrobas de açúcar, com o uso de 34 escravos nesta e em outras atividades, como a lavoura de subsistência. Sua ascensão social foi denotada pelo fato de Joaquim ser conhecido nesta nova localidade como o Alferes Franco⁹⁶.

O interregno de 12 anos entre a saída de Joaquim Franco de Camargo da vila de Atibaia na condição de negociante de animais e sua instalação na freguesia de Tatuibi, como proprietário de engenho, caracterizou-se em um período de acumulação de capital visando ascender socialmente, ou seja, entrar para o rol dos proprietários de terra com engenho. Estes fazendeiros se valiam dos serviços dos tropeiros para transportar o açúcar do interior paulista até Santos, sobretudo na região do quadrilátero do açúcar, que englobava as vilas de Mogi-Mirim e Piracicaba, região escolhida por Joaquim para ser seu campo de atuação quando saiu de Atibaia, na condição de negociante de animais.

O tropeiro seria o *empresário de transporte* durante o século XVIII e até meados do XIX, quando foi iniciada a construção de ferrovias no Brasil.

⁹⁶No exército brasileiro, alferes é uma antiga patente de oficial abaixo de tenente. Em 1832, Joaquim Franco de Camargo fez parte da Comissão de Divisas em Limeira, Mogi e Rio Claro. Em 1833 é Guarda Nacional de Reserva. Serviu como curador no inventário do Capitão Cunha Bastos em 1835. Em 1836 era Juiz de Paz e foi Delegado de Polícia por muitos anos, sendo também líder político governista (Conservador) tomando parte ativa em todos os tumultuosos episódios do seu tempo, entre eles a notória eleição em duplicata de 1849.

Em 1820, 15,5% dos condutores de gado (48 indivíduos) que passaram por Sorocaba eram oriundos de vilas do Oeste Paulista⁹⁷, a maior região produtora de açúcar, ficando atrás apenas dos condutores da vila de Sorocaba e seus arredores que totalizaram 33,9% (107 condutores). Entretanto, no que tange ao comércio de gado de corte, não se pode negligenciar que os bovinos visavam essencialmente ao atendimento do mercado consumidor representado pela cidade do Rio de Janeiro, sobretudo após 1808, com a chegada da Corte de D. João VI, que fez crescer a procura pela carne como componente da dieta dos cidadãos fluminenses, demanda prontamente atendida pelos comerciantes de São Paulo e Taubaté (PETRONE, 1976, p. 88 a 90).

As conexões entre a vila de Sorocaba, onde ficava o Registro e se pagavam os impostos, e as localidades açucareiras do Oeste Paulista estabeleceram-se em função do comércio de muares. Sorocaba era o centro redistribuidor dos muares sulistas e grande era o fluxo de tropeiros que lá iam formar suas tropas de bestas, fato também decorrente da proximidade desta vila em relação à zona açucareira do Oeste Paulista (BACELLAR, 2001, p. 39). Os engenhos paulistas demandavam grande parte dos muares comercializados na feira de Sorocaba⁹⁸, mas não de forma direta. O que se dava era que o tropeiro se dirigia à feira, adquiria os muares, formava a tropa, para então alugá-la ao fazendeiro ou lidar diretamente com o transporte da produção açucareira de seu contratante⁹⁹.

Os negociantes de animais alimentavam um comércio que teve elevada demanda vinda do açúcar e, posteriormente, do café e que se manteve quase até a década de 1870, quando as ferrovias começaram a ser implantadas no interior paulista. Segundo Luna e Klein (2005, p. 239) o tropeiro seria membro da elite paulista da metade do século XIX, composta por elementos agrícolas – produtores de açúcar, café e outros gêneros – e não-agrícolas – profissionais liberais, comerciantes com negócios internacionais e tropeiros. Entretanto, pensamos que o pertencimento à elite em uma sociedade escravista passava pela condição de possuir cativos e terras, ativos buscados pelos membros da elite de então. Isto implica em que nem todo tropeiro pudesse ser

⁹⁷ Foram 48 condutores de gado no total, sendo 4 de Campinas, 18 de Itu, 12 de Porto Feliz, 4 de Jundiaí, 4 de Araçariçuama, 1 de Indaiatuba e 5 de Parnaíba (PETRONE, 1976, p. 73).

⁹⁸ A demanda por muares negociados em Sorocaba também vinha dos engenhos e cafezais fluminenses e mineiros (PETRONE, 1976, p. 96).

⁹⁹ Em Jundiaí, um tropeiro que se encarregava de transportar açúcar, no ano de 1822, ganhava anualmente entre Rs. 100\$000 e Rs. 200\$000 (CELIA, 2000, p. 77 e 78).

inserido na elite paulista da metade do século XIX, mas somente os negociantes de animais mais prósperos que em muitos casos se tornariam fazendeiros.

[O investimento] Reproduz uma hierarquia social erguida em uma frágil sociedade civil, onde nem todos os homens têm os mesmos direitos. Assim sendo, o investimento na produção mercantil, e com ela a própria produção do sobretrabalho, não era motivado apenas pela possibilidade de lucro, mas tinha também outras razões. Tornar-se grande proprietário de terras e de homens representava também adquirir uma posição de mando em uma sociedade estratificada (FRAGOSO, 1998, p. 35).

Joaquim Franco de Camargo possuía uma propriedade rural na vila de Atibaia com área total de 360.000 braças quadradas, tamanho suficiente para a atividade açucareira. Mas, somente a terra não resolvia os óbices ao plantio do açúcar¹⁰⁰. Ter um número mínimo de cativos – a média dos engenhos paulistas girava em torno de 20 escravos – era fundamental para cuidar da produção, o que inviabilizava a propriedade de Joaquim, com 4 cativos em 1816, sendo que eles lhe bastaram para sua lavoura de alimentos.¹⁰¹ Além disso, havia ainda o custo de aquisição de um engenho e o problema do fornecimento de lenha para suas fornalhas, associado ao abastecimento de água (PETRONE, 1968, p. 78).

Ter capital era condição primordial à formação de uma propriedade açucareira, mas, como visto, só os haveres financeiros não solucionavam problemas enfrentados por localidades já saturadas pela onda açucareira. A migração de uma vila à outra denotava estágios diferentes entre as localidades paulistas. As mais antigas vilas – como Itu, Porto Feliz e Jundiá – apresentavam um déficit de oportunidades na primeira metade do século XIX traduzido na falta de terras disponíveis e carência de lenha, como no caso de Jundiá e Itu. Buscando o acesso à terra, os habitantes destas vilas se deslocaram no Oeste Paulista, acompanhando a fronteira do açúcar, e depois do café, formando novas localidades, como Campinas, Rio Claro, Limeira e outras (BACELLAR, 1991, p. 40).

A mudança do perfil sócio-econômico da província de São Paulo na primeira metade do século XIX embasou-se na transição de uma economia de abastecimento, nômade e calcada no trabalho familiar, que foi perdendo espaço para a lavoura de exportação monocultora, estável e que se valia do braço do cativo africano (BACELLAR, 1991, p. 15 e 31). O açúcar era o carro-

¹⁰⁰ (INVENTÁRIO TERRAS ATIBAIA, 1818). Segundo Petrone (1968, p. 61), as propriedades paulistas com tamanho médio de 100.000 a 2.000.000 braças quadradas eram suficientes para a produção de açúcar em escala comercial.

¹⁰¹ Em 1816, Joaquim Franco de Camargo colheu 100 alqueires de milho e 3 alqueires de feijão em Atibaia, vila caracterizada pela agricultura de gêneros de subsistência (MP ATIBAIA, 1816).

chefe desse processo de mudança e a instalação de engenhos carecia de novas terras para a criação de imensas propriedades. Estas unidades produtivas açucareiras estavam na origem da formação de várias vilas do Oeste Paulista devido a esta região ser uma *Zona Pioneira* durante boa parte do século XIX. Era na Zona Pioneira que se situava uma elevada oferta de terras aos seus desbravadores, que se apossavam dos melhores solos e muitas vezes executavam uma revenda posteriormente, quando do crescimento demográfico do novo povoado (MONBEIG, 1984, p. 93).

Grosso modo, houve três fases na aquisição de terras no Oeste Paulista na primeira metade do século XIX: 1) Bandeirismo, em que a abundância de terras e a agricultura de subsistência legavam um baixo valor às propriedades fundiárias, predominando a posse e a sesmaria; 2) Início do Surto Açucareiro, em que propriedades não tão grandes impeliam os filhos sem terra dos senhores de engenho à formação de novas propriedades, predominando nesta fase a compra de terras – demonstrado pelo Inventário de Terras de 1818; e 3) Pós-Independência, em que surgem proprietários detentores de várias fazendas, quando se elevará a importância da herança como forma de aquisição de terras no Oeste Paulista, em que pese a compra ainda ser predominante – como demonstra o Registro de Terras de 1854 (BACELLAR, 1991, p. 34 e 35). Em todas estas fases, a compra conviveu lado a lado com a posse. Ainda no pós-1822, não podemos olvidar a posse como instrumento de aquisição de terras, uma vez que os posseiros empreenderam a aquisição de grandes porções fundiárias em São Paulo no interregno entre a Independência e a promulgação da Lei de Terras em 1854 – e assim continuariam mesmo após a introdução da lei.

O açúcar deu o estímulo à formação de grandes propriedades no Oeste Paulista, ao desbravamento da região e seu povoamento, como a futura vila da Limeira. Para tanto, era preciso de mínima infra-estrutura que permitisse o fluxo produtivo entre o interior e o litoral, ou seja, entre a zona produtora e a exportadora. Antes do advento das ferrovias paulistas, esta infra-estrutura atendia pelo nome das estradas e caminhos, muitas vezes precários. Uma dessas estradas era a do Morro Azul a Campinas, que se iniciou em 1823 e que teve à sua margem o nascimento do povoado próximo ao bebedouro do ribeirão Tatu, em cuja margem direita havia o “Rancho da Limeira”, bastante procurado por tropeiros e viajantes para o pousio nas marchas pelo interior

paulista¹⁰². No ano de 1826, foi construída a capela de Nossa Senhora das Dores de Tatuibi, considerado o marco inicial do povoamento de Limeira; em 1830, foi constituída a freguesia de Tatuibi – com forte pressão no governo provincial exercida pelo Senador Vergueiro – pertencente a vila de Constituição (Piracicaba); e, em 1842, foi constituída a vila da Limeira, a partir do desmembramento de terras pertencentes à vila de Constituição (Piracicaba) (BUSCH, 1967, p. 69).

Dentre as nove sesmarias que se formaram nas terras em que se situaria o município de Limeira, a mais importante era a sesmaria do Morro Azul, concedida em 13 de janeiro de 1817 ao tenente Joaquim Galvão de França. Nela ficava o engenho de Ibicaba, propriedade formada a partir da compra de partes da sesmaria do Morro Azul por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o Senador Vergueiro¹⁰³, que se notabilizaria pelo pioneirismo na introdução de imigrantes europeus nas lavouras paulistas com sua fazenda Ibicaba. As nove embrionárias sesmarias limeirenses deram origem aos municípios de Araras, Artur Nogueira, Conchal, Cordeirópolis, Cosmópolis, Iracemópolis, Rio Claro e Santa Gertrudes (SILVEIRA, 2007, p. 55 e 56).

Os primeiros habitantes da freguesia da Limeira eram originários de Piracicaba, Campinas, Mogi-Mirim, Bragança, e Atibaia. Joaquim Franco de Camargo era um destes povoadores que chegara à freguesia de Tatuibi em 1828 e que participaria de seu processo de formação, concomitantemente, a um movimento de ascensão sócio-econômica nesta nova localidade do Oeste Paulista. Ali, seus capitais acumulados na carreira de negociante de animais

¹⁰² A limeira (planta) teria brotado em virtude de algumas sementes que foram deixadas no local por um frade que acompanhava uma caravana que se dirigia aos sertões de Araraquara (BUSCH, 1967, p. 12).

¹⁰³ Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, mais conhecido como Senador Vergueiro (Vale da Porca, 20 de dezembro de 1778 — Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1859), foi um fazendeiro de café e político luso-brasileiro. Nascido na região de Trás-os-Montes (Portugal), formou-se na Universidade de Coimbra em 1801. Mudou-se para o Brasil em 1803, e em 1804 casou com Maria Angélica de Vasconcelos, assumindo logo após a função de advogado no fórum de São Paulo, cargo que exerceu até 1815. Em 1813 foi nomeado vereador da Câmara Municipal de São Paulo. Foi juiz das sesmarias até 1816, quando mudou-se para Piracicaba, fundando engenhos em sociedade com o brigadeiro Luís Antônio de Sousa. Em 1821, às vésperas da Independência do Brasil, tornou-se membro do governo provisório da província de São Paulo. Exerceu outros cargos nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Participante da constituinte de 1823 como representante da província de São Paulo, como os irmãos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e José Bonifácio de Andrada e Silva, foi preso após sua dissolução. Era senador e, com a abdicação de D. Pedro integrou a Regência Trina provisória (1831) durante a menoridade de Pedro II. Integrou o Gabinete de 13 de setembro (1832), assumindo a pasta do Império (até 23 de maio de 1833) e a da Fazenda (até 14 de dezembro de 1832). Ocupou a pasta da Justiça no Gabinete de 22 de maio, organizado por Manuel Alves Branco, segundo visconde de Caravelas, e, interinamente, a do Império. Foi senador durante dez legislaturas consecutivas. Como parlamentar, sempre defendeu posições liberais e anti-escravistas. Na década de 1840 e na década de 1850 foi pioneiro na introdução de imigrantes europeus em suas fazendas de café em Limeira (Fazenda Ibicaba) e Rio Claro (Fazenda Angélica). Seu filho, Nicolau José de Campos Vergueiro, recebeu do Imperador o título de barão e, posteriormente, visconde de Vergueiro.

seriam investidos na formação de grandes propriedades rurais açucareiras e, posteriormente, cafeicultoras.

Em 3 de fevereiro de 1831, Joaquim se fez presente na primeira missa rezada na capela de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi, que acabara de ser elevada à Curato. No ano seguinte, ele participou da comissão que demarcou as divisas de Limeira com as vilas vizinhas. O nome de Joaquim Franco de Camargo consta no Livro de Batismos da capela diversas vezes entre 1833 e 1838, na condição de padrinho de batismo de seus escravos ou batizando seus herdeiros¹⁰⁴, ao lado de sua mulher Maria Lourenço de Moraes. Atesta a inserção do alferes Joaquim Franco de Camargo nos círculos de poder limeirenses o fato de ele ter sido nomeado curador do inventário do capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos, falecido em 1835, em cujas terras teria sido erigida a capela de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi. Com uma riqueza que totalizou Rs. 38:396\$720, composta de 2 propriedades açucareiras com 68 escravos – o sítio da Lagoa Nova e o do Tatu, que em 1835 produziram 2.142 arrobas de açúcar – nota-se no item *Dívidas Passivas*, que o capitão Cunha Bastos tinha como um de seus 24 credores o próprio Alferes Franco (crédito de Rs. 210\$700), além de casas comerciais de Santos e da vila de São Paulo. Isto denota que, em um tempo de incipientes instituições bancárias, o crédito às lavouras açucareiras provinha daqueles comerciantes mais abastados e que muitas vezes seriam os compradores da produção vinda do interior paulista, numa cadeia de dependência que fazia do custeio dessa economia uma atividade interna (FRAGOSO, 1998, p. 246 a 249). Do cabedal do falecido capitão, o Alferes Franco arrematou em leilão 12 escravos pelo valor de Rs. 5:521\$000 (BUSCH, 1967, p. 68 a 116).

No cenário nacional, a década de 1830 marcou a abdicação de D. Pedro I (07/04/1831) e, em virtude do príncipe herdeiro ter somente 12 anos no dia da abdicação de seu pai, formou-se a Regência Trina Provisória, cujos membros eram o general Francisco de Lima e Silva, o conservador José Joaquim Carneiro de Campos (marquês de Caravelas) e o senador liberal Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. O fim do Primeiro Reinado se deu muito em decorrência da oposição que D. Pedro recebia dos liberais, estes subdivididos entre *moderados* de um lado e, de outro, os *radicais ou liberais exaltados (ou farroupilhas)*. O grupo dos moderados, grande beneficiário da mudança de governo, congregava fazendeiros e senhores de escravos do

¹⁰⁴ Como sua filha Manoela ou a neta Maria, que era filha de João Franco de Camargo com Rita Ferraz de Campos

Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, tendo como um de seus membros o padre Diogo Feijó (BETHELL, 2001, p. 708 a 720).

O projeto político dessa elite agrária brasileira era manter a unidade nacional e reformar o sistema político no sentido de alocar o poder nas mãos do grupo. O liberalismo francês era a fonte inspiradora de tais políticos-oligarcas, que no Brasil se traduzia na busca de medidas descentralizadoras – ainda sob o espectro das constantes dissoluções do Congresso efetuadas pelo antigo Imperador valendo-se do *poder moderador* – mas, mantendo o regime monárquico. Inspiração francesa logo revelada na lei brasileira de agosto de 1831, que criava a Guarda Nacional, ano em que a França também a criou. A congênere brasileira da Guarda objetivava dotar os representantes da oligarquia agrária dos meios de coerção e, ao mesmo tempo, frear uma possível união do exército com as classes menos abastadas. Para tanto, os oficiais só seriam eleitos se tivessem uma renda de 200 mil réis nas quatro maiores cidades brasileiras e 100 mil réis nos outros municípios. Entretanto, já em 1832, estes valores foram elevados para 400 mil réis e 200 mil réis respectivamente, uma vez que os grandes fazendeiros, com medo de derrota nas urnas para indivíduos não tão abastados, não se sentiam impelidos ao oficialato. Mas, o enquadramento do processo de escolha dos oficiais da Guarda Nacional se deu com o Ato Adicional de 1834, quando no âmbito das medidas liberalizantes que fortaleciam os poderes das Províncias, concentrou-se nas mãos das recém-criadas Assembléias Provinciais a nomeação dos oficiais da Guarda.

Tendo em mente que a máquina eleitoral comandada pelos liberais moderados e o sistema de eleições censitárias¹⁰⁵ galgava ao poder, em sua maioria, os representantes da elite agrária e escravista, tornar estes indivíduos oficiais da Guarda significava imbuí-los de poder policialesco: patrulhar as ruas, proteger os edifícios públicos, transportar prisioneiros e manter a ordem em geral. Em alguns casos, os membros da Guarda eram chamados a participar do combate de conflitos fora de seus municípios, sob o comando do exército, que a esta altura ficara reduzido a 6.000 mil homens através das medidas de Feijó. Dessa forma, a Regência legara o poder local às forças agrário-militares que se traduziam, como no caso de São Paulo, em senhores de engenho e cafeicultores que se tornaram oficiais da Guarda Nacional.

¹⁰⁵ No sistema eleitoral do Império, ao votante era necessária uma renda líquida anual de 100 mil réis; aos eleitores uma renda mínima de 200 mil réis; aos deputados uma renda de 400 mil réis; e aos senadores uma renda de 800 mil réis (BETHELL, 2001, p. 700).

Na lista dos Guardas Nacionais de Limeira em 1833, consta o nome de Joaquim Franco de Camargo, então com 50 anos, casado, natural de Atibaia, na ocupação aparece como lavrador. Aliás, dentre os 81 guardas, 24 vinham da vila de Bragança, 10 de Atibaia e 3 de Jundiaí (BUSCH, 1967, 97 a 102).

Representante da Guarda Nacional desde 1833, o cargo concedido ao alferes Franco estava no bojo das medidas descentralizadoras advindas do Ato Adicional de 1834. Estas ações tomadas pelos liberais no anseio de conceder mais poder às reivindicações provinciais redundaram em conflitos pelo poder entre facções dentro das oligarquias rurais. Estes conflitos desencadearam revoltas de cunho federalista e com nuances separatistas, como no caso da Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul, a Cabanagem (1835-1840) no Pará, a Sabinada (1837-1838) na Bahia e a Balaiada (1838-1840) no Maranhão (FERREIRA, 2006, p 45).

O radicalismo das revoltas citadas colocava em xeque a manutenção da unidade nacional sob o jugo dos liberais e suas medidas de 1834. Afinal, a América Espanhola era um exemplo claro de que a fragmentação do Estado brasileiro poderia originar um mosaico de novas nações na América do Sul. Quem partilhava esta opinião era uma força política dissidente dos liberais, os *conservadores*. Neste grupo estava a oligarquia agrária e comercial do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. “Foi uma aliança de magistrados, fazendeiros de café e senhores de engenho, de boa formação acadêmica [...] e com considerável experiência de governo” (BETHELL, 2001, p. 730).

A polarização entre liberais e conservadores marcará o cenário político do Segundo Reinado. Esta disputa logo produziu efeitos como a queda do regente liberal Padre Feijó e sua substituição pelo senador conservador Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda), ex-presidente da Câmara e senhor de engenho em Pernambuco. Ter os conservadores significava aproximar o país aos elementos ligados à principal atividade econômica – o café, que estava em crescente exportação – e situados em uma área específica dessa produção, o Rio de Janeiro. A estes indivíduos não era interessante ver o país cingido por rebeliões federalistas e/ou separatistas, sobretudo, pelos distúrbios que tais eventos levavam à produção cafeeira e ao comércio de exportação. Era de suma importância obter uma recentralização no Império (BETHELL, 2001, p. 729 a 737).

Dentre as medidas regressistas tomadas pelos conservadores, a primeira se deu em maio de 1840, com a interpretação do Ato Adicional que reduziu o poder das Assembléias Provinciais. Em 23 de julho do mesmo ano, em um rompante da minoria liberal na Câmara, decidiu-se pela antecipação da maioria do imperador – Dom Pedro II tinha 15 anos de idade. Este ato findou o período Regencial e iniciou o Segundo Reinado, com o gabinete formado pelos liberais: os irmãos Andrada (Antonio Carlos e Martim Francisco), dois irmãos Cavalcanti de Albuquerque (futuros viscondes de Albuquerque e de Suassuna), o liberal mineiro Antonio Paulino Limpo de Abreu (futuro Visconde Abaeté) e o cortesão Aureliano Coutinho – com grande influência sobre o jovem imperador.

O gabinete liberal resistiu menos de um ano e, no final de março de 1840, foi substituído por um novo gabinete conservador: foi mantido Aureliano, mas foi chamado Paulino Soares de Souza (Ministério da Justiça), o senhor de engenho baiano Miguel Calmon, Araújo Viana (tutor de Dom Pedro II), o oficial do exército Vilela Barbosa, e o magistrado português José Clemente Pereira. Os conservadores conseguiram aprovar duas medidas primordiais à centralização política: restabelecimento do Conselho de Estado¹⁰⁶ (novembro de 1841) – suprimido pelo Ato Adicional de 1834 – e a reforma do Código de Processo Criminal (dezembro de 1841).

Quanto ao retorno do Conselho de Estado, agora contava com os ministros, além de ter sido dividido em seções que, de certa forma, correspondiam às incumbências de cada ministério. Entretanto, não era mais necessário ao imperador consultar o Conselho nas questões relativas ao uso do poder moderador. Com a complementação da lei pelo Regulamento de fevereiro de 1842, as seções do Conselho seriam: negócios do Império, da Justiça e Estrangeiros, da Fazenda e da Guerra e Marinha. Os ministros não poderiam votar ou assistir as votações nos casos de dissolução do Ministério e da Câmara. Entre suas funções constava: exame das leis provinciais e a elaboração de regulamentos e instruções; arbitrar conflitos de jurisdição entre autoridades e orientações de caráter administrativo e jurídico (OLIVEIRA, 2007, p. 50 e 51).

¹⁰⁶ Segundo a Constituição de 1824, o Conselho de Estado era composto de 10 membros escolhidos pelo imperador, em caráter vitalício e dentre eles não estavam compreendidos os ministros. Ele era consultado na nomeação de senadores; na convocação extraordinária da Assembléia Geral; na sanção a decretos e resoluções do poder legislativo e dos conselhos provinciais; na prorrogação e adiamento do poder legislativo ou dissolução da Câmara dos Deputados; na suspensão de magistrados, na aplicação do direito de graça e nos casos de anistia. Contudo: a nomeação e demissão de ministros era função exclusiva do imperador.

Inegavelmente, a reforma do Código de Processo Criminal foi a medida decisiva do Regresso conservador, “[...] que centralizou a organização policial e judiciária do Império, esvaziando o poder das autoridades eletivas em benefício das nomeadas pelo Poder Central” (FERREIRA, 2006, p. 45). Com a reforma, juízes, desembargadores, juiz de direito e juiz municipal, seriam nomeados pelo ministro da Justiça. Quanto aos juízes de paz locais, eles continuaram independentes do poder central, mas lhe foi retirado o poder de justiça e polícia, transferido aos chefes de polícia, nomeados pelo ministro da Justiça, que nas vilas e freguesias eram representados pela figura do delegado e subdelegado, que eram civis nomeados pelos presidentes de Província por recomendação dos próprios chefes de polícia¹⁰⁷.

Tanto na aplicação da lei quanto no recolhimento de informações políticas, os principais agentes dos presidentes de província eram os chefes de polícia provinciais e seus delegados, também nomeados pelo governo central. Os subdelegados e os inspetores de quarteirão – cada quarteirão tinha vinte e cinco casas – levavam a autoridade do governo central, pelo menos teoricamente, a cada pequena localidade. No entanto, com exceção dos chefes de polícia, não recebiam salários do governo; sua renda pessoal derivava de suas atividades normais, privadas; em resumo, no campo, os postos eram ocupados, em sua maioria, por fazendeiros que gostavam de ocupar tais posições para exercer mais autoridade, especialmente sobre os adversários locais [...] Ao confiar a cidadãos comuns a execução de suas ordens, o governo mantinha abertas as linhas de comunicação e reconhecia o poder e a importância dos poderosos locais (BETHELL, 2001, p. 803 e 804).

O temor dos liberais frente ao Regresso conservador tinha suas razões. Afinal, no dia 1º de maio de 1842, o legislativo de maioria liberal eleito em outubro de 1840 foi dissolvido antes mesmo de assumir e foram convocadas novas eleições. Esta medida foi o estopim para que os liberais deflagrassem revoltas armadas em São Paulo, ainda em maio de 1842, e nas Minas Gerais, em junho. A revolta atingiu partes do Vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro. Entre os liberais paulistas estavam Feijó, Vergueiro e Rafael Tobias de Aguiar, aclamado em 17 de maio de 1842 presidente interino da província de São Paulo. Elevada à categoria de vila no ano de 1842, Limeira também foi palco das agitações revolucionárias.

Manifestaram-se partidárias do movimento as povoações de Tietê, (então Pirapora), Capivari, Limeira, Piracicaba (então constituição), Porto Feliz e Itapetininga. No entanto, com exceção desta última, poucos homens saíram à luta, restando aparentemente a Itu e Sorocaba o ônus da guerra (HÖRNER; OLIVEIRA, 2010, p. 423).

¹⁰⁷ Em que pese todas estas mudanças, a Guarda Nacional não foi alterada.

O governo imperial se valeu da habilidade do brigadeiro Luis Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, e das forças do exército para que em um mês as forças conservadoras imperiais – ligadas em grande parte aos negócios do café no Rio de Janeiro – debelassem os liberais revolucionários de São Paulo¹⁰⁸. Mas, tanto do lado dos paulistas revolucionários quanto das forças imperiais, foi corrente o ingresso de homens da Guarda Nacional nas linhas de combate, em virtude de ser um grupo elevado de homens aptos a se deslocar pela província paulista, sendo o território bem conhecido por eles (HÖRNER; OLIVEIRA, 2010, p. 423).

Na vila da Limeira, o subdelegado de polícia era o alferes Joaquim Franco de Camargo que, inclusive, em ofício de 2 de junho de 1842, em plena Revolução Liberal, se propôs a pagar com seus haveres o soldo dos guardas imbuídos de capturar os sediciosos liberais na região de Limeira. Ainda em 1842, o Alferes Franco obteve 115 votos no pleito para Eleitor, compondo o colégio eleitoral da vila de Limeira em 1843. No alistamento de cidadãos votantes e elegíveis de Limeira para o ano de 1844, havia 233 votantes e somente 67 qualificados como elegíveis, dentre os quais estava o elegível Joaquim Franco de Camargo. Em relação à seara criminal e política, até o ano de 1856, o Alferes Franco se manteve como delegado de polícia limeirense e, no ano seguinte, seu nome constava entre os vereadores daquela vila. Diga-se de passagem, que em 1859, Joaquim Franco de Camargo aparece como um dos ricos potentados locais que subscreveram capitais para a construção do prédio que abrigaria a cadeia, a Câmara Municipal e o Fórum de Limeira (BUSCH, 1967, p. 122 a 133, p. 170 e p. 208).

O poder político do Alferes Franco estava atrelado a um grande poderio financeiro. A riqueza e sua manutenção eram dilemas aos ricos proprietários rurais, sobretudo no momento de um ente novo adentrar à família.

¹⁰⁸ Um fator que inflamou os ânimos paulistas contra o Império foi a proibição do comércio de mulas com os revolucionários do Rio Grande do Sul, medida decretada no início de 1842 visando diminuir as fontes de capital dos Farroupilhas, mas que afetava as rendas fiscais de São Paulo, apoiadas em grande parte na taxaçoão do comércio de muares.

4.2 – Alferes Franco e a busca do cônjuge na fronteira

Embrenhar-se na fronteira¹⁰⁹ podia conduzir os audaciosos a uma prosperidade econômica e, ao mesmo tempo, também poderiam surgir alguns contratempos sociais. Por exemplo, conseguir cônjuges para os herdeiros. Em São Paulo colonial e no Império, dote e matrimônio andavam juntos.

A busca de cônjuges apropriados constituía excelente ocasião para que as diversas classes sociais se auto-reconhecessem, medissem suas forças e delimitassem seus campos próprios de atuação. Campos nos quais se exercitava o jogo do poder, com resultados pouco surpreendentes: pela prática da homogamia, os vencedores ficavam mantidos nos postos hegemônicos. As mulheres paulistas, subalternizadas por uma sociedade nitidamente androcática, acabavam por exercer função de alto valor organizacional. O dote conferia-lhes o signo de poder dos grupos que representavam (CAMPOS, 2003, p.143).

Nas novas áreas, arranjar parentes na hora do casamento não era tarefa simples, o que poderia redundar na ligação com outra família e na divisão de riqueza. Uma das formas de contornar este empecilho era buscar familiares em outras áreas – geralmente de onde se originara a prole. E para atraí-los, principalmente no caso dos homens, a prática mais comum era o oferecimento de um dote (BACELLAR, 1997, p. 125 a 146). Este, em que pese não haver uma regulamentação, era geralmente composto por: escravos, terras, mobílias, moeda corrente, ou seja, os pertences de valor das famílias de elite. Os grandes senhores, sem maiores preocupações em dividir igualmente os valores cedidos no dote aos seus filhos, destacavam-se por, em alguns casos, cederem propriedades inteiras no dote. Por outro lado, além da riqueza do proprietário permanecer em família, este genro poderia administrar a nova propriedade, pois o grande fazendeiro permanecia na propriedade original.

[o dote] Fornecia subsídios para que a geração mais próxima conseguisse acumular fortuna, mas ao mesmo tempo era instrumento para impedir que a fortuna se pulverizasse nas mãos de vários herdeiros. Reservando um dote melhor para um filho específico, o pai estava encaminhando, antecipadamente, sua sucessão (BACELLAR, 1997, p. 146).

¹⁰⁹ Seguindo tabela formulada por Petrone (1968, p. 166), podemos traçar uma linha – que não seria exatamente uma reta – entre as vilas de Mogi-Mirim, Limeira e Piracicaba, estipulando que estas vilas delimitariam a fronteira nordeste do açúcar paulista no século XIX. A produção açucareira destas vilas entre 1836 e 1855 foi: Mogi-Mirim (23.740 arrobas), Piracicaba (188.335 arrobas) e Limeira (19.638 arrobas). Limeira teve uma menor penetração do açúcar o que nos permite encará-la, em meados do século XIX, como sendo parte de uma fronteira em expansão que logo seria varrida pelo café.

Havia uma predileção na escolha dos cônjuges: o alvo – tanto masculino quanto feminino – era o pelo primo-irmão (de quarto grau) consanguíneo pelo lado paterno, que correspondia a 63,3% das escolhas¹¹⁰. Contudo, *a consangüinidade não era o fator-chave na escolha do cônjuge*, pois o distanciamento em relação às vilas de origem levava ao declínio de cônjuges do mesmo sangue no novo local de morada.

Na região então conhecida como ‘boca de sertão’ – Araraquara, Jaú, Botucatu, Brotas, Rio Claro, Limeira, entre outras – os antigos laços de solidariedade intra e inter famílias permaneciam, mas sob a forma atenuada, por imposição do aumento das distâncias físicas para com os núcleos urbanos, onde permanecera boa parte da família [...] Itu, Jundiá e Moji Mirim, centros urbanos mais antigos, apresentavam, graças a seu povoamento mais denso e proximidade dos demais núcleos paulistas, maior e mais rica oferta de cônjuges da elite (BACELLAR, 1991, p. 55).

Recorrer aos integrantes da família que haviam ficado nas vilas de origem podia significar a anulação do pressuposto da consangüinidade como norteador na escolha matrimonial. Neste momento, era o conceito de *família* que ganhava relevo. Em muitos casos, as *trocas unilaterais* – casamento de dois ou mais irmãos com duas ou mais irmãs – se tornavam freqüentes, sendo que um lado fornecia os cônjuges masculinos e o outro as mulheres¹¹¹. Corriqueiro era o casamento entre primos, medida muitas vezes forçada pelo isolamento geográfico e que proporcionava o estreitamento de uma aliança com poderosa família.

As trocas unilaterais ou bilaterais eram prática relativamente freqüente entre as famílias de elite. Eram vistas como instrumentos úteis e eficazes à consolidação de alianças, principalmente quando os lados interessados não eram relacionados por consangüinidade [...] Do correto direcionamento das opções conjugais dos jovens dependeria, em grande parte, o sucesso econômico e social dos mesmos. O casamento era por excelência um meio extremamente eficiente pra direcionar o jovem casal ao caminho do enriquecimento [...] (BACELLAR, 1991, p. 56).

Dessa forma, Joaquim Franco de Camargo, ao ver-se na carência de cônjuges masculinos na região de Limeira aptos a se unirem às suas filhas¹¹² Manoela Assis de Cássia e Clara

¹¹⁰ Bacellar (1997, p. 77 a 88), em *Os Senhores da Terra*, trata dos casamentos no Oeste Paulista, entre 1765-1855, atrelando sua análise à economia açucareira no Estado de São Paulo. Havia, na maioria dos casos, laços consanguíneos entre os cônjuges analisados. Os onze casais analisados permitem-nos algumas constatações: 44,4% dos cônjuges eram primos entre si até o sexto grau; destas uniões consanguíneas, 55,9% se tratavam de primos em quarto grau. Também eram comuns os casamentos consanguíneos entre tio e sobrinha; porém, a preferência era, quer o cônjuge fosse homem ou mulher, pelo primo-irmão (de quarto grau) consanguíneo pelo lado paterno, que correspondia a 63,3% das escolhas.

¹¹¹ Segundo Bacellar (1991, p. 55), era mesmo comum que os dois casamentos fossem tratados como uma só cerimônia, ocorrendo no mesmo dia e juntas, a fim de diminuir despesas e demonstrar melhor a união das duas famílias.

¹¹² Joaquim Franco de Camargo casou-se pela primeira vez com Maria Rosa Franco de Camargo e teve quatro filhos: Joaquim, Matilde, João e Cândida Eliza. Tendo ficado viúvo, casou-se com Maria Lourenço de Morais em 1814 tendo mais 14 filhos:

Miquelina de Cássia, não hesitou em recorrer à rede social da parentela formada pelos Franco de Camargo e os Corrêa de Lacerda.

Assim, articulação de poder também se insere no plano das relações familiares, se pensarmos que os grupos sócio-econômicos definiam estratégias para a sua sobrevivência. Alianças de casamentos e de interesses, transmissão de fortunas e exclusão de outros segmentos por valores normativos possibilitavam a manutenção do sistema dominante (SAMARA, 1991, p. 31).

Era nítido que o Alferes Franco buscava a manutenção, e um possível crescimento, de seu cabedal ao unir duas de suas filhas com integrantes da família Lacerda Guimarães. No entanto, o que levaria os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães pouco antes da metade do século XIX a se deslocarem geograficamente uma distância de 95 km, entre a vila de Jundiá à Limeira, para se casarem com suas primas Manoela e Clara Franco de Camargo?

Uma equação que tentasse explicar a dinâmica matrimonial paulista no século XIX deveria ter como variáveis: o número de herdeiros e o mercado de terras. Em uma sociedade deflagrada pela escravidão e pela inicial chegada de imigrantes europeus às lavouras paulistas – ambos com extrema dificuldade para obterem terra – a aquisição de uma propriedade era fundamental para marcar posição no rol dos proprietários.

A aquisição da terra estava intimamente ligada ao funcionamento da Frente Pioneira, que com seu avanço ia conquistando novas áreas para a grande lavoura. Havia um ponderável deslocamento espacial dos cônjuges de elite, que se moviam em função da oferta de terras nas mais diversas vilas do Oeste. O deslocamento geográfico, a aquisição de terras nos novos núcleos urbanos e a seleção do cônjuge são aspectos de toda uma estratégia de um grupo social específico, que procurou cada vez mais concentrar terra, renda e poder em suas mãos (BACELLAR, 1991, p. 59).

A trilha que levava um indivíduo à condição de grande proprietário de terras poderia ser bem tortuosa. Lavoura de subsistência, plantio de canas de partido, administração de engenho eram exemplos de atividades subsidiárias que possibilitariam a acumulação do capital necessário à formação do próprio engenho. Porém, a compra de uma propriedade açucareira ou cafeeira não era uma ação possível de ser executada por baixos investimentos.

Miguel, Maria Jacinta, Rita de Cássia, Francisca de Assis, José, Escolástica de Cássia, Bento, Joaquim (padre), Ana Joaquina, Lourenço, Clara Miquelina de Cássia, Manoela Assis de Cássia, Carolina Amélia e Cândida Marcolina. Os últimos cinco nasceram em Limeira.

Tamanho capital dificilmente seria amealhado em atividades que não fossem tão lucrativas quanto o açúcar, café ou os negócios de comissariado. Porém, uma janela se abria com a possibilidade do matrimônio e o recebimento de um dote. Tendo no escravo e nas terras os principais ativos desta economia, era comum ofertá-los. Aliás, não havia um regulamento que limitasse a dimensão do dote, mas seu valor seria em parte deduzido na quantia destinada à legítima recebida em inventário¹¹³.

Este instrumento matrimonial teria duas funções: dar um impulso inicial à vida econômica do novo casal e atrair cônjuges. O fato de não haver uma limitação ao seu tamanho dava ao dote uma condição de direcionador da riqueza acumulada, ou seja, compor o dote de um herdeiro(a) com uma grande propriedade rural conduziria este novo casal a uma posição econômica privilegiada, muitas vezes em detrimento dos outros herdeiros(as). Esta atitude visava colocar nas mãos daqueles que se mostravam mais promissores – um genro ou filho – o destino do cabedal amealhado até então, sempre na esperança de que a riqueza se mantivesse e aumentasse. Ao mesmo tempo, como afazendar-se era a pretensão nesta sociedade mercantil-escravista, o dote explica a migração matrimonial de indivíduos rumo à fronteira.

Sua composição, embora variasse de domicílio para domicílio, e de filho para filho, evidenciava uma certa riqueza que colocava esses filhos num patamar sócio-econômico muito mais próximo ao de seus pais do que ao do grosso da massa de pequenos proprietários de escravos. Instrumento dúbio, afeito aos interesses pessoais, ao mesmo tempo em que favorecia os dotados, criava condições para diferenciá-los entre si. Fornecia subsídios para que a geração mais nova conseguisse acumular fortuna, mas ao mesmo tempo era instrumento para impedir que a fortuna se pulverizasse nas mãos de vários herdeiros. Reservando um dote melhor para um filho específico, o pai estava encaminhando, antecipadamente, sua sucessão (BACELLAR, 1991, p. 67).

Foi justamente este encaminhamento econômico que ocorreu em 11 de dezembro de 1847, quando os irmãos Bento de Lacerda Guimarães e José de Lacerda Guimarães casaram-se com suas primas Manoela de Cássia Franco de Camargo e Clara Miquelina Franco de Camargo, respectivamente, filhas do alferes Joaquim Franco de Camargo – que por sua vez, era tio de seus novos genros, pois a mãe deles era Maria Franco, irmã do Alferes Franco. As motivações para os irmãos Lacerda Guimarães se embrenharem na fronteira eram nítidas. Apesar de bem

¹¹³ “Os dotes, de acordo com a legislação portuguesa, não eram restituíveis. Quando da elaboração de um inventário, efetuava-se a contabilização de somente metade do valor do dote entregue, o chamado ‘meio-dote, cujo valor era extraído das legítimas devidas a cada herdeiro’ (BACELLAR, 1991, p. 61).

estabelecidos na vila de Jundiaí, a possibilidade de se tornarem proprietários de grandes extensões de terras na fronteira os levaram a aceitarem o desafio.

Ao analisarmos o inventário de Antonio de Lacerda Guimarães, pai de Bento e José, vemos que apesar do razoável monte mor, que o situava entre os ricos na sociedade paulista de meados do século XIX, os valores recebidos por Bento e José de Lacerda Guimarães – além dos outros 3 herdeiros – referentes à legítima paterna não se mostravam alentadores: Rs. 3:131\$843. Porém, como seu inventário demonstra, em vilas como Jundiaí e Campinas, bem povoadas por volta de 1850, o mecanismo de compra e venda tornara inexistentes as terras livres (COSTA, 1997, p. 256). Como visto anteriormente, o custo da formação de um cafezal por volta de 1850 na vila de Rio Claro era, somente para adquirir e limpar a terra, a quantia de Rs. 4:350\$000 – referente ao plantio de 100 mil pés de café. Dessa forma, o fator econômico jogava papel essencial na escolha de migrar ou não rumo à fronteira¹¹⁴.

A inelasticidade relativa do fator terras, numa época de baixa produtividade do trabalho e de agricultura comercial, empurrava parte da população descendente em direção ao oeste, acompanhada de antecipações de herança em dinheiro e escravos. Os mais ricos saíam da casa paterna com um bom plantel de escravos e dinheiro. Os proprietários mais pobres, os pequenos agricultores, por exemplo, saíam com um cavalo, alguns porcos, uma vaca, e algum dinheiro. Melhor ainda se conseguissem um ou dois escravos. Em mutirão, poderiam derrubar a mata e abrir seus sítios em lugares ermos (COSTA, 1997, p. 257).

O chamado familiar se revelava uma ótima oportunidade de adentrar em uma região promissora e de ascender socialmente. Esta ascensão, em uma sociedade paulista de meados do XIX baseada na posse de terras e cativos, calcava-se no ser proprietário. Joaquim Franco de Camargo, em 1855, tio e sogro dos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães, possuía quatro propriedades rurais: duas em Rio Claro e mais duas Limeira. Dentre estas propriedades rurais constava a fazenda Montevidéo, na vila de Limeira, com 3.600 alqueires *aonde acha-se situados 2 genros com estabelecimento de café* – José de Lacerda Guimarães e Albino Alves Cardoso (REGISTRO TERRAS LIMEIRA, 1855).

¹¹⁴ Bento recebeu este valor na forma de parte nas terras, parte nos cafezais, o cativo Antonio, 14 bestas e dívidas ativas. A legítima de José se exprimiu em parte nas terras, parte nos cafezais, o escravo Estevam, a escrava Rita com filho de peito, e dívidas ativas.

De acordo com Costa (1997, p. 255), ao se casar com moça bem dotada haveria 2 opções ao novo casal “[...] desbravaria a fronteira ou assumiria a gestão e a sucessão da unidade agrária do sogro”. A hipótese do dote como atrativo sócio-econômico aos cônjuges das parentelas paulistas se mostrou eficaz na prática. Os irmãos Bento (29 anos) e José (26 anos) de Lacerda Guimarães, ao se casarem respectivamente com as irmãs Manoela e Clara – filhas do alferes Joaquim Franco de Camargo – passaram a administrar as propriedades do sogro. Repetia-se a tendência de fixar-se nas terras recebidas do sogro, mas tendo a missão de desbravar mais ao oeste e “[...] manter, zelar e, quiçá, aumentar o patrimônio de sua nova família recém constituída” (COSTA, 1997, p. 151).

A seleção que ocorrera para encontrar os cônjuges aptos a se casarem com as filhas do alferes Franco parece ter sido dirigida por este. A escolha dos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães para genros e administradores de uma grande unidade produtora de café nas terras de Limeira exemplifica como os grandes proprietários paulistas utilizavam-se discricionariamente das prerrogativas matrimoniais para salvaguardar a riqueza alcançada, mesmo que isso implicasse na cessão de propriedades inteiras aos genros recém adentrados na família. Por outro lado, as qualidades dos irmãos Lacerda Guimarães rapidamente foram reconhecidas para além da família Franco de Camargo nas terras de Limeira, pois José de Lacerda Guimarães era o Inspetor das Estradas da vila de Limeira entre 1850 e 1856, mesmo que a contragosto¹¹⁵; e seu irmão Bento fora indicado para o cargo de Major Comandante do Batalhão de Infantaria de Guardas Nacionais da vila de Limeira em 1849, cargo que não pode assumir em virtude da morte de seu pai, Antonio de Lacerda Guimarães, em 19 de fevereiro de 1850¹¹⁶ (OFÍCIOS LIMEIRA, 1842-1856).

Com a morte de Joaquim Franco de Camargo, em 29 de dezembro de 1861, os 18 beneficiários do Alferes Franco – 4 filhos do primeiro casamento e 14 do segundo – dividiram uma riqueza que alcançou a soma de Rs. 990:447\$327 composta por 182 escravos em diversas propriedades: em Limeira, o sítio do Morro Azul e o do Jardim, onde residia seu filho Miguel; o sítio onde residia o seu genro José Ferraz de Campos Júnior (casado com sua filha Maria Jacinta); e o sítio Montevideó (onde moravam seus genros José de Lacerda Guimarães e Albino

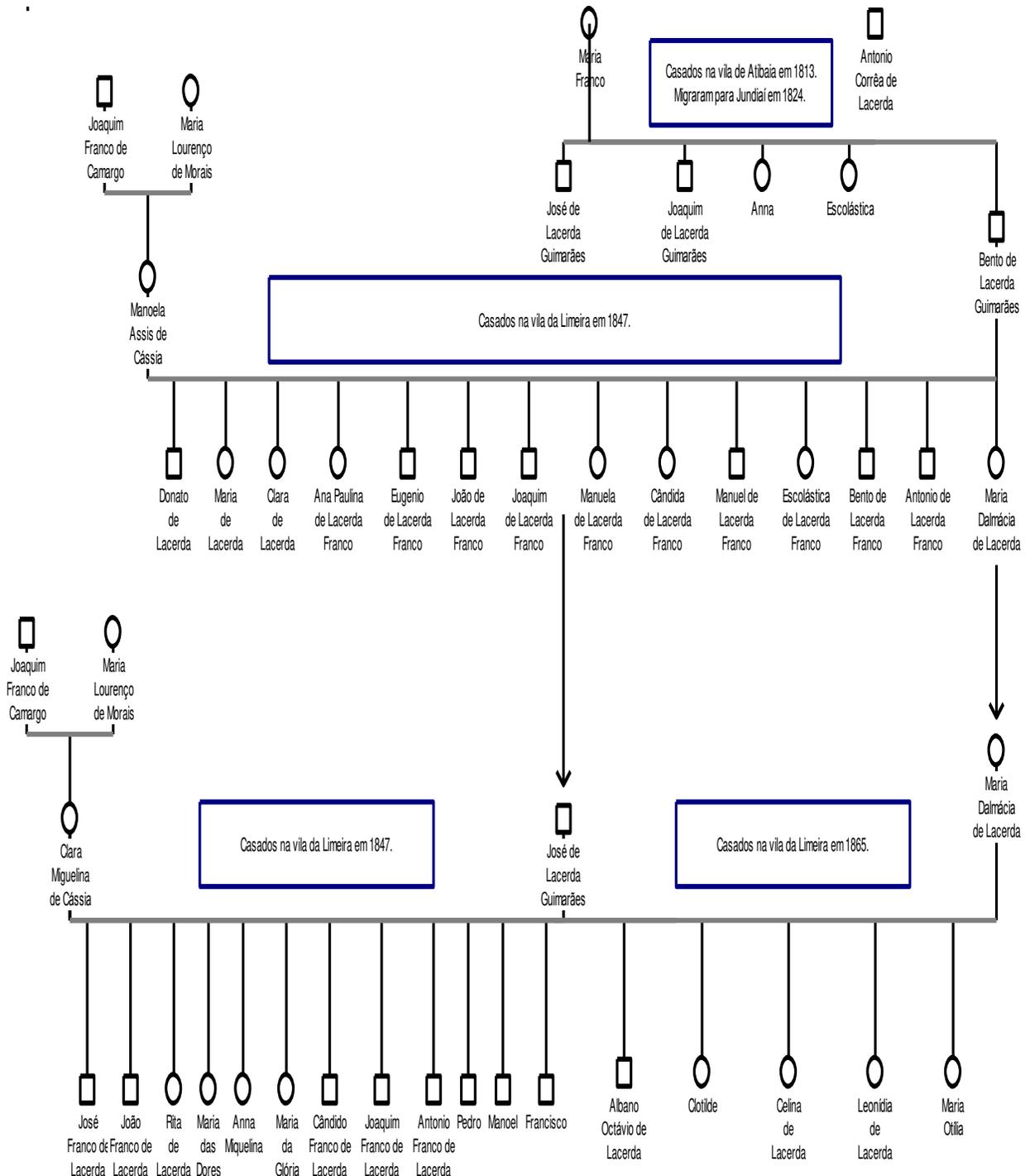
¹¹⁵ O cargo de inspetor de estradas não era remunerado e José reclamava do pouco tempo que lhe sobrava para cuidar de suas plantações.

¹¹⁶ Bento foi indicado pelo pai como seu testamenteiro e, por isso, teve que retornar temporariamente para a freguesia de Belém de Jundiá.

Alves Cardoso, casado com Carolina Amélia, filha do Alferes Franco). Das propriedades na vila de Rio Claro constava o sítio do Rumo e o sítio das Araras (cuja maior parte coube à viúva do Alferes, Maria Lourenço, e outra parte foi herdada ao seu genro Bento de Lacerda Guimarães) além de um plantel de 182 cativos (CRESSONI, 2007, p. 45; MATTHIESEN, 2010, p. 25).

Ao se dar a partilha do espólio do Alferes Franco no ano de 1862, encerrava-se um ciclo, ao mesmo tempo em que se iniciava uma nova etapa na vida dos irmãos Lacerda Guimarães. Na segunda metade do século XIX, o Brasil se deparava com a inviabilidade no longo prazo da utilização da mão-de-obra escrava, aliada às medidas para introdução de relações capitalistas de trabalho, personificadas pelos incentivos à vinda de imigrantes. O apogeu cafeeiro seria atingido nesse cenário e uma nova elite política e econômica surgiria dos cafezais do Oeste Paulista. Aos irmãos Lacerda Guimarães, que na vila de Limeira iniciaram uma escalada sócio-econômica sob os olhares do sogro, com a morte dele, era chegada a hora de serem protagonistas das ações político-econômicas no Oeste Paulista.

Quadro 2: GENEALOGIA DOS FRANCO DE CAMARGO-LACERDA GUIMARÃES E A CONSOLIDAÇÃO DA FAMÍLIA LACERDA FRANCO: casamento de Antonio Corrêa de Lacerda/Lacerda Guimarães com Maria Franco e o casamento dos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães com suas primas Manoela de Cássia e Clara Miquelina de Franco de Camargo



5 – CAFÉ, FAMÍLIA E NEGÓCIOS: A ASCENSÃO DOS LACERDA FRANCO NO COMPLEXO CAFEIEIRO PAULISTA

5.1 – O Brasil e o mundo na metade do XIX

O mundo de meados do século XIX era o resultado do período da Revolução Dual – Industrial e Francesa – que entre 1780 e 1840 lançara as bases econômicas e políticas do capitalismo e do liberalismo. Um dos avanços atingidos pelas mudanças do período foi a criação de um mercado mundial, unindo regiões que, muitas vezes, não eram distantes geograficamente, mas que, em virtude das dificuldades de comunicação, tornavam-se quase que universos paralelos.

Na bibliografia, os parâmetros deste processo são, na maioria, as estatísticas do comércio britânico. Afinal, o *imperialismo de livre comércio britânico* se deu com a materialização de uma indústria de bens de capital pujante, de uma praça financeira de alcance mundial e de um poderio bélico – sobretudo nos mares - que não deixava dúvidas sobre a hegemonia política e econômica da Grã-Bretanha na maior parte do século XIX (ARRIGHI, 1996, p. 164 e 165).

O fortalecimento do mercado mundial era desejo da indústria britânica desde o início da década de 1840, tempo em que ficava nítido que o mercado interno inglês não seria capaz de absorver toda a produção de suas máquinas – sobretudo têxteis. Era a fase de *expansão material* da economia inglesa em período inflacionário¹¹⁷ do mundo que foi de 1850 até 1873 – com término das Revoluções Liberais na Europa de 1848, passando pelas descobertas de jazidas de ouro e prata nos Estados Unidos, Chile e Austrália e, findando com a Grande Depressão econômica de 1873 (ARRIGHI, 1996, p. 164).

Com um Império de extensão planetária, que incluía possessões da América à Ásia, era claro o apelo dos ingleses aos cânones do livre comércio. Podendo se valer de várias fontes de

¹¹⁷ Landes (1994, p. 241), acerca das tendências longas da economia na era industrial, afirma que há quase que um consenso sobre a periodização: 1790-1817 (inflação); 1817-50 (deflação); 1850-73 (inflação); 1873-96 (deflação); e 1896-1914 (inflação).

matérias-primas para suas modernas indústrias, a Inglaterra lucrava no capitalismo global em formação inundando o mundo com seus vastos e baratos produtos. Se, aliarmos a isto o fato de grande parte dos governos financiarem suas dívidas e até mesmo suas industrializações com o capital inglês, que buscava oportunidades de investimento no exterior, forma-se uma relação de dependência das outras Nações em relação à Inglaterra que fomentou seu imperialismo de livre comércio.

Pois a economia capitalista mundial, tal como reconstituída sob a hegemonia britânica no século XIX, tanto foi um “império mundial” quanto uma “economia mundial” – um tipo inteiramente novo de império mundial, sem dúvida, mas, ainda assim, um império mundial. O traço mais importante e inédito desse império mundial *sui generis* foi a ampla utilização que seus grupos dirigentes fizeram de um controle quase monopolista dos meios de pagamento universalmente aceito (a “moeda mundial”) para garantir a anuência a suas ordens, não apenas em seus domínios largamente dispersos, mas também por parte dos soberanos e súditos de outros domínios políticos (ARRIGHI, 1996, p. 58).

Entretanto, tamanha integração que propiciou à Grã-Bretanha e aos demais países ampliarem suas redes comerciais em escala global deve-se a alguns inventos que revolucionaram os meios de transportes e as comunicações: ferrovias¹¹⁸, navios a vapor e telégrafos. Havia uma relação de complementaridade entre locomotivas e a navegação: os trens levavam a produção do interior dos países até os portos, donde eram exportados pelos navios ao resto do mundo. Por sua vez, a instalação de cabos telegráficos submarinos fez com que a abrangência das notícias alcançasse um âmbito mundial (HOBSBAWM, 2004, p. 91 a 95).

A economia podia realmente ganhar a alcunha de global. Enquanto no ano de 1848, as exportações da Inglaterra para os mercados da América Central e do Sul fora de 6 milhões libras; em 1872, elas foram de 25 milhões de libras. No cômputo geral, entre 1840 e 1875, o valor do comércio entre britânicos e as regiões mais atrasadas ou remotas do mundo multiplicara-se por seis¹¹⁹. A evolução econômica dos anos 1850-1873 representava o expansionismo da Revolução Industrial Inglesa pelos países da Europa Continental – França, Alemanha e Bélgica – que cresceram entre 5% e 10% ao ano, nas áreas de: extensão das ferrovias, consumo ou produção de

¹¹⁸ As ferrovias substituíram os têxteis como marcadores do ritmo industrial, pelas suas relações com a cadeia produtiva do ferro e o carvão, e por ter dinamizado os transportes das mercadorias e das pessoas (HOBSBAWM, 2004, p. 68 e 69).

¹¹⁹ Para Hobsbawm (2004, p. 82), as áreas atrasadas ou mais remotas seriam: Turquia e Oriente Médio; América Central e do Sul; Índia; e Australásia.

carvão mineral, capacidade instalada de geração de energia a vapor, fabricação de ferro-gusa e consumo de algodão cru (LANDES, 1994, p. 201).

Estes futuros concorrentes dos ingleses pelas oportunidades no mercado mundial – que, em termos de conquistas territoriais, redundaria no *Neocolonialismo* que dividiu o continente africano entre as nações mais desenvolvidas do mundo na segunda metade do XIX – tinham a companhia de uma pujante ex-colônia britânica: os Estados Unidos. Os norte-americanos, em que pese o extremado conflito pela sua Independência em 1776 e 1783, nas décadas iniciais do século XIX também se valeram dos capitais ingleses que migravam pelo mundo e que na ex-colônia assumiam a forma de empréstimos oficiais aos Estados. Os capitais ingleses buscavam ações e títulos de companhias ferroviárias americanas vendidos em Londres coexistindo estes investimentos com o financiamento proporcionado pelos fabricantes de material ferroviário britânicos às companhias norte-americanas (OLIVEIRA, 2003, p. 224)¹²⁰.

Recorrer ao capital inglês não era exclusividade dos Estados Unidos. O Brasil, desde sua Independência em 1822, tinha consciência do quão importante era encontrar a porta dos Rothschild¹²¹ sempre aberta. Durante todo o período Imperial, o país contraiu 17 empréstimos, quase todos negociados com a Casa Rothschild. Aliás, já em 1824, o Brasil buscou auxílio dos capitais britânicos contraindo em Londres um empréstimo de 3 milhões de libras, sendo 2 milhões concedidos pela Casa Rothschild em 1825. Este empréstimo teve como uma de suas motivações o acordo firmado com Portugal no momento de nossa Independência no qual o Brasil se comprometia a pagar uma dívida que os portugueses contraíram no valor de 1 milhão e 400 mil libras, sendo que o Império recebeu 2.999.940 libras e constituiu-se como devedor de 3.686.200 libras (PINTO FERREIRA, 1965, p. 94 e 95).

¹²⁰ Ao mostrar a importância do capital inglês no início da industrialização dos Estados Unidos, de forma alguma queremos negligenciar o papel que o mercado interno e os bancos norte-americanos tiveram neste processo. Pensamos que a associação indústria-banco no processo de desenvolvimento do capitalismo norte-americano se deu, sobretudo, a partir da década de 1870, após a Guerra de Secessão e com a consolidação do mercado leste-oeste.

¹²¹ Os Rothschild participaram dos negócios mais dinâmicos da época, em especial a indústria têxtil, que florescia em plena Revolução Industrial. O comércio do algodão oriundo da América do Norte para as tecelagens na Grã-Bretanha permitiu que a Casa Rothschild criasse vínculos, através do Atlântico, com a florescente economia estadunidense. Os Rothschilds fizeram grande parte de sua fortuna no fim das guerras napoleônicas, quando tiveram conhecimento da vitória da Inglaterra e lançaram um rumor no mercado que Napoleão ganhara a guerra. Assim, a bolsa caiu quase a zero, e os Rothschild praticamente compraram a economia inteira da Inglaterra. Quando a verdade veio à tona, os Rothschild emergiram como a família mais rica da Europa. Para acompanhar a trajetória dos Rothschild ver LANDES, David (2007). *Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais*.

As idas do Brasil ao *banco do mundo*, como era conhecida a Inglaterra e sua função de prestador de última instância, não iriam diminuir com o passar das décadas. Entretanto, o empréstimo financeiro não se limitava a ser uma operação de natureza econômica. O elemento fiduciário tinha grande relevância no momento de dizer sim, ou negar o pedido de outrem. O jogo financeiro inglês do século XIX tinha uma regra principal: o *padrão ouro-libra*. De forma simplificada, e se valendo do *ceteris paribus*, ao exportar um produto, o agente exportador recebia um pagamento em ouro, que ele deveria levar à casa da moeda para ser cunhado. Por sua vez, quando um importador comprava produtos no exterior, ele deveria pagá-los exportando ouro. Neste modelo, déficits comerciais acarretavam uma perda de ouro que seria corrigida por uma deflação no mercado interno e uma inflação no externo, que estimularia as exportações do país deficitário e, conseqüentemente, a entrada do ouro recebido como pagamento das vendas ao mercado externo, até findar o desequilíbrio comercial (EICHENGREEN, 2000, p. 51).

A consolidação do padrão ouro-libra no mercado financeiro mundial se daria no último quartel do século XIX, quando foi adotado pelas maiores potências imperialistas e o engajamento de seus respectivos bancos centrais pela estabilidade cambial e a conversibilidade de suas moedas em ouro. Era natural que estes países aceitassem a regra adotada pelos ingleses nos fluxos comerciais, pois a Inglaterra era maior potência econômica mundial, comprando produtos de todas as partes do globo que, por sua vez, importavam capitais ingleses (EICHENGREEN, 2000, p. 42).

Entretanto, o que levou o Brasil a ser um dos primeiros países a adotar o padrão ouro-libra, em 11 de setembro de 1846? O império brasileiro era calcado em uma *economia mercantil-escravista cafeeira nacional* na metade do século XIX que tinha como elementos fundamentais: a manutenção do trabalho escravo e sua exploração nas propriedades fundiárias; uma fronteira agrícola aberta que, ao mesmo tempo inibia um mercado de trabalho assalariado e fomentava a formação de grandes propriedades rurais; um produto em expansão no mercado mundial (café); e um setor mercantil nacional que financiava a produção, resumido na figura do comissário (MELLO, 2009, p. 48 e 49).

Tabela 22: Rendas alfandegárias e o total da receita do Brasil (1830-1850)

Anos	% das rendas alfandegárias cobradas no Rio de Janeiro sobre o total do Brasil	% do total da rendas alfandegárias sobre o total da receita
1840/1841	58	84
1841/1842	60	82
1842/1843	56	80
1843/1844	54	79
1844/1845	50	78
1845/1846	51	80
1846/1847	49	78
1847/1848	49	78
1848/1849	54	79
1849/1850	49	81
1850/1851	50	82

Fonte: CAVALCANTI, Amaro (1900). *Resenha Financeira do ex-Império em 1889*. Rio de Janeiro, p. 330 *apud* BETHELL (2001, p. 745).

Tabela 23: Direitos de Importação e Exportação na Receita Geral do Império (1845-1855) – em réis

ANO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1845	12.820:969\$061	4.129:897\$754
1846	13.334:139\$127	3.906:103\$107
1847	11.515:041\$127	4.118:805\$434
1848	15.455:014\$299	3.834:369\$966
1849	17.429:436\$256	3.815:941\$825
1850	20.506:637\$454	4.718:941\$123
1851	24.840:292\$032	4.538:306\$709
1852	24.758:150\$637	4.982:343\$536
1853	23.527:067\$603	3.833:442\$512
1854	23.687:616\$134	4.476:455\$104
1855	25.485:031\$773	4.662:445\$594

Fonte: Granziera (1979, p. 157).

Em uma nação tipicamente agrícola do século XIX, como era o Brasil, a economia estava atrelada aos sabores e dissabores da demanda externa pelo gênero comercializado¹²². Em nosso caso, o café apresentava três características que poderiam afetar o valor de suas vendas no mercado internacional: o tempo de quatro anos que leva a maturação do cafeeiro; a demanda dos

¹²² Entre 1841-1850, os principais produtos da pauta de exportação do Brasil foram: café (41%), açúcar (27%), couros (9%), algodão (7%) e outros produtos (16%) (SINGER, 2006, p. 387).

mercados consumidores europeus por um gênero de sobremesa que não compunha a cesta básica de alimentos; e possíveis catástrofes naturais (MELLO, 2009, p. 54). Estes fatores davam um caráter oscilatório aos preços do café, uma vez que, aumentos nos preços internacionais levavam não só intensificação da produção brasileira, mas também de seus concorrentes, o que inexoravelmente conduzia às enormes safras e, conseqüentemente, à baixa das cotações – pois a demanda pelo café não acompanhava a produção. O ciclo de preços somente voltava a uma tendência ascendente através de rearranjos produtivos, ou seja, os preços em queda retiravam alguns produtores do mercado e, além disso, serviam como barreira à entrada de novos concorrentes; outra hipótese seria desastres naturais – como as geadas e as secas – nas plantações que diminuiriam as safras e, por conseguinte, levariam à alta dos preços. E, com preços em alta, o ciclo mais uma vez se daria, tendo sido três grandes ciclos de preços do café na segunda metade do XIX: 1857-1868, 1869-1885; e 1886-1906 (DELFIM NETTO, 2009, p. 28).

Por tudo isso, de forma alguma se coloca em questão as crescentes exportações do café brasileiro ao longo do século XIX. O que se busca é realçar a componente de instabilidade presente nesta economia mercantil-escravista. Esta instabilidade refletia-se, por exemplo, na taxa de câmbio, pois na época da safra ocorria um aumento que, passado este período, desvanecia-se, o que se articulava em um jogo manipulado pelos bancos e suas tentativas de privilegiar seus correntistas, os comissários.

As tarifas, concebidas como parcela do valor importado, calculado segundo o câmbio oficial (27 pence por mil réis), eram fixas. Essa característica permitia, então, ao importador, adquirir o papel-moeda, com o qual pagaria as tarifas, quando o câmbio estivesse em baixa, e recolher imediatamente os direitos. Com a subida do câmbio no mercado recuperava-se o poder de compra da moeda brasileira, e as importações, já com os respectivos direitos recolhidos, efetuavam-se com ganhos. Abria-se, assim, aos importadores, vasto campo especulativo, pois, podiam ganhar, com a baixa, pelo menor dispêndio real no pagamento de tarifas, e, com a alta, pela recuperação das cambiais com menor quantidade de moeda brasileira (GRANZIERA, 1979, p. 39).

A instabilidade da taxa cambial, apesar de favorecer alguns grupos dentro da sociedade brasileira – como os importadores – causava, a outros, verdadeira ojeriza. À massa urbana, por exemplo, uma queda cambial se expressaria no aumento de seu custo de vida, pois grande parte dos víveres e manufaturas era importada. Acrescenta-se a esta instabilidade interna

sua face externa: crises econômicas internacionais poderiam arrastar nossa economia ao desequilíbrio, afinal, dependíamos da demanda externa pelas nossas commodities.

Neste cenário, contar com os capitais de um prestador de última instância era uma válvula de escape aos momentos agonizantes da economia nacional. O Banco da Inglaterra tinha essa função, assessorado em boa parte pelas grandes casas bancárias inglesas: Baring e Rothschild. Estas grandes casas bancárias inglesas solucionavam a escassez de capitais em países como o Brasil, com um sistema bancário em formação e concentrado, sobretudo, na praça do Rio de Janeiro na metade do XIX.

Os sistemas bancários na periferia eram frágeis e vulneráveis a perturbações que poderiam fazer desmoronar os arranjos financeiros tanto externos como domésticos de um país, especialmente em vista da inexistência de um prestador de última instância. Uma perda de ouro e de reservas resultava em uma correspondente diminuição nos meios de pagamento, uma vez que não havia um banco central capaz de esterilizar as saídas de metal do país ou mesmo um mercado de bônus ou de descontos onde se pudessem colocar em prática operações de esterilização (EICHENGREEN, 2000, p. 68).

A confiança movia o padrão ouro-libra. Confiança em que os ingleses manteriam a paridade da libra com o ouro. Confiança nos benéficos efeitos dos investimentos de capitais ingleses ao redor do mundo. Ademais, confiança na solidariedade inglesa nos momentos de abalos financeiros em escala global. O Brasil não era diferente e a manutenção de vínculos com os capitais britânicos se dava, desde nossas origens em 1822, através do serviço da dívida externa.

Tabela 24: Dívida Externa no Império (1824-1889) – em cruzeiros-ouro¹²³

Decênios	Saldo médio em circulação das dívidas externas em ouro
1824-1829	16.326.500,00
1830-1839	19.466.300,00
1840-1849	38.834.900,00
1850-1859	51.309.100,00
1860-1869	91.570.600,00
1870-1879	144.759.400,00
1880-1889	180.829.900,00

Fonte: Pinto Ferreira (1965, p. 45).

Rui Granziera (1979, p. 34) é taxativo ao dizer que “*O serviço externo da dívida contraída nunca chegou a parcelas significativas do volume das exportações, tanto até 1850, quanto nos 20 anos posteriores. Até 1850 ele chega a ser mesmo irrisório [...]*”. Contudo, não é no volume da dívida que focamos, mas na busca constante dos capitais externos que dá um caráter perene à dívida externa brasileira no Império.

O compromisso assumido pelo Brasil em 1846, a adesão ao padrão ouro-libra, se de todo não explica a relação entre capitais ingleses e a economia nacional, ao menos embasa a hipótese da confiança britânica na manutenção da paridade da moeda nacional – 27 pence a cada um mil réis (Rs. 1\$000) – e na solvência dos empréstimos brasileiros. De nosso lado, a necessidade de se inserir nos ditames da economia internacional era fundamental, pois dependíamos dos fluxos de capitais externos para viabilizarmos nossas exportações (NOZAKI, 2009, p. 12).

Objetivamente, foram três os efeitos de nossa adesão precoce ao padrão ouro-libra: 1) o Brasil passou a ser destino dos capitais externos que financiaram boa parte de nossa infraestrutura; 2) fomentou uma atividade especulativa que resultou na criação de várias sociedades anônimas (como ferrovias e companhias de navegação); 3) deu o impulso à formação de um

¹²³ A unidade de medida utilizada foi a mesma da fonte, neste caso, o cruzeiro-ouro. Pensamos não invalidar a análise, afinal, o que se busca é ver que a dívida teve um aumento, indicando os constantes empréstimos tomados no exterior, independentemente de o volume desse aumento ter sido maior, por exemplo, em mil-réis.

sistema bancário, mesmo que concentrado na praça carioca e com foco na emissão de notas bancárias sem lastro (ALMEIDA, 2010, p. 20).

As decorrências acima podem ser tidas como benéficas. Todavia, estar enredado na teia de relações econômicas internacionais do padrão ouro-libra também imputava alguns efeitos colaterais, em caso de crises no sistema.

Mas, mesmo no plano internacional de negócios, a unificação não era uma vantagem indiscutível. Afinal, ela criava uma economia mundial onde todas as partes eram de tal modo dependentes umas das outras que um empurrão numa delas ameaçava inevitavelmente pôr todas as outras em movimento. Disto era ilustração clássica a crise internacional (HOBSBAWM, 2004, p. 103).

O padrão ouro-libra tinha como um de seus pressupostos a confiança nas atitudes de governos e bancos centrais em relação à paridade de suas moedas nacionais. Declínios na confiabilidade das práticas bancárias poderiam afetar os correntistas destes bancos, na medida em que desconfiassem que a instituição financeira não seria capaz de fornecer lastro ao meio circulante, ou seja, que os bancos, ao lidar com os capitais de vários depositantes, conservasse apenas parte deles em caixa. Se, impulsionados pela desconfiança, os depositantes corresse aos bancos para resgatar seus depósitos provavelmente haveria uma crise de liquidez (EICHENGREEN, 2000, p. 64).

O estopim destas crises geralmente vinha da economia real. Todo o arcabouço institucional do padrão ouro-libra talvez não fosse viável sem as descobertas de jazidas auríferas na Califórnia e na Austrália a partir de 1849-1850. No caso norte-americano, a localização do ouro induziu ao desbravamento e colonização de sua costa oeste, cabendo ao colonizador superar barreiras geográficas e humanas – como os índios cherokees – para atingir o local de seu possível eldorado na América.

A construção de toda uma infra-estrutura que articulasse o território dos Estados Unidos era algo premente, sobretudo as ferrovias. Grande parte desta infra-estrutura se fez a base de importações de bens de capital, o que resultou na diminuição das reservas norte-americanas de ouro, fragilizando o sistema financeiro dos Estados Unidos. Toda esta fragilidade financeira teve seu *tipping point* em agosto de 1857, com a falência da Ohio Life Insurance & Trust Company, casa bancária baseada em Ohio e com filial em Nova York, que trabalhava com hipotecas e tinha

ligações com diversos bancos, além de ativos superiores a 5 milhões de dólares investidos em ferrovias (ALMEIDA, 2010, p. 6 a 10). A quebra desta casa bancária gerou o pânico de 1857, uma vez que os bancos que com ela tinham negócios estavam à mercê dos efeitos da falência, e redundou na provável primeira crise econômica mundial do tipo moderno, com fortes repercussões fora dos Estados Unidos, como no caso da Europa (145 casas bancárias quebraram) e América do Sul (HOBBSAWM, 2001, p. 104).

No Brasil, a crise econômica de 1857 foi sentida através da exigência dos credores europeus e norte-americanos, reflexo de seus compromissos assumidos nos países de origem, para que os devedores brasileiros saldassem seus débitos imediatamente, o que implicou no escoamento do estoque nacional de ouro. Este cenário se agravou devido à queda dos preços internacionais das commodities, pois menos ouro entrava em nosso mercado e saldar nossas dívidas com mercadorias não era suficiente devido às menores cotações (CALÓGERAS, 1960, p. 110 e 111).

A drenagem de nosso ouro para pagar credores externos implicava na desvalorização cambial, efeito que ia de encontro aos ditames do padrão ouro-libra. A atitude dos gabinetes conservadores – Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) em 1857) com seu ministro da Economia Bernardo de Souza Franco e, em 1858 Antonio Paulino Limpo de Abreu (Visconde Abaeté), que teve como ministro da Economia a figura de Salles Torres Homem – era conter a desvalorização cambial, impedir a fuga de capitais e a conseqüente desmonetização da economia nacional, dentro de um princípio metalista. Para tanto, um dos expedientes foi a tomada de empréstimos externos, sendo que o Banco do Brasil levantou junto aos Rothschild a quantia de 600.000 libras, o típico prestador de última instância. Além deste, ainda em 1858, o Brasil recorreu mais uma vez aos Rothschild com vista ao prosseguimento das obras da ferrovia D. Pedro II, tomando um empréstimo no valor de £ 1,4 milhão (ALMEIDA, 2010, p. 13 e 15).

Apesar de todo o capital externo mobilizado, a crise de 1857 deixou como resultado no Brasil a falência de 139 companhias e um prejuízo estimado em 20 mil contos de réis, mas de modo geral não se registrou a quebra de bancos¹²⁴. Porém, a crise serviu para demonstrar que o

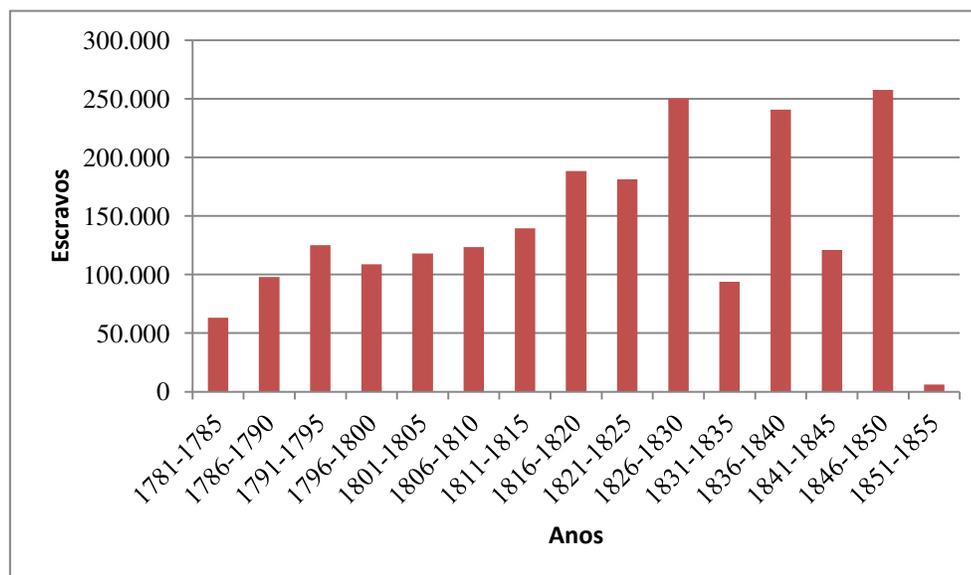
¹²⁴ Os bancos privados, em vista da desconfiança sobre as finanças públicas do Império e dos bancos a ele ligados, saíram fortalecidos da crise de 1857 como alternativas na concessão de crédito aos agentes privados. Dentre estes bancos estava o Mauá, McGregor & Cia. e A. J. Alves Souto & Cia., a casa que desencadearia a crise bancária de 1864 (ALMEIDA, 2010, p. 9).

mecanismo de apoio do padrão ouro-libra se fez presente nos momentos de aflição das finanças brasileiras. Os capitais ingleses socorreram o erário imperial prontamente. Todavia, na metade do século XIX nem todas as arestas entre Brasil e Inglaterra estavam aparadas, afinal, ao capitalismo concorrencial inglês a busca pelos mercados externos era inerente. Mas, como fazê-lo em uma nação com grande parte de seu povo alijado do mercado consumidor?

5.2 - Fim do tráfico negreiro e os dilemas da economia nacional: as respostas ao problema da mão-de-obra e a consolidação do café em São Paulo

O Brasil do século XIX viveu um dilema que se iniciou em 1831, no período Regencial, quando o governo decretou lei em novembro daquele ano que declarava livres todos os cativos importados da África dali em diante. A alcunha de lei para inglês ver se deveu às imposições da Inglaterra que redundaram nesta lei, imposições contra o tráfico de cativos africanos atreladas ao reconhecimento do Brasil como nação independente, e, sobretudo, à pouca eficácia que a lei na contenção dos negócios escravistas no Atlântico Sul (GRAHAM, 2004, p. 168).

Gráfico 11: Desembarque estimado de africanos no Brasil, 1781-1855



Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 223.

Com o número total de negros trazidos da África para o Brasil, entre 1781 e 1785, estimado em 2.113.900 cativos, compreende-se que pelo ângulo do fornecimento de mão-de-obra, a economia brasileira da primeira metade do XIX baseou-se nos braços africanos. Com tamanha dependência em relação ao comércio africano, julgamos que qualquer debate acerca da limitação e ou restrição total do tráfico de escravos haveria de ser das mais polêmicas por envolver a maioria dos detentores de poder na economia mercantil-escravista – cafeicultores, senhores de engenho, comerciantes, traficantes de escravos dentre outros. Dessa forma, qualquer explicação acerca dos determinantes que conduziram à Lei Eusébio de Queiroz, decretada pelo Império brasileiro em setembro de 1850 e que significou o fim do tráfico de escravos africanos, há de se fundamentar nas razões externas e internas, ou seja, as pressões inglesas e as motivações dos líderes político-econômicos brasileiros da metade do século XIX.

As razões britânicas para insistir no fim do tráfico de africanos ao Brasil são controversas. Evitar o domínio brasileiro sobre o território africano e promover a liberdade de um povo são apenas dois motivos levantados pelos que se debruçaram sobre este tema (RODRIGUES, 2009, p. 101). Nosso foco neste momento prefere recair sobre a conjuntura interna favorável e nas motivações ao fim da escravidão por volta de 1850.

Entre essas motivações encontravam-se: a maior coesão de parcelas da elite política; o esgotamento do projeto de construção do mercado de mão-de-obra, baseado exclusivamente no escravo como alicerce da produção; o vínculo estreito entre “corrupção dos costumes” e escravidão; a manutenção do direito sobre a propriedade existente; a pressão inglesa e a necessidade de garantir a soberania perante ela (RODRIGUES, 2009, p. 120).

Por volta de 1850, os partidos políticos do Império, resultantes do atribulado período regencial, da Maioridade e das revoltas separatistas provinciais, ganharam os contornos que se tornaram sinônimos da política imperial: a divisão entre conservadores e liberais. Do ponto de vista ideológico, o partido conservador defendia a centralização, era refratário às reformas, apoiava o Conselho de Estado, o poder moderador sem a tutela dos ministros e onipresença do Imperador. Por sua vez, os liberais, muitas vezes em contradição ao governo, eram partidários da descentralização, do senado eletivo, da soberania popular e favorável ao fim do poder moderador (FAORO, 2000, p. 365).

Os integrantes de cada partido também apresentavam diferenciações quanto às respectivas origens, considerando que os dois partidos tinham em sua composição grande presença de proprietários de terra. No campo conservador havia uma coalizão de burocratas – grandes apoiadores do poder central – e proprietários rurais oriundos de regiões exportadoras e de colonização pretérita, a exemplo de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, coalizão que apregoava a política nacional e a estabilidade do sistema político imperial. Por sua vez, os liberais se compunham de profissionais liberais – padres, advogados e alguns industriais – proprietários rurais de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul (CARVALHO, 2007, p. 213)¹²⁵.

A dicotomia política representada por conservadores e liberais não deve ocultar a dominância exercida pelos primeiros no quadro político nacional. Entre os anos 1840-1889, do total 36 ministérios, 15 foram liberais e 14 conservadores, sendo 6 com membros do partido progressista e 1 do gabinete de conciliação. Todavia, os ministérios conservadores duraram 26 anos, enquanto os liberais somente 13 anos e 4 meses, no cômputo destes 49 anos de II Reinado (CARVALHO, 2007, p. 210). A cumplicidade de interesses entre D. Pedro II e os conservadores, colocado no ideário do partido, logicamente contribuía para um poder discricionário do monarca

¹²⁵ No partido conservador destacaram-se os nomes de Vasconcellos, Olinda, Paraná, Paulino de Sousa, Rodrigues Torres, Eusébio de Queiroz, Visconde do Rio Branco, Cotegipe, Caxias e João Alfredo. Do lado liberal, situavam-se as figuras de Antonio Carlos, Manuel Alves Branco, Holanda Cavalcanti, Teófilo Otoni, Zacarias, Nabuco de Araújo, Martinho Campos, Sinimbu, Saraiva, Souza Franco, Silveira Martins, Dantas, Ouro Preto e Rui Barbosa (FAORO, 2000, p. 386).

que permitia a ele galgar ao cargo de presidente do Conselho de Ministros os de sua preferência dentre uma lista de nomes apresentada ao imperador pelo partido que obteve maioria nas urnas, sendo que lhe era permitido até mesmo ignorar as urnas, retirar o partido vencedor e conduzir ao governo os membros do partido perdedor, dissolvendo a Câmara se esta se mostrar contrária às medidas do monarca. Em síntese, diz Faoro (2000, p. 392) o que é um “Povo dominado pelos políticos e políticos tutelados pelo imperador, que os afeiçoa a um quadro institucionalizado – esta a essência do mecanismo”.

A preponderância política dos conservadores frente aos liberais se deu, sobretudo, em função dos elementos constituintes da seara conservadora. Sendo a Receita imperial apoiada na taxação das importações e, considerando que a demanda por importados estava atrelada aos capitais gerados na economia nacional – que era mercantil-escravista e exportadora – conclui-se que o fato das exportações de café, no período 1841-1850, responderem por 41% do total exportado impunha um poder econômico considerável aos representantes dos negócios cafeeiros. Dessa forma, a ascensão das exportações brasileiras de café, a partir da década de 1830, e o aumento da participação da rubiácea na pauta de exportações do Império abriam espaço a um reordenamento político, concentrando poderes nas mãos dos políticos da corte, pois o Rio de Janeiro (Vale do Paraíba) concentrava as lavouras cafeeiras do Brasil. Ocorreu então, o deslocamento do eixo econômico do norte para o sul e o fortalecimento dos elementos ligados à produção e comércio cafeeiro fluminense, denominados de *saquaremas* (FAORO, 2000, p. 369-372)¹²⁶.

A viabilização da lei que extinguiu o tráfico de escravos em 1850 deveria passar pela mediação dos líderes políticos nacionais e do próprio D. Pedro II. Indo além da explicação do fim do tráfico como resposta às pressões às inglesas, consideramos que na metade do século XIX amadurecera as alternativas ao fornecimento de cativos oriundos da África. Segundo José Murilo de Carvalho (2007, p. 257) “O ano de 1850 pode ser considerado marco entre duas fases de implantação do Estado Nacional”, pois àquela altura o governo imperial encarou dois problemas que atravancavam o desenvolvimento nacional: o tráfico de escravos africanos e problema da

¹²⁶ O termo Saquarema passou a ser utilizado de forma mais freqüente a partir de 1845, para designar os chefes conservadores daquela localidade (situada na então província do Rio de Janeiro). Apesar disso, o termo foi estendido a outros conservadores. Para melhor compreensão dos saquaremas e de suas diferenças em relação aos luzias (liberais) ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: formação do estado imperial*. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

imigração aliado à questão fundiária. O fim do tráfico demandou medidas governamentais que solucionassem questões até então obscurecidas, como a substituição dos escravos na lavoura nacional e uma legislação que viesse a fomentar e regular toda a massa de capital que até 1850 ficara imobilizada na aquisição de mão-de-obra escrava, o que se materializou no Código Comercial de 1850¹²⁷.

O tratamento da questão fundiária se deu com Lei de Terras de 1850, um instrumento que teve que lidar com dois problemas: a substituição do escravo pela terra como ativo econômico e a imigração como solução à mão-de-obra. Com a extinção do tráfico em 1850, a idéia de que o fim da escravidão se aproximava era cada vez mais nítida, tornando o gradualismo uma característica do processo nacional de abolição da escravatura. A Lei de Terras, que foi regulamentada em 1854, impedia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não o de sua compra e, ao mesmo tempo, determinou que sesmarias, e outras concessões de terras, seriam revalidadas com a condição de estivessem cultivadas. Entretanto, aos escravos o acesso a terra se fazia dos mais complicados, pois boa parte de seu dinheiro ainda era gasta com os trâmites da alforria. Em substituição ao negro africano se colocava o imigrante europeu, sobretudo os de baixa instrução e com poucos capitais, preferidos pelos proprietários rurais brasileiros em virtude das dificuldades que estes imigrantes encontrariam para comprar terras junto às companhias de colonização, sendo que, antes da promulgação da Lei de Terras, estas eram cedidas gratuitamente aos colonos que nela se instalavam (SILVA, 1996, p. 124 a 192).

A implementação da Lei de Terras de 1850 passava pela dissociação entre terras privadas e públicas. Para tanto, o governo imperial tentou efetuar uma política de demarcação de terras que não obteve sucesso do Estado, levando o Império a mudar de foco, ou seja, priorizar a demarcação das terras devolutas, preferencialmente àquelas que não estivessem no emaranhado de disputas territoriais. O fracasso da demarcação de terras particulares teve como uma de suas causas os óbices levantados pelos proprietários rurais, estes preocupados com a constante incorporação de novas terras – uma das exigências à cultura cafeeira (SILVA, 1996, p. 124 a 192).

¹²⁷ Sérgio Buarque de Holanda (1995) mostrou que, logo após a extinção do tráfico negreiro, os capitais antes imobilizados em cativos provocaram a formação de empresas na capital do Império, citando, entre estas, várias casas bancárias.

Na província de São Paulo, o Registro Paroquial de Terras, em que pese não ter servido como instrumento eficaz na demarcação fundiária, permite-nos ter um quadro dos proprietários agrícolas das vilas paulistas no ano de 1854-1855. Através desta fonte descobrimos que Joaquim Franco de Camargo possuía na vila de Rio Claro a fazenda das Araras (1.012,5 alqueires com estabelecimento de cana de açúcar e cafezais, além de 2 casas de morada e pastagens) e o sítio Confim (com casas de morada e pastagens) (REGISTRO TERRAS RIO CLARO, 1855). Já, na vila de Limeira ele era proprietário da fazenda do Morro Azul (área total de 2.025 alqueires com plantações de café, fábricas de beneficiar café, engenho de açúcar, casas de morada e pastagens) e da fazenda Montevidéo (3.600 alqueires com plantação de café e administrada pelos seus genros José de Lacerda Guimarães e Albino Alves Cardoso) (REGISTRO TERRAS LIMEIRA, 1855).

O Alferes Franco¹²⁸ era um grande proprietário rural e delegado de polícia em uma Limeira que, em 1857, totalizava 7.100 habitantes – dentre eles, o vigário de Limeira, que era o padre Joaquim Franco de Camargo, filho do Alferes Franco – em um ofício ao Presidente da Província, Antonio Roberto de Almeida, o Alferes fornece um retrato da vida econômica daquela vila no ano de 1856 (BUSCH, 1967, p. 182).

Em cumprimento a Portaria de V. Excia de 9 do corrente, em que manda que eu esclareça: 1) Em quanto importarão os serviços para se preparar 100 braças em quadra de terras em matta virgem, para se poder plantar milho, feijão, arroz, café, etc., e as quantias, mais ou menos prováveis empregadas para as mesmas operações. 2) O mesmo terreno quantos alqueires dos mesmos gêneros poderá produzir anualmente. 3) O valor destes gêneros nesta Povoação, ou em outra mais perto. 4) O preço médio das terras neste termo. 5) O preço médio dos jornais de trabalhadores da agricultura, e das oficinas mecânicas. 6) A quantia por quanto se poderá ser sustentado um trabalhador diariamente neste termo, e quanto lhe será preciso pra aluguel de casa na Povoação, e para vestir-se anualmente; ao que tudo cumpre-me esclarecer a V. Excia. quanto posso, e hé o seguinte:

- 1) Hum terreno bruto de 100 braças em quadra, rossado, derrubado, e queimado pela primeira vês só poder servir para a plantação de milho, e este serviço se poderá fazer pela quantia de 80\$000. Ao depois disto para poder servir as demais plantações, hé necessário este mesmo terreno, ao depois de haver colhido o milho, bater-se a palha, queimar, aprontar o terreno a enxada, cujo serviço se poderá fazer com 80\$000; então fica o terreno capaz para todo o gênero de planta.
- 2) Essa mesma extensão de terreno cultivado convenientemente pode produzir por alguns annos de milho 200 alqueires annuais; de Feijão, 150; de Arroz 200; de café, estando já formado, 500 arrobas, isto em relação às estações do tempo, pode aumentar ou diminuir.

¹²⁸ Segundo Taunay (1939, tomo VI, p. 53), na metade do século XIX, quando o Barão de Von Tschudi, que esteve no Brasil entre 1857 e 1859, e depois entre 1860 e 1868, visitava a vila de Limeira, ele conversou com o *tão conhecido Alferes Franco*, de prestigiosos apelidos naquela região do Oeste Paulista.

3) O valor de tais gêneros actualmente regula nesta Villa, o Milho a 1\$000 o alqueire, Feijão a 2\$000, o Arroz a 1\$000 e o café a 2\$500 a arroba, e assim regularmente os outros gêneros, havendo diferença para menos nos annos de maior colheita.

4) Hum terreno de primeira qualidade, sem beneficio e com 100 braças quadradas, pode importar na quantia de 200\$000, termo médio.

5) Os jornaleiros da lavoura neste termo actualmente costumam ganhar de 500 réis a 1\$000 por dia, em relação aos serviços e ao contracto. Os salários dos officiais de Offícios mecânicos regulão de 1\$000 a 1\$600 diários.

6) Pode-se sustentar diariamente hum trabalhador de lavoura com 200 réis. Os alugúeis de caza dentro da povoação, sendo cazas ordinárias, regula a 2\$000 mensais, sendo nas Fazendas hé a hum mil réis. Cada pessoa poderá vestir com roupas próprias do trabalho com 10\$000 por anno. São estas as informações que no pequeno círculo do meu conhecimento me julgo habilitado para dar a V. Excia., considerando mais que para a Colonização expontânea pode em alguma couza haver muita vantagem a favor delles neste termo, pelo desejo geral que aqui há, pela introdução de tais Colonos. Deus guarde V. Excia por muitos annos.

Vila de Limeira, 18 de Janeiro de 1.856

a) Alferes Joaquim Franco de Camargo

Delegado de Polícia.¹²⁹

No sexto item do officio acima descrito, há a referência à *colonização espontânea* que seria de bom grado na vila de Limeira. Esta citação embasava uma realidade já vivida por esta vila e outras da província de São Paulo. A transição da cana para o café, com uma fronteira que saíra do Vale do Paraíba e rumava ao Oeste Paulista na segunda metade do século XIX, estava em marcha acelerada.

¹²⁹ Documento que consta do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo e que foi transcrito por Busch (1967, p. 180 e 181).

Tabela 25: Produção de café e população de São Paulo,

1836 e 1854 1836

REGIÃO ¹³⁰	POPULAÇÃO	% SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL	PRODUÇÃO DE CAFÉ EM ARROBAS	% SOBRE A PRODUÇÃO TOTAL
Norte	105.679	45,65	510.406	86,5
Central	102.733	44,3	70.378	11,93
Paulista	20.341	8,79	821	0,14
Mogiana	2.764	1,26	8.461	1,43
TOTAL	231.517	100	590.066	100

1854

REGIÕES	POPULAÇÃO	% SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL	PRODUÇÃO DE CAFÉ EM ARROBAS	% SOBRE A PRODUÇÃO TOTAL
Norte	146.055	38	2.737.639	77,46
Central	126.429	39,27	491.397	13,91
Paulista	51.265	15,92	81.750	2,31
Mogiana	21.889	6,81	223.470	6,32
TOTAL	321.918	100	100	100

Fonte: Milliet (1982, p. 21).

Os indícios acerca do cultivo de café no Rio de Janeiro remontam ao final do século XVIII, pois na região fluminense encontrara terras férteis e temperatura sem grandes oscilações, com chuvas bem distribuídas e uma temperatura sem demasiadas oscilações, condições propícias ao desenvolvimento da rubiácea. O café fluminense se concentrava na região do Vale do Paraíba,

¹³⁰ Municípios da Região Norte: Aparecida, Areias, Bananal, Buquira, Caçapava, Cachoeira, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Jataí, Lagoinha, Lorena, Mogi das Cruzes, Natividade, Paraibuna, Pindamonhangaba, Pinheiros, Piquete, Queluz, Redenção, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, São Bento, São José dos Campos, São João do Barreiro, São Luís do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé, Ubatuba e Vila Bela.

Região Central: Capital, Piracaiá, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade, Uma, Angatuba, Anhembi, Araçariçuama, Atibaia, Bofete, Bragança, Cabreúva, Campo Largo, Conchas, Capivari, Cotia, Guareí, Indaiatuba, Itatiba, Itu, Joanópolis, Jundiá, Juqueri, Laranjal, Monte-Mor, Nazaré, Parnaíba, Pereiras, Piracaiá, Porangaba, Porto Feliz, Rio das Pedras, Salto, Santa Bárbara, São Pedro, São Roque, Sarapuá, Sorocaba, Tatuí, Tietê, e Vila Americana.

Região da Paulista: Anápolis, Araras, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Descalvado, Guaíra, Guariba, Jaboticabal, Leme, Limeira, Monte Azul, Olímpia, Palmeiras, Pirassunuga, Pitangueiras, Porto Ferreira, Rio Claro, São Carlos, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita do Passa Quatro e Viradouro.

Região da Mogiana: Amparo, Altinópolis, Batatais, Brodósqui, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Mococa, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pedreira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Joaquim, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Santa Rosa, Serra Azul, Socorro, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande (MILLIET, 1982, p. 14).

mais exatamente na zona de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São João Marcos e Resende, atingindo por volta de 1840, a região oriental, com forte produção cafeeira em Cantagalo, Madalena, São Francisco de Paula, Bom Jardim e Cambuci. Esta mudança apontava um dos traços característicos da lavoura cafeeira: com técnicas agrícolas precárias que acarretavam diminuição da produtividade com o passar dos anos, a solução estava na busca intermitente por novas terras (COSTA, 1998, p. 63-68).

Enquanto técnicas mais modernas não fossem acrescentadas à lavoura cafeeira, o que também não foi visto nas terras cafeeiras paulistas, seria previsível imaginar a queda de produtividade dos terrenos cafeeiros mais antigos. Os primeiros indícios da crise do café nas lavouras do Vale do Paraíba foram vistos na década de 1860, pois a expansão da produção apontara a escassez de terras virgens e as dificuldades na reposição de mão-de-obra escrava, com os preços majorados após o fim do tráfico. A estes dois fatores somava-se a subida de preços dos gêneros alimentícios – em virtude da concentração de terras na produção cafeeira –, e o endividamento dos fazendeiros do Vale do Paraíba, sobretudo na década de 1880, junto a casas bancárias da Corte. Estes fatores concorreram para a estagnação e o declínio da cafeicultura fluminense, ao reduzirem os lucros das unidades cafeicultoras e atrasar o reinvestimento (STEIN, 1990, p. 72-81 e FRANCO, 1982, p. 12).

Definitivamente, estagnação não caracterizou a lavoura cafeeira no Brasil. Quando os sinais de esgotamento das terras virgens na região do Vale do Paraíba irromperam, a região que passou a ser conhecida como Oeste Paulista já tinha uma produção cafeeira em crescimento, como visto na tabela anterior. O café nascia sob os auspícios de uma oferta de mão-de-obra condicionada pelo fim do tráfico e os preços dos cativos em território nacional. A transição da São Paulo açucareira ao café foi motivada pela maior margem de lucro, menores cuidados solicitados pelo cafeeiro e à maior resistência do produto às precárias condições de transporte (COSTA, 1998, p. 67).

A dependência em relação à mão-de-obra se mostrou determinante no longo prazo à falência do café no Vale do Paraíba. A cronologia teve papel fundamental nas diferenças vistas entre o café do Vale do Paraíba e o do Oeste Paulista. Com uma produção cafeeira mais antiga, o Vale foi ultrapassado pelo Oeste Paulista como maior produtor de café nacional ao final da década de 1880, consequência da queda de produtividade dos velhos cafezais constituídos na

década de 1830 e 1840. De outra parte, no Oeste Paulista o pleno desenvolvimento da cultura cafeeira não haveria de ocorrer antes de 1867, com a implantação da ferrovia Santos-Jundiaí, interligando a produção do interior à zona exportadora do litoral. Ademais, o café do Oeste Paulista se constituiu após o fim do tráfico, o que apontava para um cenário de majoração dos preços dos cativos, enquanto no Vale do Paraíba, os lucros do auge cafeeiro compensavam a subida dos preços da mão-de-obra escrava, o que se mostrou inviável com a queda da produtividade do café e do fornecimento de cativos. No Oeste Paulista, os custos cafeeiros puderam ser amenizados em virtude do trabalho assalariado e da flexibilidade desta relação capitalista, que possibilitava despender menos capital do que aquele que seria empregado na aquisição de um cativo, cujo preço de sua utilização por toda a vida produtiva era pago quando da aquisição (DEAN, 1971, p. 48-49).

Porém, no momento de formação dos cafezais do Oeste Paulista, o custo de implantação de uma unidade cafeicultora não era barato, atinando-se à carestia de trabalhadores livres nas terras fronteiriças e à menor oferta de cativos, ações que deveriam ser tomadas após a aquisição e limpeza de um terreno que se transformaria em cafezal.

Tabela 26: Valores envolvidos na formação e cultivo de um cafezal em Limeira, 1856

Preparação do terreno (derrubada, queimada, roçar)	160\$000
Produção de café no terreno (arobas)	500
Terreno com 100 braças quadradas	200\$000
Valor arroba do café em Limeira	2\$500
CUSTO TOTAL	363\$000

Fonte: Carta do Alferes Franco ao Presidente Província Dr. Antonio Roberto de Almeida *apud* Busch (1967, p. 180 e 181).

Na vila de Limeira, Vicente de Almeida Prado e seus irmãos adquiriram uma extensão de terras com plantações de café pelo valor de Rs. 7:000\$000, o equivalente a quase 4.800 arrobas de açúcar branco na vila vizinha de Rio Claro (DEAN, 1977, p. 41). Contudo, uma produtividade açucareira deste vulto dificilmente era encontrada nos engenhos paulistas, sendo que, não havia uma correlação entre tamanho da propriedade e sua produção de açúcar

(PETRONE, 1968, p. 75). Para se ter uma noção, Dean coloca que o custo de uma fazenda de café com 108,75 hectares de terra para 100 mil pés de café em Rio Claro seria de Rs. 4:350\$000. Valendo-se da informação de que em Limeira um terreno com 100 braças quadradas teria o valor de Rs. 200\$000 e que a propriedade adquirida por Vicente de Almeida Prado teria aproximadamente 1,7 hectares e, como para produzir 100 mil pés de café ela deveria ter 108,75 hectares, uma fazenda deste porte alcançaria o valor de Rs. 448:000\$000 na vila de Limeira ¹³¹.

A vila de Limeira tem estreita relação com a solução inicialmente buscada ao problema da mão-de-obra escrava e a majoração dos preços pós-tráfico. Foi à fazenda Ibicaba, localizada na vila limeirense, que o Senador Vergueiro, a partir de 1847, viabilizou a chegada de imigrantes suíços e alemães para laborarem nas lavouras cafeeiras, no regime de parceria¹³². Ibicaba foi o ponto de partida para a formação de outras colônias agrícolas em São Paulo com intuito de atrair mão-de-obra estrangeira. Contudo, no final de 1856 e início de 1857, a revolta tomou conta dos colonos de Ibicaba, em virtude dos trabalhadores se sentirem espoliados por Vergueiro, tendo como efeito a divulgação das duras condições de vida que atravessavam os europeus em terras brasileiras, o que afetou a entrada de imigrantes no Brasil (WITTER, 2002, p. 133-141).

Em 1857, havia na província de São Paulo 19 colônias de trabalhadores brasileiros, portugueses, alemães e franceses, em um total de 2.615 indivíduos, conforme a tabela 27 (página 120). Pela descrição das colônias paulistas em 1857, depreende-se que a importação de trabalhadores para as lavouras de São Paulo era chefiada pelos grandes proprietários, dentre eles os senadores Vergueiro e Souza Queiroz, que possuíam mais de uma colônia e mais de uma propriedade agrícola¹³³. Joaquim Franco de Camargo, segundo o Registro Paroquial de Terras de 1854, tinha 4 propriedades: 2 na vila de Rio Claro (fazenda das Araras e o sítio Confim) e 2 na

¹³¹ A medida agrária de 1 alqueire equivalia a 2,42 hectares e a 5.000 braças quadradas.

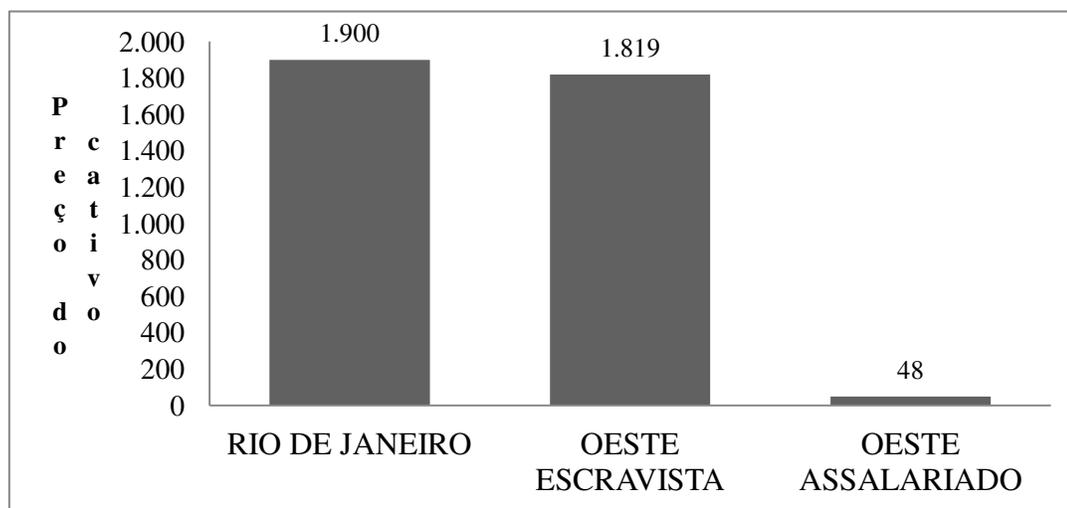
¹³² Contratados na Europa eram encaminhados pela firma Vergueiro e Companhia às fazendas de café vinculadas ao plano de colonização do Senador. As despesas do transporte e instalação do imigrante no campo, além de sua manutenção inicial, eram calculadas como uma forma de adiantamento que posteriormente seria descontada dos vencimentos dos colonos. Cada família recebia uma quantidade de pés de café que deveriam ser cultivados, colhidos e beneficiados, sendo após a venda do produto, era feita a divisão dos lucros (WITTER, 2002, p. 135).

¹³³ O senador Vergueiro possuía as fazendas Angélica (que fica na divisa entre as cidades Rio Claro e Araras) e Ibicaba (que se situava na vila de Limeira). Por sua vez, o senador Souza Queiroz era proprietário da fazenda Cresciumal (situada na cidade de Leme). Ademais, Francisco Antonio de Souza Queiroz, que veio a se tornar o barão de Souza Queiroz, foi casado com Antonia Eufrosina Vergueiro, filha de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o senador Vergueiro.

vila de Limeira (fazenda do Morro Azul e a fazenda Montevideo). Sua propriedade limeirense do Morro Azul também sediava sua experiência com a mão-de-obra assalariada.

Decorridos dois anos, em 1859 havia 23 colônias de trabalhadores nacionais, franceses, alemães e portugueses na Província, totalizando 2.614 indivíduos, sendo que sete delas em Limeira: a do Morro Azul de Joaquim Franco de Camargo (115 trabalhadores que não têm descrição de nacionalidade); a da Lagoa Nova de Joaquim Franco do Amaral (4 trabalhadores brasileiros e 4 portugueses); a de São Jeronymo e Santa Bárbara de Francisco Antonio de Souza Queiroz (266 trabalhadores brasileiros, 349 alemães); a de Raphael Antonio de Sampayo (9 trabalhadores portugueses); a de Lourenço Franco da Rocha (56 trabalhadores brasileiros, 18 portugueses e 24 franceses); a do Bom Retiro do capitão Joaquim da Silva Diniz (53 trabalhadores alemães); e a Senador Vergueiro de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (783 trabalhadores alemães) (SILVEIRA, 2007, p. 159).

Gráfico 12: Preço da mão-de-obra escrava nos cafezais do Rio de Janeiro (1861) e Oeste Paulista (1861-1869) e da mão-de-obra assalariada no Oeste Paulista (1856) – valores em mil-réis



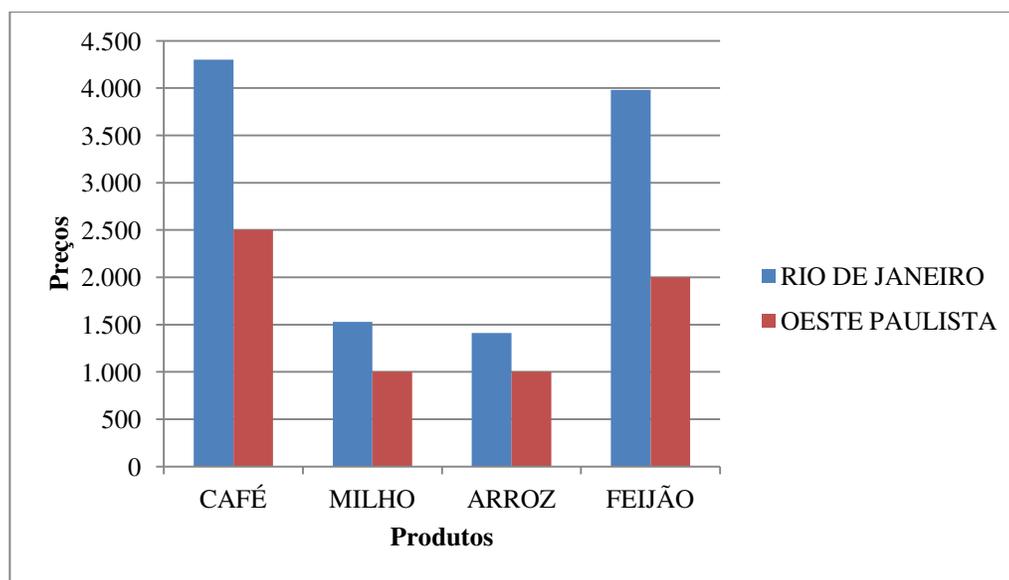
Fonte: MOTTA (2006, p. 28); SLENES (1986, p. 128) e BUSCH (1967, p. 180 e 181).

Conforme a tabela acima¹³⁴ fica nítida a diferença entre o custo da mão-de-obra escrava e o trabalhador assalariado. A economia cafeeira surgida no Oeste Paulista, tendo no

¹³⁴ Para a mão-de-obra escrava do Rio de Janeiro foi usado o preço nominal do escravo adulto jovem fluminense que Slenes (1986, p. 128) mostra para o ano de 1861. Para o preço da mão-de-obra escrava no Oeste Paulista foi usado o preço médio nominal do escravo adulto jovem – 15 a 29 anos – que Motta (2006, p. 28) demonstra para a vila paulista de Piracicaba no período

imigrante europeu uma válvula de escape aos altos custos de aquisição do cativo, demandava menores quantidades de capitais à formação das propriedades e permitia flexibilizar os custos da atividade cafeeira, pois os colonos também produziam alimentos, o que rebaixava o valor de sua cesta de consumo básica.

Gráfico 13: Preços do café (por arroba), milho (alqueire), arroz (arroba) e feijão (alqueire) no Rio de Janeiro e no Oeste Paulista (Limeira), – valores em réis



Fonte: STEIN (1990, p. 76 e 81) e BUSCH (1967, p. 180-181).

De acordo com a tabela¹³⁵, com um custo de vida menor no Oeste Paulista em relação ao Rio de Janeiro, aos colonos a província de São Paulo abria novas oportunidades de acumular capitais em uma economia cafeeira que se desenvolvia ao mesmo passo que mercado de trabalho nacional. Já a cafeicultura fluminense passava por um processo de reforço da mão-de-obra escrava, sustentado pelos maiores preços que o café obtinha naquele mercado.

Os problemas enfrentados por Vergueiro com os colonos de Ibicaba não parecem ter se repetido com os imigrantes que vieram para trabalhar com o Alferes Franco. Taunay (1939, p.

1861-1869. Para se obter o preço da mão-de-obra assalariada (colono imigrante) nos valem da descrição dos valores feita por Joaquim Franco de Camargo para a vila paulista de Limeira em 1856, exibida por Busch (1967, p. 180-181), em que consideramos como integrantes do custo de um trabalhador assalariado: valor mensal recebido pela jornada de trabalho (Rs. 30\$000), custo do sustento mensal de um colono (Rs. 6\$000), aluguel mensal de casa na cidade (Rs. 2\$000), e gasto anual com vestuário (Rs. 10\$000).

¹³⁵ Os preços do café no Rio de Janeiro se referem ao ano 1855-1856 (STEIN, 1990, p. 81); os preços do milho, feijão e arroz do Rio de Janeiro se referem ao ano 1854-1855 (STEIN, 1990, p. 76). Os do café e demais gêneros paulistas, na vila de Limeira, referem-se ao ano de 1855-56 (BUSCH, 1967, p. 180-181)

55-56) descreve a passagem do Barão de Von Tschudi por Limeira, quando ouviu as críticas dos colonos de Ibicaba, e o diálogo que o Barão tivera com o Alferes. Nas palavras de Joaquim Franco de Camargo, a chave para o sucesso dos colonos era ter uma vida frugal e economizar o quanto fosse possível. Por sua vez, aos fazendeiros cabia evitar o aumento da dívida dos colonos, o que implicava em conceder-lhes de um bom número de cafeeiros e terreno fértil para as roças, o que permitiria ao colono produzir alimentos e, assim, despender menos com sua manutenção. Segundo Taunay, Von Tschudi recebeu a confirmação dos colonos sobre o que afirmara o Alferes Franco, estimando o patrão pelo seu procedimento correto que lhes possibilitou quitar as dívidas; os colonos disseram pretender ficarem mais alguns anos na colônia agrícola do Morro Azul para amelharem o capital necessário para iniciarem nova vida.

A vida nova almejada pelos imigrantes egressos das colônias agrícolas era buscada nas terras da fronteira do café. A interiorização da cultura cafeeira pela província de São Paulo era limitada pelos preços cada vez maiores do frete entre a produção cafeeira localizada no interior e a zona exportadora no litoral de Santos. Resolução deste problema abriu novas e inimagináveis oportunidades ao café paulista.

Tabela 27: RELAÇÃO DAS COLÔNIAS¹³⁶ PAULISTAS EM 1857
São Sebastião; Getuba; Manoel José Vieira de Macedo; brasileiros 1M e 2F; alemães 12M e 15F; total de 30 trabalhadores.
Campinas; Florence; Hércules Florence; brasileiros 1M; alemães 13M e 9F; total de 23 trabalhadores.
Campinas; Boa-Vista; Floriano de Camargo Penteado; brasileiros 7M e 3M; alemães 29M e 17F; total de 56 trabalhadores.
Campinas; Dores; Pedro José dos Santos Camargo; brasileiros 3M e 4F; portugueses 13M e 8F; total de 28 trabalhadores.
Campinas; Sete-Quedas; Joaquim Bonifácio do Amaral; alemães 42M e 41F; total de 83 trabalhadores.
Campinas; Tapéira; Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz; alemães 33M e 25F; total de 58 trabalhadores.
Rio Claro; São José do Corumbatehy; Domingos José da Costa Alves; brasileiros 12M e 11F; portugueses 9M e 12F; total de 44 trabalhadores.
Rio Claro; Boa-Vista; Benedicto Antonio de Camargo; brasileiros 21M e 20F; portugueses 80M e 47F; alemães 30M e 19F; total de 217 trabalhadores.
Rio Claro; Angélica; Vergueiro & Cia.; portugueses 1M e 6F; alemães 70M e 74F; franceses 3M e 5F; total de 159 trabalhadores.
Rio Claro; Morro Grande; João Ribeiro dos Santos Camargo; brasileiros 25M e 18F; portugueses 14M e 10F; total de 67 trabalhadores.
Limeira; Senador Vergueiro; Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; 828 trabalhadores sem descrição de nacionalidade.
Limeira; Tatú; Candido José da Silva Serra; brasileiros 9M e 10F; portugueses 41M e 44F; total de 104 trabalhadores.
Limeira; São Jeronymo e Santa Bárbara; Senador Sousa Queiroz; brasileiros 48M e 45F; alemães 31M e 37F; total de 161 trabalhadores.
Limeira; Cresciunial; Senador Sousa Queiroz; brasileiros 50M e 39F; alemães 7M e 7F; total de 103 trabalhadores.
Limeira; Morro Azul; Joaquim Franco de Camargo; brasileiros 61M e 15F; portugueses 16; franceses 15M; total de 110 trabalhadores, sendo que 3 sem a nacionalidade descrita.
Bragança; Boa-Vista; João Leite de Moraes Cunha; portugueses 10M e 12F; alemães 37M e 31F; total de 90 trabalhadores;
Constituição; São Lourenço; Luiz Antonio de Sousa Barros; brasileiros 14M e 11F; portugueses 4M; alemães 66M e 65F; 82M e 81F; total de 323 trabalhadores.
Araraquara; Pouso Alegre do Jahú; Francisco Gomes Botão; portugueses 7M e 3F; total de 10 trabalhadores.
Taubaté; Independência; Monteiro & Filhos; brasileiros 1M e 2F; portugueses 65M e 53F; total de 121 trabalhadores

Fonte: SILVEIRA (2007, p. 171).

¹³⁶ As colônias eram descritas na seguinte ordem: município; nome da colônia; proprietário; brasileiros M (masculinos) e F (femininos); portugueses M (masculinos) e F (femininos); alemães M (masculinos) e F (femininos); franceses M (masculinos) e F (femininos); total.

6 – O AVANÇO DO CAFÉ NO INTERIOR PAULISTA: OS LACERDA FRANCO E A DICOTOMIA ENTRE SÃO CARLOS E ARARAS

6.1 – São Carlos (SP): uma vila alijada do complexo cafeeiro paulista

Buscar novas terras, muitas vezes na condição de posseiro que desbravava o sertão inabitado, era uma opção interessante aos colonos que não tinham tantos capitais para a aquisição regular de lotes de terra, sobretudo, nas zonas mais povoadas e com cultura mais antiga de café. De outra parte, a obtenção de novos terrenos à produção cafeeira era uma imposição da planta aos cafeicultores, o que os impelia na mesma condição de desbravadores da fronteira paulista¹³⁷.

A migração a estas novas regiões poderia ser comparada a uma aventura. Inusitado é perceber que a penetração do café na metade do século XIX se deu até mesmo em áreas perpassadas pelas dificuldades de acesso em virtude do precário sistema de transporte apoiado nos animais. Tais dificuldades no começo de um processo de povoamento seriam mais visíveis em áreas como a Zona da Paulista, área que congregava os atuais municípios de Araras e São Carlos, além de Rio Claro, Araraquara e Limeira. Esta divisão do território paulista por zonas que foram cortadas por ferrovias, método utilizado por Milliet (1982), deve receber considerações. Afinal, a vila de Araras recebeu os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1877, sendo que o município de São Carlos só recebeu os trilhos da Companhia Rio-Clarense em 1884. A diferença cronológica, que parece não ser das maiores, deve ser entendida como fundamental na explicação do dinamismo de cada região em que se inseria a localidade e nas relações entre a produção local e a exportação paulista de café. Quer dizer, as modalidades de investimento do capital haveriam de ser diferentes em cada localidade, em virtude da ausência dos trilhos na vila, ou nas vilas vizinhas, no momento do auge exportador cafeeiro paulista, que ocorreu entre o período 1880-1894.

O mecanismo de aquisição de terras na província de São Paulo apontava dificuldades em se comprar terrenos na região de Limeira por volta da metade do século XIX, o que se devia a

¹³⁷ Quanto ao uso de terras, o café tinha 3 zonas: pioneira, madura e velha. Na zona velha situava-se o café mais antigo e, em virtude disso, com queda de produtividade. Na madura estava o café que se encontrava no auge produtivo. A zona pioneira constituía-se de terreno novo em preparo para a produção do café.

um processo de povoamento adiantado e à constituição de cafezais que atraíram não só elementos nacionais, bem como colonos estrangeiros. Esta região, que englobava também Rio Claro e a futura vila de Araras, poderia ser considerada como base do processo imigratório europeu em São Paulo – sobretudo considerando os italianos que desembarcaram em Santos, inicialmente ao café e, posteriormente, às indústrias. Mas, esta área assumiria também o caráter migratório, sendo que de suas fazendas partiriam levas populacionais que formariam propriedades cafeeiras sertão adentro, como no caso dos integrantes da família Prado¹³⁸.

Foi neste cenário de uma economia que iniciara escravista e, na segunda metade do século XIX, viu a introdução do imigrante, sobretudo europeu, e a formação de um mercado consumidor no Brasil, mudanças sustentadas nas elevadas exportações de café, que se deu a trajetória econômica dos membros da família Lacerda Franco. O café representou um mundo de oportunidades aos seus empreendedores e os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães se inseriram neste grupo.

Em que pese Bento ter demonstrado um envolvimento maior com as questões familiares, foi na união dele com seu irmão José que se deu o princípio destes personagens na vida econômica paulista¹³⁹.

Em dezembro de 1847, após casarem-se na vila de Limeira com as irmãs Manoela e Clara – filhas do Alferes Franco – respectivamente, Bento e José de Lacerda Guimarães constituíram uma sociedade agrícola, cujo documento de 1855 comprova:

¹³⁸ Em 1868, Martinico Prado, foi colocado à frente da fazenda Campo Alto e Santa Cruz, ambas localizadas em Araras. Pelo fim da década de 1870, ele estava a caminho para estabelecer sua própria fortuna, tornando-se um dos líderes pioneiros a mover a fronteira do café para o norte. Deixando Casa Branca em 1877, Martinico explorou os municípios de São Simão e Ribeirão Preto, mandando de lá comentários enaltecendo seu potencial para o café [...] Pouco depois da pesquisa pelos municípios do norte, ele adquiriu sua primeira fazenda em Ribeirão Preto, batizando-a “Albertina”, em homenagem à sua mulher. Em 1885, comprou uma fazenda maior, Guatapará. Em 1889, os Prado adquiriram sua maior plantação, “São Martinho”, no município de Ribeirão Preto, que era a segunda maior plantação de café no Brasil, e a maior em um único bloco de terra. Medindo perto de 14.000 alqueires, “São Martinho” foi comprada por 600 contos e chegou a ter 3.400.000 pés de café (LEVI, 1977, p. 165 a 167).

¹³⁹ A exemplo do que ocorrera no momento da morte de seu pai Antonio de Lacerda Guimarães, Bento novamente seria o testamenteiro, desta vez no falecimento de sua mãe, dona Maria Franco, no dia 9 de janeiro de 1861, na freguesia de Belém de Jundiá. A riqueza legada por dona Maria Franco aos seus 5 herdeiros – os filhos Bento, José, Joaquim, Anna e Escolástica – foi de Rs. 65:059\$000. Cada um recebeu, referente à legítima materna, a quantia de Rs. 11:501\$800 (INVETÁRIO MARIA FRANCO, JUNDIAÍ, 1861).

[...] uma sociedade de bens entre si sob a firma de Lacerda & Irmão; para o sócio José assinar, e Bento de Lacerda Guimarães & Irmão, para o sócio Bento assinar, constando os bens de escravos e animais e a usufruição das terras de seus pais e sogros, que então eram vivos, nas quais terras quer no distrito da Limeira quer no de Belém de Jundiáí fizeram plantações de cafés, e assim se conservaram com título de mão por ambos passado até 4 de junho de 1855, dia em que reformaram dito título por outro de seguinte teor: Nós irmãos José de Lacerda Guimarães e Bento de Lacerda Guimarães, há sete anos fizemos uma sociedade sobre o objeto principal em cultura de café nos sítios denominados Montevidéo, no termo de Limeira, e no sítio da Bocaina, aonde herdamos de nosso pai. O sócio Bento de Lacerda Guimarães entrou para a sociedade com os escravos Fortunato, Paulo, Sabino, Tobias, Américo, Roberto, Luzia e Jacinta, e José de Lacerda Guimarães com Francisco, Florencio, Amaro, Candido, Delfina e Efigenia. Os sócios concorrem igualmente para todas as despesas que se fizer a bem da sociedade, inclusive ao que gastarem com médico, e todos os vestuários dos sócios e de suas famílias, e a educação dos filhos de ambos; os escravos referidos e suas produções são e serão de cada um dos sócios sem se comunicarem, e por conta e risco de cada um; tudo porém que for proveniente de rendimento se comunicará e cada sócio terá metade neles; se acaso morrer alguns dos escravos referidos, o dono não será obrigado a entrar com outro em seu lugar, nem se fará desconto algum. A sociedade durará até quando convier; se regulará ao que expressamente não está estipulado pelas disposições respectivas de Direito. Freguezia do Belém, 4 de junho de 1855. José de Lacerda Guimarães. Bento de Lacerda Guimarães. – Testemunhas: Camilo José Pires. Bento Pires de Avila. José Francisco de Paula (ALMEIDA, 1948, p. 23 e 24).

No testamento de Antonio de Lacerda Guimarães constava que seus filhos Bento e José tinham recebido parte de suas heranças em terras – o sítio Bocaina – cafezais e cativos de sua propriedade no distrito de Belém de Jundiáí, futura Itatiba – pertencente à vila de Jundiáí. Como eram seis os beneficiários do falecido Antonio e, metade do valor das terras deveria ser legado à meação da viúva, cada um dos filhos recebeu Rs. 1:000\$000 em terras e Rs. 800\$000 em cafezais, enquanto à viúva coube em sua meação Rs. 5:000\$000 em terras e Rs. 4:000\$000 em cafezais. Considerando os custos de montagem de uma propriedade cafeicultora é que compreendemos o que moveu os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães a juntar capitais e terras para a formação de uma sociedade agrícola¹⁴⁰.

Além das terras herdadas com a morte do pai na freguesia de Belém de Jundiáí, os irmãos Lacerda Guimarães compuseram a sociedade com terras que lhes pertenciam na vila de Limeira. José era quem, ao lado do cunhado Albino Alves Cardoso, administrava a fazenda Montevidéo, recebida como dote por seu casamento com a filha do Alferes Franco, propriedade na vila de Limeira que tinha 3.600 alqueires com estabelecimento de café. No entanto, Bento

¹⁴⁰ Na vila de Rio Claro por volta de 1850, um terreno para a acomodação de 100 mil pés de café custava Rs. 4:350\$000 e terreiros de secagem e equipe de beneficiamento para tal lavoura chegavam ao valor de Rs. 10:000\$000 (DEAN, 1977, p. 46).

também administrava terras de seu sogro, mas na vila de Rio Claro, neste caso o sítio das Araras, propriedade com 1.025 alqueires com cultura de cana e café no ano de 1854 (REGISTRO TERRAS RIO CLARO, 1855; REGISTRO TERRAS LIMEIRA, 1855).

Em seus primórdios, portanto, a plantação do café envolveu a renovação da elite existente. Alguns membros do novo grupo de proprietários de terras haviam sido, anteriormente, negociantes de gado, de mulas ou de escravos, ou ainda oficiais do exército destacados para postos de comando na província. Não tardaram a ingressar, pelo casamento, nos clãs mais antigos (DEAN, 1971, p. 42).

Na trajetória econômica dos irmãos Lacerda Guimarães, o *dote* e as *heranças* foram de substancial importância à formação de investimentos. Encarando estes dois mecanismos de aquisição de capital como uma forma de financiamento interno da economia paulista. Os capitais da família Lacerda Franco, à qual pertenciam os irmãos Lacerda Guimarães, originaram-se da cultura de mantimentos, dos negócios com animais, da produção de açúcar e aguardente. A transferência destes capitais para a formação de unidades agrícolas cafeeiras na metade do século XIX corrobora quadro similar apresentado por Dean (1977, p. 47) na vila de Rio Claro, na década de 1850, em que grande parte dos lucros açucareiros financiou a formação de cafezais, pois, na década de 1840, como demonstra Petrone (1968, p. 66), atingiu-se o auge da produção açucareira paulista.

A sociedade Lacerda & Irmão se aventurou ao investir, em 1860, no recém formado distrito de São Carlos. Esta localidade era uma das futuras cidades que se localizavam em regiões denominadas *bocas de sertão*¹⁴¹. A história de São Carlos tem início em 1831, com a demarcação da Sesmaria do Pinhal. Em 1857, São Carlos do Pinhal foi elevado a distrito, tempo em que a povoação era composta por algumas pequenas casas ao redor da capela e seus moradores eram, em sua maior parte, herdeiros da família Arruda Botelho, primeiros proprietários das terras da Sesmaria do Pinhal. Em 1865, o distrito foi elevado à vila. O desenvolvimento da economia cafeeira em São Carlos foi dinamizado a partir de 1884, quando foram instalados os trilhos da ferrovia Rio-Clareense. A partir desta data, não só a comercialização do café foi viabilizada, bem

¹⁴¹ Tais regiões ficavam distantes dos antigos centros urbanos dinâmicos e tiveram seu desenvolvimento ligado às levas populacionais que iam em direção ao Mato Grosso e Goiás no século XVIII, atraídas pelo ouro. Nas “bocas do sertão” os viajantes paravam para descansar e comercializarem, pois nestas regiões – muitas vezes, antigas sesmarias – surgiram povoados que passaram a produzir gado vacum e cavalos, gêneros de subsistência e cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente. Como messias (2003, p. 20) demonstra “As bocas de sertão tornaram-se novas fronteiras para os pioneiros que investiram principalmente em setores voltados para o mercado interno. Muitos deles, em poucas décadas, fizeram verdadeiras fortunas [...]”

como, a chegada de grande leva de imigrantes, sobretudo italianos, massa populacional de importantíssima participação no crescimento da localidade no final do século XIX e no XX (TRUZZI; BASSANEZI, 2009, p. 197-212).

Entretanto, nosso foco recai sobre o período de formação do café em São Carlos, exatamente na metade do século XIX, tempo em que migrar, mesmo que na condição de posseiro, demandava a acumulação prévia de capital que seria empregado na preparação do terreno, compra de cativos, e formação de uma mínima infra-estrutura de produção e transporte do café. Dessa forma, o sucesso da nova empreitada em muito seria facilitado se o indivíduo fosse oriundo de uma família com bom cabedal, o que poderia lhe proporcionar meios de financiamento, considerando que o sistema bancário paulista estava em uma fase embrionária e tratamos de indivíduos localizados no interior, região de difícil comunicação antes da ferrovia.

Em 17 de dezembro de 1860, a Lacerda & Irmão comprava uma parte das terras da Sesmaria da Babilônia, pelo valor de Rs. 18:000\$000, terras estas que José resolve abrir e desbravar junto com seu filho Antonio Franco de Lacerda, fundando a Fazenda Paraizo¹⁴². A fazenda era inicialmente denominada Babilônia e situava-se no distrito do Belém do Descalvado, termo da cidade de São João do Rio Claro, província de São Paulo.

O ano de 1861 se mostrou favorável à entrada de capital na sociedade Lacerda & Irmão. Como visto anteriormente, recebeu um aporte de capital em virtude do falecimento da mãe de Bento e José de Lacerda Guimarães, Dona Maria Franco, em 8 de janeiro de 1861, que legou em seu inventário uma legítima materna no valor de Rs. 11:501\$800. O inventário de Dona Maria Franco ainda permite uma comprovação da cumplicidade de interesses dos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães. No momento da partilha de terras e cafezais, apesar de existirem cinco herdeiros, houve uma divisão em quatro quinhões, devido aos irmãos Bento e José solicitarem o recebimento do que lhes cabia em uma parte comum. Dessa forma, eles passaram a administrar em conjunto partes das terras legadas pela sua mãe, além de cinco mil pés de café velho e dois mil cafeeiros novos (INVENTÁRIO MARIA FRANCO, JUNDIAÍ, 1861).

¹⁴² Escritura de compra e venda que fazem Ricardo Rodrigues de Andrade, sua mulher Maria Antonia de Andrade e Jose Ignácio da Costa Junior e sua mulher Anna Cândida de Andrade, aos compradores Lacerda e Irmãos. Neste documento consta que as terras se situavam no distrito de Belém do Descalvado, pertencente ao termo de Rio Claro em 1860. Entretanto, preferimos considerar as terras como pertencentes à vila de São Carlos, pois assim se configuraria no futuro, como é até hoje (<http://fazendaparaizocentoeinquenta.blogspot.com/2009/08/historia-da-compra-da-fazenda.html>)

Ainda em 1861 faleceu aquele que pode ser considerado o grande pioneiro da trajetória econômica dos Lacerda Franco pelo Oeste Paulista, o Alferes Franco. Com a morte de Joaquim Franco de Camargo, em 29 de dezembro de 1861, os 18 beneficiários do Alferes Franco – 4 filhos do primeiro casamento e 14 do segundo – dividiram uma riqueza que alcançou a soma de Rs. 990:447\$327. Considerando que o valor da meação recebida pela viúva tenha sido de aproximadamente 495 contos de réis, temos que o valor aproximado da legítima de cada um dos 18 herdeiros seria de 27 contos de réis. Esta riqueza era composta por 182 escravos em diversas propriedades: em Limeira, o sítio do Morro Azul e o do Jardim, onde residia seu filho Miguel; o sítio onde residia o seu genro José Ferraz de Campos Júnior (casado com sua filha Maria Jacintha); e o sítio Montevideó (onde moravam seus genros José de Lacerda Guimarães e Albino Alves de Camargo, casado com Carolina Amélia, filha do Alferes Franco). Das propriedades na vila de Rio Claro constava o sítio do Rumo e o sítio das Araras (cuja maior parte coube à viúva do Alferes, Maria Lourenço, e outra parte foi herdada ao seu genro Bento de Lacerda Guimarães) (CRESSONI, 2007, p. 45; MATTHIESEN, 2010, p. 25).

Disso depreende-se que, no espaço de 1 ano, Bento e José de Lacerda Guimarães tenham recebido, em virtude de sua legítima materna e das legítimas paternas de suas esposas, o valor de aproximadamente Rs. 38:501\$800. Entretanto, apesar do acúmulo de capitais – descritos em terras e cafezais nas vilas de Jundiaí, Limeira e São Carlos – um golpe veio abalar as estruturas desta sociedade agrícola.

No dia 28 de outubro de 1864, Dona Clara Miquelina, esposa de José de Lacerda Guimarães, faleceu na vila de Limeira. Este triste episódio poderia ter marcado a derrocada social de José de Lacerda Guimarães ou sua migração da vila de Limeira. Porém, a rapidez de suas segundas núpcias exhibe um perfil mais atinado ao evoluir econômico do que com as lamúrias da perda do cônjuge. Sendo assim, com menos de oito meses decorridos da morte de sua primeira esposa, ocorreu a união entre José de Lacerda Guimarães e Maria Dalmácia de Lacerda, no dia 13 de junho de 1865. Este matrimônio era representativo das uniões que ocorriam nas vilas do Oeste Paulista entre 1765-1855, pois entre os casamentos consangüíneos, 12,6% se davam entre tios e sobrinhas. Pensando no matrimônio como reforço de uma aliança política ou econômica, compreende-se a lógica que se desnudava na união entre José de Lacerda Guimarães com a filha de seu irmão Bento. Os irmãos haviam se casado na mesma cerimônia, com primas-irmãs,

constituído uma firma rural, portanto, nada mais natural que garantir o cabedal acumulado impedindo que terceiros se infiltrassem na família, através da lógica do *associativismo* e da *homogamia*, que teria nos matrimônios consangüíneos um de seus instrumentos de ação (BACELLAR, 1991, p. 49 a 54).

A união entre familiares não era algo que se circunscrevia aos círculos sociais brasileiros no século XIX. Na trajetória do maior financiador inglês do Brasil Império, a família Rothschild, notamos as dificuldades em encontrar bons nomes para se unirem com seus herdeiros e a preferência recaindo sobre os familiares, afinal, casamento, sobretudo neste caso, podia assegurar acesso à riqueza destes famosos banqueiros judeus.

Os Rothschild acabaram encontrando uma forma de contornar essas buscas tão cansativas de cônjuges. Os costumes judaicos proibiam casamentos entre sobrinhos e tias, mas permitiam a união de tios com sobrinhas. Isso se tornou comum na família. Começando com James Rothschild e o irmão com a filha de Salomon, Betty, em 1824, 16 dos 18 casamentos dos netos de Mayer Amschel foram entre tios e sobrinhas ou entre primos-irmãos. O casamento dentro da família apresentava várias vantagens sociais e culturais: o dote continuava a fazer parte da fortuna familiar; hábitos e segredos podiam permanecer desconhecidos de estranhos, e todos entendiam iídiche, além de francês, inglês e alemão. Ademais, casar-se dentro da família assegurava a ambos os cônjuges a escolha de um bom parceiro. Só um Rothschild era bom o bastante para um Rothschild (LANDES, 2007, p. 49).

Quando da morte de Clara Miquelina de Jesus, esposa de José de Lacerda Guimarães e mãe dos irmãos Antonio e Joaquim Franco de Lacerda, o futuro Barão de Arary viu a possibilidade de conduzir um ordenamento geográfico de sua riqueza que dividiu sua parte da família Lacerda Franco em 2 vilas paulistas: Limeira – posteriormente Araras – e São Carlos. José de Lacerda Guimarães legou aos seus 5 filhos – Antonio, Candido, José, Joaquim e João – as terras do sítio Babilônia na vila de São Carlos. Para as 4 filhas – Maria da Glória, Ana Miquelina, Maria das Dores e Rita – e a si próprio ele deixou as terras na futura vila de Araras, agrupadas na fazenda Montevidéo. O monte-mor da falecida esposa¹⁴³ alcançou a cifra de Rs. 202:333\$298 e, após a meação, cada herdeiro ficou com uma legítima materna no valor de Rs. 11:240\$738.

Em 11 de abril de 1865, quando da elaboração do inventário de Clara Miquelina, a firma Lacerda & Irmão foi dissolvida. Na partilha social, o sítio das Araras coube a Bento de

¹⁴³ Inventário de Clara Miquelina de Jesus (1864) *apud* MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995, p. p.158-159).

Lacerda Guimarães, exceto uma pequena porção que ficou adjudicada ao seu irmão José, em que havia sido erigida a capela de Nossa Senhora do Patrocínio e que, acrescido de partes do mesmo sítio pertencentes a Bento, seria doada para formalização da capela, culminando com a formação do município de Araras (ALMEIDA, 1948, p. 24).

Pensamos haver um equívoco na afirmação de Almeida (1948) sobre o fim da Lacerda & Irmão. Como demonstra o contrato social obtido na fazenda Paraizo, a firma prosseguiu tendo na direção Antonio Franco de Lacerda e como seu sócio o irmão Joaquim Franco de Lacerda, os dois sendo filhos de José de Lacerda Guimarães. Esta sociedade agrícola denominava-se Antonio Franco de Lacerda & Irmão e foi constituída em 20 de julho de 1869, na cidade de Limeira (SP), e contava com as terras que os irmãos possuíam em igualdade na vila de São Carlos, o sítio da Babilônia, futura fazenda Paraizo. Na sociedade, o sócio Joaquim entrou com um escravo e mais Rs.1:900\$000, quantia que deveria depois ser integralizada pelo sócio Antonio (LACERDA & IRMÃOS, 1869)¹⁴⁴.

A formação de firmas familiares na economia não era exclusividade brasileira no século XIX. Sem fazer uso do lançamento de ações, tradicional maneira de obtenção de capitais usada pelas sociedades anônimas, o crédito necessário à constituição de firmas, até mesmo na Inglaterra de meados do século XIX, advinha do reinvestimento dos lucros próprios, pelo crédito bancário ou pelos capitais de outros agentes financeiros, o que caracterizava a constituição das empresas familiares e seu predomínio na estrutura produtiva britânica (OLIVEIRA, 2003, p. 179). Aliás, as empresas familiares mantiveram sua importância no século XX e XXI¹⁴⁵.

[...] as nações do mundo em desenvolvimento, sobretudo as mais ansiosas por desenvolvimento econômico, necessitam com urgência do empreendimento familiar. Sua situação cultural, política e econômica não tem ainda maturidade suficiente para as estruturas empresariais gerenciadas. Nesses lugares – África, Oriente Médio árabe, boa parte do sul da Ásia e boa parte da América do Sul -, as empresas familiares constituem a melhor esperança de um desenvolvimento bem-sucedido. A atividade empresarial nessas regiões precisa da confiança e do treinamento que a família possibilita e dos recursos que a família é capaz de mobilizar (LANDES, 2007, introdução, p. xi-xii).

¹⁴⁴ O caráter de continuidade dos negócios da firma Lacerda & Irmão, originalmente constituída pelos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães é denotado pela assinatura de Bento de Lacerda Guimarães, tio dos sócios Joaquim e Antonio, como uma das testemunhas.

¹⁴⁵ Segundo Landes (2007, introdução, p. xi), embasado em pesquisas de 1995 e 2003, na União Européia as empresas familiares representam de 60 a 90% do mercado, respondendo por dois terços do Produto Nacional Bruto e dos empregos. Nos Estados Unidos, em meados da década de 1990, mais de 90% das firmas eram familiares, respondendo por mais da metade dos bens e serviços.

Analisando as condições creditícias aos cafeicultores paulistas até a década de 1870, notamos que obter crédito pela via institucional era tarefa das mais complicadas, uma vez que havia poucos bancos e a prática era que os comissários fizessem uso desse crédito bancário, para então repassar aos produtores agrícolas a taxas de juros maiores. Geralmente, os comissários e outros capitalistas locais captavam empréstimos nos bancos a taxas entre 9 e 10%, com prazo de dois anos para pagamento e, depois, emprestavam dinheiro aos cafeicultores na base de juros que não eram inferiores a 12%, podendo chegar até mesmo a 18% ao ano, e com prazo de quitação curto, que variava de 6 meses ao um ano (MARCONDES, 2002, p. 149 e SAES, 1986b, p. 68).

Como visto, o problema do crédito à lavoura não melhorara nem com o Código Comercial de 1850 e a Lei Hipotecária (SAES, 1986b, p. 70) de 1864, que buscou fomentar os bancos de crédito hipotecário, fixando normas para os empréstimos e as garantias das hipotecas, sobretudo escravos e imóveis (LEI HIPOTECÁRIA, 1864). Uma das explicações aos problemas enfrentados para se estabelecer os empréstimos hipotecários remontava às dificuldades da Lei de Terras, pois o fracasso na demarcação das propriedades colocava incertezas ao emprestador no momento de aceitar o imóvel rural como garantia ao empréstimo. Além disso, o comissariado era contra o estabelecimento do crédito hipotecário dos bancos, uma vez que ao fazendeiro seria facultado anular a presença deste intermediário na captação de crédito (RODRIGUES, 2008)¹⁴⁶.

Entre os anos de 1864 e 1870, o Brasil, aliado à Argentina e Uruguai, esteve envolvido na Guerra contra o Paraguai. A participação brasileira foi financiada em grande parte com a expansão do meio circulante nacional, através do aumento da emissão de moeda, dos títulos públicos e dos impostos. Neste período, a província de São Paulo se desgarrou do Rio de Janeiro, com os paulistas se beneficiando da expansão do papel-moeda emitido para financiar a compra de máquinas de beneficiamento do café e escravos, enquanto no Rio de Janeiro se concentrava a aquisição de títulos da dívida pública e se consolidava como centro financeiro nacional. Em São Paulo, predominava o capital produtivo, materializado pela figura do fazendeiro-empresendedor, enquanto no Rio de Janeiro a produção se apartava cada vez mais do centro financeiro. Este desenvolvimento econômico paulista teria não só a exportação cafeeira como pano de fundo, mas também a elevação das exportações de algodão, dinamizadas em

¹⁴⁶ Outra explicação para a pequena procura pelo crédito hipotecário se encontrava na preferência que os bancos davam à utilização de seus ativos em apólices da dívida pública, ao invés dos arriscados empréstimos hipotecários (GRANZIERA, 1979, p. 97).

função da crise da lavoura algodoeira norte-americana com a Guerra de Secessão, entre 1861 e 1865 (GRANZIERA, 1979, p. 99-116).

A conjuntura favorável proporcionada à economia paulista pela Guerra do Paraguai durante a segunda metade da década de 1860 aliou-se aos efeitos produtivos gerados pela implantação das ferrovias na província paulista a partir de 1867. A difusão das estradas de ferro pelo interior paulista dependia, inicialmente, das motivações da São Paulo Railway Co. em estender as linhas ferroviárias interior adentro, em um cálculo que envolvia uma avaliação dos lucros a serem obtidos com o transporte de mercadorias de determinada região, além da viabilidade do terreno. Em não se manifestando interesse do capital inglês, a alternativa que restava aos capitalistas do interior era juntar seus haveres em sociedades anônimas que redundariam em novas companhias ferroviárias ou no financiamento – compra de ações – de ferrovias já existentes a fim de bancar a chegada dos trilhos às suas terras.

No caso da vila de São Carlos, que tivera sua origem na fazenda do Pinhal, propriedade de Antonio Carlos de Arruda Botelho, o futuro Conde do Pinhal, a ferrovia chegou somente em 1884, por iniciativa do próprio Arruda Botelho¹⁴⁷. Considerando que São Carlos se situava a uma distância de aproximadamente 330 km da cidade paulista de Santos e que não havia uma ligação ferroviária até a localidade do interior antes de 1884, a vila de São Carlos do Pinhal se viu apartada dos efeitos multiplicadores desencadeados pelas ferrovias na economia paulista. Esta divisão entre antes e após a chegada dos trilhos, na visão de Truzzi e Bassanezi (2009), é fundamental para se compreender o acelerado desenvolvimento de São Carlos após 1884, apoiado no tripé café-ferrovias-imigrantes.

¹⁴⁷ Antônio Carlos de Arruda Botelho, primeiro e único barão, visconde e conde do Pinhal, (Piracicaba, 23 de agosto de 1827 – São Carlos, 11 de março de 1901) foi um militar, político e empresário brasileiro. Levou a cabo o sonho de seu pai, Carlos José de Arruda Botelho, de fundar uma vila em suas terras. A 4 de novembro de 1857, fundou São Carlos do Pinhal (hoje São Carlos) em companhia do lavrador Jesuíno José Soares de Arruda. Após se esforçar em prol da demarcação das terras da Sesmaria do Pinhal, adquirida por seu pai junto à Coroa portuguesa, e ali fundar *São Carlos*, Arruda Botelho tornou-se um importante líder da sociedade paulista durante o Segundo Império. Foi presidente da câmara de vereadores de Araraquara, chefe do Partido Liberal na região e na província, deputado e presidente da Assembléia Provincial, deputado geral e membro da lista tríplice de senador. Prestou, ainda, serviços ao Brasil na Guerra do Paraguai, cuidando da formação de corpos de voluntários e do abastecimento das tropas. O conde também fundou a "Companhia Rio Claro" que construiu o prolongamento da ferrovia de Rio Claro para São Carlos e para Araraquara; posteriormente a ferrovia foi comprada pela "The Rio Claro São Paulo Railway Company", e finalmente a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que também adquiriu o direito de usar o brasão da família como símbolo para a Companhia Paulista. A 31 de dezembro de 1887, Antônio Carlos de Arruda Botelho conseguiu que todos os escravos de São Carlos do Pinhal obtivessem alforria, o que na prática significou antecipação à Lei Áurea. Por seus méritos, recebeu os títulos de nobreza do Império de barão, visconde e conde do Pinhal.

É de suma importância nos atentar à posição da vila de Araras na geografia paulista. Araras situava-se a aproximadamente 260 km da cidade de Santos e, como veremos adiante no trabalho, teve a chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro no ano de 1877. Como nossa documentação sobre as sociedades agrícolas abertas pela família Lacerda Franco vai do período 1869 até 1881, concluímos que estas firmas devam ser entendidas como excluídas da dinâmica do complexo exportador cafeeiro paulista. Neste caso, a distância de aproximadamente 90 km que separava as vilas de São Carlos e Araras, na prática, seria bem maior, afinal, o progresso representado pelas ferrovias, ao mesmo tempo, que encurtava as distâncias e ampliava as conexões entre as vilas que pertenciam à malha ferroviária, servia também para enclausurar em uma espiral de baixa diversidade econômica as localidades afastadas dos trilhos.

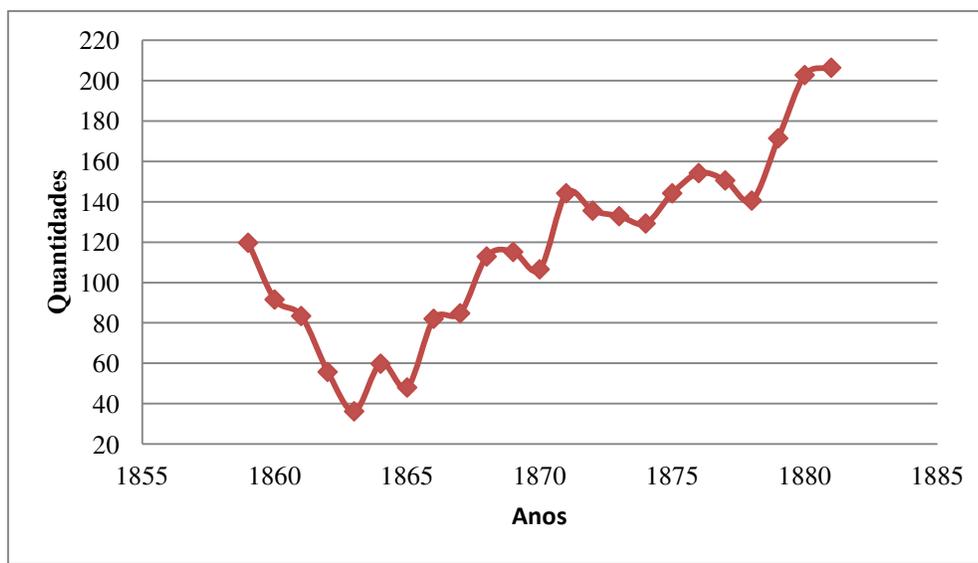
O fato de não apresentarem os efeitos econômicos decorrentes da presença de ferrovias não impõe que às localidades como São Carlos fosse inatingível certo desenvolvimento apoiado na produção cafeeira, como demonstra os negócios do ramo são-carlense da família Lacerda Franco.

De antemão, notamos que a importância do rearranjo da riqueza nos momentos de partilha e seu vínculo com a constituição de empresas familiares foi corroborado pelo contrato assinado no município de Araras – exatamente na fazenda Montevideo – no dia 29 de janeiro de 1874, pelos irmãos Antonio Franco de Lacerda, José Franco de Lacerda e Candido Franco de Lacerda. Com este contrato formou-se a sociedade Lacerda & Irmãos, sendo que Antonio entrou para a sociedade com a parte que lhe cabia na extinta firma Antonio Franco de Lacerda & Irmão – firma que teve com seu irmão Joaquim Franco de Lacerda. Por sua vez, José e Candido Franco de Lacerda adentraram à nova sociedade com a parte a que tinham direito nos bens da extinta firma, como cessionários de seu irmão Joaquim Franco de Lacerda. Além disso, cada um compôs o fundo social da Lacerda & Irmãos com os bens, valores e direitos que houveram por herança de sua finada mãe Clara Miquelina, e da avó materna Maria Lourença de Moraes. A Lacerda & Irmãos tinha sede na vila de São Carlos do Pinhal, tendo como propriedade social a fazenda Paraizo, no bairro da Babilônia, sendo seu fundo social no montante de Rs. 80:000\$000, como indicado no contrato de formação da sociedade (LACERDA & IRMÃOS, 1874).

Ao enquadrarmos este empreendimento dos Lacerda Franco em formar uma sociedade agrícola na metade da década de 1870, torna-se primordial contemplar o estado da

produção e comércio do café no Brasil e, no mundo, afinal, a demanda era uma variável exógena atrelada ao consumo dos países apreciadores de café.

**Gráfico 14: Importação norte-americana de café, 1859-1881
(em milhares de toneladas métricas)**



Fonte: Samper; Fernando (2003, p. 442).

Os Estados Unidos eram o principal consumidor mundial de café no século XIX. Pelo gráfico fica evidente que a Guerra de Secessão (1861-1865), ao mesmo tempo em que possibilitou uma expansão das exportações brasileiras de algodão, no momento em que as plantações de algodão do sul dos Estados Unidos estavam envoltas pela guerra civil, causou também uma queda no consumo do principal produto da pauta de exportação brasileira, o café. Esta diminuição na procura pelo café se refletiu na queda de sua participação no quantum de exportações do período 1861-1870, enquanto que aumentou a participação do algodão.

Tabela 28: Brasil e seus principais produtos de exportação (1851-1910)

Participação (em %) na Receita das Exportações							
Datas	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e peles	Outros	Total
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3	100,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	14,8	100,0
1871-1880	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	11,0	100,0
1881-1890	61,5	9,9	4,2	8,0	3,2	13,2	100,0
1891-1900	64,5	6,0	2,7	15,0	2,4	9,4	100,0
1901-1910	52,7	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4	100,0

Fonte: Singer (2006, p. 387).

Com a diminuição na demanda pelo café advinda da Guerra de Secessão (1861-1865), seria previsível uma queda nos preços internacionais do produto. Entretanto, o que se viu foi o preço de importação do café nos Estados Unidos entre 1860 e 1871 ter uma cotação máxima de 12,7 cents/libra-peso e mínima de 9,7 cents/libra-peso, denotando certa estabilidade nos preços internacionais do café, mesmo atravessando o período da guerra civil nos Estados Unidos.

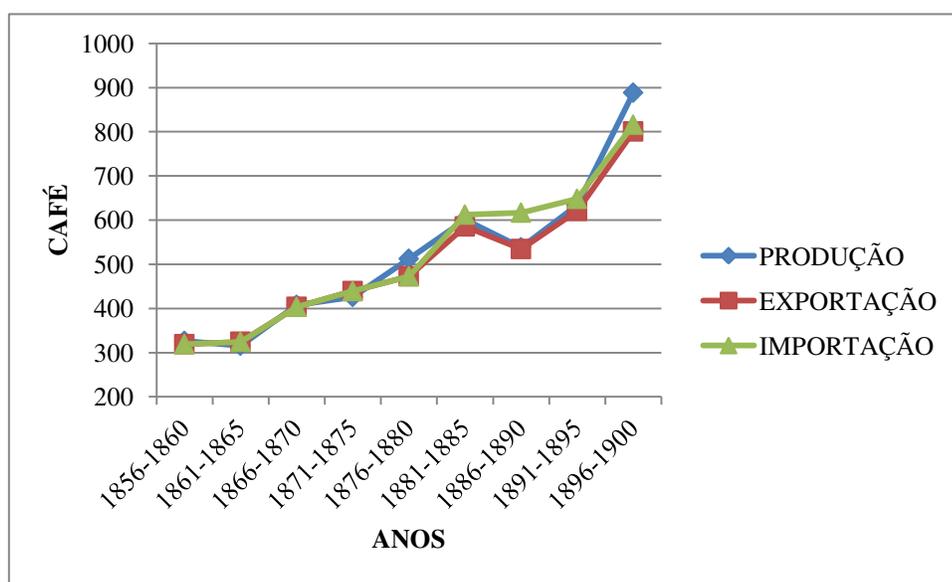
Tabela 29: Preço de importação do café nos Estados Unidos entre 1860-1879 (em cents/libra-peso)

ANO	PREÇO	ANO	PREÇO
1860	11,1	1870	9,8
1861	11,3	1871	12,7
1862	12,5	1872	15
1863	12	1873	19,3
1864	11,5	1874	15,8
1865	11,2	1875	16,7
1866	10,9	1876	16,2
1867	10,1	1877	16,8
1868	9,7	1878	12,5
1869	10,3	1879	13,5

Fonte: DELFIM NETTO (2009, p. 277-278).

Aliás, quanto aos condicionantes externos do mercado cafeeiro, percebemos que no século XIX, a relação entre produção, exportação e importação de café ao redor do globo caracterizava-se pelo equilíbrio, sendo que em alguns períodos, como entre os anos 1885-1895, a importação superava a produção e a exportação, em um cenário favorável à expansão dos cafezais brasileiros. Este equilíbrio só foi quebrado no final do século XIX, tendo como um dos fatores as supersafras brasileiras.

Gráfico 15: Produção, exportação e importação mundial de café, 1856-1900 (em milhares de toneladas métricas)



Fonte: Samper; Fernando (2003, p. 417-419).

É interessante notar um cenário de equilíbrio entre oferta e procura no mercado cafeeiro mundial, considerando que, entre 1873 e 1896, o mundo enfrentou uma grave crise econômica, a Grande Depressão. Ela teria uma explicação endógena, uma vez que, com a Revolução Industrial no final do século XVIII e seus avanços tecnológicos no XIX, principalmente na indústria e nos transportes (navio a vapor e ferrovias) – e também o aumento na produção de alimentos – houve um incremento produtivo que elevou a oferta dos bens, ao interligar produção e consumo entre áreas geograficamente distantes, e fez cair seus preços, implicando em deflação no quarto final do século XIX e na busca por novos mercados

(neocolonialismo, multinacionalização das firmas e monopolização do capital) (LANDES, 1994, p. 242-243).

Quanto aos efeitos da crise ao café brasileiro, vemos que a queda abrupta nos preços internacionais que se verificou entre 1873 (19,3 cents/libra-peso) e 1874 (15,8 cents/libra-peso) não fez diminuir a participação do café como principal gerador de divisas à economia nacional entre 1871-1880, tendo inclusive aumentado sua participação. O equilíbrio do mercado cafeeiro ajudou a combater os efeitos danosos de uma queda no nível de rendimento dos países consumidores, que levaria a uma queda dos preços para se manter a margem de lucro, o que não foi preciso devido às dificuldades da safra cafeeira em Java. Mesmo com a recuperação da economia européia, calcada na sua indústria de bens de produção, a partir de 1875 – no mesmo período em que se inicia uma recuperação da demanda cafeeira norte-americana – não se viu uma alta dos preços do café no mercado internacional, pois a deflação que atingia de forma generalizada os produtos alimentícios se fez também sentir sobre os preços da rubiácea. No caso brasileiro, a baixa dos preços internacionais do café era amenizada pela queda da taxa de câmbio, que aumentava a remuneração do produtor em moeda nacional (DELFIM NETTO, 2009, p. 18-25).

Tabela 30: Taxas médias do câmbio brasileiro, 1863-1882 – em dinheiros por mil-réis

ANO	TAXA MÉDIA	ANO	TAXA MÉDIA
1863	27	1873	26
1864	26	1874	25
1865	25	1875	26
1866	24	1876	25
1867	23	1877	24
1868	17	1878	22
1869	18	1879	21
1870	22	1880	22
1871	24	1881	21
1872	25	1882	21

Fonte: *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*, 2a. edição revista e atualizada, Rio de Janeiro, IBGE, 1990, (Séries estatísticas retrospectivas, vol. 3).

Sustentado por uma taxa cambial favorável à remuneração interna, os cafeicultores brasileiros tinham no câmbio um aliado às tendências deflacionistas de uma economia mundial em plena crise. Com a recuperação em curso das economias, o grande indutor do desenvolvimento agrícola no século XIX voltava com força máxima: a demanda crescente de alimentos pelos habitantes dos núcleos urbanos e industriais ao redor do mundo, consumo lastreado na elevação da renda per capita e da cesta de consumo de cidadãos em um mundo em plena industrialização (HOBSBAWM, 2004, p. 247).

Foi neste cenário promissor ao café brasileiro que no dia 11 de abril de 1881, na cidade paulista de Araras, os irmãos Antonio Franco de Lacerda, José Franco de Lacerda – residentes naquela cidade – e Candido Franco de Lacerda, residente em São Carlos, firmaram contrato para continuar com as atividades de sua empresa familiar, a sociedade agrícola Lacerda & Irmãos. O novo contrato da sociedade dos irmãos Lacerda Franco demonstrava o êxito das atividades cafeeiras nas terras paulistas, pois o fundo social da firma saltou de 80 contos para 200 contos de réis. Outros pontos do contrato seguem abaixo:

CONTRATO DA SOCIEDADE LACERDA & IRMÃOS (ARARAS, 1881).

- Continuavam a sociedade agrícola com a mesma firma social (LACERDA & IRMÃOS)
- Duraria 5 anos a partir daquela data
- Constitui o Fundo Social da firma a Fazenda Paraizo (dividida e demarcada judicialmente), localizada em São Carlos do Pinhal, bairro da Babylonia, com 400 alqueires de terras, 145.000 pés de café, com 42 escravos de serviços, maquina de beneficiar café e engenho de serra movida a vapor, pastos e mais benfeitorias, tudo no valor de Rs. 200:000\$000
- Sócios com direitos iguais de lucros e perdas
- Candido Franco de Lacerda era o gerente da sociedade e com a autorização para usar a firma social
- Na hipótese de morte de um dos sócios, os sócios restantes terão direito a parte do falecido na firma, deduzido 20% da avaliação judicial ou amigável

- Sede da sociedade era o Termo de São Carlos do Pinhal, onde residia o gerente Candido e ficava a fazenda Paraizo, pertencente à sociedade
- Nenhum sócio poderá vender, hipotecar ou transferir a outrem qualquer parte que tenha no fundo social sem a concordância dos outros sócios que, neste caso, terão que assinar a escritura de venda.

A estrutura desta típica empresa familiar se valia da concentração do capital e das decisões nas mãos dos sócios/irmãos. Os negócios progrediram e a acumulação do ramo são carlense da família Lacerda Franco era nítida. Todavia, eles não constituíam o núcleo dinâmico da família. Haviam herdado do pai José de Lacerda Guimarães e do tio avô Alferes Franco o espírito desbravador. Mas, a geografia que lhes permitiu se tornarem proprietários de terras em uma localidade apartada das comunicações com o setor dinâmico da economia paulista, impôs, simultaneamente, que aos Lacerda Franco que ficaram em Araras ou se instalaram em outras vilas empreendessem a verdadeira inserção da família no complexo exportador cafeeiro paulista.

6.2 – Araras (SP): formação do município sob o jugo dos irmãos Lacerda Guimarães

O ano de 1862 marcou a divisão da herança do Alferes Franco, mas naquele mesmo ano, um passo decisivo à constituição de uma nova localidade era dado. Das terras legadas pela viúva, Dona Maria Lourenço, e seu genro, Bento de Lacerda Guimarães, compunham-se o sítio das Araras. Esta propriedade localizava-se na vila de Rio Claro, mas pela lei provincial n° 17, de 20 de abril de 1864, ela passou a pertencer à vila da Limeira.

A origem desta propriedade está no desmembramento da sesmaria de uma e meia légua em quadra (4.050 alqueires), concedida em 1818, a Francisco de Góes Maciel, Vicente Pires de Andrade e Manoel da Rosa Maciel, no ribeirão das Araras. Naquele ano, uma quarta parte da sesmaria, com 1.125 braças de testada por légua e meia de sertão, foi adquirida por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o Senador Vergueiro. Posteriormente, em 25 de dezembro de 1836, Vicente Pires de Andrade e Manoel da Rosa Maciel venderam suas partes, e a

propriedade foi dividida, cabendo a Alexandre de Góes Maciel a metade e, ao Senador Vergueiro e Francisco Góes Maciel, um quarto a cada um (ALMEIDA, 1948, p. 22).

Na parte de Alexandre de Góes Maciel veio a se formar o sítio do Bom Sucesso, propriedade rural dedicada ao fabrico de açúcar e aguardente, mas também com criação de gado. Com a morte de Alexandre em 16 de julho de 1854, o sítio do Bom Sucesso – a época pertencente a Rio Claro, no bairro das Araras – com seus 46 cativos, algumas cabeças de gado e o engenho foi colocado a venda¹⁴⁸. Isto se deu em virtude de o passivo ser maior que o ativo no inventário. O sítio do Bom Sucesso foi vendido e seu comprador foi Joaquim Franco de Camargo, o Alferes Franco.

Dentre as propriedades deixadas pelo Alferes Franco se encontrava o sítio das Araras, que compreendia o antigo Bom Sucesso, de Alexandre Góes Maciel, e outras porções de terras que haviam sido adquiridas a terceiros, possuindo o imóvel 600 alqueires e benfeitorias: casa de engenho de açúcar com seus acessórios; máquina; cilindro; um estanque; dois caixões; uma balança de conchas e quatro pesos que faziam tudo três arrobas e vinte libras; 49 formas de açúcar; seis cochos de azedar; um cocho de garapa; duas resfriadeiras; um alambique com capelo; 6 espumadeiras; três reminhões avaliados por Rs. 4:264\$880; uma casa de morada avaliada por Rs. 800\$000; uma casa de feitor e outra contígua para os escravos, avaliados por Rs. 300\$000; a casa que fora de José Maciel avaliada por Rs. 200\$000; a casa que fora de José de Siqueira Lima avaliada por 50\$000; 40 quartéis de cana; 20 quartéis de cana nova; 11 alqueires de roça de milho; 4 alqueires de planta de feijão; um arrozal (ALMEIDA, 1948, p. 23).

Excluindo-se as benfeitorias citadas, a propriedade (inclusive pastos, cercas e açude) foi avaliada por Rs. 32:000\$000, importância esta que foi lançada no quinhão de Manoela Assis de Cássia, casada com Bento de Lacerda Guimarães, que se traduziu nos canaviais novos e sete alqueires de roça de milho. As demais benfeitorias e plantações (engenho, casas de moinho, canaviais velhos e outras) foram lançadas na meação da viúva, Dona Maria Lourenço de Moraes.

¹⁴⁸ Na descrição das benfeitorias encontradas no sítio do Bom sucesso estavam: casas de morada coberta de telhas, paiol, pastos, uma casa coberta de telhas de engenho de cilindro, com cinco tachos, um alambique, duas resfriadeiras, dois estanques, sendo um novo e outro velho e estragado, 49 formas, 5 escumadeiras de cobre, 9 caixas, um caixão de guardar açúcar, uma balança com coxas de pau com quatro arrobas de peso e outros utensílios para o serviço da fábrica de açúcar (ALMEIDA, 1948, p. 22).

Concomitante à partilha dos bens do Alferes Franco, em 1862 foi construída uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora do Patrocínio, no sítio das Araras, em sua parte ocidental, frente à estrada de Limeira à Pirassununga, no divisor das águas entre o ribeirão das Araras e o seu afluente das Furnas¹⁴⁹. Em 19 de maio de 1865, Bento de Lacerda Guimarães e sua esposa Manoela Assis de Cássia, acrescidos de José de Lacerda Guimarães, lavraram uma escritura de doação para patrimônio à Capela de Nossa Senhora do Patrocínio que dizia:

Escritura de doação para patrimônio, que fazem Bento de Lacerda Guimarães e sua mulher Dona Manoela Assis de Cássia e José de Lacerda Guimarães, como abaixo se declara: Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação para patrimônio virem, que sendo no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e cinco, aos dezenove dias do mês de maio do dito ano, neste Sítio denominado das Araras, Distrito de Limeira, onde fui vindo eu tabelião e aí presentes partes entre si avindas e contratadas, Bento de Lacerda Guimarães e sua mulher Dona Manoela Assis de Cássia e José de Lacerda Guimarães, todos reconhecidos de mim tabelião e das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas, perante as quais por eles foi dito que, tendo edificado nas suas terras uma capela sob invocação de Nossa Senhora do Patrocínio, e querendo constituir para a mesma patrimônio, na conformidade das leis canônicas, doavam para esse fim um terreno para a dita capela, com quinhentas braças de largo, começando dita medida na ponte do ribeirão das Furnas, e seguindo pela estrada pelo largo da capela, até completar ditas braças, cujo terreno para todo o sempre pertencerá a mesma capela, renunciando eles doadores os direitos que os mesmos tinham e nunca em tempo algum, nem eles ou seus herdeiros poderão reclamar contra esta doação, podendo porém eles doadores, ou seus filhos construírem no terreno ora doado as casas que forem precisas para as suas habitações independente do pagamento de qualquer preço, pensão, foro ou aluguel à capela doada, tendo o mesmo direito as pessoas que até aqui tenham concorrido para a capela edificada, não se transmitindo porém os direitos destes às suas famílias. Por eles outorgantes foi dito que aceitavam a presente escritura na forma declarada [...] (ALMEIDA, 1948, p. 24).

Em 22 de outubro de 1868, veio a provisão canônica que instituiu a capela curada. Ainda neste ano, em 27 de dezembro, foi instituída a paróquia. No ano seguinte, em 22 de julho de 1869, pela provincial nº 42, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras. A freguesia do Patrocínio das Araras foi composta por terras que pertenciam às vilas de Limeira, Rio Claro, Mogi Mirim e Pirassununga, tendo como divisas: dividindo com Mogi, começavam pela beira do ribeirão do Ferraz no rio Mogi Guaçu e subindo por ele acima, entrando no município de Limeira, seguem a procurar a cabeceira; desta procura o espigão de Vicente de Almeida Prado e seguindo o mesmo até passar a fazenda do senador José Manoel da Fonseca e

¹⁴⁹ Nos apontamentos de Marques (1980, p. 91), ele descreve Araras como: rio afluente da margem esquerda do Mogi-Guaçu; corre na direção mais geral de Oeste para Leste, curvando depois para o Norte, e seguindo esta direção até sua confluência. Rega a povoação de seu nome, e parte do município de São João do Rio Claro. A referência a esta ave viria pelo fato de no passado elas serem recorrentes na região do ribeirão, que ficou conhecido como ribeirão das Araras.

frontear o cafezal do coronel José Estanislau de Oliveira e procurando o meio deste cafezal seguem por ele até passar a fazenda Angélica – do Senador Vergueiro – e logo adiante fronteando a cabeceira do padre Joaquim Franco de Camargo – um dos filhos do Alferes Franco – desce por esta abaixo até o princípio; ficando a fazenda Cresciumal – propriedade do senador Francisco Antonio de Souza Queiroz – pertencente à paróquia de Pirassununga, e a de São José, de propriedade do Barão de Araraquara, à de São João do Rio Claro (ALMEIDA, 1948, p. 25).

A 24 de março de 1871, pela lei provincial nº 29, a povoação de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras foi elevada à vila. Em sua primeira eleição para a formação da Câmara Municipal de Araras, realizada em 7 de setembro de 1872, foram eleitos os vereadores: Augusto Cincinato de Almeida Lima (presidente), Bento de Lacerda Guimarães, Antonio Alves Galvão, Martinho da Silva Prado Junior (Martinico), João Soares do Amaral, Hermenegildo Ribeiro do Prado, José Gonçalves de Souza Freire e Jorge de Aguiar Whitaker, que tomaram posse a 7 de janeiro de 1873. Na mesma data realizou-se a eleição dos juízes de paz para o quadriênio (1873-1876), em que foram escolhidos os nomes de Antonio Alves de Almeida Sales, José de Lacerda Guimarães e João Soares do Amaral (ALMEIDA, 1948, p. 25 e 26).

Uma análise pormenorizada dos integrantes da primeira Câmara ararense permite a aferição do poderio dos Lacerda Franco desde a formação da vila de Araras. O vereador Bento de Lacerda Guimarães conseguiu emplacar entre os eleitos o nome de João Soares do Amaral, casado com sua sobrinha Maria da Glória Lacerda, que era filha de seu irmão José de Lacerda Guimarães (juiz de paz) e Clara Miquelina. Sobressalta também o nome de Martinho da Silva Prado Junior, o Martinico, cuja expansão financeira com os negócios do café fez com que ele partisse das terras ararenses para a região de Ribeirão Preto¹⁵⁰.

Enquanto isso, em 1868, o irmão de Antonio, Martinico Prado, foi colocado à frente de “Campo Alto” e “Santa Cruz” [fazendas no município de Araras], depois de ter tido um aprendizado de dez anos de vida de interior. Pelo fim da década de 70, Martinico estava a caminho para estabelecer sua própria fortuna, tornando-se um dos líderes pioneiros a mover a fronteira do café para o norte. Deixando Casa Branca em 1877, Martinico explorou os municípios de São Simão e Ribeirão Preto, mandando de lá comentários enaltecendo seu potencial para o café [...] Pouco depois da pesquisa pelos municípios do norte, Martinico adquiriu sua primeira fazenda em Ribeirão Preto, batizando-a “Albertina”, em homenagem à sua mulher. Em 1885, mais provavelmente com dinheiro

¹⁵⁰ Martinho da Silva Prado Junior, que era neto de Antonio da Silva Prado, o Barão de Iguape, além de possuir duas fazendas no município, Campo Alto e Santa Cruz, deixou outras marcas na cidade de Araras, como a biblioteca municipal, que leva seu nome, e um bairro rural denominado Núcleo Caio Prado.

emprestado por seu pai, e com os lucros de “Albertina”, comprou uma fazenda maior, “Guatapar”, de 6.000 alqueires, ao preço de 70 contos [...]

Em 1889, os Prado adquiriram sua maior plantao, “São Martinho”, no município de Ribeirão Preto. Descrevendo a plantao do modo costumeiro, como um colosso fascinante como nenhum outro na província, Martinico convenceu Martinho a adiantar sua herança e colocar dinheiro adicional para compr-la. Martinho, Martinico e Antonio tornaram-se sócios em “São Martinho”, que era a segunda maior plantao de café no Brasil, e a maior em um único bloco de terra. Medindo perto de 14.000 alqueires, “São Martinho” foi comprada por 600 contos e chegou a ter 3.400.000 ps de café (LEVI, 1977, p. 165 a 167).

A força política da família Prado¹⁵¹ e de seus negócios no município de Araras era inegável, tendo em Martinho um grande expoente da economia cafeeira e do republicanismo, pois era membro do Partido Republicano Paulista (LOVE, 1982, p. 150 a 154). O Partido Republicano Paulista (PRP), formado em 1873, na cidade de Itu, era a expressão dos interesses econômicos e políticos da lavoura e do grande capital cafeeiro. Em seus quadros estava boa parte dos representantes do complexo cafeeiro que se formaria no Oeste Paulista, dentre eles Martinico Prado e Antonio de Lacerda Franco, republicanos que residiam na cidade de Araras.

A quadra histórica em que se formou o PRP teve como componentes o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Lei do Ventre Livre. A participao dos cativos no exército nacional durante a guerra causou grande polmica acerca das liberdades de um povo para combater e da visão dos oficiais militares como feitores de escravos, imagem compartilhada pela sociedade brasileira e pelos oficiais dos outros países beligerantes, e que contribuiu para um sentimento abolicionista junto às forças armadas brasileiras (SCHULZ, 2004, p. 297).¹⁵² O debate acerca da continuidade da escravidão, em que pese não ter se iniciado em 1870, foi acirrado pelos chagas expostas pelo conflito. Até que, em 28 de setembro de 1871, o gabinete conservador chefiado pelo Visconde do Rio Branco aprovou a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de escravos nascidos no país a partir daquela data¹⁵³. O conservador Rio Branco foi conduzido por D. Pedro

¹⁵¹ Levi (1977), em seu estudo *A Família Prado*, cita a trajetória dessa família e como ela foi se aproveitando das oportunidades abertas pela economia cafeeira do Oeste Paulista. Homens como Martinho Prado, Martinico e Antonio Prado souberam se infiltrar nas mais diversas atividades, garantindo  parentela o controle em diversas áreas: presidência da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, novas fazendas de café nas zonas pioneiras, casa comissária e outros empreendimentos que fizeram parte deste caso representativo da diversificao dos negócios do café.

¹⁵² Para melhor esclarecimento da questão, ver COSTA, Wilma P. (1996). *A Espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*.

¹⁵³ Segundo o disposto na lei, os filhos dos escravos - chamados de ingnuos - tinham duas opoes: ou ficavam com os senhores de suas mães até a maioridade (21 anos) ou poderiam ser entregues ao governo. Na prática, os escravocratas mantiveram os ingnuos nas suas propriedades, tratando-os como se fossem escravos. Dessa forma, vemos que o gradualismo foi a soluço encontrada pelos políticos nacionais para atacar a nefasta instituio do escravismo no Brasil, o que ia ao encontro dos interesses da elite proprietária.

II à liderança do gabinete imperial em março de 1871, em virtude ainda dos atritos entre política e exército durante a Guerra do Paraguai, quando o presidente do Conselho de Ministros, o liberal Zacarias de Góes, perdeu a queda de braço com o chefe das forças armadas brasileiras no Paraguai, o marechal Caxias.

No período entre 1868-1871, os gabinetes se sucederam sempre sob o espectro do debate que deveria ser feito acerca de uma lei abolicionista e as dificuldades de aprová-la junto aos políticos do Império. A questão escravista tinha como pano de fundo o próprio debate acerca da hegemonia *saquarema* na política imperial, uma que vez este grupo tinha em sua composição vários cafeicultores escravistas do Vale do Paraíba que eram contrários às medidas abolicionistas. Esta posição causou um fracionamento dentro do grupo saquarema devido aos políticos da região norte/nordeste serem favoráveis à lei, pois as crises econômicas levaram dificultaram aos potentados nordestinos a obtenção de escravos e induziram-lhes a vender seus plantéis à região sul/sudeste (SALLES, 2009, p. 72-73).

O posicionamento em um dos lados – escravistas ou abolicionistas – extravasava as ideologias e diferenças políticas entre liberais, conservadores e o novo grupo representado pelos republicanos. Os republicanos tiveram como ponto de partida da atividade política o Manifesto Republicano publicado no Rio de Janeiro e que, embasado nas idéias liberais clássicas, apregoava, além do federalismo e a descentralização, a verdade democrática, representação, direitos e liberdades individuais, demandas que emanavam de indivíduos egressos de linhas radicais, como Cristiano Ottoni e que representavam os republicanos do Rio de Janeiro, um grupo composto por profissionais liberais e homens de negócio, sobretudo advogados e jornalistas¹⁵⁴. Por sua vez, os republicanos de São Paulo possuíam menos profissionais liberais em suas fileiras e maior número de proprietários rurais ligados ao café, sendo presente a figura do advogado-fazendeiro, como no caso de Campos Sales. Os republicanos paulistas tinham o pragmatismo como sua característica, aliando-se muitas vezes aos conservadores a fim de alcançar seus objetivos, que se fincavam em: defesa dos interesses locais expressa no desejo do federalismo, sem qualquer menção ao fim da escravidão (CARVALHO, 2007, p. 208-221).

A defesa dos interesses locais por parte dos políticos de São Paulo baseava-se na ascensão econômica da província paulista durante o século XIX, apoiada no crescimento das

¹⁵⁴ Dentre os nomes de políticos republicanos do Rio de Janeiro, além de Ottoni, constavam: Limpo de Abreu, Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Rangel Pestana, Lopes Trovão e Silva Jardim.

exportações de café. Entre 1840-1849, a participação paulista na receita total do Império representava 2,13% e, entre 1840-1853, de São Paulo vinham 21,75% dos ministros e 8,57% dos deputados. Todavia, no período 1870-1879, 5,02% da receita do Império era arrecadada em São Paulo – e na década de 1880 esta arrecadação chegaria a 8,40% - mas, entre 1871-1879 somente 9,09% dos ministros e 7,20% dos deputados eram paulistas. O sentimento de usurpação da renda paulista se evidenciava na constatação que, na década de 1850, 80% dos impostos arrecadados pelo Governo Central na província de São Paulo permaneciam em solo paulista (proporção entre a receita e a despesa do Império em São Paulo); porém, na década de 1870, esse número diminuiu para 34%, caindo para 27% na década de seguinte¹⁵⁵.

O êxito econômico da São Paulo cafeeira era concomitante à cizânia deflagrada no grupo saquarema. A coalizão de burocratas, comerciantes e proprietários rurais com base na economia cafeeira do Rio de Janeiro, que comandavam o Partido Conservador, encontrava-se em momento descendente de sua trajetória econômica e política, com o crescimento do café nas Minas Gerais e em São Paulo, além do charque no Sul. Estas províncias tinham a ânsia de traduzir os ganhos econômicos em capital político, sendo que o controle da política poderia assegurar aos seus detentores as ferramentas necessárias à manutenção do crescimento econômico. O debate centralismo *versus* federalismo delineava a dicotomia entre conservadores e republicanos, considerando que, no fundo esta divergência significava um momento de mudança na história política e econômica brasileira, com a substituição de uma elite dirigente por outra.

A autenticidade das forças sociais, que operam de baixo para cima, se mantém pura mediante o processo de circulação e revitalização das elites. A história não é senão um cemitério de elites, que correm, ao longo do leito secular, como um rio: a classe dirigente de hoje não será a mesma de ontem (FAORO, 2000, p. 102).

Neste ínterim, a questão abolicionista mais uma vez sofreu com a ótica do gradualismo, tendo contra si tanto a atual elite quanto a futura. Se, os paulistas queriam a reforma do modelo político, ao mesmo tempo, em 1872, contando com 11,2% do plantel nacional de escravos concentrado nas lavouras cafeeiras, sobretudo no Vale do Paraíba, compreendia-se a posição dos republicanos paulistas contra a Lei de Ventre Livre, que aceleraria o processo de exclusão da mão-de-obra nas lavouras e desvalorizaria os africanos na condição de ativos dos

¹⁵⁵ Os dados sobre o número de ministros e políticos de São Paulo no Governo Imperial vieram de Carvalho (2007, p. 135-136). Os dados fiscais de São Paulo vieram de Diniz (2010, p. 199-200).

fazendeiros. O lado escravista, de forma geral, contava com as províncias do Sul, sendo que Rio de Janeiro (acrescida da corte), Minas Gerais e São Paulo, somadas, tinham em 1872, a cifra de 55,4% do plantel escravista brasileiro – sendo que no Norte/Nordeste, a Bahia possuía o maior plantel escravista com 11,2% dos cativos (MARCONDES, 2009, p. 172).

Felizmente, a Lei do Ventre foi aprovada em 1871. A aprovação da lei demonstra que os paulistas ainda não controlavam as rédeas do jogo político nacional. Mas, eles sabiam da necessidade de cambiar o capital econômico em poder político. Internamente, o Partido Republicano Paulista, diferente do congênere fluminense, foi erigido a partir de uma forte estrutura organizacional baseada em células municipais (CARVALHO, 2007, p. 209). O município paulista de Araras foi berço de grandes republicanos, como Martinico Prado. Contudo, quem realmente delineava os contornos políticos que a nova localidade passaria a ter eram os Lacerda Franco, encabeçados pelos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães que, ao lado de Augusto Cincinato de Almeida Lima, eram os três ararenses de maior renda, como demonstra a tabela 31 (página 148). Na eleição de vereadores para o quadriênio 1877-1880 foram eleitos: Francisco Antonio Leite (presidente), José Martinho Pacheco, Martinho da Silva Prado Junior, José Gonçalves de Souza Freire, Manoel Augusto de Arruda Lima, João Soares do Amaral, e Bento de Lacerda Guimarães¹⁵⁶. Como juízes da paz para o mesmo quadriênio foram eleitos: Jorge de Aguiar Whitaker, Antonio Alves de Almeida Sales, Antonio Joaquim de Vasconcelos Pinto Junior e José de Lacerda Guimarães.

Em 7 de janeiro de 1881, tomou posse a terceira vereança ararense para o quadriênio 1881-1884, cujos representantes eram: Antonio de Lacerda Franco (presidente), José Franco de Lacerda, Olegário Moreira Lima, Inácio Ubaldino de Abreu, padre Joaquim Franco de Camargo, Joaquim José Tadim, Manoel Augusto de Arruda Lima, Jorge de Aguiar Whitaker. Como juízes de paz foram eleitos: Bento Francisco de Paula Souza (então Presidente da Assembléia Legislativa da Província), Joaquim Alves Franco, Antonio Elias de Arruda Lima e Manoel Alves da Silva Braga (ALMEIDA, 1948, p. 26 e 29).

A presença da família Lacerda Franco nos círculos político-jurídicos ararenses se fazia vigorosa. Bento de Lacerda Guimarães foi presidente da Câmara; seu filho Antonio de

¹⁵⁶ Bento de Lacerda Guimarães e Martinho da Silva Prado Junior não tomaram posse em 7 de janeiro de 1877 por estarem, respectivamente, na Europa e o outro na vila de Casa Branca. Aliás, Martinho Prado nem chegou a servir na legislatura (ALMEIDA, 1948, p. 29).

Lacerda Franco seguiu a mesma trajetória; José de Lacerda Guimarães foi juiz de paz¹⁵⁷; seu filho José Franco de Lacerda e seu genro João Soares do Amaral foram vereadores; o padre Joaquim Franco de Camargo, filho do Alferes Franco e cunhado dos irmãos Lacerda Guimarães, chegou a vereança; além do juiz de paz Joaquim Alves Franco, filho de Albino Alves Cardoso¹⁵⁸ e Carolina Amélia de Camargo – filha do Alferes Franco – portanto, sobrinho dos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães. Com grande parte da família arvorada nos centros de controle da política do município de Araras, as decisões da Câmara Municipal dificilmente iriam de encontro aos interesses dos seus membros, como ficou demonstrado no episódio da construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras.

A Câmara Municipal de Araras nomeou, no dia 7 de janeiro de 1878, a *Diretoria das Obras da Matriz* que ficava incumbida de receber donativos, promover e administrar a construção da referida igreja. A Diretoria era composta por: Francisco Antonio Leite (presidente da Câmara), José de Lacerda Guimarães e pelo padre Manoel das Dôres Brasil (vigário da paróquia). Uma das principais doações veio do falecido Albino Alves Cardoso, que legou à construção da Matriz Rs. 20:000\$000, conforme seu inventário (ARARAS, 1878; ALMEIDA, 1948, p. 27).

Contudo, José de Lacerda Guimarães, em decorrência de problemas de saúde, ficou impedido de continuar na Diretoria, como demonstra seu ofício de 11 de agosto de 1879, lido cinco dias depois pelos vereadores na sessão da Câmara Municipal.

Vendo-me forçado pelo estado precário de minha saúde a ausentar-me temporariamente desta cidade para o fim de dar alívio aos meus sofrimentos, cumpre-me agradavelmente o dever de agradecer a Vossas Senhorias a prova de confiança que me distinguiram nomeando-me para na qualidade de Membro do Diretório tomar parte na administração das obras da Matriz que se constrói nesta Cidade, e ao mesmo tempo comunicar a Vossas Senhorias que não me é possível continuar naquele honroso cargo que procurava desempenhar com sincero e dedicado empenho, vendo-me por isso, malgrado me forçado a pedir à Vossas Senhorias que se dignem a aceitar a exoneração que dele peço.
– Cumpre-me também declarar a Vossas Senhorias que *os dinheiros destinados para*

¹⁵⁷ Competia aos juízes de paz conciliar as partes envolvidas em causas cíveis cujo valor não excedesse a Rs. 100\$000, processar e julgar as infrações de posturas municipais, a concessão de fiança provisória, obrigar a assinar termo de segurança ou de bem viver (ALMEIDA, 1948, p. 26).

¹⁵⁸ Albino Alves Cardoso era filho de Joaquim Alves e Joaquina Alves Franco, nasceu em Itatiba no ano de 1826. Casou-se com Carolina Amélia de Camargo, filha do alferes Joaquim Franco de Camargo e Dona Maria Lourenço de Moraes. Faleceu na cidade de Araras, em 10 de novembro de 1875, e do seu inventário constavam: casas da vila, uma chácara com benfeitorias, alfaias da fazenda de Limeira e de Araras, a fazenda São Bento com benfeitorias, 159.000 cafeeiros, ranchos para tropeiros, senzalas, grande número de escravos, ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, veículos e grande importância em dinheiro na forma de dívidas ativas e nas casas comissárias em Santos, onde negociava café (Souza Queiroz & Vergueiro; Salles Oliveira & Sá; Vianna & Cia.) (MATTHIESEN, 2010, p. 30 e 31).

aquela obra e por mim recebidos, acham-se depositados na Casa Commercial que na cidade de Santos, gira sob a firma social J. F. DE LACERDA & Companhia, de onde podem segundo o ajuste feito por meu intermédio, ser retirados com prévio aviso de trinta dias, nesta data faça a aquela casa que ficam as quantias existentes, de harmonia com o referido ajuste, à disposição da Ilustríssima Câmara Municipal desta Cidade. Agradecendo a Vossas Senhorias a consideração que me honraram; inteiro os meus protestos de subida estima. Deus Guarde a Vossas Senhorias. Patrocínio das Araras, onze de Agosto de 1879. Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal das Araras. José de Lacerda Guimarães (CÂMARA ARARAS, 1879).

Ainda na sessão de 16 de agosto de 1879, a Câmara deliberou um rearranjo na Diretoria das Obras da Matriz, que passou a contar com os seguintes membros: Francisco Antonio Leite (presidente e tesoureiro), João Soares do Amaral (genro de José de Lacerda Guimarães) e Olegário Moreira Lima (genro de Albino Alves Cardoso, que por sua vez era concunhado dos irmãos Lacerda Guimarães). No dia 27 de janeiro de 1881, a Diretoria comunicava à Câmara Municipal de Araras a conclusão das obras da Igreja Matriz, comunicado lido na sessão do dia seguinte, quando os vereadores, convidados pelos membros da Diretoria, dirigiram-se até a nova igreja, onde o diretor José de Lacerda Guimarães entregou a chave da capela ao presidente da Câmara, e seu sobrinho, Antonio de Lacerda Franco, que, por sua vez, ofereceu-a ao vigário da paróquia, o padre Antonio Amancio de Souza Coutinho. O reverendo fez questão de lembrar os esforços pecuniários e pessoais de Bento de Lacerda Guimarães, a grande doação de Albino Alves Cardoso e concedeu um voto de gratidão aos membros da Diretoria das Obras da Matriz pela construção do templo. Entretanto, somente os votos do vigário não eram suficientes para cobrir os gastos advindos da construção (CÂMARA ARARAS, 1881).

Na sessão camarária de 10 de janeiro de 1881, aos vereadores foi colocada a votação de um imposto a fim de ressarcir os gastos que um dos membros da Diretoria das Obras contraíra para a finalização da igreja. Quem cobrava a dívida era José de Lacerda Guimarães, antes mesmo de entregar a chave ao vigário. Apesar da Câmara Municipal de Araras contar à época com três membros efetivos da família Lacerda Franco – Antonio Franco de Lacerda (que era o presidente), José Franco de Lacerda e o padre Joaquim Franco de Camargo – havia também vozes dissonantes em meio a este domínio. Uma delas do vereador suplente Antonio Joaquim de Vasconcellos Pinto que, em seu parecer, mostrou-se contrário à criação de um imposto que sanasse problemas financeiros de particulares em detrimento de toda a municipalidade.

[...] encarregado da honrosa missão que me prodigalizou esta muito respeitosa corporação, como membro da Comissão de parecer sobre as obras da Matriz desta cidade, relativamente as suas necessidades pecuniárias, cuja construção se finaliza, e tão bem, de prover por meio de impostos os habitantes deste Município, os recursos necessários para pagamento de quota que diz a distinta Comissão signatária do ofício apresentado na sessão antecedente em que alega a Comissão, estar as referidas obras oneradas de dívidas para com um de seus membros, importância essa, para a qual pretende a comissão que esta Câmara vote medidas para o fim de indenizá-lo; tenho a dizer e em meu franco parecer, e com muito pesar o digo, por que não deixo de reconhecer as honradas qualidades com que muito se distingue a Diretoria das referidas obras – e eu as reconheço – que estando este Município já bastante onerado de impostos, e que ainda temos de sobrecarregá-lo mais para fins de que muito necessita prover-se, porque esta Câmara ainda não dispõe dos necessários recursos para satisfazer as suas mais palpitantes necessidades, sou de parecer que não se vote medida alguma para tal fim, não só porque não considero a Câmara onerada com essa dívida que pela qual não se comprometeu em autorizá-la na construção do referido templo, como porque, estou inteiramente convencido, que a distinta Diretoria desse edifício, foi iludida em sua boa-fé, e disto me convenço por experiências que tão bem adquiri em meus pequenos serviços que por minha conta mandei fazer lá; e como não julgo a Municipalidade responsável pelos prejuízos a que esteve exposto o templo referido, para o qual os habitantes deste Município não pouparam sacrifícios para edificá-lo; que, senão o lamentam, é porque reconhecem muita probidade nas pessoas que compunham o Diretório dessas obras. Portanto, é meu franco parecer, e voto por ele, que não se sobrecarregue o povo com mais este tributo além de tantos que sobre ele pesa, e deixemos essa equidade para tempos mais propícios; equidade, digo eu, entenda-se bem, é porque: se a Diretoria foi vítima da sua boa-fé iludida conforme é notório nesta Cidade, não é justo que a Municipalidade sofra por ela (CÂMARA ARARAS, 1881).

O parecer do vereador Vasconcellos Pinto parece dotado de bom sentido administrativo, visando impedir um imposto que, a seu ver, teria se dado de forma supérflua por José de Lacerda Guimarães. Mas, como exposto no subtítulo, a cidade de Araras tornar-se-ia o lócus do poderio econômico-político dos Lacerda Franco, que tratavam de aparelhar as instituições políticas locais com seus membros a fim de manobrar as decisões que lhe dissessem respeito. Dessa forma, na sessão camarária de 15 de janeiro de 1881, o vereador padre Joaquim Franco de Camargo – cunhado de José de Lacerda Guimarães – apresentou seu parecer favorável à criação do imposto, que, no entanto, foi duramente criticado pelo vereador Vasconcellos Pinto, que alegava, além das razões citadas na sessão anterior, limitação da Câmara a deliberar sobre causas de no máximo um conto de réis e que, se a Comissão das Obras da Matriz desejasse alguma indenização, o pedido deveria ser enviado à Assembléia Provincial, uma vez que, a Câmara Municipal de Araras nem fora comunicada da realização destes elevados gastos (CÂMARA ARARAS, 1881).

Como era previsto, apesar do voto contrário de Vasconcellos Pinto, na mesma sessão de 15 de janeiro, os outros vereadores aprovaram a criação de um imposto de quinhentos réis sobre muros das frentes e travessas das ruas da cidade, que serviria para pagar um empréstimo a ser tomado pela Câmara junto ao Governo Provincial a fim de quitar a dívida com José de Lacerda Guimarães, atendendo ao parecer do vereador padre Joaquim Franco de Camargo.

O domínio político pôde ser comprovado com o caso da Matriz no início dos anos 1880. Se, por sua vez, restava alguma dúvida quanto à distinção e proeminência dos Lacerda Guimarães na vila de Araras, ela foi desfeita em 1884, quando o príncipe consorte, o Conde d'Eu, em visita às vilas ligadas pelos trilhos da linha da Paulista e da Mogiana, hospedou-se na casa de José de Lacerda Guimarães, na volta de Descalvado, Pirassununga e Porto Ferreira, sendo que no dia seguinte rumou no sentido de Campinas (MOURA, 1999, p. 263).

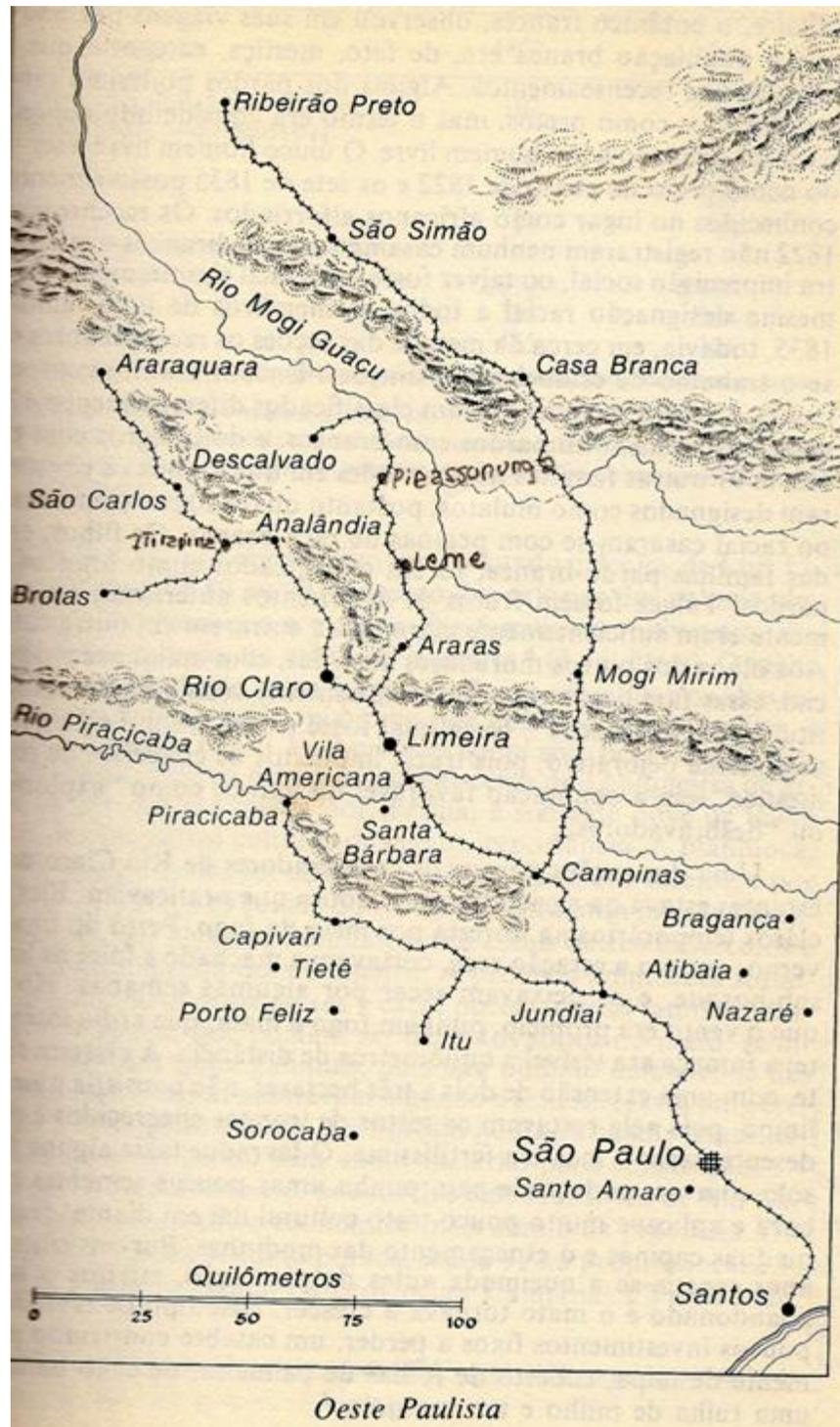
Por sua vez, o poderio dos Lacerda Franco não se restringiu à vila de Araras. Ela foi somente a base para o salto da família rumo ao domínio do comércio do café paulista e suas atividades paralelas.

Tabela 31: lista dos habitantes com maior renda do município de Araras e suas respectivas ocupações, em 1876

HABITANTE	PROFISSÃO	RENDA (em mil réis)
1 – Augusto Cincinato de Almeida Lima	fazendeiro	20.000
2 – José de Lacerda Guimarães	fazendeiro	20.000
3 – Bento de Lacerda Guimarães	fazendeiro	20.000
4 – Antonio José de Castro Junior	médico	1.000
5 – Antonio de Lacerda Franco	fazendeiro	1.000
6 – Ambrósio Amâncio de Souza Coutinho	vigário	1.000
7 – Bernardo Alves Leite Penteadado	fazendeiro	1.000
8 – Clementino Ribeiro de Novaes	médico	1.000
9 – Honorio Ribeiro Caldas	boticário	1.000
10 – João Ferreira de Mello Nogueira	advogado	1.000
11 – João Dias Ferraz da Luz	médico	1.000
12 – Joaquim José Tadim	negociante	1.000
13 – Padre Joaquim Franco de Camargo	fazendeiro	1.000
14 – José Roiz de Toledo e Silva	advogado	1.000
15 – Manoel das Dôres Brasil	vigário	1.000
16 – João Soares do Amaral	fazendeiro	1.000
17 – Antonio Chrispim de Abreu	fazendeiro	1.000
18 – Joaquim Alves Franco	fazendeiro	1.000
19 – José Manoel Mourão	fazendeiro	1.000
20 – José Franco de Lacerda	fazendeiro	1.000
21 – Januário de Oliveira Camargo	fazendeiro	1.000
22 – Olegário Moreira Lima	fazendeiro	1.000
23 – Jorge de Aguiar Whitaker	fazendeiro	1.000
24 – Martinho Prado Junior	fazendeiro	1.000
25 – Emílio da Silva Brito	fazendeiro	1.000
26 – Antonio Joaquim de Vasconcellos Pinto	fazendeiro	1.000
27 – Antonio Alves de Almeida Salles	fazendeiro	1.000
28 – Antonio Elias de Arruda Lima	fazendeiro	1.000
29 – Manoel Augusto de Arruda Lima	fazendeiro	1.000
30 – Bento Francisco de Paula Souza	fazendeiro	1.000
31 – José Alves de Almeida Aranha	fazendeiro	1.000
32 – Francisco Antonio Leite	fazendeiro	1.000
33 – Ignacio Ubaldino de Abreu	fazendeiro	1.000
34 – Antonio Lima da Fonseca	fazendeiro	1.000

Fonte: VOTANTES ARARAS (1876).

Mapa 1: O caminho percorrido pelos irmãos Lacerda Guimarães no Oeste Paulista, de Jundiá a Araras



Fonte: Dean (1977, p. 23).

7 – OS LACERDA FRANCO E A FORMAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIEIRO PAULISTA (1870-1880)

7.1 – O arcabouço teórico: o conceito de complexo econômico e o grande capital cafeeiro

Inicialmente, a questão que se coloca é explicitar aquilo que entendemos por *complexo cafeeiro paulista*. A raiz da idéia de um complexo que se articulou na economia paulista com a produção e comércio do café vem do trabalho de Wilson Cano em seu livro *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Para Cano (1981, p. 18) a economia escravista possuiria uma determinada dinâmica. Esta dinâmica seria diferente da vista no capitalismo. Ao abordar o complexo cafeeiro capitalista de São Paulo, ele busca compreender o entrelaçamento de atividades que de início eram paralelas e gravitavam em torno da atividade-eixo. Indústria, ferrovias, bancos, serviços de infra-estrutura urbana nasceram da demanda gerada pelo café, mas, por exemplo, no caso da indústria assumiram uma dinamicidade própria que alçou esta atividade a uma posição de liderança, levando ao redirecionamento da economia paulista: de agrícola à industrial.

No cerne desta dinamicidade do complexo cafeeiro capitalista de São Paulo estaria a *diversificação*. Esta se expressava nos múltiplos investimentos efetuados pelos detentores de riqueza, como forma de obter um cabedal ou ampliar o capital adquirido na cultura cafeeira ou suas atividades paralelas. A diversidade de investimentos destes indivíduos denotava as várias faces/atividades que uma só pessoa poderia exercer ao mesmo tempo nesta economia cafeeira capitalista. O representante do *grande capital cafeeiro* podia, ao mesmo tempo, ser fazendeiro de café, dono de indústria, acionista de bancos e ferrovias, grande comerciante de importação e exportação, comissário de café e outros gêneros, além de, em muitos casos, ter uma participação na esfera política.

Estas proposições caracterizavam o complexo cafeeiro capitalista de São Paulo, concentrado no Oeste Paulista. Por sua vez, a economia cafeeira do Vale do Paraíba, que respondeu por boa parte do café paulista no século XIX - quase 20% em 1886 – é abordada como

complexo cafeeiro escravista. Cano divide a evolução histórica do café na província/estado de São Paulo em quatro períodos, tomando como referência as relações de produção no café: 1) quando a atividade era escravista; 2) predomínio do escravismo, mas convivendo com segmentos baseados na mão-de-obra assalariada e/ou distintas formas de trabalho, a exemplo da parceria; 3) existência da escravidão, mas com predomínio do trabalhador assalariado e; 4) pós-Abolição da escravatura (CANO, 1981, p. 17-19).

A nosso ver, é justamente no recorte histórico que residem algumas sombras. O próprio autor realça as dificuldades em separar o 2º do 3º período e, para tanto, classificou o período 1 e 2 como economia escravista, e os períodos 3 e 4 como capitalistas. Concordamos que neste ponto resida a querela, ou seja, a economia cafeeira entre aproximadamente os anos 1885-1886 até a Abolição (1888) seria escravista ou capitalista?

Tabela 32: População livre e escrava de algumas vilas do Oeste Paulista, 1872

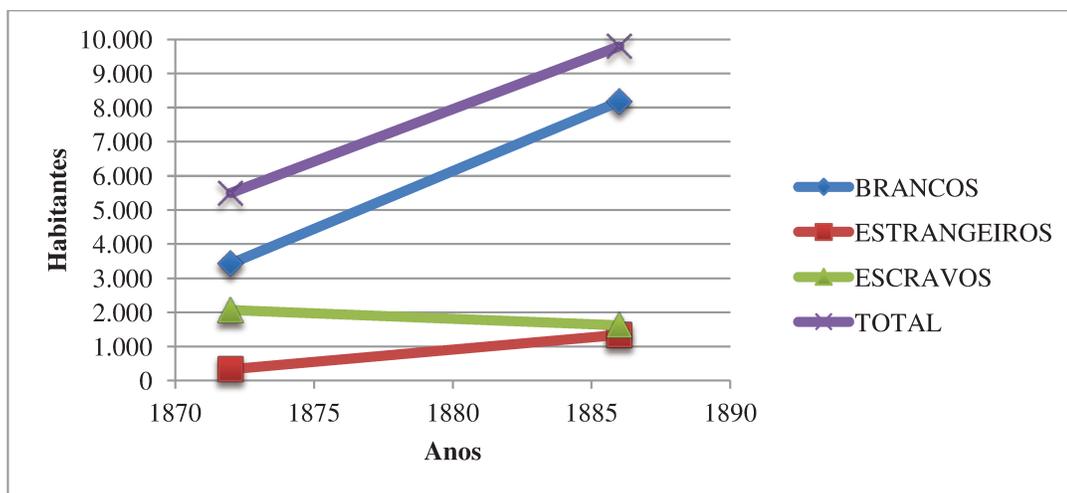
Municípios	Branços	Escravos	Total
Araras	3.430	2.065	5.495
Rio Claro*	11.100	3.935	15.035
Limeira	8.175	3.054	11.229
Pirassununga	4.417	1.376	5.793

Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil para o ano de 1872

(http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#).

*Incluída a população da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Itaqueri, futura Itirapina.

Gráfico 16: Trajetória da população do município de Araras (SP) na segunda metade do século XIX



Fonte: IBGE (1872) e Diniz (1968, p. 39-40).

Negligenciar a importância da mão-de-obra escrava às unidades cafeeiras do Oeste Paulista seria um equívoco. Como visto na tabela acima, as vilas do Oeste Paulista tinham um bom plantel de cativos em 1872. De outra parte, na análise do município de Araras, no interregno 1872-1886, é possível constatar que após o ano 1885, mas antes ainda da Abolição em 1888, esta localidade cafeeira paulista teve um período de convivência da mão-de-obra escrava com o imigrante assalariado – sobretudo europeu. A curva ascendente da participação do imigrante no cômputo da população ararense nos leva a crer que neste período 1885/1886 até o final de 1888, o predomínio nas relações de trabalho tenha sido da mão-de-obra assalariada. Para tanto, dois fatores corroboravam: a precocidade do município na introdução de imigrantes europeus – exibida pelas diversas colônias agrícolas quando ainda pertencia à vila de Limeira – e a idade avançada do plantel escravista ararense em 1886, em que só 35% dos cativos tinham menos de 30 anos de idade (DINIZ, 1968, p. 40). Dentro do enquadramento teórico proposto por Cano, que tenta apreender as mudanças nas relações de produção da economia cafeeira a fim de se concretizar a constituição de forças produtivas capitalistas, pensamos que sua classificação dos 4 períodos está correta.

Entretanto, acreditamos que esta definição do conceito de complexo cafeeiro paulista implique em um hermetismo, ou seja, nos amarramos à dicotomia escravo versus assalariados e, por consequência, perdemos um dos pressupostos da economia capitalista: a dinamicidade, que se

traduz na diversidade de formas existentes para se investir os capitais. Truísmo dizer que a economia escravista tem uma dinamicidade menor que a capitalista, pois o próprio Cano (1981, p. 40) cita a diferença entre o capital imobilizado na compra de um escravo e a quantia bem menor que era despendida no pagamento do salário a um imigrante europeu¹⁵⁹. Mas, e se recuarmos o recorte histórico da transição ao capitalismo na economia cafeeira, quer dizer, aumentarmos a abrangência do 3º período proposto por Cano, aquele em que haveria predomínio do trabalho assalariado, mas convivência com o escravismo? Nossa hipótese se baseia em um parâmetro diverso do utilizado por Cano: queremos ver como se forma a articulação do complexo exportador, ou seja, houve investimentos capitalistas antes do biênio 1885/1886 induzidos pela demanda crescente do café?

Nossa proposição se baseia nos documentos de empresas formadas pelos membros da família Lacerda Franco, que recobrem o período 1877-1887. Como veremos, estas firmas tinham estreita relação com a produção cafeeira, o que é congruente com a idéia do inter-relacionamento entre a atividade principal do complexo e as atividades paralelas. Aliás, estas sociedades formadas pelos Lacerda Franco não contavam diretamente com a utilização de mão-de-obra escrava. Assim, é que pensamos que a idéia do complexo cafeeiro paulista, em que uma atividade-mestra induz atividades paralelas seja a que melhor aborda a trajetória empresarial dos Lacerda Franco na economia paulista da segunda metade do século XIX. Nossa ressalva está na necessidade de estender/recuar o período de transição ao capitalismo.

Na economia cafeeira da segunda metade do XIX, ainda não totalmente capitalista, mas despojada das amarras coloniais, no topo da pirâmide econômica encontraremos indivíduos desempenhando mais de uma atividade dentro dos negócios do café. Para Braudel, o comandante desta economia capitalista seria o grande mercador, atuando no topo das trocas comerciais, açambarcando os maiores lucros e superando as más conjunturas. Ele controlaria, mesmo que às

¹⁵⁹ No regime de *parceria* – adotado inicialmente nas colônias agrícolas de São Paulo – o imigrante executava todos os serviços do cafezal – da limpeza aos trabalhos de terreiro – e entregava ao fazendeiro uma porcentagem do café seco relativa ao contrato. Nesse regime, a remuneração real do trabalho é maior, porque além de cuidar do café, ao colono era facultada a lavoura de alimentos. Por sua vez, no *colonato*, o trabalhador rural recebe, em geral, uma remuneração de três tipos: a) uma remuneração fixa por 1000 pés para manter limpo e preparar o terreno para a colheita; b) uma remuneração por dia de trabalho para os serviços de poda, adubação, pequenos reparos no equipamento de produção, etc.; e c) uma remuneração diretamente proporcional ao número de sacas de café por ele colhido. O salário real do colono é, de fato, muito maior do que a remuneração monetária auferida acima, pois o colonato implica a permissão para se plantar arroz, feijão, milho, etc. dentro da própria fazenda (em terreno separado ou dentro das ruas do cafezal novo) e cujos resultados pertencem ao próprio colono, além da permissão para manter os animais a ele pertencentes e da concessão de outras vantagens (lenha, café para o seu consumo, etc.) (DELFIN NETTO, 2009, p. 46-47).

vezes de forma indireta, tanto a produção como a circulação das mercadorias, sabendo o tempo em que são produzidas e o melhor momento a serem comercializadas.

Sem dúvida, no século XIX, quando se lança de modo espetacular na imensa novidade industrial, o capitalismo parece especializar-se, e a história geral tende a apresentar a indústria como o remate que afinal teria dado ao 'capitalismo' a sua verdadeira face. Será assim tão certo? Parece-me antes que, depois do primeiro surto de mecanização, o capitalismo mais alto voltou ao ecletismo, a uma espécie de indivisibilidade, como se a vantagem característica de estar nesses pontos dominantes fosse precisamente, tanto hoje como no tempo de Jacques Coeur, não ter de se cingir a uma única opção. Ser eminentemente adaptável, portanto não-especializado (BRAUDEL, 1996, p. 335).

Indo além das relações de trabalho, pensamos que o importante seria os fracionamentos e metamorfoses apresentadas pelo capital cafeeiro.

O capital cafeeiro tinha, portanto, diversos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos correspondem a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes – o capital agrário, o capital industrial, etc. – e frações de classes particulares (a burguesia agrária, burguesia industrial, burguesia comercial, etc.). Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro [...] (SILVA, 1995, p. 54).

A idéia de unidade do capital cafeeiro não deve ser extremada. Com o desenvolvimento da economia cafeeira paulista, o que se viu foi um conflito cada vez maior entre os representantes do *grande capital cafeeiro* de um lado e, do outro, os membros da *lavoura*. Os primeiros, com seus lucros multifacetados, conseguiam atravessar até mesmo as más conjunturas dos preços internacionais do café. Por sua vez, os representantes da *lavoura* claudicavam em virtude do atrelamento aos lucros gerados unicamente por suas lavouras de café.

O grande capital cafeeiro [...] tinha uma rentabilidade muito maior que a *lavoura*. Os seus lucros originavam-se, sobretudo, da monopolização do comércio e do transporte, operando como oligopsônios e impondo preços aos produtores. Não eram tão sensíveis às variações dos preços, visto que esses variavam principalmente em detrimento dos fazendeiros. Além disso, sabemos que os membros do grande capital cafeeiro, também participavam dos lucros advindos da especulação comercial. Não havia, portanto, razões para o grande capital pleitear uma séria política de crédito agrícola. Ao contrário, interessava-lhe manter sob domínio a esfera da produção agrícola e o controle da comercialização do café (PERISSINOTTO, 1994, p. 49).

Na junção do conceito de *grande capital cafeeiro* – iniciado por Silva e melhor delineado por Perissinotto – com a idéia de um *complexo cafeeiro paulista* exposta por Cano, é que buscamos o arcabouço teórico para analisar os membros da parte dinâmica¹⁶⁰ da família Lacerda Franco na economia cafeeira paulista da segunda metade do século XIX. Esta família possuiu indivíduos que, mesmo investindo em atividades paralelas do complexo cafeeiro, em momento algum deixaram de participar da atividade principal, sendo, por exemplo, fazendeiro-industrial, fazendeiro-comissário ou comissário-banqueiro. Ao circunscrever a análise aos anos de 1877-1887, não podemos negligenciar que foi neste primeiro ano que a ferrovia chegou ao município de Araras, trazendo consigo novas oportunidades de investimento aos lucros gerados na economia cafeeira.

7.2 – Araras (SP) e a Ferrovia: a entrada no complexo cafeeiro paulista

As estradas de ferro na metade do século XIX já haviam substituído os teares na condição de símbolos da Revolução Industrial Inglesa devido à sua demanda de bens de capital e mão-de-obra – efeitos cumulativos que percorriam toda a cadeia econômica (LANDES, 1994, p. 209). A construção de linhas férreas ao redor do mundo se ampliou a partir de 1840, sendo um empreendimento essencialmente inglês. O maquinário era produzido em terras britânicas e, como no caso dos Estados Unidos, os financiamentos na fase inicial vinham de empréstimos junto a capitalistas britânicos e ao Império Inglês (OLIVEIRA, 2003, p. 224 e 225).

Dessa forma, a implantação de ferrovias estava determinada pelo condicionante externo. Quanto às condições internas, o Império Brasileiro sancionou em 31 de outubro de 1835 a “Lei Feijó”, que preconizava privilégios para a instalação de uma ferrovia que ligasse o Rio de Janeiro às capitais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia¹⁶¹. Nem esta ferrovia foi construída e nem a que fora preconizada em São Paulo pela lei de 30 de março de 1838¹⁶².

¹⁶⁰ Consideramos como indivíduos dinâmicos na economia cafeeira paulista aqueles que foram além da condição de produtores rurais e passaram a investir nas outras atividades do complexo cafeeiro: indústrias, casas comissárias, bancos, ferrovias, casas de importação e exportação, etc.

¹⁶¹ As vantagens seriam: privilégios de 40 anos, isenção de direitos de importação para todas as máquinas durante os 5 primeiros anos, cessão gratuita de terrenos junto à estrada, se pertencessem ao governo e o direito de desapropriação no caso de pertencerem a particulares, estabelecendo ainda o prazo de 80 anos para concessão, findo o qual remeteria ao patrimônio nacional. Contudo, não definia nem delimitava zona privilegiada (MATOS, 1990, p. 59).

¹⁶² Esta ferrovia ligaria Santos ao planalto paulista, mais precisamente às vilas de São Carlos (Campinas), Constituição (Piracicaba), Itu e Mogi das Cruzes (MATOS, 1990, p. 60).

Interessante é notar que o governo provincial paulista colocava como uma das cláusulas para a construção da ferrovia a utilização de mão-de-obra assalariada (MATOS, 1990, p. 61).

Os impeditivos à constituição de ferrovias no Brasil da primeira metade do século XIX eram claros: mão-de-obra assalariada, capitais e garantias à sua inserção. Pelos altos investimentos demandados na construção de ferrovias, a garantia de juros era condição *sine qua non* para capitais externos serem levados a investirem nas futuras ferrovias brasileiras. No entanto, estas condições adversas esvaíram-se a partir de 1850, com o fim do tráfico negreiro e a maior liberdade aos capitais brasileiros, que agora não se viam empatados na importação de negros africanos, o que possibilitou a abertura de novas empresas e bancos (HOLANDA, 1995, p. 76).

Com mais capital na praça e a evidência da inviabilidade do trabalho escravo no longo prazo, a lei nº 641, de 26 de junho de 1852, contemplou os dois gargalos à implantação de ferrovias no Brasil. Ela instituía o *privilégio de zona*, neste caso 5 léguas (30 quilômetros) para cada lado do eixo da linha; além disso, havia uma garantia de até 5% de juro ao capital investido, situação que mudaria se os dividendos da ferrovia ultrapassassem este número, quando então começaria o reembolso dos juros despendidos pelo Tesouro. Em muitos casos, as províncias – Bahia, São Paulo Pernambuco e Rio de Janeiro – optaram por incentivar novos investimentos através da concessão de um juro suplementar de 2%. A lei de 1852, o marco inicial da viação férrea no Brasil, seguia a mesma orientação da anterior lei paulista: proibia a utilização de trabalho escravo nas ferrovias (MATOS, 1990, p. 63 e 63).

O efeito dos estímulos lançados pela nova legislação foi a inauguração do primeiro trecho ferroviário do Brasil, em 30 de abril de 1854, pouco mais de 14 quilômetros compreendidos entre Mauá até a estação de Fragoso no Rio de Janeiro. Entre esta iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá – que recebera a concessão imperial – e a conclusão da linha férrea que ligaria Santos à cidade de São Paulo foram corridos 13 anos¹⁶³. À empresa britânica São Paulo Railway Co. Ltd., em 1867, coube a instalação do trecho ferroviário que articulava a produção da lavoura do interior paulista ao principal escoadouro, o porto de

¹⁶³ A primeira ferrovia da Província de São Paulo foi a Estrada de Ferro D. Pedro II, que ligava o Rio de Janeiro à cidade paulista de Cachoeira, no Vale do Paraíba. Com sua construção iniciada em 1855, esta ferrovia partira de uma iniciativa do Tesouro Nacional, embora se tratasse, no início, de uma empresa privada. A estrada de ferro D. Pedro II ligava-se muito à órbita dos negócios fluminenses e a produção cafeeira do Rio de Janeiro, o que explica esta província ter concedido uma garantia adicional de 2% de juro (SAES, 2002, p. 178).

Santos, neste que foi o mais rentável investimento ferroviário em São Paulo, ao viabilizar a crescente exportação do café paulista (SAES, 2002, p. 179)¹⁶⁴.

A expansão da malha ferroviária Santos-Jundiaí pelas demais vilas paulistas se daria com iniciativas dos próprios interessados na comercialização do café: fazendeiros, comissários, banqueiros, etc. Isto posteriormente a 1867, também devido a um impeditivo técnico: a primeira estrada de montanha foi inaugurada na Europa somente em 1853, nos Alpes (MATOS, 1990, p. 65). Vencer a Serra do Mar não seria tarefa fácil e estes 14 anos decorridos entre a ferrovia européia e sua congênere paulista serviram para maturar tanto a técnica industrial quanto os capitais que seriam investidos.

As ferrovias paulistas se iniciaram na segunda metade do século XIX, essencialmente voltadas à demanda imposta pelo café, pois a rubiácea já superara o açúcar na escala de produção e na participação na pauta brasileira de exportações. Como indicou Saes (2002, p. 177) “[...] a empresa ferroviária é um dos elementos fundamentais para se compreender a diversificação da economia de São Paulo, cujo resultado mais expressivo é o desenvolvimento da indústria no século XX”.

No caso da província de São Paulo, essa diversificação foi dinamizada com as companhias ferroviárias que articularam a produção cafeeira do interior à zona exportadora do litoral, pois, muitos fazendeiros, com a evolução do produto e seu aprofundamento rumo ao Oeste Paulista, foram quase que obrigados a viabilizar a infra-estrutura necessária ao negócio do café. Essa elite paulista transformou as dificuldades em oportunidades para a inversão e diversificação de seus capitais.

Em 1867, em função das boas perspectivas apresentadas pelo café nas terras do Oeste Paulista, foi concluída a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, ferrovia que começara por iniciativa nacional, mas que, no ano citado, já tinha sido transferida a uma empresa britânica, a São Paulo Railway Co. Ltd. Os ingleses não se interessaram em estender seus trilhos até as novas zonas produtivas de café, cabendo esta tarefa aos grandes plantadores de café e aos indivíduos ligados à atividade comercial urbana. Esta articulação de capitais, que ocorreu entre 1870-75, deu

¹⁶⁴ Inicialmente, a concessão de uma ferrovia que ligasse o porto de Santos à Jundiaí fora feita ao Barão de Mauá, Marquês de Monte Alegre e Pimenta Bueno. Contudo, a concessão foi transferida aos ingleses da São Paulo Railway Co. Ltd., que se valeu de uma garantia de juros de 7% (SAES, 2002, p. 179).

origem a quatro empresas ferroviárias nacionais, que trataram de conectar as zonas produtivas do interior paulista ao Porto de Santos. Foram elas: a Paulista, a Mogiana, a Ituana e a Sorocabana. No caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro – uma sociedade anônima com 25.000 ações distribuídas entre 654 acionistas – que teve seu primeiro trecho, ligando Jundiaí à Campinas, inaugurado em 11 de agosto de 1872, nota-se este tipo de articulação de capitais (MONBEIG, 1984, p. 98).

Embora nenhum deles [acionistas] detivesse individualmente mais do que 1.000 ações (4% do total), alguns grupos familiares tinham presença destacada: Silva Prado, Souza Queiroz, Vergueiro e Pais de Barros eram algumas destas famílias. A origem de seus capitais estava associada a plantações de café (e à propriedade fundiária bastante antiga), com algumas incursões na área comercial (as três primeiras famílias tinham ligações com a capital com casas comissárias que intermediavam a venda do café entre o produtor e o exportador). A primeira diretoria da empresa incluía dois representantes dessas famílias (Martinho da Silva Prado e Francisco de Souza Queiroz) e ainda três outros elementos ligados a atividades urbanas: Gavião Peixoto (banqueiro na cidade de São Paulo), Clemente Falcão (advogado em São Paulo) e Inácio Cochrane (comerciante e concessionário de serviços de utilidade pública em Santos) (SAES, 2002, p. 181).

Quanto ao município de Araras, a demanda não era um impeditivo à chegada dos trilhos. Havia dentro dos atuais limites do município, por volta da metade do século XIX, 12 grandes propriedades, quase todas voltadas ao café, conforme a tabela 37 (página 165). As fazendas Campo Alto e Santa Cruz eram unidades agrícolas cafeicultoras comandadas por Martinho Prado que, posteriormente, abriria novas fazendas na região de Ribeirão Preto – Albertina, Guataparã e São Martinho – e se tornaria um dos maiores produtores de café do Brasil. Através de uma forte pressão exercida por Martinho Prado Junior, no dia 10 de abril de 1877, o município de Araras passou a integrar a malha ferroviária da Companhia Paulista de Estradas de Ferro¹⁶⁵. A pressão de Martinho se explica pelo fato de possuir unidades agrícolas no município de Araras e, além disso, uma casa comissária, a Companhia Prado e Chaves Exportadora, sediada no Porto de Santos (SOUSA, 2009, p. 9).

A relação café-ferrovia era nítida. O café representava a demanda às empresas ferroviárias e, por outro lado, sem as ferrovias seria impraticável adentrar cada vez mais no

¹⁶⁵ Os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro serviram para, além de levar o café até Santos, interligar a região. A ferrovia – iniciativa dos próprios fazendeiros da região – que havia chegado até Limeira no dia 30 de junho de 1876 e até Rio Claro em 11 de agosto, foi inaugurada em Araras no dia 10 de abril de 1877 e, na seqüência, em Leme no dia 30 de setembro do mesmo ano, em Pirassununga a 24 de outubro de 1878, e em Porto Ferreira em janeiro de 1880 e, pouco depois, em Descalvado no ano seguinte (MATOS, 1990, p.66 a 67).

interior paulista devido aos custos de transporte que, sem trilhos, seria praticado pelas tropas de animais, a um custo bem mais elevado quando comparado à utilização dos vagões e locomotivas. Além do café, na equação que determinava as decisões das empresas ferroviárias em levar seus trilhos a uma localidade ou região, fazia-se presente o crescimento demográfico do município em questão, uma vez que, nem só do transporte de café era constituído os lucros destas firmas, mas também das tarifas recebidas pelo transporte de passageiros e pelos fretes desembolsados no transporte de mercadorias – além do café – do litoral ao interior e no sentido contrário, Ademais, a decisão da nova localidade que receberia os trilhos e o seu traçado, em que pese ocorrer também um estudo da viabilidade do terreno, passava pela força dos potentados locais em trazer para perto de suas terras as ferrovias, como no caso da querela envolvendo a expansão dos trilhos da Companhia Paulista da vila de Rio Claro até São Carlos e Araraquara, alvo de grande polêmica e participação ativa do Conde do Pinhal (SAES, 1981, p. 38-71)¹⁶⁶.

Tabela 33: Transporte de café pela Companhia Paulista, 1872-1900 (valores em mil-réis; quantidades em toneladas; médias anuais para os períodos indicados)

ANO	VOLUME TOTAL DE MERCADORIAS	CAFÉ	RECEITA TRANSPORTE CAFÉ	% RECEITA TOTAL	% QUANT. TOTAL
1872/75	56.432				
1876/80	87.214				
1881/85	131.854	83.353			63,22
1886/90	208.721	104.696			50,16
1891/95	520.855	195.189	4.488.773	38	37
1896/1900	727.669	315.391	9.643.133	48	43

Fonte: Saes (1981, p. 92).

¹⁶⁶ As divergências entre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, detentora da concessão para expandir os trilhos a partir da estação de Rio Claro (SP), e o governo provincial, fortemente influenciado pelo Conde do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho), surgiu pela vontade da Paulista em levar os trilhos para a direção dos municípios de Brotas e Jaú, o que desagradou totalmente os fazendeiros de São Carlos e Araraquara, dentre eles o Conde. Em virtude da disputa, a Paulista, em 1880, desistiu da concessão e o próprio Conde do Pinhal a comprou, montando, em 1882, a Companhia Rio Claro, que em 1884 levou seus trilhos até a cidade de São Carlos (GRANDI, 2006, p. 71-75).

Tabela 34: Desenvolvimento da rede ferroviária da Companhia Paulista, 1875-1900 (extensão dos trilhos em quilômetros); População e produção de café da região de Araras e São Carlos*, 1854-1905 (café em arrobas)

ANO	EXTENSÃO TRILHOS		ANO	POPULAÇÃO	CAFÉ
1875	58		1854	21.889	
1880	224		1874	69.614	223.470
1885	243		1886	133.697	2.458.134
1890	250		1900	275.079	
1895	791		1905		7.417.916
1900	807				

Fonte: Saes (1981, p. 29) e Camargo (1981, p. 16 e 83).

*De acordo com a classificação de Camargo (1981), os municípios pertencentes à 5ª Zona do Estado de São Paulo seriam: Anápolis, Araraquara, Araras, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Descalvado, Guariba, Itirapina, Jaboticabal, Leme, Limeira, Monte Azul, Olímpia, Palmeiras, Pirassununga, Pitangueiras, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita, São Carlos e Viradouro.

As tabelas demonstram a relação positiva existente entre ferrovia, café e população na região de Araras e São Carlos, que representa boa parte do Oeste Paulista. O aumento da extensão dos trilhos atrelava-se ao crescimento da cultura cafeeira e do transporte da rubiácea, indicado pela sua importante participação nas receitas da Companhia Paulista. Ademais, os lucros da empresa ferroviária foram acrescidos pela evolução demográfica da região que demandava mais serviços de transporte e, dessa forma, contribuía com o faturamento da companhia.

A bonança cafeeira vista na década de 1880, e que seguiu pela metade da década posterior, caracterizou-se por um período de subida nos preços internacionais do café, a partir de 1886, com uma cotação que só caiu a níveis menores que os vistos neste ano, após uma década, em 1897.

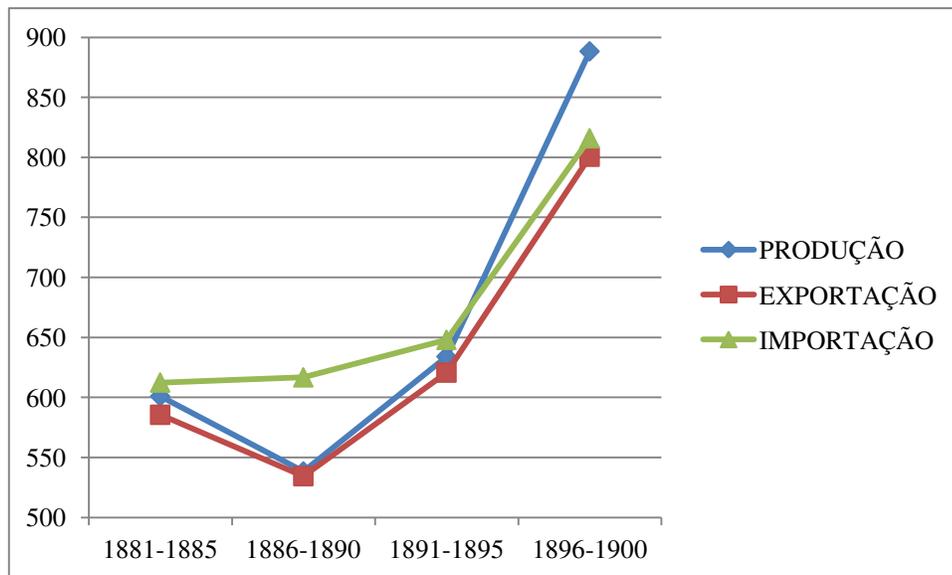
**Tabela 35: Preço de importação do café nos Estados Unidos entre 1880-1899
(em cents/libra-peso)**

ANO	PREÇO	ANO	PREÇO
1880	12,5	1890	19
1881	10	1891	20
1882	8,2	1892	14
1883	9,3	1893	16,4
1884	8,2	1894	14,7
1885	7,6	1895	14,6
1886	10,7	1896	11,1
1887	14	1897	7,5
1888	13	1898	6,5
1889	16	1899	6,7

Fonte: Delfim Netto (2009, p. 277-78).

Com um mercado consumidor, representando pelos habitantes dos países europeus e os Estados Unidos, reaquecido após a crise européia de 1882 e a norte-americana de 1884, o que se viu foi a demanda por café crescer e se descolar da tendência ao equilíbrio que havia entre produção, exportação e importação durante boa parte do século XIX. Este cenário entusiasmante aos negócios cafeeiros foi ampliado em virtude de quebras nas safras brasileiras e de seus concorrentes, que levaram, em um quadro de procura ascendente após um interregno de crise econômica, a uma elevação dos preços internacionais (DELFIN NETTO, 2009, p. 28).

Gráfico 17: Produção, exportação e importação mundial de café, 1881-1900 – em milhares de toneladas métricas



Fonte: Samper; Fernando (2003, p. 417-419).

No caso brasileiro, com a Abolição em 1888, houve uma troca na hegemonia produtiva cafeeira, com o Rio de Janeiro, após a perda de seu maior ativo que era o escravo, perdendo espaço para o café do Oeste Paulista, como aponta a tabela 38 (página 166). Parte desses ganhos de capital na economia cafeeira paulista foi canalizada para o financiamento da imigração europeia rumo ao estado de São Paulo – inicialmente às lavouras e, depois, às indústrias (DELFIN NETTO, 2009, p. 29).

A expansão dos cafezais na região sudeste do Brasil, resultado das perspectivas animadoras que eram ensejadas pelos altos preços do café no mercado externo, poderiam ter sido freadas pela valorização cambial resultante da grande entrada de moeda externa como pagamento das exportações cafeeiras. Entretanto, após a Abolição, a demanda interna por moeda, vis-à-vis, séculos de escravidão e imobilização de capital na aquisição do cativo, era demasiada por parte dos setores urbanos e rurais. Os envolvidos na produção cafeeira – amparados pelo desejo de autonomia e descentralização dos estados em relação ao governo central – desejavam ampliar as lavouras devido aos altos preços do início da década de 1890 e, aos empregadores havia uma necessidade de capital que era premente em virtude do pagamento de salários aos funcionários. Contribuía para tanto, a safra de café recorde em 1888-1889 (6.800.000 sacas) e os empréstimos

adquiridos no exterior – cerca de 6.300.000 libras em 1888 e quase 20 milhões em 1889 – além da cobrança em ouro dos direitos aduaneiros em 1890. Assim, calcados nesta expansão das cambiais no Brasil, Rui Barbosa introduziu uma política inflacionista, que teve na concessão dos direitos de emissão aos bancos uma de suas ações e, conseqüentemente, o aumento do meio circulante. O resultado desta política inflacionista se fez sentir através da intensa especulação financeira que marcou o período – com formação de “firmas de fachada” que lançavam ações na bolsa para obtenção de capital, mas que na realidade não existiam – redundando no Encilhamento (CARDOSO, 1985, p. 33).

Tabela 36: Taxas médias do câmbio brasileiro, 1881-1898 – em dinheiros por mil-réis

ANO	TAXAMÉDIA	ANO	TAXA MÉDIA
1881	21	1890	22
1882	21	1891	14
1883	21	1892	12
1884	20	1893	11
1885	18	1894	10
1886	18	1895	9
1887	22	1896	9
1888	25	1897	7
1889	26	1898	7

Fonte: *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*, 2a. edição revista e atualizada, Rio de Janeiro, IBGE, 1990, (Séries estatísticas retrospectivas, vol. 3).

O descompasso entre queda do câmbio e preços internacionais do café serviu para aumentar ainda mais a lucratividade do café em solo brasileiro, pois os preços estavam em alta no mercado externo e no momento da conversão das libras em mil-réis, o câmbio desvalorizado aumentava a remuneração em moeda nacional. Porém, a partir da crise de 1893, que teve maior duração nos Estados Unidos – grande consumidor mundial de café – os preços do café no mercado externo começaram a cair. Em que pese o governo brasileiro ter feito uso das depreciações cambiais para conter a crise – *socialização das perdas* – o que funcionara para combater os efeitos do ano de 1893, esse expediente havia se tornado inviável devido às pressões sobre a massa de consumidores urbanos, que sofriam com a alta dos preços, por exemplo, dos alimentos, uma vez que grande parte da cesta de consumo da população brasileira se constituía de importados (FURTADO, 2000, p. 191 e 192). Daquele ponto em diante, a conjuntura do café – e da economia brasileira como um todo – sofreria drásticas mudanças e o eldorado cafeeiro do

século XIX, com demanda crescente e preços em alta, não mais seria visto na mesma dimensão, sendo substituído na mentalidade do produtor pela noção do ciclo de preços do café¹⁶⁷. A partir de 1898, o ajustamento veio com o governo Campos Sales e as políticas contracionistas de Joaquim Murinho que, entre uma das medidas, pregou a valorização cambial – que ia contra os interesses ligados à lavoura cafeeira. A situação é resumida por Wilson Cano:

Advinda a transição para o trabalho livre e nascendo o capitalismo no Brasil, acompanhado por uma embrionária formação industrial, a economia cafeeira atravessaria largo período (1886/1897) de notável expansão do plantio, após o que conheceria uma crise, que só não foi maior grave graças ao aumento das quantidades exportadas de café e à política de estabilização do câmbio, que compensaram a baixa dos preços externos e internos. Entre fins do século e 1913, em que pese a vigência de baixos preços externos e internos, o substancial aumento do volume físico exportado praticamente transformou uma situação de crise numa prosperidade: o preço por saca, que atingira cerca de 3,5 libras, no período 1887/1895, caíra para 1,87 libras na média de 1901/10, mas o valor total, que fora de 135 milhões de libras na década de 1880, saltava para quase 188 milhões na seguinte e para 244 milhões na década de 1901 (CANO, 1998, p. 64).

O auge do setor cafeeiro se circunscreveu ao período 1880-1896, visão compartilhada por Mello (2009), Silva (1995) e Cano (1981). Nosso objeto de análise, as sociedades montadas pelos Lacerda Franco, está inserido no bojo do apogeu cafeeiro paulista. Sobretudo, pensamos que a família Lacerda Franco, através de seus investimentos, foi uma das indutoras deste crescimento da economia paulista, devido à escala e amplitude de seus negócios dentro do complexo exportador cafeeiro.

¹⁶⁷ Segundo Mello (2009, p. 55), o CICLO DE PREÇOS DO CAFÉ se expressa pela seqüência: expansão das economias importadoras; aumento da demanda externa; subida dos preços internacionais do café; subida dos preços internos do café (de acordo com a taxa de câmbio); novas plantações de café; supersafras levam ao aumento da oferta; demanda inelástica leva a uma queda dos preços internacionais; queda dos preços internos em virtude do movimento da taxa cambial; menores lucros.

Tabela 37: Fazendas da metade do século XIX situadas no território atual do município de Araras.

1 – Fazenda Angélica: propriedade do Senador Vergueiro
2 – Sítio Morro Alto
3 – Fazenda Montevidéo: propriedade que foi do Alferes Franco e era administrada pelos genros José de Lacerda Guimarães e Albino Alves Cardoso
4 – Fazenda das Araras: propriedade que foi do Alferes Franco e era administrada por sua esposa Dona Maria Lourenço e seu genro Bento de Lacerda Guimarães
5 – Fazenda Araras: propriedade do sargento-mor Joaquim dos Santos Silva (Barão de Itapetininga) e herdada posteriormente por Francisco Xavier Paes de Barros (Barão de Tatuí)
6 – Fazenda São Joaquim: aberta por Bento de Lacerda Guimarães em 1862
7 – Fazenda Cascata
8 – Fazenda Campo Alto: propriedade de Martinho Prado Junior (Martinico)
9 – Fazenda Santa Cruz: propriedade de Martinho Prado Junior (Martinico)
10 – Fazenda Santo Antônio: propriedade de Antonio Alvares de Almeida Lima¹⁶⁸
11 – Sítio Facão
12 – Fazenda São José

Fonte: DINIZ (1968) e ALMEIDA (1948).

¹⁶⁸ A fazenda Santo Antonio, com a morte de seu fundador em 1867, passou a seus herdeiros diretos, Barão de Pirapitinguí e Barão de Ibitinga. Posteriormente, foi herdada pelo casal Ignacio Penteado e Olívia Guedes Penteado, até ser herdada pelo casal formado pelo jurista Goffredo da Silva Telles e sua esposa Carolina Penteado da Silva Telles (ALMEIDA, 1948)

Tabela 38: Distribuição geográfica aproximada e exportações de café da Região Cafeeira, 1869-1899 – valores em milhares de arrobas; números entre parênteses correspondem às participações percentuais sobre o total da exportação da região

	1869-70 a 1871-72	1880-81 a 1882-83	1888-89 a 1890-91	1896-97 a 1899-1900b
Exportações do Rio de Janeiro pelo porto do RJ	7.398 (55,2)	9.271 (40,7)	5.530 (24)	5.383 (14,1)
Exportações de São Paulo pelo porto do RJ	1,314 (9,8)	1.778 (7,8)	1.109c (4,8)	n. d.
Exportações de São Paulo pelo porto de Santos	2.278 (17)	6.155a (27)	10.178 (44,1)	22.294 (58,2)
Exportações Totais de SP	3.592 (26,8)	7.933 (34,8)	11.287 (48,9)	n. d.
Exportações de Minas Gerais pelo porto do RJ	1.919 (14,3)	4.828 (21,1)	4.948 (21,5)	8.743 (22,8)
Exportações do Espírito Santo	499 (3,7)	726 (3,2)	1.297d (5,6)	1.894 (4,9)
TOTAL REGIÃO CAFEIRA	13.408 (100)	22.758 (100)	23.062 (100)	38.304e (100)

Fonte: Franco (1982, p. 11).

a: Depois de 1871-72, os dados de exportações através de Santos somente se referem às exportações totais, de modo que a adição desse total ao do correspondente ao café de São Paulo exportado pelo porto do Rio, não é estritamente correto.

b: As exportações através de Santos foram as verificadas no ano fiscal (de julho a junho) ao passo que, para os outros portos os dados registram as exportações de janeiro a dezembro.

c: A média exclui 1891.

d: Refere-se somente a 1891 e às exportações totais. Os dados anteriores se referem somente à produção exportada pelo porto do Rio.

e: Não inclui as exportações de café paulista exportados pelo porto do Rio de Janeiro. Em 1895 essas exportações eram, aproximadamente, de 213 mil arrobas.

8 – DENTRO DO COMPLEXO: OS LACERDA FRANCO E SEUS INVESTIMENTOS NA ECONOMIA CAFEIRA PAULISTA

8.1 – O comissariado e o surgimento da J. F. de Lacerda & Cia.

No Código Comercial Brasileiro de 1850, do artigo 165 a 190 é descrita a atividade dos intermediários de mercadorias em geral. O artigo 140 aponta: “Dá-se mandato mercantil, quando um comerciante confia a outrem a gestão de um ou mais negócios mercantis, obrando o mandatário e obrigando-se em nome do comitente”. E no artigo 165: “A comissão mercantil é o contrato do mandato relativo a negócios mercantis, quando, pelo menos, o comissário é comerciante, sem que nesta gestão seja necessário declarar ou mencionar o nome do comitente”. Por sua vez, no artigo 186: “Todo o comissário tem direito para exigir do comitente uma comissão pelo seu trabalho, a qual, quando não tiver sido expressamente convencionada, será regulada pelo uso comercial do lugar onde se tiver executado o mandato”¹⁶⁹.

O termo comissário, que se não se restringe à seara cafeeira, vem da comissão que este agente recebe ao efetuar sua atividade. Na capitania, depois província, de São Paulo, a figura do comissário teria surgido com o desenvolvimento da economia açucareira e o aumento das exportações pela vila de Santos nas décadas iniciais do século XIX. O comissário comprava açúcar diretamente nos engenhos paulistas para exportá-lo. Com a evolução do café em São Paulo, estes agentes, por volta de 1850, lidavam tanto com a exportação de café quanto de açúcar (PETRONE, 1968, p. 151).

Na província do Rio de Janeiro o comissário baseava-se nas relações pessoais – usava a reputação e confiança ao invés de cláusulas contratuais, oferecendo, por exemplo, estadia aos fazendeiros e seus filhos quando na capital do Império – tentando capturar a produção de vários fazendeiros, pois lucravam altamente com a venda do café na praça do Rio de Janeiro – onde se situava o porto que escoava a maioria do café nacional – e, além disso, como os fazendeiros enviavam a produção aos poucos, era necessário reter café de várias unidades produtivas, para lucrar no circuito produtor-comissário-ensacador-exportadores (FRANCO, 1983, p. 160 a 178). A partir de determinado ponto, os comissários, interessados na manutenção e expansão do café

¹⁶⁹ Código Comercial Brasileiro: lei nº 556, de 25/06/1850. São Paulo: Saraiva, 1978 *apud* Pereira (1980, p. 81).

que circulava por suas mãos, passaram a invadir a órbita da produção, financiando a lavoura cafeeira. Isto fez dele um conselheiro dos negócios do fazendeiro, que fornecia crédito para custear a produção, e ao mesmo tempo assegurava seus lucros. A despeito dos riscos envolvidos na cultura cafeeira,

[...] o comissário, ao controlar os investimentos em dinheiro e a venda de mercadorias, dominando os pontos extremos do movimento do capital no processo de produção, canalizava para si a valorização aí realizada e se dirimia dos riscos correspondentes, corridos pelo sujeito que detinha a propriedade fundiária (FRANCO, 1983, p. 165).

Stein (1990, p. 111 a 115) em sua obra *Vassouras*, também se debruça sobre as ações do comissariado, em sua abordagem do município carioca inserido na economia cafeeira, principalmente após a metade da década de 1830. Apontado como intermediário entre os fazendeiros do interior e os exportadores de café, os comissários teriam duas funções: a venda do café do fazendeiro obtendo o maior valor possível e; abastecer as tropas dos fazendeiros para voltarem com gêneros alimentícios – podia ser bacalhau, carne-seca, sal, toucinho de fumeiro – e outros, como apetrechos de ferro e artigos de luxo, não produzidos na propriedade. Para tanto, os comissários também possuíam armazéns de secos e molhados com vendas no atacado e varejo e pagamento à vista ou a crédito, nos quais era possível encontrar os artigos desejados com preços menores que os praticados pelas casas comerciais de Vassouras e Pati – outro município da província do Rio de Janeiro, próximo à Vassouras – ou pelas vendas ao longo das estradas municipais. Essa relação entre fazendeiro e comissário implicava na abertura de conta corrente, nas quais “[...] os fazendeiros verificavam o que haviam encomendado, que faturas haviam sido saldadas ou hipotecas pagas conforme haviam orientado, tudo classificado por débito ou crédito” (STEIN, 1990, p. 113).

Os efeitos deletérios da relação fazendeiro-comissário são descritos pelos casos de endividamento dos produtores rurais do Vale do Paraíba que, com a queda da produtividade do café não conseguiam saldar suas contas correntes com os comissários. Na economia escravista do Vale, o crédito aos produtores rurais se dava de duas maneiras: através dos bancos e dos capitalistas locais, que poderiam ser comissários. O atrelamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba à praça comercial do Rio de Janeiro, que concentrava o incipiente sistema bancário nacional na metade do século XIX, e a aprovação da lei hipotecária em 1864, com o anterior Código Comercial de 1850, indicava um possível crescimento no número dos bancos e dos empréstimos hipotecários aos produtores rurais, que fugiriam das elevadas taxas cobradas pelos

capitalistas locais que, por sua vez, repassavam aos produtores os capitais emprestados junto aos bancos. Entretanto, na análise do crédito nas vilas de Lorena e Guaratinguetá, o que se viu foi a permanência dos capitalistas locais como fonte de crédito aos produtores rurais, mesmo que ladeando com a presença pouco maior dos bancos hipotecários, que relutavam em ampliar seus empréstimos lastreados em cativos, em virtude do agravamento da crise escravista depois de 1850 e, mais ainda após 1870, e também devido às oscilações dos preços e das safras cafeeiras (MARCONDES, 2002).

No Oeste Paulista, a maior inserção do comissário no mundo do fazendeiro se dá a partir de 1850, quando, necessitando de aportes de capital para constituir novos cafezais em terras virgens, os fazendeiros se valerão dos recursos advindos dos comissários como complemento aos capitais próprios. “Então, o comissário passa de mero agente, de intermediário entre fazendeiro e exportador, para ser também o grande financiador do fazendeiro” (PEREIRA, 1980, p. 85).

Quando Joaquim Franco de Lacerda saiu da firma que tinha em conjunto com seu irmão, a sociedade agrícola Antonio Franco de Lacerda & Irmão, segundo consta no contrato desta firma, no dia 29 de janeiro de 1874, este fato não significou a derradeira empreitada de Joaquim pelos negócios cafeeiros. Pelo contrário, a partir daquele momento ele galgaria posições rumo ao topo da sociedade comercial cafeeira, centrando suas atividades na parte mais dinâmica do complexo, passando de produtor a comerciante.

Quatro anos antes, em 22 de dezembro de 1870, formou-se na cidade paulista de Santos a Associação Comercial de Santos, que passaremos a tratar como ACS. Consistiam suas atividades, sobretudo nos primeiros 50 anos, a importação e exportação de café e, ocasionalmente, outros gêneros como algodão. Fora criada, por insistência dos negociantes de café da praça de Santos, com o intuito de regulamentar o comércio cafeeiro. Entre 14 presidentes da ACS, período 1870-1920, encontramos nomes de grandes comissários de café – só dois presidentes não o foram – como Nicolau Vergueiro (1870-1878), e, entre 1887-1888, a ACS foi presidida por Antonio de Lacerda Franco, filho de Bento de Lacerda Guimarães com Manuela de Cássia Franco de Camargo, portanto, neto do Alferes Franco, sobrinho de José de Lacerda Guimarães e primo de Joaquim Franco de Lacerda. Antonio receberia posteriormente a alcunha de Senador Lacerda Franco (PEREIRA, 1980, p. 60-69).

Joaquim Franco de Lacerda foi um dos 106 membros fundadores da ACS em 1870. Tomando-se como base o Diário Oficial do Império (24/03/1874), a ACS era uma associação

composta exclusivamente por comerciantes, industriais, capitalistas, banqueiros, corretores e armadores que tinham suas atividades na praça comercial de Santos, podendo seus membros terem origem estrangeira ou nacional (DIÁRIO OFICIAL, 1874). A abertura da ACS aos estrangeiros se explica pela proeminência das casas importadoras e exportadoras de outros países que atuavam no porto de Santos desde antes da metade do século XIX, e que se tornariam casas comissárias, ao perceberem que financiar a lavoura, em um contexto de fraco desenvolvimento do crédito bancário em São Paulo, seria uma forma de assegurar a produção do café exportado à Europa e, ao mesmo tempo, açambarcar o fluxo de importações demandadas pelos proprietários rurais. Por exemplo, em 1844, foi montada a casa Theodor Wille & Cia., firma que inicialmente cuidava do comércio de importação e exportação no porto santista, mas que posteriormente desdobrou suas atividades ao comissariado (MORAES, 1988, p. 19-25).

Dessa forma, o fato de Joaquim Franco de Lacerda ser um dos membros fundadores da ACS corrobora a idéia que ele tinha negócios em Santos vinculados ao comércio do café. Esta informação é importante porque a primeira indicação¹⁷⁰ que temos da atuação da casa comissária J. F. de Lacerda é de 3 de setembro de 1877, quando, na cidade de Santos, foi lavrada uma Escritura de Distrato¹⁷¹ entre Manoel Alves Ferreira da Silva & Cia. e a casa comissária J. F. de Lacerda & Cia, firmas representadas por seus sócios Emilio Avamczyk e Joaquim Franco de Lacerda, respectivamente. Pela escritura vemos que em 3 de julho de 1877, a firma Manoel Alves Ferreira da Silva & Cia fez um contrato com a casa comissária J. F. de Lacerda & Companhia em que se comprometeu a fornecer café, recebendo da Lacerda o montante de Rs. 124:183\$980. O contrato foi cumprido e findado no dia de 3 setembro do referido ano, ou seja, em dois meses o café foi entregue.

Este contrato nos permite explicar os dois tipos de vendas referentes ao café: *no disponível* (entrega direta) e *a termo* (a prazo, vendas para o futuro). As operações no disponível, que eram a praxe entre as casas comissárias no século XIX, circunscreviam-se ao café negociado, à safra colhida, ou seja, à entrega imediata do produto pelo fazendeiro ou pelo comissário ao

¹⁷⁰ Moraes (1988, p. 65) pontua que na década de 1870, a Vergueiro & Cia. e a J. F. de Lacerda & Cia. eram as principais casas comissárias de Santos, inclusive fazendo exportação por conta própria. Pensamos que afirmação careça de uma melhor base documental, sendo que nossa documentação nos impede de fazer esta assertiva.

¹⁷¹ ESCRITURA DE DISTRATO QUE FAZEM MANOEL ALVES FERREIRA DA SILVA & CIA E J. F. DE LACERDA & COMPANHIA. Livro de Notas do 1º tabelião de Santos, nº 15, fl. 95 apud PEREIRA (1980, p. 230 e 231).

exportador¹⁷². Por sua vez, os negócios a termo lidavam com safras futuras, sendo preferidos pelas casas comissárias a partir do século XX.

Essas transações eram feitas por caixas de liquidação. Deviam ser executadas dentro de um prazo certo (geralmente até o penúltimo dia útil de cada mês); tinham por objeto determinadas quantidades de sacas, sendo a classificação obrigatória, geralmente feita por um setor das caixas de liquidação, quando não havia ainda a BOLSA [Oficial do Café de Santos, fundada em 1912]. Concluídas as operações, são lançados os dados, sob o nome do respectivo operador, em uma conta corrente, e se encerrava no fim do prazo estipulado (PEREIRA, 1980, p. 93).

As casas comissárias negociavam, além de café, outros gêneros como algodão e produtos importados de toda espécie, como demonstra a *Nota de Venda de produtos pela J. F. de Lacerda & Cia. destinados a José de Lacerda Guimarães*¹⁷³, residente na fazenda Montevideó em Araras (SP), no dia 22 de abril de 1880.

É justamente do ano de 1880 que temos o primeiro documento acerca dos homens que constituíam a casa comissária J. F. de Lacerda & Cia. A firma, com sede na cidade de Santos, era uma sociedade comanditária¹⁷⁴ formada pelos sócios comanditários José de Lacerda Guimarães e Bento de Lacerda, e pelos sócios solidários Joaquim Franco de Lacerda, Antonio Carlos da Silva Telles e Paulo José Gonçalves Pimenta. A firma foi montada com um capital de 100 contos de réis, em que pese não haver indicações do ano em que foi constituída – lembrando que o primeiro relato de suas atividades é de 1877.

Nesta primeira fase da J. F. de Lacerda & Cia., os documentos demonstram o estado financeiro da firma no ano de 1880 e 1881. Neste segundo ano, a casa comissária passou por um processo juridicamente tratado como dissolução, mas que na verdade significou uma

¹⁷² A estrutura de produção e venda do café no século XIX contava com os seguintes agentes: 1) produtor; 2) comissário; 3) ensacador; 4) corretor e 5) exportador. De modo geral, o fazendeiro enviava seu café ao comissário que cobrava uma comissão de 3% para vender o café aos ensacadores, ou de forma direta aos exportadores. Os ensacadores compravam o café do comissário e o pagavam em 31 dias. Os exportadores compravam o café já ensacado e pagava os ensacadores em 21 dias (CANO, 1981, p. 71).

¹⁷³ (JFL VENDA PRODUTOS, 22/04/1880). O documento está exposto no anexo 1 ao final da tese.

¹⁷⁴ A **sociedade em comandita simples** era a caracterizada pela existência de dois tipos de sócios: os sócios comanditários e os comanditados. Os *sócios comanditários* tem responsabilidade limitada em relação às obrigações contraídas pela sociedade empresária, respondendo apenas pela integralização das quotas subscritas. Contribuem apenas com o capital subscrito, não contribuindo de nenhuma outra forma para o funcionamento da empresa, ficando alheio, inclusive, da administração da mesma. Já os *sócios comanditados/solidários* contribuem com capital e trabalho, além de serem responsáveis pela administração da empresa. Sua responsabilidade perante terceiros é ilimitada, devendo saldar as obrigações contraídas pela sociedade. A firma ou razão social da sociedade somente pode conter nomes de sócios comanditados, sendo que a presença do nome de sócio comanditário faz presumir que o mesmo é comanditado, passando a responder de forma ilimitada.

reorganização da firma, com a saída de alguns sócios e a entrada de outros, sendo que a sociedade continuou e de forma reforçada: apenas entre familiares¹⁷⁵.

O exame dos balanços da casa comissária J. F. de Lacerda & Cia., entre 1879 e 1881, conforme a tabela 42 (página 188), permite algumas constatações.

Considerações sobre o Ativo da J. F. de Lacerda & Cia. (1880-1881):

I. O Ativo da firma demonstra que os valores em *caixa* e os alocados em *bens semoventes e móveis* e *utensílios* eram diminutos em relação ao total que girava no *ativo*¹⁷⁶

II. O saldo obtido em *consignações* – negócios com café – também era pequeno

III. A maior parte do capital a receber vinha das *Obrigações a serem recebidas* (letras) e, sobretudo, das *Contas Correntes dos devedores* (fazendeiros). Ou seja, a entrada e a saída de capitais era constante na casa comissária, o que se explica pelos constantes pagamentos que a firma devia fazer aos fazendeiros que a ela consignavam, ou vendiam, o café; e pela entrada de capitais freqüente que a firma recebia ao vender, ou revender, o café aos importadores.

IV. O diminuto valor do *café em ser* para o ano 1880-1881 demonstra que as operações de compra e venda de café se davam no disponível, ou seja, café entregue de forma imediata pelo fazendeiro e que seria pago ao comissário em até 30 dias pelo exportador

Considerações sobre o Passivo da J. F. de Lacerda & Cia.:

V. A soma devida aos credores era quase a mesma a receber dos devedores, sendo que estas dívidas compunham a maioria do Passivo da firma

¹⁷⁵ As informações sobre o estado patrimonial da casa comissária J. F. de Lacerda & Cia., nos exercícios fiscais 1879-1880 e 1880-1881, que serão demonstrados a seguir tem as seguintes fontes: (BALANÇO PATRIMONIAL J. F. de LACERDA & Cia., Santos, 1880 e 1881); (DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS J. F. de LACERDA & Cia., Santos 1880 e 1881); (CONTAS SÓCIOS J. F. de LACERDA & Cia., Santos, 1881). Importante ressaltar que, a partir deste ponto, os documentos contábeis que descrevem as firmas da família Lacerda Franco serão citados, na forma de tabelas, em sua nomenclatura original, o que remete a termos de contabilidade do final do século XIX e, em virtude disso, podem não ser semelhantes aos termos contábeis atuais. Nossa escolha é por manter a originalidade dos documentos a fim tentarmos compreender as demonstrações contábeis daquele período.

¹⁷⁶ Para Braudel (1996, 339) “No balanço de qualquer comerciante, ao lado do estoque de mercadorias, há regularmente um ativo de créditos e um passivo de dívidas. A sabedoria está em salvaguardar o equilíbrio, mas não em renunciar a essas formas de crédito que, afinal, representam uma massa enorme, que multiplica por 4 ou 5 o volume das trocas. Todo o sistema mercantil depende disso. Cessando esse crédito, o motor enguiçaria”.

VI. José de Lacerda Guimarães, em que pese ter apenas 20% de participação nos lucros da sociedade, era o grande financiador da firma, pois respondia pelos empréstimos em pelo menos 2 bancos (English Bank e Caixa Filial)¹⁷⁷

VII. Esta participação maior de José de Lacerda Guimarães talvez se devesse ao fato dele já ser *comerciante matriculado na Junta Comercial do Rio de Janeiro* (JLG CARTA COMERCIANTE, Rio de Janeiro, 1881) desde 21/10/1881 e de ser possuidor de propriedades rurais que serviriam de base aos empréstimos bancários (hipotecas)

VIII. Os sócios Paulo Pimenta e Antonio Carlos Silva Telles tinham pequena participação no cotidiano financeiro da firma

IX. Os negócios funcionavam na base da tomada de empréstimos junto aos bancos por uma taxa de juros menor e o repasse desses capitais aos fazendeiros – que abriam uma conta corrente na sociedade – a uma taxa de juros maior, sendo que a firma financiava a produção do café a ser entregue à sociedade para posterior venda aos exportadores

X. As *Obrigações a Pagar* eram menores que a Receber

XI. A sociedade foi constituída com um *Capital Social* de Rs. 100:000\$000 e para seu *fundo de reserva* foi destinado Rs. 44:261\$017 em 1879-1880 e Rs. 12:342\$293 em 1880-1881

XII. Os números de ambos os exercícios fiscais, que não diferem muito nos valores, não dão mostras de insolvabilidade por parte da J. F. de Lacerda & Cia.

¹⁷⁷ O English Bank of Rio de Janeiro entrou em operação em 1864, na cidade do Rio de Janeiro, com o nome de Brazilian and Portuguese Bank, que foi mudado posteriormente; segundo Granziera (1979, p. 78-81), esta casa bancária e o London and Brazilian Bank, fundado na mesma época, mantinham a estrutura do capital inglês: bancos britânicos que financiavam preferencialmente obras controladas pelos ingleses no Brasil, como ferrovias e serviços urbanos.

A Caixa Filial do Banco do Brasil em São Paulo data de 1856. Realizava descontos e empréstimos, recebia dinheiro a prêmio, emitia notas recebíveis em repartições públicas. Entretanto, a concessão do crédito ligava-se às relações pessoais com seus diretores, sobretudo a família Prado (SAES, 1986b, p. 72-73). O banco inglês contava com agência em Santos desde 1873; a Caixa Filial ficava na cidade de São Paulo, mas tinha uma representação em Santos, sendo o Alferes José Proost de Souza seu correspondente (ALMANAK LAEMMERT, 1882, p. 1963).

Tabela 39: Demonstração de Lucros e Perdas da casa comissária J. F. de LACERDA & Cia. em 1879-1880 e 1880-1881 – em mil réis

ANO	1879-1880	1880-1881
CRÉDITO		
Seguros	1:815\$176	1:612\$412
Juros sem Gastos de Consignações	8:264\$542	5:054\$270
Prêmios e Descontos	15:206\$716	45:297\$818
Mercadorias Gerais	39:953\$930	34:794\$460
Comissões	87:042\$484	61:735\$650
Carregações	135\$320	
TOTAL	152:418\$168	148:500\$610
DÉBITO		
Abatimentos		
Móveis e Utensílios	476\$340	
Bens Semoventes	273\$550	
TOTAL	749\$890	700\$340
Despesas Gerais	58:477\$973	47:678\$584
TOTAL	59:227\$863	48:378\$924
BALANÇO		
Lucro Líquido	93:190\$305	100:121\$686
Divisão do Lucro Líquido:		
Fundo de Reserva	13\$190\$305	8:521\$686
Joaquim Franco de Lacerda	40:000\$000	49:500\$000
José de Lacerda Guimarães	16:000\$000	22:500\$000
Antonio Carlos da Silva Telles	12:000\$000	18:000\$000
Paulo José Pimenta Gonçalves	12:000\$000	

Considerações sobre a Demonstração de Lucros e Perdas:

I. A J. F. de Lacerda & Companhia apresentava lucro líquido em 1879-1880 gerado principalmente pelas *comissões* cobradas pela casa na venda do café consignado; e, em 1880-1881, o lucro gerado pelas comissões teve um reforço advindo dos valores em *prêmios e descontos*

II. A parcela das *Mercadorias Gerais* era importante, o que demonstra que os negócios da J. F. de Lacerda & Cia. não se restringiam ao café (pode ser algodão e outros gêneros, como no nome posterior da firma)

III. Entre as *Despesas Gerais* de uma casa comissária constava em grande parte o fornecimento de sacos para acondicionar o café, que muitas vezes era cedido aos fazendeiros

IV. Os quatro sócios tiveram lucro com a firma em 1879-1880 e, no ano 1880-1881, os três sócios remanescentes continuaram auferindo lucro com a casa comissária¹⁷⁸

V. A divisão do lucro se dava na seguinte base: no período 1879-1880, 50% do lucro foi para Joaquim Franco de Lacerda, 20% para José de Lacerda Guimarães, 15% para Antonio Carlos da Silva Telles e Paulo José Pimenta Gonçalves. No período 1880-1881, 55% dos lucros foram para Joaquim Franco de Lacerda, 25% para José de Lacerda Guimarães e 20% para Antonio Carlos da Silva Telles.

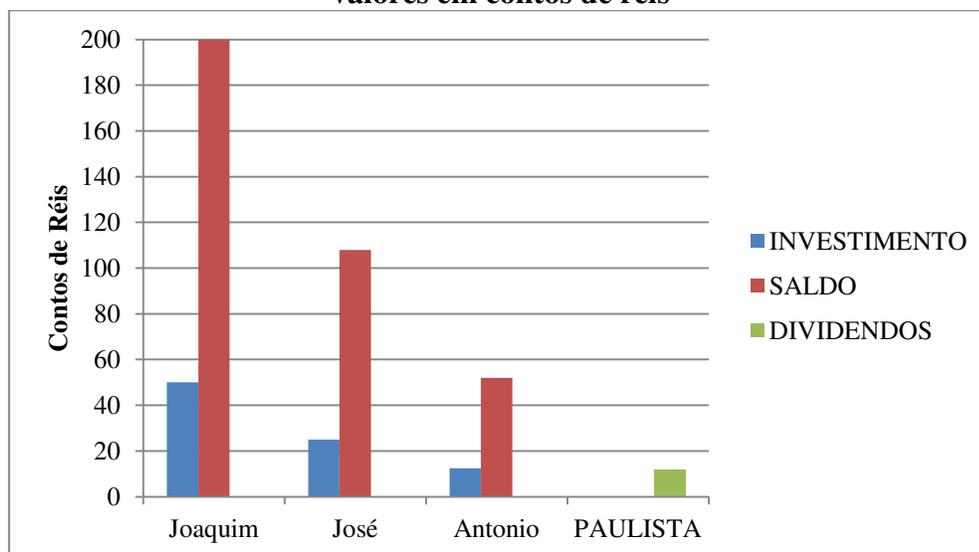
Os números da casa comissária J. F. de Lacerda & Cia. entre 1879 e 1881 indicam uma ascendência nos negócios da firma¹⁷⁹. Analisando as contas dos sócios na casa comissária, segundo a tabela 43 (página 189), ao compararmos o saldo final de cada sócio em 1881 com o valor que eles investiram para integralizar o capital social da firma, notamos que a J. F. de Lacerda & Cia. lhes rendeu muito mais capital do que eles despenderam para criar esta sociedade em comandita. A fim de termos uma base de comparação, o gráfico abaixo relaciona os valores de cada sócio da J. F. de Lacerda em 1881 e os dividendos distribuídos pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro de 1875 até 1885. Dessa forma, constatamos que a lucratividade da casa comissária era interessante, ou seja, maior que percebida por um investimento amplamente difundido entre os cafeicultores do Oeste Paulista, que era o investimento em ferrovias e o lucro recebido através dos dividendos¹⁸⁰.

¹⁷⁸ O nome do sócio Bento de Lacerda Guimarães consta como um dos acionistas da J. F. de Lacerda na Prorrogação do contrato social da firma J. F. Lacerda & Cia., registrado em 10 de fevereiro de 1881 na Junta Comercial do Rio de Janeiro (PRORROGAÇÃO CONTRATO J. F. de LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1881).

¹⁷⁹ Ainda não dispomos de melhores parâmetros para comparar contabilmente o tamanho da J. F. de Lacerda & Cia. em relação às suas congêneres da década de 1880. Os dois trabalhos que nos servem de base para a análise mais específica do comissariado nos negócios cafeeiros paulistas – (FRANCO, 1980) e (MORAES, 1988) – carecem da documentação contábil que possuímos sobre a casa comissária dos Lacerda Franco.

¹⁸⁰ Em nossa análise, de forma alguma queremos atrelar a idéia dos fazendeiros investirem na compra de ações de ferrovias com o intuito exclusivo de serem remunerados através da distribuição de dividendos. Sabemos que o investimento em ferrovias era cercado por outros interesses, como rebaixar os custos de transporte do café, além da possibilidade de ser proprietário de companhias ferroviárias, uma forma de diversificar o capital e garantir lucros que não fossem fixados pelas incertezas da lavoura.

Gráfico 18: Investimento inicial e saldo dos sócios da J. F. de Lacerda & Cia (1881) em relação à soma dos dividendos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1875-1885) – valores em contos de réis



Fonte: (CONTAS SÓCIOS J. F. de LACERDA & Cia., Santos, 1881) e Saes (1981, p. 155).

Obs: Somamos os dividendos distribuídos pela Paulista nos anos de 1875 (Rs. 1:491\$000), 1880 (Rs. 4:349\$696) e 1885 (Rs. 6:557\$893), chegando ao valor total de Rs. 12:398\$589.

Pelo que acima determinamos, não havia qualquer indicação de queda nos lucros ou de insolvência da J. F. de Lacerda & Cia. que apontasse um condicionante estritamente a motivar a saída do sócio Antonio Carlos da Silva Telles em 1881, bem como do sócio Paulo Pimenta e de Bento de Lacerda Guimarães nos anos progressos. De forma que somos levados a buscar uma explicação na divisão interna da casa comissária, uma vez que, os sócios recebiam diferentes parcelas do lucro obtido (PRORROGAÇÃO CONTRATO J. F. de LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1881). Joaquim Franco de Lacerda (55%), José de Lacerda Guimarães (25%) e Antonio Carlos da Silva Telles (20%). Pensamos que a motivação para migrar deste promissor investimento tenha vindo do desejo de comandar o próprio negócio, ou seja, abrir uma casa comissária, que foi o ocorrido com Silva Telles¹⁸¹ ainda em 1881.

¹⁸¹ A casa comissária de café Freitas, Lima, Nogueira & Cia., conhecida na praça de Santos como "a casa Telles", foi fundada em 8 de novembro de 1881, sob a firma de Telles & Netto, composta dos sócios Antonio Carlos da Silva Telles e Domingos Luiz Netto, e recebeu a sua primeira consignação de café em 11 daquele mês e ano. Em 1883, com a admissão dos novos sócios srs. Bento Quirino dos Santos e José Paulino Nogueira, passou a funcionar sob a razão social de Telles, Netto & Cia. Em 1894, tendo ampliado de modo extraordinário as suas transações, passou a ocupar, como casa comissária de café, um dos primeiros lugares; e em 1901 bateu o recorde dos recebimentos de café em Santos. A casa girava, então, sob a razão social de Telles, Quirino & Nogueira, por se ter retirado em 1899 o sócio sr. Domingos Luiz Netto.

A J. F. de Lacerda & Cia. continuou sua trajetória como atesta o novo Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro em 29 de setembro de 1881. Nele consta que esta sociedade comanditária tem como sócio solidário Joaquim Franco de Lacerda (residente em Santos) e, como sócio comanditário, José de Lacerda Guimarães (residente em Araras). A sede da firma era na Rua do Santo Antonio número 50, na cidade de Santos (SP). A finalidade da firma era o *negócio de comissões em geral e outros quaisquer que lhe possa convir*. O capital social da nova J. F. de Lacerda & Cia., no valor de Rs. 300:000\$000, seria composto, como demonstrou a Discriminação das Contas dos Sócios, pelos haveres sociais da extinta firma, sendo que Joaquim entrou com Rs. 200:000\$000 e seu pai José com Rs. 100:000\$000. A gerência da casa comissária estaria nas mãos de Joaquim Franco de Lacerda. A sétima cláusula do contrato determinava que nenhum adiantamento a um só comitente poderia superar o valor de Rs. 30:000\$000, e seria dever do sócio solidário reduzir a esta soma os débitos dos fregueses da firma pretérita que fossem superiores a este montante. Na divisão dos lucros, sendo que 10% eram alocados no *fundo de reserva*, o restante era dividido na proporção de 75% ao sócio solidário (Joaquim) e 25% ao comanditário (seu pai José); de forma que, ao final de cada ano social, do valor referente a estas quotas os sócios poderiam ser embolsados ou levar a crédito em suas contas correntes na J. F. de Lacerda & Cia. com juros de 6% ao ano. A entrada de novos sócios era competência de Joaquim Franco de Lacerda, mas condicionada à anuência do sócio comanditário (CONTRATO SOCIAL J. F. de LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1881).

A nova J. F. de Lacerda & Cia., constituída agora por José de Lacerda Guimarães e seu filho Joaquim Franco de Lacerda, assumiu definitivamente a característica dos investimentos dos Lacerda Franco na economia cafeeira paulista da segunda metade do XIX: *associação de capitais entre familiares para montar empresas*. Conforme definimos anteriormente, a origem dos capitais da família Lacerda Franco remontava ao começo do século XIX, na região de Atibaia e Jundiaí, com a lavoura de alimentos, o comércio de animais e a produção de aguardente – além de escravos. No decorrer da primeira metade do XIX (com o Alferes Franco), esta riqueza se convertera em engenho, terras e escravos para a produção de açúcar na região de Limeira. Por volta de 1850-1860, esta riqueza se metamorfoseou em cafezais, tanto em Jundiaí (com os pais dos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães) quanto em Limeira (com o Alferes Franco), acompanhando a trajetória do café pelo Oeste Paulista. Este *capital tipicamente nacional* foi gestado em atividades que, apesar de se voltarem ao comércio exterior – a exceção da lavoura de

alimentos e do comércio de animais – eram *produtivamente dominadas pelos agentes nacionais*, no caso, os fazendeiros de açúcar e café. Entendemos que comercialmente, a economia cafeeira se caracterizava pelo domínio do comissário e do exportador sobre a lavoura, sendo estes dois elementos, muitas vezes, de origem estrangeira (MELLO, 2009, p. 56 e 57). Entretanto, os Lacerda Franco não se encaixam nesse modelo, pois têm uma riqueza prioritariamente erigida com o capital nacional.

O caráter familiar da casa comissária J. F. de Lacerda & Cia. foi reforçado em 1883, como consta no Contrato Social da firma registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro em 12 de setembro do referido ano (CONTRATO SOCIAL J. F. de LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1883). O contrato foi celebrado entre Joaquim Franco de Lacerda (filho de José de Lacerda Guimarães) e seu primo Antonio de Lacerda Franco (filho de Bento de Lacerda Guimarães), ambos residentes na cidade de Santos. A sociedade destinava-se à: receber gêneros em consignações, facilitando para esse fim os adiantamentos indispensáveis, que não poderiam exceder o valor de 20 contos de réis a cada comitente (salvo assentimento de ambos os sócios); executar ordens do exterior e do país para a compra e venda de gêneros sem adiantamentos; e *introdução de colonos por conta de terceiros*¹⁸², quando os sócios entenderem que seja conveniente.

Na constituição do capital social, no valor de 300 contos de réis, desta renovada J. F. de Lacerda & Cia., notamos que os dois sócios solidários contribuiriam de maneira igualitária, desembolsando Rs. 150:000\$000 cada um. O prazo de duração do contrato era de quatro anos, contados a partir de junho de 1883. A gerência da casa comissária competiria primeiramente à Joaquim Franco de Lacerda e, em segundo lugar, ao sócio Antonio de Lacerda Franco, sendo que ambos poderiam usar o nome da firma social, exceto em negócios que fossem estranhos aos interesses comuns da sociedade. Dos lucros no fim de cada balanço anual, 10% seria recolhido ao fundo de reserva e o restante dividido de maneira igualitária entre os dois sócios. A cada um dos sócios era permitido retirar mensalmente a quantia de Rs. 800\$000 para suas despesas particulares; as retiradas que excedessem este valor seriam debitadas nas respectivas contas correntes a juros de 10% ao ano.

¹⁸² Com o fim da escravidão aproximando-se, a procura por colonos assalariados haveria de ser grande, o que explica a inserção da J. F. de Lacerda & Cia. neste ramo. Ela tinha *expertise* necessária para tanto, afinal, lidava com vários fazendeiros na compra de café e cuidava do comércio de importação, o que lhe valia conhecimentos acerca dos fluxos Europa-América do Sul.

O mesmo contrato da J. F. de Lacerda & Cia., datado também de 12 de setembro de 1883, indica uma importante alteração na casa comissária. O sócio José de Lacerda Guimarães e Joaquim Franco de Lacerda assinaram um *distrato social*, formalizando a dissolução, em 30 de junho do mesmo ano, da antiga sociedade entre pai e filho, para continuar a J. F. de Lacerda & Cia. nas mãos da geração mais nova, os primos Antonio e Joaquim. José de Lacerda Guimarães foi reembolsado na quantia de 80 contos de réis, sendo 10 contos relativos à sua quota de interesses sociais e mais 70 contos de réis pelo seu capital que foi investido na sociedade – que era de 100 contos – sendo que destes 70 contos, fez-se o abatimento de 30 contos de réis em favor do sócio solidário Joaquim Franco de Lacerda.

A saída de José de Lacerda Guimarães poderia abrir uma oportunidade de agregar novos capitais à firma, associando-se a influentes membros da sociedade cafeeira paulista. Mas, a visão de empresa dos Lacerda Franco priorizava a sociedade familiar como forma de obtenção e manutenção do capital, impedindo que ele se dispersasse através de indivíduos que fossem agregados aos negócios, mas que não reunissem a aptidão demonstrada pelos Lacerda Franco na condução de seus investimentos.

Foi com esta visão que, no dia 14 de julho de 1884 – segundo consta no Contrato social da firma J. F. Lacerda & Cia. registrado na Junta Comercial da cidade do Rio de Janeiro¹⁸³ – os sócios solidários Joaquim Franco de Lacerda e Antonio de Lacerda Franco, residentes em Santos, e os sócios comanditários Joaquim Franco de Camargo Junior e João Soares do Amaral, residentes em Araras, firmaram uma sociedade comanditária na praça de Santos, a J. F. de Lacerda & Cia., cujo objetivo era o comércio de comissões em geral, *compra e venda de café nas praças de Santos e Rio de Janeiro e exportação para o exterior por conta própria ou de terceiros*. O capital social da casa comissária e *exportadora* era de 600 contos de réis, devendo cada sócio solidário concorrer com 200 contos de réis, o sócio comanditário Joaquim Franco de Camargo Junior com 140 contos e o outro comanditário João Soares do Amaral com 60 contos.

Os débitos resultantes de negócios anteriores não ficariam a cargo da nova sociedade. A administração e gerência da firma caberiam primeiramente ao sócio Antonio de Lacerda Franco e, secundariamente, ao sócio Joaquim Franco de Lacerda. Dos lucros apurados ao final de cada exercício, 10% seria retido para o fundo de reserva e o restante dividido da seguinte forma: $\frac{1}{3}$ para cada sócio solidário e $\frac{1}{3}$ para os dois sócios comanditários, de acordo com os respectivos

¹⁸³ (CONTRATO SOCIAL J. F. LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1884). O contrato foi assinado no município de Araras (SP).

capitais. O sócio Antonio de Lacerda Franco receberá a quantia de 15 contos de réis anuais por ser o gerente da casa comissária.

Com esta nova composição, a J. F. de Lacerda & Cia. afirmava novamente seu caráter de investimento familiar. O padre Joaquim Franco de Camargo Junior era filho do Alferes Franco, portanto, tio dos sócios Antonio de Lacerda Franco e Joaquim Franco de Lacerda, constando seu nome como fazendeiro na lista dos habitantes mais ricos do município de Araras em 1876. Por sua vez, João Soares do Amaral também era fazendeiro e listado entre os cidadãos ararenses mais abastados¹⁸⁴. Ele entrara para a família Lacerda Franco através do casamento com Maria da Glória Lacerda, filha de José de Lacerda Guimarães e Clara Miquelina.

Além de novos sócios, a casa comissária ampliava seu raio de atuação, incluindo o Rio de Janeiro como local de compra e venda de café, e a pujança requerida para efetuar a exportação da rubiácea por conta própria. Ter uma sede dos negócios na capital do Império era de suma importância a uma empresa que atuava com importação e exportação.

[...] era necessário, por motivo de técnica financeira, ter uma representação própria na capital do país em vista da crescente influência da política sobre o comércio. Além disso [...] era preciso fechar as cambiais para importação e exportação naquela cidade (MORAES, 1988, p. 45).

Porém, à J. F. de Lacerda & Cia. o mercado nacional não encerraria suas atividades. Contando com sede em Santos e no Rio de Janeiro, a condição de grande empresa foi corroborada pelo contrato celebrado no mesmo dia 14 de junho de 1884, inclusive na mesma cidade de Araras, o que nos leva a crer que os contratos foram celebrados com a anuência de todos os Lacerda Franco envolvidos com o comissariado de café. O contrato segue abaixo:

Contrato da Lacerda & Cia. (documento traduzido do original em francês):

Os abaixo assinados, Joaquim Franco de Lacerda e Antonio de Lacerda Franco, como sócios solidários e José de Lacerda Guimarães, como comanditário, todos os três brasileiros, os dois primeiros residentes em Santos e o último nesta cidade (Araras), acham-se combinados e comprometidos a firmar entre si uma sociedade coletiva e comanditária (em comandita) para o estabelecimento de uma casa de comércio, na Cidade do Havre, República Francesa, sociedade que funcionará sob a razão social de "Lacerda e Companhia" e cujo objeto, fim e condições acham-se compreendidos nos artigos e cláusulas seguintes:

1º O objeto e fim da Sociedade é exclusivamente o comércio de comissões em geral, sendo sua sede na Cidade do Havre.

2º O capital social será de um milhão de francos (1.000.000), devendo cada um dos sócios solidários concorrer com a soma de trezentos mil francos (300.000) e o sócio comanditário com a quantia de quatrocentos mil francos (400.000), devendo a metade

¹⁸⁴ João Soares do Amaral foi coronel da Guarda Nacional e vereador durante várias legislações em Araras. Foi proprietário das Fazendas Palmeiras e Santa Maria, que, em 1913, foram avaliadas em Rs. 941:241\$000 (SILVA, 2008, p. 102).

deste capital ser realizada no primeiro dia do mês de julho do corrente ano e depositada, ao câmbio do mesmo dia, na casa de Comércio J. F. de Lacerda & Cia, em Santos.

A presente sociedade entrará em vigor no mesmo dia.

A outra metade do capital será realizada quando o sócio gerente julgar conveniente.

O sócio gerente decidirá da oportunidade da remessa de todo ou de parte do capital realizado, quando o julgar conveniente a todos os sócios.

3º O prazo de duração do presente contrato será de três anos, a datar de primeiro de julho do corrente ano, data em que entrará também em vigor a sociedade para todos os seus efeitos entre os sócios.

4º A sociedade não poderá ser dissolvida antes da terminação do prazo marcado para sua duração; poderá entretanto, terminado este prazo, ser prorrogada nas mesmas ou em diferentes condições das do presente contrato, de acordo com a vontade de todos os sócios.

5º A gerência e administração imediata dos negócios competem: em primeiro lugar ao sócio Joaquim Franco de Lacerda e em segundo lugar ao sócio, Antonio de Lacerda Franco. Estes dois sócios poderão fazer uso da firma social; entretanto, a nenhum deles é permitido de servir-se firma para qualquer negócio estranho aos interesses da Sociedade.

6º O sócio gerente não poderá em nenhum caso fazer negócios por conta da Sociedade, nem tomar parte por conta da mesma em qualquer negócio com terceiros, limitando-se estritamente aos fins da presente sociedade e do presente contrato, conforme o prescreve o artigo primeiro; do mesmo modo nenhum dos sócios gerentes poderá fazer, por sua conta particular, qualquer negócio ou especulação, a datar do começo do presente contrato.

7º Dos lucros resultantes de cada balanço social, que será fechado a trinta de junho de cada ano e depois da dedução das despesas gerais e de quaisquer prejuízos ou perdas sobrevindas durante o exercício do ano social, serão retirados dez por cento para formar os fundos de reserva e o restante destes mesmos lucros será distribuído da forma seguinte: um terço para cada sócio solidário e um terço para o sócio comanditário.

No fim de cada balanço anual, todos os sócios poderão entrar em posse de suas partes de lucros ou então fazê-las crédito em sua conta corrente pela Sociedade, com juros de seis por cento anuais.

Igualmente, se verificarem-se perdas ou prejuízo no balanço anual, o prejuízo será repartido do mesmo modo e na mesma proporção acima referidos.

8º O sócio, Joaquim Franco de Lacerda, receberá além de sua parte de lucros, indicada no artigo 7º, a soma de trinta e seis francos por ano, isto é, três mil francos mensalmente, a título de gerência; esta soma deverá ser levada à conta das despesas gerais da casa comercial.

9º A trinta de junho de cada ano, conforme o prescreve o artigo sétimo, proceder-se-á ao balanço anual, do qual será extraída uma cópia autêntica que, no mais breve prazo, será remetida a cada um dos sócios, fornecendo-se além disso a cada um deles os esclarecimentos e todas as informações pedidas.

10º No caso de falecimento de um dos sócios antes da terminação deste contrato, os sócios sobreviventes continuarão com o estabelecimento social e indenizarão os herdeiros do sócio falecido de todo o seu capital e lucros; estes lucros serão calculados pelo último balanço social e efetuar-se-á a indenização com o abatimento de dez por cento sob todos os haveres do sócio falecido na sociedade e o pagamento será feito em duas letras de somas iguais, aceitas pela sociedade a prazo de seis e doze meses.

Esta disposição será respeitada se o falecimento do sócio tiver lugar depois do primeiro balanço social, porque, se o falecimento se der antes do dito primeiro balanço, os herdeiros do falecido seriam indenizados, no mesmo prazo de seis e doze meses, somente do capital com juros de oito por cento ao ano, que continuarão a também durante os prazos das letras que os herdeiros receberão em pagamento do capital, ficando, entretanto, os herdeiros do falecido com a faculdade de continuarem a fazer parte da sociedade até a extinção do prazo de duração do presente contrato.

11º No caso de dissolução da sociedade todas as questões se resolverão por julgamento arbitral, nomeando cada sócio um árbitro.

Se, entretanto, um dos sócios recusar nomear seu perito ou assinar a obrigação que ele tem de constituir o tribunal arbitral, os outros sócios nomearão um árbitro para substituir o do sócio que tiver recusado; o compromisso, ficando assim estabelecido e assinado, terá a mesma força e vigor como se tivesse sido assinado por todos os sócios.

Não haverá nenhum recurso, ordinário ou extraordinário, judicial ou extrajudicial, das decisões dos árbitros, porque os sócios se comprometem a autuá-los, quaisquer que sejam; estas mesmas decisões serão consideradas pelos sócios como decisiva e definitiva solução das questões, para as quais se tiver reunido ao julgamento arbitral.

Fica bem entendido, que no caso de morte os herdeiros ou representantes do sócio falecido exercerão os direitos, que lhes pertencem, na nomeação e escolha de árbitros.

Fica também estabelecido que, nos casos acima previstos, o julgamento arbitral terá sempre lugar no Brasil, na Província de São Paulo.

E como, assim acordados e combinados, querem que tudo que se contém no presente contrato, se cumpra e se faça cumprir, os sócios aceitam reciprocamente os ônus e direitos que resultarem de tudo que acima ficou estipulado, e como prova, tiram do presente quatro instrumentos semelhantes (provavelmente 4 cópias), um dos quais deve ser registrado na Junta Commercial da Capital do Império do Brasil. Cidade de Araras, quatorze de junho de mil oitocentos e oitenta e quatro (14/06/1884). Assinados no original: Joaquim Franco de Lacerda, Antonio de Lacerda Franco, José de Lacerda Guimarães. Como testemunhas: José de Queiroz Lacerda, Jorge de Aguiar Whitaker, Padre. Casanove. Reconheço verdadeiras as firmas acima feitas em minha presença e dou fé. Araras, quatorze de junho de mil oitocentos e oitenta e quatro (14/06/1884). Dou testemunho da verdade. Leovegildo Duarte. (LACERDA & Cia., Araras, 1884).

A razão que levou a J. F. de Lacerda & Cia. a abrir uma sede na cidade francesa do Havre – sob a razão social Lacerda & Cia. – era explicada pela importância daquela localidade no comércio mundial de café. Por volta de 1880, no porto do Havre foi criada a primeira Bolsa do Café que, em um livro que relata a trajetória da casa Theodor Wille & Cia., apresentava as seguintes vantagens.

Agora os negociantes podiam cobrir-se contra suas compras, vendendo em parte ou no total no mercado de termo, contra contratos de embarques de café feitos em ultramar, evitando, assim grandes riscos com oscilações dos preços. O negócio tinha assim a grande vantagem de poder vender a qualquer tempo, conforme sua opinião sobre o próximo futuro do mercado, os cafés que chegavam entremeses, total ou parcialmente, na praça ou no interior, e de liquidar os contratos no termo correspondente (MORAES, 1988, p. 66).

A localização da cidade do Havre¹⁸⁵, conforme o mapa 2 (página 190), auxiliava nessa proeminência no comércio mundial do café, por se localizar no litoral nordeste da França, próximo à Inglaterra e à Alemanha.

¹⁸⁵ Le Havre é uma comuna francesa na região administrativa da Alta-Normandia (região nordeste da França), no departamento Seine-Maritime. Estende-se por uma área de 46,95 km², com 179.751 habitantes, segundo os censos de 2007, com uma densidade 3.829 hab/km².

Quanto à demanda deste porto francês pelo café brasileiro, ele foi o principal mercado ao café santista no ano de 1886.

Tabela 40: Destinos do café exportado por Santos entre 01/07/1886 a 31/12/1886 – valores em sacas de 60 kg

Países	Sacas Café
FRANÇA	328.779
ALEMANHA	314.163
ESTADOS UNIDOS	231.913
MEDITERRÂNEO	173.067
BÉLGICA	127.991
INGLATERRA, CANAL E LISBOA	113.196
CABOTAGEM	3.370
TOTAL	1.292.479

Fonte: Relatório ACS (1886, p. 56).

Ao montar uma filial na cidade francesa do Havre (ou Le Havre), a J. F. de Lacerda & Cia. confirmou sua entrada em um seleto grupo de firmas: as casas exportadoras. Na tríade nacional envolvida no negócio cafeeiro, fazendeiro-comissário-exportador, o lugar de destaque cabia à terceira função.

Eram poucos os fazendeiros que também exerciam as demais atividades, e a maior ocorrência de casos em que ele exercia mais de uma, se limitava até o serviço de comissariar os negócios cafeeiros, dado que *o capital externo praticamente controlava a exportação de café* (CANO, 1981, p. 70-71).

Cano não errara ao fazer tal afirmação. Se, por um lado, as maiores casas comissárias foram organizadas como sociedades de fazendeiros, de outra parte, a exportação do café através do porto de Santos fora açambarcada pelas firmas estrangeiras (FRANCO, 1980, p. 126). Estas firmas exportadoras, a exemplo da alemã Theodor Wille & Cia., que na década de 1880 tinha suas representações na Áustria, Itália, cobrindo pouco tempo depois os países mediterrânicos e o Egito, possuíam vantagens comparativas em relação às casas exportadoras brasileiras. A casa exportadora Theodor Wille & Cia., que iniciou seus negócios na praça de Santos em 1844, tinha sua sede na cidade alemã de Hamburgo e fortes conexões com bancos alemães que lhe permitia

sacar contra a firma central na Alemanha, quando lhe conviesse, para se valer de uma taxa de câmbio favorável ou mesmo para pagar as importações (MORAES, 1988, p. 57)¹⁸⁶.

Sem poder contar com este instrumento financeiro, a competição entre casas exportadoras nacionais e estrangeiras iniciava-se em bases desiguais. De modo que, imaginar uma firma nacional comandando a exportação de café em Santos não seria algo simples de conceber, em um universo de várias firmas estrangeiras atuando no complexo cafeeiro paulista¹⁸⁷ e de modo geral na economia brasileira do século XIX.

O estabelecimento de empresas estrangeiras em São Paulo ocorreu em vários setores da economia. *O grande comércio, tanto de importação quanto de exportação, era controlado por empresas estrangeiras.* Tais empresas ocupavam uma posição privilegiada por disporem de capitais relativamente importantes, aplicando lucros de seus próprios investimentos e recorrendo ao crédito de bancos internacionais. No caso da Theodor Wille & Cia. o capital procedia da matriz de Hamburgo que tinha conexões financeiras com o *Brazilianische Bank für Deutschland*, também daquela cidade. Além disso, Theodor Wille era acionista do Banco Anglo-Alemão e do London & Hanseatic Bank (MORAES, 1988, p. 82).

Considerando estas vantagens comparativas das casas exportadoras estrangeiras é que se entende a razão da maioria delas não ser de origem nacional. Entretanto, se a maior delas não fosse estrangeira? E se mesmo com todos estes privilégios, uma firma nacional conseguisse vencer a batalha e se tornar a maior exportadora de café em Santos?

¹⁸⁶ Como demonstra Granziera (1979, p. 132), o resultado de cada operação comercial no Brasil dependia de duas variáveis: preço do produto e da taxa de câmbio, sobretudo, devido a esta taxa ser fixada institucionalmente – com forte influência dos bancos ingleses e seu monopólio sobre o comércio exterior e, conseqüentemente, sobre a oferta interna de cambiais – e não de acordo com o livre jogo do mercado.

¹⁸⁷ Sobre a atuação e o volume de empresas estrangeiras no Brasil da segunda metade do XIX até o início do I Guerra Mundial, ver CASTRO, Ana C. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Tabela 41: Exportadores de café durante o ano financeiro 1885-1886 – valores café em sacas de 60 kg

CASA EXPORTADORA	SACAS CAFÉ EXPORTADAS
1 - J. F. de Lacerda & Cia.	225.468
2 - Zerrener Bülow & C.	204.395
3 - Holworthy & Ellis	119.983
4 - Hard Hand & C.	118.526
5 - John Bradshaw & C.	114.027
6 - Jonh Ford & C.	100.787
7 - Felix Sawen	91.900
8 - Arbuckle Brothers	77.473
9 - A. Trommel & C.	76.853
10 - Berla Cotrim & C.	75.268
11 - Augusto Leuba & C.	73.191
12 - Theodor Wille & C.	71.710
13 - Petzoldt, Hafers & C.	63.166
14 - J. Reiche & C.	40.199
15 - Le Cocq, Gardener C.	34.942
16 - Hermann Hayn & C.	31.712
17 - H. Iden & C.	29.384
18 - Vockerodt & C.	28.864
19 - Mac Kinnel & C.	20.651
20 - Frederico Kruger	12.800
21 - Alberto Thon & C.	11.661
22 - Edward Johnston & C.	10.028
23 - Saur Jouaulti & C.	7.521
24 - João Alberto da Costa	5.909
25 - Domenico Levrero	1.268
26 - G. Vackheuser	1.185
27 - R. Wahnschaffe	189
28 – Diversos	3.605
Cabotagem & Rio da Prata	4.511
TOTAL	1.657.176

Fonte: Relatório ACS (1886, Anexo 13).

O trabalho de Moraes (1988, p. 72) tem uma preocupação que é se ocupar da formação da casa alemã Theodor Wille no Brasil e a influência marcante do capital estrangeiro na exportação do café brasileiro. A autora tem razão ao afirmar a predominância das casas

exportadoras estrangeiras¹⁸⁸ neste setor, entretanto, pensamos que o que salta aos olhos, e a tabela comprova, é a *força do capital nacional* sobre o capital externo, em que pese seja simbolizada tão somente pela casa comissária dos Lacerda Franco. Em um rol de casas exportadoras estrangeiras, como os nomes das firmas denunciam, a liderança na exportação de café coube à J. F. de Lacerda & Cia.

O capital nacional, ou o *native capital* de Hanley (2005), como o demonstra o evoluer dos Lacerda Franco, não contou com vias institucionais para a formação de suas empresas. Para algumas famílias paulistas mais abastadas, em um contexto de incipiente sistema bancário, *formar sociedades e empresas passava muito mais por uma questão de rearranjo da riqueza e associação de capitais familiares, do que a busca de crédito em bancos*, como demonstra o caso dos Lacerda Franco. Ademais, pensamos que a prova da auto-suficiência financeira dos Lacerda Franco está na constatação que a J. F. de Lacerda & Cia, em nenhum de seus contratos formou-se como uma sociedade por ações. Isto comprova que os Lacerda Franco prescindiam de capitais exógenos para criar ou remodelar suas sociedades. De forma que pensamos que a idéia do native capital, que foca, sobretudo, a formação dos bancos em São Paulo, tem relação com nossa tese pelo lado da força do capital nacional à formação de empresas no complexo cafeeiro paulista, inclusive em setores de predomínio estrangeiro, como a exportação de café.

¹⁸⁸ **Holworthy, Ellis & Cia.** - É esta a mais antiga das firmas inglesas no comércio do café em Santos. Os fundadores foram os srs. David Ellis e Holworthy. Mais tarde, o sr. Holworthy retirou-se e o sr. Ellis continuou com o negócio até 1902, quando o sr. F. C. Harwood adquiriu a empresa. Há quatro anos, retirou-se também o sr. Harwood, sucedendo-lhe os sócios dr. Guilherme Ellis e sr. W. H. Lawrence.

E. Johnston & Co., Ltd. - Ocupavam um dos mais belos e bem situados edifícios, em uma parte da cidade que era talvez a mais procurada. Os escritórios em que funcionava a firma E. Johnston & Co. Ltd., uma das mais importantes casas exportadoras de café no Brasil. Esta casa era também uma das mais acreditadas agências de embarque do porto de Santos, e tinha ainda importante departamento de seguros contra fogo. A firma E. Johnston & Co. estabeleceu-se primeiramente no Rio, em 1842; e abriu uma sucursal em Santos, em 1882.

Theodor Wille & Cia. - A casa, em Santos, de Theodor Wille & Cia. era, no Brasil, a matriz desta poderosa firma hamburguesa, que figurava entre os maiores exportadores de café brasileiro. A casa de Santos abriu-se no dia 1 de março de 1844, sendo mais tarde estabelecidas as filiais no Rio e em São Paulo. Era então pequena a exportação de café do Brasil; só depois de 1870 se começou a desenvolver a indústria da exportação do café. Até essa data, ocuparam-se os srs. Theodor Wille & Cia. em negócios de algodão e açúcar; desde então, porém, voltaram a sua atenção para a cultura e exportação do café.

Hard, Rand & Cia. - Entre as mais conhecidas casas norte-americanas que operavam no comércio brasileiro de exportação de café, estava a dos srs. Hard, Rand & Cia., que tinha sucursais no Rio, São Paulo, Santos e Vitória. A sucursal de Santos ficava à Rua Frei Gaspar, 2, 4 e 6. Teve a casa em Santos a gerência do sr. J. V. Pardow.

Arbuckle & Cia. - A Rua de Sto. Antonio n° 40 tinha os srs. Arbuckle & Cia. que figuravam entre os proprietários das maiores torrações de café do mundo, e os maiores refinadores de açúcar em Nova York, uma grande sucursal do seu negócio. Outras mantinham no Rio de Janeiro e Vitória (Estado do Espírito Santo), sendo o escritório central, na América do Sul, no Rio. A firma operava no Brasil há mais de um quarto de século. A sucursal de Santos foi instalada e tinha por único objeto a exportação de café (Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39gb.htm>).

As in European, North American, and Latin American economies, Brazilian business finance from colonial times into the nineteenth century was primarily family or merchant based [...] Other clans, like the Souza Aranhas, the Souza Queirozes, and the Queiroz Teleses, to name just a few, parlayed proceeds from merchant activity, muleteering, and smallholding into coffee cultivation, and then into banking and railroad development, attracting titles of nobility the more workaday businesses that served São Paulo's urban dwellers as they were for notable families (HANLEY, 2005, p. 62).

A chegada ao topo do setor exportador cafeeiro, em 1886, significou o ponto alto da trajetória da J. F. de Lacerda & Cia. no complexo exportador cafeeiro. Com sedes em Santos, Rio de Janeiro¹⁸⁹ e Havre (França), a casa comissária e exportadora dos Lacerda Franco estava presente em todas as fases do circuito econômico cafeeiro paulista: da produção ao comércio, auferindo a totalidade dos lucros no momento de grande expansão do capital cafeeiro paulista (1885-1896). Entretanto, a pergunta que ressoa é: como funcionavam os negócios de uma grande comissária e exportadora? Será que se restringia apenas ao comércio de café?

¹⁸⁹ Na capital do Império, a J. F. de Lacerda & Cia. situava-se na rua da Alfândega, nº 15 (ANUÁRIO LAEMMERT, 1889, p. 767).

**Tabela 42: Balanço Patrimonial da Casa Comissária J. F. de LACERDA & Cia.
em 1879-1880 e 1880-1881 – valores em mil réis**

	ANO	ANO
ATIVO	1879-1880	1880-1881
Dinheiro em Caixa	5:382\$769	2:440\$540
Móveis e Utensílios	4:287\$080	3:915\$080
Bens Semoventes	8:844\$800	8:579\$460
Gastos de Consignações	270\$343	205\$833
Mercadorias Gerais	2:314\$640	3:213\$150
Obrigações a Receber	340:000\$000	-
Devedores em Conta Corrente e Diversas Contas	1.802:405\$934	1.587:985\$313
Sócio Paulo Pimenta	40:000\$000	-
Imóveis	-	1:905\$319
Café (em ser)	-	108:084\$290
Diversas Contas	-	203:449\$750
TOTAL	2.203:505\$566	1.919:778\$735
PASSIVO	1879-1880	1880-1881
<i>José de Lacerda Guimarães</i>		
Conta Caixa Filial	384\$940	
Conta English Bank of Rio de Janeiro	166:064\$260	252:400\$240
Conta Interesses Sociais	61:327\$580	
Conta Corrente	118:670\$700	108:023\$590
Para formação de seu capital da nova sociedade		100:000\$000
TOTAL	346:447\$480	460:423\$830
<i>Joaquim Franco de Lacerda</i>		
Conta Interesses Sociais	106:700\$000	
Conta Corrente	2:679\$088	84\$348
Para a formação de seu capital na nova sociedade		200:000\$000
TOTAL	109:379\$088	200:084\$348
<i>Antonio Carlos da Silva Telles</i>		
Conta Interesses Sociais	6:000\$000	
Conta Capital Adicional	29:150\$000	
TOTAL	35:150\$000	

<i>Paulo José Gonçalves Pimenta</i>		
Conta Interesses Sociais	6:000\$000	
Conta Capital Adicional a preencher	27:500\$000	
TOTAL	33:500\$000	
Obrigações a Pagar	34:452\$519	19:253\$340
Credores em Contas Correntes		
e diversas contas	1.479:923\$492	1.007:225\$174
Prêmios e Descontos		
(pertencentes ao ano seguinte)	20:391\$970	17:000\$000
Diversas Contas		203:449\$750
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL		
Fundo Preenchido	87:500\$000	
dito a preencher pelo sócio Pimenta	12:500\$000	
TOTAL	100:000\$000	
Fundo de Reserva (saldo)	44:261\$017	12:342\$293

Fonte: Balanço Patrimonial J. F. de Lacerda & Cia. (Santos, 1880-1881).

Tabela 43: Discriminação das contas dos sócios no balanço de dissolução da J. F. de LACERDA & Cia. em 31/08/1881 – valores em mil-réis

<p><u>JOAQUIM FRANCO DE LACERDA:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Conta de Interesses Sociais: Rs. 150:755\$470• Capital Primitivo: Rs. 50:000\$000• Capital aumentado com a retirada do sócio Pimenta: Rs. 4:166\$670 <p>TOTAL: Rs. 204:922\$140</p> <p>Abatendo-se a sua conta particular: Rs. 4:837\$792</p> <p>Fica o SALDO A SEU FAVOR: Rs. 200:084\$348, dos quais Rs. 200:000\$000 para formar seu capital na nova sociedade, e Rs. 84\$348 que fica creditado em sua conta corrente</p>
<p><u>JOSÉ DE LACERDA GUIMARÃES:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Conta de Interesses Sociais: Rs. 80:660\$700• Capital Primitivo: Rs. 25:000\$000• Capital aumentado com a retirada do sócio Pimenta: Rs. 4:166\$670 <p>TOTAL: Rs. 109:827\$370, dos quais Rs. 100:000\$000 para formar seu capital na nova sociedade, e Rs. 9:827\$370 que se credita em sua conta corrente, a qual fica então com o saldo em 31/08/1881 de Rs. 108:023:590</p>
<p><u>ANTONIO CARLOS DA SILVA TELLES:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Conta de Interesses Sociais: Rs. 14:013\$480• Capital Primitivo: Rs. 12:500\$000• Capital aumentado com a retirada do sócio Pimenta: Rs. 4:166\$660• Seu capital adicional: Rs. 30:899\$000 <p>TOTAL: Rs. 61:579\$140</p> <p>Abatendo-se a sua conta particular: Rs. 9:182\$790</p> <p>SALDO A SEU FAVOR: Rs. 52:396\$350, dos quais Rs. 47:488\$000 para a conta de Joaquim Franco de Lacerda Rs. 4:908\$350 que recebe da firma por saldo de seus haveres na sociedade que finda.</p>

Mapa 2: Cidade de Havre (França) no continente europeu



Fonte: Mapa de nossa autoria (<http://maps.google.com.br/maps/ms?ie=UTF8&hl=pt-BR&msa=0&ll=47.15984,5.756836&spn=14.434213,56.074219&z=5&msid=203882470218391938715.00049e66b5e3842aa25d8>).

8.2 – J. F. de Lacerda & Cia. (1885-1893): os negócios de uma grande casa comissária exportadora na transição do complexo cafeeiro paulista

A idéia constituída que se tem sobre a atuação dos comissários no comércio de café é fortemente marcada pelo costume da cobrança de uma taxa de 3% sobre o café remetido pelo fazendeiro e vendido em consignação pelo comerciante aos exportadores. Além disso, o comissário seria o abastecedor da unidade agrícola, revendendo ao fazendeiro gêneros alimentícios e, também outras iguarias, que viriam dos grandes centros ao interior. A necessidade de crédito por parte dos proprietários rurais também estava no âmbito dos comissários, que se tornaram muitas vezes banqueiros dos fazendeiros. Estas várias atribuições se materializavam

através do sistema de contas correntes que o proprietário rural abria na casa comissária (MARTINS, 2008, p. 196-197).

[...] nas suas relações com o mercado de consumo interior ou exterior, a lavoura, mais ou menos enfeudada aos correspondentes, concluía mediante eles todas as suas operações de expedição, venda reembolso e suprimento, por um mecanismo de crédito e escrituração que ordinariamente dispensava a tradição efetiva de dinheiro. Os pagamentos efetuavam-se por ordens e saques, que, debitados em conta corrente, se compensavam oportunamente com o haver apurado na alienação das safras. Por um jogo análogo de cheques sobre os comissários se satisfaziam as dívidas contraídas nas casas comerciais do interior (Relatório do Ministério da Fazenda, 1891, vol. I, p. 142 *apud* FRANCO, 1989, p. 16).

A citação expõe a maneira como se dava a relação entre o fazendeiro, que era um correntista, e o comissário. A casa comissária, geralmente situada na zona litorânea – por exemplo, na cidade de Santos – extravasava o âmbito de mera comerciante de mercadorias.

Levando em conta que a expansão da produção cafeeira do Oeste Paulista, depois de 1860, impunha uma necessidade cada vez maior de crédito a fim de adquirir escravos ou contratar imigrantes, obter novas terras e preparar os cafezais, temos um quadro em que o fazendeiro teria que buscar maiores somas de capital para sustentar sua lavoura. O cenário de expansão dos cafezais paulistas seria de maior bonança ainda na década de 1880, repondo ininterruptamente a carência de fontes creditícias em uma economia em transição para o capitalismo. O êxito da cafeicultura paulista na segunda metade do XIX foi possível devido à, novamente, os envolvidos nesta economia terem transformado as desventuras em oportunidades, ou seja, formar um mercado de capitais em São Paulo na década de 1880 que aglutinava as riquezas até então dispersas na província (HANLEY, 2005, p. 36-46)¹⁹⁰.

A expansão dos bancos em São Paulo na década de 1880, entretanto, não deve ocultar o papel que ainda exerciam as casas comissárias como intermediários do crédito paulista. Pensamos que, mesmo que as garantias sobre os empréstimos hipotecários fossem mais sólidas neste período – terras e imóveis ao invés de escravos – havia ainda empecilhos que complicavam o fluxo do crédito dos bancos aos proprietários do interior¹⁹¹. A impessoalidade que deveria marcar as fontes institucionais de crédito pode ter sido a regra para aqueles que recorriam aos bancos

¹⁹⁰ A formação de novos bancos foi estimulada na década de 1880 pela lei imperial nº 3.150, de 4 de novembro de 1882, que permitia a formação de sociedades anônimas prescindindo de uma autorização governamental (MARCONDES; HANLEY, 2010, p. 109).

¹⁹¹ Como nosso trabalho não se fixa na questão dos empréstimos hipotecários, ela será abordada de forma lateral na descrição a ser feita dos bancos paulistas, bem como a relação entre o crédito concedido e o prazo para seu pagamento. Uma visão dos problemas enfrentados por bancos e fazendeiros, que atravancava a concessão deste tipo de empréstimo, pode ser vista em Saes (1986b, p. 70-71).

solicitando menores quantias. Porém, e quando o emprestador demandava centenas de contos de contos de réis?

Outros campos da atividade comercial e industrial, com sua diversidade de bens e serviços, exigem um leque de reações sutis e diferenciadas às oportunidades de negócios, que decorre de perguntas fundamentais: O preço é justo? O produto é bom? A resposta a essas perguntas costuma ser óbvia na atividade bancária. A questão crucial diz respeito ao risco: Podemos confiar que essas pessoas cumpram a sua parte? Isso [...] faz dos contatos pessoais, passados de geração a geração, o fator predominante no universo dos bancos (LANDES, 2007, p. 3-4).

Na atividade bancária os lucros podem ser exponenciais, mas os riscos de insolvência dos tomadores de empréstimos também. Com isso, apontamos que mesmo em um contexto de expansão do número de bancos em São Paulo na década de 1880 – quando sete novos se formaram, totalizando 10 bancos comerciais¹⁹² – o acesso aos maiores créditos se valia muito dos laços pessoais entre emprestador e tomador.

A proposição que o crédito aos representantes do grande capital cafeeiro era facilitado pelo relacionamento existente entre os membros desta elite paulista, calca-se na constatação do *capital nacional*¹⁹³ que atuou firmemente na formação dos bancos paulistas na década de 1880. Os bancos, a exemplo das ferrovias, constituíram-se como sociedades anônimas formadas pelos representantes do grande capital cafeeiro, fomentando inclusive um mercado de ações em São Paulo, em virtude de estes papéis possibilitarem a diversificação do capital acumulado nos cafezais ou em outras atividades do complexo cafeeiro¹⁹⁴.

Percebemos que na década de 1880 a economia cafeeira paulista está em momento de transição final rumo à constituição de uma economia capitalista. Proprietários de cafezais detentores de escravos eram concomitantemente acionistas em novas sociedades que se formavam para viabilizar a infra-estrutura produção-exportação do café e servir a populações que se ampliava, sobretudo, na cidade de São Paulo. Ferrovias, casas comissárias e bancos eram

¹⁹² Os bancos domésticos criados foram: Banco Comercial (1886), Banco da Lavoura (1886), Banco Popular (1888) e Banco de São Paulo (1889). Os bancos estrangeiros foram: London and Brazilian Bank Ltd. fundado em Santos (1881), English Bank of Rio de Janeiro-São Paulo (1882) e Brasilianische Bank für Deutschland fundado em São Paulo (1888). Além destes, já existia o Banco do Brasil (1856), o English Bank of Rio de Janeiro (1870) e o Banco Mercantil de Santos (1872) (HANLEY, 2005, p. 48).

¹⁹³ A participação dos bancos estrangeiros no setor bancário de São Paulo era de cerca de 20 por cento do valor total dos ativos bancários na década de 1880 (HANLEY, 2005, p. 49).

¹⁹⁴ Na formação da Casa Bancária da Província de São Paulo, em 1885, entre os sócios comanditários se encontravam vários fazendeiros que buscavam diversificar seus investimentos: Conde de Três Rios, Barão de Piracicaba, Martinho da Silva Prado, Barão de Mello e Oliveira, João Baptista Mello e Oliveira, dentre outros (SAES, 1986b, p. 77).

resultados da expansão cafeeira e, simultaneamente, possibilitavam a continuação do processo econômico (MELLO, 1982, p. 205).

Os três tipos de sociedades acima citadas atuaram de forma conjunta no principal período da acumulação cafeeira paulista. A ferrovia permitia o fluxo de mercadorias e informações. As casas comissárias articulavam a venda do café chegado do interior, a volta das composições com víveres importados e os capitais para o financiamento das lavouras. Por sua vez, os bancos reuniam os capitais, antes dispersos pela Província, e os colocava ao alcance daqueles que demonstrassem as garantias necessárias para os empréstimos.

A formação de novos bancos possibilitou às casas comissárias uma maior obtenção de crédito. Para tanto, devemos olvidar a figura quase caricata do comissário, agindo isoladamente e limitada em suas operações pelas economias pessoais. As grandes comissárias, e que em alguns casos também eram exportadoras, tinham características semelhantes às novas sociedades que se formavam na economia paulista, ou seja, a junção de ricos proprietários que, na maioria, eram fazendeiros. Estas firmas, lastreadas pelo capital social de seus formadores, tinham amplas articulações com as casas bancárias e, além disso, um diferencial: conheciam melhor o funcionamento da lavoura cafeeira – afinal, financiava-lhe de longa data – e estavam mais próximas dos possíveis tomadores de empréstimos, os fazendeiros, tendo uma noção mais abalizada dos riscos de se emprestar dinheiro a outrem.

Dessa forma, as grandes casas comissárias se valeram dos contatos nas duas pontas do negócio cafeeiro para auferirem elevados lucros no auge cafeeiro paulista. A importância da atuação das casas comissárias na década de 1880, atuando lado a lado com os bancos, corrobora os dados de Marcondes e Hanley (2010, p. 123) em relação aos empréstimos hipotecários em São Paulo, que foram exponencialmente elevados entre 1890 e 1892. Corrobora igualmente a assertiva de Hanley (2005, p. 45-46) sobre o declínio dos capitalistas individuais em São Paulo frente à institucionalização do crédito na forma de bancos, sobretudo, quando consideramos estes capitalistas como indivíduos isolados, uma vez que, as grandes comissárias exerceram um papel que mais se assemelhava ao de uma fonte institucional de crédito: captando junto aos seus diversos sócios e nos bancos, e emprestando aos seus correntistas.

8.2.1 – O Barão de Arary e a atuação de uma casa comissária e exportadora no caso da economia escravista

O exame do funcionamento de uma casa comissária será feito com base nas *Contas Correntes de José de Lacerda Guimarães na J. F. de Lacerda & Cia.*¹⁹⁵. Devemos recordar que a firma J. F. de Lacerda & Cia. era uma casa comissária e exportadora desde 1884, diferenciando-se da maioria das firmas nacionais, que apenas lidavam com o comércio do café até sua venda aos exportadores, e figurando no rol das companhias que atuavam na exportação do café de Santos até a Europa e Estados Unidos. Este setor, dominado pela grande maioria de firmas estrangeiras, entretanto presenciou a vertiginosa ascensão da J. F. de Lacerda & Cia. ao topo dos negócios cafeeiros, com a liderança nas exportações no período 1885-1886.

A firma era essencialmente uma sociedade familiar que contava com os sócios solidários Joaquim Franco de Lacerda e Antonio de Lacerda Franco, além dos comanditários João Soares do Amaral e Joaquim Franco de Camargo Junior, sendo estes dois sócios apenas na casa de Santos (SP). José de Lacerda Guimarães, o futuro Barão de Arary¹⁹⁶, junto dos dois citados inicialmente, era um dos sócios da filial francesa da firma, situada na cidade litorânea do Hâvre.

Como demonstrado pelos balanços patrimoniais nos anos de 1880-1881, os negócios da J. F. de Lacerda & Cia. se fixavam na captação de crédito e seu repasse aos clientes/correntistas da casa. No balanço referente ao ano de 1880, o item *Devedores em Conta Corrente e diversas contas* representava 81,8% do ativo da firma e, por sua vez, o item *Credores em Contas Correntes e diversas contas* representava 71,8% do passivo. Em virtude de a casa comissária prescindir de grandes instalações e imóveis, ou mesmo maquinário, uma vez que lidava com a compra e venda de produtos, atividades executadas através do pagamento de fretes aos navios e ferrovias, o capital necessário à constituição da firma – 600 contos de réis – pôde ser integralizado pelas somas advindas do círculo familiar. Não há evidências que indiquem a J. F. de

¹⁹⁵ (CONTAS CORRENTES JLG, Santos, 1883-1893). Na análise, preferimos o recorte temporal entre 1885-1993, apesar de possuímos as contas correntes de José de Lacerda Guimarães na casa comissária J. F. e Lacerda & Cia. para o período 1883-1884, em virtude do período citado se mostrar incompleto e sem menção ao saldo da conta no fechamento.

¹⁹⁶ José de Lacerda Guimarães recebeu o título de Barão de Arary no dia 7 de maio de 1887, mesma data em que seu irmão Bento de Lacerda Guimarães recebeu o título de Barão de Araras. A estratégia de cooptação de elite cafeeicultora nacional, através da concessão de títulos nobiliárquicos, foi amplamente utilizada por D. Pedro II, principalmente nos turbulentos anos que marcaram o fim do Império, quando 238 títulos de barão foram distribuídos entre 1885-1889, sendo 173 nos dois anos derradeiros (CARVALHO, 2007, p. 257-158).

Lacerda & Cia. como uma sociedade por ações ou com sócios que não fossem os familiares ora denominados.

Os primeiros balanços apontaram que os capitais a serem empregados no funcionamento da firma se originavam das somas utilizadas para a constituição do capital social da firma e, posteriormente, do financiamento que os sócios e a própria casa comissária tomavam junto aos bancos, considerando que havia uma tendência para o diferencial de juros entre o crédito institucional e o seu repasse aos correntistas gerarem lucros à casa comissária. Para tanto, nos valem do fato do sócio José de Lacerda Guimarães, tanto no balanço de 1880 quanto no de 1881, constar no Passivo da firma com uma conta no English Bank of Rio de Janeiro, com um valor que era o dobro do Patrimônio Líquido da firma até então. Esta soma levantada, a nosso ver, dirigia-se ao funcionamento da casa comissária, ou seja, os repasses aos correntistas.

A urgência de se ter haveres financeiros nas mãos da firma vinha da natureza das atividades por ela desenvolvida. A J. F. de Lacerda & Cia. era uma sociedade que recebia gêneros em consignação, podendo conceder adiantamentos aos consignantes; e executava ordens do exterior e do país para a compra e venda de gêneros sem adiantamentos. Nestas negociações que podiam envolver diversos gêneros, era praxe a cobrança de uma comissão sobre a venda dos produtos.

Conforme as *Contas Correntes de José de Lacerda Guimarães*, percebemos que cada cliente ou correntista, que podemos exemplificar como um fazendeiro, possuía um sistema de conta-corrente em que se registrava no lado direito as retiradas de capital efetuadas a mando do correntista, ou seja, pagamentos de débitos do cliente quitados pela casa comissária, lado que no documento está descrito como DEVE; e parte esquerda constam as entradas de capital na conta do correntista, acréscimos que poderiam ser feitos pela própria casa comissária ou por terceiros, lado que no documento se denomina como HAVER. Ao final de cada ano comercial, que neste caso se contava a partir do primeiro de dia de julho de um ano até o dia 30 de junho do próximo, fechava-se a conta corrente, apurava-se o saldo de entradas e retiradas efetuadas pelo correntista e, se o saldo fosse a favor do cliente, ele poderia sacá-lo ou deixar na sua conta-corrente junto à casa comissária rendendo juros. Entretanto, verificando-se que o correntista acumulara débitos maiores que seus créditos no movimento anual, o saldo seria a favor da casa comissária,

implicando na quitação do montante devido por parte do cliente, com a incidência de juros, sob pena de ser acionado judicialmente¹⁹⁷.

Tabela 44: Correntistas da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. e os juros por ela cobrados, 1883-1893 – em % ao ano.

CORRENTISTAS	ANO	JUROS (% ao ano)
JOSÉ DE LACERDA GUIMARÃES	1883-1891	9
	1892-1893	12
ANTONIO FRANCO DE LACERDA	1890-1891	10
BENTO PUPO & Cia.	1887-1888	12

Fonte: Contas Correntes de JLG (1883-1893); Conta Corrente de Antonio Franco de Lacerda (1891); CMU (1888).

É considerando que a J. F. de Lacerda & Cia. era uma sociedade familiar que tentamos explicar o fato das contas de José e seu filho Antonio terem a cobrança de juros menores em relação a um correntista sem laços de parentesco, neste caso a sociedade agrícola campineira Bento Pupo & Cia. Ademais, na contabilidade do Barão de Arary junto à casa comissária constatamos que a busca por capitais através dos laços familiares era uma das principais características dos Lacerda Franco na condução de sua firma comissária e exportadora.

¹⁹⁷ Em 5 de agosto de 1888, a J. F. de Lacerda & Cia. acionou judicialmente a sociedade agrícola Bento Pupo & Cia., que tinha como sede um sítio localizado na cidade paulista de Campinas. A sociedade campineira era gerenciada por Bento Pupo Nogueira e contava também com Angela Izabel Nogueira. Em 30 de junho de 1887, quando da apuração do saldo da conta corrente que a sociedade campineira mantinha na J. F. de Lacerda & Cia. em Santos, verificou-se um saldo a favor da casa comissária no valor de Rs. 5:022\$550. Este valor foi acrescido em Rs. 602\$700, em virtude dos juros de 12% cobrados pela casa comissária e referentes ao período de um ano que corra entre 30 de junho de 1887 e 30 de junho de 1888, totalizando então Rs. 5:625\$250 (CMU, 1888).

Tabela 45: Resumo da Conta Corrente de José de Lacerda Guimarães na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., julho de 1885 a junho de 1886 – valores nominais em réis (Rs.)

DEVE	Réis (Rs.)	%	HAVER	Réis (Rs.)	%
CREDORES PESSOAS FÍSICAS/DESPESAS GERAIS	5.278.490	4	SALDO EM 30/06/1885	19.923.290	8
DESPESAS NO HÂVRE (Albano Octavio)	1.363.440	1	CAFÉ CONSIGNADO (207.680 KG)	72.390.640	31
BANCOS	20.521.510	14	FAMILIARES	110.836.360	47
FIRMAS E CASAS DE COMÉRCIO	7.529.370	5	BANCOS	17.000.000	7
FAMILIARES	103.871.730	69	RECEBIMENTOS DIVERSOS	464.320	
AÇÕES DE OUTRAS SOCIEDADES	10.312.000	7	DIVIDENDOS DE OUTRAS SOCIEDADES	16.665.200	7
JUROS DE 9%	1.067.060	1	JUROS A SEU FAVOR	50.620	
TOTAL DÉBITOS	149.943.600		TOTAL CRÉDITOS	237.330.430	
			SALDO A FAVOR DE JLG:	87.386.830	

Fonte: CONTA CORRENTE JLG (Santos, 1885-1886).

A tabela¹⁹⁸ acima demonstra como se davam os negócios de um correntista junto à uma grande casa comissária e exportadora na metade da década de 1880. O item *credores pessoas físicas/despesas gerais* englobavam, em sua maioria, a compra de víveres e outros produtos necessários à fazenda Montevidéo no município de Araras, propriedade de José de Lacerda Guimarães, gêneros que iam desde cal até vinhos, cigarros e champanhe. Por sua vez, o item *firmas e casas de comércio* incluía pagamentos diminutos a terceiros, principalmente outras firmas¹⁹⁹, sendo que este item correspondia por diminuta parcela dos gastos junto casa comissária.

Quando afirmávamos que a formação de casas bancárias na província de São Paulo durante a década propiciou um cenário mais atrativo também às grandes casas comissárias, nossa idéia se valia da constatação dos negócios dos correntistas da J. F. de Lacerda & Cia. com estas

¹⁹⁸ A tabela é uma compilação dos dados que constam na conta corrente de José de Lacerda Guimarães junto à casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. No documento, estes dados se encontram de forma pormenorizada, com cada gasto ou acréscimo na conta assinalado no dia em que tal se efetuou. Por isso, sistematizamos estes dados para apresentá-los de maneira sucinta no trabalho.

¹⁹⁹ As firmas que foram pagas pela J. F. de Lacerda & Cia. por ordem de José de Lacerda Guimarães no período 1885-1886 são: Arthur dos Santos & Cia.; A. Aguiar & Cia.; Domingos Arouca & Cia.; Viúva L. Cahen & Cia.

novas fontes de crédito institucional. Conforme o item *bancos* demonstra, vemos que José de Lacerda Guimarães tomou três empréstimos junto ao Banco Mercantil de Santos²⁰⁰, que posteriormente foram pagos pela casa comissária, totalizando 20 contos de réis, o equivalente a 13,34% de seus débitos com a firma no período²⁰¹. Nestas operações, o empréstimo era tomado pelo correntista junto ao banco e, no prazo médio de 30 dias, era quitado pela comissária, quando então era lançado o valor entre os débitos do correntista, sendo que a casa comissária cobrava juros de 3% ao mês sobre o valor repassado (BANCO MERCANTIL DE SANTOS, 21/07/1886).

O peso da concessão de crédito aos parentes é elevado nos débitos do futuro Barão de Arary. No item *familiares* se inserem os repasses que ele efetuava, na grande maioria, aos parentes mais próximos. Nesse primeiro período analisado estes repasses tiveram como destinatários: sua esposa Maria Dalmácia de Lacerda (a futura Baronesa de Arary), a filha Maria, os sobrinhos – e sócios na J. F. de Lacerda & Cia. – Joaquim de Lacerda Franco e Antonio de Lacerda Franco, o cunhado Joaquim Franco de Camargo Junior, além de um saque a seu favor. Dentre estes empréstimos, destaca-se a soma de Rs. 51:739\$000, quase 50% dos valores referentes ao item *familiares*, levantada junto ao London and Brazilian Bank na cidade de Santos no dia 1 de dezembro de 1885, e destinada ao coronel Justiniano de Mello Oliveira²⁰². O coronel era pai de Elisa Whitaker de Oliveira, casada com Candido Franco de Lacerda, um dos filhos de José de Lacerda Guimarães; seu outro filho, Justiniano Whitaker de Oliveira, era casado com Cândida de Lacerda, filha de Bento de Lacerda Guimarães, portanto, sobrinha de José. O empréstimo foi endossado pelo irmão de Justiniano, o também coronel João Baptista de Mello Oliveira²⁰³, que em abril de 1890, ao lado de Antonio de Lacerda Franco, receberia a autorização para fundarem o Banco União de São Paulo, casa bancária em João Baptista foi diretor.

Poderíamos incluir entre as despesas com familiares os gastos com Albano Octavio de Lacerda, filho de José de Lacerda Guimarães que se encontrava no Hâvre (França).

²⁰⁰ O Banco Mercantil de Santos foi fundado em 1872 e tinha entre seus primeiros diretores homens ligados ao comissariado santista e que estavam presente na Associação Comercial de Santos: J. Ricardo Wright, J. Azurém Costa e Augusto Prates (SAES, 1986b, p. 76).

²⁰¹ O valor de Rs. 521\$510 que completa o item *bancos* refere-se aos dispêndios com a comissão do Banco Mercantil de Santos (Rs. 1\$640) e com a Companhia Lírica e Comercial do mesmo banco (Rs. 519\$870).

²⁰² Os detalhes acerca do empréstimo tomado por José de Lacerda Guimarães vêm do recibo emitido pelo London and Brazilian Bank quando da quitação do débito efetuada pela J. F. de Lacerda & Cia, ocorrido no dia 13 de janeiro de 1886 (LONDON AND BRAZILIAN BANK, Santos, 13/01/1886).

²⁰³ Os pais de Justiniano e João Baptista de Mello Oliveira foram: o coronel José Estanslau de Oliveira, nascido em São Paulo em 1803 e falecido em Rio Claro em 1884, com 81 anos, e Elisa de Melo Franco, nascida em Goettingen, Alemanha, em 1806 e falecida em Rio Claro em 1891, com 85 anos. Seus pais foram os primeiros Barões de Araraquara e segundos Viscondes de Rio Claro (<http://www.arruda.botelho.nom.br/txtAscendenciaCondessa.htm>).

Possivelmente ele estaria frente dos negócios na filial francesa, denominada Lacerda & Cia. Assim procedendo, os débitos com repasses aos familiares ficaria em torno de 70% dos gastos totais de José de Lacerda Guimarães junto à casa comissária.

Antes de nos precipitarmos nas conclusões acerca do crédito e os laços pessoais e o quanto isso denotaria um distanciamento de práticas mais modernas de financiamento, somos contrabalançados pelo item *ações de outras sociedades*. Em que pese este item representar aproximadamente 7% dos débitos, ele aponta a diversificação dos investimentos e das fontes de capital buscada pelos elementos que originalmente acumularam seus cabedais na lavoura açucareira e, posteriormente cafeeira, sendo que, na década de 1880, eles já compunham o grupo que podemos considerar como grande capital cafeeiro, que na economia paulista comandava bancos, ferrovias, casas comissárias, empresas de serviços públicos e, posteriormente, a política estadual e nacional²⁰⁴. José de Lacerda Guimarães resolveu diversificar sua riqueza através da compra de ações da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais que, em dezembro de 1884, abriu a navegação de seus vapores pelo rio Mogi-Guaçu, na área que vai do município de Porto Ferreira a Ribeirão Preto, no que seria a maior zona produtora de café do mundo (DOMINGUES NETO, 2009, p. 56-57)²⁰⁵.

Agora, ao analisarmos o lado dos créditos de José de Lacerda Guimarães, percebemos que mesmo ele sendo um típico representante do grande capital cafeeiro, com investimentos multifacetados, a lavoura não foi de forma alguma abandonada. O item *café consignado* representava 30% de suas receitas junto à casa comissária. Ele remetera da fazenda Montevidéo em Araras (SP) para Santos, entre julho de 1885 e junho de 1886, o montante de 207.680 kg de café que lhe rendeu Rs. 72:390\$640. Ao consignar seu café para a casa comissária J. F. de Lacerda & Cia., era emitida uma nota denominada Conta de Venda²⁰⁶ em que aparecia a cotação do quilo do café e o valor total do café remetido. Deste valor eram deduzidos quatro itens: *despesa em conta* (um valor que girava entre 11% e 15%), *seguro contra fogo* (no valor de

²⁰⁴ (PERISSINOTTO, 1994, p. 39).

²⁰⁵ Os nomes dos vapores da Companhia Paulista indicavam a importância do grande capital cafeeiro na formação deste empreendimento. Os nomes das embarcações eram: Conde d'Eu, Nicolau Queiroz, Elias Chaves, Antonio Prado, Barão de Jaguará, Fidêncio Prates, Antonio Paes, Eduardo Prates, Elias Fausto, José Queiroz e *Antonio Lacerda* (DOMINGUES NETO, 2009, p. 98).

²⁰⁶ Para exemplificar: em 28 de agosto de 1886, José de Lacerda Guimarães consignou à J. F. de Lacerda & Cia. 27.600 kg de café, sendo que cada saca de 10 kg foi cotada a Rs. 5\$000, o que resultou em um valor total de Rs. 13:800\$000. Deste valor foram deduzidos por despesa em conta Rs. 1:641\$800, por seguro contra fogo mais Rs. 55:200, por carretos Rs. 55\$200 e mais a comissão de 3% no valor de Rs. 414\$000. No final, José recebeu pelo café consignado a quantia de Rs. 11:671\$750, ou seja, à casa comissária ficaram aproximadamente 15% do valor em que o café fora cotado originalmente (CONTA VENDA CAFÉ JLG, Santos, 28/08/1886).

0,125%), *carretos* (que ficava entre 0,50%) e a *comissão* que era de 3%. O café era exportado a Europa e Estados Unidos pela própria casa comissária, que era também exportadora.

No item *bancos* aparecem novamente as ligações entre José e o Banco Mercantil de Santos, uma casa bancária fortemente atrelada ao comissariado santista. Do banco veio um crédito no valor de 17 contos de réis.

A opção do crédito institucional não era a única ao alcance do correntista. O item *familiares* demonstra que o financiamento podia vir de fontes internas. José, no dia 5 de abril de 1885, recebeu uma letra – provavelmente hipotecária – concedida pela casa comissária concedeu, que devia ser paga em 30 de setembro de 1886, no valor de 100 contos de réis. Ainda no que tange aos familiares, José sacou 10 contos de réis na conta corrente que o sócio Joaquim Franco de Camargo Junior mantinha na casa comissária. Recebeu também de sua esposa Maria Dalmácia a quantia de Rs. 675\$280, de sua filha Maria Otília vieram Rs. 94\$080 e de sua outra filha Maria²⁰⁷ recebeu Rs. 67\$000. Todas estas entradas de capital somaram Rs. 110:836\$360, que equivaleram aproximadamente 47% dos créditos no período.

Em relação aos créditos, como visto nos débitos, os maiores valores envolvidos estavam entre os familiares de José de Lacerda Guimarães. Neste caso, nota-se a preponderância da *rede familiar* em seus negócios junto à casa comissária, onde as contas correntes confirma esta característica, afinal, a firma era composta apenas por membros da rede. A formação de redes de sociabilidade e parentesco era comum às grandes famílias desde a Colônia e seguiu-se no Império. Os Lacerda Franco viram na formação de uma rede de parentesco a possibilidade de mitigar as incertezas atribuídas aos negócios empresariais no século XIX, tempo de mudanças como a transição do trabalho escravo ao livre e da monarquia à república – que se efetivaram no decorrer da década de 1880. A família representava a previsibilidade nos negócios diante da insegurança em se investir grandes somas junto de terceiros que poderiam ser oportunistas. A rede familiar fortalecia seus membros em uma economia cafeeira paulista pontuada por vigorosos grupos familiares espalhados pelo Oeste Paulista, como os Prado e os Vergueiro, dando condições aos Lacerda Franco de competirem junto a estas redes e alcançarem lucros elevados, como na exportação de café (MARTINS, 2007, p. 408-423).

Quanto aos *recebimentos diversos*, houve o pagamento de uma carroça efetuado por José Ribeiro de Freitas no valor de 450 mil réis.

²⁰⁷ Podia ser a filha Maria das Dores ou Maria da Glória.

A diversificação da riqueza estava no horizonte dos representantes do grande capital cafeeiro. Dentre as possibilidades existentes no final do século XIX para alocar seus capitais, as ferrovias se destacavam em virtude de proporcionar economias externas e rebaixamento dos custos à lavoura cafeeira e, ao mesmo tempo, viabilizando um aumento na produção cafeeira, as ferrovias lucravam com uma quantidade maior de fretes, expandindo sua rentabilidade²⁰⁸. A Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais era a maior sociedade anônima de São Paulo em 31 de dezembro de 1886, com um capital de 20 mil contos de réis dividido em 100 mil ações²⁰⁹. Um dos acionistas da ferrovia era José de Lacerda Guimarães que recebeu, conforme o item dividendos de outras sociedades, a quantia de Rs. 16:665\$200 referentes aos dividendos da Paulista.

Ainda em relação ao ano comercial 1885-1886, que pode ser considerado como o apogeu da J. F. de Lacerda & Cia., pois naquele período ela foi a maior firma exportadora de café pelo porto de Santos, a documentação revela que este não era o único nem o mais rentável negócio da casa, conforme aponta a Demonstração de Lucros e Perdas da casa apurada em 30 de junho de 1886, exposta na tabela 49 (página 211) (DLP J. F. de Lacerda & Cia., Santos, 1886).

As *receitas* da J. F. de Lacerda & Cia. corroboram os dados levantados junto às contas correntes de um de seus clientes, e também acionista, que era José de Lacerda Guimarães. A segunda maior fonte de receitas eram as *comissões*, superando a venda de *mercadorias gerais*, cobradas sobre a consignação de café e que atingiram a cifra de 22,9%. Se somarmos ainda o valor dos *seguros* e *juros* cobrados nesta atividade, eles representariam 25,3% das receitas. Esta importância substancial do café nos afazeres da casa comissária e exportadora demonstra que a rubiácea, se não era a principal fonte de renda, funcionava como o elo que articulava as outras atividades da firma.

Afinal, ao constatar que os *prêmios e descontos* eram responsáveis por 30,6% das receitas, sendo a maior fonte delas, devemos nos perguntar o que representava esta conta. *Os prêmios e descontos exprimiam os lucros vindos de juros e taxas cobrados nas operações de concessão de crédito*. Mas, quem buscava se financiar através da casa comissária, melhor

²⁰⁸ (CANO, 1981, p. 52-53). Os efeitos de encadeamento das ferrovias no complexo cafeeiro eram potencializados se levarmos em conta que a lucratividade dos negócios não se prendia à mera distribuição de dividendos aos acionistas, mas também aos cargos de chefia os representantes do grande capital cafeeiro tinham nas sociedades ferroviárias.

²⁰⁹ (HANLEY, 2005, p. 77).

dizendo, quem buscava a firma como intermediário na captação de fundos juntos aos bancos no último lustro dos anos 1880? Eram justamente proprietários rurais, na maioria, ligados à produção cafeeira, como José de Lacerda Guimarães²¹⁰, que se valiam do maior acesso ao crédito institucional que tinha a firma santista e, na possibilidade de alargar os prazos de pagamento ou quitar os empréstimos bancários com os movimentos nas contas correntes que possuíam junto à comissária, optavam pelo repasse do crédito pagando uma taxa de juros que chegava a 3% ao mês.

Dessa forma, vemos que as duas atividades principais da J. F. de Lacerda & Cia. eram a venda do café consignado, bem como de outras mercadorias, e o repasse de capital aos seus correntistas. Quando afirmamos que o café, mesmo aparentemente não sendo o grande gerador de renda da firma, era a atividade que amarrava os negócios da casa, estamos embasados na constatação de que a capilaridade dos contatos da casa comissária junto aos produtores de café garantia à firma o fornecimento da rubiácea a ser vendida nos mercados internacionais e, ao mesmo tempo, uma clientela ávida por crédito à manutenção e expansão dos cafezais. A mesma mão que respondia pelas propriedades cafeicultoras paulistas no momento do auge produtivo entre 1885-1896, de forma concomitante, acorria aos créditos da casa comissária para tirar proveito do período de bonança da cafeicultura marcado pelas elevadas cotações do produto no mercado mundial. Assim, os lucros da J. F. de Lacerda & Cia. se expandiam ao contar com maior quantidade café a sua disposição e, também, com uma demanda por adiantamentos acrescida, tornando os dois principais negócios da firma – venda de café e concessão de crédito – ainda mais rentáveis²¹¹.

A dimensão da firma dos Lacerda Franco pode também ser apurada pelo fato de ter filiais no Rio de Janeiro e na França (Hâvre). Entre as receitas vemos a conta denominada *lucros da Casa do Hâvre*, apurados em francos e que, convertidos para mil-réis, representaram 11,3% das receitas. Junto a esta conta está a *agência do Rio de Janeiro*, que contabilizou 17% das

²¹⁰ De forma alguma desconsideramos que José de Lacerda Guimarães era um legítimo representante do grande capital cafeeiro, com investimentos diversos. Porém, o conceito de grande capital cafeeiro não exclui que estes personagens estivessem ligados à lavoura cafeeira. Homens como Martinho Prado e José de Lacerda Guimarães não abandonaram o cultivo do café ao buscarem a diversificação de sua riqueza. Antes, a diversificação significava aumentar sua abrangência no complexo cafeeiro participando das atividades paralelas sem abdicar da principal (SILVA, 1995, p. 55).

²¹¹ Entre 1876-1883, foram plantados mais de 105 milhões de pés de café no Oeste Paulista. Porém, entre 1886-1897, mais de 465 milhões de novos cafeeiros apareceram na região. A média produtiva anual, que era de 925 mil sacas entre 1876-1880, saltou para 2,1 milhões de sacas anualmente entre 1881-1890, fazendo de São Paulo o maior produtor nacional. (CANO, 2002, p. 65-66).

receitas, o que deve ser contrabalançado pela demonstração de lucros e perdas da J. F. de Lacerda & Cia., uma vez que o mesmo valor aparece no lado das despesas. Estas duas contas demonstram a diferenciação da firma dos Lacerda Franco em relação à boa parte de suas congêneres nacionais, uma vez que, ela atuava de forma direta na exportação do café a ela consignado, com uma filial em um dos principais mercados consumidores (França) e próxima a outra grande compradora do café brasileiro (Alemanha). Para esta inserção internacional era necessário ter acesso às cambiais, uma vez que os pagamentos eram efetuados em moedas estrangeiras e, posteriormente, convertidos em moeda nacional, operação efetuada na capital do Império, o que denota a importância de se ter uma agência no Rio de Janeiro.

A vocação exportadora da J. F. de Lacerda e suas conexões com firmas estrangeiras são notadas pelas *consignações a Rising Brothers & Co. de Londres* que, apesar de terem representado somente 0,1% das *despesas* da casa comissária, apontam para as ligações da firma nacional com casas estrangeiras que atuavam no principal mercado financeiro do mundo²¹². Sendo uma firma exportadora, as *comissões e gastos de exportação* aparecem respondendo por 9,9% de suas despesas, valor que não era muito elevado quando comparado às *despesas gerais*, que totalizaram 63,6% das despesas, sendo compostas, por exemplo, do envio de sacos para acondicionar o café a ser exportado.

A diferença entre receitas e despesas apontou um *lucro líquido* da casa J. F. de Lacerda & Cia., em 30 de junho de 1886, no valor de Rs. 89:856\$000. Este montante foi dividido entre os sócios da firma, todos pertencentes à família Lacerda Franco.

²¹² Em nossas pesquisas não conseguimos identificar a natureza dos negócios da Rising Brothers & Co. de Londres. Contudo, pensamos que isto não invalida nossas análises, mesmo porque, buscamos entender a rede de atuação da J. F. de Lacerda & Cia. pelo mercado cafeeiro e, a demonstração de negócios com uma firma londrina aponta para a inserção da casa comissária na Europa.

Tabela 46: Distribuição do Lucro Líquido da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., em 30/06/1886 – valores em réis (rs.)

SÓCIOS	Réis (rs.)	(%)
JOAQUIM FRANCO DE LACERDA (sobre 100 contos em Santos)	16.640.000	18,5
JOAQUIM FRANCO DE LACERDA (sobre 72 contos no Hâvre)	11.980.800	13,3
ANTONIO DE LACERDA FRANCO (sobre 100 contos em Santos)	16.640.000	18,5
ANTONIO DE LACERDA FRANCO (sobre 72 contos no Hâvre)	11.980.800	13,3
JOAQUIM FRANCO DE CAMARGO JUNIOR (sobre 70 contos em Santos)	11.648.000	13
JOÃO SOARES DO AMARAL (sobre 30 contos em Santos)	4.992.000	5,6
JOSÉ DE LACERDA GUIMARÃES (sobre 96 contos no Hâvre)	15.974.400	17,8

Fonte: DLP J. F. de Lacerda & Cia. (Santos, 1886).

Tabela 47: Rede de parentesco dos sócios da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. em 1886

SÓCIOS da J. F. de Lacerda & Cia.				
	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{3}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{5}$
1 – José de Lacerda Guimarães	pai/filho	tio/ sobrinho	cunhados	sogro/ genro
2 – Joaquim Franco de Lacerda				
3 – Antonio de Lacerda Franco	$\frac{2}{3}$	$\frac{2}{4}$	$\frac{2}{5}$	$\frac{3}{4}$
4 - Joaquim Franco de Camargo Junior	primos	sobrinho/ tio	cunhados	sobrinho/ tio
5 - João Soares do Amaral				

Fonte: Genealogia dos Lacerda Franco (autoria própria).

A divisão dos lucros da principal casa exportadora de café no ano de 1886 atendeu se balizou na visão da rede familiar. A J. F. de Lacerda & Cia. não era uma sociedade por ações, mas uma firma familiar que contava entre os sócios estritamente com elementos da família Lacerda Franco. Os sócios solidários Joaquim Franco de Lacerda e seu primo Antonio de Lacerda Franco gerenciavam diretamente a firma e, somadas suas participações na casa de Santos e da França, perceberam cada um 31,8% dos lucros naquele ano. Por sua vez, ao sócio comanditário

José de Lacerda Guimarães, que participava nos negócios da filial francesa, coube 17,8% dos lucros. Aos dois sócios solidários restantes, o padre Joaquim Franco de Camargo Junior e João Soares do Amaral, ficaram 13% e 5,6% dos lucros respectivamente.

A obtenção de lucros com uma casa comissária e exportadora se torna clara pelos dados acima apontados. Ademais, a rede de contatos estabelecidos a fim de viabilizar os negócios também alçou um dos sócios ao baronato. José de Lacerda Guimarães se tornou o Barão de Arary no dia 7 de maio de 1887, mesma data em que seu irmão Bento de Lacerda Guimarães se tornou o Barão de Araras, títulos em referência à importância de ambos na formação da localidade paulista de Araras. Pensamos que o baronato veio justamente no momento de auge da principal dos Lacerda Franco até então, o comissariado. Não olvidando a condição de grandes cafeicultores no Oeste Paulista, região de Araras e Rio Claro, entretanto, foi na intermediação dos negócios cafeeiros que os Lacerda Franco destacaram-se como uma das grandes famílias empreendedoras do complexo cafeeiro de São Paulo. A expansão do café pela Província foi obra de famílias como Silva Prado, Souza Queiroz, Silva Telles, Souza Aranha, Paes de Barros, dentre outras, sendo que, ao mesmo tempo, estas famílias abriam novos cafezais e, também, açambarcavam as oportunidades ensejadas pela fronteira do café, ao viabilizarem a produção cada vez mais interiorizada. Os Lacerda Franco encontraram seu lócus no complexo cafeeiro, através do comissariado e da exportação do café.

[...] a comercialização do produto, à medida que crescia sua importância na pauta de exportações, tornava-se também mais complexa, exigindo uma rede de casas comissárias (para a exportação) e de bancos (para o financiamento) da qual os próprios fazendeiros não estiveram ausentes. O fazendeiro de café, nestas condições, tornava-se um empreendedor capitalista [...] Caráter empreendedor não só porque sua riqueza se concentrava em formas mais “modernas”, mas por estarem presentes, direta ou indiretamente, como grandes acionistas, através de ligações familiares, ou ainda como diretores, nas diversas sociedades fabris, financeiras e companhias de transporte e serviços públicos que apareceram nos últimos 30 anos do século passado (MELLO, 1982, p. 206).

O empreendedorismo paulista era sagaz a ponto de se valer de todos os instrumentos indispensáveis à manutenção do complexo exportador cafeeiro. Esta engrenagem contava ainda com a nefasta participação de escravos nas lavouras paulistas, em que pese desde meados do século XIX as soluções ao problema da escravidão já fossem aventadas, por exemplo, com as colônias de imigrantes na região de Limeira (SP). O gradualismo ditou a atitude dos proprietários

rurais paulistas até as vésperas da Abolição. O Partido Republicano Paulista (PRP), em que se congregavam grande parte dos potentados de São Paulo, decidira em 1887 que a libertação dos cativos deveria ocorrer até 14 de julho de 1889. Lavradores da cidade de Campinas sugeriam uma libertação condicional com cláusula de prestação de serviços até 31 de dezembro de 1891 (COSTA, 1998, p. 502-505).

Desde sua fundação em 1873, a bandeira que o PRP empunhava era a do republicanismo escravocrata, que se omitia em relação ao problema do negro no Império em virtude do temor de desordem social e produtiva, afinal, ainda havia grande parte de negros na população brasileira e a maioria concentrada no Sudeste, laborando nas lavouras cafeeiras e servindo como garantia aos empréstimos, além de constarem como ativos em diversos inventários. Libertá-los poderia causar distúrbios na produção e comercialização da rubiácea – o que não se confirmou com o fim da escravidão – e uma convulsão social que não seria interessante aos negócios do café. Aliás, o que visava o grande capital cafeeiro paulista era a autonomia provincial, a fim de que as rendas aqui geradas ficassem sua maioria em solo paulistas, não sendo repassadas ao Império (SAES, 1992, p. 5-7).

Felizmente, o movimento abolicionista se fortaleceu através da resistência dos cativos – por exemplo, com as fugas de escravos das fazendas – e da ação de homens como Joaquim Nabuco e Luiz Gama. Se, uma classe média urbana formada por trabalhadores não-manuais, prestadores de serviços ou contratados do Estado (advogados, médicos, jornalistas, empregados de escritórios, militares, dentre outros, aderiu, ou não, ao movimento, esta questão não há de ser aqui abordada (SAES, 1992, p. 13). O que nos importa é constatar que, em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea finalmente abolindo a escravidão no Brasil, um mal que inerente à nossa sociedade desde o século XVI. Uma vez a escravidão abolida, não de forma automática, mas ficava nítido que o Império perdera a sua base de sustentação junto às elites nacionais emergentes, neste caso, os paulistas.

[...] contestar a ordem monárquica implicava colocar em questão todos os aspectos do escravismo brasileiro: o “regime de trabalho escravo” (relações de produção escravistas), o mercado de compra e venda de escravos, a distinção jurídica escravista entre homens-pessoas (livres) e homens-coisas (escravos), o modo particularista e discriminatório de organização do aparelho de Estado, a ideologia desvalorizadora do trabalho e valorizadora do “privilégio” (SAES, 1992, p. 4).

Sem mais poder se valer do amálgama da sociedade imperial brasileira, o escravismo, o Império capitularia em breve. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (2008, p. 333), “[...] o grande responsável pelo 15 de novembro foi o 13 de maio”. A coalizão que reuniu republicanos e militares para tomarem o poder de um adoentado Dom Pedro II instalou a República no Brasil a 15 de novembro de 1889. Manuel Deodoro da Fonseca, o Marechal Deodoro, aglutinando as forças militares se tornou o primeiro presidente do Brasil.

Com a Abolição e a República, a transição do Brasil escravocrata ao capitalista se encerrara. A década de 1880 foi o ápice de uma sociedade que tentava se agarrar aos seus laços pretéritos, sintetizados pela escravidão, frente ao novo modelo capitalista de produção que já se fazia presente em boa parte da estrutura produtivo-comercial cafeeira. Na principal região cafeeira do País, a transição da mão-de-obra cativa aos trabalhadores assalariados se intensificou na década de 1880, com a criação da Sociedade Promotora da Imigração (SPI), em julho de 1886. A instituição era presidida por Martinho Prado Junior e contava também com Rafael Paes de Barros e Nicolau de Souza Queiroz, todos representantes do grande capital cafeeiro. A atuação da SPI, em associação com o governo de São Paulo, através de agências na Europa que recrutavam trabalhadores – sobretudo italianos – e subvencionavam seus custos de viagem até o Brasil, visava abastecer as lavouras cafeeiras com braços assalariados, uma vez que a escravidão findaria em menos de dois anos e não seria prudente largar a produção cafeeira em compasso de espera sobre quem executaria a colheita das safras, que eram cada vez maiores. Novamente, um óbice à acumulação cafeeira se tornava uma oportunidade ao empreendedorismo paulista, pois a imigração no final do século XIX converteu-se em rentável negócio, e os donos de escravos de São Paulo se transformaram em empresários capitalistas (KUGELMAS, 1986, p. 27).

O imigrante europeu representará a efetivação do complexo exportador *capitalista* de São Paulo²¹³. A província tinha anteriormente uma produção mercantil generalizada, mas carecia de alguns elementos ao desenvolvimento capitalista. Com a consolidação da mão-de-obra assalariada pós-1888, formou-se um mercado de trabalho (divisão social do trabalho) e um

²¹³ A imigração às terras brasileiras teve uma trajetória lenta até o final da década de 1870, obviamente que não computamos o fluxo escravista – quando adentraram o Brasil 200 mil imigrantes. Por sua vez, na década de 1880, este número mais do que dobrou e, na década seguinte, chegariam ao Brasil quase 1.200.000 imigrantes (IBGE. Departamento Nacional de Imigração e Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Extraído de Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de Povoamento, p. 225).

mercado consumidor, ambos baseados no imigrante. Este produzia tanto o café para a exportação quanto os gêneros alimentícios que, quando se excediam, eram comercializados. Os vencimentos que recebiam pela venda dos produtos agrícolas e outros fabricos alimentavam a produção de uma indústria nascente que se constituía de bens de consumo não-duráveis. Dessa forma, o embrião da São Paulo industrial surgia com o advento da mão-de-obra assalariada, e o futuro mostraria o papel preponderante das indústrias paulistas no desenvolvimento capitalista brasileiro (CARDOSO, 1960, p. 35-38).

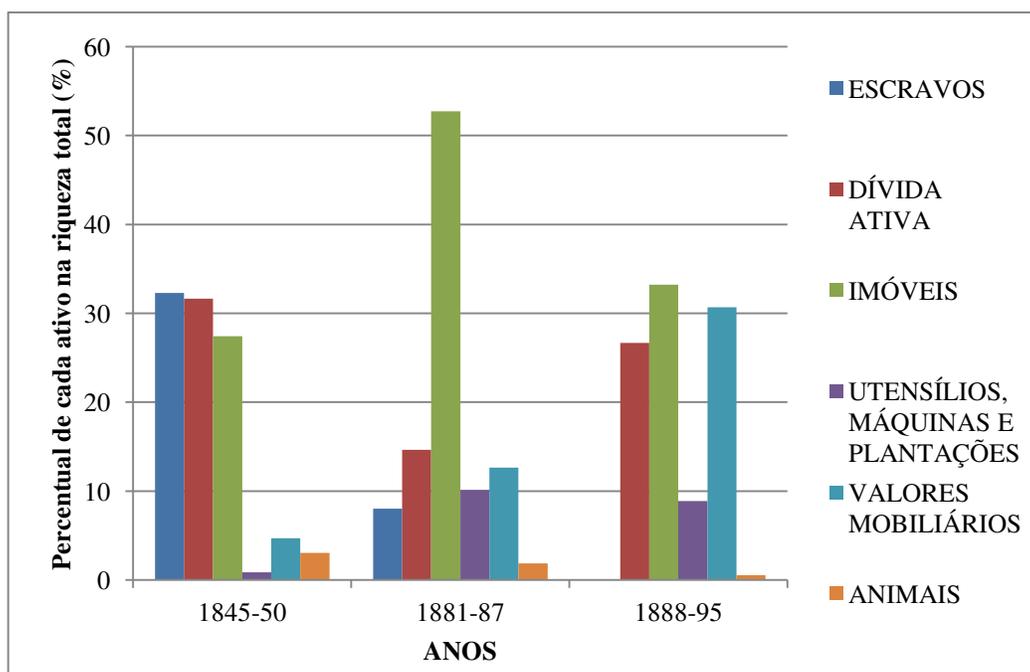
A compreensão da metamorfose por que passaram os representantes do grande capital cafeeiro é de suma importância. Quando enfatizamos a relevância da formação de um complexo exportador capitalista em São Paulo, em meio ao nascimento da economia exportadora capitalista no Brasil, intentamos apreender como este desenvolvimento capitalista se expressou nas atitudes econômicas dos protagonistas do café (MELLO, 2009, p. 80-81). A estes indivíduos, o desenvolvimento capitalista se traduzia na diversidade dos investimentos possíveis a serem executados com a riqueza acumulada em atividades tradicionais do circuito produção-comercialização-exportação do café. Ou seja, os capitais acumulados na lavoura ou no comissariado se transformariam em investimentos difusos na sociedade capitalista de São Paulo, entretanto, mantendo o elo entre a atividade principal e as paralelas, uma vez que, era a produção e venda do café aos mercados externos que irrigava constantemente o complexo exportador com novos capitais.

Dizer que o êxito capitalista se assenta no dinheiro é evidentemente um truísmo, se pensamos apenas no capital indispensável a todas as empresas. Mas o dinheiro é algo muito diferente da capacidade de investir. É a consideração social, donde uma série de garantias, de privilégios, de cumplicidades, de proteções. É possibilidade de escolher entre os negócios e as ocasiões que se oferecem – e escolher é ao mesmo tempo uma tentação e um privilégio –, entrar à força num circuito reticente, defender vantagens ameaçadas, compensar perdas, afastar rivais, aguardar retornos muito lentos mas promissores, obter até os favores e as complacências do príncipe. Enfim, o dinheiro é a liberdade de ter mais dinheiro ainda, pois só se empresta aos ricos. E o crédito é cada vez mais a ferramenta indispensável do grande mercador (BRAUDEL, 1996, p. 338).

A afirmação de Braudel é categórica. Quando ele diz que o “*o dinheiro é a liberdade de ter mais dinheiro ainda*”, podemos traçar um paralelo com a trajetória de José de Lacerda Guimarães, corroborada pelos documentos da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. A metamorfose de sua riqueza expressa o movimento que o capital paulista executou na segunda metade do século XIX: das formas tradicionais de acumulação – escravos e dívidas

ativas – para modalidades mais modernas e capitalistas de alocação da riqueza, como os valores mobiliários – ações de empresas, contas e letras bancárias – movimento ocorrido, sobretudo, após 1888 com a Abolição e o desaparecimento do escravo em sua função de ativo constante nos inventários.

Gráfico 19: Distribuição da riqueza na cidade de São Paulo, 1845-1895 – valores percentuais em relação ao total (%)



Fonte: inventários do Cartório do 1º Ofício da Família da Cidade de São Paulo (MELLO, 1990, p. 102).

Os inventários são uma boa fonte para desvendarmos as formas de acumulação da riqueza no complexo cafeeiro. Entretanto, entendemos que eles são uma fonte *estática*, uma vez que, em suas folhas estão descritas os finais de toda uma trajetória de ganhos e perdas que um indivíduo teve durante sua vida. Dessa forma, pensamos que outras fontes, além dos inventários, são de extrema importância para no exibir a *dinâmica* da acumulação. Assim, utilizamos mais uma vez as *Contas Correntes de José de Lacerda Guimarães na J. F. de Lacerda & Cia.*²¹⁴ para

²¹⁴ (CONTAS CORRENTES JLG, Santos, 1883-1893). Entendemos perfeitamente que os inventários são ricos em informações sobre as formas de se acumular na economia cafeeira. Apenas enfatizamos a especificidade de nossa documentação em virtude das possibilidades que ela nos fornece de desvendar o enredo desta história, ou seja, ver as opções de investimento escolhidas ao passar dos anos.

apreender a direção que tomou a diversificação de sua riqueza no auge do complexo cafeeiro, entre 1885-1893.

Tabela 48: compra de ações de sociedades anônimas por parte de José de Lacerda Guimarães através da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1885-1888 – valores em réis (Rs.)

ANO 1885-1886	Valor (Rs.)
Entrada de ações Cia. Paulista de Navegação Mogi-Guaçú	5.156.000
Entrada de ações Cia. Paulista de Navegação Mogi-Guaçú	5.156.000
TOTAL	10.312.000
ANO 1886-1887	Valor (Rs.)
Companhia Rio Claro-Jaú (44 ações)	7.048.400
Companhia Paulista de Navegação do Mogi-Guaçú (108 ações)	5.406.700
TOTAL	12.455.100
ANO 1887-1888	Valor (Rs.)
Entrada de Ações Cia. Paulista de Navegação do Mogi-Guaçú, 4ª chamada	5.406.700
TOTAL	5.406.700

Fonte: CONTAS CORRENTES JLG (1883-1893).

Até o final do período escravista, percebemos que a diversificação de investimentos por parte do Barão de Arary se dava de maneira diminuta. Sua preferência era pelas ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Vias Fluviais, a maior sociedade por ações em 31 de dezembro de 1886, com 100 ações emitidas e uma capitalização no valor de 20.000 contos de réis, o que representava aproximadamente 28% de todo o capital levantado pelas sociedades por ações de São Paulo²¹⁵. O móvel que induzia os detentores de capital a buscarem este tipo de investimento era a garantia de juros por parte do governo concedida às ferrovias e os dividendos pagos aos acionistas, fatores que explicavam a elevada demanda por ações de firmas ferroviárias. Além disso, elas eram as responsáveis pelo transporte do café do interior à zona portuária, atividade que se viu dinamizada neste período de expansão dos cafezais pelo Oeste Paulista rumo

²¹⁵ Além da Companhia Paulista, as outras 23 sociedades por ações, listadas em 31 de dezembro de 1886, foram as ferrovias: Cia. Mogiana, Cia. Ituana, Cia. São Paulo e Rio de Janeiro, Cia. Sorocabana, Cia. Rio Claro, Cia. Bragantina e Cia. São José do Rio Pardo. As empresas de Transporte Urbano: Cia. Carris de Ferro de São Paulo, Cia. Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro, Cia. Campineira Carris de Ferro e Cia. Carris de Ferro de Taubaté. As firmas de Serviços Públicos: Cia. Campineira de Iluminação a Gaz, Cia. Cantareira de Esgotos e Cia. Gaz e Oleos de Taubaté. No ramo de Seguros: Cia. Previdência Paulista. Os Bancos: Banco de Crédito Real, Banco Comercial, Banco Mercantil de Santos, Banco da Lavoura e Banco do Brasil. E os Engenhos: Engenho Central de Capivary, Engenho Central de Lorena e Engenho Central de Piracicaba (HANLEY, 2005, p. 76).

à região de Ribeirão Preto, fazendo os lucros de tais firmas crescerem e, por conseqüência, os dividendos aos acionistas (HANLEY, 2005, p. 74-75).

Corroborando a preferência pelas ferrovias como forma de diversificação, José de Lacerda Guimarães adquiriu ações da Companhia Rio Claro-Jaú. Esta ferrovia, que seria posteriormente comprada pela Paulista em 1892, apresentava-se como promissor investimento, pois a localidade de Jaú seria a fronteira agrícola nas décadas de 1890 e 1900, atraindo os tradicionais integrantes do grande capital cafeeiro, como os Almeida Prado, Antônio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal) e o presidente Campos Salles, todos visando a ascendente produção cafeeira de Jaú (FALEIROS, 2010, p. 329-330). Ademais, no trecho entre Rio Claro e Jaú se situavam a localidade de São Carlos, onde vivia parte da família Lacerda Franco, destacando-se a figura de Cândido Franco de Lacerda, filho do Barão de Arary e proprietário da fazenda Paraizo.

A clivagem entre as formas de diversificação da riqueza antes, e depois, de 1888 é de suma importância. Afinal, a inexistência do escravo como ativo proporcionou uma massa de capital à deriva que veria nas sociedades por ações um destino almejado. O cenário econômico do Brasil republicano terá na formação de novas firmas um de seus expoentes nos anos iniciais da década de 1890. Se o capitalismo se expressa nas variadas formas de investimento por parte daqueles que estão no topo das trocas, veremos que, na passagem ao complexo exportador capitalista de São Paulo, o acirramento pela diversificação do capital gerará novas oportunidades às firmas nascentes e, ao mesmo tempo, dificuldades aos antigos competidores.

Tabela 49: Demonstração de Lucros e Perdas da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. em 30/06/1886, reunidos os saldos da filial do Rio de Janeiro e do Hâvre (França) – valores em reis (Rs.)

<u>DESPESAS</u>	Réis (Rs.)	(% sobre o total das despesas)
Comissões e Gastos de Exportação	21.048.286	9,9
Consignações a Rising Brothers & Co. de Londres	219.080	0,1
Despesas Gerais	135.106.900	63,6
Saldo da Conta de Lucros e Perdas da Casa do Rio de Janeiro	56.103.811	26,4
TOTAL DESPESAS	212.478.077	100
RESULTADO DO BALANÇO (SALDO)	116.789.638	
Importância que se leva à Conta de Café	26.933.638	
LUCRO LÍQUIDO	89.856.000	

<u>RECEITAS</u>	Réis (Rs.)	(% sobre o total das receitas)
Juros sem Gastos de Consignações	6.304.520	1,9
Seguros	1.483.120	0,5
Comissões	75.489.450	22,9
Mercadorias Gerais	52.102.278	15,8
Prêmios e Descontos	100.720.756	30,6
Lucros da Casa do Hâvre (81.104,40 francos)	37.063.780	11,3
Agência do Rio de Janeiro (saldo que passa ao ano seguinte)	56.103.811	17
TOTAL RECEITAS	329.267.715	100

Fonte: DLP J. F. de Lacerda & Cia. (Santos, 1886).

8.2.2 – O Barão de Arary e a diversificação de sua riqueza no complexo exportador capitalista

Liberdade e autonomia foram duas bandeiras levantadas contra o Estado Imperial, durante o século XIX, pelas muitas províncias em suas contestações frente ao poder moderador. No caso de São Paulo, a grita se amparava na constatação do desequilíbrio entre a grande

contribuição fiscal que o Estado proporcionava à União e, em contrapartida, o diminuto aporte de capital estatal que fluía aos paulistas²¹⁶.

Com a constituição de 1891, durante a presidência do Marechal Deodoro, São Paulo conseguiria o arranjo que imaginava ideal à condução de seu avanço e consolidação econômica. Enquanto à União continuou atribuído o imposto sobre a importação e alguns outros, aos Estados foi reservado o imposto sobre a exportação, sobre a propriedade territorial e sobre a transmissão da propriedade, sendo também permitido aos dois entes criarem impostos. O fortalecimento da base fiscal dos Estados foi acompanhado da possibilidade deles obterem empréstimos no exterior, expediente que São Paulo recorreria de maneira taxativa após 1906, com os Planos de Valorização do Café. (KUGELMAS, 1986, p. 56-57).

A autonomia buscada pelos Estados, após décadas do centralismo imperial, não era apenas fiscal, mas também financeira. Como afirmado anteriormente, ao arranjo imperial brasileiro sob uma base escravista impregnava uma imobilidade à vida financeira da nação, uma vez que, grande parte dos capitais estava empatada nos cativos. O Governo Republicano, na figura do ministro da Fazenda Rui Barbosa, empreendeu reformas em janeiro de 1890 que, ampliaram o mercado creditício e facilitaram a formação de sociedades anônimas, ao estabelecer a responsabilidade limitada para os acionistas das empresas e a permissão aos bancos de emissão, o que antes era facultado somente ao Banco do Brasil (MARCONDES; HANLEY, 2010, p. 111-112).

Na visão de Rui Barbosa, a política monetária metalista do Império não se aplicava aos anos iniciais de uma República em pleno processo de formação do mercado de trabalho e consumidor, ambos baseados na imigração européia, o que demandava elevado numerário. Ademais, a indústria crescia no Rio de Janeiro e em São Paulo, carecendo cada vez mais de crédito (LEVY, 1994, p. 124). O inflacionismo de Rui Barbosa pode ser demonstrado pela emissão de papel-moeda no período: em 1888 foi emitido um total de 203 mil contos de réis pelos órgãos emissores do Brasil; já, em 1890 a emissão foi de quase 300 mil contos, e chegou a 511 mil contos em 1891 (IBGE, 1990, p. 544).

²¹⁶ De modo geral, havia três demandas de São Paulo contra o Governo Imperial: a concentração de receitas executada pelo Império; a nomeação do presidente da Província por parte do Imperador; a baixa participação dos paulistas entre os políticos do Império (SAES, 2010, p. 195-196).

O resultado de tamanho estímulo ao crédito será a formação de diversas empresas fictícias, sobretudo na capital da República – a cidade do Rio de Janeiro – por indivíduos que visavam lançar ações na bolsa de valores e, dessa forma, obter os lucros de um mercado de títulos em plena euforia. A fragilidade desta expansão se fez sentir rapidamente, quando, em fins de 1891, detona-se a crise do Encilhamento, que se notabilizou pela desvalorização das ações que inundavam a bolsa e o mercado financeiro (PRADO JUNIOR, 1969, p. 218).

Em que pese a crise ter levado a uma série de falências no decorrer do ano de 1892, o balanço econômico destes anos iniciais republicanos se mostra positivo quanto à formação de novas sociedades. Novos bancos surgiram em São Paulo no início da República em virtude da legislação bancária de janeiro de 1890. No Estado, o aumento do número de bancos possibilitou maior acesso ao crédito às indústrias, via empréstimos hipotecários (CORTES; MARCONDES; MONTOYA-DIAZ, 2010, p. 7).

O ambiente econômico favorável às sociedades anônimas seria aproveitado pelos representantes do grande capital cafeeiro como uma oportunidade de diversificar ainda mais a renda obtida nas lavouras e outras atividades do complexo²¹⁷. Com as altas cotações do café no exterior pelo menos até 1895, quando a queda do preço da rubiácea no exterior passa a ser compensada em âmbito interno pela desvalorização cambial, dando vez ao mecanismo da *socialização das perdas*, os lucros dos agentes envolvidos nos negócios do café nesta década de bonança, entre 1885-1895, seriam sempre maiores e, neste caso, ávidos por se alocarem em investimentos igualmente interessantes, ensejando uma grande diversificação do capital cafeeiro.

O movimento da diversificação da riqueza do Barão de Arary pode ser apreendido pelo exame da tabela 51 (página 223), em que são demonstradas as compras de sociedades anônimas que ele efetuou através da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. entre 1889 e 1893 (CONTAS CORRENTES JLG, Santos, 1883-1893).

A compra de ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro continuava sendo um vantajoso investimento. Se, em 1886, os cafeeiros paulistas produziram 13.005.509 arrobas, por

²¹⁷ Os Decretos nº 164 e 165, de 17 de janeiro de 1890, estimularam as sociedades anônimas com a possibilidade negociar suas ações apenas com a integralização de 10% do capital subscrito pelos incorporadores. Esta medida foi revista em outubro do mesmo ano, já sob efeito da onda especulativa que começava a assolar a praça financeira do Rio de Janeiro, elevando a quota mínima de capital subscrito para 40%. Entretanto, a especulação financeira não foi detida e o ano de 1892 marcou o auge do Encilhamento (TANNURI, 1981, p. 65).

sua vez, em 1905, eles seriam responsáveis por 35.819.079 arrobas de café. Entre 1891-1895, pelos trilhos da Paulista foram transportados um total de 520.855 mil-réis em mercadorias, sendo que 38,31% desta receita veio do transporte do café, em um total de 195.189 toneladas da rubiácea. Em concorrência com a Paulista estava a Companhia Mojiana que, no mesmo período, transportou um total de 215.706 mil-réis em mercadorias, sendo o café responsável por 29,70% da receita, quando 80.270 toneladas do produto foram transportadas. Estes números corroboram a preponderância da Paulista na logística do café na primeira parte da década de 1890, o que atraía interessados na compra de suas ações como forma de investimento seguro e com uma rentabilidade crescente. O Barão de Arary adquiriu ações em nome próprio e também à sua esposa Maria Dalmacia de Lacerda, a Baronesa de Arary, e à sua filha Maria Ottilia, entre 1889 e 1891, inclusive constando ele como o quarto principal acionista²¹⁸, dentre 890 indivíduos, da ferrovia em 1892, detendo 3.426 ações da Paulista, o que representava 2,28% das 150.000 ações que se encontravam distribuídas entre os 890 acionistas da empresa ferroviária (SAES, 1981, p. 45, 93 e 192).

A mesma lógica que guiava a entrada do grande capital cafeeiro nas ferrovias paulistas se aplicava às empresas ferroviárias de Minas Gerais, Estado que se consolidaria como o segundo maior produtor de café depois de 1895, superando o Rio de Janeiro. Dessa forma, o Barão de Arary, assim como outros abastados paulistas²¹⁹, adquiriu ações da Estrada de Ferro do Muzambinho, entre 1889-1891. Esta empresa veio de uma concessão de uma ferrovia que partisse de Muzambinho e viesse até São Joaquim da Serra Negra (município de Alfenas), concessão originalmente da ferrovia Minas e Rio, que abdicou desse trecho. A Muzambinho foi inaugurada em 1892, partindo de Três Corações e passando por Varginha. Em 1899 foi encampada pelo governo de Minas e em 1908 foi incorporada à Estrada de Ferro Minas e Rio (PIMENTA; ELEUTÉRIO; CARAMURU, [s.d.], p. 6).

²¹⁸ Os principais acionistas da Paulista em 1892 eram: Eduardo Prates (5.259 ações), Veridiana Prado (5.070 ações), seu filho Martinho Prado Junior (3.578 ações), o Barão de Arary (3.426 ações) e o Barão de Souza Queiroz (3.286 ações) (SAES, 1981, p. 192).

²¹⁹ Entre os bens de Maria Tereza Monteiro de Barros, que morreu em 1894 e cujo marido havia sido Antonio Augusto Monteiro de Barros – sobrinho de Martinho a Antonio da Silva Prado e filho do dr. Rodrigo Monteiro de Barros (fazendeiro de café, presidente da Câmara Municipal de Jundiá, chefe de polícia, juiz de direito e deputado) – constavam, além de casas em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, fazendas em Limeira e Santa Rita do Passa Quatro, 1.333 ações da Estrada de Ferro do Muzambinho (MELLO, 1982, p. 200).

A diversificação dos investimentos se dava também através da participação em sociedades fabris. José de Lacerda Guimarães, entre 1890-1891, adquiriu ações da Companhia Fabril Paulistana, tecelagem criada em 1884 no bairro paulistano do Bom Retiro e que produzia tecidos de fios de algodão vindos do Nordeste (VERONA, 1999, p. 21). Através da ata da assembléia geral de 24 de setembro de 1895, vemos que esta firma tinha entre seus acionistas proeminentes figuras do grande capital cafeeiro, como Antonio Proost Rodovalho²²⁰ e Eduardo Prates²²¹, além do Barão de Arary²²². Estes investimentos eram característicos dos representantes do grande capital cafeeiro, que optavam muitas vezes por alocar seus capitais em empresas que eles dirigiam, de forma direta ou através de participação acionária. O fazendeiro de café se tornou um empreendedor capitalista que se fez presentes em diversas firmas, sendo recorrente a repetição dos mesmos nomes em diferentes sociedades (MELLO, 1982, p. 203-206).

O empreendedorismo paulista ajudara a formar sete novas casas bancárias na década de 1880, calcadas no capital nacional. Outras surgiram no início da República, em virtude das reformas implementadas por Rui Barbosa no sistema financeiro e creditício, como o Banco de Santos e o Banco Ítalo-Brasileiro, sendo o primeiro um banco universal criado em 1890, e o segundo uma casa bancária fundada em 1891 para atender à demanda de capital dos italianos no Brasil e a remessa de suas rendas à Europa, que tinha como um de seus diretores o industrial

²²⁰ Filho do capitão Joaquim Tavares Rodovalho e Henriqueta Proost Rodovalho, Antônio Proost nasceu no ano de 1838 na capital da província de São Paulo. Com apenas 12 anos de idade começou a trabalhar no comércio local e aos 25 anos já era sócio das empresas Joaquim Proost Rodovalho & Cia, José Proost Souza Rodovalho & Cia. e da João Proost Rodovalho & Cia. Com uma vasta experiência no comércio, como empresário do setor atacadista de açúcar, sal e café, Antônio Proost participou da fundação e da diretoria de várias empresas: Banco Comercial de São Paulo; Caixa Econômica e Monte de Socorro; Companhia de Estradas de Ferro Ituana; Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio de Janeiro, Companhia Ítalo Paulista. Em 1875 foi nomeado gerente tesoureiro da Caixa Filial do Banco do Brasil e neste cargo atuou até 1886. Também incentivou a abertura de empresas estratégicas para a província, como a Fábrica de Tecidos Anhaia & Cia, Serraria Sydow, Companhia de Gás de São Paulo e Companhia Cantareira de Águas e Esgotos. Foi proprietário da Fazenda Caieiras e em suas terras surgiu um importante pólo industrial para a época, com o nascimento de indústrias de cimento, louça, serraria, cerâmica e papel (a Companhia Melhoramentos de São Paulo, inaugurada em 12 de setembro de 1890).

²²¹ Filho de Fidêncio Nepomuceno Prates e de Inocência Júlia da Silva Machado, filha de João da Silva Machado (Barão de Antonina). Casou-se com Antônia dos Santos Silva, irmã de Maria Hipólita dos Santos Silva, marquesa consorte do Marquês de Três Rios, a qual teve quatro filhos: Joaquim, José, Guilherme e Eduardo. O terceiro viria a se tornar o segundo conde de Prates. Devido ao casamento, recebeu como herança a Fazenda Santa Gertrudes, no município de Rio Claro (SP), tendo-a dinamizado e aumentado a já grande produtividade cafeeira dessas terras. Em 1893, com o falecimento do Marquês de Três Rios e da Marquesa nos anos seguintes, a fazenda foi herdada por Eduardo Prates casado com a irmã da Marquesa de Três Rios, pois aquela não deixara descendentes diretos. Além da fazenda, dedicou-se ativamente as atividades comerciais (importações e imóveis urbanos), bancárias, ao fomento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (sendo diretor), da Companhia de Armazéns Gerais de São Paulo (como presidente) e ainda a outras companhias de transportes e indústrias, como a Companhia Paulista de Navegação e a Companhia Frigorífica e Pastoral de Barretos (vice-presidente). Prates também foi presidente, em 1896, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), sucedendo o Coronel Rodovalho, além de ter sido um dos fundadores do Automóvel Clube de São Paulo, da Sociedade Hípica Paulista e da Sociedade Rural Brasileira.

²²² (DIÁRIO OFICIAL, 15/10/1895).

Alexandre Siciliano. Porém, nossa atenção se deve voltar aos dois bancos restantes em que o Barão de Arary, e outros representantes do grande capital cafeeiro, resolveram ter participação acionária: o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco União de São Paulo.

O primeiro se originou em 1885, como a Casa Bancária da Província de São Paulo (Nielsen & Cia), cujos sócios eram Carlos P. Nielsen e Antonio Luiz Tavares, a época gerentes do London and Brazilian Bank em São Paulo e em Santos. Entre os diretores e acionistas, desde sua fundação, havia elementos com negócios ligados a outros ramos do grande capital cafeeiro: proprietários de fazendas de café, acionistas de estradas de ferro, homens ligados ao comércio exportador, dentre outros. Em dezembro de 1889, a Casa Bancária da Província de São Paulo (Nielsen & Cia.) se transforma no Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, que, num futuro próximo, se tornaria o maior banco comercial do Estado (CHAVANTES, 204, p. 68). A comunhão de interesses da elite empresarial paulista se evidencia na composição dos sócios do banco: Fidélis Nepomuceno Prates (Cia. Paulista); Conde de Três Rios (Mogiana, Iluminação Pública de Campinas, Crédito Real, Banco de Campinas); Barão de Piracicaba (Companhia Paulista, Associação Comercial e Agrícola); Martinho da Silva Prado (Paulista, Mogiana, Sociedade de Imigração); João Baptista Mello Oliveira e Barão de Mello Oliveira (Companhia Paulista, Companhia Carris de Ferro de São Paulo); Pedro Egydio de Souza Aranha (Companhia de Gás de Campinas); José Estanislau do Amaral (Companhia Mogiana); Barão de Parnaíba-Antonio Queiroz Teles (Presidente da Companhia Mogiana) (SAES, 1986b, p. 88).

A composição dos negócios entre membros do grande capital que caracterizou os empreendimentos no complexo exportador cafeeiro se revelou também na formação do Banco União de São Paulo²²³. A diferença em relação aos três bancos anteriormente citados está nos laços de parentesco entre o presidente do União de São Paulo e o Barão de Arary. Antonio de Lacerda Franco e João Baptista de Mello Oliveira criaram, em 31 de janeiro de 1890, uma casa bancária de emissão em São Paulo, que receberia em abril a autorização governamental para seu funcionamento. O banco União foi o único banco universal com permissão para emitir notas bancárias em São Paulo. Sua natureza de banco universal lhe permitia realizar: atividades de crédito comercial, como por exemplo, a provisão de empréstimos de curto prazo, descontos e câmbio; as atividades de crédito agrícola e a hipotecária, como a concessão de financiamentos de

²²³ As informações adiante sobre o Banco União de São Paulo vêm de duas fontes: (GALLAS; GALLAS, 2008, p. 257-258) e (HANLEY, 2005, p. 130-155).

longo prazo, garantidos por propriedades imobiliárias rurais ou urbanas, e adiantamentos contra colheitas futuras; crédito industrial para a construção de prédios, ferrovias, docas, melhorias portuárias, comunicações e atividades administrativas, como a propriedade e a operação de interesses industriais (MARCONDES; HANLEY, 2010, p. 112-113)²²⁴.

O presidente do banco União de São Paulo era Antonio de Lacerda Franco, o mesmo que era sobrinho de José de Lacerda Guimarães e sócio na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. Por sua vez, o coronel João Baptista de Mello Oliveira endossara um empréstimo ao seu irmão Justiniano, que foi o maior empréstimo concedido pelo Barão de Arary através da casa comissária no ano de 1885-1886. As razões de tamanha generosidade podem estar nos laços de parentesco, pois os sobrinhos do coronel João – Elisa e Justiniano – eram casados um dos filhos do Barão de Arary e uma de suas sobrinhas – Cândido e Cândida.

Com suas seções comercial, hipotecária, industrial e construtora, o banco União de São Paulo tinha sua sede na capital do Estado à Rua 15 de Novembro, número 37. Possuía também uma caixa filial em Curitiba; agências nas cidades paulistas de Santos, Campinas e Rio Claro; e correspondentes no Rio de Janeiro (que era coincidentemente era a casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.), no Sul (Banco Emissor do Sul e suas filiais), no interior de São Paulo (Sorocaba, Itatiba, São João da Boa Vista, Lorena, Espírito Santo do Pinhal e Jaboticabal). Emitia saques, cartas de crédito, etc., sobre as agências e correspondências (SÃO PAULO, 1891, p. 206).

O banco União não se prendia à característica de empresas essencialmente familiares denotada pelos outros negócios da família Lacerda Franco. Antonio de Lacerda Franco (senador estadual em 1892 e que chegou ao senado federal, no período entre 1924 e 1930; membro da comissão executiva do PRP entre 1901-1906 e 1914-1927)²²⁵; formou e presidiu uma sociedade por ações com outros membros do grande capital cafeeiro que, além robustos economicamente,

²²⁴ Outros dois bancos universais foram criados em São Paulo: o Banco de Santos e o Banco de Crédito Real, entretanto, o União de São Paulo foi maior dentre eles. Sua diferença de atuação em relação aos bancos comerciais estava no foco que das atividades empreendidas pelas casas bancárias comerciais: o mercado de crédito de curto prazo (MARCONDES; HANLEY, 2010, p. 105).

²²⁵ “Dentro do PRP, as disputas entre as facções eram em grande parte neutralizadas pela continuidade assegurada pela comissão executiva do partido, órgão intermediário entre o governador e os coronéis. A autoridade da comissão derivava do poder dos chefes do partido (ou de seus representantes) que dela faziam parte. Através dos chefes, a comissão também representava os diferentes interesses regionais dentro do estado, provendo a intermediação necessária na distribuição de empregos e recursos destinados a obras públicas. Além do mais, legitimava a transferência de poder das mãos de um governador para o seguinte. Pelo menos durante os primeiros anos da República, podia também “interceder” junto à câmara estadual em defesa de políticas específicas, além de, em comum acordo com o governador, proceder à indicação dos nomes para o preenchimento de cargos estaduais e federais. Na década de 1890, embora de modo informal, influenciou muito no governo do estado” (LOVE, 1982, p. 163).

tinham grande influência política no Partido Republicano Paulista (PRP), evidenciado pelos nomes que foram eleitos para a primeira diretoria do banco em 4 de maio de 1890: João Baptista de Mello Oliveira (um dos fundadores do PRP e senador estadual entre 1892-1903); Joaquim Lopes Chaves (senador estadual em 1894 e 1901 e cunhado de Américo Brasiliense, que foi o primeiro presidente do Estado de São Paulo); Antonio Paes de Barros (senador estadual em 1903, filho do Barão de Piracicaba e sobrinho do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar); Bento Quirino dos Santos (vereador por São Paulo e presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro); João Tobias de Aguiar e Castro (senador estadual em 1892, filho da Marquesa de Santos e do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar); e Vitoriano Gonçalves Camilo.

A atuação do União de São Paulo como casa bancária emissora não se prolongou. O banco presidido por Antonio de Lacerda Franco fora fundado com uma capitalização máxima de 60 mil contos de réis e com direito de emitir até 24 mil contos de réis. Porém, quando estoura a crise do Encilhamento, entre 1890-1892, o União de São Paulo só emitira 10 mil contos de réis em notas próprias – impressas por Laemmert & Cia. no Rio de Janeiro – que chegaram a circular nacionalmente. Com o Encilhamento e a alta da inflação e da especulação financeira, houve boatos sobre a pouca receptividade do Governo Federal em relação às notas vindas dos bancos emissores. Até que, em 1893, foi revogada a prerrogativa dos bancos emissores, concentrando a emissão no Banco da República do Brasil, sediado no Rio de Janeiro – fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil.

Todavia, a faculdade de banco de emissão não era o que distinguia o União de São Paulo frente aos congêneres, mas a sua carteira industrial.

The Banco União was the only investment bank with any real investment in industrial pursuits. These industrial investments comprised an increasing proportion of the bank's assets over time (HANLEY, 2005, p. 151).

Quando de sua criação o banco adquiriu, logo em abril de 1890, a Companhia Melhoramentos de São Paulo, empresa constituída por Antonio Paes de Barros (diretor do banco União), José Vicente de Azevedo, o coronel João Baptista de Mello Oliveira (um dos fundadores e diretor do banco União) e Francisco de Paula Rantz²²⁶. A firma era presidida por José Vieira de Carvalho, sendo que ela negociava e financiava terrenos e casas na cidade de São Paulo e

²²⁶ Esta empresa não era a Companhia Melhoramentos de São Paulo, criada por Antonio Proost Rodovalho em 12 de setembro de 1890 e que figura até hoje no ramo da produção de papel.

vizinhança, através de hipotecas e empréstimos em que cobrava comissões/corretagem sobre os negócios, nos moldes de uma imobiliária. Ao absorver a Melhoramentos, o banco União de São Paulo, além da capacidade emissora de cédulas, passou a operar com carteiras de empréstimos, descontos e câmbios, hipotecas e penhores agrícolas, financiamento de máquinas, construção de edifícios, compra, parcelamento e venda de terras, colonização de grandes áreas, levantamentos topográficos e abertura de estradas. Dentre os projetos anunciados pelo banco, em julho de 1890, constava a montagem de um moinho de farinha na cidade de São Paulo, a formação de fábrica de calçados e a compra de uma fábrica para a produção de algodão e tecidos de lã.

Com o equipamento encomendado para os dois primeiros projetos, faltava acertar as bases da fábrica têxtil. O início também ocorreu em 1890, quando o banco União de São Paulo adquiriu a fazenda de São Francisco, cujas terras ficavam próximas a cidade de Sorocaba e se caracterizavam pela existência de uma cachoeira conhecida pelos indígenas como Boturantim, levando a futura povoação a ser denominada como Votorantim²²⁷. Ainda em 1890, o banco União tratou de viabilizar o fornecimento de energia elétrica ao construir as barragens da corredeira do Rio Sorocaba e formar a usina que, a partir de 1892, passou a alimentar a recém-criada Fábrica de Chitas, unidade industrial têxtil em parceria com os ingleses, uma vez que grande parte da matéria-prima era importada.

A frente dos projetos industriais do banco União de São Paulo estavam renomados arquitetos do final do século XIX, como o francês Victor Dubugras e o alemão Maximiliano Emilio Hehl, chefiados pelo campineiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Eles coordenaram a formação de uma grande planta industrial nas terras que originariam Votorantim, planta esta constituída de: dois núcleos de casas que poderiam acomodar até quatro mil funcionários, uma grande olaria para a provisão de tijolos e telhas às construções e outros empreendimentos do banco; havia também a pedreira da na Serra de São Francisco, de onde se retirava e lapidava calcários, mármore e granitos que foram usados até mesmo na construção do Teatro Municipal de São Paulo.

A fixação das atividades do banco União de São Paulo em seu portfólio industrial se daria de forma latente a partir de 1906, quando ele abandona os negócios bancários para se fixar

²²⁷Em tupi-guarani significa grande espuma branca/cascata branca
(http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_12/Reg12_Votorantim.htm).

nas atividades industriais, no começo do século XX, em meio à crise do café²²⁸. O complexo industrial têxtil criado e administrado pelo banco de Antonio de Lacerda Franco cresceu e era a segunda maior fábrica de São Paulo em 25 de fevereiro de 1917, data em que um incêndio consumiu um grande galpão de algodão da Fábrica Votorantim²²⁹. Para agravar este quadro, em 17 de julho do mesmo ano, estourou uma greve geral, ecoando o movimento que se iniciara na capital do Estado. Ademais, a importação de matérias-primas – os tecidos crus eram importados da Inglaterra para serem estampados na Fábrica de Chitas – via-se em dificuldades em meio à Primeira Guerra Mundial. Por tudo isso, após o fim da greve em julho de 1917, a fábrica ficou um mês fechada, tempo que serviu para o banco União de São Paulo decretar sua falência e se desfazer de uma massa falida formada por: fábricas, obras hidráulicas, 440 casas de operários, linha férrea, Fazenda Ituporanga, fornos de cal e outros bens que foram arrematados em leilão Nicolau Scarpa e Antonio Pereira Inácio, sogro de José Ermirio de Moraes, que assumiria o comando dos negócios em 1925, originando um dos maiores grupos industriais atualmente, o Grupo Votorantim.

Entretanto, interessa-nos compreender a atratividade exercida pelo banco no início da década de 1890. De modo geral, os bancos costumavam remunerar com melhores taxas os detentores de seus papéis do que, por exemplo, os títulos da dívida do governo brasileiro. Além disso, e como caracterizava a maioria dos outros bancos paulistas das décadas de 1880 e 1890, eles eram investimentos prioritariamente formados e buscados por membros do grande capital

²²⁸ Hanley (2005, p. 144-151 e 207) argumenta que a falência dos bancos universais estaria atrelada à sua menor lucratividade frente aos bancos comerciais. A lucratividade seria dada pela apuração dos lucros em relação ao patrimônio do banco e a distribuição de dividendos aos acionistas. Dessa forma, enquanto os bancos comerciais teriam uma lucratividade média de 6% na década de 1890, os bancos universais teriam lucratividade média de 3% que, no caso do Banco União de São Paulo, chegou a ser de – 4,5% entre 1900-1905. A menor lucratividade teria levado os investidores a buscarem os bancos comerciais e também outras formas de investimentos, como ferrovias.

²²⁹ Uma descrição do incêndio e da fábrica Votorantim nos é dado pelo jornal sorocabano *Cruzeiro do Sul* em sua edição de 26 de fevereiro de 1917 "*Arde um deposito de algodão da Fabrica de Tecidos de Votorantim. Os prejuizos aproximam-se de mil contos de reis. O incendio começou as 18h45min só foi contido de madrugada quando o corpo de bombeiros chegou. A fabrica de tecidos Votorantim pertence ao Banco União de São Paulo é um dos estabelecimentos industriaes de maior importância do Estado. Possui cerca de 1200 teares e neles trabalham calculadamente 3 mil operarios. No deposito existiam 3200 fardos de algodão, muitas barricas de soda caustica e potassa, grande quantidade de farinha de trigo; enumeras botijas de ácido para preparação de tinta etc. O fogo tomou proporções assustadoras. A população de Votorantim, composta em quasi sua totalidade de operarios affluuiu ao lugar do incêndio rapidamente tentando dominar as chamas, luctando com grande dificuldade por falta de numero suficiente de mangueiras e aparelhos extintores de incendio no deposito. Do inquerito aberto ficou constatado que o incendio não foi proposital, sendo o mesmo atribuido a alguma fagulha desprendida por uma locomotiva fagulha esta que penetrou por abertura situada na parte superior do barracão. Os prejuizos subiram a quase 1000 contos de réis, estando o deposito de algodão da referida fábrica de tecidos seguro em 240 contos de réis.*" (apud <http://www.ihggs.org.br/index.php?option=content&task=view&id=204&Itemid=76&limit=1&limitstart=4>)

cafeeiro como forma de acumulação ou diversificação de seus capitais. Segundo Hanley (2005, p. 127)

The reason that these banks were so big as their inception was probably due to the high profile of their founders, men of great stature in the São Paulo business community who promised the ability to generate credible connections between the bank and non-bank business (HANLEY, 2005, p. 127).

Em relação ao banco União de São Paulo, vimos que na presidência estava um dos grandes comissários e exportadores de café de São Paulo que era Antonio de Lacerda Franco, filho do Barão de Araras (Bento de Lacerda Guimarães). Além dele outras figuras de renome compunham a diretoria, dentre eles Alexandre Siciliano, que comandava a maior firma de importação e manufatura de equipamentos industriais em São Paulo, a Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo. A origem comercial de ambos não causa estranheza, pois, grande parte dos banqueiros iniciaram suas atividades como comerciantes. Os negócios comerciais de Antonio de Lacerda Franco a frente da J. F. de Lacerda & Cia. foram de suma importância à construção de uma rede de captação e concessão de crédito de que se valeu para formar o capital de sua casa bancária, uma vez que, conhecia quem necessitava de empréstimos e, ao mesmo tempo, os detentores de riqueza dispostos a adentrar em um recém-criado banco que rapidamente se tornou o maior dentre as instituições bancárias criadas em São Paulo no início da República (Landes, 2007, p. 7).

Tabela 50: Bancos Paulistas e o tamanho de seus ativos, 1890-1892 – valor nominal dos ativos em contos de réis

BANCO	FUNDAÇÃO	CIDADE	ATIVO (contos de réis)
Banco União de São Paulo	1890	São Paulo	112.000
Banco de Crédito Real/Banco Comercial	1882/1886	São Paulo	65.000
Banco dos Lavradores	1890	Campinas	39.000
Banco do Comércio e Indústria de São Paulo	1890	São Paulo	34.000
Banco de São Paulo	1890	São Paulo	29.000
Banco do Brasil/Banco Construtor e Agrícola	1856/1890	São Paulo	21.000
Banco Mercantil de Santos	1872	Santos	21.000
Banco de Santos	1890	Santos	12.000
Banco União de São Carlos	1892	São Carlos	11.400
Banco Melhoramentos de São Paulo	1890	São Paulo	9.000
Banco da Lavoura	1886	São Paulo	8.000
Banco Provincial de São Paulo	1890	São Paulo	8.000
Banco Ítalo-Brasileiro	1890	São Paulo	7.000
Banco de Piracicaba	1892	Piracicaba	4.000
Banco Comercial da Bolsa de São Paulo	1891	São Paulo	3.500
Banco do Estado	1891	São Paulo	3.000
Banco Popular de Guaratinguetá	1892	Guaratinguetá	2.700
Banco Operário e Territorial	1890	São Paulo	2.500
Banco Auxiliar do Comércio	1890	São Paulo	2.000
Banco dos Operários	1890	São Paulo	2.000
Banco Predial de São Paulo	1891	São Paulo	2.000
Banco de Ribeirão Preto	1890	Ribeirão Preto	1.300
Banco Melhoramentos do Jaú	1891	Jaú	900
Banco de Araraquara	1892	Araraquara	800

Fonte: Hanley (2005, p. 155).

A diversificação das fontes de lucros efetuada pelos representantes do grande capital cafeeiro se deu em grande parte pelo mecanismo acima demonstrado, ou seja, a participação acionária em empreendimentos gerados e dirigidos por seus pares. Bancos, ferrovias e empresas de serviços públicos se tornaram uma promissora aposta de investimento, uma vez que, sua lucratividade que inicialmente nascia atrelada aos bons movimentos da economia cafeeira

possibilitava que, com a expansão dos negócios, tais empreendimentos se tornaram sucedâneos interessantes em relação à sazonalidade dos rendimentos da lavoura cafeeira, sobretudo nas conjunturas de crise de superprodução que se agravariam depois de 1898. Como tratamos de um período em que esta grande crise não chegara ainda, os anos entre 1885-1893, pensamos que a procura por novos investimentos deveria considerar o excesso de capital gerado na produção e venda do café e as oportunidades que certos setores proporcionavam aos proprietários rurais mais ousados para neles adentrarem, inclusive na produção industrial.

Tabela 51: compra de ações de sociedades anônimas por parte de José de Lacerda Guimarães através da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1889-1893 – valores em réis (Rs.)

ANO 1889-1890	Valor (Rs.)
Compra de 2 ações da Companhia Paulista	57.000
2ª Entrada de 314 ações da Cia. Paulista	12.573.650
2ª Entrada de 25 ações da Cia. Paulista	1.001.000
2ª Entrada de 1 ação da Cia. Paulista	40.200
3ª Chamada de 314 ações da Cia. Paulista	12.573.650
3ª Chamada de 25 ações da Cia. Paulista (CONTA DA BARONESA DE ARARY)	1.001.000
3ª Chamada de 1 ação da Companhia Paulista (CONTA DE MARIA OTTILIA, filha de José de Lacerda Guimarães)	40.200
1ª Entrada de 10% de suas 200 ações da Companhia E. F. do Muzambinho	4.000.000
2ª Chamada sobre 200 ações da Cia. Estrada de Ferro do Muzambinho	4.000.000
1ª Entrada de 10% sobre 1.000 ações do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo	20.000.000
2ª Chamada de sobre 1.000 ações do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo	20.000.000
1ª Entrada de 10% sobre 2.500 ações do Banco União de São Paulo	50.000.000
TOTAL	125.286.700
ANO 1890-1891	Valor (Rs.)
Sua parte em 1 ação da Cia. Paulista comprada para completar as 3 ações	43.640
1ª Entrada de 10% de 250 ações da Cia. Lacerda (por conta de Albano Octavio, filho de José de Lacerda Guimarães)	2.500.000
Entrada sobre 66 ações da Estrada de Ferro do Muzambinho (pago no RJ)	2.640.000
Entrada de 10% de 266 ações da Estrada de Ferro do Muzambinho (pago no RJ)	5.320.000
1ª Entrada sobre 400 ações da Companhia Fabril Paulistana	7.200.000
2ª Chamada de suas 2.500 ações do Banco União de São Paulo	50.000.000
2ª Chamada de 50 ações do Banco União de São Paulo com Pedro de Castro	1.000.000
1ª Entrada de 10% de suas 1.000 ações do Banco Ítalo-Brasileiro	20.000.000
1ª Entrada de 10% de 200 ações do Banco de Santos	4.000.000
2ª Entrada de 10% de 76 ações do Banco de Santos	1.520.000
TOTAL	94.223.640
ANO 1892-1893	Valor (Rs.)
5ª Entrada de 10% de suas 266 ações da Estrada de Ferro do Muzambinho (pago no RJ)	5.320.000
3ª Chamada de ações do Banco de Santos	1.520.000
TOTAL	6.840.000

Fonte: CONTAS CORRENTES JLG (1883-1893).

8.3 – Lacerda, Camargo & Cia (1884-1892): o grande capital cafeeiro no nascimento da indústria paulista

No clássico trabalho de Dean (1971, p. 25-28), *A Industrialização de São Paulo*, ele aponta que a origem dos industriais paulistas se basearia na figura do imigrante-importador, um indivíduo que, em alguns casos, iniciar suas atividades como representante comercial de indústrias européias e norte-americanas e foi estendendo seu raio de atuação, muitas vezes impellido para tanto, criando oficinas em solo nacional para a manutenção das máquinas e equipamentos importados ou transformados suas agências de vendas em fábricas autorizadas. Dessa forma, formavam suas oficinas e fundições que se tornariam base da nascente indústria paulista no final do século XIX.

A visão do imigrante como a matriz social do empresariado paulista é lastreada por diversos indivíduos. A maioria deles iniciados como importadores, a exemplo do italiano Alexandre Siciliano e Francisco Matarazzo. Ser importador era fundamental a estes jovens industriais, pois garantia acesso às matérias-primas e maquinário estrangeiro e, também, ao crédito internacional. Por isso, mesmo formando suas indústrias, eles não abdicavam da função de negociantes-importadores (DEAN, 1971, p. 37-39).

Era justamente na função creditícia que se situaria os proprietários rurais paulistas em relação aos industriais. Se há um papel desempenhado pelos cafeicultores na formação da indústria paulista, segundo Dean (1971, p. 44), ele seria o de financiar os empreendimentos industriais de estrangeiros, como as oficinas e fundições de São Paulo. Esta visão é compartilhada por pesquisas recentes acerca das origens dos industriais paulistas, como no trabalho de Marson (2010, p. 5) em que afirma que “Poucos dos primeiros industriais parecem não ter começado como importadores, pelo menos em relação às firmas maiores e mais importantes”. Um exemplo de importante industrial seria justamente Alexandre Siciliano que, com sua Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo, fornecia maquinário às indústrias paulistas, através da produção em sua fundição – tornou-se a maior produtora de máquinas e produtos de metal em todo o estado de São Paulo – e da importação de máquinas procedentes do exterior. Inclusive, em 1917, a firma de Siciliano teria importado: locomotivas, trilhos, carvão,

aço, ferro, cimento, óleos, asfalto, canos e tubos, equipamento elétrico, motores a vapor, automóveis e suprimentos para o Exército e a Marinha (DEAN, 1971, p. 38).

Das firmas paulistas do setor de bens de capital em 1891 – máquinas e equipamentos²³⁰ – segundo a tabela 55 (página 250), há apenas um caso de indústria ligado aos cafeicultores, a firma de Elias Pacheco Chaves, que produzia máquinas para lavoura e indústria (Marson, 2010, p. 14). Esta constatação é prova de que o modelo do industrial paulista cujas raízes estariam no imigrante, sobretudo europeu e norte-americano, é quase que predominante. Entendemos que esta assertiva em muito se baseia na ocorrência de dados que corroboraram esta hipótese, como a predominância dos nomes de industriais estrangeiros constantes nos levantamentos sobre as indústrias em São Paulo, como o censo de 1901.

Todavia, novas descobertas acerca de documentos sobre indústrias paulistas no final do século XIX, e décadas posteriores, podem quebrar este paradigma. Nosso trabalho não tem a pretensão de invalidar o modelo do industrial-imigrante e sua predominância no Estado de São Paulo. Pretendemos demonstrar um caso de uma família de cafeicultores que se tornaram representantes do grande capital cafeeiro e que, dentre uma de suas atividades, embrenharam-se pela indústria de bens de capital. Estamos cientes da unicidade de nosso caso, porém, pelo vulto da empresa a ser analisada, pensamos que ele é relevante e pode apontar para uma direção que leve às futuras descobertas sobre os industriais paulistas no auge da cafeicultura paulista: a figura do fazendeiro-industrial.

O surgimento deste personagem é semelhante ao do industrial-imigrante. O Império não contemplou uma política de fomento à indústria, aliás, a lógica dos negócios imperiais era ditada pela maior fonte de arrecadação do erário régio, o imposto sobre a importação.

²³⁰ A definição de bens de capital adotada neste trabalho contempla os ramos da *mecânica*, dos *equipamentos industriais*, e das *máquinas e implementos agrícolas*, e ela vem de Lago (1979, p. 1-3), em que pese haver certo anacronismo em relação ao que era a indústria no final do século XIX. O autor elenca no ramo da *mecânica*: máquinas-ferramenta; turbinas a vapor e hidráulicas; motores de combustão interna a gasolina; diesel ou semi-diesel (exceto os de veículos) e hidráulicos; máquinas e instrumentos de beneficiamento de produtos agro-industriais; máquinas para transporte e elevação de cargas; máquinas para perfuração e extração; máquinas para classificar, misturar e tratar pedras, terra, carvão e substâncias sólidas semelhantes; britadeiras; máquinas têxteis; máquinas gráficas; máquinas para metalurgia; máquinas para diversas indústrias (papel, cigarros, calçados, curtumes, etc.); bombas diversas; filtros; máquinas centrífugas; máquinas para empacotamento; redutores de velocidade; válvulas e acessórios para tubulações. No ramo dos *equipamentos industriais*: fornos e semelhantes para uso industrial; reservatórios e vasos de pressão; torres de fracionamento; evaporadores e digestores; caldeiras e geradores de vapor e equipamento para casa de caldeiras; comportas para barragens; ventiladores e exaustores industriais; instalações de climatização e compressores frigoríficos; tanques de armazenamento e tubulações de grande diâmetro; equipamentos magnéticos. No ramo das *máquinas e implementos agrícolas*: tratores agrícolas, inclusive micro-tratores; implementos conjugados aos tratores (grades, discos); colheitadeiras, trilhadeiras, semeadeiras, adubadeiras e outros implementos suplementares; equipamentos para irrigação agrícola.

De 1860 a 1889, o Brasil passou por diversas alterações de tarifas em que reduções tarifárias ditadas pelo liberalismo econômico defendido por comerciantes e agricultores que eram contrabalançadas por aumentos periódicos ditados pelas necessidades fiscais do governo (LAGO *et alli*, 1979, p. 11).

Não podemos olvidar que uma política deliberada de protecionismo à indústria na segunda metade do século XIX seria de difícil execução, afinal, o café era o principal produto de exportação, mais da metade da receita imperial na década de 1880 vinha do imposto sobre as importações, que em grande parte se deviam à demanda gerada pelo café e outros gêneros agrícolas. Ademais, da elite política imperial, dominada pelos membros fluminenses ligados ao comércio, financiamento e produção do café, não se poderia esperar outra atitude que um arraigado protecionismo à conformação político-econômica vigente, ou seja, um Brasil de base agrícola-escravocrata e grande importador de máquinas, equipamentos, matérias-primas e até mesmo gêneros alimentícios. Porém, mesmo considerando que tal política efetivamente tenha sido intentada pelos gabinetes imperiais, o fato é que:

Em suma, se intenções protecionistas existiram na condução da política tarifária no II Reinado – e tudo leva a crer que sim, para setores específicos – os exercícios econométricos sugerem que elas foram importantes, sobretudo antes de 1869 (VILLELA, 2005, p. 61).

Recaindo nossa análise à conjuntura econômica brasileira da década de 1880, vemos que alguns fatores estimularam o investimento em indústrias de bens de capital. Com a tarifa Ouro Preto (1879) e a Saraiva (1881), a maioria dos produtos importados eram taxados em 30% *ad valorem*. Em relação à indústria de bens de capital, entre 1860/1889, a alíquota média incidente sobre equipamentos era de 9%, enquanto que das matérias-primas – ferro, aço e outros metais – eram cobrados 22% e taxavam-se em os bens manufaturados (BUESCU, 1985, p. 224-225). Quanto ao custo real preços das importações²³¹, entre 1870-1889 ele apresentou uma tendência declinante que, relativo à década de 1880, cairá ainda mais entre 1887-1889 (VILLELA, 2005, p. 53 e 66).

Se, no que concerne às tendências gerais, houve um arranjo macroeconômico favorável aos investimentos industriais, do lado da conjuntura do complexo exportador cafeeiro

²³¹ No cálculo do custo real das importações, Villela (2005, p. 53) considerou o custo real das importações como definido pela relação $R = Pm * e * \frac{1+t}{Pd}$ onde: Pm = o índice dos preços das importações; e = índice da taxa de câmbio nominal, em mil-réis por libra esterlina; $1 + t$ = tarifa *ad valorem* equivalente; Pd = índice de preços domésticos.

paulista, os estímulos também se fizeram presentes. A invasão da onda cafeeira pelo Oeste Paulista, marcada pela abertura de novas fazendas, formação de novos cafezais e aumento da produtividade/exportação da rubiácea, foi possibilitada pela construção das linhas ferroviárias interligando o interior (produção) ao litoral (exportação) após 1868 e, também, devido à maquinização do processo produtivo, com a introdução da máquina de beneficiamento (MELLO, 2009, p. 66-67). A importação de equipamentos para a lavoura e o processamento do café se tornou maior, gerando uma demanda que foi percebida por indivíduos como o escocês MacHardy, o norte-americano Lidgerwood e os alemães Faber e Arens, imigrantes que criaram suas fundições de máquinas e equipamentos na cidade de Campinas durante a década de 1880, período de grande progresso da indústria paulista, em que pese ter aumentado concomitantemente a importação de bens de capital, denotando que a demanda gerada pelo café, ao mesmo tempo em que era parcialmente atendida pelo mercado externo, induzia um crescimento e formação da oferta no mercado interno através da criação de fundições e oficinas em São Paulo para a produção de peças de reposição às ferrovias, máquinas agrícolas às fazendas, equipamentos às obras públicas, etc. (LAGO *et alli*, 1979, p. 16-18)²³².

Um dos mais longos períodos de expansão do investimento na indústria de transformação foi o que começou com a década de 1880 e perdurou até aproximadamente 1895. Este foi um período de grande progresso econômico, particularmente nas áreas produtoras de café no Centro-Sul. O crescimento da renda impulsionado pela expansão das exportações, a construção de estradas de ferro e a promoção da imigração aumentaram o mercado para produtos industrializados e a oferta de trabalho (SUZIGAN, 2000, p. 86).

Com uma demanda crescente e um cenário econômico favorável aos investimentos industriais na década de 1880, prontamente a indústria paulista nasceria da iniciativa de imigrantes-industriais que aumentariam em número e importância nas décadas posteriores. Esta visão na historiografia econômica não se faz presente apenas no trabalho de Dean (1971), mas igualmente no trabalho de Silva (1995, p. 85)²³³, que afirma “Na região do café, uma grande parte, senão o próprio núcleo da burguesia industrial nascente encontra as suas origens da emigração européia”. Outrossim, no trabalho de Prado Junior (1969, p. 261-262) em que diz

²³² Suzigan (2000, p. 87) afirma que durante o ciclo de crescimento das exportações de café, entre 1880-1895, as indústrias metalmeccânicas aumentaram seus investimentos para a produção de pregos, parafusos e porcas, ferragens para a construção, peças para vagões ferroviários e bondes, pequenos motores, equipamentos de construção, máquinas e implementos agrícolas leves, máquinas de beneficiar arroz e café, etc. Ainda, houve a modernização da indústria do açúcar com a formação das usinas, posteriores aos engenhos centrais. Realizaram-se também investimentos nas primeiras fábricas de papel e em duas usinas de ferro-gusa, que seriam as únicas em operação no Brasil até a década de 1920.

²³³ Para esta afirmação, Sérgio Silva se vale dos dados levantados por Luiz Carlos Bresser Pereira no artigo “*Origens étnicas do empresariado paulista*” publicado na Revista de Administração de Empresas em junho de 1964.

“Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventícios de recente data, ou seus sucessores imediatos”.

Todavia, ao não nos alinharmos à idéia totalizante do imigrante sendo o único agente da industrialização paulista, buscamos sustentação teórica na argumentação exposta no trabalho de Mello (2009) e Cano (1981).

Como não poderia deixar de ser, a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes) (MELLO, 2009, p. 82).

Na realidade, Mello (2009) realça uma idéia que fora exposta por Silva (1995), mas que ficou em segundo plano em seu trabalho devido ao seu alinhamento à tese do imigrante-industrial, que era a idéia da multiplicidade do capital cafeeiro que, sendo multifacetado, seria constituído, de forma simultânea, por capital agrário, um capital bancário, um capital industrial, etc. aglutinando-se estas diferentes funções do capital na figura do grande capital cafeeiro. Mello apreende as multiplicidades deste capital cafeeiro e, desdobra seu campo de atuação até a indústria nascente de São Paulo, afinal, as atividades industriais compunham o complexo exportador paulista e estavam na órbita dos representantes do grande capital.

Cano (1981), ao retratar o complexo exportador capitalista de São Paulo e seus mecanismos de crescimento industrial, coloca-se ao lado de Mello (2009) ao empreender uma crítica detalhada à idéia de Dean (1971) sobre o imigrante como matriz social predominante dos industriais paulistas. Para ele, inclusive, não haveria uma sincronia entre os movimentos de expansão das exportações de café e o aumento dos investimentos industriais, podendo conjunturas de crise na lavoura marcar a ampliação da capacidade produtiva das indústrias, como no período 1906-1910. Todavia, o que se faz indubitável é a importância dos fazendeiros ao desenvolvimento da indústria em São Paulo.

[...] parece-me claro que efetivamente foi o capital cafeeiro quem promoveu essa primeira expansão industrial, tanto de forma direta como indireta. Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (ou eram investidos na própria constituição de bancos) ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital (CANO, 1981, p. 129).

Entendemos que os trabalhos de Mello (2009) e Cano conseguem apreender o desdobramento de um capital que nasce agrário e vai se metamorfoseando em industrial, bancário e comercial. As lacunas que estes autores deixaram se situam na carência de exemplos sobre firmas industriais levadas a cabo por fazendeiros e outros elementos nacionais ligados ao complexo exportador cafeeiro. Todavia, eles compreenderam que as motivações para os fazendeiros formarem indústrias estariam na grandiosa acumulação de capital exacerbada pela favorável conjuntura do café entre 1885-1894. Os lucros, na impossibilidade de serem reinvestidos em sua totalidade na formação de novos cafezais, extravasavam-se para outros projetos que diversificavam as formas de obtenção de lucro, mas que guardavam estreita relação com o núcleo do complexo exportador, como a relação café-indústria.

Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível por que se estava atravessando um auge exportador (MELLO, 2009, p. 83).

O móvel da atuação dos fazendeiros em atividades industriais era a possibilidade de auferir novos lucros com o capital gerado na lavoura e comercialização do café. Segundo uma demonstração elaborada por Cano (1981, p. 138), um importador de determinado bem industrial consumido no mercado brasileiro tinha uma margem de lucro, em relação aos custos totais, de 11%. Entretanto, à medida que parte do produto passa a ser elaborada internamente, sendo importadas apenas algumas peças ou matérias-primas, a lucratividade chegaria a 31,6%. Dessa forma, porque os fazendeiros não teriam nas indústrias? Porque teriam legado aos imigrantes uma representativa fonte de lucros e de diversificação de seus capitais? O empreendedorismo dos fazendeiros paulistas não perderia esta chance aberta por seu próprio desenvolvimento, o que é comprovado inclusive por Dean.

Em suma, o êxito empresarial dos fazendeiros paulistas como classe pode ser atribuído, não a dotes inatos ou culturais, mas à operação de um mercado lucrativo, que atraía gente de fora e recompensava os capazes, ao capital trazido de outros lugares e de outras atividades, à necessidade de conformar-se às exigências de uma economia de mercado, particularmente à mão-de-obra livre, e à natureza da cultura do café, que recompensava os fazendeiros capitalistas – isto é, aqueles que reinvestiam (DEAN, 1971, p. 51).

O reinvestimento dos lucros obtidos nas lavouras paulistas, que já guiara os Lacerda Franco em sua investida no mundo do comissariado, levou-os a se embrenharem por uma seara até então inexplorada por grande parte dos fazendeiros de São Paulo: a indústria. No dia 5 de fevereiro de 1884, o padre Joaquim Franco de Camargo Junior (sócio comanditário), um dos mais ricos fazendeiros do município de Araras (SP), formou ao lado do caldeireiro suíço João Arbenz (sócio solidário), residente na cidade de São Paulo – onde tinha uma caldeiraria – a firma Arbenz & Cia. (CONTRATO ARBENZ & Cia., São Paulo, 05/02/1884). A empresa era uma sociedade em comandita que deveria durar dois anos e cuja finalidade era: *o comércio de fabrico e importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e materiais para todas as indústrias e para qualquer outro ramo de negócio que convier*. O capital social da firma era de 40 contos de réis, sendo que a parte de Joaquim seria dada em dinheiro, enquanto a parte de João Arbenz seria integralizada da seguinte forma:

- *pelas máquinas e demais mercadorias que atualmente tem em seu estabelecimento,*
- *um terreno na rua dos Gusmões, com 13 metros e 20 centímetros de frente e 30 metros e 80 centímetros de fundo, dividindo por um lado com José Lopes de Barros, por outro com Benedicto de tal e pelo fundo com Antonio Ferreira,*
- *outro terreno na rua do Triumpho, com 22 metros de frente e 30 metros e 80 centímetros de fundo, confinando com José Lopes de Barros e Antonio Ferreira, terrenos estes situados todos na Freguesia de Santa Ifigênia, termo e comarca da capital (cidade de São Paulo).*

A gerência da sociedade era exclusiva do sócio solidário João Arbenz, que para este cargo receberia a quantia de 250 mil-réis mensais. Quanto à divisão dos lucros, ela era igualitária entre os sócios, sendo que 30% iriam para o Fundo de Reserva ou para o pagamento dos negócios da sociedade²³⁴; e, dos 70% restantes, cada sócio podia retirar sua parte ou deixá-la na sociedade vencendo 8% de juros ao ano.

²³⁴ Eram pagos por conta da sociedade os aluguéis de casas e armazéns necessários ao comércio que explorava, assim como os ordenados dos caseiros e empregados que a sociedade necessitava.

De início, parecia que esta incursão de um membro da família Lacerda Franco pelo mundo da produção industrial seria uma experiência *sui generis*. Entretanto, o caráter que evidenciamos acerca dos negócios familiares transpareceu rapidamente (CONTRATO LACERDA, CAMARGO & ARBENZ; São Paulo, 03/09/1885). Em 6 de agosto de 1885, pouco mais de um ano após o padre fazendeiro Joaquim Franco de Camargo Junior ter unido seu capital à expertise do caldeireiro suíço João Arbenz, eles decidiram de comum acordo dissolverem a Arbenz & Cia. para formar uma nova sociedade. Surgia então, no dia 3 de setembro daquele ano a Lacerda, Camargo & Arbenz, uma sociedade comercial solidária localizada na Rua do Trimpho, nº 37, na cidade de São Paulo²³⁵. O associativismo e a preferência pelos sócios familiares ficaram denotados pela composição dos sócios: João Arbenz, Joaquim Franco de Camargo Junior e seu sobrinho Candido Franco de Lacerda (filho de José de Lacerda Guimarães) e fazendeiro na região de São Carlos-SP). O objetivo da firma não se alterara: *comércio de importação, exportação e fabrico de máquinas, aparelhos, instrumentos e materiais para todas as indústrias e para qualquer outro ramo de negócio que convier*. O capital social da empresa aumentaria para 300 contos de réis, sendo que 170 contos deveriam ser integralizados de antemão da seguinte forma pelos sócios:

- Joaquim Franco de Camargo Junior: *participação total de 130 contos*, dos quais 75 contos seriam realizados inicialmente e eram provenientes de:
 - 20 contos de seu capital na extinta firma Arbenz & Cia.,
 - 4 contos do terreno que possui na rua dos Gusmões, onde está montada parte das oficinas,
 - 51 contos em moeda corrente;
- Candido Franco de Lacerda: *participação total de 130 contos*, dos quais 75 contos seriam realizados inicialmente e em moeda corrente;
- João Arbenz: *participação total de 40 contos*, dos quais 20 contos seriam realizados inicialmente
 - 20 contos provenientes de seu capital na extinta firma Arbenz & Cia.

²³⁵ SOCIEDADE SOLIDÁRIA: constituição de uma empresa por sociedade, onde todos os sócios respondem pelas dívidas de forma ilimitada. Também chamada de sociedade geral, sociedade de responsabilidade ilimitada ou sociedade solidária ilimitada. O nome empresarial deste tipo de associação consiste em firma ou razão social composta pelo nome pessoal de um ou mais sócios e deve vir acompanhado da expressão "e Companhia" ou "& Companhia", por extenso ou abreviadamente ("e Cia" ou "& Cia") quando não houver referência a todos os sócios. Essa sociedade é formada obrigatoriamente por pessoas físicas, não podendo ser constituída por pessoas de caráter jurídico. Sendo assim cada comandita tem seu lugar quanto a sua homologação.

Pelo contrato, a firma Lacerda, Camargo & Cia. deveria durar no mínimo três anos. Diferente da empresa que sucedeu, a gerência da nova sociedade estaria, em primeiro lugar, nas mãos de Joaquim Franco de Camargo Junior; posteriormente a cargo de seu sobrinho Candido Franco de Lacerda; e, por último ficaria nas mãos do suíço João Arbenz. Quanto à distribuição dos lucros, 10% iriam para a formação do Fundo de Reserva, e os 90% restante *dividir-se-iam entre os sócios na proporção de seus respectivos capitais*. Destas quotas de interesses, os sócios poderiam ser embolsados no fim de cada balanço anual, em 31 de dezembro, ou fazer-se creditar em conta corrente com os juros de 6% ao ano – verificado prejuízo, este seria também dividido na mesma proporção e forma acima citada. Todos os sócios, além de suas quotas de interesses, receberiam mais 5 contos de réis cada um, por ano, sendo esta quantia em remuneração de gerência ou trabalho de qualquer espécie prestados à sociedade e lançada na conta de despesas gerais do negócio.

Pela elaboração do contrato, fica nítido que os Lacerda Franco passaram a capitanear a nova sociedade industrial. Eram os maiores financiadores e, dessa forma, percebiam a maior parcela dos lucros. Além disso, tornaram-se gerentes da empresa, relegando ao suíço Arbenz uma condição minoritária nos rumos da firma (DESISTÊNCIA JOÃO ARBENZ, São Paulo, 18/09/1886). A perda de importância ocorrida quando da entrada de mais um membro da família Lacerda Franco foi um dos condicionantes que levaram o caldeireiro suíço João Arbenz a desistir de sua participação na fundição Lacerda, Camargo & Arbenz, decisão tomada em comum acordo com seus outros dois sócios da família Lacerda Franco, Joaquim e Candido, que continuaram com a empresa e assumiram todo o seu ativo e o passivo. João Arbenz recebeu uma indenização no valor de Rs. 16:179\$240, divididos da seguinte forma:

- Rs. 8:964\$300 em uma letra de seu aceite por saldo do valor de seu débito ao sócio Joaquim Franco de Camargo Junior,
- Crédito aberto a seu favor na quantia de Rs. 2:500\$000,
- Rs. 2:000\$000 em ferramentas com que entrou para a oficina de caldeiraria que não poderá retirar sem acabar as encomendas recebidas,
- Rs. 2:714\$94 em moeda corrente ou em material à sua vontade, sendo que esta quantia só receberia se as encomendas de artigos de cobre que a firma recebera fossem finalizadas e entregues,

- O sócio João Arbenz obrigava-se a acabar todas as obras recebidas em encomendas de caldeiraria de cobre, responsabilizando-se por todos os trabalhos e ficando encarregado também de fazer os assentamentos na forma dos ajustes.

A saída do único sócio que não era membro da família Lacerda Franco assemelha-se aos anos iniciais da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. quando os dois sócios – Antonio Carlos da Silva Telles e Paulo Pimenta – que não eram familiares também abdicaram de suas participações, tornando-se a empresa exclusivamente familiar. Este traço característico da condução dos negócios que envolviam os Lacerda Franco seria consolidado 11 de junho de 1887, quando se estabeleceu na cidade de São Paulo um novo contrato da fundição então renomeada Lacerda, Camargo & Cia. (CONTRATO LACERDA, CAMARGO & Cia., São Paulo, 11/06/1887). No decorrer de três anos a firma se converteu em uma sociedade comanditária estritamente familiar cujos sócios eram: Joaquim Franco de Camargo Junior (sócio solidário), Candido Franco de Lacerda (sócio solidário) e José de Lacerda Guimarães (sócio comanditário).

Tabela 52: Rede de parentesco dos sócios da fundição Lacerda, Camargo & Cia. em 1887.

SÓCIOS da Lacerda, Camargo & Cia.			
	1/2	1/3	2/3
1 – Joaquim Franco de Camargo Junior	tio/sobrinho	cunhados	filho/pai
2 – Candido Franco de Lacerda			
3 – José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary)			

Fonte: Genealogia dos Lacerda Franco (autoria própria).

Como o próprio contrato a firma, a Lacerda, Camargo & Cia. era uma continuação da extinta firma Lacerda, Camargo & Arbenz. Todavia, a entrada do Barão de Arary como sócio marcou um novo aumento do capital da sociedade, que agora era de 500 contos de réis, sendo que 300 contos foram integralizados inicialmente da seguinte forma pelos três sócios:

- Joaquim Franco de Camargo Junior: *participação total de 200 contos*, dos quais 100 contos realizados em 01/01/1887 e provenientes de seus capitais e lucros da extinta

firma Lacerda, Camargo & Arbenz, na importância de 165 contos de réis e mais 35 contos em moeda corrente,

- Candido Franco de Lacerda: *participação total de 200 contos*, dos quais 100 contos realizados em 01/01/1887 e provenientes de seus capitais e lucros da extinta firma Lacerda, Camargo & Arbenz, na importância de 165 contos de réis e mais 35 contos em moeda corrente,
- José de Lacerda Guimarães: *participação total de 100 contos*, dos quais 30 contos referentes ao valor de todo o terreno que comprou ao Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves por escritura pública de permuta passada, em 29/12/1886, na cidade de São Paulo; e 70 contos de réis em moeda corrente,
- Os 200 contos de réis restantes realizar-se-iam quando houvesse conveniência para a sociedade e prévio acordo entre os sócios.

A gerência e administração dos negócios era competência do sócio Joaquim Franco de Camargo Junior e Candido Franco de Lacerda. No concernente à divisão dos lucros – balanço social se encerrava em 31 de dezembro de cada ano – depois de deduzidas as despesas gerais do negócio e prejuízos de qualquer espécie ocorridos no exercício do ano social: 10% iriam para a formação do Fundo de Reserva, e *o restante se dividiria entre os sócios na proporção de seus respectivos capitais*. Destas quotas de interesses poderiam ser embolsados todos os sócios no fim de cada balanço anual ou fazia-se creditar por elas em conta corrente – não cita a remuneração de juros. Se verificado prejuízo, este será também dividido na mesma proporção e forma acima citada. Ademais, os sócios solidários, Joaquim e Candido, além de suas quotas de interesses, receberiam mais 8 contos de réis cada um, por ano, sendo esta quantia em remuneração de gerência ou trabalho de qualquer espécie prestados à sociedade e lançados na conta de despesas gerais do negócio.

A presença do Barão de Arary era estratégica aos negócios da Lacerda, Camargo & Cia. A finalidade da firma não mudara, atuando no comércio de importação, exportação e fabrico de máquinas, aparelhos, instrumentos e materiais para todas as indústrias, e para qualquer outro ramo de negócio que convier. O Barão de Arary era um dos principais sócios e financiadores da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., empresa que não restringia suas atividades à comercialização do café, tratando conjuntamente da importação de diversos gêneros e bens ao

mercado brasileiro. A casa J. F. de Lacerda & Cia. – que contava também com Joaquim Franco de Camargo Junior entre seus sócios – englobava pelo menos duas das circunstâncias que Dean (1971, p. 26-28) elencara para afirmar a primazia dos imigrantes entre os industriais paulistas. A casa comissária e exportadora dos Lacerda Franco, com sua sede na França, possibilitava o acesso às fontes internacionais de crédito. Se, por um lado, ela não era uma agência de vendas exclusiva de determinada máquina ou equipamento, por sua vez, a empresa adquiria bens de diversos fornecedores, o que lhe arregimentava um *know-how* variado, tratando concomitantemente com inúmeras marcas e fabricantes. Ademais, se era fundamental a uma nascente empresa de bens de capital brasileira, ao final do século XIX, ter suas fábricas e instalações para arrematar a elaboração de bens importados semi-acabados, a Lacerda, Camargo & Cia. possuía uma fundição na capital que lhe proveria a estrutura básica às atividades de uma empresa de bens de capital formada por elementos advindos do grande capital cafeeiro, mas que mantinham o *status* de fazendeiros.

A formação da Lacerda, Camargo & Cia. se enquadrava no nascimento da indústria de bens de capital paulista durante a década de 1880. Segundo um Relatório apresentando ao Presidente da Província de São Paulo em 31 de dezembro de 1887, no quinquênio 1882-1887, entre as mercadorias importadas de forma direta pelo estrangeiro através de Porto de Santos, a principal rubrica foi *ferro, aço em vergas e lâminas*²³⁶, cuja importação alcançou Rs. 7.917:581\$119. Esta matéria-prima tinha como destino as oficinas e fundições paulistas, dentre elas: Fábrica de Ferro de São João de Ypanema (Sorocaba); as das ferrovias São Paulo Railway (São Paulo), Cia. São Paulo e Rio de Janeiro (São Paulo), da Cia. Paulista (Jundiaí), da Cia. Mogiana (Campinas); e as oficinas particulares da Lacerda, Camargo & Cia. (São Paulo), Lidgerwood & Cia. (Campinas), McHardy & Cia. (Campinas), Arens & Irmãos (Campinas), Viúva Faber & Filhos (Campinas) e Adolph Sidow (São Paulo). Enquanto a demanda das oficinas de companhias ferroviárias era voltada à manutenção dos trilhos, vagões e locomotivas de suas respectivas ferrovias, por sua vez, as oficinas e fundições particulares elaboravam obras de ferro, utensílios diferentes e instrumentos agrícolas que eram comercializados por toda a Província (RELATÓRIO SÃO PAULO, 1887, p. 132, 261-262).

Sobre as firmas particulares que empregavam não menos que operários 500 operários, elas representavam um capital de mais de 2.000 contos de réis (RELATÓRIO SÃO PAULO,

²³⁶ Em segundo lugar ficou a importação de sumos vegetais e bebidas alcoólicas, que teve um valor de Rs. 7.286:022\$367.

1887, p. 262). Não dispomos de dados pormenorizados sobre a capitalização das empresas metal-mecânicas de São Paulo na segunda metade da década de 1880. Entretanto, em um levantamento exposto no relatório acima citado, em que são descritas as sociedades anônimas de São Paulo com ações emitidas em 31 de dezembro de 1886, podemos comparar o capital da Lacerda, Camargo & Cia. com o de empresas com atividades semelhantes, como os engenhos paulistas. Assim procedemos em virtude das oficinas/fundições e os engenhos se valerem de grandes instalações, com máquinas e equipamentos pesados, para suas atividades²³⁷.

Tabela 53: Amostra da capitalização de algumas firmas de São Paulo em 1887 – capital em contos de réis, valor de cada ação em mil réis

EMPRESA	CAPITAL (em contos de réis)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DE CADA AÇÃO (em mil-réis)	AÇÕES EMITIDAS
Engenho Central de Capivary	600	3.000	200	todas
Engenho Central de Lorena	500	2.500	200	todas
Engenho Central de Piracicaba	500	2.500	200	todas
Lacerda, Camargo, & Cia.	500			

Fonte: Para os engenhos a fonte utilizada foi o Relatório São Paulo (1887, p. 171) que fornece os dados das firmas referentes a 31/12/1886. Para a Lacerda, Camargo & Cia. nos valem os do Contrato da Lacerda, Camargo & Cia. (São Paulo, 11/06/1887).

Pela tabela acima, vemos que a Lacerda, Camargo & Cia., se não pode ser colocada como a maior das firmas de bens de capital paulista na década de 1880, certamente figurava entre as grandes do ramo do industrial. A diferença em relação aos engenhos se baseia na forma de capitalização da firma, pois a Lacerda, Camargo & Cia. não era uma sociedade por ações e seu capital social advinha da riqueza amealhada pela família Lacerda Franco nas lavouras e no comissariado do café. Isto demonstra a robustez do capital nacional nas últimas décadas do século XIX, que permitia se embrenhar nas mais diferentes searas e, ao mesmo tempo, ser

²³⁷ No relatório constavam ainda bancos, ferrovias – sem discriminação de suas oficinas – empresas de transporte urbano, companhias de seguros e de serviços públicos.

competitivo nestes novos empreendimentos que, como no caso da indústria, não guardava muita relação com as atividades pretéritas levadas a cabo pela família.

Para medirmos a condição financeira da Lacerda, Camargo & Cia. utilizamos seu Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 1887, indicado na tabela 56 (página 251) (Balanço Lacerda, Camargo & Cia., São Paulo, 31 dez. 1887).

A saúde financeira da Lacerda, Camargo & Cia., no exercício de 1887, podia ser considerada boa. Excluindo o *capital a realizar* e o *capital social*, o *ativo* (Rs.953:179\$300) da firma era 42,5% maior que seu *passivo* (Rs. 668:509\$372). Por ser uma indústria, diferente de uma casa comercial, o ativo nos mostra que as instalações industriais e equipamentos tinham grande relevância, pois a rubrica *custeio da fábrica* totalizava 26% do ativo somada a ela os *carretões*²³⁸. Por esta rubrica percebemos que a Lacerda, Camargo & Cia., além de suas instalações no bairro de Santa Ifigênia (terrenos da Rua do Triumpho e dos Gusmões), poderia ampliar sua capacidade produtiva na cidade de São Paulo com novas plantas industriais no Bom Retiro e no Brás. Nestas unidades fabris os operários se utilizavam de máquinas, armações, modelos de madeira, de ferro e bronze e caixas de ferro para a fundição. Interessante notar que havia uma sala de desenhos para projetos industriais no escritório da firma.

O *dinheiro em caixa* (0,2%) era diminuto frente ao total do ativo, entretanto, os *devedores diversos* (20%) apontam que havia grandes quantias a entrar na firma em virtude dos bens industriais produzidos e transacionados com seus clientes. Ademais, a empresa contava com um forte estoque representado pelas *mercadorias e materiais existentes nos armazéns, material e mão-de-obra despendida com as ordens em execução, e o valor das matérias-primas (ferro e bronze)* que possuía, totalizando 20% do ativo. Esta característica demonstra que a produção devia se resguardar, com estoque de matérias-primas e produtos acabados, frente aos avanços de uma demanda que crescia em virtude da expansão do café e da urbanização da capital e de localidades do interior, que implicavam em uma procura cada vez maior por bens industriais.

Ainda no ativo, nota-se que uma pequena porcentagem dos créditos da firma estava na forma de letras a receber (3,8%). Além disso, a Lacerda, Camargo & Cia. tinha parte de seu ativo em *contas bancárias* (11,8%) na casa Nielsen & Cia. – que se tornaria a Casa Bancária da

²³⁸ Sabemos que a soma dos percentuais do ativo alcança o valor de 100,5%, todavia a um arredondamento e entendemos que não inviabiliza nossas análises. Os carretões eram instrumentos de transporte usado na oficina.

Província de São Paulo – e no London and Brazilian Bank²³⁹. Este fato não causa estranheza uma vez que, José de Lacerda Guimarães, sócio da firma, havia contraído empréstimos nos dois bancos²⁴⁰. Ao mecanismo de concessão de empréstimos bancários era imprescindível que o tomador de crédito apresentasse garantias ao valor demandado, que muitas vezes poderia ser a caução de ações de empresas que o tomador detivesse. Assim, o fato da firma dos Lacerda Franco adquirir *ações da Cia. Carris de Ferro de Santo Amaro*²⁴¹, constando em 0,3% do ativo, indicava uma preocupação em se atrelar aos lucros, na forma de dividendos, obtidos pela companhia de transporte urbano e, ao mesmo tempo, ter em mãos papéis que lhe possibilitasse o acesso ao crédito institucional.

Ao recairmos nossa análise sobre no lado do *passivo* da Lacerda, Camargo & Cia. ao final de 1887, de antemão é possível constatar se unirmos o *capital realizado* até 31 de dezembro daquele ano ao *capital a realizar* – sendo o *patrimônio líquido* da firma (Rs. 513:667\$481) – mais os valores do *fundo de reserva*, estas rubricas totalizavam 44% do passivo. Nestes números está incluso o *lucro total* que a empresa alcançou em 1887, no valor de Rs. 68:337\$409, sendo que, deste valor, Rs. 13:667\$481 foram levados ao fundo de reserva, e o restante distribuído entre os sócios na forma de *lucros líquidos*: Joaquim Franco de Camargo Junior ficou com Rs. 19:556\$642, Candido Franco de Lacerda com Rs. 19:556\$642 e ao Barão de Arary couberam Rs. 15:556\$642.

Considerando que o passivo, descontando o capital social, alcançava o valor de Rs. 668:509\$372 é que faremos as análises posteriores. No passivo da firma, bem como no ativo,

²³⁹ Devemos relativizar o total de 11,8% do ativo na rubrica contas bancárias em virtude de que sua maior parte se deve à conta de letras caucionadas na casa bancária Nielsen & Cia., no valor de 130 contos de réis, quantia essa que também aparece no passivo da firma.

²⁴⁰ Entre julho de 1887 e junho de 1888, o Barão de Arary levantou junto à Casa Bancária da Província de São Paulo a quantia de Rs. 87:100\$000. De outra parte, foi através do London and Brazilian Bank que ele concedeu um de seus maiores empréstimos a um terceiro, neste caso, o coronel Justiniano de Mello Oliveira, que recebeu em 01/12/1885 o valor de Rs. 51:739\$000 (CONTAS CORRENTES JLG, 1883-1893).

²⁴¹ Companhia de Carris de Ferro de Santo Amaro: o tramway de Santo Amaro foi uma linha de bonde que ligava o centro de São Paulo a Santo Amaro, originalmente uma cidade, que foi incorporada a São Paulo em 1935. Em 1886, foi inaugurada a Estrada de Ferro Santo Amaro, operada pela Companhia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro. A antiga linha seguia desde pelo que hoje corresponde à Avenida da Liberdade, Rua Vergueiro, Rua Domingos de Moraes e Avenida Jabaquara, o trajeto da atual Linha 1 do Metrô. Ela passava por onde, mais tarde, seria construído o aeroporto de Congonhas, pelo Brooklin Paulista e pelo Alto da Boa Vista seguindo então para o centro do município.

A estrada de ferro possuía 5 estações: São Joaquim, Vila Mariana, Encontro, Volta Redonda e Santo Amaro. São Joaquim localizava-se no local da atual Estação São Joaquim do metrô, Vila Mariana localizava-se próximo da atual Estação Vila Mariana do metrô, Encontro localizava-se próximo da atual Estação São Judas do metrô, Volta Redonda localizava-se na rua Volta Redonda e Santo Amaro localizava-se próximo da atual Estação Adolfo Pinheiro do metrô (em obras).

A São Paulo Tramway, Light and Power Company comprou a Carris de Ferro de Santo Amaro em 1900 e estendeu o serviço de bondes que operava em São Paulo para a Vila Mariana, onde a estação Vila Mariana foi convertida em estacionamento de bondes, que foi desativado em 1966.

constam as *letras caucionadas* relativas a empréstimos e que, somadas às *letras a pagar*, respondiam por 25,4% (14,5%)²⁴² do passivo; retiradas as letras caucionadas a rubrica representaria aproximadamente 6% do passivo. De modo geral, estes débitos da firma com fornecedores nacionais não aparentava ser grande, uma vez que, os *valores diversos* respondiam por somente 4,5% (2,6%) do passivo.

Porém, como se tratava de uma empresa que dependia de elevada importação de matérias-primas – ferro, aço, bronze, cobre, vidro e outros – o peso da rubrica *conta de Murricta & C.* e da *conta garantida de Robey, C.*, que chegou a 18,5% (10,6%) do passivo, podem explicar como funcionava a obtenção de insumos por parte da Lacerda, Camargo & Cia. Pelas nossas pesquisas não conseguimos precisar se a sociedade Murricta & C.²⁴³ era um banco ou casa comercial, todavia, vimos que ela se situava em Londres, assim como a Robey & Co., uma firma surgida na capital inglesa, em 1882, e que se destinava à produção de vidro para obras que se mantém até hoje²⁴⁴. Em que pese a Inglaterra, no final do século XIX, se ver em uma transição rumo a uma dominação mundial de cunho financeiro ao invés de industrial, era indubitável a relevância das importações britânicas de bens de produção à nascente indústria brasileira, que representava 11% do total das exportações inglesas destinadas ao Brasil em 1850, passou para a cifra de 28% no último quinquênio do Império. Estas importações alimentavam as oficinas e fundições de São Paulo com carvão, maquinaria, cimento, ferro, outros metais, ferramentas, artigos de ferro, vidro e outros bens (GRAHAM, 2004, p. 173).

O capital necessário à atuação da firma junto aos fornecedores externos, que poderia ser captado nos bancos internacionais, fazia-se em grande parte através do levantamento de crédito junto às casas bancárias nacionais, como é demonstrado pela *conta geral na Nielsen &*

²⁴² O valor entre parênteses de cada rubrica refere-se ao exposto no balanço patrimonial, em que se reproduziu o documento original onde o passivo tinha o mesmo valor do ativo, que era de Rs. 1.168:509\$372.

²⁴³ C. de MURRICTA, C.: constava numa lista de falências divulgada pelo jornal londrino The London Gazette em 21/02/1913. O jornal neozelandês The Kanaka Question, reproduzindo reportagens da Inglaterra – que chegavam via telégrafo - expõe o cotidiano de Londres em 15/08/1892, e mostra a falência do comerciante Cristobel de Murrieta, chefe da empresa Murrieta & Co. (Fonte: <http://paperspast.natlib.govt.nz/cgi-bin/paperspast?a=d&d=TH18920816.2.3.1.3&l=mi&e=-----10--1----0-->).

²⁴⁴ ROBEY & Co.: Cakebread Robey & Co Ltd, do Stoke Newington, uma empresa formada para o fornecimento de materiais para construção, que foi fundada em 1882 por George H. Cakebread e E. Arthur Robey. Nos últimos tempos a empresa, que está negociando agora com o nome de Neville Lumb (parte da multinacional francesa Saint Gobain desde 2001), tem sido conhecida essencialmente pelo seu encanamento, sanitários e equipamentos de aquecimento. No entanto, por várias décadas, Cakebread Robey & Co foi relativamente bem conhecida por seus produtos de vidro. Muitos de seus vidros, gravados ou em relevo, e espelhos, bem como seus vitrais, ainda podem ser encontrados em todo a Inglaterra por bares, hotéis e igrejas.

Em Londres, alguns dos seus melhores trabalhos em vidro ainda podem ser admirados no The Queens, 26 Lane, Tottenham, e The Green Lanes em Salisbury, na junção com a estrada de St Ann. Entre seus vitrais, as maiores concentrações podem ser vistas em Whitehall Park, em Holloway, ou em Side Chase, em Southgate. Os trabalhos de Cakebread Robey & Co., de vidro e janelas, também podem ser encontrados em outras comarcas, incluindo Buckinghamshire, Dorset, Gloucestershire, Greater Manchester, e Suffolk (Fonte: <http://www.glassmaking-in-london.co.uk/WorkingPremadeGlass>).

Cia. e no *Banco Mercantil de Santos*, respondendo por 16,8% (9,6%) do passivo²⁴⁵. Estes empréstimos podiam ser tomados pela própria empresa ou pelos sócios, pois não sendo uma sociedade por ações, o financiamento passava pela liquidez trazida à firma pelos seus proprietários ou levantada pelos mesmos junto às instituições formas de crédito de São Paulo. É nesse contexto que se enquadram as contas do *Barão de Arary* e de *Joaquim Franco de Camargo Junior – conta geral, de empréstimos e especial* – visto que, o primeiro era o grande financiador dos gastos correntes da sociedade, visto que por ser barão, comerciante matriculado, grande comissário e cafeicultor gozava de maior crédito na praça nacional, traduzindo-se sua participação em 29,7% (17%) do passivo da empresa, enquanto seu cunhado Joaquim respondia apenas por 2,93% (1,7%).

Além da situação patrimonial e financeira, a documentação nos permite apurar as fontes de lucros da Lacerda, Camargo & Cia. pela sua Demonstração da Conta de Lucros e Perdas em 31 de dezembro de 1889, exposta na tabela 57 (página 253). Esta demonstração também revela as despesas e a destinação que sócios davam ao capital acumulado (DLP Lacerda, Camargo & Cia., São Paulo, 31/12/1889).

Tomando em conta os *créditos*, a Lacerda, Camargo & Cia., uma empresa industrial, a conta *fazendas gerais* era a principal fonte de receitas da firma (50,6%), seguida da *conta de fabricação* (19,13%) e da *conta de fabrico da fundição* (0,77%). Somadas, as três contas representaram 70,5% das receitas da empresa em 1889, caracterizando-se essencialmente pela importação, fabricação e venda de máquinas, aparelhos, instrumentos e materiais para todas as indústrias e outros setores, lidando com de artigos de ferro, bronze e madeira. Outra interessante fonte de receitas, visto que a firma dos Lacerda Franco possuía um bom ativo imobilizado na figura de terrenos e instalações na cidade de São Paulo, foi a conta *terrenos do Bom Retiro*, que indicava a venda de metade dos terrenos que ela tinha no bairro do Bom Retiro, que lhe rendeu 29,46% das receitas naquele ano²⁴⁶. Há de se ressaltar a baixa participação nas receitas das contas *devedores e credores gerais* (0,01%) e *adiantamento aos operários introduzidos* (0,007%), revelando talvez o pequeno número de empregados na firma ou sua baixa remuneração.

²⁴⁵ Entre julho de 1886 e junho de 1887, o Barão de Arary levantou a quantia de 13 contos de réis em empréstimos junto ao Banco Mercantil de Santos (CONTAS CORRENTES JLG, 1883-1893).

²⁴⁶ No balanço da Lacerda, Camargo & Cia. de 31 de dezembro de 1887, o terreno do Bom Retiro estava avaliado em 30 contos de réis. Já, ao final de 1889, a venda de metade do terreno alcançou 36 contos.

Pelo lado dos *débitos* (Rs. 15:702\$040), inicialmente devemos constatar que eles foram bem menores que as receitas (Rs. 122:200\$519). A maior fonte geradora de débitos eram as contas *dívidas duvidosas e devedores e credores gerais*, que somadas chegavam a 95,35% dos débitos, destacando-se que a firma parecia sofrer a fim de fazer clientes quitarem seus débitos junto a ela, pois está descrito que algumas dívidas eram consideradas perdidas. A outra parte dos débitos, no total de 4,65%, era devido à depreciação dos *móveis e armação da Rua da Quitanda*, natural a uma firma com tamanho ativo imobilizado²⁴⁷.

No *fundo de reserva* ficaram Rs. 25:585\$319, referentes a 10% do *lucro líquido* de Rs. 106:498\$479 e mais Rs. 14:935\$469 creditados ao fundo para fazer face a alguma despesa inesperada. Além dessa quantia retida, ficaram resguardados Rs. 4:500\$000 a título de *gratificações aos empregados*, exibindo uma preocupação da firma em estimular seus funcionários.

Aos três sócios coube a divisão do valor de Rs. 76:413\$160, que se repartiu da seguinte forma: aos sócios solidários Joaquim Franco de Camargo Junior (Rs. 29:871\$580) e Candido Franco de Lacerda (Rs. 26:541\$580) e ao sócio comanditário José de Lacerda Guimarães (Rs. 20:000\$000). Novamente vemos que, apesar de ter integralizado menos capital que seus sócios e recebido uma quantia menor do lucro, o Barão de Arary era o grande responsável pela obtenção de crédito à firma, como ocorria em sua participação na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. Nessa pulverização de negócios, entre indústria, casa comissária, ações de bancos, ferrovias e empresas de serviços públicos, ele auferia uma rentabilidade elevada, atestada pela sua conta corrente na J. F. de Lacerda & Cia., referente ao período de julho de 1889 a junho de 1890, quando o saldo a favor do Barão de Arary foi de Rs. 140:575\$780 (CONTAS CORRENTES JLG, 1883-1893).

A robustez da Lacerda, Camargo & Cia., entre os anos 1887 e 1890, foi demonstrada pelos dados financeiros da empresa. Todavia, a primeira década republicana seria marcada por um novo cenário econômico aos integrantes do complexo exportador capitalista de São Paulo. De um lado, uma crise comercial do café se avizinhava devido ao próprio sucesso da rubiácea, pois

²⁴⁷ Rua da Quitanda: um logradouro tradicional localizado no centro da cidade de São Paulo, na região Sé. Seu nome se deve a origem popular que relembra o comércio miúdo que havia no século XIX e que era chamado de “quitanda”. Em 1822, era chamada de “Rua do Cotovelo”, pois diziam ser seu traçado parecido com um cotovelo dobrado, que foi suavizado com o tempo através de retificações. Em meados do século XIX, os paulistanos a denominaram como “Quitanda”, uma vez que ela era a preferida pelas “quitadeiras”, pessoas que vendiam verduras e frutas de suas chácaras nas proximidades, e também miudezas e alimentos. Antigo trecho, depois integrado à Rua da Quitanda, e localizado entre as ruas Álvares Penteado e 15 de Novembro, era antigamente conhecido como “Beco da Cachaça”, numa referência ao comércio de cachaça ali praticado.

com os preços internacionais bastante majorados, estimulou-se a formação de novos cafezais no interior de São Paulo, e em outras zonas produtoras ao redor do mundo, que redundariam em uma queda do preço do café e uma crise que ficaria latente, sobretudo, a partir de 1898. De outra parte, a concorrência pelas oportunidades abertas no complexo cafeeiro se tornaria cada vez mais acirrada e, enquanto novas indústrias se formariam, algumas que já eram grandes buscariam reforçar seu poder de mercado²⁴⁸. Competir em tal conjuntura implicava um reforço de investimentos que, muitas vezes, poderia não ser possível ou desejado em um contexto de incertezas na nascente economia capitalista brasileira do final do século XIX.

A “empresa” vincula-se obviamente de perto à “ambição”, mas, mesmo que uma firma não seja muito ambiciosa ela pode ser administrada de forma competente. Isso é particularmente verdadeiro em relação àquelas firmas menores em que há uma relação próxima entre os “objetivos” do proprietário e os da firma. Há muitos empresários, inclusive altamente eficientes, que nem sempre procuram obter maiores lucros no caso de isso exigir crescentes esforços, riscos ou investimentos da parte deles. Em muitos ramos e campos, há um número considerável de firmas que têm funcionado com sucesso durante várias décadas sob uma administração competente e imaginativa, mas que se contiveram em aproveitar plenamente suas oportunidades de expansão. Muitas delas são “firmas familiares”, cujos proprietários se satisfizeram com lucros confortáveis e não mostraram desejos de se envolver na obtenção de mais dinheiro ou na mobilização de capitais por procedimentos que restringiriam o controle deles em suas firmas (PENROSE, 2006, p. 75-76).

A citação de Penrose nos ajuda a pensar sob os condicionantes do investimento à Lacerda, Camargo & Cia. A injeção de capitais nesta firma familiar significava podia se dar de três formas: através do reinvestimento dos lucros alcançados nos períodos anteriores, pelo aporte de capitais dos próprios sócios/familiares ou pelo endividamento dos proprietários junto a terceiros. Há de se considerar que a conjuntura do início da década de 1890 seria tida como favorável às várias atividades do complexo cafeeiro paulista, afinal, os preços internacionais da rubiácea estavam elevados, o que gerava efeitos de encadeamento que favoreceriam a expansão, por exemplo, da indústria. Porém, a eminente crise de superprodução mundial do café, se não conseguiu de forma imediata frear a expansão dos cafezais paulistas, ao menos questionava até que ponto se veria o auge cafeeiro. Neste cenário de incerteza, a Lacerda, Camargo & Cia. poderia se deparar com uma lucratividade que ficasse aquém do esperado, diminuindo sua competitividade na impossibilidade do reinvestimento. De outra parte, a incerteza sob o auge do

²⁴⁸ Como exposto anteriormente, houve um aumento no número de empréstimos hipotecários tomados por industriais em São Paulo, principalmente no início da década de 1890 (CORTES; MARCONDES; MONTOYA-DIAZ, 2010, p. 7).

complexo cafeeiro aumentava os riscos de se colocar fatias cada vez maiores da riqueza acumulada em épocas de bonança do café, em um investimento que tenderia a sofrer com a queda atividade principal do complexo. Ademais, a opção que restava era tomar empréstimos junto a bancos, ou outros capitalistas, mas, pela ótica de quem ficaria em débito junto à uma casa bancária, o período não seria alvissareiro, pois a tendência nas épocas de crise é o aumento de juros e a corrosão dos ativos que garantem os empréstimos, gerando problemas para se quitarem as dívidas²⁴⁹.

Em vista disso, a solução poderia estar na abertura do capital da Lacerda, Camargo & Cia. tornado-a uma sociedade anônima. Dessa forma, a firma não se veria limitada pelos haveres financeiros dos Lacerda Franco, mas conseguiria atrair novos sócios que possibilitariam expandir o capital da empresa, realizar novos investimentos e se manter competitiva. Este foi o movimento perpassado por grande parte das firmas industriais na economia européia e norte-americana do século XIX, transformando-se de empresas individuais com um capital limitado, em sociedades anônimas cotadas em bolsa e que emitiam ações na busca de novos acionistas e/ou investidores, garantindo um mecanismo de autofinanciamento (HILFERDING, 1985, p. 127)²⁵⁰.

Porém, há um componente psicológico envolvido na passagem de uma firma da forma familiar à de sociedade anônima: a possível perda de comando por partes dos familiares. A trajetória dos Lacerda Franco aponta para a liderança nos investimentos que eles empreenderam, exceto nos casos de empresas, como a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em que eles investiam apenas como acionistas a fim de diversificarem sua riqueza. Na formação da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., nas sociedades agrícolas como a Lacerda & Irmãos e na firma industrial Lacerda, Camargo & Cia., os familiares *sempre* comandaram os rumos destas empresas, retirando, logo de início, os indivíduos que não fossem parentes e em seus lugares alocando membros que pertencessem às hostes dos Lacerda Franco. Associar-se a

²⁴⁹ A instabilidade econômica não se restringia aos negócios do café ou à economia brasileira. Na década de 1890, houve a crise do banco inglês Baring Brothers e as dificuldades em receber os empréstimos concedidos ao governo da Argentina, causando um abalo na confiança dos credores internacionais em relação aos países da periferia do sistema capitalista. Ademais, os Estados Unidos passaram por uma crise econômica, na primeira metade daquela década, marcada por deflação e forte endividamento que colocou em risco sua continuidade no padrão-ouro (EICHENGREEN, 2000, p. 62-70).

²⁵⁰ Landes (1994, p. 229) também narra o processo de ascensão das sociedades anônimas: “O tamanho e o custo cada vez maiores do equipamento industrial, bem como as novas pressões competitivas produzidas pelos transportes mais baratos e pelo comércio mais livre, deram um forte estímulo a duas tendências já em andamento – o aumento da escala e, em menor grau, o da concentração. As empresas iam-se tornando sistematicamente maiores. Parte disso era uma ilusão estatística, pois a eliminação de unidades marginalmente ineficientes tendia a elevar a média estatística. Mas, grande parte era um crescimento real, à medida que as firmas de sucesso se expandiam e que as novas empresas se estabeleciam numa escala nunca antes sonhada. Foi aí que as sociedades anônimas deram sua maior contribuição”.

outros nas empresas formadas pela família não parecia uma possibilidade de continuação, mas a hora de encerrar a participação nestes ramos de atividade, sobretudo se considerarmos a situação saudável da firma em 1892, como consta em seu Balanço Patrimonial de janeiro daquele ano exibido na tabela 58 (página 254) (Balanço Lacerda, Camargo & Cia., São Paulo, 31/01/1892).

A exemplo do que ocorrera no ano de 1887, a Lacerda, Camargo & Cia. não aparentava problemas financeiros em seu balanço de 31 de janeiro de 1892. Se excluirmos do ativo a conta geral do sócio Candido Franco de Lacerda e de Joaquim Franco de Camargo Junior, e, por sua vez, retirarmos do passivo o capital, o fundo de reserva e a conta de lucros e perdas, veremos que o *ativo* totalizava Rs. 606:50\$798, enquanto o *passivo* era da quantia de Rs. 222:628\$530.

Neste balanço, que era o de liquidação da firma, pela análise do *ativo*, vemos que os sócios acima citados não teriam motivos de queixa acerca dos negócios, pois, pelo contrato firmado em 1887, ambos se comprometeram a integralizar o valor de 200 contos de réis para a formação do capital da empresa – os outros 100 contos viriam do Barão de Arary. Ao cabo de um período que não chegou a cinco anos, entre a metade de 1887 e o começo de 1892, a *conta geral de Candido Franco de Lacerda* chegou a Rs. 474:555\$600, e a de *Joaquim Franco de Camargo Junior* atingiu Rs. 441:708\$744.

A firma tinha grande parcela de seu ativo denominada em dívidas de seus clientes, na rubrica *devedores e credores gerais, dívidas duvidosas e letras a receber*, que somadas alcançavam aproximadamente 60% do ativo²⁵¹. Dos vários terrenos que a empresa possuía restaram apenas os *terrenos da Móoca* (4,18% do ativo). A renda gerada pela venda de ativos pode ter sido alocada na *conta de ações do London and Brazilian Bank*, que representava 10,7% do ativo, ao mesmo tempo, nota-se que os valores em *Caixa* eram baixos (0,66% do ativo).

Interessante comprovar que a Lacerda, Camargo & Cia. atuava também na construção de grandes obras públicas em localidades paulistas, como na *Ponte da Bocaina* (5,5% do ativo)²⁵². A engenhosidade dos Lacerda Franco também era vista na criação de máquinas

²⁵¹ Para este cálculo e os posteriores acerca do balanço patrimonial da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de janeiro de 1892, o valor do ativo a ser considerado é de Rs. 606:550\$798, assim procedendo em virtude das contas dos sócios Candido Franco de Lacerda e Joaquim Franco de Camargo Junior juntas totalizarem mais de 60% do valor do ativo (Rs. 1.522:815\$142). As contas dos sócios aparecem desta feita no ativo da firma em virtude de se tratar do balanço de liquidação.

²⁵² Município paulista situado próximo à Jaú, na região que se tornaria uma zona de expansão do café no começo do século XX. Seu desenvolvimento político-administrativo começou em 8 de julho de 1890, com a criação do distrito policial de São João da Bocaina e, em 28 de fevereiro de 1891, do distrito do município de Jaú. Em 23 de maio de 1891, adquiriu autonomia municipal e, em 30 de novembro de 1938, alterou sua denominação para Bocaina.

destinadas ao café, como atesta a rubrica *Dr. Eugenio de Lacerda (empresa do secador)*, responsável por 4,8% do ativo. Eugenio era um dos filhos de Bento de Lacerda Guimarães (Barão de Araras), e que, no dia 11 de junho de 1890, obterá a patente nº 806 para o Lavador Lacerda, um aparelho destinado a separar do café em cereja a terra, pedra e outras impurezas, separando o café baia ou murcho do café em cereja²⁵³.

A ligação da firma industrial dos Lacerda Franco com seus clientes se dava ainda na base da consignação, como demonstra a conta de *Antonio Alves Carrera*. Importante, da mesma forma, aos negócios eram os fluxos de transporte de mercadorias e matérias-primas através das embarcações, como atesta a rubrica *Vapor Hawkursl*.

Contudo, percebemos pela análise do ativo que a Lacerda, Camargo & Cia. se tornou uma plataforma diversificação da riqueza de seus sócios através de investimentos em várias sociedades paulistas do começo da década de 1890. Estes investimentos totalizaram 14,86% do ativo²⁵⁴, sendo representativo o elo entre os negócios familiares, pois da porcentagem ora relatada, mais de 61% se enquadrava na rubrica *ações do Banco União de São Paulo*, na conta *Banco União de São Paulo e Cia. Lacerda (Santos)*, indicando a preferência pela alocação da riqueza, pelo menos no que tange à sociedade industrial dos Lacerda Franco, em instituições comandadas por familiares.

Pelo lado do *passivo*²⁵⁵, evidencia-se a forte relação da Lacerda, Camargo & Cia. com o *London and Brazilian Bank*, cuja rubrica chegava a 34,2% do passivo. Todavia, a esta rubrica devemos acrescentar a conta do *Barão de Arary*, na mesma instituição, alcançando então 63,40% do passivo, demonstrando dois fatos: a relação firma com a casa bancária e o papel de José de Lacerda Guimarães no levantamento de capital à sociedade. O *London and Brazilian Bank* era uma instituição que tinha como um de seus negócios a atuação no comércio de importação e exportação, através cobrança e desconto de cambiais e letras do comércio exterior, sendo a

²⁵³ (DIÁRIO OFICIAL, 12/06/1890). Eugenio de Lacerda Franco obteve outra patente, desta vez no ano de 1895, quando ele buscou patentear melhoramentos introduzidos em sua invenção de um ventilador para café, denominado Sistema Lacerda (DIÁRIO OFICIAL, 14/01/1895). Não conseguimos esclarecer se Eugenio constituiu uma empresa e qual teria sido sua ligação com a Lacerda, Camargo & Cia.

²⁵⁴ As rubricas que somadas totalizaram foram: Ações da Cia. Carris de Ferro de Santo Amaro, Ações do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Ações da Cia. Lavras e Metalurgia, Ações da Cia. Carril Agrícola Funilense de Campinas, Ações da Cia. Paulista de Materiais para Construção, Ações do Banco União de São Paulo, Letras hipotecárias do Banco de Crédito Real de São Paulo, Banco União de São Paulo e Cia. Lacerda (Santos).

²⁵⁵ Para este cálculo e os posteriores acerca do balanço patrimonial da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de janeiro de 1892, o valor do passivo a ser considerado é de Rs. 222:628\$530, assim procedendo a fim dele separar o patrimônio líquido, representado pelo Capital, Fundo de Reserva e Lucros e Perdas.

moeda estrangeira imprescindível na aquisição de mercadorias importadas (SAES, 1986b, p. 112-113).

Entre as dívidas da firma estavam as *letras a pagar* (18,06% do passivo), e os débitos com *Honório F. de Arruda* (9,10% do passivo), e com os irmãos *Joaquim e Raphael da Silveira Mello* (9,44% do passivo), fazendeiros na região de Piracicaba e filhos do comendador Joaquim da Silveira Mello.

No passivo consta ainda a conta *lucros e perdas*, com um saldo positivo de Rs. 755:314\$745, maior que a soma do *capital* da firma (Rs. 500:000\$000) ao seu *fundo de reserva* (Rs. 44:871\$867). O resultado da conta de lucros e perdas era a expressão da dissolução dos ativos da Lacerda, Camargo & Cia., em pleno processo de venda na passagem de 1891 para o ano seguinte, como consta na Demonstração de Lucros e Perdas da firma industrial dos Lacerda Franco em 31 de janeiro de 1892, apresentada na tabela 59 (página 255) (DLP Lacerda, Camargo & Cia., São Paulo, 31/01/1892).

A demonstração de lucros e perdas expõe o momento vivido pela Lacerda, Camargo & Cia. no começo de 1892. A firma industrial atravessava um processo de liquidação de suas posses, tentava reaver seus débitos e resgatar seus direitos. O lado do *crédito* revelava o saldo das diversas contas/ativos que a sociedade mantinha e que lhe geraram e que totalizaram Rs. 907:119\$137.

Com o saldo da *conta de materiais, fazendas gerais e conta de fabricação*, a empresa alcançou 12% das receitas, demonstrando o grande peso da venda de seus produtos aos clientes. Por sua vez, o saldo de *diversas contas*, da rubrica *juros e descontos*, e dos *vários clientes*²⁵⁶ da firma respondeu por 6,68% das receitas.

Os *terrenos do Bom Retiro*, a *propriedade em na vila paulista de São Carlos* e os *prédios nas ruas São Bento e São José* (cidade de São Paulo) renderam 9,44% das receitas. Além destes ativos, a Lacerda, Camargo & Cia. tinha *ações Cia. Cerâmica Paulista*, da *Cia. Melhoramentos de São Paulo*, do *Banco União de São Paulo*, do *Banco do Comércio e Indústria e letras hipotecárias do Banco de Crédito Real* que totalizaram 4,75% das receitas.

A dúvida recai sobre o maior dos valores que compõem a receita, neste caso, o *saldo da conta de liquidação*, que representou 67,07% das mesmas. Esta rubrica parece apontar para uma soma que teria sido paga aos proprietários da Lacerda, Camargo & Cia. pelos seus

²⁵⁶ João de Toledo, Bernardo Levy, Dr. Pereira de Carvalho e Alfredo de Oliveira.

compradores, o italiano Alexandre Siciliano, quantia esta que não guarda relação com a venda de qualquer dos ativos ou é descrita de forma pormenorizada na documentação. Pensamos ser uma espécie de ágio recebido pelos Lacerda Franco e que os teria impellido à concretização da venda de sua firma.

De outra parte, na análise do lado das *despesas*, pode-se apurar a Lacerda, Camargo & Cia. quitando seus débitos, que totalizaram Rs. 151:804\$392. Por eles, vemos que conduzir uma indústria não era tarefa simples, uma vez que, a conta *despesas gerais, fabrico da fundição, obras públicas, operários introduzidos e depreciação dos móveis e armação da Rua da Quitanda* significaram 28,28% das despesas.

As *diversas contas* da firma, que foram saldadas no decorrer do ano de 1891, representaram 7,5% das despesas. Ao seu lado estavam os débitos e obrigações com *fornecedores e clientes*²⁵⁷, que tinham suas contas na firma, e que somaram 1,68% das despesas, destacando-se a diferença de câmbio na conta de *Hurlsl Brothers*, que mostra uma operação cambial necessária à importação de máquinas ou matérias-primas; e o abatimento na *conta Cia. Ramal de Ferro Santa Rita*, compradora das máquinas comercializadas pela Lacerda, Camargo & Cia²⁵⁸.

A diversificação da riqueza nem sempre era uma opção que se mostrava rentável, sobretudo quando não se investia nas tradicionais sociedades paulistas – bancos, ferrovias e empresas de serviços públicos – como aponta o prejuízo na conta *ações da Cia. Industrial de São Paulo*²⁵⁹, mesmo que ele tenha denotado apenas 0,01% das despesas da firma. Por outro lado, os prejuízos podiam ser contrabalançados pelos empréstimos que, no caso da Lacerda, Camargo & Cia., aparecem sob a forma da *conta Banco de Crédito Real de São Paulo*, referente ao empréstimo tomado em 15 de abril de 1891, e que significou 18,57% das despesas.

²⁵⁷ João Bolognini: italiano que migrou para o Brasil e se estabeleceu na região de Santa Cruz das Palmeiras-SP. Manoel Dias do Prado: fazendeiro no Espírito Santo em 1865; vereador em São Simão-SP no ano de 1888. Bernardo Levy: produtor e comerciante de cigarros, na cidade de São Paulo, conforme anúncio no jornal A Província de São Paulo: “Neste novo estabelecimento perfeitamente montado com máquinas aperfeiçoadas a vapor, pica-se e desfia-se fumo sem perder o seu aroma, a 2\$500 a arroba, e vende-se por preços muito em conta os melhores fumos do País. Rua de São Bento, 89. Bernardo Levy”. 5 de janeiro de 1886. (fonte: <http://blogs.estadao.com.br/reclames-do-estadao/tag/fumo/>).

²⁵⁸ Companhia Ramal Férreo Santa Rita: ramal da Cia. Paulista que ia até Vassununga. A demora no atendimento às solicitações, a necessidade urgente de escoar de forma mais rápida, segura e econômica as produções cada vez maiores de café e o dinamismo de alguns dos proprietários de terra ocasionaram a criação, em 20 de outubro de 1888, da Companhia Ramal Férreo de Santa Rita, para, segundo seus próprios estatutos, "...construção e custeio de uma estrada de ferro que, partindo da estação de Porto Ferreira da Cia. Paulista de Estradas de Ferro se dirigisse a Santa Rita do Passa Quatro..." (fonte: <http://www.oocities.org/br/cefdourado/tsr-historia.htm>).

²⁵⁹ A Companhia Industrial de São Paulo englobava vários negócios, sendo uma das maiores tipografias da capital do Estado, além de também possuir uma fábrica de tecidos e de fósforos (SÃO PAULO, 1891, p. 208).

Por fim, nas despesas aparece o nome do comprador da empresa dos Lacerda, Franco. Alexandre Siciliano era um italiano que chegara ao Brasil em 1869, quando tinha nove anos de idade. Ele foi para a vila paulista de Piracicaba, onde um tio e o irmão mais velho (Francesco, que pensamos ser o Francisco citado no documento da Lacerda, Camargo & Cia.) estabeleceram uma casa de comércio em que Alexandre iniciou a vida profissional. Na localidade ele se casou, no ano de 1881, com Laura Augusta de Mello Coelho, herdeira de um grande fazendeiro. Sustentado pelos capitais provenientes dos cafeicultores paulistas, dos quais se tornara parente, Alexandre mudou-se para a cidade de São Paulo e lá fundou a Companhia Mechanica e Importadora, uma empresa dividida em fundição, seção de máquinas, serraria, carpintaria e olaria. Elaborava vagões às ferrovias, máquinas de beneficiar café e diversas obras de engenharia civil. A empresa importava equipamento mecânico e materiais de construção, inclusive locomotivas, automóveis, geradores, trilhos para ferrovias e cimento (DEAN, 1971, p. 82-83). Entre os acionistas da firma constavam membros da família Silva Prado, Sousa Queiroz, e figuras como Elias Antonio Pacheco Chaves e Carlos Paes de Barros, elementos ligados às empresas ferroviárias (SAES, 1986a, p. 108).

Alexandre Siciliano era dono de uma das maiores firmas industriais de São Paulo na década de 1890. Ele recebeu uma comissão de quase 67 contos de réis para incorporar a Lacerda, Camargo & Cia. à sua Cia. Mechanica e Importadora de São Paulo. Mas, mais do que uma simples comissão, a aquisição da firma dos Lacerda Franco lhe permitiu consolidar-se como a maior firma do setor industrial paulista, ao retirar do mercado um forte concorrente e se valer de sua estrutura na continuação e expansão dos negócios. Segundo Dean (1971, p. 38) “Alexandre Siciliano, que abrira uma fundição em São Paulo, a qual veio a tornar-se a maior produtora de máquinas e produtos de metal de todo o Estado, absorveu a companhia importadora Lacerda Camargo”. Entendemos, todavia, que a razão para a empresa de Siciliano repousa justamente na aquisição da Lacerda Camargo, sendo uma decorrência desta operação.

Tabela 54: Conta de liquidação da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de janeiro de 1892 – valores em réis (Rs.)

DÉBITO	Réis (Rs.)	CRÉDITO	Réis (Rs.)
pelas quantias creditadas às seguintes contas:			
Terrenos da rua do Triunpho	27.325.400	PREÇO PELO QUAL VENDEMOS À Cia. MECHANICA E IMPORTADORA de SÃO PAULO AS NOSSAS OFICINAS MECÂNICAS, FUNDIÇÃO, ARMAZÉNS E RESPECTIVOS TERRENOS, CONFORME ESCRITURA LAVRADA	1.100.000.000
Terrenos do Brás	31.044.750		
Edifícios da Fábrica	77.982.285		
Máquinas das oficinas	68.624.122		
Armação das Oficinas	82.438.487		
Utensílios do Armazém do Brás	459.100		
Utensílios e Móveis das Oficinas	1.731.846		
Fundição do Brás	84.099.160		
Modelos de madeira para fundição	43.262.884		
Modelos de ferro e bronze para fundição	21.182.220		
Desvio do Brás	8.197.710		
Armazém do Brás	36.332.736		
Conserto das Casas do Brás	3.047.900		
Caixas de ferro para fundição	5.838.640		
Saldo que transferimos para conta Lucros e Perdas	608.432.760		
TOTAL	1.100.000.000		

Fonte: LIQUIDAÇÃO Lacerda, Camargo & Cia (São Paulo, 31/01/1892).

A conta de liquidação da Lacerda, Camargo & Cia., datada de 31 de janeiro de 1892, indica que a firma dos Lacerda Franco era detentora de instalações (oficinas e fundições) e terrenos na cidade de São Paulo que se espalhavam entre o bairro de Santa Ifigenia (Rua do Triunfo) e o Brás, patrimônio este que totalizava Rs.: 491:567\$240. Dentre as benfeitorias que a firma possuía havia: fábrica, fundição, armazém, casas, máquinas, armação das oficinas,

utensílios do armazém, utensílios e móveis das oficinas, modelos de madeira para fundição e caixas de ferro.

Porém, maior que o valor das benfeitorias era o que foi *transferido para a conta de lucros e perdas*, no montante de Rs. 608:432\$760, que significou mais da metade do valor de venda (55,31%). Este valor, que não guarda relação com qualquer das contas apresentadas nas outras demonstrações contábeis, é compreendido como uma adicional ao valor dos ativos que a Lacerda, Camargo & Cia. possuía. A quantia foi oferecida por Siciliano a fim de convencer os Lacerda Franco a venderem sua firma. Se, pensarmos que este valor era maior do que a avaliação dos bens da firma, veremos que seus sócios podem ter sido tentados a consolidar a venda por oferta assaz tentadora.

[...] mesmo não sendo compelida a retirar-se da indústria, uma firma pode mostrar-se disposta a abandoná-la quando a taxa de lucro, embora positiva, cair abaixo de determinado nível, se achar um comprador para seus ativos fixos vinculados a essa indústria. Essa transferência de ativos pode corresponder à aquisição da firma como um todo ou meramente à compra da quase firma não-lucrativa (GUIMARÃES, 1987, p. 30).

A competição por fatias de um mercado consumidor que estava nascendo no início da década de 1890, talvez, não fosse tão interessante quanto fixar-se nos negócios consolidados desde longa data, investimentos em que os Lacerda Franco tinham uma vultosa *expertise*, maior do que os atributos necessários à expansão no setor industrial. O tempo de mudanças, de incertezas, apontava para uma reorganização no complexo exportador cafeeiro de São Paulo. Na indústria, a formação da grande empresa de Siciliano, após a compra da Lacerda, Camargo & Cia., evidenciaria uma era de grandes empresários de origem imigrante atuando como capitães da indústria paulista, a exemplo de Matarazzo, Klabin, Scarpa, Crespi, dentre outros. Em outros setores do complexo, a reorganização se daria não só pela venda, mas por falências, que não poupariam sequer as famílias que representavam o grande capital cafeeiro, inclusive os Lacerda Franco (DEAN, 1971, p. 60-61).

Tabela 55: Empresas do setor de bens de capital no estado de São Paulo, 1891

EMPRESA	CIDADE	ATIVIDADES
Adolpho Sydow	São Paulo	construtores de máquinas
Elias Pacheco Chaves	São Paulo	máquinas para lavoura e ind.
Frederico Sydow	São Paulo	construtores de máquinas
Hasenclever & Comp	São Paulo	mat. estrada ferro e casa de import.
John Muller & Comp.	São Paulo	máquinas e casa de imp.
J. P. de Castro & Comp.	São Paulo	máquinas e casa de imp.
Cia Mechanica e Importadora	São Paulo	construtores de máquinas e imp.
Lidgerwood & Comp.	São Paulo	construtores de máquinas e imp.
Roquette, Franco & Barros	São Paulo	máquinas para lavoura e ind.
Zerrenner & Bullock & Comp.	São Paulo	máquinas e casa de imp.
E. Heinke & C.	São Paulo	oficina mecânica
Salles, Leme, Faber & Comp.	Campinas	fundição e fábr. Máquinas
Francisco de Góes Pacheco	Campinas	fundição e fábr. Máquinas
Oliveira Costa & Comp.	Campinas	fundição e fábr. Máquinas
Lidgerwood & Comp.	Campinas	fundição, fábr. máquinas e imp.
Guilherme Mac Hardy & Comp.	Campinas	fundição, fábr. máquinas e imp.
Pedro A. Anderson & Comp.	Campinas	fundição e fábr. máquinas, imp. e exp.
Arens Irmãos	Jundiaí	fundição, oficina mecânica e imp.
Vicente Mariano & Irmão	Mococa	oficina mecânica
Lidgerwood Mfg. Comp. Ltd.	Santos	máquinas para lavoura e imp.
Arminio V. Lessa Pabest	Santos	oficina mecânica
Haupt & Cia.(fundada em 1823)	São Paulo	importador, bombas hidr.

Fonte: Marson (2010, p. 14).

Tabela 56: Balanço Patrimonial da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de dezembro de 1887 – valores em réis (Rs.)

ATIVO	Réis (Rs.)	VALORES (Rs.)	%
CAPITAL A REALIZAR			
Parte de Joaquim Franco de Camargo Junior	80.443.358		
Parte de Candido Franco de Lacerda	80.443.358		
Parte do Barão de Arary	54.443.356		
		215.330.072	18,4
CUSTEIO DA FÁBRICA			
Terrenos (Rua do Triumpho e dos Gusmões)	27.325.400		
Edifícios e sua conservação	75.351.525		
Máquinas e sua conservação	51.567.992		
Armação das oficinas	55.880.292		
Modelos de Madeira	16.998.304		
Modelos de ferro e bronze	6.501.900		
Caixas de ferro para a fundição	4.479.400		
		238.104.813	20,4
Terreno do Bom Retiro	30.000.000		
Terreno e Prédio no Brás	30.979.000		
		60.979.000	5,2
Utensílios do Escritório	2.202.600		
Utensílios da Sala de Desenho	668.740		
Depreciação de 10% (Rs. 287\$134)	2.871.340	2.584.206	0,2
CARRETÕES		2.890.000	0,2
Nielsen & Cia. (Conta de letras caucionadas)	130.000.000		
Nielsen & Cia. (Conta Especial)	4.044.750		
London and Brazilian Bank	3.296.650		
		137.341.400	11,8
AÇÕES DA COMP. CARRIS DE FERRO DE SANTO AMARO		3.120.000	0,3
LETRAS A RECEBER		44.043.597	3,8
CAIXA (dinheiro existente)		1.852.377	0,2
DEVEDORES DIVERSOS (conforme balanço)		233.030.084	20
MERCADORIAS			
Valor das mercadorias e materiais existentes nos armazéns	201.949.569		
CONTA DE FABRICAÇÃO			
Material e mão-de-obra despendida com as ordens em execução	19.610.554		
CONTA DO FABRICO DA FUNDIÇÃO			
Valor do ferro e bronze existente	7.673.700		
		229.233.823	20
TOTAL DO ATIVO		1.168.509.372	100

PASSIVO	Réis (Rs.)	VALORES TOTAIS (Rs.)	%
CAPITAL REALIZADO ATÉ ESTA DATA	230.000.000		
Aumentado nesta data por mais Rs. 54:669\$928 proveniente			
dos lucros distribuídos aos sócios sendo:			
a parte de Joaquim Franco de Camargo Junior (Rs. 19:556\$642)			
a parte de Candido Franco de Lacerda (Rs. 19:556\$642)			
a parte do Barão de Arary (Rs. 15:556\$644)	54.669.928		
	284.669.928		
Capital a realizar	215.330.072	500.000.000	42,8
FUNDO DE RESERVA			
20% sob o lucro total transferido para esta conta Rs. 68:337\$409		13.667.481	1,2
BARÃO DE ARARY (CONTA GERAL)	20.432.384		
BARÃO DE ARARY (CONTA DE EMPRÉSTIMOS)	108.187.780		
BARÃO DE ARARY (CONTA ESPECIAL)	70.000.000	198.620.164	17
JOAQUIM FRANCO DE CAMARGO JUNIOR (CONTA GERAL)	6.786.080		
JOAQUIM FRANCO DE CAMARGO JUNIOR (CONTA DE EMPRÉSTIMOS)	12.832.240	19.618.320	1,7
NIELSEN & Cia. (CONTA GERAL, SÃO PAULO)	96.664.510		
BANCO MERCANTIL DE SANTOS (CONTA GERAL, SÃO PAULO)	15.706.610	112.371.120	9,6
CONTA DE MURRICTA & C. (LONDRES)			
Conta geral (7.289.1.4 libras)	76.895.645		
Conta garantida de ROBNEY, C. (LONDRES) (4.469.9.11 libras)	47.150.725		
11.758.11.3 libras		124.046.370	10,6
LETRAS CAUCIONADAS	130.000.000		
LETRAS A PAGAR	39.735.820	169.735.820	14,5
VALORES DIVERSOS (conforme balanço)		30.450.097	2,6
TOTAL PASSIVO		1.168.509.372	100

Fonte: Balanço Lacerda, Camargo & Cia. (São Paulo, 31 dez. 1887).

Tabela 57: Demonstração de lucros e perdas da Lacerda, Camargo & Cia. em 31/12/1889

CRÉDITO	Réis (Rs.)
DEVEDORES E CREDORES GERAIS	
Diversos saldos nesta conta que creditamos à conta de Lucros e Perdas	13.210
TERRENOS DO BOM RETIRO	
Pelo lucro líquido na venda de metade de nossos terrenos no Bom Retiro	36.000.000
ADIANTAMENTO AOS OPERÁRIOS INTRODUZIDOS	
Saldo desta conta	8.200
FAZENDAS GERAIS	
Lucro que demonstra esta conta	61.858.098
CONTA DE FABRICAÇÃO	
Lucro que demonstra esta conta	23.378.551
CONTA DO FABRICO DA FUNDIÇÃO	
Lucro que demonstra esta conta	942.460
TOTAL RECEITAS	122.200.519

DÉBITO	Réis (Rs.)
DÍVIDAS DUVIDOSAS	
Saldos de diversas contas que consideramos perdidas	1.695.500
DEVEDORES E CREDORES GERAIS	
Saldos de diversas contas que consideramos perdidas	4.415.670
DÍVIDAS DUVIDOSAS	
Dedução que fizemos nos débitos de diversos devedores pelo valor que ainda julgamos cobrável	8.860.960
MÓVEIS E ARMAÇÃO DA RUA DA QUITANDA	
Depreciação de 10% sobre seu valor de Rs. 7:229\$080	729.910
TOTAL DESPESAS	15.702.040
FUNDO DE RESERVA	25.585.319
10% sobre o LUCRO LÍQUIDO DE Rs. 106:498\$479	
conforme o nosso contrato social	10.649.850
Quantia que creditamos mais a esta conta para fazer face a qualquer prejuízo inesperado	14.935.469
DEVEDORES E CREDORES GERAIS	
Quantia retida para gratificações aos empregados	4.500.000
QUANTIA A SER DIVIDIDA ENTRE OS 3 SÓCIOS	76.413.160
JOAQUIM FRANCO DE CAMARGO JUNIOR (Conta de Capital)	
Sua parte do lucro 20% sobre Rs. 149:357\$880 de seu Capital realizado	29.871.580
CANDIDO FRANCO DE LACERDA (Conta de Capital)	
Sua parte do lucro 20% sobre Rs. 132:707\$880 de seu Capital realizado	26.541.580
BARÃO DE ARARY (Conta de Capital)	
Sua parte do lucro 20% sobre Rs. 100:000\$000 de seu Capital realizado	20.000.000

Fonte: DLP Lacerda, Camargo & Cia. (São Paulo, 31/12/1889).

Tabela 58: Balanço Patrimonial da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de janeiro de 1892 – valores em réis (Rs.)

ATIVO	Réis (Rs.)	PASSIVO	Réis (Rs.)
Terrenos na Móoca	25.401.700	Capital	500.000.000
Ações da Cia. Carris de Ferro de Santo Amaro	2.760.000	Letras a Pagar	40.208.110
Ações do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo	2.000.000	London and Brazilian Bank	76.137.570
Ações da Cia. Lavras e Metalurgia	1.500.000	Barão de Arary (Conta London and Brazilian Bank)	65.000.000
Ações da Cia. Carril Agrícola Funilense de Campinas	3.000.000	Honorio F. de Arruda	20.269.180
Ações da Cia. Paulista de Materiais para Construção	10.980.000	Joaquim da Silveira Mello	54.490
Ações do Banco União de São Paulo	44.991.200	Rafael da Silveira Mello	20.959.180
Letras hipotecárias do Banco de Crédito Real de São Paulo	366.500	Fundo de Reserva	44.871.867
Antonio Alvares Carrera (Conta Consignação)	313.200	Lucros e Perdas	755.314.745
Vapor "Hawkursl"	140.280	TOTAL	1.522.815.142
Letras a Receber	19.318.930		
Banco União de São Paulo	9.204.100		
Dr. Eugenio de Lacerda (Empresa do Secador)	28.989.340		
Cia. Lacerda (Santos)	1.315.380		
Coutinho, Costa Ferreira & C. (nosso Capital em Comandita)	14.000.000		
Obras Públicas (Ponte da Bocaina)	33.533.276		
Devedores e Credores Gerais	333.525.999		
London and Brazilian Bank (Conta de Ações)	65.000.000		
Candido Franco de Lacerda (Conta Geral)	474.555.600		
Joaquim Franco de Camargo Junior (Conta Geral)	441.708.744		
Dívidas Duvidosas	6.194.800		
Caixa	4.016.093		

Fonte: Balanço Lacerda, Camargo & Cia. (São Paulo, 31/01/1892).

Tabela 59: Demonstração da conta de lucros e perdas da Lacerda, Camargo & Cia. em 31 de janeiro de 1892 – valores em réis (Rs.)

DESPESAS	Réis (Rs.)
Abatimento feito na conta da Cia. Ramal Férreo Santa Rita	21.470
Depreciação de 20% sobre saldo da conta "Móveis e Armação da rua da Quitanda nº 1"	1.518.630
Prejuízo na conta "Ações da Cia. Industrial de São Paulo"	25.000
Saldo da Conta "Despesas Gerais" em 31/12/1890	590.940
Abatimento feito na conta de João Rodrigues Godoy Lobo	2.476.450
Saldo da Conta BANCO DE CRÉDITO REAL DE SÃO PAULO, proveniente de diversas despesas com Empréstimo de 15/04/1891	28.194.550
Quantias creditadas à diversas contas por saldo em março de 1891	5.119.560
Quantias creditadas à diversas contas por saldo em maio de 1891	1.314.350
Quantias creditadas à diversas contas por saldo em junho de 1891	460.520
Quantias creditadas à diversas contas por saldo em julho de 1891	2.390.330
Pela comissão paga à Alexandre e Francisco Siciliano para incorporação da nossa firma à Cia. Mechanica e Importadora de São Paulo	66.666.666
Quantias creditadas a diversas contas por saldo	1.758.820
Diferença de câmbio na conta de Hurlsl Brothers	23.400
Pago à M. Fernandes por 1 bomba que entregou à J. Bolognini por ordem do Sr. Camargo	16.000
Quantias creditadas à diversas contas por saldo em setembro de 1891	285.060
Quantias creditadas à diversas contas por saldo em outubro de 1891	104.170
Abatimento na conta de Manoel Dias do Prado	17.720
Saldo da Conta Despesas Gerais	6.291.440
Saldo da Conta Fabrico da Fundação	22.327.960
Saldo da Conta Obras Públicas (Ponte do Camanducaia)	10.987.044
Saldo da Conta Operários introduzidos por nossa conta	1.214.312
Caixa	755.314.745
TOTAL	907.119.137

RECEITAS	Réis (Rs.)
Saldo da Conta "Terrenos do Bom Retiro"	34.565.930
Saldo da Conta "Propriedade em São Carlos do Pinhal"	1.203.814
Saldo da Conta "Ações da Cia. Cerâmica Paulista"	6.203.670
Saldo da Conta "Ações da Cia. Melhoramentos de São Paulo"	346.700
Quantias debitadas a diversas contas por saldo	17.973
Integralização que fez o Banco União sobre as nossas ações	18.660.000
Transferido da conta Ações do Banco do Comércio e Indústria	601.000
Saldo da conta de Liquidação	608.432.760
Saldo da conta Prédios das ruas São Bento e São José	49.900.000
Transferido da conta Ações do Banco União de São Paulo	1.102.500
Transferido da conta Letras hipotecárias do Banco de Crédito Real	16.145.070
Quantia recebida por conta de João de Toledo	12.890
Saldo de diversas contas transferido	12.600
Saldo da conta de Bernardo Levy	626.500
Quantia recebida em Santos conta Dr. Pereira de Carvalho	9.500
Quantia recebida de Alfredo de Oliveira	20.000
Saldo da conta Fazendas Gerais	40.027.885
Saldo da conta "Conta de Fabricação"	56.436.950
Saldo da conta "Juros e Descontos"	59.947.500
Saldo da conta "Conta de Materiais"	12.845.895
TOTAL	907.119.137

Fonte: DLP Lacerda, Camargo & Cia. (São Paulo, 31/01/1892).

9 – FALÊNCIA E PASSAMENTO (1893-1897): A DERROCADA DA CASA COMISSÁRIA J. F. DE LACERDA & CIA. E A MORTE DO BARÃO DE ARARY

A diversificação da riqueza dos Lacerda Franco se deu das mais variadas formas, constituindo-se sociedades agrícolas, indústria, bancos e participação em diversas sociedades anônimas. Todavia, a casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. era o principal empreendimento familiar, aquele que envolvia os membros mais ricos e influentes do clã e que, com sua projeção, auxiliou na formação dos outros investimentos.

A J. F. de Lacerda & Cia. remontava ao final da década de 1870, portanto, durante quase 15 anos ela foi grande fonte de capitais aos seus sócios/familiares, período que foi marcado por uma conjuntura de auge do complexo exportador cafeeiro: produção crescia, mas a demanda era maior ainda. Em tal quadro, vimos que os balanços da empresa sempre se apresentavam com números financeiros positivos, refletindo a condição de uma firma que operava lucrativo negócio com demanda interna e externa, ou seja, vendia o café brasileiro nos mercados internacionais de forma direta e, ao mesmo tempo, atendia a demanda por bens importados no Brasil, que crescia a reboque da expansão cafeeira paulista no último quarto do século XIX.

O balanço patrimonial da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., apurado em 30 de junho de 1891, colocado na tabela 65 (página 286), é a última demonstração contábil geral do andamento dos negócios da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. Pela sua análise é possível apreender que a soma dos ativos, mesmo excluindo o capital a realizar, alcançava o valor de Rs. 6.229:968\$442, enquanto o passivo, excetuando-se o patrimônio líquido (capital; depósito para a formação do capital social da Lacerda & Cia. no Hâvre; fundo de reserva; e conta de lucros perdas), era da ordem de Rs. 5.247:656\$840. Dessa forma, aparentemente a J. F. de Lacerda & Cia. não demonstrava passar por uma crise em seus negócios, aliás, a firma denotava uma robustez em suas finanças que era expressão do auge cafeeiro daqueles anos (BALANÇO PATRIMONIAL J. F. de Lacerda & Cia., Santos, 30/06/1891)²⁶⁰.

²⁶⁰ Estes valores do ativo (Rs. 6.229:968\$442) e do passivo (Rs. 5.247:656\$840) serão os utilizados para se auferir a porcentagem de cada conta no balanço patrimonial.

De modo geral, o lado do *ativo* nos mostra que, diferente do que ocorria na firma industrial dos Lacerda Franco, a casa comissária prescindia de grandes instalações ou maquinário às suas atividades de comercialização do café, indicado pelo diminuto peso da rubrica *móveis e utensílios*, e da conta *imóveis*, com o terreno na cidade de Santos, que representavam 0,48% do ativo. Outra diferença se situava na existência, por parte da Lacerda, Camargo & Cia., de um bom estoque de mercadorias, o que não se repetia na casa comissária, em que a soma das contas *mercadorias gerais, café em ser e carregações* atingia apenas 4,32% do ativo. Todavia, uma das semelhanças entre a indústria e a casa comissária está no baixo valor que ambas levavam na conta *caixa*, que significava 0,24% dos ativos da J. F. de Lacerda & Cia. em 1891.

Como constatado anteriormente, a casa comissária se valia da constante entrada e saída de capitais e produtos, principalmente o café. Seus clientes vinculavam-se à empresa através do sistema de *contas correntes* que, ao final de um ano, eram apuradas e se extraía o saldo, que poderia ser a favor da casa ou cliente. Esta conta era a de maior relevância no ativo da firma, responsável por 63,88% dos mesmos.

Ao lado dos lucros gerados pelas atividades comerciais, podemos encontrar parte do ativo formada por papéis de outras empresas e bancos, como os *valores em caução, ações e letras hipotecárias* que significaram 5,26% do ativo. Ainda a estes valores podemos somar as *cauções*, e chegaríamos ao resultado de 12,16% do ativo.

O bom resultado do ativo também contou com a conta de *lucros e perdas* da agência que a J. F. de Lacerda & Cia. mantinha na *cidade do Rio de Janeiro*, além do *ativo da agência*, que somados equivaleram a 18,56% do total do ativo da casa comissária.

No lado do *passivo*, nota-se que o *patrimônio líquido* da firma era da ordem de Rs. 1.282:311\$602. Ele era composto do *capital social da casa comissária de Santos* (600 contos de réis), do *capital social da filial francesa* (240 contos de réis), do *fundo de reserva* (Rs. 173:155\$348) e do saldo da *conta de lucros e perdas* (Rs. 269:156\$254), demonstrando que tivera um bom andamento no ano de 1891.

A J. F. de Lacerda, na mesma proporção em que acumulava créditos com seus clientes, também tinha débitos em suas *contas correntes*, que representaram 60,69% do

passivo da firma – número semelhante ao dos saldos devedores. Além destes débitos, a casa comissária tinha as rubricas *obrigações a pagar, ordens de pagamentos, prêmios e descontos e gastos de consignações* que, somadas, significaram 17,28% do passivo. Podemos ainda ver o peso dos negócios da *agência do Rio de Janeiro*, cujo passivo representou 16,64% do total da J. F. de Lacerda & Cia.

Considerando o resultado do balanço, as contas descrevem uma companhia saudável financeiramente. Entrementes, a condição econômica da J. F. de Lacerda & Cia. não pode ser encarada como predominante entre as casa comissárias nacionais. A estrutura de produção e comercialização do café, calcada na seqüência fazendeiro-comissário-ensacador-exportador, sofreria uma transformação, sobretudo após a Abolição em 1888. A maior necessidade de numerário por parte dos produtores, principalmente em virtude da contratação de mão-de-obra, implicava em aportes de capitais cada vez maiores por parte dos comissários aos fazendeiros. Ademais, surgiram, a partir de 1903, os Armazéns Gerais em São Paulo, que estocavam grandes quantidades de café, prescindindo os exportadores da figura do comissário a disponibilizar a rubiácea a ser exportada (DELFIM NETTO, 2009, p. 51). Estes dois fatos levaram a um declínio do comissariado paulista que, todavia, não foi instantâneo, tendo os comissários importante papel na comercialização do café até pouco antes da I Guerra Mundial (CANO, 1981, p. 71).

A grande mudança que ocorreu no complexo exportador cafeeiro paulista e que afetou a posição dos comissários, da grande relevância entre 1850-1888 a um declínio entre 1889-1913, envolveu três fatores: a dinamização do comércio importador de São Paulo, a atuação direta do capital estrangeiro na comercialização do café e o grande capital cafeeiro se organizando para melhor estruturar o negócio em um momento de crise após 1896.

A expansão do complexo cafeeiro na segunda metade do século XIX teve, como um de seus efeitos, a urbanização da cidade de São Paulo e a concentração na capital das abastadas famílias do café. Ao lado deste movimento, na cidade nascia um parque industrial que atraía cada vez mais levas de imigrantes europeus que ajudariam a consolidar um mercado de trabalho no Brasil e, simultaneamente, um mercado consumidor de bens nacionais e importados, sendo que os últimos eram demandados em grande parte pela elite cafeeira em busca de sua europeização. Para atender esta demanda formaram-se grandes casas

importadoras, como a Lacerda, Camargo & Cia e Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo, firmas que tomaram o lugar que preteritamente cabia aos comissários, que por muito tempo foram os agentes que levavam as mercadorias até as propriedades rurais (SAES, 1986a, p. 124).

Ao mesmo tempo, as casas exportadoras estrangeiras, que se faziam predominantes no Porto de Santos, mudaram de estratégia em relação à obtenção do café a ser exportado. A partir da década de 1890, tornou-se mais corriqueiro que, através do envio de agentes pelo Oeste Paulista, elas passassem a negociar diretamente com os fazendeiros a compra do café, eliminando a figura do comissário. O que, inicialmente, parecia uma vantagem ao cafeicultor, pois ele poderia barganhar um preço mais elevado, acabou-se se mostrando um engodo, pois os exportadores, em sua posição de oligopsônio, encontraram um grande número de cafeicultores com safras elevadas, possibilitando aos compradores jogar o preço do café para baixo. Se, a condição dos cafeicultores em relação aos comissários era tida como de dependência pelo sistema de contas-correntes, ao menos o comissário, na estrutura de produção e comercialização do café, buscava, assim como o fazendeiro, preços altos ao vender o café ao exportador, uma vez que dele saíam seus lucros. Sem a figura do comissário, o exportador podia agir a seu bel-prazer contra um fragilizado cafeicultor (CANO, 1981, p. 72).

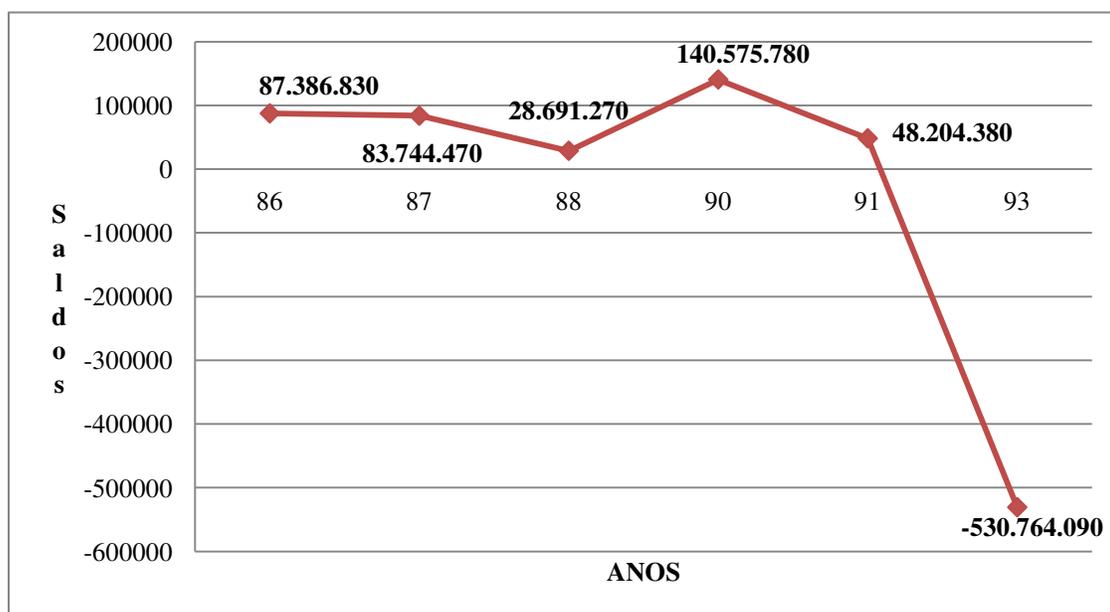
[...] o deslocamento dos comissários pelos exportadores permitiu redução cumulativa dos preços pagos aos lavradores, apesar de no primeiro momento o fazendeiro receber preço superior por seu café. De início o que estava em jogo era apenas a remuneração do comissário (dividida, agora, entre fazendeiro e exportador), mas os efeitos seguintes sobre o preço no mercado de Santos acabariam por eliminar o ganho inicial do lavrador. Embora tais mudanças se mostrassem especialmente agudas por ocorrerem em época de crise (com excesso de produção), o resultado final – redução do preço ao lavrador – deveria ocorrer pela simples mudança na forma do mercado cafeeiro. Antes, o comissário aparecia como um anteparo às tentativas de especulação do exportador por poder, com seus recursos, resistir por certo tempo às propostas baixistas. Evidentemente, o fazendeiro não tinha tal possibilidade (SAES, 1986a, p. 142).

Além do ataque estrangeiro ao papel do comissário no complexo cafeeiro paulista, na década de 1890, representantes do grande capital cafeeiro instituíram os armazéns gerais e as companhias voltadas ao comércio de café em São Paulo. Dentre as firmas criadas estava a Companhia Central Paulista, que seria sucedida pela Companhia Prado Chaves. Dentre os acionistas da Central Paulista constavam: Antonio da Silva Prado, Barão de Três Rios, Antonio de Souza Queiroz, Barão de Tatuí, Barão de Piracicaba e outros membros do grande

capital cafeeiro. Os estabelecimentos ora formados visavam o armazenamento de estoques, prática que faria declinar a importância do comissário no momento de alocar o café a ser disponibilizado em Santos (SAES, 1986a, p. 130).

Este cenário de concorrência mais acirrada aos comissários pode ter conduzido os negócios de grandes casas nacionais à falência. Entretanto, a J. F. de Lacerda & Cia., parece não ter penado nesta conjuntura. Entendemos que a condição robusta da casa dos Lacerda Franco vinha da concomitância de atividades, uma vez que, a firma era comissária e exportadora, diferente da maioria de suas congêneres nacionais, o que lhe facultava se apropriar da fatia de preços altos e lucros que eram auferidos no mercado europeu e norte-americano. Justamente, é por isso que não nos restringimos aos fatores microeconômicos para explicar o declínio da J. F. de Lacerda & Cia. Aliás, tendemos a calcar nossa hipótese para a derrocada do principal negócio dos Lacerda Franco em causas internas, ou seja, em querelas que envolveram os principais sócios da casa comissária, colocando de um lado Antonio de Lacerda Franco e, no campo oposto, o Barão de Arary, este último na condição de sócio e correntista firma.

Gráfico 20: Saldos da conta corrente de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary) na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1886-1893 – valores em réis (Rs.)



Fonte: CONTAS CORRENTES JLG (Santos, 1883-1893).

A deterioração dos saldos da conta corrente do Barão de Arary junto à J. F. de Lacerda & Cia. foi voraz. Em que pese não termos os saldos de 1889 e 1892, é possível assertar que os lucros do correntista na casa eram lineares, trajetória que muda abruptamente em 1893, quando a conta corrente de José de Lacerda Guimarães apresentou um saldo favorável à casa comissária no valor de Rs. 530:764\$909. O resultado impressiona e nos leva a refletir se esse teria sido o andamento rotineiro dos negócios ou se a inflação corroe os créditos do Barão.

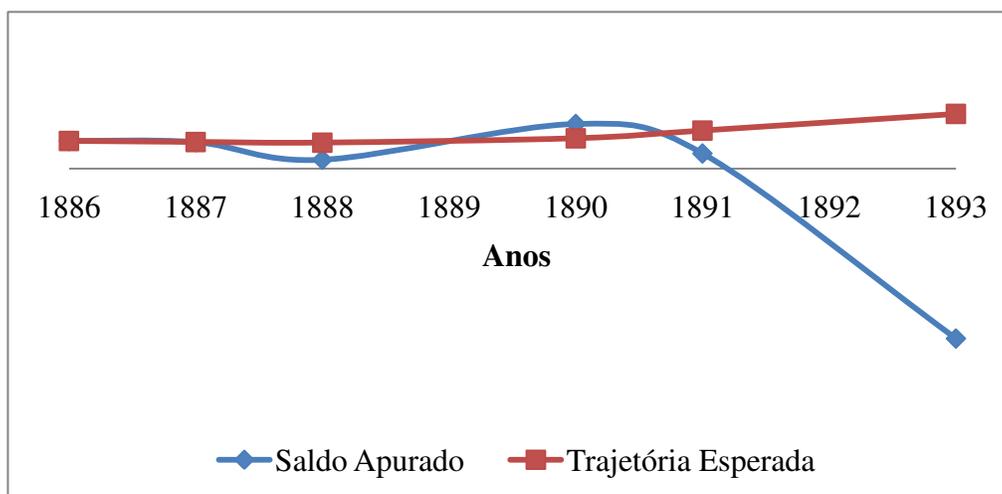
Tabela 60: Saldos apurados saldos esperados da conta corrente de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary) na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1886-1893 – valores em réis (Rs.)

Anos	Saldo Apurado	Inflação (%)	Trajectoria Esperada dos saldos em Relação ao ano de 1886
1886	87.386.830	59,66	87.386.830
1887	83.744.470	57,36	84.017.911
1888	28.691.270	55,96	81.967.265
1890	140.575.780	65,29	95.633.358
1891	48.204.380	81,86	119.904.222
1893	-530.764.090	117,48	172.078.525

Fonte: CONTAS CORRENTES JLG (Santos, 1883-1893).

*Os *Saldos Esperados* foram obtidos a partir da consideração do saldo da conta corrente do Barão de Arary no ano de 1886 (Rs. 87:386830) e a variação da inflação entre 1887-1893. O índice de inflação utilizado foi o de Catão (1992, p. 530), sendo que para o ano de 1913 = 100.

Gráfico 21: Saldos apurados e saldos esperados e da conta corrente de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary) na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1886-1893 – valores em réis (Rs.)



Fonte: CONTAS CORRENTES JLG (Santos, 1883-1893).

Como a tabela e o gráfico expõem, a inflação, na maior parte do período analisado, não teve uma influência considerável nos saldos do Barão de Arary junto á casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. Os saldos apurados nas contas correntes e aqueles esperados, considerando-se os índices de inflação entre 1887-1893, mostram uma sincronia até 1891, quando a trajetória dos saldos apontava para um resultado positivo no valor de 172 contos de réis, mas o que efetivamente se viu foi um débito na conta do Barão de Arary de quase 531 contos de réis. Assim, o que teria acontecido naquele ano de 1893? Que fato gerou este rombo nas contas do Barão? Buscamos explicações novamente na documentação, desta feita, na Conta Corrente do Barão de Arary junto à casa J. F. de Lacerda & Cia para o período de julho de 1892 a maio de 1893, demonstração que se encontra na tabela 66 (página 287) (CONTAS CORRENTES JLG, Santos, 1883-1893).

Iniciamos pelo exame dos *créditos* da conta corrente do Barão de Arary junto à J. F. de Lacerda & Cia. Como de praxe, ele consignou *café* a ser vendido pela casa comissária, no mercado santista e também no estrangeiro, que significou 14% de seus créditos naquele período. Além da rubiácea, outra tradicional fonte de receitas eram os *dividendos de empresas* em que José de Lacerda Guimarães tinha participação acionária, como no Banco de Santos, a

Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, o que nos surpreende, pelas ações que ele teria, sozinho e associado a parentes, da J. F. de Lacerda & Cia., dividendos e juros destas três sociedades que totalizaram 4,93% das receitas²⁶¹.

A conta corrente do Barão de Arary se notabilizara por ser fonte de capitais aos seus parentes que, em contrapartida, efetuavam os pagamentos dos empréstimos concedidos em data posterior. Tal prática se mantinha ao constatarmos que o Barão de Arary recebeu remessas de dinheiro da *sociedade agrícola Lacerda & Irmão* – pertencente ao seu filho Candido Franco de Lacerda, grande cafeicultor na região de São Carlos (SP) e que havia sido sócio na Lacerda, Camargo & Cia. – de seu genro *Francisco Soares de Camargo*, da *própria J. F. de Lacerda & Cia.* em liquidação, quantias que representaram 29,21% de seus créditos. Porém, a maior quantia repassada por um familiar ao Barão de Arary está vinculada ao seu sobrinho e sócio *Antonio de Lacerda Franco* e, se somarmos a ela o valor recebido por José de Lacerda Guimarães relativo a sua conta no *Banco União de São Paulo*, presidido justamente por Antonio, estas receitas chegariam a quase 53% dos créditos.

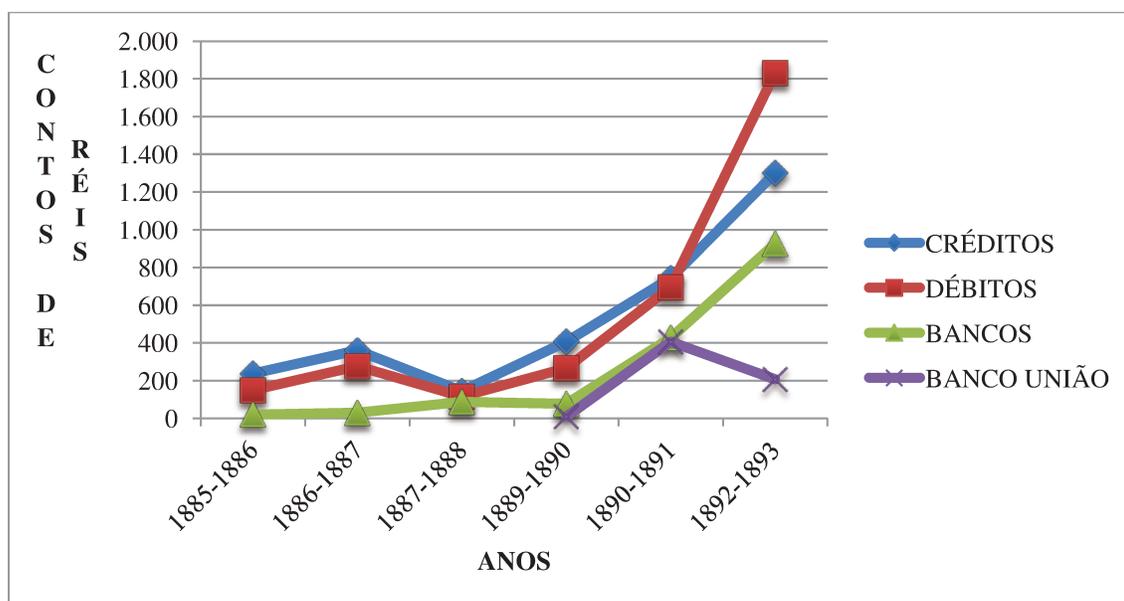
Agora, ao analisar o lado dos *débitos*, há duas rubricas principais que pelo alto valor nos chamam a atenção: *saldo da conta corrente extraída em 30 de junho de 1892* e os valores levantados junto aos *bancos*. Quanto à primeira, ela aponta para um saldo negativo na conta corrente do Barão de Arary que teria sido apurado entre de julho de 1891 a junho de 1892, período ao qual não dispomos de documentação. Entretanto, vemos que o valor do saldo é parecido ao que se verificou no período posterior, julho de 1892 a maio de 1893, com os dois valores ficando entre 530 e 585 contos de réis. Dessa forma, a deterioração do saldo da conta corrente do Barão teria se iniciado antes de 1892, sendo o último período analisado reflexo de um movimento que viera preteritamente e que gerou aproximadamente 32% dos débitos de José de Lacerda Guimarães ao final de maio de 1893.

Por sua vez, no que tange ao endividamento bancário, que representou 50,52% do total dos débitos, quatro casas bancárias são citadas, sendo que foi no Banco do Comércio e Indústria de São Paulo que constaram os maiores montantes. Mas, novamente aparece o Banco

²⁶¹ Não temos como afirmar ou comprovar que casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. tenha se transformado em uma sociedade anônima e emitido ações. No relatório de São Paulo para o ano de 1887 e, nem no almanaque de São Paulo para o ano de 1891, a firma consta entre as sociedades anônimas da época. Todavia, é possível que ao se deparar com dificuldades financeiras, os sócios tenham buscado esta alternativa de atrair capitais de terceiros interessados em ações da casa comissária, mas não é apenas uma hipótese e sem meios de ser constatada pela documentação arrolada.

União de São Paulo, como ocorrera no lado dos créditos, situando-se como o segundo nos negócios bancários do Barão de Arary. O elevado endividamento junto estas instituições de crédito foi responsável, em grande parte, pelo resultado adverso da conta corrente do Barão de Arary não só neste último período, mas já se demonstrava como uma tendência que vem desde o período 1889-1890.

Gráfico 22: Participação dos bancos nos débitos do Barão de Arary junto à casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia, em especial do Banco União de São Paulo, 1885-1893 – valores em contos de réis.



Fonte: CONTAS CORRENTES JLG (Santos, 1883-1893).

O gráfico acima demonstra, durante a década de 1880, a conta corrente do Barão de Arary na casa J. F. de Lacerda & Cia. teve um giro financeiro, marcado pelos valores do crédito e do débito, que não ultrapassou 400 contos de réis. Nesta fase, os valores dos débitos bancários não chegavam a 100 contos de réis. Todavia, o panorama da conta corrente de José de Lacerda Guimarães mudou com o fim da escravidão e a instauração da República. A partir do período 1889-1890, o giro financeiro subirá de forma exponencial, da marca dos 400 contos para 1.800 contos de réis em 1893, sendo que ocorreu algo inédito: pela primeira vez os débitos superaram os créditos. Concomitantemente, aumentaram débitos bancários, apontando para um forte endividamento do Barão junto aos credores institucionais no princípio da República, empréstimos tomados, muitas vezes, para financiar a própria casa comissária.

Ademais, no ano de 1890 surgiu o Banco União de São Paulo, comandado por Antonio de Lacerda Franco, um dos sócios da J. F. de Lacerda & Cia., e sua participação no rol de bancos em que José de Lacerda Guimarães buscava financiar-se foi preponderante até 1891, ano em que 95% dos empréstimos vieram do Banco União, preferência que caiu no último período analisado, pois entre 1892-1893, quando somente 22,31% do capital levantado pelo Barão no sistema bancário paulista veio do banco de seu sócio e sobrinho, o senador estadual Antonio de Lacerda Franco.

A conjunção de alguns fatores levou à deterioração das finanças do Barão de Arary na J. F. de Lacerda & Cia. e, mais do que isso, à própria ruína da casa comissária e exportadora nos primórdios da era republicana no Brasil. Como expressamos anteriormente, a falência da casa comissária dos Lacerda Franco diferia dos motivos que conduziram a família a se desfazer da firma industrial, a Lacerda Camargo & Cia. Se, a indústria teve um forte elemento exógeno a impelir os sócios na concretização da venda, que foi o alto valor de compra proposto por Alexandre Siciliano. Por sua vez, a J. F. de Lacerda & Cia. passou por um processo de corrosão interna de sua condição financeira, com seus negócios sendo negligenciados justamente pelos sócios solidários, aqueles que deveriam responder judicialmente pelas dívidas da firma.

O Barão de Arary, na condição de sócio e principal credor da J. F. de Lacerda & Cia., que muito se endividara junto aos bancos em nome da sociedade, expõe através de duas cartas o que teria realmente ocorrido para levar uma firma que foi a maior exportadora de café de São Paulo a uma situação de falência na década de 1890.

EXPOSIÇÃO DOS NEGÓCIOS QUE O ABAIXO ASSIGNADO [BARÃO DE ARARY] TEM COM O SR. ANTONIO DE LACERDA FRANCO

CAUÇÃO DE AÇÕES

*A 1º de março de 1894 [1890] o Sr. Antonio de Lacerda Franco pediu-me emprestadas 1.000 ações da Companhia de Estradas de Ferro d'Oeste a fim de caucioná-las por 200:000\$000, alegando ser uma quantia necessária à firma J. F. de Lacerda & Cia., da qual era gerente e fazia parte o mesmo Sr. Antonio Lacerda Franco, que assegurou-me precisar das ações *somente pelo prazo de 2 meses*. Acedi ao pedido por depositar absoluta confiança no Sr. Antonio de Lacerda Franco e por consideração pessoal para com o mesmo.*

*A 15 de abril do mesmo ano os Srs. J. F. de Lacerda & Cia. enviaram-me um recibo de depósito da quantia de 200:000\$000 e participaram me ter sido creditada em conta de depósito essa quantia, *proveniente da caução das 1.000 ações no Banco Inglez.**

A 5 de junho de 1890 o Sr. Antonio de Lacerda Franco, a quem por várias vezes eu pedira que levantasse a caução para ficar de posse de minhas ações, sem que até essa data fosse atendida a minha reclamação, disse-me que como o Banco Inglês exigia que se liquidasse a conta de caução e no momento a firma J. F. de Lacerda não podia dispor da quantia necessária, *era preciso que eu lhe desse outra procuração para fazer-se nova caução dos mesmos títulos no Banco União*, ao que ainda acedi por ser ilimitada a confiança que eu depositara no Sr. Antonio de Lacerda Franco.

Nessa ocasião foi me apresentada a procuração já escrita para eu assinar, o que fiz sem ler, por que ao começar a fazê-lo, disse-me o Sr. Antonio de Lacerda não ser isso necessário, por ser ela igual à primeira.

Na mesma data assinei uma carta, também já escrita, dirigida ao Banco União e que, me disse o Sr. Lacerda, era necessário para a realização do negócio.

Em virtude da procuração que não li e da carta que assinei depois de ler e que me pareceu e o Sr. Lacerda afirmou, que não continha nada de extraordinário, *o Banco União, do qual o Sr. Lacerda é presidente, concedeu aos Srs. J. F. de Lacerda & Cia. e sem que precedesse contrato regular entre o Banco e a firma o crédito de 350:000\$000 sob a garantia das 1.000 ações*. Houve, na transferência de um para outro banco, sem ciência minha, sem que eu fosse consultado, *aumento de 150:000\$000 no crédito concedido a J. F. de Lacerda & Cia.*

Depois da suspensão de pagamento da Cia. Lacerda, que se deu a 6 de maio de 1893, tendo eu sido por acaso informado da concessão do crédito de 350:000\$000 e interpellando a respeito o Sr. Lacerda, disse-me ele, que ignorava que isso se tivesse realizado e que a culpa nesse caso deveria ser atribuída ao Sr. José de Lacerda Soares; ora, sendo o Sr. Lacerda presidente do Banco União e sócio solidário da J. F. de Lacerda & Cia., não me parece explicável que ele ignorasse a importância do crédito concedido e que fosse estranho, como alega, a esta operação, quando o próprio Banco União declara, na carta, em que comunicava aos Srs. J. F. de Lacerda & Cia. a abertura do crédito, que esse crédito foi aberto pelo presidente do Banco.

Nessa mesma ocasião fui informado que os Srs. J. F. de Lacerda & Cia. não tinham pago até esta data os juros da caução.

Pedi então cópia do contrato ao *Banco União, que declarou não haver contrato* e que essa operação realizara-se por meio da carta que eu assinara a 5 de junho de 1890 e na qual eu declarava que ficavam os Srs. J. F. de Lacerda & Cia. autorizados a usar do crédito que me fosse concedido pelo Banco, assinando os cheques, etc., o que não me parece regular por não se poder dar a essa carta maior valor do que uma recomendação, para que o Banco aceitasse a assinatura dos Srs. J. F. de Lacerda & Cia. no contrato de caução e por não me convencer de que o contrato possa ser substituído por qualquer outro documento.

Porque não se fez a caução com todas as formalidades como é costume deste Banco e dos outros?

Porque não me declarou o Sr. Lacerda que por essa operação ficava nulo o recibo de depósito que eu possuía e que não estavam dispostos a me entregar outro para minha garantia?

Estou convencido de que não o fez, porque tinha a certeza de que eu não consentiria na transferência da caução, desde que se diminuiriam as garantias que eu tinha direito de exigir e ele o dever de me oferecer em *uma operação, que não aproveitava a meus interesses e que eu fazia somente por afeição e amizade*, por demais comprovadas, para os que lerem esta exposição.

Agora o Sr. Lacerda entende que eu devo pagar ao Banco União os 350:000\$000 e os juros correspondentes a mais de 4 anos e que importam em 150:000\$000 mais ou menos.

Passo a tratar da transferência do saldo que eu tinha na Companhia Lacerda para a J. F. de Lacerda & Cia. em liquidação.

Em novembro de 1891 o Sr. Antonio de Lacerda Franco pediu-me que transferisse para J. F. de Lacerda & Cia. em liquidação *o saldo na importância de trezentos e*

tantos contos que eu tinha na Cia. Lacerda, e que me era necessário para as despesas de construção da casa, que brevemente teria começo. Apesar disso, em vista da insistência do Sr. Lacerda, cujos pedidos foram sempre por mim atendidos, e tendo-me ele dado a faculdade de sacar sobre a Cia. Lacerda, de que era presidente, todas as quantias de que precisasse, dei imediatamente ordem para a transferência.

Pela conta corrente de 31 de dezembro de 1894, apresentada pelos Srs. J. F. de Lacerda & Cia. o saldo a meu favor é de Rs. 555:665\$920, além de 96:000\$000, que eram o meu capital na casa do Havre e 26:811\$080 que me tocaram no último balanço da casa do Havre.

Nestas duas últimas quantias deixo de mencionar os juros que devem ser contados desde a data da *venda da casa (no Havre) à Cia. Lacerda*. Deixo de mencionar também a conta de caução das 1.000 ações que lhes dei emprestadas (CARTA JLG, 1894).

Na exposição dos negócios que mantinha com seu sobrinho Antonio de Lacerda Franco, o Barão de Arary relata uma rusga pontual que teve com o presidente do Banco União de São Paulo, acerca da caução de suas ações que foi efetuada por Antonio em nome da J. F. de Lacerda & Cia. Este fato ocorreu em março de 1890 e, confrontando a carta com o balanço da casa comissária em 30 de junho de 1891, na demonstração contábil estão, entre os ativos da sociedade, na rubrica valores em caução, as 1.000 ações da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais no valor de 200 contos de réis. Segundo o Barão, as ações teriam sido pedidas por Antonio a fim de captar empréstimos, através da caução dos papéis em bancos, em virtude das dificuldades financeiras enfrentadas pela J. F. de Lacerda & Cia.

No princípio, as ações foram caucionadas provavelmente no London and Brazilian Bank ou no British Bank of South America, possibilitando em empréstimo no valor de 200 contos de réis. Porém, uma operação que deveria durar dois meses, segundo o Barão, desdobrou-se em uma segunda caução das ações, desta feita no próprio banco presidido por Antonio de Lacerda Franco, a fim de quitar a caução inicial. Mas, ao executar-se a segunda caução, vimos que o valor levantado foi de 350 contos de réis, 150 contos a mais do que na primeira vez, o que teria sido realizado sem o consentimento do Barão de Arary que, com a suspensão dos pagamentos por parte da J. F. de Lacerda & Cia. em 6 de maio de 1893, passou, no ano de 1894, à inusitada condição de devedor do Banco União – da quantia total de aproximadamente 500 contos – pois, originalmente, ele era credor de Antonio de Lacerda Franco, a quem emprestara as ações em 1890.

Este episódio nos leva a pensar o que teria motivado Antonio de Lacerda Franco a proceder desta maneira com seu tio. Não queremos simplesmente aceitar de forma passiva a versão do Barão de Arary, mas com os documentos que temos em mãos, parte da resposta a pergunta pode ser encontrada, em outra carta redigida por José de Lacerda Guimarães, do ano de 1895, missiva em que há uma cópia de um despacho do Banco União de São Paulo, e que tem o título de “*Negócio Pouco Sério com o Senador Lacerda Franco*”.

NEGÓCIO POUCO SÉRIO COM O SENADOR LACERDA FRANCO

Para bem se compreender qual teria sido o procedimento do Sr. Antonio de Lacerda Franco em retribuição da minha benevolência, passo a expor os seguintes fatos:

1º O Banco União encarregou-se da construção de minha casa e nessa ocasião fiquei devendo ao mesmo banco, por adiantamento para as despesas de construção a quantia de Rs. 44:000\$000; sobre esta quantia o Sr. Lacerda, *presidente do Banco União, mandou contar juros de 12% ao ano, capitalizados mensalmente.*

2º Por ocasião da suspensão de pagamentos da Cia. Lacerda, o Banco União havia descontado uma ordem de Rs. 10:000\$000, sacada por mim e aceita pela mesma Cia.; entendi-me a respeito com o Sr. Lacerda e pedi-lhe que me fornecesse a quantia necessária para o pagamento dessa ordem, por conta do que deviam os Srs. J. F. de Lacerda & Cia., aos quais eu creditaria essa quantia; o Sr. Lacerda recusou-se terminantemente a dar a quantia pedida e afirmou que se o pagamento da mesma não fosse feito em tempo, ele, presidente do banco União, encarregaria o seu companheiro de diretoria, o Sr. Elias de Souza, de fazer a cobrança sem usar de contemplação para comigo.

3º Quando organizou-se a Cia. Lacerda, combinei com o Sr. Lacerda, que era o presidente, que a Cia. me cobraria juros de 8% e me pagaria os de 6%, conforme fosse eu devedor ou credor; durante o primeiro ano foi respeitada a combinação, mas já não se deu o mesmo no segundo, no qual foram contados em minha conta corrente juros de 12% ao ano, sem que precedesse o aviso indispensável.

4º Nos meses que precederam a quebra da Cia. Lacerda, tendo ela necessidade de grandes quantias, que não era obtidas diretamente, *o Sr. Lacerda pediu-me que usasse para tal fim do crédito, de que eu gozava nesta praça; não trepidei em fazê-lo e por meio de ordens sacadas por mim contra a Cia. obtive sucessivamente centenas de contos de réis, que enviava imediatamente para Santos à mesma Cia.; quando a Cia. suspendeu pagamentos, foram protestadas duas destas ordens de valor superior a Rs. 100:000\$000, que tive de pagar imediatamente.*

5º Quando meu advogado procurou o Sr. Lacerda, para entender-se com ele a respeito dos meus negócios, o Sr. Lacerda disse-me que estava resolvido a levantar a caução de minhas ações da Cia. Paulista, para o que já se tinha entendido com os outros diretores do Banco União e estava munido de recursos para a liquidação de sua dívida comigo. Entretanto, tendo-se combinado para esse fim uma reunião a que deveriam comparecer além do Sr. Lacerda, o outro sócio solidário da J. F. de Lacerda & Cia. e o meu advogado, o Sr. Lacerda deixou de comparecer.

6º A outra reunião ajustada entre os sócios solidários e comanditários de J. F. de Lacerda & Cia., na qual pretendia-se tratar, além de outras, da questão do pagamento

da dívida da mesma firma para comigo, o Sr. Lacerda não compareceu e limitou se a enviar por um dos sócios uma proposta de pagamento da dívida da firma, em que, segundo os seus cálculos, competia lhe pagar somente 37 e $\frac{8}{10}$ % da dívida total, cabendo o restante ao outro sócio solidário. *Conforme a proposta do Sr. Lacerda deveria eu tomar a responsabilidade da dívida que a firma contraiu com o Banco União por meio das ações da Cia. Paulista, que tinham sido por mim emprestadas à mesma firma.*

Para que os cálculos do Sr. Lacerda dessem este resultado foi preciso que ele se considerasse credor do seu capital e juros na sociedade, cuja liquidação dará grandes prejuízos, não porque se tenham verificado perdas em negócios regulares, mas unicamente porque os sócios solidários serviram-se do capital da mesma para seus negócios particulares.

Para prova do que afirmo é bastante examinar se o balanço último, pelo qual vir-se-á que se os sócios solidários entrassem com o dinheiro, por eles distraído e com o que falta para integralização do seu capital na sociedade (Rs. 100:000\$000 para cada um) haveria ainda grandes lucros a distribuir pelos sócios.

A firma J. F. de Lacerda & Cia. devia me até 31 de dezembro de 1894 a quantia de Rs. 722:257\$052, além das 1.000 ações da Cia. Paulista que lhe emprestei e por meio das quais a mesma firma contraiu com o Banco União a dívida de Rs. 350:000\$000, que com os juros até 31 de dezembro de 1894 elevava-se à soma de Rs. 477:353\$780.

Ora, conforme a proposta do Sr. Lacerda teria eu de assumir a responsabilidade da dívida de Rs. 477:353\$780, pagando me ele 37 e $\frac{8}{10}$ % sobre esta quantia e sobre a dívida da firma para comigo.

7º O Sr. Lacerda, depois de se achar impossibilitado de solver integralmente os seus compromissos, conforme ele confessa, vendeu sua fazenda e sua casa, sob o pretexto de obter recursos para me pagar: até esta data não recebi dele nenhuma quantia por conta do seu débito.

8º A 30 de abril de 1893 escrevi à Cia. Lacerda pedindo lhe que transferisse para minha conta na Cia. o saldo que eu tinha com a J. F. de Lacerda & Cia., o que era fácil por ser o gerente da Cia. Lacerda encarregado da gerência de J. F. de Lacerda. Não pode ser satisfeito meu pedido. Entretanto, por ordem do Sr. Lacerda, presidente da Cia., em 28 de abril de 1893 foi transferido da J. F. de Lacerda & Cia. para a Cia. Lacerda o saldo de Rs. 162:228\$280 de seu irmão, o Sr. João de Lacerda Franco.

A 6 de maio de 1893 a Cia. Lacerda suspendia seus pagamentos.

Cópia do despacho do Banco União

Em virtude do despacho anexo, certifico o seguinte. Em data de 8 de junho de 1890 o Ilmo. Sr. Barão de Arary dirigiu a este banco a seguinte carta: São Paulo, 9 de junho de 1890. Ilmo. Sr. Presidente e mais membros do Banco União de São Paulo. De conformidade com os poderes que outorguei aos Srs. J. F. de Lacerda & Cia., da praça de Santos, para caucionarem a esse Banco mil ações da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais em garantia do crédito que em virtude dessa caução me foi concedido por esse Banco, cumpri me levar ao conhecimento de V. Senhorias que essa conta será exclusivamente movida pelos citados Srs. que firmarão os respectivos

cheques, abrindo V. Senhoria a conta corrente em nome dos Srs. J. F. de Lacerda & Cia. Amigo e obrigado Barão de Arary. – Na mesma data este Banco dirigiu conforme seu copiador, aos Srs. J. F. de Lacerda & Cia. a seguinte carta: São Paulo, 9 de junho de 1890. Ilmo. Srs. J. F. de Lacerda & Cia., Santos. Prezados Srs. Tem esta por fim comunicar a V. Senhorias que tendo o Exmo. Sr. Barão de Arary caucionado a este Banco mil ações da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais e de acordo com a carta que o mesmo Sr. nos dirigiu por cópia junta, fica aberto a V. Senhorias um crédito em conta corrente de Rs. 350:000\$000 e cuja conta será movida por V. Senhorias com a nossa Agência de Santos e intitulemos “c/corrente nº 2”. Subscrevemo-nos de V. Senhorias. Atenciosamente, **V. A. de Lacerda Franco, Presidente. São Paulo, 5 de abril de 1895** (CARTA JLG, 1895).

Sem levar em consideração todas as querelas que são enumeradas na carta, alguns fatos elucidam as divergências interpostas entre o membro financeiramente mais poderoso da família Lacerda Franco (Barão de Arary) e aquele que se mostrava política e economicamente mais promissor (Antonio de Lacerda Franco). Primeiro, a cobrança de juros da ordem de 12% por parte do Banco União ao Barão de Arary se mostra abusiva considerando que a taxa de juros anual praticada pelo banco era de 7,22% em média (MARCONDES; HANLEY, 2010, p. 116).

A carta do Barão de Arary corrobora aquilo que afirmamos quando das fontes de financiamento empregadas pela J. F. de Lacerda & Cia., uma sociedade familiar que não emitia ações. Ele assevera que a empresa, sobretudo nos seus periclitantes anos do início da década de 1890, valeu-se da alta credibilidade que gozava o nome do Barão de Arary no meio financeiro paulista, mas que pode ser estendida à praça do Rio de Janeiro, para a obtenção de empréstimos. Estas quantias, na maioria das vezes, eram levantadas pelo próprio Barão junto aos bancos e depois remetidas à casa comissária em Santos. A origem dos conflitos, pelo menos por parte do Barão, era justamente este mecanismo de financiamento da J. F. de Lacerda & Cia. que, como constatado anteriormente, era uma prática adotada desde o início da firma na década de 1880. José de Lacerda Guimarães, que era negociante matriculado na Junta Comercial do Império e, posteriormente, tornou-se barão, desfrutava de amplas condições creditícias junto às casas bancárias que, no caso das paulistas, eram lideradas por seus pares, indivíduos ligados ao grande capital cafeeiro, como o próprio Lacerda Guimarães. Dessa forma, conseguir empréstimos não era um empecilho e quitá-los tampouco, uma vez que a conjuntura de bonança atravessada pela J. F. de Lacerda & Cia. durante o auge do café paulista permitia a firma saldar seus débitos com o Barão de Arary ao final de cada ano financeiro. Entretanto, quando a firma se viu em crise, seus sócios solidários passaram a frustrar as

expectativas de recebimento dos débitos por parte do Barão, o que o levou a interpelar Antonio de Lacerda Franco, questionando qual teria sido o rumo que seu sobrinho dera aos capitais levantados pelo Barão e destinados à casa comissária e, ademais, aos próprios lucros da firma que haviam esboroados.

Nas palavras do Barão, a resposta deve ser descoberta pela análise do último balanço da firma, que provavelmente cobriu o período 1892-1893, em que ele constatou que se os sócios solidários, Antonio de Lacerda Franco e Joaquim Franco de Lacerda, integralizassem seu capital a realizar, no valor de 100 contos de reis cada um, a J. F. de Lacerda & Cia. auferiria grandes lucros que poderiam ser distribuídos entre os sócios. Para o Barão, a casa comissária não sofreu perdas em seus negócios regulares, mas padeceu da ganância e avidez de seus sócios solidários que teriam desviado dinheiro da empresa para financiar seus negócios particulares que, no caso de Antonio de Lacerda Franco, era o recém-criado Banco União de São Paulo.

Na visão do Barão de Arary, os sócios solidários teriam procedido desta maneira porque tinham plena consciência que, ao financiar a firma através de empréstimos tomados pelo Barão, caso a empresa tivesse problemas de solvência, ele seria acionado para quitar os débitos, que estavam em seu nome, e não a empresa que, em última instância, tinha como responsáveis pelas dívidas os sócios solidários – o Barão de Arary era sócio comanditário e, portanto, respondia apenas pela integralização de seu capital. Além disso, algumas dívidas foram contraídas pelo Barão junto ao Banco União de São Paulo, presidido por Antonio de Lacerda Franco, um dos sócios solidários da J. F. de Lacerda & Cia., de forma que, ao invés de devedor, ele se transformava em credor da casa comissária, ou seja, Antonio percebia lucros com o enfraquecimento/endividamento de seu negócio original que fora a casa comissária dos Lacerda Franco, assemelhando-se sua participação na J. F. de Lacerda & Cia. a uma etapa de acumulação primitiva de capital para a formação de seu grande empreendimento, o Banco União de São Paulo²⁶². Aliás, tornar-se banqueiro seria após ser comissário de café e outros gêneros não seria inusitado, afinal, segundo Landes (2007, p. 4) “Historicamente, os primeiros banqueiros começaram a vida como comerciantes e acabaram abandonando suas próprias empreitadas comerciais para financiar as de terceiros”.

²⁶² Landes (2007, p. 5) define a atividade bancária da seguinte forma: “[...] se der cara eu ganho; se der coroa, você perde”.

Assim se deu a queda da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. Dilapidada pelos seus próprios sócios solidários e endividando o principal financiador do negócio, o ocaso da empresa se expressa nas desavenças entre o Barão de Arary e Antonio de Lacerda Guimarães²⁶³. O primeiro, além de querer reaver os valores emprestados, parece tentar uma sobrevida da sociedade, afirmando que se houve descaminho dos lucros, eles ocorreram em virtude das escolhas dos sócios solidários, e não em função de uma conjuntura adversa no mercado cafeeiro. Em campo oposto encontrava-se Antonio de Lacerda Franco, agora grande banqueiro que se tornaria industrial através do Banco União, além de acumular a função política de senador paulista pelo PRP. Ao que demonstra, suas ambições extrapolaram o âmbito da casa comissária e, quando assim percebeu, não teve pudores para conduzir a liquidação da firma, que se deu em maio de 1893, quando a casa exportadora alemã Theodor Wille & Cia. adquiriu as dívidas da falida concorrente. Dessa forma, a firma alemã passou a atuar como casa comissária, além de exportadora, dupla função que havia feito da J. F. de Lacerda & Cia. a líder na exportação de café em São Paulo, o que despertou nos alemães um ranço em relação às casas comissárias brasileiras, principalmente em relação à empresa dos Lacerda Franco, descrito por Frederich Hopfner, que era o gerente da Theodor Wille & Cia. no Brasil.

Com este acontecimento desapareceu uma firma que talvez tenha feito dinheiro, quando as cartas por acaso davam a seu favor, mas que na maioria das vezes tinha sido forçada a cobrir vendas baratas a qualquer preço. Em ambos os casos os vizinhos tinham que sofrer. Negociantes que estragam o mercado sempre, pelo menos já há muitos anos, existiam em Santos e não faltarão no futuro (DUM COLABORADOR DA FIRMA, 1946, p.54 *apud* MORAES, 1988, p. 93).

Prova maior de que o capital nacional concorreu de forma dura e, por muitas vezes, vencedora contra as firmas estrangeiras não há. Porém, o gerente da casa alemã errara ao julgar que as cartas favoráveis foram o segredo do sucesso dos Lacerda Franco no comissariado e que, uma vez retiradas, veio a ruína. Definitivamente, quem dava as cartas eram os próprios Lacerda Franco, que então resolveram mudar de jogo, deixando o comissariado e se voltando aos negócios bancários, na figura de Antonio de Lacerda Franco, que seguiu a frente do Banco União de São Paulo nos anos posteriores a 1894. O outro sócio

²⁶³ A dívida do Barão de Arary junto ao Banco União de São Paulo que, segundo seu relato na carta, tinha o valor de Rs. 477:353\$780 no dia 31 de dezembro de 1894, chegaria a de Rs. 641:220\$880, de acordo com uma nota bancária datada de 16 de setembro de 1897 (BANCO UNIÃO, 16/09/1897).

solidário, Joaquim Franco de Lacerda, parece ter continuado como comissário de café a frente da filial francesa, que ficou denominada casa Lacerda & Cia., calcando esta afirmação no livro *Produção e Consumo de Café no Mundo*, publicado em 1897. Na obra, ele relata o panorama do mercado cafeeiro no Brasil e no mundo em meio à crise de superprodução que se avizinhava, fazendo um histórico sobre a produção e a venda do café nas últimas décadas imperiais e nos primeiros anos republicanos. Há vários dados sobre os preços do café no Hâvre, sugerindo um conhecimento apurado do mercado cafeeiro na França que, provavelmente, tenha sido adquirido por Joaquim Franco de Lacerda a frente dos negócios da casa Lacerda & Cia. na Europa²⁶⁴.

Por sua vez, o Barão de Arary, com a falência da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.²⁶⁵, continuou na condição de membro do grande capital cafeeiro paulista, com seus investimentos ramificados no complexo exportador capitalista de São Paulo, mas mantendo suas raízes como proprietário de unidade cafeicultora no município de Araras, a fazenda Montevidéo. Cortada pelos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a fazenda possuía 827,5 alqueires com 482.222 pés de café, formados por velhos cafeeiros plantados em meados do século XIX até cafezais recém-formados²⁶⁶. Era uma grande unidade produtora de café, sobretudo se lembrarmos que, por volta de 1895, o início da produção da rubiácea no município de Araras alcançava 40 anos, indicando no final do século uma queda da produtividade na localidade e nos municípios da região de Limeira e Rio Claro. A esta altura, o café se encontrava em franca ascensão na região de Ribeirão Preto, nas terras desbravadas por alguns indivíduos que haviam migrado das cercanias de Araras, como Martinho Prado Junior, e formado imensos cafezais em Ribeirão Preto e nas vilas próximas²⁶⁷.

²⁶⁴ (LACERDA, 1897). No livro ele não deixa claro se ainda é proprietário de uma casa exportadora e café na França, por isso, preferimos usar o termo *provavelmente*.

²⁶⁵ Sobre os outros sócios comanditários da J. F. de Lacerda & Cia. as informações são esparsas. Acerca do padre e fazendeiro Joaquim Franco Camargo Junior não foi possível levantar novos dados. Quanto a João Soares do Amaral continuou no município paulista de Araras como grande cafeicultor, político e acionista em diversas firmas, como a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Companhia Ararense de Lactaria, primeira empresa brasileira a fabricar leite condensado no ano de 1909 (SILVA, 2008, p. 103).

²⁶⁶ Inaugurada em 1885, com um desvio de 120 metros de extensão, o prédio da estação de *São Bento* englobava o depósito e a estação, e assim permaneceu até 1922, quando a estação ganhou um novo prédio, ao lado do antigo, que permaneceu somente como depósito. Atendia principalmente às fazendas de São Bento e Montevidéo (<http://www.estacoesferroviarias.com.br/s/sbento.htm>).

²⁶⁷ De acordo com Marcondes (2007, p. 184), em 1904-1905, a produtividade média das fazendas no município de Ribeirão Preto foi de 8.918 arrobas, enquanto em Campinas foi de 4.548 arrobas. Em relação ao município de Araras, em 1886 ocorreu o pico da produção que chegou a 500 mil arrobas de café, produção que foi reduzida a 407.999 arrobas em 1905, com uma área plantada de 3.691,25 alqueires. Por sua vez, na localidade de Jaboticabal, próxima à Ribeirão Preto, a produção que era

No auge da produção cafeeira de Ribeirão, que poderíamos situar entre o pico, no ano de 1901 – com uma produtividade de 120 arrobas por mil cafeeiros – e uma grande e constante produção até 1920 – que ficou próxima de 90 arrobas por mil cafeeiros ao ano – destacavam-se grandes cafeicultores como o coronel Francisco Schmidt, a Companhia Agrícola Fazenda Dumont, a Companhia Guatapar (pertencente aos Prado) e dona Francisca Silveira do Val, todos com mais de um milhão de ps de café. Eles eram classificados como grandes cafeicultores em Ribeirão Preto, aqueles com 501 mil ou mais ps de café, categoria em que podemos enquadrar a fazenda Montevidéo que, por volta do ano de 1909, no município de Arars, tinha 600 mil ps de café (LALIRE, 1909, p. 254).

A produo cafeeira da Montevidéo, com a falência da J. F. de Lacerda & Cia., passou a ser vendida em Santos por diferentes casas comissárias. Nestas casas, o Barão de Arary, a exemplo dos negócios estabelecidos com sua antiga sociedade, efetuava sua contabilidade através do sistema de contas-correntes, liquidando ao final do mês de junho de cada ano os seus débitos ou reavendo seus créditos, dependendo do saldo da conta, se negativo ou positivo. As casas comissárias que constam na relao dos documentos arrolados sobre o Barão de Arary, no período entre 1895 e 1897, são: Malta & Cerquinho; Affonso de Vergueiro²⁶⁸; e Lara Campos, Toledo & C. Em todas estas casas comissárias, o Barão de Arary aparece remetendo café; comprando gêneros alimentícios e para o custeio da fazenda (como sal e sacos para embalar o café), e quitando dvidas e contas que o Barão adquirira, por exemplo, junto a bancos e outras firmas, como no caso do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e da Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo (DIVERSAS CASAS COMISSÁRIAS, 1895-1897).

A comercializao do café por parte do Barão de Arary com três casas comissárias simultaneamente demonstra duas coisas: a produo de café em São Paulo era muito elevada na década de 1890 e, portanto, os preços da rubiácea tendiam a cair com tamanha oferta, sendo estratégico buscar diversos compradores a fim de obter melhores cotaes. De fato, após 1894

de 40 mil arrobas em 1886, alcançou a marca de 1.011.950 arrobas em 1905, com uma área plantada de 8.978 alqueires, denotando a expansão do café rumo à região da Mogiana (CAMARGO, 1981, p. 83; MILLIET, 1982, p. 54).

²⁶⁸ O comissário de café Affonso de Vergueiro era casado com Manoela de Lacerda, filha de Bento de Lacerda Guimarães (Barão de Araras), portanto, sobrinha do Barão de Arary.

o cenário mundial do mercado cafeeiro mudaria e os próximos anos seriam de uma aguda crise marcada por enormes safras e a queda das cotações do café no Brasil e no mundo.

Tabela 61: Produção mundial de café, quantidades compradas no mercado (consumo) e suprimento visível (estoque), 1889-1900 – em milhares de sacas de 60 kg.

ANOS	PRODUÇÃO MUNDIAL	CONSUMO	ESTOQUE
1889	8.420	10.330	2.435
1890	9.285	9.960	1.905
1891	11.940	11.020	2.990
1892	11.275	11.255	3.165
1893	9.400	10.585	2.165
1894	11.765	11.070	3.060
1895	10.395	10.966	2.489
1896	13.915	12.427	3.977
1897	16.050	14.582	5.445
1898	13.725	12.994	6.176
1899	13.805	14.252	5.729
1900	15.070	13.965	6.834

Fonte: HOLLOWAY (1978, p. 102-103).

Muito além de uma simples crise do mercado cafeeiro, os anos posteriores deflagrariam tentativas de ajuste do mercado cafeeiro por parte dos principais controladores da oferta mundial do produto, as grandes casas exportadoras instaladas no Brasil. Serão elas que, em 1906, em parceria com o Estado de São Paulo, empreenderão o Plano de Valorização do Café que consistiria na retenção da rubiácea em grandes armazéns a fim de aumentar as cotações e, no momento de alta dos preços, venderem o produto a preços melhores. Este arranjo seguiria até o final da década de 1920, quando a Grande Depressão de 1929 abalaria as estruturas de um Brasil cafeeiro que respondeu à crise econômica através da aceleração do desenvolvimento industrial, calcado em grande parte nas divisas do café, afinal, até meados da década de 1950, ele ainda será o principal item da pauta de exportações brasileira.

Todavia, a crise tem uma raiz que não há de ser encontrada em elementos exógenos ao mercado cafeeiro, mas propriamente no êxito das lavouras de São Paulo e outras zonas produtivas ao redor do mundo. Como a tabela demonstra, os preços em elevação

conduziram a maiores inversões em novos cafezais que, no espaço de 4 a 5 anos, passaram a despejar uma imensa produção um mercado cujo consumo tinha se expandido e, àquela altura, dava mostras de uma inelasticidade que se traduzia na ampliação dos estoques. Entendendo que bonança do mercado cafeeiro foi alcançada no momento em que o consumo crescia a frente da oferta, significando um aumento dos preços, tal conjuntura se restringiu ao período 1885-1895. O que se viu depois foi um avanço do café à novas zonas produtivas, mas sempre tendo que lidar com conjunturas que se mostravam adversas e que apontavam para a grande crise, que seria vista em 1929.

A era da bonança cafeeira findara em meados da década de 1890 e, um dos seus maiores artífices também. No dia 13 de outubro de 1897, na povoação mineira de Caxambú, distrito de Baependi, na região Sul de Minas Gerais²⁶⁹. Sua riqueza alcançou o valor de Rs. 5.798:457\$064. Além de Maria Dalmacia de Lacerda (Baronesa de Arary), sua esposa em segundas núpcias, que recebeu uma meação no valor de Rs. 2.899:228\$532, havia 13 herdeiros, cabendo a cada indivíduo uma legítima no valor de Rs. 223:017\$579. Os herdeiros eram:

- **FILHOS DO PRIMEIRO CASAMENTO COM CLARA MIQUELINA FRANCO DE CAMARGO:**
 1. Joaquim Franco de Lacerda
 2. Maria da Glória Lacerda (representada pelo marido João Soares do Amaral)
 3. Anna Miquelina de Lacerda
 4. José Franco de Lacerda
 5. Candido Franco de Lacerda
 6. Rita de Lacerda (representada pelo marido Francisco Soares de Camargo)
 7. João Franco de Lacerda

²⁶⁹ A idade provável do Barão de Arary ao falecer era 77 anos. Dizemos provável porque pelos Maços de População da vila de Atibaia não temos a certeza se ele nasceu em 1820 ou 1821. De qualquer forma, era uma idade avançada para o Brasil do final do século XIX. Seu retiro nos anos derradeiros ao distrito de Caxambú (MG) deve ter se dado em virtude da fama alcançada pela localidade de ter águas medicinais, que haviam atraído atenção da Princesa Isabel em 1868, que também esteve na localidade. Entretanto, o corpo do Barão de Arary se encontra enterrado, ao lado de seu irmão, o Barão de Araras, no cemitério municipal de Araras (SP).

- **FILHOS DO SEGUNDO CASAMENTO COM MARIA DALMACIA DE LACERDA**

8. Clotilde de Lacerda (representada pelo marido Rodolpho Coimbra)
9. Albano Octavio de Lacerda
10. Leonídia de Lacerda
11. Maria Ottilia de Lacerda
12. Celina de Lacerda

- Além de:

13. Joaquim Franco de Camargo Junior²⁷⁰.

Tabela 62: Riqueza inventariada do Barão de Arary e sua distribuição percentual, 1897
– valores em réis (Rs.) e percentuais (%)

BENS	Réis (Rs.)	% em relação à riqueza bruta
Imóveis na Cidade de São Paulo	485.525.160	8,3
Fazenda Montevidéo (Araras-SP)	332.160.800	5,7
Benfeitorias Fazenda Montevidéo	478.148.000	8,1
Cafezais Fazenda Montevidéo	983.290.200	16,7
Animais Fazenda Montevidéo	24.935.000	0,4
Outros Imóveis em Araras-SP	46.389.000	0,8
Terras em Ibitinga-SP	285.000	0,0
Jóias	5.085.000	0,1
Ações de Bancos e Companhias	2.430.505.500	41,4
Dívidas Ativas	953.582.906	16,2
Dinheiro	136.711.346	2,3
RIQUEZA BRUTA	5.876.617.912	100
MEAÇÃO	2.899.228.532	50
LEGÍTIMA	223.017.579	3,8

Fonte: INVENTÁRIO BARÃO DE ARARY (São Paulo, 1897).

Obs: os valores referentes aos móveis existentes nas propriedades do Barão de Arary, tanto na cidade de São Paulo quanto no município paulista de Araras, já está incluso na soma dos valores dos imóveis nestas localidades.

²⁷⁰ No inventário consta entre os herdeiros do primeiro casamento o nome de Clara das Dores de Lacerda Camargo, casada com Joaquim Franco de Camargo Junior. Segundo nossas informações, Joaquim era filho do Alferes Franco, portanto, cunhado do Barão de Arary e, ademais, aparecia como padre. Por outro lado, em nossos levantamentos, não consta o nome de Clara como uma das filhas do Barão de Arary.

Os bens do Barão de Arary refletem a trajetória de toda uma vida de acumulação no complexo cafeeiro que se confunde com a evolução do mesmo, denotada pela existência de formas tradicionais de riqueza ao lado de ativos capitalistas. O peso da propriedade rural no município paulista de Araras, a *Fazenda Montevidéo*²⁷¹, era considerável, sobretudo se somarmos ao valor da fazenda o das *benfeitorias*, dos *cafezais* e dos *animais* nela existentes, que totalizariam 30,9% da riqueza²⁷². Percebemos que a fazenda era uma grande unidade cafeeira com máquinas para beneficiar café, olaria para elaboração de telhas e tijolos, casas para os colonos, moinho, oficina de ferreiro, tulhas, enfim, englobava tudo o que era necessário ao processo de produção e beneficiamento do café²⁷³. Os cafeeiros da Montevidéo variavam quanto à idade, existindo desde plantas de 40 anos, que remontavam à metade do século XIX, até cafeeiros recém-plantados com 4 anos de idade, sendo estes mais novos reflexo da bonança perpassada pela rubiácea e seus altos preços até 1895.

²⁷¹ A fazenda denominada Montevidéo, composta da antiga fazenda deste nome, com uma área de 661,5 alqueires de terras, não incluindo uma parte de 12,5 alqueires no lugar atravessado pela estrada de ferro, que será avaliado separadamente, e compreendendo uma parte anexa com uma área calculada em 166 alqueires, comprada a Olegário Moreira Lima e sua mulher, em 6/07/1887, conforme escritura nas notas do tabelião Guilherme de Toledo, desta Comarca, formando uma área total de 827,5 alqueires, sendo – 270 alqueires ocupados pelos cafezais, 27,07 alqueires em matas próprias para café, 339 alqueires de terras baixas para mantimentos, 48,08 alqueires de terras ordinárias, 138 alqueires ocupados pelos pastos e fechos, e 4 alqueires ocupados pelas benfeitorias, juntos à casa de morada e pelo pomar, terras em sua totalidade com as terras do coherdeiro João Soares do Amaral, Doutor Elias Chaves, fazenda da Gramainha, Doutor José de Paula Leite de Barros e Dona Maria das Dores Alves Lima.

²⁷² BENFEITORIAS: A casa de morada e cômodos anexos, com 4 portas e 1 janelas de frente, forrados e assoalhados, um fogão econômico, uma casa para criado, um telheiro com 2 forros, um dito para cães, um dito para galinheiro, um dito com lavador de roupa, uma casa para estrebaria, uma dita unida ao paiol para estrebaria e carro, um depósito para carro e carroça, um chiqueiro abalastrado, um pomar, 5 terreiros ladrilhados com paredões de pedra para secar café, 351 metros de muros de tijolo, 9 portões nos mesmos muros, 9 braças de cerca de pau a pique, 3 portões diversos, uma casa de máquina para beneficiar café, vapor, máquina e seus acessórios, e 4 tulhas anexas, 2 despoldadores assentados, um vapor de 4 cavalos, casa dos mesmos e 3 tanques e encanamento para os mesmos, uma casa de serra com seus pertences e madeiras existentes moinho, engenho, serras vertical e circular e um vapor de 6 cavalos, uma oficina de ferreiro com todos os seus pertences e ferragens existentes, um moinho movido à água, um monjolo com casa e bicame, uma casa onde foi antiga máquina, tendo 2 tulhas e sótão para despejo, uma casa com 3 tulhas, uma dita para operários com 4 lances, uma dita no antigo quadrado, uma dita anexa ao rancho, uma dita de madeira para empregado, uma dita de madeira no pasto para operário, um paiol estragado com um cômodo anexo, 10 casas para colonos na Colônia Boa Vista, 2 ditas na olaria antiga, 12 ditas na colônia velha, 20 ditas na sesmaria, 10 ditas na Colônia Chrispim, uma casa velha na colônia na olaria, uma dita para o oleiro, uma olaria com todos os seus pertences, uma capelinha, uma casa pequena para operário, pegada ao rancho.

CAFEZAIS: 482.222 pés de café na fazenda Montevidéo sendo: 57.790 de cerca de 14 anos nas divisas com João Soares do Amaral; 12.410 de cerca de 14 anos em frente à Colônia da Boa Vista; 7.625 de cerca de 14 anos atrás da dita Colônia; 24.609 de cerca de 6 anos nas divisas com Olegário; 14.764 de cerca de 16 anos na olaria antiga; 23.585 de cerca de 20 anos no “café amarelo”; 16.827 de cerca de 40 anos na laranja; 30.065 de cerca de 40 anos no Podado; 25.238 de cerca de 40 anos no “Café do Meio”; 75.547 de cerca de 40 anos no “Barbosa”; 16.455 de cerca de 8 anos na Colônia Velha; 4.228 de cerca de 4 anos na Colônia Velha; 62.019 de cerca de 6 anos no Sampaio; 9.426 de cerca de 6 anos Sapé; 4.029 de cerca de 5 anos em frente à mata da Sesmaria; 34.122 de cerca de 30 anos no Chrispim; 52.530 de cerca e 8 anos no Pedro de castro; 6.711 de cerca de 5 anos na Sesmaria Januário; 4.242 de cerca de 6 anos na Camma.

ANIMAIS: 16 bestas velhas para carroça, 30 ditas mais novas, idem 2 ditas para troy, 3 ditas para montaria, 3 cavalos, 23 bois de carro, um dito doente, 25 garrotes, 6 novilhas, 7 vacas com cria, 35 ditas sem cria, um touro, 30 carneiros grandes e pequenos, 8 capados e os porcos de criar.

²⁷³ Lalière (1907, p. 252-263) demonstra como funcionava o sistema de beneficiamento de café em São Paulo descrevendo-o a partir de um detalhado relato desse processo na Fazenda Montevidéo, que na primeira década do século XX era propriedade de Maria Dalmacia de Lacerda, a Baronesa de Arary.

O Barão ainda tinha *outros imóveis na cidade de Araras*, uma casa no centro do município e um terreno próximo à sua fazenda que era cortado pelos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, todavia, estes imóveis representaram apenas 0,8% de seus bens. Ao contrário, os *imóveis na cidade de São Paulo* que ele possuía, com seus valores inflacionados devido à forte urbanização da Capital do Estado, significaram 8,3% da riqueza. Eles se compunham de terrenos e casas na freguesia de Santa Ifigênia e do Brás, justamente nas áreas em que se localizava a antiga firma industrial de sua família, a Lacerda, Camargo & Cia (MELLO, 1990, p. 84)²⁷⁴.

A função de prestamista familiar parece ter continuado ao Barão de Arary. Suas *dívidas ativas* concentravam-se em valores a receber essencialmente de familiares, sendo que apenas 2,8% destas quantias não se enquadravam neste perfil. Os valores a receber se referiam a adiantamentos de legítima paterna que os herdeiros solicitaram durante a vida do Barão a fim de se financiarem, com haveres que receberiam no futuro, e empréstimos gerais, em que se cobravam juros, como um grande empréstimo concedido ao genro Rodolpho Coimbra, casado com Clotilde de Lacerda, que somado às outras pendências que tinha com o Barão de Arary, representava 46,8% das dívidas ativas²⁷⁵.

²⁷⁴ TERRENOS NA CAPITAL: Uma casa de sobrado, cocheira e mais benfeitorias, situada nesta Capital, Freguesia de Santa Ifigênia, à Alameda do Triunfo, esquina da Alameda Glette, em terreno de 55 metros de frente por 44 metros e 50 cm de fundos; Um terreno situado nesta Capital, Freguesia de Santa Ifigênia, à Rua da Victoria sob n° 29 e 31, medindo 18m e 76cm de frente por 45m de fundo, confrontando de um lado com o Coronel José Ferreira de Figueiredo, de outro com José da Rocha Machado; Metade do valor de uma casa situada nesta Capital, Freguesia do Brás, à Rua da Mooca, em comunhão com o co-herdeiro Joaquim Franco de Camargo Junior; Metade do valor dum outra casa menor, no mesmo terreno à Rua Mooca, Freguesia do Brás, desta Capital, onde se acha construída a casa retro descrita em comunhão com o co-herdeiro Joaquim Franco de Camargo Junior; A quinta parte do valor de uma casa situada nesta Capital, Freguesia do Brás, à Rua da Mooca, esquina da Rua C, quarteirão B da mesma rua, em comum com Lacerda, Camargo & Companhia; Metade dum casa situada nesta Capital, Freguesia do Brás, à Rua da Mooca, quarteirão C, entre as Ruas do Hipódromo e B, em comum com o co-herdeiro Joaquim Franco de Camargo Junior; 6.500 metros quadrados de terrenos situados nesta Capital, Freguesia do Brás, no quarteirão A da Rua da Mooca, esquina da travessa da mesma rua, em comum com o co-herdeiro Joaquim Franco de Camargo Junior; 3.950 metros quadrados de terrenos situados nesta Capital, Freguesia do Brás, no quarteirão B da Rua da Mooca, entre a Rua C, onde faz esquina a Rua do Hipódromo, em comum com Lacerda, Camargo & Companhia; 12.900 metros quadrados de terreno situado nesta capital, Freguesia do Brás, à Rua da Mooca, quarteirão C, entre a Rua do Hipódromo e a Rua D, em comum com o co-herdeiro Joaquim Franco de Camargo Junior; 7.300 metros quadrados de terrenos situados nesta Capital, Freguesia do Brás, à Rua da Mooca, no quarteirão D, esquina da Rua B, em comum com o co-herdeiro Joaquim Franco de Camargo Junior; 7.150 metros quadrados de terreno, situados nesta Capital, Freguesia do Brás, à Rua da Mooca, no quarteirão E, esquina da Rua A com a Rua B, em comum com o co-herdeiro Joaquim Franco de Camargo Junior; 14.190 metros quadrados de terreno, situados nesta Capital, Freguesia do Brás, à Rua A, no quarteirão F, entre a Rua do Hipódromo e a Rua B, em comum com o co-herdeiro Joaquim Franco de Camargo Junior; 11.072 metros quadrados de terreno, situados nesta Capital, Freguesia do Brás, à Rua A, quarteirão G, esquina da Rua do Hipódromo, com os fundos para a linha férrea da São Paulo Railway, em comum com Lacerda, Camargo & Companhia.

²⁷⁵ DÍVIDAS ATIVAS: Débito de Joaquim Franco de Lacerda, na importância de Rs. 1.057:846\$230, de que é reputada cobrável somente a quantia de: Rs. 80:000\$000; Importância recebida pelo mesmo herdeiro Joaquim Franco de Lacerda, como avanço de sua legítima paterna: Rs. 20:000\$000; Débito do herdeiro Candido Franco de Lacerda: suas letras vencidas em 20/10/1897 (Rs. 59:904:000). Juros do vencimento até 31 de março (Rs. 3:194\$880); importância recebida como avanço de sua legítima paterna (Rs. 20:000\$000); total: Rs. 83:098\$880; Débito do co-herdeiro Doutor Rodolpho Coimbra: seu débito em conta-corrente, em 12/10/1897, garantido com caução de 1.850 + 833 ações do Banco União (Rs. 384:966\$450); juros até

Contudo, o traço característico da acumulação de riqueza por parte do Barão de Arary foi a sua diversificação e, especificamente, a predileção por *ações de empresas e bancos*, ativo que representou 41,4% do total de seus bens. Esta preferência era uma alcinha dos membros do grande capital cafeeiro paulista, principalmente após 1888, quando a Abolição libertou ainda mais os capitais destes indivíduos para que investissem em novas sociedades ou financiassem as já existentes, através da compra de ações e debêntures, diversificando os capitais acumulados na produção e comercialização do café. Tal movimento indicava uma transição vivida pelo complexo cafeeiro paulista rumo à sua etapa capitalista, que se traduzia na preferência pelas modernas formas de acumulação e diversificação da riqueza (ações de sociedades e imóveis urbanos), em detrimento das formas tradicionais (fazendas e cafezais, uma vez impossibilitado o escravo como ativo) (MELLO, 1990, p. 86-87).

31 de março (Rs. 12:145\$463); soma: Rs. 393:111\$913; dividendo das ações supra naquela data (Rs. 4:941\$300); juros até 31 de março corrente (Rs. 48\$020), soma (Rs. 4:989\$320); importância do débito: Rs. 392:122\$593; juros de principal até a data supra: Rs. 3:742\$725; importância recebida como avanço da legítima paterna de sua senhora (Rs. 50:000\$000); importância total: Rs. 445:865\$318; Débito do herdeiro João Franco de Lacerda: seu débito em conta corrente fechada em 12/10/1897, ao juro de 10% ao ano: Rs. 4:695\$000; juros até 31 de março (Rs. 219\$072); recebido como avanço de sua legítima paterna (Rs. 33:703\$984); suas mensalidades em Paris, até junho próximo futuro (Rs. 3:578\$220); importância total: Rs. 42:196\$276; Débito da herdeira Dona Anna de Lacerda Abreu: avanço de sua legítima paterna, recebido por seu finado marido: Rs. 20:000\$000; Débito do co-herdeiro Tenente Coronel João Soares do Amaral: importância recebida como avanço da legítima paterna de sua senhora: Rs. 20:000\$000; Débito do herdeiro José Franco de Lacerda: importância recebida como avanço de sua legítima paterna: Rs. 20:000\$000; Débito do co-herdeiro Francisco Soares de Camargo: importância recebida como avanço da legítima paterna de sua senhora: Rs. 20:000\$000; Débito do co-herdeiro Joaquim Franco de Camargo Junior, incluídos Rs. 20:000\$000 que recebeu como avanço da legítima de sua senhora: Rs. 196:819\$688; Débito da herança de Antonio Franco de Lacerda: Rs. 2:120:000; Débito de Henrique Broad, e juros: Rs. 2:982\$744; e Débito do Doutor Raul de Castro: Rs. 500\$000.

Tabela 63: Ações de empresas que constam entre os ativos no inventário do Barão de Arary, 1897 – valores em réis (Rs.)

EMPRESAS	AÇÕES	VALOR TOTAL (Rs.)
Banco do Comércio e Indústria de São Paulo	870	261.000.000
Banco União de São Paulo	508	12.344.000
Banco de Santos	76	1.900.000
Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais	6.869	1.899.278.500
Companhia Estrada de Ferro do Muzambinho	26	133.000
Companhia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro	3	210.000
Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo	1.500	180.000.000
Companhia Fabril Paulistana	400	72.000.000
Companhia Lacerda	155	1.200.000
Companhia Paraná Industrial	500	2.500.000

Fonte: INVENTÁRIO BARÃO DE ARARY (São Paulo, 1897).

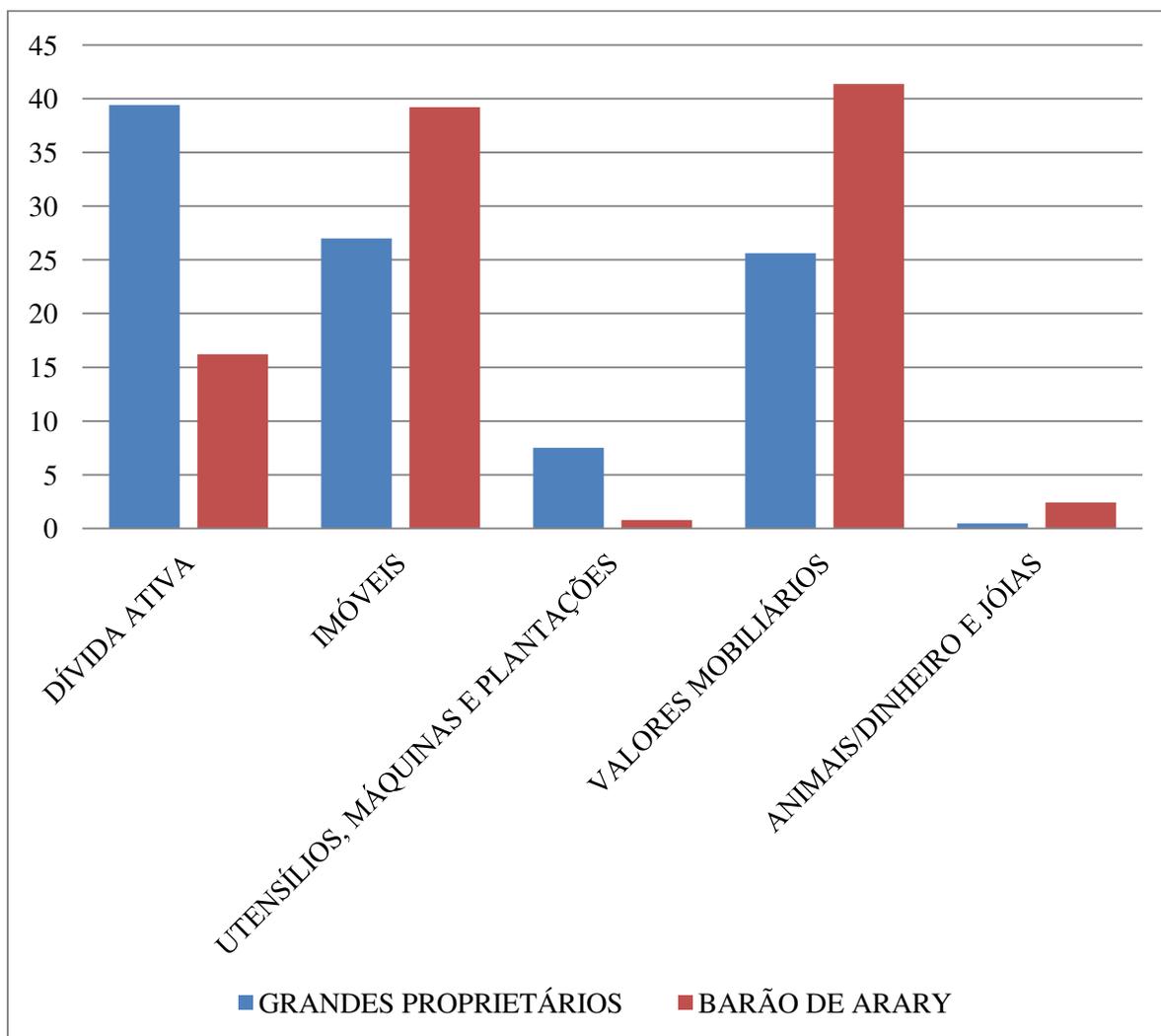
Obs: há uma divergência em relação ao valor total das ações que a tabela acima aponta (Rs. 2.430:565\$500) e o valor referente às ações de empresas que aparece no inventário e que citamos na tabela anterior (Rs. 2.430.505.500). A discordância se encontra no valor das ações de bancos que, segundo o balanço dos ativos do inventário, seria de Rs. 275:184\$000, mas que, pela soma dos valores referentes às ações bancárias apresentados de forma unitária, mostrou-se ser de Rs. 275:244\$000.

Podemos dividir as empresas buscadas pelo Barão de Arary para diversificar seu capital em três tipos: bancos, ferrovias e indústrias. Ele tinha relação de longa data com estas firmas, como no caso da Companhia Mechanica e Importadora, do Banco União de São Paulo, Banco de Santos e a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais. Aliás, esta ferrovia era o investimento preferencial do Barão, com sua lucratividade atrelada ao transporte de café e outras mercadorias do interior ao litoral e, também, no sentido inverso, atividade que gerava elevados lucros aos seus diretores e dividendos aos acionistas. Lembrando que em 1892, com suas 3.426 ações, ele era o quarto maior acionista da ferrovia. Passados cinco anos, ele mais que dobrara seu número de ações, possuindo 6.869 delas em 1897, papéis que significaram aproximadamente 78% dos valores investidos em ações de empresas.

De forma alguma devemos pensar que esta divisão dos ativos era singular. Considerando que a riqueza do Barão de Arary expressava o movimento de acumulação e diversificação de seus capitais por quase todo o século XIX, vemos que, ao término de sua vida, ele possuía desde ativos tradicionais, como terrenos e fazendas, até as formas mais sofisticadas de investimento capitalista, como ações de empresas. Ademais, esta divisão da riqueza do Barão se coadunava à de outros representantes do grande capital cafeeiro que

faleceram no final do século XIX, indivíduos cujos inventários foram abertos na cidade de São Paulo, assim como ocorreu com o Barão de Arary.

Gráfico 23: Distribuição da riqueza de grandes proprietários da cidade de São Paulo (1888-1895) e do Barão de Arary (1897) – valores percentuais (%).



Fonte: inventários do Cartório do 1º Ofício da Família da Cidade de São Paulo (MELLO, 1982, p. 102). INVENTÁRIO BARÃO DE ARARY (São Paulo, 1897).

Obs: No item animais/dinheiro e jóias, animais é referente aos inventários dos grandes proprietários, enquanto dinheiro e jóias se referem ao Barão de Arary. Nos utensílios, máquinas e plantações, o valor referente ao Barão de Arary foi retirado dos móveis que existiam em suas propriedades na cidade de São Paulo e Araras (SP).

De modo geral, a riqueza do Barão de Arary, que morreu em 1897, estava em sintonia com o modo da acumulação de capitais dos grandes proprietários paulistas, indivíduos que tinham suas propriedades cafeicultoras no interior, mas que residiam na cidade de São Paulo, que era o lócus de seus investimentos em ativos capitalistas, como papéis de bancos, ferrovias, indústrias e empresas de serviços públicos, além da própria especulação imobiliária de uma São Paulo em plena expansão, atraindo levas cada vez maiores de trabalhadores assalariados às suas empresas e, de capitalistas que visavam se apossar de terrenos com franca tendência de valorização. Tais capitalistas que ainda davam fôlego às dívidas ativas como forma menor de financiamento, pois a predominância dos valores mobiliários, como as ações de bancos, indica o fortalecimento do crédito institucional levado a cabo, muitas vezes, pelos próprios representantes do grande capital cafeeiro, na condição banqueiro ou de acionistas das casas bancárias. Este mecanismo de financiamento também apontava para a função dos bancos como reservatório e destino da riqueza paulista, ao invés de entesourar em baixo do colchão, o que explica em parte a pouca do dinheiro existente, pois em um mundo agora marcado pelas letras e outros papéis bancários, o crédito extravasava os capitais unitários de cada fazendeiro que, no mercado creditício, serviam para irrigar um sistema monetário que era fundamental na formação de sociedades anônimas e cafezais que, ampliariam a riqueza dos indivíduos abastados ou geraria novos ricos na sociedade paulista do final do século XIX (MELLO, 1990, p. 145).

Tabela 64: Riqueza de alguns dos maiores proprietários falecidos na cidade de São Paulo, 1889-1897 – valores em réis (Rs.)

NOME	ANO DE FALECIMENTO	RIQUEZA BRUTA
Rafael Aguiar Paes de Barros	1889	1.477:499\$420
Francisco Aguiar Paes de Barros	1890	2.289:151\$030
Fernão de Souza Queiroz	1890	1.185:922\$990
Fidélis Nepomuceno Prates	1891	4.105:261\$616
Veríssimo da Silva Prado	1892	897:101\$600
Joaquim Egídio de Souza Aranha (Barão de Três Rios)	1893	18.557:740\$772
Gabriel Dias da Silva*	1893	1.251:102\$500
Antonio Augusto Monteiro de Barros*	1894	6.107:489\$486
José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary)	1897	5.876:617\$912

Fonte: Mello (1990, p. 165). INVENTÁRIO BARÃO DE ARARY (São Paulo, 1897).

*No caso de Gabriel Dias da Silva e Antonio Augusto Monteiro de Barros, os valores são referentes ao inventário de suas falecidas esposas, em processos que ambos constam como inventariantes.

A comparação da riqueza do Barão de Arary com os proprietários acima se faz valer em virtude deles terem sido inventariados no 1º Ofício de São Paulo, na mesma localidade em que seria aberto o inventário de José de Lacerda Guimarães, e entre 1889 e 1894, período posterior à Abolição e, portanto, que não contava com escravos dentre os ativos inventariados. A trajetória de acumulação destes indivíduos, em sua maioria, é semelhante à do Barão: famílias que iniciaram suas vidas econômicas atreladas à cana-de-açúcar, depois ao café, na metade do século XIX e, quarto final do século, diversificaram suas riquezas através da formação ou participação em sociedades anônimas em São Paulo. No ocaso de suas vidas, estes ricos proprietários apresentavam uma acumulação diversificada em cafezais – de grande peso nos cabedais em virtude de terem falecido ainda sobre um período de bonança do café, em que se formaram vastas plantações – animais, dinheiro, dívida ativa, utensílios e máquinas, mas que se concentra essencialmente em dois ativos: imóveis e ações, a exemplo do que ocorreu com o Barão de Arary (MELLO, 1990, p. 131-132)²⁷⁶.

²⁷⁶ Fernão de Souza Queiroz, que morreu em 1890, era filho do Barão de Limeira (Vicente de Souza Queiroz), um dos maiores acionistas da Companhia Paulista, e um dos sobrinhos do Barão de Souza Queiroz e de Luís Antonio de Sousa Barros. Fernão era fazendeiro em Ribeirão Preto, Campinas e São João da Boa Vista (Paraná). As duas primeiras possuíam aproximadamente 1.000 alqueires, com 682.448 cafeeiros, casas de colonos, máquina de beneficiar café, máquina a vapor, engenho de cana e seus utensílios. Possuía casas em São Paulo e era acionista da Companhia Paulista (557 ações), Banco do

Inserir José de Lacerda Guimarães ao lado destes proprietários mais abastados da última década do século XIX é perceber que, mais do que particularidades, eles guardavam semelhanças que não podem ser apreendidas se nos ativermos tão somente aos valores de suas riquezas brutas, que variava dos 900 contos de Veríssimo da Silva Prado, até os 18 mil contos de réis do Marquês de Três Rios – em meio a estes montes-mores se situavam os quase seis mil contos de réis do Barão de Arary. Estes indivíduos pertencem à elite cafeeira paulista do final do século XIX. Todavia, guardam uma sensível diferença em relação à elite paulista de meados do século, formada então por proprietários de terra que eram senhores de engenho e cafeicultores, além dos tropeiros e que chegava a incluir alguns profissionais liberais e comerciantes com negócios internacionais. A elite paulista de 1850 se caracterizava pela unicidade das funções econômicas, ou seja, dificilmente um senhor de engenho se imiscuía no serviço de transporte de mulas, ou um cafeeiro ia além de seus afazeres na lavoura.

Oposta é a condição de parte dos membros da elite paulista próximo aos anos 1900. Eles formarão o grande capital cafeeiro, a camada sócio-econômica mais dinâmica do Estado mais abastado da Federação brasileira. Materializados na figura das grandes famílias paulistas, grande parte pertencente à elite anterior, que transformaram os empecilhos ao desenvolvimento econômico de São Paulo, traduzido nos entraves à expansão do café pelo interior, em oportunidades de investimento para formar e diversificar seus capitais. Dessa forma, geravam e açambarcavam todas as possibilidades existentes no complexo exportador cafeeiro, auferindo lucros nas mais variadas conjunturas econômicas, uma vez que suas fontes não se atrelavam unicamente à lavoura. Nomes como Silva Prado, Souza Queiroz, Vergueiro, Souza Aranha já faziam parte da elite em meados do século XIX. A diferença é que, anteriormente, cada membro da família executava uma atividade em especial: enquanto alguns eram produtores rurais, outros cuidavam do transporte da mercadoria e havia aqueles que lidavam com a comercialização²⁷⁷. Porém, ao final do XIX, o mesmo indivíduo podia executar diversas funções no complexo exportador cafeeiro, sendo desde cafeeiro, passando por diretor de ferrovia, participando de casa comissária, indústria, empresa de serviço público e,

Comércio e Indústria de São Paulo (200 ações) e da Companhia Mogiana. Sua viúva aparecia, em 1891, como a maior acionista individual, junto com Eduardo Alves Guimarães e Joaquim Timóteo de Araújo Filho (500 ações cada), da Companhia Ferro Carril e de Melhoramentos de Ribeirão Preto. Seus rendimentos provinham de dividendos, aluguéis e venda de café (MELLO, 1990, p. 133).

²⁷⁷ (PERISSINOTTO, 1994, p. 37). É claro que não afirmamos ser a unicidade de funções uma regra geral todos os agentes econômicos de São Paulo na metade do século XIX. Entendemos haver exceções que, todavia, não invalidam as conclusões acima expostas.

também, pela política. *Os nomes eram os mesmos, mas as funções eram diferentes.* Ao atuarem de forma diferenciada na economia paulista, os membros do grande capital cafeeiro puderam enriquecer ainda mais que seus antepassados, diversificar seus capitais e tornar-se uma elite que comandou as mudanças, a partir de 1870, de uma São Paulo em plena transição a uma economia e sociedade cada vez mais capitalista. O cerne desta sociedade era pontuado pelas grandes famílias do complexo cafeeiro e, dentre elas, com destaque figuravam os Lacerda Franco (MELLO, 1990, p. 143).

Tabela 65: Balanço patrimonial da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., em 30 de junho de 1891 – valores em réis (Rs.)

ATIVO	Réis (Rs.)	PASSIVO	Réis (Rs.)
CAPITAL A REALIZAR	300.000.000	CAPITAL (importância desta conta)	600.000.000
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.249.790	DEPOSITANTES (valor que figura no ativo)	300.000
TÍTULOS DEPOSITADOS	300.000	DEPÓSITO PARA A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA LACERDA & Cia. do Hâvre (Frs. 500.000)	240.000.000
VALORES EM CAUÇÃO (1.000 ações da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais)	200.000.000	DIFERENÇAS DE CÂMBIO (saldo desta conta)	31.628.672
IMÓVEIS (Terreno na Vila Mathias em Santos-SP)	20.000.000	FUNDO DE RESERVA (saldo desta conta)	173.155.348
AÇÕES (pelas que possuímos)	67.738.000	LUCROS E PERDAS (saldo desta conta)	269.156.254
CAIXA (saldo em Caixa)	15.076.084	VALORES CAUCIONADOS (valor que figura no ativo)	200.000.000
LETRAS HIPOTECÁRIAS (600 letras do Banco de Crédito Real de São Paulo)	60.000.000	LETRAS HIPOTECÁRIAS CAUCIONADAS (valor que figura no ativo)	51.000.000
CAUÇÕES (saldo desta conta)	430.000.000	OBRIGAÇÕES A PAGAR (saldo desta conta)	872.773.120
MERCADORIAS GERAIS (sacarias)	5.276.380	ORDENS DE PAGAMENTOS (saldo)	7.503.030
CAFÉ (valor de 3.912 sacas em ser)	202.516.410	GASTOS DE CONSIGNAÇÕES (saldo)	330.420
OBRIGAÇÕES A RECEBER (saldo)	21.108.260	PRÊMIOS E DESCONTOS (os que pertencem ao ano seguinte)	26.055.000
CARREGAÇÕES DA SUA CONTA (saldo)	61.303.080	CONTAS CORRENTES (saldos credores)	3.184.923.399
CONTAS CORRENTES (Saldos devedores)	3.979.823.555	PASSIVO DA AGÊNCIA DO RIO DE JANEIRO (seu passivo conforme balanço)	873.143.199
AGÊNCIA DO RIO DE JANEIRO (sobre Conta de Lucros e Perdas)	373.933.712	TOTAL PASSIVO	6.529.968.442
ATIVO DA AGÊNCIA DO RIO DE JANEIRO (seu ativo conforme balanço)	782.643.171		
TOTAL ATIVO	6.529.968.442		

Fonte: BALANÇO PATRIMONIAL J. F. de Lacerda & Cia. (Santos, 30/06/1891).

Tabela 66: Resumo da Conta Corrente de José de Lacerda Guimarães na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., julho de 1892 a maio de 1893 – valores nominais em réis (Rs.)

DÉBITOS	Réis (Rs.)	Réis (Rs.)
SALDO DE SUA CONTA EXTRAÍDA EM 30/06/1892		585.334.630
CREDORES PESSOAS FÍSICAS/DESPESAS GERAIS/FIRMAS E CASAS DE COMÉRCIO		233.265.370
SAQUE À COMPANHIA PAULISTA	102.000.000	
SAQUE À CIA. MECHÂNICA E IMPORTADORA DE SÃO PAULO	6.556.220	
SAQUE À CIA. Mc. Hardy	2.433.700	
SAQUE À JOAQUIM TEIXEIRA DAS NEVES (capitalista de Rio Claro)	60.000.000	
DESPESAS NO HÂVRE (Com seu filho Octavio de Lacerda)		6.747.250
BANCOS		925.310.090
BANCO UNIÃO DE SÃO PAULO	206.500.000	
BANCO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO	465.920.500	
BRITISH BANK OF SOUTH AMERICA	156.639.590	
LONDON AND BRAZILIAN BANK	96.250.000	
FAMILIARES		21.022.000
JUSTINIANO WHITAKER DE OLIVEIRA (casado com Candida, filha de BLG*)	20.000.000	
BARONESA DE ARARY (pago no RJ)	1.022.000	
AÇÕES DE FERROVIAS E BANCOS		6.840.000
5ª Entrada de 10% de suas 266 ações da Estrada de Ferro do Muzambinho (pago no RJ)	5.320.000	
3ª Chamada de ações do Banco de Santos	1.520.000	
JUROS DE 12% A NOSSO FAVOR (a favor da J. F. de Lacerda & Cia.)		52.998.722
TOTAL DÉBITOS		1.831.518.062

*BLG: Bento de Lacerda Guimarães (Barão de Araras), irmão de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary).

CRÉDITOS	Réis (Rs.)	Réis (Rs.)
CAFÉ CONSIGNADO (175.970 KG)		183.097.110
DINHEIRO RECEBIDO		1.117.656.862
DIVIDENDO DE AÇÕES DO BANCO DE SANTOS	304.000	
DIVIDENDO DE 1.000 AÇÕES DA COMPANHIA PAULISTA	7.000.000	
SELOS E DESCONTOS DE SEUS DIVERSOS SAQUES	8.474.230	
RECEBIDO DO BANCO UNIÃO DE SÃO PAULO	337.334.000	
CREDITADO PELO VALOR DE SEUS 16 CONSOLIDADOS DESTA COMPANHIA (que foram sorteados em 01/08/1892)	3.200.000	
CREDITADO PELO VALOR DE SEUS 12 CONSOLIDADOS DESTA COMPANHIA (que foram sorteados em 20/02/1893)	2.400.000	
CREDITADO PELO VALOR DE JUROS DE SEUS 945 CONSOLIDADOS DESTA COMPANHIA	6.615.000	
CREDITADO PELO VALOR DE SEUS JUROS DE 929 CONSOLIDADOS DESTA COMPANHIA	6.503.000	
CREDITADO PELO DIVIDENDO DE SUAS 5.000 AÇÕES DESTA COMPANHIA (J. F. de Lacerda & Cia.)	5.000.000	
CREDITADO PELO DIVIDENDO DE SUAS 250 AÇÕES DESTA COMPANHIA COM SEU FILHO ALBANO	250.000	
CREDITADO PELO DIVIDENDO DE SUAS 250 AÇÕES DESTA COMPANHIA COM ANTONIO (pode ser seu filho ou o sobrinho)	250.000	
CREDITADO PELO 3º DIVIDENDO DE SUAS 2.500 AÇÕES DESTA COMPANHIA	4.000.000	
CREDITADO PELO 3º DIVIDENDO DE SUAS 125 AÇÕES COM SEU FILHO OCTAVIO	200.000	
CREDITADO PELO 3º DIVIDENDO DE SUAS 125 AÇÕES COM ANTONIO	200.000	
DINHEIRO QUE JLG* REMETERA à J. F. de Lacerda & Cia.	20.000.000	
IMPORTÂNCIA QUE ENTREGOU A ANTONIO DE LACERDA FRANCO POR NOSSA CONTA	348.075.290	
RECEBIDO DE ARTHUR BLUD (Paris) PELO SEGURO DE 2 CAVALOS EM VIAGEM (Frs. 11.000)	7.920.000	
IMPORTÂNCIA QUE CREDITAMOS EM SUA CONTA POR ORDEM DE FRANCISCO SOARES DE CAMARGO (genro de JLG)	50.000.000	
IMPORTÂNCIA QUE CREDITAMOS EM SUA CONTA POR ORDEM DE LACERDA & IRMÃO	144.915.542	
DINHEIRO QUE JLG REMETEU À J. F. de LACERDA & Cia. (POR SUA CONTA)	100.347.800	
IMPORTÂNCIA TRANSFERIDA DE J. F. de LACERDA & Cia., EM LIQUIDAÇÃO, PARA SER CREDITADO EM SUA CONTA CORRENTE	64.668.000	
TOTAL CRÉDITOS DE JLG		1.300.753.972
SALDO A NOSSO FAVOR (A FAVOR DA J. F. de LACERDA & Cia.)		530.764.090

Fonte: CONTAS CORRENTES JLG (Santos, 1883-1893).

*JLG: José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary).

CONCLUSÕES

O trabalho buscou retratar a trajetória de formação, acumulação e diversificação da riqueza por parte dos membros da família Lacerda Franco em variadas localidades paulistas durante todo o século XIX.

Esta jornada iniciou-se, nos primórdios dos anos 1800, nas cercanias da capital de São Paulo, nas vilas de Atibaia e Jundiaí, quando da fusão de duas famílias, os Franco de Camargo com os Corrêa de Lacerda/Lacerda Guimarães, para a formação de uma nova: os Lacerda Franco. Naquele tempo, as atividades empreendidas pelos primeiros membros da família se calcavam na cultura de mantimentos, aguardente e criação de animais para consumo e transporte. Tais atividades apresentavam um caráter endógeno, ou seja, circunscreviam-se, da produção à comercialização, exclusivamente ao mercado interno colonial e, posteriormente, provincial.

Ainda antes da metade do século XIX, o cabedal adquirido nas atividades de cunho interno passa a ser convertido em canaviais, na figura do senhor de engenho Joaquim Franco de Camargo, o Alferes Franco, que adentrara o interior paulista, inicialmente rumo às terras de Mogi-Mirim, para então se fixar, por volta de 1830, na futura vila de Limeira. O êxito de Joaquim na produção do açúcar, no momento em que ele era o principal produto de exportação da Província, proporcionou-lhe a formação de um patrimônio constituído de propriedades agrícolas na própria vila de Limeira e na vizinha Rio Claro.

A continuidade do processo de acumulação do Alferes Franco passava pela boa condução dos matrimônios de seus herdeiros, a fim de controlar a entrada de novos membros à família, indivíduos que necessariamente deveriam manter e, se possível, expandir o capital acumulado até a metade do século XIX. Para tanto, nada melhor que se valer dos próprios Lacerda Franco que haviam permanecido na vila de Jundiaí. O móvel que os levaria a se embrenhar pelo futuro Oeste Paulista era a possibilidade de se tornarem proprietários rurais e de escravos em uma sociedade marcada pelo uso extensivo da terra e intensivo da mão-de-obra africana.

Assim, em 1847, os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães casaram-se com suas primas Manoela e Clara, filhas do Alferes Franco. O dote que receberam constituiu-se de parte nas terras de Joaquim que, no caso de José, referiam-se à fazenda Montevideó, localizada na vila

de Limeira. A metade do XIX era o momento da transição das lavouras paulistas da cana ao café, produto que dinamizaria a condição de São Paulo no Império, através da expansão das lavouras cafeeiras pelo Oeste Paulista em virtude da elevada demanda internacional pela bebida.

A expansão do café pelas terras do interior de São Paulo via-se entravada, por volta de 1860, em virtude de seu próprio êxito. Levar o café às novas terras significava afastar-se do litoral, tornando os custos de transporte cada vez mais caros. Ademais, implicava em empregar mais mão-de-obra em um momento de menor oferta do braço escravo devido ao fim do tráfico em 1850. Para sanar estes dois obstáculos, as grandes famílias paulistas se valeram dos próprios capitais acumulados preteritamente. No Oeste Paulista, ferrovias e mão-de-obra assalariada, sobretudo através da imigração européia subvencionada, foram atividades desenvolvidas com capital nacional que se juntava na formação de sociedades anônimas ou, pela via do governo provincial, financiava os intentos orquestrados pelos cafeicultores.

O associativismo também marcou a família Lacerda Franco. Pelo mecanismo dos dotes, da meação e das legítimas, a riqueza familiar era reorganizada, pondo em mãos de seus membros capitais que eram então empregados na formação de sociedades que denotariam um forte traço: a preferência pela associação com familiares. Da década de 1860 até a de 1890, todas as sociedades montadas pelos Lacerda Franco, exceção feita ao Banco União de São Paulo, seriam integradas exclusivamente por familiares, mesmo que no princípio tenham se valido de sócios alógenos. Sociedades agrícolas (Lacerda & Irmãos), casa comissária e exportadora (J. F. de Lacerda & Cia.) e indústria (Lacerda, Camargo & Cia.) foram obras dos capitais acumulados pelos Lacerda Franco que, como vimos, deu-se em atividades voltadas ao mercado interno, sendo depois redistribuídos entre os familiares quando do falecimento de algum ente, para logo em seguida associarem-se na formação de empresas na economia cafeeira paulista.

Dentre as firmas criadas pelos Lacerda Franco, a J. F. de Lacerda & Cia. sintetizava todas as outras. Por ser uma casa comissária de café, ela representava um passo adiante em relação à sociedade agrícola Lacerda & Irmãos, que cuidava apenas da produção da rubiácea na região de São Carlos. Por ser uma casa exportadora, ela mantinha laços com firmas estrangeiras que seriam de fundamental importância à Lacerda, Camargo & Cia., firma industrial que dependia da importação de matéria-prima – ferro, aço e vidro – para seu processo produtivo, não olvidando que ela também comercializava máquinas importadas.

A J. F. de Lacerda & Cia., casa comissária formada na década de 1870, agrupou os três principais membros da família: Joaquim Franco de Camargo, Antonio de Lacerda Franco e José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary). Joaquim foi um dos fundadores da Associação Comercial de Santos (ACS) em 1870, entidade que englobava os elementos ligados à comercialização do café: comerciantes, industriais, capitalistas, banqueiros, corretores e armadores. Antonio presidiu a ACS no período 1887-1888. Ambos, na condição de sócios solidários da J. F. de Lacerda & Cia., eram quem gerenciavam a casa, sendo responsáveis pelos débitos, mas, simultaneamente, auferindo a maior parte dos lucros. José era sócio comanditário, assim como o foram também Joaquim Franco de Camargo Junior e João Soares do Amaral. Mas, diferente dos dois últimos citados, o Barão de Arary, a exemplo do que ocorreria com a firma industrial dos Lacerda Franco, era quem de fato financiava a casa comissária, uma vez que, na condição de grande proprietário rural e negociante matriculado na Junta Comercial do Império, gozava de amplo crédito junto às instituições bancárias, o que lhe permitia sacar grandes somas a serem posteriormente quitadas pela casa comissária.

A importância de se ter acesso aos grandes empréstimos bancários se dava em virtude da necessidade de um grande capital de giro, pois os negócios da casa comissária se estabeleciam na base da compra e venda de mercadorias pelo sistema de contas-correntes: consignação do café por parte do produtor à casa, venda a ele de gêneros manufaturados, boa parte dele importados. Se os negócios da J. F. de Lacerda & Cia. tivessem se encerrado no âmbito interno da economia cafeeira, comprando a rubiácea posteriormente vendida aos exportadores e, concomitantemente, adquirindo junto aos importadores os gêneros estrangeiros revendidos aos cafeicultores, uma parte dos lucros teria se esvaído do controle dos Lacerda Franco. É neste ponto que eles se diferenciaram das outras famílias paulistas que se arriscaram no comissariado do café.

O circuito dos negócios cafeeiros começava, grosso modo, nas lavouras do interior paulista. De seus cafezais, os frutos eram transportados, a partir da década de 1870, até a zona portuária de Santos pelos vagões ferroviários, para então, ser embarcado nos navios a vapor que rumavam à Europa e Estados Unidos para comercializar o café brasileiro nos mercados centrais. Entretanto, do ponto inicial até o final, quer dizer, da primária negociação entre fazendeiro e comissário à venda final do produto nas nações industrializadas, o preço da rubiácea era majorado a fim de que cada participante deste rendoso negócio extraísse seu quinhão. Obviamente, que para gerar lucros a todos os envolvidos, as cotações sempre deveriam ser

maiores, cabendo os maiores preços aos que se integravam ao final da cadeia de comercialização do café, que eram os exportadores e seus revendedores na Europa e Estados Unidos. O funcionamento do mercado cafeeiro não era estranho ao de qualquer outro gênero que caracterizou o Capitalismo Comercial: os exportadores abasteciam-se com o produto cultivado nos trópicos e, com suas grandes embarcações, atendiam a demanda dos países centrais, onde a oferta de café era escassa, ao contrário da demanda, que crescia vertiginosamente. Aliás, desde o começo do século XVII, mercadores europeus auferiam lucros com a importação de café do Oriente para o Velho Mundo.

Em uma economia comercial é nas trocas, ao modelo braudeliano, que se podem açambarcar os maiores lucros. Tomando de assalto a produção de zonas especializadas no cultivo de determinados gêneros, e comercializando tais produtos nas regiões em que são fortemente demandados. No caso do café, os exportadores comandavam da melhor maneira possível o mecanismo dos preços, afinal, era um mercado de concorrência imperfeita em que eles se valiam de um oligopsônio para obter a rubiácea, ao comprar o café de vários comissários e, posteriormente, dos fazendeiros, que por apresentar uma oferta vasta do produto, perdiam poder de barganha para majorar os preços. De outra parte, chegado aos mercados consumidores, os exportadores se valiam de um oligopólio quando do abastecimento desta demanda, pois as grandes casas exportadoras eram em reduzido número, o que colocava em suas mãos as possibilidades de elevar o preço, não de forma indefinida, mas com uma margem tranqüila para conquistar elevados lucros.

Por tudo isso, percebe-se que as casas comissárias brasileiras, que na maioria não eram exportadoras, estavam alijadas do mais rendoso filão do negócio cafeeiro. Ademais, se a ele acrescermos a possibilidade de adquirir nos mercados centrais os produtos importados consumidos no Brasil, executando um papel que cabia aos importadores, camada que se enriqueceu e compôs a elite industrial paulista. Quem conseguisse transpor a barreira do mercado nacional se veria introduzido na espiral dos grandes lucros cafeeiros que se encerravam prioritariamente nas mãos dos exportadores. Imaginamos que dar este salto não era tarefa simples, pois a maioria das casas exportadoras de café continuou a ser estrangeira. Porém, uma delas se encheu de audácia para se diferenciar das congêneres nacionais.

Em 1884, a J. F. de Lacerda & Cia. estabeleceu uma filial na cidade portuária francesa do Hâvre. Ao se transformar em casa comissária e exportadora, a casa dos Lacerda

Franco completou o circuito dos negócios cafeeiros e, mais do que isso, tinha alguns diferenciais inclusive em relações às dominantes casas estrangeiras. Considerando que tratavam da importação de vários bens, mas que o mote principal destas firmas era a exportação do café, a J. F. de Lacerda & Cia. tinha uma rede de contatos com os fazendeiros do interior há muito estabelecida, mesmo porque, seus sócios eram cafeicultores, haviam contraído matrimônio com cônjuges de outras famílias cafeicultoras e, eles relacionavam-se, como diretores ou acionistas, nas mais variadas empresas formadas em São Paulo na segunda metade do XIX. Por tudo isso, constatar que a J. F. de Lacerda & Cia. foi a maior casa exportadora de café pelo Porto de Santos em 1885-1886 é concluir que a expertise adquirida pelos Lacerda Franco nos negócios cafeeiros lhes permitiu não somente competir, mas bater seus concorrentes, na maioria estrangeiros, mesmo que somente por um ano.

A lucratividade da casa comissária e exportadora dos Lacerda Franco havia de ser elevada. Ela foi a ponte para que Antonio de Lacerda Franco constituísse sua casa bancária em 1890, o Banco União de São Paulo, um dos poucos bancos emissores na República. Ao mesmo tempo, permitiu que dois de seus sócios, José de Lacerda Guimarães e Joaquim Franco de Camargo Junior, unissem seus capitais aos de Candido Franco de Lacerda para formar uma indústria, a Lacerda, Camargo & Cia. Esta firma, que importava e produzia máquinas no Brasil, prova que os fazendeiros, apesar de ser minoria, envolveram-se na formação da indústria em São Paulo, papel que não deve ser posto somente na conta dos estrangeiros-importadores, mas que há de ser dividido com outros exemplos futuros de famílias do grande capital cafeeiro que formaram suas firmas industriais, sem olvidarem suas outras atividades no complexo exportador, pois até a indústria se consolidar, o que não ocorrerá antes de 1930, será o café o elo forte do complexo.

Como atividade central, a produção e comercialização do café eram almeçadas por muitos, mas controladas por poucos. Os Lacerda Franco, na metade da década de 1880, comandaram esta cadeia, que envolvia operações em dois continentes, com dificuldades logísticas de monta, mas com uma lucratividade que era ainda maior que os percalços. Se, na formação das sociedades agrícolas, do banco e da indústria, podemos encontrar vários exemplos de famílias paulistas que se inseriram conjuntamente em tais atividades, já no que tange a casa comissária, quando ela se tornou exportadora, alçou os Lacerda Franco ao patamar de pioneiros e empreendedores em um setor dominado pelos estrangeiros. Este empreendedorismo lhes permitiu internalizar a parte dos lucros que antes ficava restrita aos controladores do mercado externo.

Tais lucros foram revertidos na própria economia paulista, ao serem investidos em ações de ferrovias, bancos, empresas de serviços públicos, além de imóveis e novos cafezais. Levando em conta que a origem do capital dos Lacerda Franco, no início do século XIX, remonta às atividades de cunho nacional; que este capital se metamorfoseou em canaviais e, depois, em cafeeiros, para então formar empresas e se diversificar participando de outras sociedades na segunda metade do XIX, o que tivemos foi a possibilidade de acompanhar a trajetória de uma das grandes dinastias do capital cafeeiro. Mesmo que crescendo à reboque da demanda externa pela rubiácea, vimos que o capital nacional moldou suas oportunidades, adentrou os circuitos internacionais e trouxe ao âmbito interno a maior parte dos lucros desta atividade.

A maneira de mirar esta trajetória deve mesclar o micro e o macro. O café era o principal produto de exportação brasileiro, mas seu cultivo, a mão-de-obra e sua comercialização pouco se diferenciavam do que ocorrera, por exemplo, com o açúcar ou o ouro. Entretanto, tratava-se de um gênero sincronizado à evolução de um mundo pós-Revolução Industrial, cuja demanda por café por parte dos trabalhadores crescia na mesma proporção que a necessidade de matérias-primas para as fábricas. Era um mundo novo, aberto às novas possibilidades e à livre iniciativa, onde perder tempo significava perder dinheiro, fazendo do café o estimulante perfeito às novas demandas do homem moderno. O Capitalismo Industrial que movia as sociedades centrais era o mesmo que engatinhava na ex-colônia de Portugal. Foi justamente na transição do escravismo ao capitalismo, ocorrida entre 1850 e 1888, que se consolidou o complexo exportador cafeeiro paulista. Após a Abolição, com a formação de um mercado de trabalho e consumidor, as bases para o capitalismo estarão completas. Se, faltava algum elemento para que considerássemos as grandes famílias paulistas como representantes de um nascente capitalismo brasileiro, não há de faltar mais. Em contraponto ao desenvolvimento posterior desta burguesia paulista, temos o seu nascimento, que foi autárquico, baseado em um capital nacional que se fortificou em âmbito interno para concorrer de forma pujante no setor externo, como o fizeram os Lacerda Franco.

FONTES DOCUMENTAIS:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP)

- INVENTÁRIO TERRAS ATIBAIA. *Inventário dos bens rústicos da vila de Atibaia (SP): 1818*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).
- INVENTÁRIO TERRAS JUNDIAÍ. *Inventário dos bens rústicos da vila de Jundiaí (SP): 1818*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).
- JUNDIAÍ. *Ofícios Diversos: 1841-1850*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP).
- JUNDIAÍ, Tribunal de Justiça de. *Testamento de Antonio de Lacerda Guimarães*. Jundiaí, SP: 1851. In: Centro de Memória da Unicamp.
- JUNDIAÍ, Tribunal de Justiça de. *Inventário de Antonio de Lacerda Guimarães*. Jundiaí, SP: 1853. In: Centro de Memória da Unicamp.
- JUNDIAÍ, Tribunal de Justiça de. *Contas do Testamento de Ignácio José Corrêa de Lacerda*. Jundiaí, SP: 1854. In: Centro de Memória da Unicamp.
- JUNDIAÍ, Tribunal de Justiça de. *Contas do Testamento de Dona Maria Franco*. Jundiaí, SP: 1861. In: Centro de Memória da Unicamp.
- OFÍCIOS LIMEIRA. *Ofícios Diversos: 1842-1856*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP).
- MP ATIBAIA. *Maços de População da vila de Atibaia (SP), 1785-1850*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).
- MP JUNDIAÍ. *Maços de População da vila de Jundiaí (SP): 1785-1842*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).
- REGISTRO TERRAS LIMEIRA. *Registro de Terras da vila de Limeira (SP): 1855*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).
- REGISTRO TERRAS RIO CLARO. *Registro Paroquial de Terras da vila de Rio Claro (SP): 1855*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

ARQUIVO NACIONAL (Rio de Janeiro-RJ)

- (PRORROGAÇÃO CONTRATO J. F. de LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1881).
Fundo/coleção: Junta Comercial do Rio de Janeiro / Notação: livro 118, registro 22704 / Assunto: *Prorrogação do contrato social da firma J. F. Lacerda & Cia. / Ano: 1881*.
- Fundo/coleção: Junta Comercial do Rio de Janeiro / Notação: livro 118, registro 22731 / Assunto: *Contrato de dissolução da firma J. F. Lacerda & Cia. / Ano: 1881*.
- (CONTRATO SOCIAL J. F. de LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1883).
Fundo/coleção: Junta Comercial do Rio de Janeiro / Notação: livro 151, registro 26013 / Assunto: *Contrato social da firma J. F. Lacerda & Cia. / Ano: 1883*.
- Fundo/coleção: Junta Comercial do Rio de Janeiro / Notação: livro 151, registro 26021 / Assunto: *Distrato social da firma J. F. Lacerda & Cia. / Ano: 1883*.

- (CONTRATO SOCIAL J. F. LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1884). O contrato foi assinado no município de Araras (SP). Fundo/coleção: Junta Comercial do Rio de Janeiro / Notação: livro 160, registro 26966 / Assunto: *Contrato social da firma J. F. Lacerda & Cia.* / Ano: 1884.
- Fundo/coleção: Junta Comercial do Rio de Janeiro / Notação: livro 127, registro 23606 / Assunto: *Distrato social da firma J. F. Lacerda & Cia.* / Ano: 1881.
- (CONTRATO SOCIAL J. F. de LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1881). Fundo/coleção: Junta Comercial do Rio de Janeiro / Notação: livro 126, registro 23568 / Assunto: *Contrato social da firma J. F. Lacerda & Cia.* / Ano: 1881.
- Fundo/coleção: Junta Comercial do Rio de Janeiro / Notação: livro 199, registro 30830 / Assunto: *Contrato social da firma Lacerda, Camargo & Cia.* / Ano: 1887.
- Fundo/coleção: Junta Comercial do Rio de Janeiro / Notação: livro 175, registro 28479 / Assunto: *Contrato social da firma Lacerda, Camargo & Cia.* / Ano: 1885.

ARQUIVO MUNICIPAL DE ITATIBA (SP)

- ITATIBA, A. *História de Itatiba*. Itatiba: Almanaque de Itatiba/ Jornal “A Reação”, 1916.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS (ACS)

- DIÁRIO OFICIAL. *Diário Oficial do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/03/1874.
- RELATÓRIO ACS. *Relatório da Associação Comercial de Santos (ACS)*. Santos: ACS: 1886.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAS (SP)

- CÂMARA ARARAS. *Atas da Câmara Municipal de Araras (SP): 1871-1890*. Câmara Municipal de Araras (SP).
- VOTANTES ARARAS. *Lista dos votantes do município de Araras (SP)*. Câmara Municipal de Araras (SP), 1876.

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE SÃO PAULO (Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ipiranga-SP)

- INVENTÁRIO BARÃO DE ARARY. *Inventário de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary)*. Processo 226/1897, Pacote 1447/1897.

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP (CMU/UNICAMP)

- CMU, 1888. *Cobrança da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. contra a sociedade agrícola Bento Pupo & Cia.* Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1888.

FAZENDA MONTEVIDÉO (Araras-SP)

Documentos da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.:

- JFL VENDA. *Nota de venda de produtos à José de Lacerda Guimarães feita pela J. F. de Lacerda & Cia.* Santos, SP: 22/04/1880.
- (LACERDA & Cia., 1884). *Contrato social casa comissária de café Lacerda & Cia. traduzido do original em francês. Araras e Havre (França)*
- *BALANÇO PATRIMONIAL* da casa comissária J. F. de LACERDA & Cia. para os anos de 1879-1880 e 1880-1881. Santos, SP.
- *DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS* da casa comissária J. F. de LACERDA & Cia., Santos, 1880 e 1881.
- *CONTAS dos SÓCIOS* da casa comissária J. F. de LACERDA & Cia. em 1881. Santos, SP.
- (JLG CARTA COMERCIANTE, Rio de Janeiro, 1881). *Carta de comerciante matriculado na Junta Comercial do Império do Brasil concedida à José de Lacerda Guimarães.*
- *CONTAS CORRENTES JLG. Contas Correntes de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary) na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.* Santos, 1885-1893.
- *CONTA VENDA CAFÉ JLG. Conta de consignação de café de José de Lacerda Guimarães na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.* Santos, 28 ago. 1886.
- DLP J. F. de Lacerda & Cia. *Demonstração da conta de lucros e perdas da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.* Santos, 1886.
- BANCO MERCANTIL DE SANTOS. *Quitação de empréstimo de José de Lacerda Guimarães por parte da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.* Santos, 21 jul.1886.
- LONDON AND BRAZILIAN BANK. *Quitação de empréstimo de José de Lacerda Guimarães por parte da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.* Santos, 13 jan. 1886.
- *CONTA CORRENTE A. F. L. Conta Corrente de Antonio Franco de Lacerda na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.* Santos, 1891.
- *DIVERSAS CASAS COMISSÁRIAS. Notas de negócios do Barão de Arary com as casas comissárias Lara Campos, Toledo & C.; Affonso de Vergueiro; e Malta & Cerquinho.* 1895-1897
- *BALANÇO PATRIMONIAL* J. F. de LACERDA & CIA. Santos, 30 jun. 1891.

Documentos da firma industrial Lacerda, Camargo & Cia.

- *CONTRATO ARBENZ & Cia.* São Paulo, 05 fev. 1884.
- *CONTRATO LACERDA, CAMARGO & ARBENZ.* São Paulo, 03 set. 1885.
- *DESISTÊNCIA JOÃO ARBENZ.* São Paulo, 18 set. 1886.
- *CONTRATO LACERDA, CAMARGO & Cia.* São Paulo, 11 jun. 1887.
- *BALANÇO LACERDA, CAMARGO & CIA.* São Paulo, 31 dez. 1887.

- DLP LACERDA, CAMARGO & CIA. *Demonstração da conta de lucros e perdas da firma industrial Lacerda, Camargo & Cia.* São Paulo, 31 dez. 1889.
- BALANÇO LACERDA, CAMARGO & CIA. São Paulo, 31 jan. 1892.
- DLP LACERDA, CAMARGO & CIA. *Demonstração da conta de lucros e perdas da firma industrial Lacerda, Camargo & Cia.* São Paulo, 31 jan. 1892.
- LIQUIDAÇÃO LACERDA, CAMARGO & CIA. *Conta de liquidação da firma industrial Lacerda, Camargo & Cia.* São Paulo, 31 jan. 1892.

Outros documentos:

- BANCO UNIÃO. *Nota bancária do Banco União de São Paulo acerca da dívida do Barão de Arary.* São Paulo: 16 set. 1897.
- CARTA JLG. *Exposição dos negócios que o Barão de Arary tinha com Antonio de Lacerda Franco.* 1894
- CARTA JLG. *Negócio pouco sério com o senador Lacerda Franco.* 1895

FAZENDA PARAIZO (São Carlos-SP)

- (LACERDA & IRMÃOS). *Contrato social da sociedade agrícola Lacerda & Irmãos, 1869.* Araras-SP.
- (LACERDA & IRMÃOS). *Contrato social da sociedade agrícola Lacerda & Irmãos, 1874.* Araras-SP.

OUTRAS FONTES:

- GENEALOGIA LACERDA FRANCO. *Árvore genealógica da família Lacerda Franco.* Autoria Própria, 2011.
- DIÁRIO OFICIAL. *Diário oficial da República Federativa do Brasil.* Rio de Janeiro: 12 jun. 1890; 04 jan. 1895; 15 out. 1895.
- RELATÓRIO SÃO PAULO. *Relatório apresentado ao Presidente da República de São Paulo pela Comissão Central de Estatística.* São Paulo: Typographia King, 1887.
- SÃO PAULO. *Almanach do Estado de São Paulo para o ano de 1891.* São Paulo: Companhia Industrial de São Paulo, 1891.

FONTES ELETRÔNICAS:

- BRASIL, *Recenseamento Geral do Império.* IBGE, 1872.
(http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#)

- LEI HIPOTECÁRIA. Reforma da Legislação Hipotecária (Lei n. 1.237 de 24/09/1864). http://www.lamanapaiva.com.br/monta_legislacao_C.php?id_legislacao_B=50
- Blog da Fazenda Paraizo
(<http://fazendaparaizocentoecinquenta.blogspot.com/2009/08/historia-da-compra-da-fazenda.html>)
- Google Maps. (<http://maps.google.com.br/maps/ms?ie=UTF8&hl=pt-BR&msa=0&ll=47.15984,5.756836&spn=14.434213,56.074219&z=5&msid=203882470218391938715.00049e66b5e3842aa25d8>).
- (<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39gb.htm>).
- <http://maps.google.com.br/maps>
- <http://paperspast.natlib.govt.nz/cgi-bin/paperspast?a=d&d=TH18920816.2.3.1.3&l=mi&e=-----10--1----0-->
- <http://www.glassmaking-in-london.co.uk/WorkingPremadeGlass>
- <http://blogs.estadao.com.br/reclames-do-estadao/tag/fumo/>
- <http://www.oocities.org/br/cefdourado/tsr-historia.htm>
- http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_12/Reg12_Votorantim.htm
- *JORNAL O CRUZEIRO DO SUL*. Sorocaba, SP: 26 fev. 1917
(<http://www.ihggs.org.br/index.php?option=content&task=view&id=204&Itemid=76&limit=1&limitstart=4>)

BIBLIOGRAFIA CITADA

AIDAR, B. *A tessitura do fisco: a política ilustrada de D. Rodrigo de Souza Coutinho e a administração fiscal da capitania de São Paulo, 1797-1803*. Campinas, SP: IE/ Unicamp, 2006, dissertação de mestrado.

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, A. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins/ Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

ALMEIDA, J. T. *Transição política e gestão macroeconômica no Brasil Império: Os Gabinetes da Conciliação – 1853/1862*. Apresentado na IIIª Conferência Internacional de História Econômica e V Encontro de Pós Graduação em História Econômica, Brasília, 23 e 24 de setembro de 2010.

ALMEIDA, N. M. *Álbum de Araras: documento histórico, geográfico, e ilustrativo do município de Araras*. Araras, SP: Odeon, 1948.

ARAÚJO, M. L. V. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo, Editora UNESP, 1996.

ARRUDA, J. J. A. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BACELLAR, C. A. P. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Centro de Estudos de Demografia Histórica da America Latina, 1991.

_____. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.

_____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BARATA, C. E. A; BUENO, A. H. C. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Árvore da Terra, 2001.

BETHELL, L. (org.). *História da America Latina: Da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1996, v. 2. Os jogos das trocas.

BUESCU, M. *Brasil: problemas econômicos e experiência histórica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

BUSCH, R. K. *História de Limeira*. Limeira, SP: Prefeitura Municipal, 1967.

- CALÓGERAS, P. *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1960.
- CAMARGO, J. F. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE, 1981.
- CAMARGO, L. S. *Itatiba: das origens até a emancipação política*. Itatiba, SP: Museu Padre Lima, 2009.
- CAMPOS, A. L. A. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CANABRAVA, A. P. *A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818*. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 2, nº 6, p. 77-129, dez. 1972.
- _____. *A grande propriedade rural*. In: HOLANDA, S. B. História Geral da Civilização Brasileira, tomo I, A Época Colonial, 2º volume Administração, Economia e Sociedade. São Paulo: Difel, 1985, 5ª edição.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. T. A. Queiroz, 1981.
- _____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.
- _____. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- CARDOSO, F. H. *Condições sociais da industrialização de São Paulo*. Rev. Brasiliense, (28), março/abril.
- _____. *Dos governos militares à Prudente-Campos Sales*. In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1985.
- CARREIRA, L. C. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação, precedida de alguns apontamentos acerca de sua Independência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CATÃO, L. A. V. *A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913*. Rev. Bras. Econ., v. 46, n. 4, p. 519- 533, 1992.
- CELIA, M. I. B. *O comércio de abastecimento em Campinas: o processo de formação da economia interna e a atuação de proprietários de terras/tropeiros na construção da cidade (1767-1830)*. Campinas, SP: IE/Unicamp, 2000, dissertação de mestrado.
- CHAVANTES, A. P. *A Consolidação do Setor Bancário em São Paulo na Década de 1920*. Campinas, SP: Instituto de Economia, 2004, tese de doutorado.

CORTES, G.; MARCONDES, R. L.; MONTOYA-DIAZ; M. D. *Industrial growth in São Paulo city (1866-1914): a study of the mortgage market's evidences*. Universidade de Brasília: III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica, Brasília-DF, 23 e 24 set. 2010.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Livraria Editora da UNESP, 1998.

COSTA, H. M. *As barreiras de São Paulo: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX*. São Paulo: Departamento de História da FFLCH/USP, 1984, dissertação de mestrado.

COSTA, A. P. P. *Trajetórias e carreiras militares no contexto do Império português: promoções e conflitos nos atos eleitorais para postos dos Corpos de Ordenanças, comarca de Vila Rica, 1735-1777*. Revista Espaço Acadêmico, n.68. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/068/68costa.htm>. jan. 2007.

COSTA, D. I. P. *Herança e Ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850*. Niterói, RJ: Departamento de História/Universidade Federal Fluminense, 1997, tese de doutorado.

COSTA, W. P. *A Espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1996.

_____. *A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850)*. In: SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. A. (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec / ABPHE / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

CRESSONI, F. E. *Fazenda Montevideo: barões, escravos e imigrantes na formação do Oeste Paulista*. Araras, SP: Gráfica Topázio, 2007.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A. Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Campinas, SP: Facamp/ Editora da UNESP, 2009.

DINIZ, J. A. *Organização agrícola do município de Araras*. Rio Claro: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/Depto. de geografia, 1968, Tese de Doutorado.

DINIZ, A. F. *As finanças paulistas no século XIX*. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. C. (orgs.) *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista, volume 1 Colônia e Império*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2010.

DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

- DOMINGUES NETO, H. *Navegando o Mogi-Guaçu: a agroexportação cafeeira no Oeste Paulista e a formação de um mercado interno regional, 1883-1903*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- EICHENGREEN, B. *A globalização do capital*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- EISENBERG, P. L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.
- ELLIS, M. *Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil Colonial*. In: ELLIS JUNIOR. *A Economia Paulista no século XVIII*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.
- FALEIROS, R. N. *Fronteiras do café*. Bauru, SP: EDUSC, 2010.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*, vol. 1. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.
- FAUSTO, B. “*Expansão do café e política cafeeira*” In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- FERREIRA, P. *Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANCO, G. H. B. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: PUC, 1982, dissertação de mestrado.
- _____. *A primeira década republicana*. In: ABREU, M. P. (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.
- FREITAS, J. L. *O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818)*. In: COSTA, I. N. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo, IPE-USP, 1986.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- GALLAS, O. G.; GALLAS, F. D. *A casa da moeda de São Paulo: a primeira do Brasil e os meios de pagamento emitidos nessa cidade*. São Paulo: Ed. do Autor, 2008.
- GODOY, J. F. *A província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.
- GOULART, J. A. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GRAHAM, R. *Brasil-Inglaterra*. In: HOLANDA, S. B. (org.). *O Brasil Monárquico*, v.6: declínio e queda do império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2; v.6).

GRANDI, G. A aquisição da Rio Claro-São Paulo Railway Company pela Companhia Paulista. In: *Revista Interdisciplinar História e Economia* - Vol. 2 - 2º semestre de 2006.

GRANZIERA, R. G. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC: UNICAMP, 1979.

GUIMARÃES, E. A. *Acumulação e crescimento da firma*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1987.

HANLEY, A. G. *Native capital: financial institutions and economic development in Sao Paulo, Brazil, 1850-1920*. Stanford, Calif.: Stanford University, 2005.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, S. B. *Monções*. Rio de Janeiro, C. E. B., 1945.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O Brasil Monárquico, v. 7: do Império à República* (História Geral da Civilização Brasileira; t. 2; v. 7). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HOLLOWAY, T. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HÖRNER, E.; OLIVEIRA, C. H. S. *Projetos políticos e luta armada: a Revolução de 1842 em São Paulo*. In: ODALIA, N. CALDEIRA, J. R. C (orgs.) *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista, volume 1 Colônia e Império*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2010.

IBGE. *Séries estatísticas retrospectivas*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990.

_____. *Brasil: 500 anos de povoamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

KUGELMAS, E. *A difícil hegemonia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. Tese de doutoramento.

LACERDA, J. F. *Produção e consumo de café no mundo*. São Paulo: Typographia da Industrial de São Paulo, 1897.

LAEMMERT, E. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Henrique Laemmert, 1882 e 1889 (http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm).

LAGO, L. A. C.; ALMEIDA, F. L.; LIMA, B. M. F. *A indústria brasileira de bens de capital: origens, situação recente e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 1979.

LALIÈRE, A. *Le café dans l'état de Saint Paul*. Paris : Augustin Challamel, 1909.

LANDES, D. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

_____. *Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEVI, D. E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura Livraria e Editora, 1977.

LEVY, M. B. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

LOPES, L. S. *As Leis Orçamentárias e a Estrutura Tributária dos Municípios Paulistas, 1834-1850*. Apresentado no VIII congresso brasileiro de história econômica 9ª conferência internacional de história de empresas. Campinas, SP, - 6 a 8 de setembro de 2009.

LOVE, J. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Observações a respeito dos preços agrícolas em São Paulo (1798/1836)*. In: Boletim de História Demográfica, VIII (21), mar. 2001.

_____. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, D. F. *O reinventar da Colônia: um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira*. Campinas, SP: Instituto de Economia/UNICAMP, 2008, dissertação de mestrado.

MALUF, M. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARCONDES, R. L. *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira: Vale de Paraíba, século XIX*. Lorena-SP: Editora Stiliano, 1998.

_____. *O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87)*. Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, Mar. 2002 .

_____. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009.

MARCONDES, R. L.; HANLEY, A. G.. *Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901)*. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 40, n. 1, Mar. 2010.

MARIUTTI, E. B.; NOGUERÓL, L. P. F.; DANIELI NETO, M. *Mercado interno colonial e grau de autonomia: crítica às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, abril-junho 2001.

MARQUES, M. E. A. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente ate o ano de 1876*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, 2v.

MARQUESE, R.; TOMICH, D. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (org.). *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009-. 3v.

MARSON, M. D. *Origens dos empresários no setor de bens de capital do estado de São Paulo, 1870-1900*. Universidade de Brasília: III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica, Brasília-DF, 23 e 24 set. 2010.

MARTINS, A. L. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, M. F. *Os tempos de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX*. In: FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, M. C.; SAMPAIO, A. C. J. (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATOS, O. N. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

MATTHIESEN, A. J. *Resgatando elos da memória*. Araras, SP: Gráfica Topázio, 2010.

MATTOS, I. R. *O tempo saquarema: formação do estado imperial*. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MELO, H. P. *O café e a economia fluminense, 1889/1920*. . In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI Tamás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec / ABPHE / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: Facamp/Editora da UNESP, 2009.

MELLO, Z. M. C. *Contribuição ao estudo da formação do empresariado paulista*. *R. Bras. Hist.*, São Paulo, 2 (4); 193-216, set. 1982.

_____. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 18450-1895*. São Paulo: Hucitec, 1990.

- MESSIAS, R. C. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período da transição, 1830-1888*.
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4. ed. São Paulo; [Brasília]: HUCITEC: INL, 1982.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- MORAES, M. L. P. M. *Atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918*. São Paulo: FFLCH/USP, 1988, tese de doutorado.
- MOTTA, J. F. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880*. *Revista Brasileira de História. Dossiê: Escravidão*. São Paulo: ANPUH, vol. 26, n. 52, jul./dez. 2006, p. 15-47.
- MOURA, C. E. M. *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Atelier Editorial: Imprensa Oficial: Editora UNESP, 1999.
- MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837*. [São Paulo]: Secção de obras d'"O Estado de São Paulo", 1923.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- NOZAKI, W. V. *Bancos e finanças no sistema monetário internacional do padrão ouro-libra*. Apresentado no VIII congresso brasileiro de história econômica 9ª conferência internacional de história de empresas. Campinas, SP, - 6 a 8 de setembro de 2009.
- OLIVEIRA, C. A. B. *O processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- OLIVEIRA, C. H. S. *O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo monárquico no Brasil do século XIX*. IEB/USP: Almanack Braziliense, nº 05, maio 2007. (Revista eletrônica: http://www.almanack.usp.br/PDFS/5/05_apresentacao_pt.pdf).
- PELÁEZ, C. M.; SUZIGAN, W. *História monetária do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- PENROSE, E. *A teoria do crescimento da firma*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2006.
- PEREIRA, M. A. F. *Comissário de café no porto de Santos: 1870-1920*. São Paulo: FFLCH/USP, 1980, dissertação de mestrado.
- PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968.
- PETRONE, M. T. S. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1976.

PIMENTA, D. J.; ELEUTÉRIO, A. B.; CARAMURU, H. *As ferrovias em Minas Gerais*. Belo Horizonte: SESC, [s.d.].

PIRES, A. J. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da mata de Minas Gerais -1889/1930*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004, tese de doutorado.

PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 35. Ed. São Paulo: Brasiliense. 1969.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. “*O coronelismo numa interpretação sociológica*”. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

REIS, D. O. M. *Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (Atibaia, 1799-1829)*. In: VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas, Campinas, SP: Instituto de Economia/UNICAMP, set. 2009.

RODRIGUES, J. *O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão*. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (org.). *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009-. 3v.

RODRIGUES, P. P. *A Lei Hipotecária de 1864 e a propriedade no XIX*. Apresentado no XIII Encontro de História da ANPUH-RJ, 2008.

SAES, D. *A Contestação à Ordem Monárquica no Brasil*. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1992, mimeo. (Col. Primeira Versão, nº 49).

SAES, F. A. M. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo; [Brasília]: HUCITEC: INL, 1981.

_____. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986a.

_____. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986b.

_____. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. A. (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

SAES, G. A. M. *O Partido Republicano Paulista e a luta pela hegemonia política (1889-1898)*. In: ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. C. *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista, v. 2, República*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado, 2010.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1976.

SALGADO, E. D. *O processo eleitoral no Brasil Império*. Revista eletrônica Paraná Eleitoral, n° 47. Disponível em: http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impresso.php?cod_texto=158. jan. 2003.

SALLES, R. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (org.). *O Brasil imperial, volume II: 1879-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009-. 3v.

SAMARA, E. M. *Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830)*. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 11, n° 3, p. 159-168, dez. 1981.

_____. *Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 11, n° 22, p. 7-33, março-agosto 1991.

SAMPER, M.; FERNANDO, R. *Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960*. In: *The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989*. Coautoria de W. G. Clarence-Smith, Steven Topik. Cambridge, UK; New York: Cambridge Univ. Press, 2003.

SCHULZ, J. *O Exército e o império*. In: HOLANDA, S. B. (org.). *O Brasil Monárquico, v.6: declínio e queda do império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 (*História Geral da Civilização Brasileira, t. 2; v.6*).

SILVA, G. P. *Companhia Ararense de Leiteria (1909-1921): o empreendedorismo de Louiz Nougues e a diversificação na economia cafeeira*. Campinas, SP: IE/Unicamp, 2008, dissertação de mestrado.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1995.

SILVEIRA, M. C. *Imigração italiana em Limeira-SP: terra, política e instrução escolar*. Campinas, SP: Faculdade de Educação/Unicamp, 2007, dissertação de mestrado.

SINGER, P. *O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930*. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

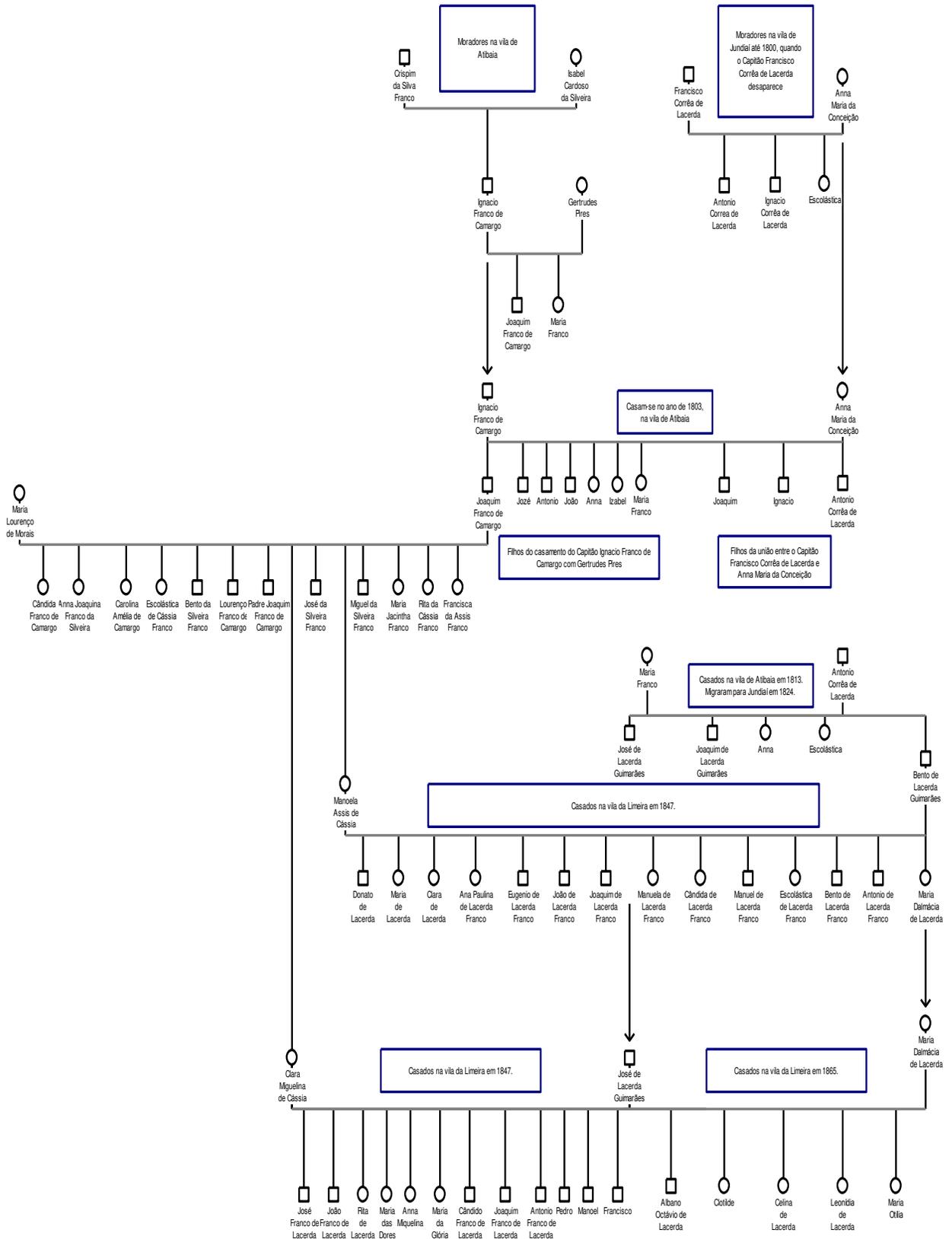
SLENES, R. W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas, SP: Unicamp, 1985.

_____. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888*. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, p.103-155, 1986.

SOUSA, A. C. V. *Martinico Prado: um empresário agrícola no interior paulista*. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n° 35, 2009.

- STEIN, S. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: 1990.
- STRAFORINI, R. *No caminho das tropas*. Sorocaba, SP: TCM, 2001.
- SUPRINIYAK, C. E.; RESTITUTTI, C. C. *Os muares e as Minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX*. Diamantina, MG: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006 (http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A034.pdf).
- SUPRINYAK, C. E. *O Mercado de Animais de Carga no Centro-Sul do Brasil Imperial: Novas Evidências*. IN: Estudos Econômicos, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 319-347, abril-junho 2008.
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Hucitec/ Ed. Unicamp, 2000.
- TANNURI, L. A. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- TAUNAY, Affonso d'E. *História do café no Brasil, volume oitavo, Brasil Imperial 1872-1889, tomo VI*. Rio de Janeiro: D.N.C., 1939.
- TRUZZI, O. M. S.; BASSANEZI, M. S. B. *População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907*. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 26, n. 2, dez. 2009 .
- VERNONA, A. F. *O mundo é nossa pátria: a trajetória dos imigrantes operários têxteis de Schio que fizeram de São Paulo e do bairro do Brás sua temporária morada, de 1891 a 1895*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, Tese de Doutorado.
- VILLELA, A. *Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889*. Rev. Nova Economia, Belo Horizonte, 15 (1), 35-68, janeiro-abril 2005.
- WITTER, J. S. *Ibicaba Revisitada*. In: SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. A. (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec / ABPHE / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.
- ZEMELLA, M. P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

Quadro 3: GENEALOGIA da FAMÍLIA LACERDA FRANCO



Anexo 1: Nota de Venda de produtos pela J. F. de Lacerda & Cia. destinados a José de Lacerda Guimarães, residente na fazenda Montevideo em Araras (SP), no dia 22 de abril de 1880.

NOTA 167

Santos, 22 de Abril de 1880.

**O Ilmo. Snr. José de Lacerda Guimarães Comprou
a J. F. de Lacerda & Cia.
Comissários de
CAFÉ, ALGODÃO E OUTROS GENEROS DO PAIZ.**

- 1 saco de farinha suruhy: Rs. 20\$000
- 1 caixa de massas sortidas: Rs. 9\$800
- 1 barril vinho branco superior: Rs. 32\$000
- 2 caixas de vinho Pommard a Rs. 28\$000: Rs. 56\$000
- 6 caixas com 150 pacotes de velas: Rs. 114\$000
- 1 caixa de conhaque bisquit: Rs. 27\$000
- 1 caixa de xaropes finos franceses: Rs. 20\$000
- 1 caixa com 12 garrafas de litro de azeite fino: Rs. 20\$000
- 2 caixas de Champanhe Cliquot a Rs. 65\$000: 130\$000
- 1 saca/caixa de farinha de trigo: Rs. 14\$500
- 1 caixa de Cerveja "Bergedorf" 4 dúzias a Rs. 8\$500: 34\$000
- 20 cocos da Bahia e sacos para os mesmos: Rs. 4\$480
- 60 quilos de açúcar refinado de 1ª por Rs. 8\$400 cada 15kg: Rs. 33\$600
- 1 saca/caixa/barraca/banca para o mesmo (o açúcar acima citado): Rs. 1\$400
- 6 medidas de vinagre a Rs. 1\$200: Rs. 7\$200
- 1 garrafão para o mesmo (vinagre): Rs. 2\$400
- 24 latas de frutas sortidas a Rs. \$900: Rs. 21\$600
- 2/4 de ameixas a Rs. 3\$000: Rs. 6\$000
- 1 caixa de passas, em 1/4: 8\$500
- 1 lata de figos: Rs. 1\$600
- 4 queijos do reino a Rs. 3\$700: Rs. 14\$800
- 2 quilos de nozes a Rs. 1\$200: Rs. 2\$400
- 2 quilos de amêndoas a Rs. 1\$200: Rs. 2\$400
- 2 quilos de chá preto e latas a Rs. 6\$500: Rs. 13\$000
- 2 quilos de chá da Índia e latas a Rs. 7\$500: Rs. 15\$000
- 1 lata de azeitonas: Rs. \$700
- 8 quilos de manteiga a Rs. 2\$700: 21\$600
- 6 latas de sardinhas a Rs. \$760: Rs. 4\$560
- 6 latas de sardinhas com tomates e trufas a Rs. \$480: Rs. 2\$880
- 1 vidro de sal fino: Rs. \$700
- 12 latas de biscoitos sortidos a Rs. 1\$300: 15\$600
- 1 Presunto de 13kg a Rs. 1\$000 o kg: Rs. 13\$000
- 6 latas de marmelada a Rs. 1\$800: Rs. 10\$800
- 6 réstias de alho a Rs. \$800: Rs. 4\$800
- 200 cebolas: Rs. 6\$000
- Caixões e carroto: Rs. 4\$000
- 1 quilo de pimenta: Rs. 1\$200
- 1 quilo de erva doce: Rs. 1\$400
- 1 quilo de canela: Rs. 2\$200
- 2,3 quilos de gelatina a Rs. 6\$500: Rs. 14\$950
- 2 vassouras de cabelo a Rs. 2\$500: Rs. 5\$000
- 1 vassoura para lavar cabelo: Rs. 2\$000
- Caixão: Rs. \$640

SOMA = Rs. 723\$710

+

Frete de 25 volumes em 14/4 = Rs. 66\$410

TOTAL = Rs. 790\$120

+

6 latas de goiabada a Rs. 1\$600 = Rs. 9\$600

IMPORTÂNCIA DA PRESENTE FATURA = Rs. 799\$720

Fonte: (JFL VENDA PRODUTOS, 22/04/1880).